

22
2023

DOSSIÊ
Cidade, territórios e materialidade
no Mundo Antigo



Romanitas
Revista de Estudos Grecolatinos



ISSN: 2318-9304

Romanitas

Revista de Estudos Grecolatinos

ISSN 2318-9304

Editor-gerente

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Editores assistentes

Profa. Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Prof. Dr. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St Andrews, Escócia, Reino Unido

Prof. Dr. Ennio Sanzi, Università degli Studi di Messina, Itália

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Prof. Dr. Fabio Faversani, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca), Brasil

Profa. Dra. Maria Manuela Reis Martins, Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná (UFP), Brasil

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Breno Battistin Sebastiani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Brasil

Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini, Universidade de Córdoba/Universidad de La Rioja/Conicet, Argentina

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil

Profa. Dra. Francesca Rohr, Università Ca'Foscari, Itália

Profa. Dra. Isabella Tardin Cardoso, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Profa. Dra. Leila Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Prof. Dr. Luís Fontes, Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Profa. Dra. Márcia Santos Lemos, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Profa. Dra. Maria Isabel Fleming, Universidade de São Paulo (Usp)

Profa. Dra. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Brasil

Profa. Dra. Monica Selvatici, Universidade Estadual de Londrina (Uel), Brasil

Profa. Dra. Norma Musco Mendes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Raimundo Nonato Barbosa de Carvalho, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dr. Ramón Teja, Universidad de Cantabria (Unican), Espanha

Profa. Dra. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Profa. Dra. Renata Rozental Sancovsky, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil

Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Profa. Dra. Roberta Alexandrina da Silva, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Laham Cohen, Universidad de Buenos Aires/Conicet, Argentina
Profa. Dra. Silvia M. A. Siqueira, Universidade Estadual do Ceará (Uece), Brasil
Profa. Dra. Terezinha Oliveira, Universidade Estadual de Maringá (Uem), Brasil

Supervisor técnico, projeto gráfico e capa

Prof. Dr. João Carlos Furlani, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Diagramação

Me. Sávio Medeiros Liittig, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

A revista

Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos é um periódico semestral voltado para a divulgação de trabalhos inéditos sob a forma de dossiês, artigos de temática livre e resenhas. O periódico exibe uma vocação interdisciplinar, buscando congregar pesquisadores em História, Letras e Arqueologia que se dediquem ao estudo da Antiguidade Clássica, campo de conhecimento que tem experimentado, no Brasil, um significativo incremento ao longo dos últimos anos. Mantida pelo Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) da Universidade Federal do Espírito Santo, *Romanitas* pretende conferir visibilidade à produção intelectual dos pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com especialistas estrangeiros, requisito indispensável para a consolidação da área.

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, n. 22, dez. 2023.

300 p. : il.

ISSN: 2318-9304

1. Grécia – Expansão – História. 2. Roma – Expansão – História. 3. História Antiga.
4. Arqueologia Clássica. 5. Estudos Clássicos.

CDU: 94(3)

Contato

Laboratório de Estudos sobre o Império Romano • Centro de Ciências Humanas e Naturais • Universidade Federal do Espírito Santo • Av. Fernando Ferrari, n. 514, Campus de Goiabeiras, Vitória, ES - Brasil • CEP 29075-910 • Telefone: 27 4009-7641 • E-mail: es.leir@gmail.com

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, desta obra, por qualquer meio, sem autorização dos autores ou editores, constitui violação da Lei 5.988.

Dossiê Dossier

Cidade, território e materialidade no Mundo Antigo
City, territory and materiality in the Ancient World

Apresentação
Introduction

João Carlos Furlani

7

The ancient city between Archaeology and History: an interview with Rebecca Sweetman
A cidade antiga entre a Arqueologia e a História: uma entrevista com Rebecca Sweetman

12

A cidade antiga entre a Arqueologia e a História: uma entrevista com Rebecca Sweetman
The ancient city between Archaeology and History: an interview with Rebecca Sweetman

20

Tel Dor, cidade portuária de múltiplas ocupações: conhecendo um pouco mais sobre o
Mediterrâneo Oriental

*Tel Dor, a port city with multiple occupations: learning a little more about the Eastern
Mediterranean*
Vagner Carvalheiro Porto

28

Tasos e a pequena ilha de Thasopoula: questões de insularidade e conexões estratégicas
no Norte do Egeu

*Thasos and the small island of Thasopoula: issues of insularity and strategic connections in
the Northern Aegean*
Juliana Figueira da Hora

52

Ecos da antiga Bizâncio: formação ou fundação de uma pôlis no Bósforo?
Echoes of ancient Byzantium: formation or foundation of a polis in the Bosphorus?
João Carlos Furlani

65

Uma pôlis periférica do mundo grego? Pharos, a *apoikia* de Paros no litoral da Croácia
A peripheral polis in the Greek World? Pharos, the 'apoikia' of Paros on the coast of Croatia
Lilian de Angelo Laky

85

Alexandria ptolomaica na perspectiva de uma História Global
Ptolemaic Alexandria according to the perspective of Global History
Joana Campos Clímaco

109

O passado e o presente de Cádiz e da Turdetânia na *Geografia* de Estrabão:
reflexões sobre processos de integração
*The past and present of Cadiz and Turdetania in Strabo's 'Geography': reflections on
integration processes*
Bruno dos Santos Silva

136

Sociabilidades construídas: o uso social da arquitetura em *Bracara Augusta*
Constructed sociabilities: the social use of architecture in 'Bracara Augusta'
**Fernanda Magalhães
Diego Machado**

160

A paisagem mortuária romana e suas relações familiares sob a ótica de Sêneca (62 d.C.)
The Roman mortuary landscape and its family relationships from the perspective of Seneca (AD 62)

Luciane Munhoz de Omena
Dyeenmes Procópio de Carvalho

186

Transformação urbana, episcopado e hagiografia em Arles (séc. IV-VI)
Urban transformation, episcopacy, and hagiography in Arles (4th-6th centuries)

Paulo Duarte Silva
João Victor Machado da Silva

208

Tema livre **Open object**

Sobre a materialidade textual, a transmissão e a atribuição de um fragmento do *Alcibíades* de Ésquines Socrático

On the textual materiality, transmission and attribution of a fragment from the Aeschines Socraticus' 'Alcibiades'
Carlos Carvalhar

235

Fronteiras do cristianismo em Alexandria: considerações a partir do episódio da querela da Páscoa, final do século II d.C.
The boundaries of Christianity in Alexandria: considerations from the episode of the Easter controversy, late 2nd century AD
Pedro Luís de Toledo Piza

257

Ritos funerários egípcios e as máscaras do Fayum: das profundezas da terra para a vida eterna
Egyptian funeral rites and the Fayum masks: from the depths of Earth to eternal life
Maura Regina Petruski

275

Resenhas **Reviews**

O conhecimento geográfico das camadas sociais não letradas em Atenas e Roma (sécs. V a.C.-II d.C.)

The geographic knowledge of non-literate social strata in Athens and Rome (5th century BCE-2nd century CE)

DUECK, D. *Illiterate Geography in Classical Athens and Rome*. London: Routledge, 2021. 265p.
Guilherme de Aquino Silva

287

Uma perspectiva histórica da religião urbana
A historical perspective of urban religion
RÜPKE, J. *Religião urbana: uma abordagem histórica*. Curitiba: Appris, 2022. 300 p.
Gabriela R. Marques de Oliveira

295

Dossiê

Dossier

Cidade, território e materialidade no Mundo Antigo
City, territory and materiality in the Ancient World

Organizador/*Editor*: João Carlos Furlani

Apresentação

Introduction

João Carlos Furlani

Muito provavelmente, o marco inicial na formulação de um modelo teórico moderno para analisar cidades remonta à História Antiga com Fustel de Coulanges, autor de *La cité antique*, de 1864. No entanto, sua obra reflete as inquietações da segunda metade do século XIX, uma era dominada pelas ideias de progresso e pela busca de uma narrativa precisa na história humana. A partir desse momento, a relação dos especialistas com a espacialidade do Mundo Antigo demonstrou uma série de conotações, oscilando entre a positividade, o entusiasmo e o afastamento. É vital perceber que a própria concepção de cidade passou por constantes transformações. Não à toa, definir tal conceito é sempre desafiador, como bem salientou Gordon Childe (1950, p. 3), na metade do século XX.

Se pensarmos numa espécie de equação análoga, é plausível assumir que a cidade se situa no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, uma vez que é um produto intrínseco dessa relação. Em outras palavras, os domínios citadinos são produzidos historicamente por relações socioculturais em determinados contextos, não se devendo perder de vista que as cidades são, antes de tudo, construções humanas orientadas para os próprios interesses humanos (MARCUS; SABLOFF, 2008, p. 10). Ademais, é crucial perceber que as cidades possuem narrativas próprias e camadas temporais distintas, abrangendo aspectos como objetivos de criação, localização, recursos naturais, edificações, arquitetura, pluralidade cultural e relações no espaço urbano.

Uma cidade pode ser compreendida como uma entidade multifacetada, já que as *urbes*, *póleis* ou qualquer aglomeração populacional não constituem realidades estáticas e imutáveis. Elas se contraem, expandem, são destruídas, reconstruídas e remodeladas ao longo do tempo. Para os pesquisadores, isso implica a possibilidade de refletir sobre os processos de modernização, reformulação e adaptação, sem ignorar os abandonos que os espaços urbanos enfrentaram (e enfrentam) em momentos específicos. Ressaltamos também que o significado atribuído à cidade e seus espaços, assim como as atividades nela desempenhadas, são responsáveis por criar múltiplas interpretações entre os grupos que coexistem e interagem. Em outras palavras, para além de serem territórios do ponto de vista físico e tectônico, são espaços complexos e repletos de significado, onde o

controle do ambiente e da paisagem torna-se uma prerrogativa (PEYRAS, 1986, p. 213; RAMINELLI, 1997, p. 185-202; LEFEBVRE, 2008, p. 118).

Embora a abordagem espacial no meio historiográfico possa soar natural para alguns leitores, essa relação nem sempre foi assim. É sabido que historiadores concebem seus universos documentais e epistemológicos de maneiras distintas em contextos diversos. O apego dos historiadores aos documentos escritos, especialmente aqueles dos séculos XVIII e XIX, é evidente, posto que estes especialistas fundamentaram a historiografia moderna, profundamente focada em questões proporcionadas pela textualidade. Ao longo da primeira metade do século XX, observamos correntes historiográficas se aproximarem de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia e a Economia, e se distanciarem ainda mais de questões espaciais e materiais.

Na segunda metade do século passado, contudo, a História passou por mudanças epistemológicas significativas. Diversos “viradas” ou “giros” marcaram sua trajetória como disciplina acadêmica. Uma das mais notáveis foi a virada linguística (*linguistic turn*), que expressou suas preocupações com a narrativa histórica desde Paul Veyne (1970), no final dos anos 1960, mas ganhou destaque central nos debates teóricos, especialmente após a obra *Metahistory*, de Hayden White (1973). A contribuição dos pressupostos linguísticos acentuou provocativamente a relação entre filosofia e linguagem na História, gerando um debate intenso que perdura até hoje. No entanto, mais uma vez, os aspectos materiais e espaciais relacionados à constituição das sociedades e dos indivíduos foram negligenciados ou considerados secundários. Muitos historiadores reagiram aos pressupostos de White, concentrando-se mais em criticá-lo ou reafirmar a científicidade da História como disciplina e de seu conhecimento produzido. Nesse esforço, houve uma associação mais estreita com as Ciências Sociais e, consequentemente, com seus métodos.

Na França, por exemplo, o pensamento de Fernand Braudel (1967) sobre a materialidade da civilização foi deixado de lado em favor das mentalidades, por meio de um diálogo crescente com a Antropologia, enfatizado pela chamada *Nouvelle Histoire*, difundida, sobretudo, por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1974). Surgia, assim, uma nova virada nos estudos históricos, a cultural, que, entre suas proposições, não incluía claramente um diálogo com as disciplinas que exploraram a espacialidade e sua relação com os sujeitos. No entanto, paralelamente, uma frente multidisciplinar no estudo do Mundo Antigo (mas não exclusivamente) incluiu em sua agenda questões relacionadas à cultura material, aos indivíduos e à sociedade de maneira mais efetiva (HODDER; ORTON, 1970; MARTINS; SILVA, 2019). Decerto, a relação entre História Antiga e Arqueologia Clássica sempre foi estreita, mas a forma como esta última era compreendida pelos historiadores limitava um olhar mais crítico sobre a riqueza que a materialidade poderia oferecer. Da

mesma forma, os arqueólogos precisaram atualizar sua agenda para incluir problemáticas mais sociais e menos técnicas. Isso também vale para a Geografia e a Arquitetura (LYNCH, 1982; TUAN, 1980; QUAINI, 1981; SANTOS, 1985).

Consolida-se, portanto, a percepção de que a mudança social não pode ser plenamente explicada sem uma reconsideração das categorias relacionadas ao componente espacial da vida social. Cada vez mais prevalece a ideia de que “ser e tempo” não abrangem toda a dimensão da existência humana (SCHLÖGEL, 2003, p. 9), e que o espaço não é meramente um continente ou uma realidade apriorística da natureza. Ao contrário, ele precisa ser concebido e investigado como condição e resultado de processos sociais (NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 9). Dessa perspectiva, surge o que alguns convencionaram chamar de *spatial turn* ou virada espacial (LÖW, 2013, p. 17-34).

Conceitos provenientes de diversas áreas, como espaço, cidade, território, ambiente construído, topofilia/topofobia, isotopia/heterotopia, monumentalidade, urbanização, topografia, globalização, paisagem, fronteiras, mobilidade, entre outros, tornaram-se cada vez mais comuns (ALDROVANDI, 2009; BALANDIER, 1999; CHILDE, 1950; CRIADO BOADO, 1993; FLORENZANO, 2011; GUARINELLO, 2010; HARVEY, 2005; HODDER, 1994; KORMIKIARI, 2011; LEFEBVRE, 1999; LYNCH, 1982; MARCUS; SABLOFF, 2008; PEYRAS, 1986; SANTOS, 1985; TUAN, 1980).

A produção de conhecimento sobre o Mundo Antigo, incluindo as dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras, foi enriquecida pelo diálogo entre Arqueologia, História, Geografia e Arquitetura, uma vez que novos preceitos teóricos e metodológicos ampliaram os horizontes dos pesquisadores, permitindo a exploração de problemas que ainda não haviam sido devidamente investigados. Testemunhamos, entusiasmados, um novo olhar sobre fontes textuais – algumas previamente exploradas à exaustão – e a incorporação de documentos de natureza material para vislumbrar questões antes relegadas a segundo plano.

Inserido nas discussões apresentadas acima, o presente dossiê, intitulado “Cidade, território e materialidade no Mundo Antigo”, volta-se para as narrativas e usos dos espaços. Com o propósito de iluminar diferentes aspectos da materialidade no Mundo Antigo e na Antiguidade Tardia, apresentamos artigos e resenhas que abordam particularidades sobre as mais diversas cidades antigas, sob a perspectiva de historiadores e arqueólogos. Isso inclui questões de cunho historiográfico, cultural, político, religioso e social, sem perder de vista a importância da espacialidade na compreensão do cotidiano de indivíduos e grupos inseridos no *modus vivendi* das sociedades urbanas.

Em face do exposto, este dossiê de *Romanitas - Revista de Estudos Greco-latinos* volta-se para uma tendência atual que combina concepções e métodos provenientes da

História Urbana, da Arqueologia Clássica, da Geografia, da Arquitetura e da Sociologia, com o intuito de abordar de maneira plural e interdisciplinar esses ricos espaços que são as cidades, que de forma alguma devem ser pensados e tratados como estáticos e indeléveis.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e prazerosa!

Referências

- ALDROVANDI, C. E. V. Arqueologia do ambiente construído: uma incursão pelos fundamentos teórico-metodológicos. In: FLORENZANO, M. B.; HIRATA, E. F. (org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 13-33.
- BALANDIER, G. *O dédalo*: para finalizar o século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAUDEL, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (XVe et XVIIIe siècles)*. Paris: Armand Colin, 1967. t. 1.
- CHILDE, V. G. The Urban Revolution. *The Town Planning Review*, v. 21, n. 1, p. 3-17, 1950.
- COULANGES, F. *La cité antique*: étude sur le culte, le droit, les institutions, de la Grèce et de Rome. Paris: Durand, 1864.
- CRIADO BOADO, F. Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje. *Spal – Revista de Prehistoria y Arqueología*, v. 2, p. 9-55, 1993.
- FLORENZANO, M. B. Construindo o helenismo: o tirano e a monumentalização urbanística da *pólis* grega. In: ALDROVANDI, C. E. V.; KORMIKIARI, M. C. N.; HIRATA, E. F. V. (org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 41-56.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, 113-127, 2010.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HODDER, I. Architecture and meaning: the example of Neolithic houses and tombs. In: PARKER PEARSON, M.; RICHARDS, C. *Architecture and order: approaches to social space*. London: Routledge, 1994, p. 73-86.
- HODDER, I.; ORTON, C. *Spatial analysis in Archaeology*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- KORMIKIARI, M. C. N. et al. O estudo das fronteiras no Mundo Antigo: o caso grego. In: ALDROVANDI, C. E. V.; KORMIKIARI, M. C. N.; HIRATA, E. F. V. (org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 125-155.
- LE GOFF, P.; NORA, P. (dir.). *Faire de l'histoire*: nouveaux problèmes, nouvelles approches, nouveaux objets. Paris: Gallimard, 1974. 3 v.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

- LÖW, M. O *spatial turn*: para uma sociologia do espaço. *Tempo social, revista de Sociologia da USP*, v. 25, n. 2, p. 17-34, 2013.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- MARCUS, J.; SABLOFF, J. A. (ed.). *The ancient city*: new perspectives on urbanism in the old and new worlds. Santa Fe: School for Advanced Research, 2008.
- MARTINS, M. M.; SILVA, G. V. Cidade antiga e sociedade: narrativas e diálogos interdisciplinares. In: FERREIRA, A.; MARQUES, A. (org.). *As cidades na História: sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2019, p. 79-108.
- MUMFORD, L. *The city in history*: its origins, its transformations, and its prospects. New York: Harcourt, Brace & World, 1961.
- NORBERG-SCHULZ, C. *Existencia, espacio y arquitectura*. Barcelona: Blume, 1980.
- PEYRAS, J. Deux études de toponymie et de topographie de l'Afrique antique. *Antiquités Africaines*, v. 22, p. 213-253, 1986.
- QUAINI, B. *La costruzione della Geografia umana*. Firenze: Nuova Italia, 1981.
- RAMINELLI, R. História urbana. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SCHLÖGEL, K. *Im Raume lesen wir die Zeit*: Über Zivilisationsgeschichte und Geopolitik. München: Carl Hanser, 2003.
- TUAN, Y.-F. *Topofilia*: um estudo de percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- VENTURI, R. *Complexity and contradiction in Architecture*. New York: The Museum of Modern Art, 1966.
- VEYNE, P. *Comment on écrit l'Histoire*: essai d'épistémologie. Paris: Le Seuil, 1970.
- WHITE, H. *Metahistory*: the historical imagination in 19th century Europe. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.
- ZEVI, B. *The modern language of Architecture*. Seattle: University of Washington Press, 1978.

The ancient city between Archaeology and History: an interview with Rebecca Sweetman*

A cidade antiga entre a Arqueologia e a História: uma entrevista com Rebecca Sweetman

Rebecca Sweetman

Interviewee

João Carlos Furlani

Interviewer

Rebecca Jane Sweetman, born in 1973, is a renowned Irish researcher specializing in the archaeology of Roman Greece and Late Antiquity. Currently, she holds the position of Professor of Ancient History and Archaeology at the University of St Andrews, where she previously led the School of Classics. In September 2022, she assumed the role of Director of the British School at Athens, having previously served as Assistant Director from 2000 to 2003.

Her academic journey began with studies in Archaeology and Ancient World at University College Dublin, followed by a year dedicated to excavations. Her doctoral research at the University of Nottingham focused on the Roman and Early Christian mosaics of Crete. Throughout her career, Sweetman has stood out for notable projects, including her significant contribution to the Christianization of the Cyclades in Late Antiquity. In recognition of her achievements, she was awarded the Leverhulme Trust Major Fellowship and has led various projects addressing issues ranging from landscapes and networks to the processes of Christianization in the late ancient period.

As archaeologist, her research is centered on Greece in the Roman and Late Antiquity periods. Initially focused on Roman Crete, her work resulted in a comprehensive monograph on the archaeology of the island, with a special emphasis on mosaics, their craftsmen, and patrons, covering the period from the 1st century BCE to the 7th century CE.

* Interview granted to Prof. Dr. João Carlos Furlani on July 25, 2023.

With a significant presence in the Peloponnese, Sweetman delved into the study of Late Antique church construction, Christianization, and the strategic and organic processes involved in the spread of these structures. Notably, her work on the Acropolis Basilica in Sparta, in collaboration with Dr. Evi Katsara, has been a cornerstone of this project. Currently, her research focuses on the Cyclades in the Roman and Late Antique periods, exploring the reasons behind the success of these islands in challenging times, such as their integration into the Roman Empire and later into the Christian world.

Beyond her academic commitments, Sweetman has engaged in collaborative interdisciplinary projects, including digital reconstructions of archaeological sites with colleagues in Computer Science, and studies of haptic experiences with archaeology for well-being in collaboration with colleagues in Neuroscience. Her work in the latter area led to the award of the 2021 Chandler Screven Memorial – Visitor Studies Outstanding Paper Award. Demonstrating her philanthropic side, she raised funds for refugees in Athens in 2019.

Affiliated with the School of Classics at the University of St Andrews, she supervises students on topics such as Late Antique Ports and Trade, Late Antique Women in Funerary Spaces, Haptic Experiences with Archaeology for Well-being, and the Cult of Isis. Throughout her career, she has guided research on Sparta, the Cyclades in the Late Antique and Byzantine periods, and the Cyclades and Crete in the Iron Age.

1. João Carlos Furlani: Firstly, I would like to thank you for accepting our invitation. It is a pleasure to interview you. To start our conversation, a personal question. There are many reasons why scholars dedicate themselves to Archaeology and Ancient History. In the case of Paul Veyne, for example, it was the discovery of a fragment of an amphora in a Celtic site when he was a child. But I believe not everyone is that fortunate. In your case, what led you to dedicate yourself to the study of the Ancient World?

A. Rebecca Sweetman: Thank you so much! This question always makes me smile. I have wanted to be an archaeologist for as long as I can remember.... (with only a short blip when I thought I wanted to be a vet!). My parents are both archaeologists and I was fortunate to have had the opportunity to grow up on site as my dad spent his summers excavating in Ireland. It was on a family trip to Knossos when I was 12 that I really fell in love with Greek archaeology. I was able to take Classical Studies at School as an 'extra' subject that our History teacher, Mr O'Leary offered to a group of us during our lunch breaks. And then at university I did a joint degree in Archaeology and Classical Studies. I had many years of digging in Ireland and working in Crete during my degree, but it was

clear from an early point that Greek archaeology was my passion (that and the fact that Irish archaeology can be a bit challenging weather-wise!!).

2. Having worked as Assistant Director of the British School at Athens (BSA) at the beginning of your career, between 2000 and 2003, as a professor of Ancient History and Archaeology at the University of St Andrews since 2003, and currently as the Director of BSA since September 2022, what is your opinion regarding institutions like the British School for society and the international community of researchers?

A.: It is so important for these institutions like the BSA to be as embedded in local community and academic community as possible. Our discipline has broad appeal to a wide audience which makes knowledge exchange and public engagement really rewarding. In Athens, we are expanding our outreach programme, that Knossos already does so well, to share our knowledge with groups of school children and forced migrants and to broaden the scope of how archaeology, history and science can be used in everything from education to well-being.... And fun of course! There is a lot more to be done in this area. When I was at St Andrews I ran a 4 year project with one of my PhD students, Alison Hadfield on haptic experiences with archaeological material for well-being; we worked with various groups of people with caring needs (for example, children with learning challenges, people with mental health concerns, and prisoners) to introduce them to material culture and over the course of a number of sessions, we were able to record that people felt happier, more confident, knowledgeable and even fortunate after working with our team. Alison is now working with people with early-stage dementia to show how haptic experiences with archaeology can be of benefit. It's been fantastic having Alison come to Athens to see the great work that is being done here at museums such as the Benaki, the Canelopoulos and the Tactual.

The BSA works to provide facilities for scholars in the library, archive, permits, Knossos research centre and through our own research programmes we have fantastic opportunities to collaborate, and this is also a fundamental role to share resources and knowledge and to use our 137 years of experience in the field! At the BSA, our Fitch Laboratory (which turns 50 years old next year) is beacon of our innovative approach in promoting STEM, and women in STEM through mentoring and engagement. Together the Fitch with the BSA are working at the intersection of Arts and Humanities and Sciences in a way that not many institutions are able to do.

3. I had the pleasure of attending the British School at Athens between 2021 and 2022. During this short period, I had the opportunity to learn about the institution's work and

observe the dedication of its members. Could you tell us about some of the research projects currently being conducted by the BSA?

A.: We have a number of fieldwork projects that are being run under the auspices of the BSA. For example, Toumba Serron (Dimitra Malamidou, Nicolas Zorin and James Taylor) are excavating a Neolithic Tell site close to Serres in Northern Greece. Colleagues here are integrating digital and excavation methods to keep an impressive handle on the complexities of this site and already they appear to have evidence of houses within the settlement and burials outside the perimeter of it. Anastasia Christofilopoulou, Michael Loy, Naoise MacSweeney and Jan Mokrišová are running a survey in the western area of Samos. New work is beginning on the Late Antique and Byzantine rural settlement of Kato Choria in Naxos which is being run by James Crow and Mark Jackson. New areas of the site of Palaikastro, a long running BSA project, have been the focus of new excavations by Carl Knappett and Andrew Shapland. Work at Knossos is year-round and colleagues there are researching a mix of legacy data and more recent projects. The Knossos curator, Kostis Christakis is working in collaboration with the University of the mountains on an ethnography study of weaving which involves growing cotton at the Knossos certain. The Fitch's research concerns Neolithic to Medieval periods and geographically has expanded beyond its main Aegean focus to include areas from Cornwall to the Iberian coast to the Balkans to northern Mesopotamia.

The Fitch is buzzing with international collaborations including work with Vasif Sahoglu and his team at Cesme looking at the Late Bronze Age settlement there. They have some exciting preliminary results regarding the Thera eruption! The Fitch also collaborates closely with colleagues in the University of Thessaloniki on Toumba and with several other institutions on the PlaCE project. The latter is an international network training programme in ceramic technology.

The 1821 project, sponsored by the Stavros Nicharos foundation is a huge study led by Michalis Sotiropoulos and with the work of the BSA Archivist, Amalia Kakassis, they are focusing on the Finlay material held here at the BSA, to shed light on this turning point in Greek history. Digital Finlay is now available online!

Our School Students, Leventis Post Doc, Visiting Fellow, Early Career Fellow and Arts Bursary award holder run their own research projects and it has been one of the highlights of the job of the Director getting to know these colleagues and being part of the institution that supports their research.

4. As the theme "Cities in the Ancient World" is one of the main focuses of the current issue of the Journal, it is impossible not to mention the Knossos 2025 Project, which will promote the reconstruction of the Stratigraphical Museum and investment in the Knossos Research Centre, on the island of Crete. We know Knossos is one of the most important archaeological sites in the world, the oldest settlement in Europe, and the centre of the Minoan civilization. It is undeniable that the history of the BSA in Knossos has played a significant role in the academic development of archaeologists and historians and in the construction of historical knowledge. What impact do you think the Knossos 2025 Project will have on future generations of researchers, and how does it feel to be part of this significant moment for Greek Archaeology?

A.: The material holdings at the Stratigraphic Museum are without parallel... the finds from excavations undertaken in the Knossos valley (mostly by the BSA) are stored here and range in date from Neolithic to Byzantine. Colleagues from across Greece, UK and Internationally are encouraged to research and consult the material as well as work on the primary material itself for publication or even new understandings of old material. The new stratigraphic museum is going to make all of this material much more accessible to scholars allowing new interpretations of the past to be forthcoming as state-of-the-art research facilities will enable this. The integration of storage and specialist working spaces will enhance this work considerably. Ideally researchers will be able to consult the material in connection with the archival data stored at the BSA and also Evans' material at the Ashmolean.

5. *Material culture and archaeological remains from ancient societies that have endured through time and reached us today, such as those found in Knossos, are often disconnected from their original condition, function, and even their geographical location. In this regard, how do archaeologists deal with these issues?*

A.: This is a good question and there are many different ways of thinking about this. It is critical to try as much as possible to retain knowledge of the original context which can always feed into better understanding of function. But as with space, functions and meanings can change depending on a range of circumstances. We did a series of experiments in St Andrews to understand the impact of different kinds of haptic experiences with material culture (seeing objects in a glass case, interacting with digital reconstructions, feeling objects but not seeing and handling originals). The results were really interesting... once people handled the objects (regardless of knowledge of the original context) they would talk about the maker or user of the object... it was the practical element. In other contexts,

the remove of the object meant that people considered them more as art rather than artefact. In any case, the key thing here is to publish promptly and openly... provide all the data and enable researchers to agitate at the data again and again.

6. Although they had the Mediterranean as a unifying element, the different ancient cities built around this sea presented many differences among themselves, whether in terms of buildings, architecture, or the topography that constituted the urban landscape. In your studies, such as those on the Peloponnese, what have you observed?

A.: Although as archaeologists we study people through their material culture... when it comes to spaces we are not as adept as understanding those spaces as populated spaces that change according to the weather/number of people/periods etc. Topography is fundamental for shaping the development of cities and vice versa... regardless of where that city is located. So many ways to address this question... but I think I would like to consider resilience particularly in urban landscapes. From my recent work on the Cyclades, it is clear that the islands were buffered from significant disasters by their resilience. The upside of often being the first to experience bad times is that these spaces are often the most open to new ideas.

7. In recent decades, scholars have sought to emphasize the differences between the khôra and the ásty. However, for a long time, there was not a more consistent concern in differentiating these spaces. Considering the cities into a civic zone, what is your opinion on understanding and differentiating these spaces for the comprehension of everyday life?

A.: Hummmmm.... There is a lot to be said about this. I think as noted above, it's important to see both of these spaces as populated spaces and connected and changing... One of the key issues we have with this question is the fact that the focus of archaeological and historical analysis has been on the city. There is a significant acknowledgement of this and archaeological surveys and environmental archaeology and eco-critical approaches are helping to redress the bias, but still there is a long way to go before we have as in-depth information about the countryside as we do the city. Traditional arguments regarding interdependencies still linger, but new approaches to understanding use of space which incorporate approaches from different disciplines signal a positive way forward. I think the key thing with understanding space is to get to terms with its temporality and flexibility... that spaces are made and remade as quickly as the change from day to night or depending on who is occupying those spaces. In our volume

on Lived spaces (see below) we have noted that all our contributions define space in different ways and all note the fluidity of space.

8. Over the years, I have noticed a certain disconnect regarding the history of religions, especially Christianity, with issues of a spatial nature. However, I consider the relationship between individuals and space fundamental to understanding the development and erasure of religious traditions and cultures, as I suggested in my studies on the Christianization of Constantinople. I know that you have developed the project "The Late Antique Cyclades: Landscapes, Networks and Christianization", in which you analysed the Christianization of the Cyclades in the late ancient period. Could you mention the results obtained and comment on the importance of space for your analysis?

A.: That's a good question! I have been thinking about this because I think it partly arises because students do not have as many opportunities to undertake fieldwork and see the sites in the landscape as before. To counter that thought, I have been working with Carlos Machado on an edited volume entitled Lived Spaces and Late Antiquity. I would like to say that the work of colleagues in that is challenging the disconnect you mention.

9. The relationship between Ancient History and Classical Archaeology is undoubtedly very close. There are numerous works that correlate them, making it sometimes difficult to separate them. As a historian, I see the contribution that Archaeology brings to my research. However, I would like to know how Archaeology currently relates to History.

A.: I am not sure how helpful this answer is... I think you always need to relate both Archaeology & History wherever possible. They can tell different stories about the past as we as archaeologists and historians bring our own interpretations of the past to those stories. So, I think it's always useful to distinguish perspectives while using them without bias... if that makes sense?

10. In the field of studies on the Ancient World conducted in Brazil, we have witnessed an approximation between different areas of knowledge, such as History, Archaeology, Anthropology, and Arts, which has provided valuable theoretical and methodological exchange. However, for beginner researchers, reconciling textual and archaeological sources is still a challenge. Do you have any advice for these cases?

A.: That's a great question! As academics the amount of time we can devote to scholarship is being reduced... but interestingly, as our librarian here at the BSA pointed out recently, the number of monographs that are being produced has risen significantly in the last 10 years in our discipline. But to return to your question, I think the answer is to read. Read as much as possible and as broadly as possible. Ask friends and colleagues to read your work. Go to seminars and conferences that are not directly related to your particular topic and be open minded!

11. On April 29, 2023, we experienced the loss of Rosemary Cramp, an important archaeologist specialized in Anglo-Saxon studies and the first woman to be appointed a professor at the University of Durham, in 1971, where was head of Department of Archaeology until 1990. More recently, on February 8, 2021, we also lost Cyril Mango, one of the leading Byzantinists of the 20th century, responsible for combining Archaeology, History, Art, and Architecture. I would like you to comment on the contribution of authors from past generations to the consolidation of Archaeology and how you see the future of the discipline.

A.: Its always important to understand the development of archaeology, where we have been, who the key figures are. In fact, one of the first classes we offer to our new archaeology students is on the history of archaeology. Its important to reflect on the people who studied the people as much as the people being studied. This is obviously because of the fact that the experience we have and context in we make our interpretations impacts on our understanding of the past. I worry a little about students and the challenges that they face in being able to undertake fieldwork, gain experience, get funding to do postgraduate degrees and of course gain positions. Its not an easy time. The importance of working on legacy data cannot be underestimated, particularly when we see the impact of climate change so clearly on archaeological sites. In saying all of that, mentoring and encouraging future students, enabling them to get as wide a range of experience in archaeology as possible must be the way forward.

A cidade antiga entre a Arqueologia e a História: uma entrevista com Rebecca Sweetman*

*The ancient city between Archaeology and History:
an interview with Rebecca Sweetman*

Rebecca Sweetman

Entrevistada

João Carlos Furlani

Entrevistador

Rebecca Jane Sweetman, nascida em 1973, é uma renomada pesquisadora irlandesa especializada na Arqueologia da Grécia romana e na Antiguidade Tardia. Atualmente, ocupa o cargo de professora de História Antiga e Arqueologia na Universidade de St. Andrews, onde anteriormente liderou a Escola de Clássicos. Em setembro de 2022, assumiu a direção da Escola Britânica de Atenas, tendo previamente exercido o cargo de diretora assistente entre 2000 e 2003.

Sua trajetória acadêmica teve início com estudos em Arqueologia e Mundo Antigo na University College Dublin, seguidos por um ano dedicado a escavações. O doutorado, concluído na Universidade de Nottingham, abordou os mosaicos romanos e cristãos primitivos de Creta. Ao longo de sua carreira, Sweetman destacou-se por projetos notáveis, como sua significativa contribuição para a cristianização das Cíclades na Antiguidade Tardia. Em reconhecimento a suas realizações, recebeu a Bolsa Major da Leverhulme Trust e liderou diversos projetos, abordando questões que vão desde paisagens e redes até os processos de cristianização na época tardo-antiga.

Como arqueóloga, concentra sua pesquisa na Grécia nos períodos romano e da Antiguidade Tardia. Inicialmente focada na Creta romana, seu trabalho resultou em uma monografia abrangente sobre a arqueologia da ilha, com destaque para mosaicos, seus artífices e patronos, abrangendo o período dos séculos I a.C. ao VII d.C.

* Entrevista concedida ao Prof. Dr. João Carlos Furlani, em 25 de julho de 2023.

Com uma atuação marcante no Peloponeso, dedicou-se a estudar a construção de igrejas na Antiguidade Tardia, à cristianização e aos processos estratégicos e orgânicos envolvidos na disseminação dessas estruturas, como observado no seu trabalho na Basílica da Acrópole, em Esparta, em parceria com a Dra. Evi Katsara. Atualmente, seus estudos voltam-se para as Cíclades nos períodos romano e tardo-antigo, explorando as razões do sucesso dessas ilhas em momentos desafiadores, como sua integração ao Império Romano e, posteriormente, ao mundo cristão.

Além de seu compromisso acadêmico, Sweetman envolveu-se em projetos colaborativos interdisciplinares, incluindo reconstruções digitais de sítios arqueológicos com colegas em Ciência da Computação, e estudos de experiências hápticas com Arqueologia para o bem-estar em colaboração com colegas em Neurociência. Seu trabalho nesta última área culminou com o Prêmio de Melhor Artigo de Estudos de Visitantes Chandler Screven Memorial em 2021. Demonstrando também seu lado filantrópico, arrecadou fundos para refugiados em Atenas, em 2019.

Vinculada à Escola de Clássicos da Universidade de St. Andrews, a professora supervisiona estudantes em temas como portos e comércio, mulheres, espaços funerários, experiências hápticas com Arqueologia para o bem-estar e o culto a Ísis. Ao longo de sua carreira, orientou pesquisas sobre Esparta, as Cíclades nos períodos da Antiguidade Tardia e Bizantino, e sobre as Cíclades e Creta na Idade do Ferro.

1. João Carlos Furlani: Em primeiro lugar, gostaria de agradecer por aceitar nosso convite. É um prazer entrevistá-lo. Para iniciar nossa conversa, uma pergunta pessoal. Existem muitas razões pelas quais os estudiosos se dedicam à Arqueologia e à História Antiga. No caso de Paul Veyne, por exemplo, foi a descoberta de um fragmento de uma ânfora em um sítio celta quando ele era criança. Mas acredito que nem todos têm essa sorte. No seu caso, o que a levou a se dedicar ao estudo do Mundo Antigo?

R. Rebecca Sweetman: Muito obrigado! Esta pergunta sempre me faz sorrir. Eu quis ser arqueóloga pelo tempo que consigo me lembrar... (com apenas um breve momento em que pensei que queria ser veterinária!). Meus pais são ambos arqueólogos, e tive a sorte de ter a oportunidade de crescer em um sítio arqueológico, já que meu pai passava seus verões escavando na Irlanda. Foi numa viagem em família a Cnossos, quando eu tinha 12 anos, que realmente me apaixonei pela Arqueologia Grega. Tive a oportunidade de cursar Estudos Clássicos na escola como uma disciplina "extra" que nosso professor de História, Sr. O'Leary, ofereceu a um grupo durante o intervalo. E, na universidade, fiz uma graduação conjunta em Arqueologia e Estudos Clássicos. Passei muitos anos escavando

na Irlanda e trabalhando em Creta durante meu curso, mas ficou claro desde o início que a Arqueologia Grega era minha paixão (e também o fato de que a Arqueologia da Irlanda pode ser um pouco desafiadora em termos de clima!).

2. Tendo trabalhado como diretora assistente da Escola Britânica de Atenas (BSA) no início de sua carreira, entre 2000 e 2003, como professora de História Antiga e Arqueologia na Universidade de St. Andrews desde 2003 e atualmente como Diretora da BSA desde setembro de 2022, qual é a sua opinião sobre instituições como a Escola Britânica para a sociedade e a comunidade internacional de pesquisadores?

R.: É muito importante para instituições como a BSA estarem integradas o máximo possível na comunidade local e na comunidade acadêmica. Nossa disciplina tem amplo apelo a um público diversificado, o que torna a troca de conhecimento e o engajamento público realmente gratificantes. Em Atenas, estamos expandindo nosso programa de divulgação, algo que Cnossos já faz muito bem, para compartilhar nosso conhecimento com grupos de estudantes e refugiados forçados, ampliando o escopo de como a Arqueologia, a História e a ciência podem ser usadas em áreas que vão desde a educação até o bem-estar... E, é claro, para diversão! Há muito mais a ser feito nessa área. Quando estava em St. Andrews, conduzi um projeto de 4 anos com uma das minhas alunas de doutorado, Alison Hadfield, sobre experiências táteis com material arqueológico para o bem-estar; trabalhamos com vários grupos de pessoas com necessidades de cuidados (por exemplo, crianças com desafios de aprendizado, pessoas com problemas de saúde mental e prisioneiros) para introduzi-los à cultura material e, ao longo de várias sessões, conseguimos registrar que as pessoas se sentiam mais felizes, confiantes, mais bem informadas e até afortunadas após trabalhar com nossa equipe. Alison agora está trabalhando com pessoas com demência em estágio inicial para mostrar como as experiências táteis com Arqueologia podem ser benéficas. Foi fantástico ter Alison vindo para Atenas para ver o ótimo trabalho que está sendo feito aqui em museus como o Benaki, o Canelopoulos e o Tactual.

A BSA trabalha para fornecer instalações para acadêmicos na biblioteca, arquivo, permissões, centro de pesquisa de Cnossos e, por meio de nossos próprios programas de pesquisa, temos oportunidades fantásticas de colaboração, e esse também é um papel fundamental para compartilhar recursos e conhecimento e usar nossos 137 anos de experiência no campo! Na BSA, nosso Laboratório Fitch (que completa 50 anos no próximo ano) é um exemplo de nossa abordagem inovadora na promoção da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) e das mulheres em STEM por meio de mentoria e

envolvimento. Juntos, o Laboratório Fitch e a BSA estão trabalhando na interseção das Artes, Humanidades e Ciências de um modo que poucas instituições conseguem fazer.

3. Tive o prazer de frequentar a Escola Britânica de Atenas entre 2021 e 2022. Durante esse curto período, tive a oportunidade de conhecer o trabalho da instituição e observar o empenho de seus membros. Você poderia nos falar sobre alguns dos projetos de pesquisa que estão sendo conduzidos atualmente pela BSA?

R.: Temos vários projetos de campo que estão sendo realizados sob os auspícios da BSA. Por exemplo, Toumba Serron (Dimitra Malamidou, Nicolas Zorin e James Taylor) estão escavando um sítio Neolítico Tell próximo a Serres, no norte da Grécia. Colegas aqui estão integrando métodos digitais e de escavação para lidar com a complexidade desse sítio, e já parecem ter evidências de casas dentro do assentamento e enterros fora de seu perímetro. Anastasia Christofilopoulou, Michael Loy, Naoise MacSweeney e Jan Mokrišová estão conduzindo um levantamento na área oeste de Samos. Novos trabalhos estão começando no assentamento rural da Antiguidade Tardia e Bizantina de Kato Choria, em Naxos, que está sob a coordenação de James Crow e Mark Jackson. Novas áreas do sítio de Palaiokastro, um projeto de longa data da BSA, têm sido o foco de novas escavações conduzidas por Carl Knappett e Andrew Shapland. O trabalho em Cnossos é contínuo, e os colegas lá estão pesquisando uma mistura de dados legados e projetos mais recentes. O curador de Cnossos, Kostis Christakis, está colaborando com a Universidade das montanhas em um estudo etnográfico sobre tecelagem, que envolve o cultivo de algodão em Cnossos. A pesquisa do Fitch abrange do Neolítico à Idade Média e, geograficamente, expandiu-se além de seu foco principal no Egeu para incluir áreas que vão da Cornualha à costa ibérica, dos Balcãs ao norte da Mesopotâmia.

O Fitch está repleto de colaborações internacionais, incluindo o trabalho com Vasif Sahoglu e sua equipe em Cesme, investigando o assentamento da Idade do Bronze Tardia lá. Eles têm resultados preliminares empolgantes em relação à erupção de Thera! O Fitch também colabora de perto com colegas da Universidade de Salônica, em Toumba, e com várias outras instituições, no projeto PlaCE. Este último é um programa de rede internacional de treinamento em tecnologia cerâmica.

O projeto 1821, patrocinado pela Fundação Stavros Nicharos, é um estudo abrangente liderado por Michalis Sotropoulos, e com o trabalho do arquivista da BSA, Amalia Kakassis, eles estão focados no material de Finlay mantido aqui na BSA, para lançar luz sobre esse ponto de virada na história grega. O Finlay Digital já está disponível online!

Nossos estudantes da instituição, bolsistas pós-doutorados Leventis, bolsistas visitantes, bolsistas de início de carreira e contemplados com bolsas de arte conduzem

seus próprios projetos de pesquisa, e tem sido um dos pontos altos do trabalho do diretor conhecer esses colegas e fazer parte da instituição que apoia suas pesquisas.

4. Como o tema "Cidades no Mundo Antigo" é um dos principais focos da edição atual da revista, é impossível não mencionar o "Projeto Cnossos 2025", que promoverá a reconstrução do Museu Estratigráfico e investimentos no Centro de Pesquisa de Cnossos, na ilha de Creta. Sabemos que Cnossos é um dos sítios arqueológicos mais importantes do mundo, o mais antigo assentamento da Europa e o centro da civilização minoica. É inegável que a história da BSA, em Cnossos, desempenhou um papel significativo no desenvolvimento acadêmico de arqueólogos e historiadores e na construção do conhecimento histórico. Qual impacto você acredita que o "Projeto Cnossos 2025" terá nas futuras gerações de pesquisadores, e como é fazer parte deste momento significativo para a Arqueologia Grega?

R.: As coleções do Museu Estratigráfico são sem paralelo... os achados das escavações realizadas no vale de Cnossos (principalmente pela BSA) são armazenados aqui e abrangem datas que vão desde o Neolítico até o Bizantino. Colegas de toda a Grécia, Reino Unido e internacionalmente são encorajados a pesquisar e consultar o material, bem como trabalhar no material primário em si para publicação ou mesmo novas compreensões do material antigo. O novo Museu Estratigráfico tornará todo esse material muito mais acessível aos estudiosos, permitindo novas interpretações do passado, já que instalações de pesquisa de ponta possibilitarão isso. A integração de espaços de armazenamento e trabalho especializado melhorará consideravelmente esse trabalho. Idealmente, os pesquisadores poderão consultar o material em conexão com os dados arquivais armazenados na BSA e também com o material de Evans no Ashmolean.

5. A cultura material e os vestígios arqueológicos das antigas sociedades que perduraram ao longo do tempo e chegaram até nós, como os encontrados em Cnossos, muitas vezes estão desconectados de sua condição original, função e até mesmo localização geográfica. Nesse sentido, como os arqueólogos lidam com essas questões?

R.: Esta é uma pergunta interessante e há muitas maneiras diferentes de abordá-la. É fundamental tentar, tanto quanto possível, manter o conhecimento do contexto original, o que sempre pode contribuir para uma melhor compreensão da função. No entanto, assim como com o espaço, funções e significados podem mudar dependendo de uma série de circunstâncias. Fizemos uma série de experimentos em St. Andrews para entender o impacto de diferentes tipos de experiências táteis com a cultura material (ver objetos em uma vitrine, interagir com reconstruções digitais, sentir objetos sem vê-los ou manusear

originais). Os resultados foram realmente interessantes... uma vez que as pessoas manuseavam os objetos (independentemente do conhecimento do contexto original), elas começavam a falar sobre o fabricante ou usuário do objeto... era o elemento prático. Em outros contextos, a distância do objeto fazia com que as pessoas os considerassem mais como arte do que como artefato. De qualquer forma, o mais importante aqui é publicar de maneira rápida e aberta... fornecer todos os dados e permitir que os pesquisadores revisitem os dados repetidamente.

6. Embora tivessem o Mediterrâneo como elemento unificador, as diferentes cidades antigas construídas ao redor desse mar apresentavam muitas diferenças entre si, seja em termos de edifícios, arquitetura ou topografia que constituíam a paisagem urbana. Em seus estudos, como os realizados na região do Peloponeso, o que você observou?

R.: Embora, como arqueólogos, estudemos as pessoas por meio de sua cultura material... quando se trata de espaços, não somos tão hábeis em entender esses espaços como locais povoados que mudam de acordo com o clima/número de pessoas/ períodos etc. A topografia é fundamental para moldar o desenvolvimento das cidades e vice-versa... independentemente de onde essa cidade esteja localizada. Há muitas maneiras de abordar essa questão... mas acho que gostaria de considerar a resiliência, especialmente nas paisagens urbanas. A partir do meu trabalho recente nas Cíclades, fica claro que as ilhas eram protegidas de grandes desastres devido à sua resiliência. A vantagem de muitas vezes serem as primeiras a experimentar tempos difíceis é que esses espaços muitas vezes são os mais abertos a novas ideias.

7. Nas últimas décadas, estudiosos têm buscado enfatizar as diferenças entre a 'khôra' e a 'ásty'. No entanto, por muito tempo, não havia uma preocupação mais consistente em diferenciar esses espaços. Considerando a divisão das cidades, qual é a sua opinião sobre a apreensão e diferenciação desses espaços para a compreensão da vida cotidiana?

R.: Hummmmm... Há muito a ser dito sobre isso. Eu acho, como mencionado acima, que é importante ver ambos esses espaços como espaços povoados, conectados e mutáveis... Uma das questões-chave que temos com essa pergunta é o fato de que o foco da análise arqueológica e histórica tem sido a cidade. Há um reconhecimento significativo disso, e levantamentos arqueológicos, Arqueologia Ambiental e abordagens eco-críticas estão ajudando a corrigir o viés, mas ainda há um longo caminho a percorrer antes de termos informações tão detalhadas sobre o campo como temos sobre a cidade. Argumentos

tradicionalis sobre interdependências ainda persistem, mas novas abordagens para entender o uso do espaço que incorporam abordagens de diferentes disciplinas sinalizam um caminho positivo adiante. Acho que a chave para entender o espaço é chegar a um entendimento de sua temporalidade e flexibilidade... que os espaços são feitos e refeitos tão rapidamente quanto a mudança do dia para a noite ou dependendo de quem está ocupando esses espaços. Em nosso volume sobre espaços vividos na Antiguidade Tardia (veja abaixo), observamos que todas as nossas contribuições definem o espaço de maneiras diferentes e destacam a fluidez do espaço.

8. Ao longo dos anos, tenho percebido uma certa desconexão em relação à história das religiões, especialmente o cristianismo, com questões de natureza espacial. No entanto, considero fundamental a relação entre indivíduos e espaço para entender o desenvolvimento e o apagamento de tradições religiosas e culturas, como sugeri em meus estudos sobre a aristianização de Constantinopla. Sei que você desenvolveu o projeto 'The Late Antique Cyclades: Landscapes, Networks and Christianization', no qual analisou a cristianização das cíclades no período da Antiguidade Tardia. Você poderia mencionar os resultados obtidos e comentar sobre a importância do espaço para sua análise?

R.: Essa é uma ótima pergunta! Tenho pensado sobre isso porque acredito que isso ocorre em parte porque os estudantes não têm tantas oportunidades de realizar trabalhos de campo e ver os sítios na paisagem como antes. Para contrariar esse pensamento, tenho trabalhado com Carlos Machado em um volume editado intitulado *Espaços vividos e a Antiguidade Tardia*. Gostaria de pensar que o trabalho de colegas nesse livro está desafiando a desconexão que você mencionou.

9. A relação entre História Antiga e Arqueologia Clássica é, sem dúvida, muito próxima. Existem inúmeros trabalhos que correlacionam essas disciplinas, tornando às vezes difícil separá-las. Como historiador, vejo a contribuição que a Arqueologia traz para minha pesquisa. No entanto, gostaria de saber como a Arqueologia se relaciona atualmente com a História.

R.: Não tenho certeza de quão útil é esta resposta... Eu acho que você sempre precisa relacionar tanto a Arqueologia quanto a História sempre que possível. Elas podem contar diferentes histórias sobre o passado, já que nós, arqueólogos e historiadores, trazemos nossas próprias interpretações do passado para essas histórias. Portanto, acho que é sempre útil distinguir perspectivas ao usá-las sem preconceito... se isso faz sentido?

10. No campo dos estudos sobre o Mundo Antigo realizados no Brasil, testemunhamos uma aproximação entre diferentes áreas do conhecimento, como História, Arqueologia, Antropologia e Artes, o que tem proporcionado valiosas trocas teóricas e metodológicas. No entanto, para pesquisadores iniciantes, conciliar fontes textuais e arqueológicas ainda é um desafio. Você tem algum conselho para esses casos?

R.: Essa é uma ótima pergunta! Como acadêmicos, o tempo que podemos dedicar à pesquisa está sendo reduzido... mas, interessantemente, como nossa bibliotecária aqui na BSA apontou recentemente, o número de monografias produzidas aumentou significativamente nos últimos 10 anos em nossa disciplina. Mas, voltando à sua pergunta, acho que a resposta é ler. Leia o máximo possível e o mais amplamente possível. Peça a amigos e colegas para lerem seu trabalho. Vá a seminários e conferências que não estão diretamente relacionados ao seu tópico específico e esteja aberto a diferentes perspectivas!

11. Em 29 de abril de 2023, experimentamos a perda de Rosemary Cramp, uma importante arqueóloga especializada em estudos anglo-saxões e a primeira mulher a ser nomeada professora na Universidade de Durham, em 1971, onde foi chefe do Departamento de Arqueologia até 1990. Mais recentemente, em 8 de fevereiro de 2021, também perdemos Cyril Mango, um dos principais bizantinistas do século XX, responsável por combinar Arqueologia, História, Arte e Arquitetura. Gostaria que você comentasse sobre a contribuição de autores de gerações passadas para a consolidação da Arqueologia e como você vê o futuro da disciplina.

R: É sempre importante entender o desenvolvimento da Arqueologia, de onde viemos e quem são as figuras-chave. Na verdade, uma das primeiras aulas que oferecemos aos nossos novos alunos de Arqueologia é sobre a História da Arqueologia. É importante refletir sobre as pessoas que estudaram as pessoas, assim como as pessoas que estão sendo estudadas. Isso ocorre obviamente devido ao fato de que a experiência que temos e o contexto em que fazemos nossas interpretações afetam nossa compreensão do passado. Eu me preocupo um pouco com os estudantes e os desafios que enfrentam para poder realizar trabalhos de campo, adquirir experiência, obter financiamento para fazer pós-graduação e, claro, conseguir posições. Não é um momento fácil. A importância de trabalhar com dados legados não pode ser subestimada, especialmente quando vemos o impacto das mudanças climáticas de forma tão clara em sítios arqueológicos. Dito tudo isso, o mentoramento e o encorajamento de futuros estudantes, capacitando-os a obter a mais ampla gama de experiências em Arqueologia possível, devem ser o caminho a seguir.

Tel Dor, cidade portuária de múltiplas ocupações: conhecendo um pouco mais sobre o Mediterrâneo Oriental

Tel Dor, a port city with multiple occupations: learning a little more about the Eastern Mediterranean

Vagner Carvalheiro Porto*

Resumo: Tel Dor, um extenso monte na costa mediterrânea de Israel, atualmente designado como Parque Nacional, destaca-se ao longo de sua existência pela presença portuária, tornando-se uma cidade litorânea dinâmica, acolhedora e multicultural. Este artigo tem como objetivo apresentar de forma didática as continuidades e descontinuidades culturais vivenciadas por Tel Dor ao longo dos séculos, explorando suas ocupações por canaanitas, "Povos do Mar", israelitas, fenícios, assírios, persas, gregos e romanos. Buscamos também fornecer um breve histórico das escavações arqueológicas que destacaram a importância de Dor no contexto local e regional do Mediterrâneo Oriental. Para isso, consultamos documentos escritos, relatórios de escavações e escavações no próprio sítio. As descobertas arqueológicas em Tel Dor, combinadas com a diversidade de fontes, oferecem uma compreensão abrangente das influências culturais que moldaram esse local, sendo percebido como um microcosmo significativo de diversidade cultural ao longo dos séculos no Mediterrâneo Oriental. Por fim, reservamos algumas palavras ao Museu Mizgaga, parceiro do sítio arqueológico desde a década de 1980, que desempenha um papel vital na preservação e exposição do material arqueológico resultante das escavações subaquáticas e da área do Tel.

Abstract: Tel Dor, an extensive mound on the Mediterranean coast of Israel, currently designated as a National Park, stands out throughout its existence due to its port presence, evolving into a dynamic, welcoming, and multicultural coastal city. This article aims to present in a didactic manner the cultural continuities and discontinuities experienced by Tel Dor over the centuries, exploring its occupations by Canaanites, "Sea Peoples," Israelites, Phoenicians, Assyrians, Persians, Greeks, and Romans. We also aim to provide a brief history of archaeological excavations that underscored the significance of Dor in the local and regional context of the Eastern Mediterranean. To achieve this, we consulted written documents, excavation reports, and conducted excavations on-site. The archaeological findings at Tel Dor, coupled with the diversity of sources, offer a comprehensive understanding of the cultural influences that shaped this location, perceived as a significant microcosm of cultural diversity over the centuries in the Eastern Mediterranean. Finally, we dedicate a few words to the Mizgaga Museum, a partner of the archaeological site since the 1980s, playing a vital role in preserving and exhibiting archaeological material from underwater excavations and the Tel area.

Palavras-chave:

Tel Dor.
Mediterrâneo Oriental.
Arqueologia do Oriente Próximo.
Museu Mizgaga.

Keywords:

Tel Dor.
Eastern Mediterranean.
Near Eastern
Archeology.
Mizgaga Museum.

Recebido em: 20/09/2023
Aprovado em: 30/10/2023

* Professor de Arqueologia Mediterrânea do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP. Coordenador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (Larp/MAE). Líder dos seguintes grupos de pesquisa do CNPq: *ARISE – Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas e Numismática Antiga*. Desenvolve, atualmente, pesquisas no sítio arqueológico de Tel Dor, Israel (Processo Fapesp 2020/16698-0; processo CNPq 307954/2020-0). Bolsista Produtividade CNPq, nível 2.

Introdução

Tel Dor (Kh. el-Burj) é um grande monte localizado na costa mediterrânea de Israel. Hoje, dentro de um Parque Nacional,¹ encontra-se a cerca de 30 km ao sul de Haifa e a 130 km de distância ao norte de Jerusalém. É identificado como *D-jr* em fontes egípcias, *Dor* nas fontes bíblicas, e como *Dor/Dora* nas fontes gregas e romanas. A história documentada do local começa na Idade do Bronze Final (embora a própria cidade tenha sido fundada na Idade do Bronze Médio, c. 2.000 AEC) e termina no período das Cruzadas.

Dor foi sucessivamente governada por canaanitas, “Povos do Mar”, israelitas, fenícios, assírios, persas, gregos e romanos. O seu papel principal em todas estas diversas culturas era o de entreposto comercial e de porta de entrada entre o Oriente e o Ocidente. Não seria exagero afirmar que o porto dominou a sorte de Dor ao longo de seus mais de 3.000 anos de história.

Para situar Dor em seu contexto geopolítico, devemos primeiro olhar para os eventos históricos ocorridos no Levante que culminaram no seu florescimento e eventual declínio. Abaixo, podemos ver um mapa de Israel Antigo com Dor em destaque (Figura 1).

Canaanitas (Fim da Idade do Bronze Tardio)

A transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, nos séculos XIII e XII AEC, é anunciada por uma crise de magnitude sem precedentes, que reverberou nas antigas civilizações em todo o Mediterrâneo Oriental e, em décadas, pôs fim a uma ordem que existiu por um milênio.

A causa, ou causas, da referida catástrofe é uma das questões mais debatidas na Arqueologia do Oriente Próximo e do Mediterrâneo. Em Israel, tal crise manifesta-se pela cessação de três séculos de dominação egípcia, pela queda das cidades cananeias, pela infiltração de sociedades tribais pastoris ou agrárias (israelitas e outras) nas terras altas e pelo ataque violento, ou não, dos “Povos do Mar” nas costas.

O território canaanita cobria uma extensão maior que a faixa litorânea que será conhecida como Fenícia. Interessante observar que, em textos acadianos de Nuzi (região dos rios Tigre e Eufrates), o termo “cananeus” também se conecta à cor vermelho-púrpura, da metade do segundo milênio, sob o termo *kinakhnu* (vermelho-púrpura). Essa cor, que será associada a uma importante produção têxtil até os fenícios, aparece conectada aos cananeus (MOSCATI, 1995; KORMIKIARI, 2018, p. 175).

¹ Ver o site *Tel Dor National Park*, disponível em: <<https://en.parks.org.il/reserve-park/teldor/>>.

Figura 1 - Mapa de Israel antigo que mostra parte da Fenícia e Filístia com destaque para a cidade de Dor



Fonte: Gilboa e Sharon (2008, p. 147).

Após dois séculos de turbulência, surgem três tipos de sistemas políticos: Estados territoriais como Israel, Judá, Amom, Edom e Moabe; a pentápolis filisteia; e as cidades fenícias. As escavações em Dor podem fornecer evidências inestimáveis sobre as origens e o destino de pelo menos dois desses grupos: os fenícios e os “Povos do Mar”.

“Povos do Mar”

“Povos do Mar” é um nome coletivo para grupos de diversas etnias e de vários movimentos que, ao longo de dois séculos, atingiram o Mediterrâneo oriental durante os anos conturbados a que nos referimos acima. A chegada em grande número de grupos estrangeiros às áreas do Oriente Próximo, incluindo o Egito, sobretudo por meio marítimo, provocou uma transformação significativa nas dinâmicas políticas de toda a região. Conforme argumenta Cristina Kormikiari (2017, p. 101), esses diversos movimentos não podem ser categoricamente caracterizados como violentos. Isso se deve ao fato de que, durante o reinado de Ramsés, há relatos que indicam a presença dos “Povos do Mar” participando nos exércitos egípcios.² Ou seja, já havia grupos que imigraram e se integraram antes de novas levas chegarem, dessa vez, mais violentas.

No que se refere à identidade dos distintos grupos que chegaram ao Oriente, é amplamente aceito que os PLST são os filisteus bíblicos, mas quem são os outros “Povos do Mar”? Heróis aqueus à deriva para o Leste após o saque de Tróia? Refugiados micênicos em busca de uma nova pátria após a invasão dórica? Mercenários egípcios desonestos? Povos Hakka, “ciganos da China”, perdendo a vida com a pesca, o pequeno comércio e a pirataria? Os nomes SKL e SHRDN implicam que estes povos vieram da Sicília e da Sardenha? Ou talvez que eles se estabeleceram lá depois de suas andanças? Poderia o DNN ser a tribo bíblica de Dan? Ou são os *Danaoi* de Homero? Todas essas (e outras) teorias foram apresentadas, em um momento ou outro da historiografia.

Mesmo entre tantas dúvidas, há ainda uma referência histórica definitiva ao assentamento de “Povos do Mar”, além dos filisteus, ao longo do litoral levantino. A egípcia *História de Wenamon* narra que Bdr, rei dos SKL, residia em Dor, aproximadamente

² Relato sobre estes povos, cujos nomes são mais conhecidos a partir das inscrições hieroglíficas de Ramsés III datadas de 1177 AEC, em que este está a celebrar a vitória sobre os referidos povos. Entre eles, temos os *peleset*, identificados pelos estudiosos como os filisteus. Tem-se aqui, de fato, a chegada e a instalação de um novo povo na costa sírio-palestina. Os filisteus se fixam em uma faixa que vai de Askelon a Gaza, na Palestina. No entanto, outros nomes que aparecem nas inscrições de Ramsés III, como *shardana*, identificados sem muito embasamento factual com os sardos, são conhecidos por inscrições egípcias anteriores. Aparecem, inclusive no rol de povos servindo aos faraós. Muito provavelmente, levas anteriores dos *shardanas* imigraram para o Egito onde conseguiram se inserir socialmente. Assim, fica a dúvida se os *shardanas* que Ramsés III enfrenta seriam novos imigrantes ou grupos dos estabelecidos que se revoltaram (BRYCE, 2009, p. 634; KORMIKIARI, 2018, p. 176).

em 1080 AEC, e comandou uma frota que percorreu o Mediterrâneo, do Egito ao norte da Síria e Chipre. Claramente, a cultura material dos estratos relevantes, tal como revelada em Dor, é a chave para a natureza dos SKL e talvez para a compreensão de todo o fenômeno dos “Povos do Mar”.

As escavações de Tel Dor até agora demonstraram que Dor desfrutou de uma civilização urbana vibrante – que incluiu a construção de fortificações maciças –, mesmo em um momento conhecido pelo declínio urbano. Foram encontrados alguns artefatos únicos que atestam “conexões com o Ocidente”, bem como uma riqueza de importações egípcias. Acrescenta-se que a maior parte das descobertas, especialmente a cerâmica, indica uma evolução gradual da cultura material local, desde os cananeus da Idade do Bronze até os fenícios da Idade do Ferro, em detrimento de um influxo repentino de novas populações.

Israelitas (Idade do Ferro)

O relato bíblico da conquista de Canaã pelos israelitas conta que Dor era uma das “cinco cidades do Norte” que se juntaram a Jabim, rei de Hazor, na oposição a Josué. Na épica vitória israelita que se seguiu, o rei de Dor foi morto e o seu exército derrotado (*Josué*, 11, 1-2; 12, 23), mas a cidade não foi destruída e permaneceu um enclave cananeu durante todo o período dos juízes.

A primeira alusão a Tel Dor nas fontes escritas data do período supracitado. Trata-se do *Onomasticon de Amenope*, papiro inscrito no templo de El-Amarna durante o reinado de Ramsés II (1279-1213 AEC). O nome Dor estava juntamente a outros nomes de localidades costeiras que se estendiam por uma via que, em época romana, veio a ser chamada de *Via Maris* (STERN, 1995, p. 1).

Para além da Bíblia, existe outro documento egípcio notável que menciona Dor no início da Idade do Ferro. A mencionada *História de Wenamun*, um relato da viagem de um sacerdote egípcio a Byblos, nos dias tumultuosos que se seguiram à perda do Império Egípcio. Wenamun (ou Unamón) é assaltado no porto de Dor, que era governado, na altura, segundo esta história, por Bdr, rei dos SKL. Os mesmos SKL são mencionados como um dos enigmáticos invasores “do Norte” (os “Povos do Mar”), que atacaram o Egito no oitavo ano de Ramsés III (1174 AEC) e, mais tarde, no *Onomasticon de Amenope* egípcio, como um povo que habitava as regiões costeiras de Canaã, juntamente com os filisteus (GILBOA; SHARON, 2008, p. 159-160).

Embora não seja especificamente mencionado em qualquer fonte histórica que envolva os fenícios antes do final da Idade do Ferro, o desenvolvimento geral do repertório de cerâmica e de outras categorias de cultura material em Dor, na Idade do Ferro I,

encontra os seus paralelos mais próximos no litoral fenício. Independentemente de ter sido ou não uma cidade fenícia durante parte ou todo esse período, a sua cultura material, e talvez os seus habitantes, eram sobretudo fenícios. Cerâmica e outros achados atestam o comércio ativo que os fenícios de Dor mantinham com os seus vizinhos, especialmente com o “vizinho” imediato a Oeste: Chipre. Neste período, essa situação adquiriu grande relevância, uma vez que, na maioria das regiões do Mediterrâneo, o comércio inter-regional atingiu um patamar bastante baixo ou cessou por completo.

Segundo o livro bíblico dos *Reis*, Dor foi incorporada no reino israelita de Davi e Salomão por volta do século X AEC. Dor tornou-se a capital da província de Sharon, sob o novo esquema administrativo de Salomão, governada pelo genro do rei, Abinadab, esposo da sua filha Tafat (1 *Reis*, 4, 11). Este período da história de Dor, bem como o seguinte, em que provavelmente fazia parte do reino do norte de Israel (séculos IX-VIII AEC), manifestam-se por meio de dois estratos, notáveis sobretudo pelas respectivas fortificações. No último dos dois estratos, foi construído um enorme portão na cidade com quatro câmaras (semelhantes àquela construída durante a dinastia Omrida, em Megido) (GILBOA; SHARON, 2008). A importância de Dor como cidade deve ter sido grande, uma vez que foi nomeada o centro do quarto dos doze distritos administrativos designados pelo rei Salomão (STERN, 1995).

Israelitas (Idade do Ferro)

A origem dos fenícios, ao contrário da dos “Povos do Mar”, não tem qualquer mistério. São os descendentes dos cananeus da Idade do Bronze, que, protegidos pelas montanhas do Líbano e pelo mar, não sucumbiram aos israelitas ou a outros “Povos do Mar”. Quando aparecem pela primeira vez na historiografia ocidental, entre os séculos VIII e VII AEC, os fenícios já possuíam dezenas de colônias em todo o Mediterrâneo e dispunham de extensas redes comerciais, que se estendiam até a costa atlântica de África e o Mar Negro, a partir das quais desafiaram os gregos e, mais tarde, os romanos, pela supremacia dos mares. Segundo os relatos bíblicos, já numa época anterior, no século X AEC, os seus artesãos e artistas eram inigualáveis e patrocinavam, ao lado do rei Salomão, ambiciosos empreendimentos navais.

O registro arqueológico do desenvolvimento inicial do empreendimento fenício é, no entanto, escasso. Embora as investigações históricas e arqueológicas sobre os “Povos do Mar” e os fenícios em Tel Dor tenham sido financiadas por *The Israel Science Foundation*, *The Memorial Foundation for Jewish Culture* e *The Mediterranean Archaeological Trust*, o estudo do berço fenício nas cidades costeiras de Israel tem sido dificultado pela densa

carga de construção tardia (romana, bizantina, medieval e moderna) sobre os sítios antigos, bem como por dificuldades políticas recentes. Apenas a ponta sul do litoral fenício – com sítios como Achziv, 'Akko, Tel Keisan e Dor – está disponível para um melhor estudo dos estratos de ocupação fenícia.

Tel Dor, juntamente com Tel Keisan, produziu as melhores exposições estratificadas e extensas de um traçado urbano da Idade do Ferro escavado e registrado de forma competente. Os primeiros níveis de ocupação da Idade do Ferro foram destruídos numa conflagração feroz, a que se seguiu uma sucessão de quatro níveis do século XI e do início do século X. Estes níveis mostram de maneira visível a transformação da cultura cananeia do final da Idade do Bronze na cultura fenícia da Idade do Ferro.

A destruição de Dor em meados da Idade do Ferro não interrompe de forma alguma a fluidez urbana. São construídos imponentes edifícios públicos e uma vasta esfera de ligações comerciais, com o Egito, Chipre e *póleis* gregas já é atestada no período posterior ao Ferro I (STERN, 1995; GILBOA; SHARON, 2008).

Assírios

O final do século VIII AEC assistiu à grande expansão dos assírios e à devastação do reino de Israel, bem como de todos os outros reinos que tentaram resistir-lhe. A Bíblia retrata estes acontecimentos como uma catástrofe total e a documentação arqueológica não nos diz o contrário.

Entre 732-720 AEC, o reino de Israel foi conquistado por Tiglath-Pileser III, pelo qual Dor (*Du'ru*) provavelmente reteve sua influência regional ao ser nomeada capital de uma província assíria que se estendia da faixa do Monte Carmelo até o Rio Yargon (STERN, 1995) – no entanto, isso é controverso (GILBOA; SHARON, 2008). De 732 a 548 AEC, todo o Israel era, naquele tempo, governado pelos assírios, seguido pelos babilônios. Por outro lado, também é verdade que os esquemas administrativos introduzidos por Tiglath-Pileser III para fundir os territórios conquistados num império perduraram durante muitos séculos.

Os conquistadores posteriores – babilônios, persas, gregos e mesmo romanos – limitaram-se a herdar e a perpetuar uma situação de continuidade. Parte da razão para a extraordinária estabilidade da estrutura imperial residia nos benefícios econômicos que ela proporcionava. Também aqui, o papel dos fenícios – e das investigações em Dor – é considerável. Dor é mencionada em vários documentos assírios, o que indica a sua importância. A cidade certamente serviu como entreposto comercial, ou *Kāru*,

em termos acádicos, e é geralmente considerada como tendo sido a capital de uma província assíria (a província de Du'ru).

Quaisquer que tenham sido os seus antecedentes, todos os estudiosos concordam que o grande *boom* de colonização fenícia no Mediterrâneo teve lugar no final do século VIII e no século VII AEC – precisamente na altura em que a Fenícia estava prestes a perder a sua independência política. Os fenícios forneciam acesso às riquezas do Ocidente para os grandes impérios afastados geograficamente do litoral: os assírios, os babilônios e os persas. Para os fenícios, o contato com os assírios abriu-lhes mercados quase ilimitados. Contrariamente ao tratamento sumário que deram a outros povos vencidos, os assírios (e depois os babilônios e os persas) tiveram o cuidado de não prejudicar a galinha dos ovos de ouro. É o início do período de “orientalização” da Grécia, sendo os “orientais” – sobretudo, embora provavelmente não apenas – os fenícios. São eles que trazem o alfabeto para os gregos e os iniciam nas artes do Egito e da Assíria. Nos séculos seguintes, os gregos construiriam a sua cultura clássica com base em muitos destes princípios.

Ao contrário da devastação que parece ser a regra na maioria dos sítios israelitas dos séculos VIII a VII AEC, as provas de uma destruição assíria em Dor são limitadas e parecem estar localizadas na zona do portão da cidade. Apesar disso, a cidade se recuperou rapidamente e suas fortificações foram renovadas, como pode ser notado pela construção de um novo portão, desta vez com atributos assírios. A cidade subsequente apresenta indícios de indústria e comércio em maior escala do que nunca. Dois tipos de achados são notoriamente abundantes: cerâmica assíria, juntamente com alguns glípticos de tipo assírio, e grandes quantidades de jarros comerciais fenícios.

Período persa

No seu epitáfio, Eshmunazar, rei de Sídon, refere que o “senhor dos reis” (o imperador persa) lhe tinha dado as cidades de Dor e Jaffa “e todas as ricas terras em cereais” (ou: as “terras de Dagon”) entre elas. Isso teria sido feito para se expandir o comércio marítimo fenício no sul do Levante como um meio de competição direta com os navios gregos (NITSCHKE; MARTIN; SHALEV, 2011; STERN, 1995).

Além de perpetuar a estratégia imperial dos assírios, os persas também precisavam da navegação fenícia para lhes trazer luxos e matérias-primas de terras longínquas em tempos de paz e para transportar os seus exércitos em tempos de guerra. A competição entre os fenícios (e os seus campeões – os persas) e os gregos pela supremacia no Mediterrâneo tornou-se feroz e resultou numa série de guerras, que só terminaram quando Alexandre, o Grande, derrubou o Império Persa. No entanto, essa competição

não foi totalmente destrutiva, posto que foi neste período que o impacto da cultura helênica começa a se manifestar nas regiões costeiras do Levante meridional.

Em Dor, o período persa marca uma mudança cultural. A cidade volta a ser fenícia, como é evidente nos estilos de construção, nos achados culturais (como estatuetas) e nas inscrições. Em todas as áreas de escavação, encontram-se vestígios da cidade bem construída e movimentada, com ruas que a dividem em *insulae* ou quarteirões. Vários achados atestam a importância crescente da cultura material helênica, incluindo cerâmica importada de Atenas. Todavia, Dor experimentou um período de abandono urbano parcial ou completo, de meados do século VII AEC até cerca de 480 a 450 AEC (SAPIR-HEN *et al.*, 2014), por ocasião do período persa de ocupação.

Período helenístico

O período helenístico da região da Palestina começa com a invasão de Alexandre, o Grande, em 330 AEC, mas a influência helênica em Dor e em outras cidades costeiras provavelmente começou muito antes devido, em especial, ao contato comercial marítimo (TCHERIKOVER, 1959; HENGEL, 1974). Esse período divide-se em quatro fases históricas: a conquista da Palestina por Alexandre, o Grande, e as suas consequências (332-296 AEC); o domínio ptolomaico (296-201 AEC); o domínio selêucida (200-104 AEC); e o domínio hasmoneu (104-64/3 AEC) (NITSCHKE; MARTIN; SHALEV, 2011). Josefo (*Antiquitates Iudaicae*, XIII, 7, 20) descreve a Dor helenística como “uma fortaleza difícil de tomar”. Por duas vezes, durante esse período, a cidade foi sitiada sem sucesso, primeiro por Antíoco, o Grande, em 219 AEC (*Políbio, Historiae*, V, 66) e depois por Antíoco VII Evérgeta (Sidetes) e Simão, o Hasmoneu, em 138/7 AEC, numa tentativa de expulsar Trifão, um pretendente ao trono selêucida (1 Macabeus, 15, 10-14; 25-26; 37; Josef., *Antiq. Iud.*, XIII, 7:2; *Bellum Iudaicum*, I, 2, 2). Por meio de escavações, foram encontradas balas de funda feitas para as forças de Trifão fora da zona das portas da cidade.

O tirano Zoiros governou Dor e a sua vizinha Torre de Estratão (que receberá o nome de Cesareia Marítima no final do século II AEC). Alexandre Janeu (104-78 AEC) muito possivelmente retirou o controle dessas duas cidades de Zoiros por volta de 100 AEC. Tel Dor esteve sob o domínio dos Hasmoneus até o final do período helenístico, aproximadamente em 64/3 AEC, quando a cidade passou para o controle de Roma (Josef., *Antiq. Iud.*, XIV, 4, 4). Este evento marca o fim cronológico do período helenístico de Tel Dor e leva ao seu período final de ocupação, o período romano.

Outras fontes gregas como Apolodoro, Artemidoro de Éfeso, Alexandre de Éfeso e Estéfano de Bizâncio mencionam apenas que Dor era uma pequena cidade com

importância marítima adjacente à Torre de Estratão. As explorações arqueológicas em Tel Dor, por outro lado, revelaram extensos vestígios da cidade helenística. Na parte oriental do monte encontram-se restos da muralha da cidade bem fortificada, oficinas e casas ao longo de uma rua Norte-Sul. A rua Leste-Oeste vai desde o portão da cidade até os edifícios públicos com vista para um dos três portos naturais. A principal atividade econômica da Dor helenística centrava-se em torno destes portos: comércio, construção naval, pesca e extração de conchas *murex* para o fabrico de corante púrpura.

Outros achados revelam o carácter misto fenício-grego da cidade. O material grego e de influência grega inclui louça de mesa importada, ânforas de vinho, estatuetas, uma “herma” de mármore, um belo mosaico dionisíaco e um Acrotério (esculturas dispostas em telhados) com a forma da deusa Nike (DUARTE, 2020). A língua grega aparece em pesos de chumbo, pedras de catapulta, *ostraka* e em assinaturas em vasos de cerâmica.³ A continuidade do carácter fenício da população é atestada, nomeadamente, pela persistência de antigas tradições de construções fenícias e pela evidência de indústria de tingimento de têxteis, incluindo quantidades de pesos de teares, rocas de fusos e instalações de tingimento. A bala de *Tryphon* (Figura 2) está inscrita tanto em grego como em fenício, mostrando que os comportamentos locais persistiram mesmo quando a população entrou em contato crescente com os gregos e a cultura helênica.

Figura 2 - Bala de *Tryphon* com inscrição em grego e fenício



Fonte: Tel Dor Excavation Project, The Hebrew University of Jerusalem, 2003.⁴

³ Óstraco ou óstracon (em grego: ὄστρακον, *ostrakon*, plural ὄστρακα, *ostraka*) é um fragmento de cerâmica (ou pedra), normalmente quebrado de um vaso. Por serem produzidas de um material mais barato do que papiro ou couro, tais peças eram usadas para documentar procedimentos oficiais, mensagens, curtas, notas e avisos. Graças à sua durabilidade, um grande número foi preservado (HAHN, 2009).

⁴ Disponível em: <http://dor.huji.ac.il/periods_HL.html>. Acesso em: 01 set. 2023.

Período romano

A história registrada de Dor sob o domínio romano começa em 63 AEC, quando é mencionada numa lista de cidades a que Pompeu Magno concedeu autonomia (Josef., *Antiq. Iud.*, XIV, 4, 4). Embora a cidade deva ter sido habitada continuamente, os tratados geográficos de meados do século I EC referem-se a ela como abandonada (Plínio, *Historia Naturalis*, V, 17) ou não a mencionam de todo. Dor é citada em um incidente de repressão religiosa da população não-judaica contra a minoria judaica local, em 41 EC (Josef., *Antiq. Iud.*, XIX, 6, 3). A partir das declarações de Josefo, pode deduzir-se que Dor fazia parte da província da Síria e não da Judeia. Durante a grande revolta judaica de 66-70 EC,⁵ os romanos mantiveram reféns judeus em Dor, que devem ter considerado um refúgio seguro para os rebeldes (Josef., *Vita*, VIII). Tanto Pausânias como Cláudio Ptolemaios, no século II EC, referem-na como um dos portos da Fenícia. Uma inscrição dedicatória a um governador romano da Síria, datada de 119-132 EC, corrobora o fato de a cidade fazer parte dessa província. Tel Dor não foi mais mencionada em nenhum documento histórico como cidade e tanto Eusébio (273-340 EC) quanto Jerônimo (390 EC) referem-se a ela como arruinada.

A era romana da Palestina é retrospectivamente dividida em três períodos. O primeiro período começa com a conquista de Pompeu Magno, em 63 AEC, e termina com a Revolta de Bar Kokbha, em 135 EC; já o período médio é marcado de 135 a 250 EC; e, por último, o período romano tardio vai de 250 EC a 324 EC, ano em que Constantino assume o manto imperial (CHANCEY; PORTER, 2001). Durante esses períodos, ocorreram muitos eventos que impactaram o cenário político de Dor. Por exemplo, após o retorno de Herodes à Judeia como rei cliente romano, em 37 AEC, ele embarcou em um ambicioso e amplo projeto de construção que mudou muito a paisagem de Jerusalém, Judeia e Samaria. Uma grande construção que afetou intimamente Dor foi a fundação do principal porto comercial de Cesareia Marítima, a apenas 8 km ao sul de Dor. A partir daí Cesareia Marítima alcançará a supremacia marítima no comércio regional (RAVEH; KINGSLEY, 1996) e este é, possivelmente, um importante fator no declínio de Dor e seu eventual abandono (BALY, 1974, p. 127; MESHORER, 1986-87, p. 60; RAVEH; KINGSLEY, 1996). Com a morte de Herodes, em 4 AEC, o reino da Judeia é dividido entre seus três filhos e depois gradualmente absorvido pelo controle romano direto nos anos 90 EC.

Outro evento marcante ocorreu em 42 EC. Durante o reinado de Herodes Agripa I da Judeia, as tensões religiosas envolveram os não-judeus de Dor, quando estes

⁵ A chamada "Grande Revolta Judaica" iniciou-se em 66 EC, na província romana da Judeia, e foi oficialmente encerrada em 70 EC, embora a luta tenha se prolongado até 73 EC, com a tomada da fortaleza de Massada. Foi sufocada pelas tropas do comandante romano (e futuro imperador), Vespasiano, secundado por seu filho, Tito.

decidiram erigir uma estátua do imperador na sinagoga judaica (Josef., *Antiq. Iud.*, 19, 6, 3). Públio Petrônio, então governador da Síria, escreveu aos cidadãos de Dor uma carta contundente sobre a violação destes últimos da política romana de liberdade religiosa (Josef., *Antiquitates Iudaicae*, 14).⁶ De 66 a 73 EC, a Primeira Revolta Judaica ocorreu e foi esmagada de maneira devastadora pelos romanos. Como consequência, Dor foi mencionada como um local onde prisioneiros judeus da Galileia foram mantidos pelo exército romano durante esse período de contendas (Josefo, *Vita*, 8). Entre 132 e 135 EC, a Segunda Revolta Judaica (Revolta Bar Kokbha) levou o imperador Adriano a dissolver a província da Judeia e fundi-la com a Síria como uma província chamada Síria-Palestina (*Syria Palaestina*). Esse não foi um caso isolado, pois o período romano médio passou por uma série de crises econômicas e sociais devido à tributação excessiva, inflação desenfreada e tensões entre as cidades (LEWIN, 2005, p. 33; ANDERSON, 1995).

As moedas fornecem uma fonte importante para se verificar a opulência econômica vivida por Dor em época romana – as quase mil e trezentas moedas encontradas nas escavações do sítio e aquelas encontradas em outras cidades da região confirmam isso. As últimas moedas conhecidas a serem cunhadas em Dor datam de 211/212 EC. Quanto àquelas encontradas em Dor, embora abranjam todo o período romano, são especialmente numerosas no recorte que comprehende por volta de 60 EC a 235 EC. Por outro lado, moedas datadas da segunda metade do século III EC em diante são raras. Considerando todas essas informações, pode-se inferir que o declínio da ocupação urbana de Tel Dor do período romano ocorreu por volta de 230 EC (GILBOA; SHARON, 2008).

Em comparação com outras cidades do Levante deste período, Dor era uma pequena cidade de província. Em particular, era ofuscada pela sua vizinha mais próxima, Cesareia Marítima, pelos motivos que mencionamos linhas acima. Na verdade, a construção de um porto artificial de águas profundas por Herodes, o Grande, a partir de 37 AEC, pode ter desempenhado um papel no tamanho modesto e no eventual declínio de Dor. Embora Cesareia Marítima estivesse em outra província (Judeia, mais tarde renomeada *Provincia Palaestina*), havia pouca justificativa econômica para dois grandes portos a apenas 15 km de distância. A superioridade das instalações portuárias de Cesareia Marítima levou a melhor (GILBOA; SHARON, 2008).

Mesmo sendo eclipsada por sua vizinha mais importante, Dor prosperou durante grande parte do período romano. É sob o domínio imperial romano que a cidade alcançou sua maior extensão. As muralhas helenísticas foram destruídas no início do

⁶ A mais famosa tentativa de se erigir uma estátua do imperador romano no interior de um templo judaico é a de Calígula, em Jerusalém. Também se tem conhecimento sobre estátuas imperiais erigidas em Alexandria (PORTO, 2023, p. 235-237).

período e a cidade pôde se estender para a planície abaixo, atingindo um tamanho de cerca de 15 hectares (contra quase 100 hectares de Cesareia em sua extensão mais ampla). Apresentava todas as comodidades que os cidadãos romanos estavam acostumados, incluindo ruas pavimentadas; praças públicas; mosaicos e afrescos em algumas de suas ricas casas; um sistema de esgoto central; água corrente trazida pelo aqueduto de Bir Tata nas colinas do Monte Carmelo; um teatro; e majestosos templos dedicados aos deuses da cidade (GILBOA; SHARON, 2008).

As escavações nas áreas com ocupação romana em Tel Dor

Há pouco mais de um século, George Dahl (1915) escreveu uma história de Dor questionando sobre até que ponto o sítio forneceria evidências para se compreender melhor o reino emergente de Davi, ou, como capital provincial da Assíria, poderia fornecer informações sobre a administração imperial. O estudioso também questionou sobre em que medida as escavações em Dor poderiam lançar luz sobre o surgimento da cultura fenícia no Levante do Sul (DAHL, 1915). De fato, anos de escavações desenterraram dados consideráveis sobre estas questões, embora, ainda hoje, muitas destas questões permaneçam abertas a várias interpretações. Além disso, conforme as escavações progrediram, ficou claro que Dor detém chaves para perguntas que nunca haviam sido formuladas anteriormente (GILBOA; SHARON, 2008, p. 146).

O sítio não tinha sido explorado até 1924, quando os primeiros empreendimentos foram realizados por John Garstang, que escavou dois grandes templos (que ele pensava serem helenísticos) no lado oeste do Tel,⁷ além de duas trincheiras até a rocha nos lados norte e sul do monte. Infelizmente, as únicas publicações resultantes dessa operação massiva foram dois artigos muito curtos. No intervalo de tempo entre 1925 e 1980, Já'acov Leibowitz e Claudine Dauphin realizaram trabalhos arqueológicos em Dor, principalmente em um teatro romano a Norte e em uma igreja bizantina a Leste; Avner Raban escavou o porto e outras instalações no perímetro do Tel. De acordo com a tradição oral da região, o monte ficou intocado durante os primeiros anos do Estado de Israel, pois, segundo consta, Yigael Yadin sempre sonhou em escavar Dor,⁸ e ninguém mais ousou contestar

⁷ Parte elevada de Dor, daí a denominação Tel Dor. Tel, que significa “colina”, “morro” ou “monte”, é um tipo de sítio arqueológico na forma de um montículo de terra que resulta da acumulação provinda da erosão dos materiais depositados pela ocupação humana durante muito tempo. É comumente usado como um termo geral para a Arqueologia, particularmente no Oriente Médio. Um tel é praticamente constituído de materiais de construção arquitetônicos contendo uma alta proporção de pedra, tijolos de barro, ou barro mesmo, bem como (em menor escala) os resíduos domésticos (TDK Online Dictionary. *Dictionary*. Höyük).

⁸ Yigael Yadin (20 de março de 1917 - 28 de junho de 1984) foi um arqueólogo, soldado e político israelense. Ele foi o segundo chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel e vice primeiro-ministro de 1977 a 1981.

essa vontade (GILBOA; SHARON, 2008, p. 146). Seja como for, foi apenas em 1980 que Ephraim Stern iniciou uma grande escavação em nome da Universidade Hebraica.⁹ Quando este projeto terminou, em 2000, vários de seus veteranos formaram um consórcio que deu início à próxima campanha, em 2003. O ano de 2007 marcou a vigésima quinta temporada de escavação quase contínua em Tel Dor e, a propósito deste aniversário, os professores Ayelet Gilboa e Ilan Sharon publicaram o artigo "Between the Carmel and the Sea - Tel Dor's Iron Age reconsidered" na *Near Eastern Archaeology*.

As áreas costeiras de Tel Dor também foram alvo de escavações, tendo Avner Raban, professor da Universidade de Haifa, como uma referência importante nos estudos sobre os portos do Mediterrâneo Oriental. Raban e outros pesquisadores reconhecem três fases no desenvolvimento dos portos: protoportos da Idade do Bronze, baseados em formações naturais com mínima intervenção humana; portos da Idade do Ferro, semiartificiais; e portos artificiais do período clássico ao bizantino. Os vestígios costeiros construídos com blocos de silhar encontrados em Dor foram associados às edificações da Idade do Ferro (BLACKMAN; BAIKA, 2017, p. 44-45; OLIVEIRA, 2022, p. 59).

Durante as escavações de 2016, houve um melhor entendimento acerca da faixa litorânea, das estruturas submersas de Dor e da sua relação com a atividade marítima na baía, devido à descoberta de novas estruturas que ficaram submersas. Foram encontradas enormes estruturas costeiras da Idade do Ferro; estruturas em cantaria da Idade do Ferro ou do Bronze; um possível dique; e depósitos submersos de cerâmica da Idade do Bronze e do Neolítico Superior (BLACKMAN; BAIKA, 2017, p. 44-45; OLIVEIRA, 2022, p. 59).

Também muito relevante são os estudos aprofundados dos portos de Dor realizados pelo *Dor Maritime Archaeology Project*. Os estudos provenientes de tal projeto coletaram diversas evidências, principalmente do período bizantino, que sugerem um reestudo da ideia que Dor entrou em colapso consequente ao crescimento de Cesareia Marítima. Os pesquisadores sugerem que Dor teria continuado com seu porto em funcionamento devido à sua vantagem geográfica e porque cada porto tinha uma "clientela" específica, de modo que não eram simplesmente duas forças competindo pela mesma região comercial (RAVEH; KINGSLEY, 1996, p. 199-200; 205-206; OLIVEIRA, 2022, p. 59).

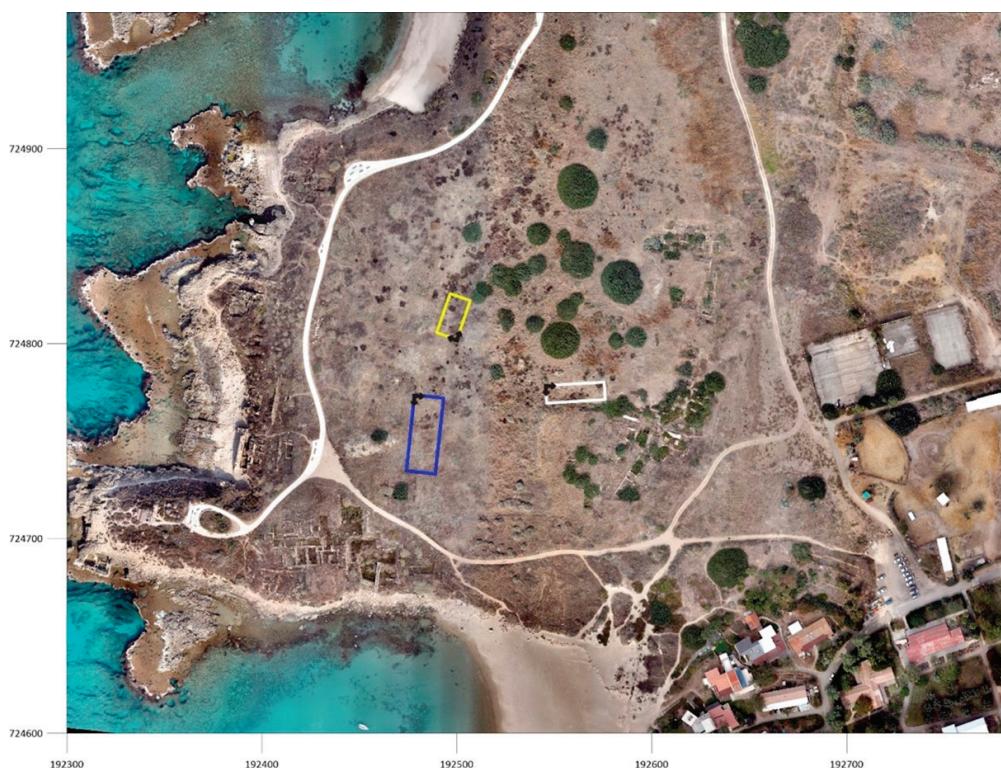
Há também as escavações realizadas pelo *Center for Nautical and Regional Archaeology, Dora do Israel Department of Antiquities and Museums*, que ocorrem desde 1976. Por essas pesquisas, observou-se que Dor provavelmente tinha um porto duplo, ou dois portos, pois utilizava como ancoradouro tanto a lagoa ao Sul quanto a baía ao

⁹ Principalmente com a participação de grupos da Universidade de Boston (1980-1981) e Universidade do Estado da Califórnia (1980-1995).

Norte (WACHSMANN; RAVEH, 1984, p. 224; OLIVEIRA, 2022, p. 59). Ephraim Stern, por sua vez, nos expõe que Dor, na verdade, teve três portos, ou ancoradouros. Segundo o autor: "Um ao Sul, que ficava onde hoje é a Lagoa Tantura e o Ancoradouro Sul; um ao Norte, cuja existência foi confirmada por recentes estudos subaquáticos; e um porto central, menor e arredondado" (STERN, 1995, p. 7; 10-11).

Mais recentemente, a partir de 2020, um consórcio internacional foi estabelecido entre professores de diversas universidades. Trata-se de um programa interinstitucional amplo, composto pela Universidade de São Paulo, Universidade Santo Amaro, Universidade de Jerusalém, Universidade de Haifa, Universidade de Boston, Universidade de Flinders e Universidade de Bristol. Esse projeto visa a aprofundar o conhecimento a respeito dos mecanismos de contato cultural e dos processos de transformação urbana no norte de Israel de período romano. Com os apoios nacionais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da British Academy/Leverhulme Small Research Grants, da Grã-Bretanha, esta fase da pesquisa contou, dentre outros eventos, com atividades não interventivas de campo, como a aplicação da técnica de *Ground Penetrating Radar* (GPR) por duas ocasiões, em março de 2022 e em julho de 2023 (Figura 3).

Figura 3 - Áreas escolhidas para aplicação de GPR na temporada de 2022

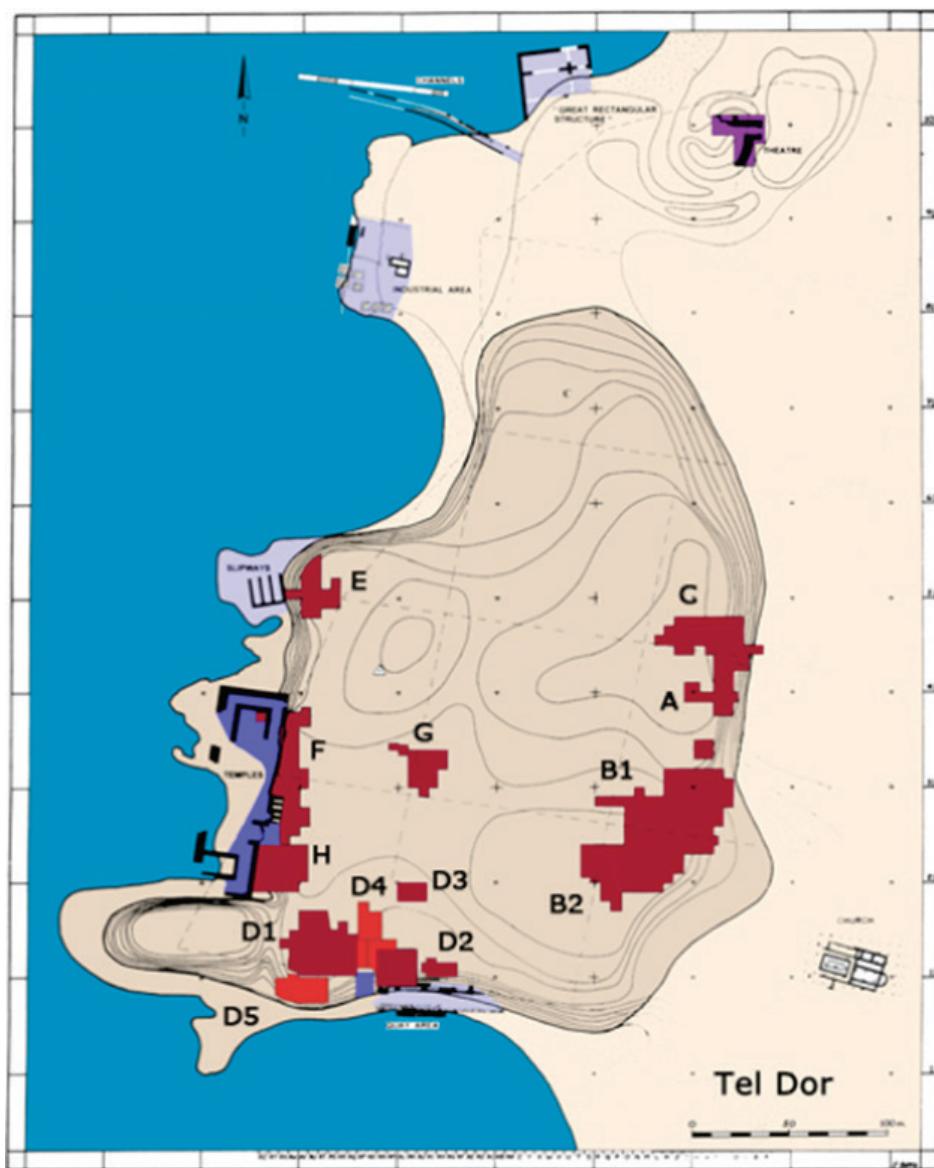


Grids do GPR sobre ortofoto com o canto inicial anotado (azul = Sul, amarelo = Norte, branco = Leste).
Fonte: Autoria própria.

A principal meta desta atividade foi revelar as duas principais artérias da cidade: a rua que atravessa a cidade de Norte a Sul, conhecida como *cardo maximus*, e a rua que a atravessa de Leste a Oeste, chamada de *decumanus*. Ao determinar os limites dessas duas ruas, é possível definir a localização dos portões da cidade. Uma outra possibilidade investigada é que o fórum romano poderia estar situado na área de interseção entre essas duas vias principais (PORTO, 2020).

Importa mencionar que, ao longo dos anos, as escavações em Tel Dor foram subdivididas em áreas: A, B, C, D, E, F, G e H, como podemos ver no mapa a seguir (Figura 4):

Figura 4 - Mapa das escavações de Tel Dor com as áreas de escavação discriminadas



Fonte: Tel Dor Excavation Project, The Hebrew University of Jerusalem, 2003.¹⁰

¹⁰ Disponível em: <<http://dor.huji.ac.il/areas.html>>. Acesso em: 01 set. 2023.

Podemos dizer que todas essas áreas apresentam vestígios de ocupação romana. Em suma, na área B, foram escavadas as construções públicas de época romana; na área F, foram desvelados, no centro da encosta oeste, significativos remanescentes romanos. As escavações na área B foram estendidas na direção Norte e Leste nas encostas mais baixas do Tel, onde foram observados resquícios de uma estrada romana. Além disso, foram encontrados vestígios da cidade baixa que cercava o monte pelo menos desde o período romano. Tais vestígios tratam-se sobretudo das fundações erodidas de um grande edifício romano, que veio sendo desvelado desde 1988 (GILBOA; SHARON, 2008, p. 147).

Os objetos mais comuns encontrados em Dor são fragmentos de cerâmica. Mesmo a maioria dos vasos cerâmicos completos encontrados estava quebrada e muitos desses vasos foram enviados para restauro. Outros itens de cerâmica incluem tigelas e potes intactos, lamparinas e estatuetas.

Elementos arquitetônicos em gesso (molduras e fragmentos de afrescos), cerâmicos (telhas romanas) e pedra (mosaicos de téssera, entablaturas, molduras, escultura, fragmentos de capitel e partes de colunas) também foram encontrados *in situ*, descartados e em reutilização. Outros itens pequenos de metal (moedas, joias, pesos de pesca, pregos, ferramentas e armas), vidro (vasos de vidro romanos), faiança (escaravelhos e amuletos), osso (pequenos utensílios e peças de jogos), pedra (pequenos animais, escaravelhos e partes de ferramentas) também foram encontrados.

Ainda na área B, as escavações de 1981 trouxeram à tona a estrada principal que levava à cidade romana a partir do portão oriental, além de uma calçada monumental pavimentada em pedra (STERN, 1982, p. 114). Também foi descoberto um sistema de pequenos canais de drenagem que desviavam recursos hídricos da parte baixa do Tel para a direção Sul. Sabe-se ainda que o canal de drenagem principal foi construído com pedras de silhar, e seguia a direção Leste-Oeste para fora do portão da cidade (STERN, 1982, p. 114).

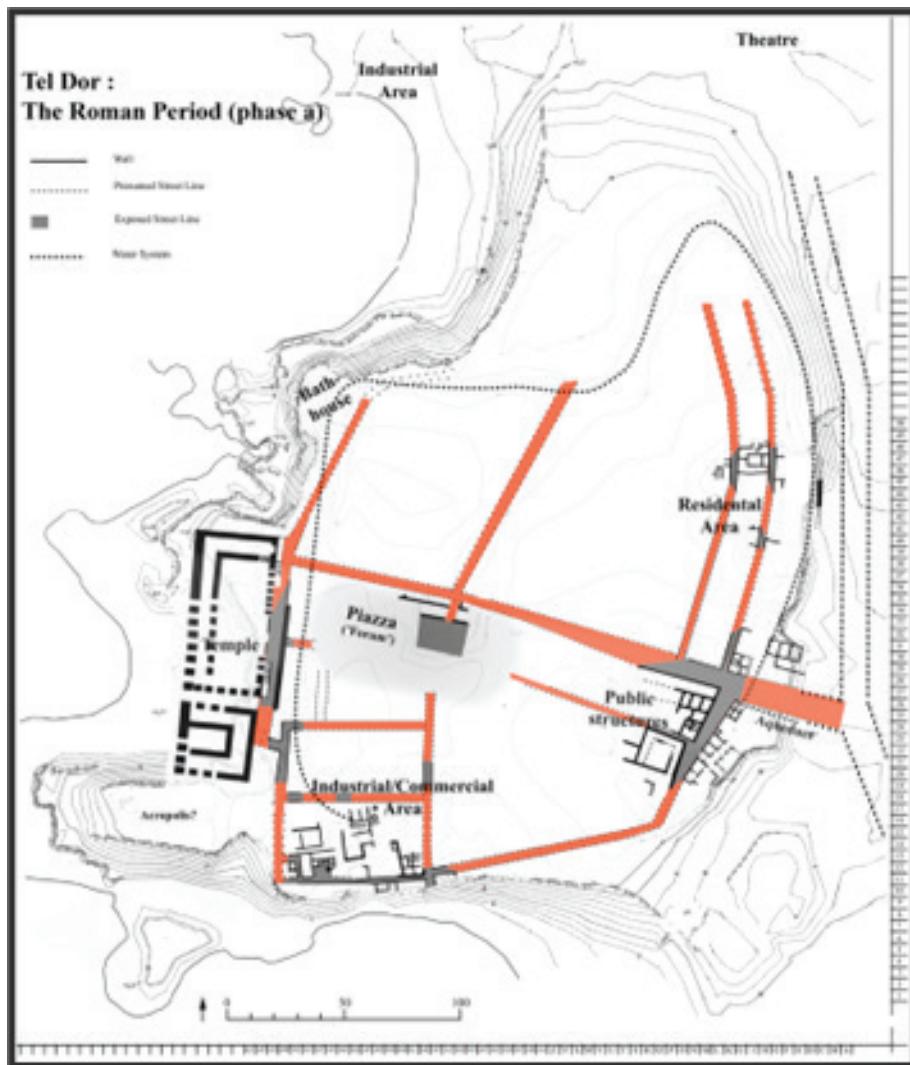
A área C apresentou apenas poucas estruturas erodidas de período romano. No que se refere às estruturas defensivas dos períodos romano e bizantino, estas já são bem mais perceptíveis nas áreas A e C, embora bastante danificadas (STERN, 1982, p. 116). Nas escavações de 1988 e 1989, a área B2 foi expandida para expor mais estruturas romanas descobertas nas temporadas anteriores. Nessa temporada, a área G foi expandida para o Leste e Oeste, desvelando mais fundações romanas paralelas umas às outras e, assim, determinando os limites do fórum, no centro da cidade romana (STERN; BERG; SHARON, 1991, p. 47).

A expansão da área B2 também permitiu maior exposição dos três complexos arquitetônicos associados à praça na entrada da cidade: 1) o aqueduto; 2) o edifício do pátio a leste deles na rua Norte-Sul; e, 3) a grande construção em colunata para o oeste

desta rua (STERN; BERG; SHARON, 1991, p. 49). Infere-se, portanto, que a cidade romana se expandiu para Leste. A extensão leste da área revelou mais paredes de estruturas pertencentes à cidade baixa. Stern e sua equipe escavaram o curso do esgoto romano que atravessava o portão e se dirigia até a cidade baixa. Um anel de ouro, com uma gema mostrando o deus Eros perseguindo um pássaro foi encontrado no local (STERN; BERG; SHARON, 1991, p. 49).

A área F desvelou a estrutura de dois templos (Figura 5). Estes dois templos, no lado marítimo do sítio, foram escavados pela primeira vez em 1923-1924 por Garstang, que os datou do início do período helenístico. Uma reavaliação de seus dados, bem como um levantamento preliminar dos restos arquitetônicos visíveis, indicou que a estrutura poderia ser consideravelmente mais tardia, impressão reforçada por várias temporadas de escavação na área F, na borda sudeste do templo maior (STERN; SHARON, 1993, p. 131).

Figura 5 - Plano de Dor no período romano, c. do segundo século EC



Fonte: Nitschke, Martin e Shalev (2011, p. 145).

As escavações na área G revelaram um pátio, várias salas e uma cisterna. Muitos fragmentos de estuque e afrescos foram descobertos no chão de algumas casas e na cisterna. Outras descobertas significativas relacionadas a essas habitações da cidade romana são várias lamparinas relacionadas à Revolta de Bar Kokhba, ocorrida na primeira metade do século II EC. Além da própria descoberta em si, a datação dessas lamparinas auxilia na definição da cronologia dos dois templos inicialmente escavados na década de 1920 por Garstang.

Para concluir: o Museu Mizgaga

Gostaria de finalizar este artigo falando um pouco do Museu Mizgaga, pois, desde a década de 1980, os artefatos encontrados nas escavações de Tel Dor, em sua grande maioria, são encaminhados para a curadoria e exposição em tal espaço. Instalado em uma estrutura de pedra de dois andares no coração do Kibutz Nahsholim, o Mizgaga ou HaMizgaga é um museu de Arqueologia regional, próximo ao sítio de Dor. Em verdade, pode-se facilmente chegar a pé ao sítio partindo do museu (ou vice-versa), posto que a distância entre ambos é bem pequena (800 metros).

Logo na entrada, pode-se ver diversos itens arqueológicos, como grandes âncoras de pedra, capitéis de coluna, prensas de azeite, pedestal de estátua, e até uma réplica de um navio de 2.400 anos atrás (Figura 6).

O edifício foi construído, em 1891, por iniciativa do Barão Rothschild, para ser uma fábrica de produção de garrafas de vidro para vinho. Meir Dizengoff, que mais tarde se tornaria prefeito de Tel Aviv, foi nomeado gerente da fábrica. Devido às inúmeras dificuldades – malária, inadequação da areia local e falta de rentabilidade –, a fábrica foi encerrada e abandonada poucos anos após a sua abertura.

Em 1980, os membros do Kibutz Nahsholim começaram a restaurar a estrutura do edifício. Ao mesmo tempo, as escavações arqueológicas começaram em Tel Dor e nas baías próximas. Com isso, a fábrica foi convertida em um museu encantador e incomum, exibindo arte contemporânea em vidro e cerâmica, juntamente com diversos artefatos arqueológicos náuticos e locais (alguns que remontam aos tempos bíblicos). As descobertas contam a história da antiga cidade portuária, Tel Dor, outrora vibrante e próspera. Um dos muitos tesouros do museu são os canhões e outros itens da campanha de Napoleão Bonaparte na Palestina, quando jogou ao mar seus artefatos, na costa de Dor, após a derrota em Akko.

Além de uma das mais fascinantes exposições de Arqueologia provenientes do sítio arqueológico de Tel Dor, incluindo uma seção especial sobre a história da

Figura 6 - Museu Mizgaga, Kibutz Nahsholim



Acima, à esq., entrada do Museu Mizgaga; acima, à dir., réplica de navio antigo. Abaixo, à esq. Cenário de uma casa romana, com figuras e objetos escavados em Dor; abaixo, à dir., diversos vasos de armazenamento escavados em Dor, no centro da sala. Fonte: Acervo do autor (2023).

fabricação do vidro, o museu também conta a história da produção de corante azul-púrpura a partir de caracóis marinhos *Hexaplex trunculus* ou *murex trunculus*, que a Bíblia hebraica chama de *Tekhelet* (תְּלֵכֶת). Este corante azul-púrpura era usado nas vestimentas sacerdotais, bem como no *tzitzit* ou borla que são presos aos quatro cantos do *talit* (xale de oração). Outro corante feito de caracóis da família *murex* é a púrpura de Tiro ou púrpura real, produzida pelos fenícios já no século XVI AEC. A fabricação do corante – tanto *tekhelet* quanto roxo real – era um processo elaborado que exigia milhares de caracóis para produzir um único grama de cor.

Atualmente, sob a curadoria da pesquisadora Bracha Zilberstein, o Museu Mizgaga abriga os mais diversificados itens provindos do sítio arqueológico de Tel Dor. Multiplicam-se as contas de pedra, ossos, conchas, cascas de ovos, armas, peças de jogos infantis, lamparinas eróticas, amuletos egípcios, estatuetas, vasos dos mais variados tipos, pesos de teares, e tantos outros itens que poderíamos ficar a enumerá-los por páginas (BASAT, 2011, p. 37).

Se, por um lado, as escavações arqueológicas e os pesquisadores colaboram para o entendimento da história de Dor, do papel da cidade como entreposto comercial e portuário, e da ocupação do sítio por canaanitas, “Povos do Mar”, israelitas, fenícios, assírios, persas, gregos e romanos, por outro lado, o Museu Mizgaga expõe diversos itens arqueológicos que as escavações arqueológicas proporcionam, além de um importante trabalho social sobre Tel Dor com as escolas e comunidades do entorno.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Ilan Sharon (*in memoriam*) que acolheu com amizade e entusiasmo a equipe de pesquisadores brasileiros nos projetos de pesquisa no sítio arqueológico de Tel Dor. Aos professores Ayelet Gilboa, da Universidade de Haifa, Sveta Matskevitch, da Universidade Hebraica de Jerusalém, Becky Martin, da Universidade de Boston, Tamar Hodos, da Universidade de Bristol, Juliana Hora, Universidade Santo Amaro, Tiago Attorre, Universidade de Flinders, Maria Cristina Kormikiari, Universidade de São Paulo, e Claudio Walter Gomes Duarte, Universidade Metropolitana de Santos, parcerias sem as quais nossas pesquisas e este texto não poderiam ter acontecido. Agradeço também à professora Mabel e todas/os/es colegas do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial, pelas sempre profícias trocas de ideias. Aproveito para mencionar também o apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Universidade de São Paulo (USP). Para todos os fins, a responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

Referências

Documentação textual

- BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Tradução de Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 1995.
- FLAVIO JOSEFO. *Bellum Iudaicum*. Translated by H. St. Thackeray. London: Harvard University Press, 1997.
- FLAVIO JOSEFO. *Antiquitates Iudaicae*. Translated by R. Marcus. London: Harvard University Press, 1998.
- FLAVIO JOSEFO. *Vita*. Translated by S. Mason. Leiden: Brill, 2001.

PLINY THE ELDER. *Natural History*: Books 3-7. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1942. v. 2.

POLYBIUS. *The Histories of Polybius*. Translated by F. Hultsch. Bloomington: Indiana University Press, 1962.

Obras arqueológicas e históricas

ANDERSON, J. D. The impact of Rome on the periphery: the case of Palestina – Roman period (63 BCE-324 CE). In: LEVY, T. E (ed.). *The archaeology of society in the Holy Land*. New York: Facts on File, 1995, p. 446-469.

BALY, D. *Geography of the Bible*. London: Lutterworth Press, 1974.

BASAT, H. B. *Early Iron Age beads at Tel Dor: a comparative study*. Thesis (Master's degree in Archaeology) – University of Haifa, Faculty of Humanities, Department of Archaeology, Haifa, 2011.

BLACKMAN, D.; BAIKA, K. Ports, Harbours and anchorages in the Ancient Mediterranean: New Discoveries and New Approaches, 2016. In: Under the Mediterranean. October 20-23, 2017, Nicosia. *Proceedings...* Nicosia: Honor Frost Foundation, 2017, p. 44-45.

BRYCE, T. (ed.) *The Routledge Handbook of the peoples and places of Ancient Western Asia: from the Early Bronze Age to the fall of the Persian Empire*. New York: Routledge, 2009.

CHANCEY, M. A.; PORTER, A. The Archaeology of Roman Palestine. *Near Eastern Archaeology*, v. 64, p. 164-203, 2001.

DAHL, G. *The materials for the History of Dor*. New Haven: Connecticut Academy of Arts and Sciences, 1915.

DUARTE, C. W. G. A anatomia do templo dórico grego: origem e desenvolvimento. *Romanitas*, n. 15, p. 138-156, 2020.

GILBOA, A.; SHARON, I. Between the Carmel and the sea Tel Dor's Iron Age reconsidered. *Near Eastern Archaeology*, v. 71, p. 146-170, 2008.

GILBOA, A.; SHARON, I.; ZORN, J. R.; MATSKEVICH, S. *Excavations at Dor, final report*. Area G, The Late Roman and Iron Ages: pottery, artifacts, ecofacts and other studies. Jerusalem: Israel Exploration Society, 2018. v. 2c.

HAHN, S. *Catholic Bible dictionary*. Doubleday Religious Publishing Group, 2009.

HAMIZGAGA MUSEUM OF ARCHAEOLOGY AND GLASS. Disponível em: <<https://www.mizgaga.com/hamizgaga>>. Acesso em: 20 ago. a 01 set. 2023.

HENGEL, M. *Judaism and Hellenism: studies in their encounter in Palestine during the Early Hellenistic Period*. Philadelphia: Fortress, 1974. 2 v.

- KORMIKIARI, M. C. N. O papel de Cartago no debate acerca do sacrifício humano fenício-púnico. *Romanitas*, n. 10, p. 100-122, 2017.
- KORMIKIARI, M. C. N. Fenícios pelo Mediterrâneo: formas de contato diversificadas. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 15, n. 29, p. 174-185, 2018.
- LEWIN, A. *The archaeology of Ancient Judea and Palestine*. Los Angeles: Getty Publications, 2005.
- MESHORER, Y. The coins of Dora. *Israel Numismatic Journal*, v. 9, p. 59-7, 1986-1987.
- MOSCATI, S. Introduction. In: V. KRINGS (ed.). *La civilisation phénicienne et punique: manuel de recherche*. Leiden: Brill, 1995, p. 1-15.
- NITSCHKE, J. L.; MARTIN, R. S.; SHALEV, Y. Between Carmel and the sea – Tel Dor: the late periods. *Near Eastern Archaeology*, v. 74, n. 3, p. 132-154, 2011.
- OLIVEIRA, G. R. M. de. *O porto romano e a paisagem social: organização urbana e contato cultural no litoral da Judeia-Palestina entre I AEC e II EC*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- PORTO, V. C. *Contatos culturais na 'Judea-Palaestina' de Época Romana: estudos da malha urbana e da circulação monetária em Tel Dor, Israel*. Projeto Auxílio à Pesquisa Regular. São Paulo: Fapesp, 2020.
- PORTO, V. C. Calígula, Agripa I e os judeus: entre conflitos, amizade e redes de sociabilidade. In: CARVALHO, M. M. de; LEONI, A. M.; JOSÉ, N. F. (ed.). *Impérios, imperadores e redes de sociabilidade na Antiguidade*. Curitiba: CRV, 2023, p. 229-257.
- RAVEH, K.; KINGSLEY, S. Ancient harbour and anchorage at Dor, Israel: results of the underwater surveys, 1976-1991. *British Archaeological Reports International Series*, v. 626, 1996.
- SAPIR-HEN, L.; et al. Food, economy, and culture at Tel Dor, Israel: a diachronic study of faunal remains from 15 centuries of occupation. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, v. 371, p. 83-100, 2014.
- STERN, E. Excavations at Tel Dor, preliminary report. *Israel Exploration Journal*, v. 32, n. 2/3, 1981, p. 107-117.
- STERN, E. et al. *Excavations at Dor, final report. Areas A e C: the finds*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1982. v. 1B.
- STERN, E.; BERG, J.; SHARON, I. Tel Dor, 1988-1989: preliminary report source. *Israel Exploration Journal*, v. 41, n. 1/3, 1991, p. 46-61.
- STERN, E.; SHARON, I. Tel Dor, 1992: preliminary report. *Israel Exploration Journal*, v. 43, n. 2/3, 1993, p. 126-150.

- STERN, E. *Excavations at Dor, final report. Areas A e C: introduction and stratigraphy.* Jerusalem: Israel Exploration Society, 1995. v. 1A.
- TCHERIKOVER, V. *Hellenistic Civilization and the Jews.* New York: Atheneum, 1959.
- TÜRK DIL KURUMU BAŞKANLIĞI. Höyük. In: TDK Sözlükleri. Disponível em: <<https://sozluk.gov.tr/>>. Acesso em: 01 set. 2023.
- TEL DOR EXCAVATION PROJECT. Disponível em: <<http://dor.huji.ac.il/>>. Acesso em: 15 ago. a 05 set. 2023.
- WACHSMANN, S.; RAVEH, K. A concise nautical history of Dor/Tantura. *The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration*, v. 13, n. 3, p. 223-241, 1984.

Tasos e a pequena ilha de Thasopoula: questões de insularidade e conexões estratégicas no Norte do Egeu*

Thasos and the small island of Thasopoula: issues of insularity and strategic connections in the Northern Aegean

Juliana Figueira da Hora**

Resumo: Este artigo visa apresentar um estudo de caso da ilhota de Thasopoula, uma pequena ilha localizada no Norte do Egeu, próxima à ilha de Tasos. Desde o período arcaico, essa pequena ilha mantém uma forte conexão estratégica com a região do Norte do Egeu. Buscamos, por meio da análise dos vestígios materiais encontrados nos relatórios de escavação da ilhota, explorar questões relacionadas à dinâmica humana em ilhas de pequenas dimensões. Dessa maneira, procuramos problematizar os conceitos de não isolamento e a revelação de ilhas menos conhecidas, subordinadas ao domínio de ilhas maiores, utilizando os dados disponíveis. Para compreender a dinâmica local e regional das pequenas ilhas no Norte do Egeu, inserimos nossa discussão no âmbito das correntes teóricas emergentes no Mediterrâneo, especialmente aquelas que questionam o conceito de insularidade. A partir desses debates teóricos, observamos, em Thasopoula, a presença de elementos que sugerem uma conectividade e atividade intensa em níveis de interação não apenas local, mas também regional. Acreditamos que o fato de Thasopoula ser uma ilhota estrategicamente controlada lança luz sobre as áreas delimitadas pelos domínios de ilhas maiores, representando uma espécie de *koiné* regional para o controle de áreas estratégicas entre ilhas.

Abstract: This article aims to present a case study of the islet of Thasopoula, a small island located in the Northern Aegean, near the island of Thasos. Since the Archaic period, this small island has maintained a strong strategic connection with the Northern Aegean region. Through the analysis of material remains found in the excavation reports of the islet, we seek to explore issues related to human dynamics on small islands. In doing so, we aim to challenge the concepts of non-isolation and the revelation of lesser-known islands subordinate to larger ones, utilizing the available data. To comprehend the local and regional dynamics of small islands in the Northern Aegean, we place our discussion within the scope of emerging theoretical trends in the Mediterranean, especially those questioning the concept of insularity. Building upon these theoretical debates, we observe in Thasopoula the presence of elements suggesting connectivity and intense activity at levels of interaction not only local but also regional. We posit that the fact that Thasopoula is a strategically controlled islet sheds light on areas delineated by the dominion of larger islands, representing a kind of regional *koiné* for the control of strategic areas between islands.

Palavras-chave:
Thasopoula.
Insularidade.
Localismo.
Tasos.
Norte do Egeu.

Keywords:
Thasopoula.
Insularity.
Localism.
Thasos.
North Aegean.

Recebido em: 17/09/2023
Aprovado em: 29/10/2023

* Este artigo deriva-se da comunicação "The small Island of Thasopoula: Insularity and Strategic Connections in the Northern Aegean", apresentada e discutida no evento *Wedening Horizons*, em Kiel, Alemanha, 2021.

** Atualmente é professora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA). Possui pós-doutorado em Arqueologia com ênfase em acervos museológicos e patrimônio cultural pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo, doutorado e mestrado pela mesma instituição e bacharelado e licenciatura em Letras pela USP. É pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre Cidade Antiga (Labeca/MAE) e membro associada da *European Association of Archaeologists* (EAA), República Tcheca.

Insularidade e questões locais: identidades e contato no Mediterrâneo

Antes de adentrarmos nos objetivos e discussões específicas deste artigo, é crucial compreender os debates contemporâneos que influenciam a compreensão da insularidade e do localismo, uma vez que são fundamentais para entender a formação de identidades e contatos no Mediterrâneo.

Dentro da discussão de insularidade, reunimos uma gama de especialistas como Knapp (2007), Constantakopoulou (2007; 2017), Broodbank (2002), Hall (1998) Horden e Purcell (2000) e Cherry (2004), pois estes autores compreendem insularidade como um fenômeno identitário bem amplo. Broodbank (2002), por exemplo, tratou das dinâmicas insulares e da ideia de *islandscapes* nas Cíclades, ou combinação de terra e mar, e toda a discussão do termo *islander* para a compreensão de uma identidade marcada pelo modo de viver nas ilhas. Constantakopoulou (2017), por sua vez, acredita que a insularidade, para o caso do Egeu, se desenvolveu como um conceito nas fontes literárias. Sabemos que as pequenas ilhas do Egeu desempenharam um papel importante no desenvolvimento político ao longo do século V a.C., quando Atenas assumiu-se como uma potência. Assim, tornou-se necessário enfraquecer conceitualmente as ilhas para subjugá-las. De acordo com Constantakopoulou (2017, p. 16), é possível observar, nas fontes literárias e históricas, a descrição da ilha a partir de uma perspectiva claramente depreciativa, posta como fraca, pequena e propensa à subjugação.

Para Knapp (2007, p. 39), o escopo geográfico da ilha não a define, mas sim o seu largo alcance de compreensão, que vai além da dimensão social de espaços, como é o exemplo da *peraia*,¹ na sua relação regional. Considerando que a insularidade pode ser interpretada a partir de diversas perspectivas e que seu impacto é incorporado nas identidades culturais, ela torna-se um conceito aplicável, inclusive em oásis de deserto, entre outros casos (ERIKSEN, 1993). Desse modo, podemos entender questões insulares na *peraia* do Norte do Egeu em consonância com a questão local, que pode estar pautada no aparente isolamento das *apoikiae* do continente,² como ilhas em montanhas. Segundo Constantakopoulou (2007, p. 200), pequenas ilhas como Libeia, Hetereia, a poucos quilômetros da ilha de Melos, predominaram as atividades de pastoreio, com uso da transumância, um tipo de prática pastoral que envolve o movimento sazonal de rebanhos

¹ *Peraia, peraea* ou *peræa* (do grego antigo singular: περαία) era a possessão continental por um estado insular.

² *Apoikiae*, em grego ἀποικία, refere-se aos assentamentos gregos ao longo do Mediterrâneo e Mar Negro entre os séculos IX e V a.C. As *apoikiae* mantinham relação religiosa e moral com as cidades que as haviam fundado, mas eram completamente independentes do ponto de vista político e econômico. O termo *apoikiae* veio substituir o errôneo emprego do termo "colônia", que carregava um forte sentido moderno que inexistia na Antiguidade. Retirado de glossário Labeca: <<http://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary>>.

de animais, como ovelhas, cabras, ou gado, entre pastagens de verão e inverno. Tal tradição era muito comum na Antiguidade e ainda é utilizada em algumas regiões do mundo para otimizar o uso dos recursos naturais e garantir a sustentabilidade da atividade pastoral.

As pequenas ilhas antigas eram usadas como uma espécie de *khóra*, o que as transformava em locais de extensão das ilhas maiores, ou parte das grandes ilhas. O intercâmbio entre ilhas é um aspecto importante para a compreensão do fenômeno insular, mas, na perspectiva de Constantakopoulou (2007, p. 200), a determinação geográfica como proximidade não foi o único fator de impacto para a dominação de ilhas grandes sobre ilhas pequenas. Kolodny (1973, p. 19-25) argumenta que a proximidade geográfica era um fator secundário, ou seja, as relações políticas eram mais determinantes no processo de conexões e/ou dominação. Ademais, a atividade comercial e o intercâmbio entre as ilhas são aspectos importantes a serem levados em consideração para análise da interação insular.

Na primeira década do século XXI, Broodbank (2002) redefine o termo insularidade e nos provoca a repensar e a remodelar o processo consciente de identidades e mundos criados no Mediterrâneo. No caso das pequenas ilhas, que, por muito tempo, foram relegadas a locais de passagem e pastoreio, questiona-se a tendência em pensá-las a partir do isolamento sazonal. A partir dos dados levantados e estudos sobre as relações de conectividade das ilhas, é possível observar que as ilhotas possuíam um protagonismo e uma importância temporal para além do isolamento. A materialidade evidencia processos sociais vividos, fortificações de importância estratégica e áreas importantes de pastoreio de cabras. Para as grandes ilhas, esse domínio era estratégico e crucial, e sem as bases de extensão não seria possível se desenvolverem como potências de conexões no Egeu.

O conceito de insularidade e identidade no período arcaico deve, portanto, ser pensado a partir de perguntas como: o que significa ser uma ilha, no sentido mais amplo do termo? Como a insularidade moldou a identidade étnica, cultural e social no Mediterrâneo no período arcaico? Como as ilhas e continente estavam conectadas? As integrações entre as ilhas produziram cultos, hábitos específicos e hibridizações que marcaram uma mudança intencional nas práticas locais? Havia identidades específicas nas pequenas ilhas? Elas se assemelham às grandes ilhas que as dominaram ou se assemelham entre si? As pequenas ilhas faziam parte de um cordão de contatos, uma espécie de uma *koiné* regional? Qual seria o impacto social das populações que viviam em ilhotas? A materialidade pode nos dizer algo sobre processos identitários?

Para Kouromenos e Gordon (2020), é necessário experimentar o processo de mudança cultural condicionado pela insularidade, sobretudo por meio da lente global. A combinação que Broodbank (2002) propõe para o Mediterrâneo, por exemplo, é provocativa na medida em que se entende que o plano de interações humanas cria lugares centrais

que estabelecem novas conexões entre eles e que as condições dos locais mudam em conformidade com a dinâmica corrente. De acordo com Hodos (2010, p. 4), tais mudanças ocorriam em diferentes escalas e aquelas de caráter ambiental, sejam de ilhas ou continentes, desenvolveram práticas sociais em resposta. Essa interdependência, para o autor, teria dominado a dinâmica do Mediterrâneo, em escala global, na longa duração.

Diante das diferentes escalas e respostas de práticas sociais, sob a lógica global, é preciso observar a vida insular dentro das estruturas globais. Assim, o conceito de globalização torna-se pertinente. A definição de globalização apresentada por Kouromenos e Gordon (2020), por exemplo, envolve regiões conectadas e seus povos de maneira interdependente, resultando em novas formas de consciência social e, por consequência, novas materialidades e mudanças extraídas do conjunto de dados de cultura material. Por essa perspectiva, a mudança social teria se manifestado nas comunidades insulares e a interação local e global não seria exclusiva, ao invés disso, as percepções de ilhéus demonstrariam espectros ondulantes de conexão em meio às relações mais complexas, pluralistas e amplas.

Barnett e Ugarković (2020), por sua vez, analisam os efeitos da globalização nas comunidades costeiras insulares no arquipélago da Dalmácia, na Idade do Ferro. Os autores constataram, a partir de evidências materiais, que essas comunidades atuaram como nós intermediários entre o interior da Dalmácia e a região comercial do Adriático, entre os séculos V e I a.C., a partir dos interesses econômicos e políticos gregos e, posteriormente, romanos. Os vestígios materiais de comunidades insulares indicam a ativa participação destas no processo, mas apesar de altamente conectadas e das evidentes trocas, as escolhas para definição de suas identidades culturais se diferem e marcam uma diferença no processo. Por uma perspectiva semelhante, Gordon e Caraher avaliam as mudanças na cultura material em período romano inicial e tardio, a partir de maior conectividade com influências extra-ilha. Os autores argumentam que, embora os cipriotas, neste momento, tenham abraçado as ideias globalizantes, eles absorveram seletivamente e expressaram os efeitos de forma muito idiossincrática e local.

Para concluir o debate apresentado até este ponto, recorremos às contribuições de Morris (2005, p. 49-51). Enquadrado dentro das discussões sobre globalização, o autor explora o conceito de *mediterranização*, destacando o amplo movimento de pessoas, a interconexão de culturas, os novos significados e modelos que têm na conectividade e mobilidade os fundamentos do Mediterrâneo. Horden e Purcell (2000), por sua vez, veem o Mediterrâneo como uma diáspora caleidoscópica em constante mudança na trama dessa massa emaranhada de origens étnicas. É cada vez mais latente, nos dados e nos estudos recentes, que é preciso maximizar a lupa conceitual no Mediterrâneo, algo como

um caleidoscópio conceitual, não como um movimento escalar unilateral do micro para o macro, mas em um movimento dialético dos fenômenos.

Com base nas discussões e contribuições apresentadas acima, acreditamos que é cabível analisarmos o nosso estudo de caso, a ilha de Thasopoula, a partir do ponto de vista dos estudos insulares e da globalização, na medida em que a região da Trácia, a Norte do Egeu, é um exemplo de dinâmica de contatos entre gregos e povos locais. A região possui indícios de uma *pólis* já no século VII a.C., com uma área urbana configurada, uma *khóra* delimitada e muito material de contato,³ como foi constatado pelas diversas escavações realizadas por equipes francesas e norte-americanas desde o início do século XIX.

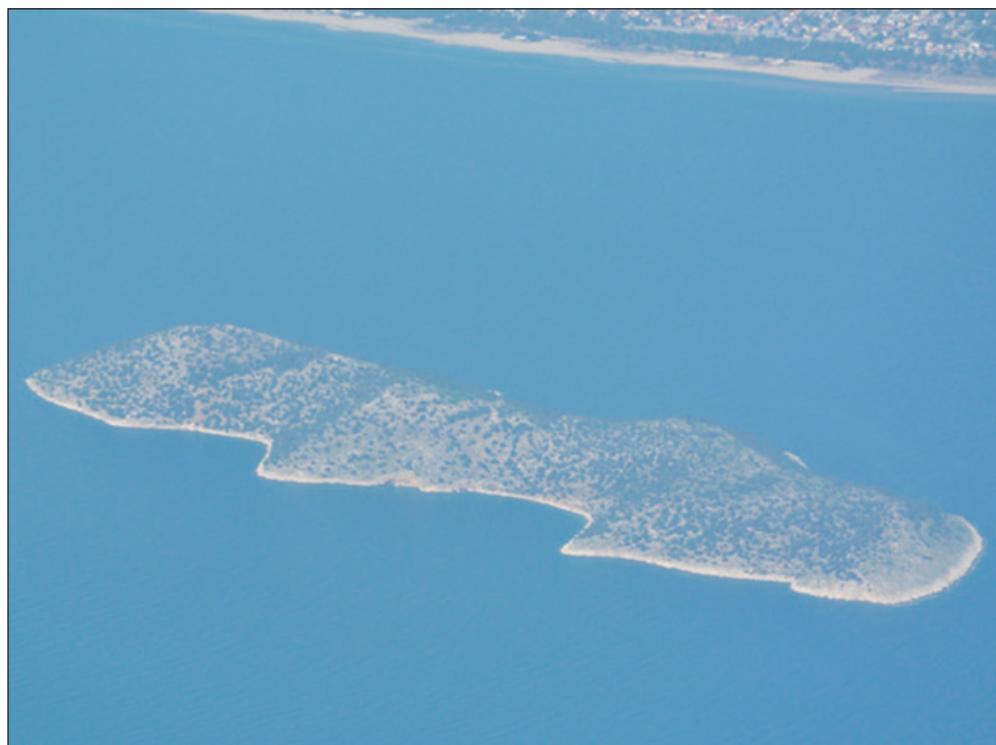
Cumpre destacar que a Trácia foi uma importante rota de migrações pretéritas entre Ásia e Europa. Um local atrativo para diversos povos com terras cultiváveis e minas de ouro em um litoral delineado de forma a favorecer o contato entre as ilhas e continente. No Brasil, temos poucas pesquisas arqueológicas sobre esta região no período arcaico grego. Esta flagrante ausência nos permite contribuir com os estudos de História Antiga no país, por um lado, e com a Arqueologia Mediterrânea, por outro, agregando conhecimento e, de forma transversal, ampliando as pesquisas sobre contatos em diversas regiões do Mediterrâneo antigo. Entendemos também que, pelo fato de vivermos no Brasil, com problemas e vivências muito particulares, inclusive de cunho colonial, possamos oferecer subsídios para a atual discussão sobre as relações de contatos, relações identitárias, religião, observando os aspectos locais e suas interrelações com as hiperconectividades inter-regionais.

Dito isso, apresentaremos a seguir o estudo de caso de Thasopoula, ilhota que, desde o período arcaico, mantinha uma forte conexão estratégica com a região do Norte do Egeu. Mediante a análise dos vestígios materiais encontrados nos relatórios de escavação do sítio arqueológico da ilha, buscamos explorar questões relacionadas à dinâmica social em ilhas de pequenas dimensões e problematizar os conceitos de não isolamento e a relação de ilhas menos conhecidas com ilhas maiores, a exemplo de Thasopoula e Tarsos.

Tasos e a pequena ilha de Thasopoula

A ilha de Thasopoula localiza-se a 60 quilômetros de Limenaria (SO de Tasos e o continente Trácio, como podemos ver nas Figuras 1 e 2:

³ Entende-se por *khóra* o território apenso aos núcleos urbanos das várias *póleis* gregas (*ásty*); a hinterlândia rural controlada por uma *pólis* ou, ao menos, sujeita à expectativa de controle por uma.

Figura 1 - Ilha de Thasopoula

Fonte: Fotografia aérea. Free Digital Photo collection. Area: 72 ha/ 0,72 km².

Figura 2 - Mapa com a localização da ilha de Thasopoula

A ilha de Thasopoula está entre Tasos (Limenas) e Keramoti (Trácia continental) Fonte: Rodrigo Lima (2018).

Os estudos sobre Thasopoula ainda são incipientes, mas é possível levantar indagações sobre a dinâmica insular no Mediterrâneo a partir dos dados arqueológicos recuperados pela Escola Francesa de Atenas (EFA). Tasos é uma *pólis* de tamanho e importância continental, que se estende desde *khóra* até *Limnai* (HORA, 2022, p. 8). Como observamos na Figura 3, é uma ilha de grande extensão, localizada no Norte do Egeu.

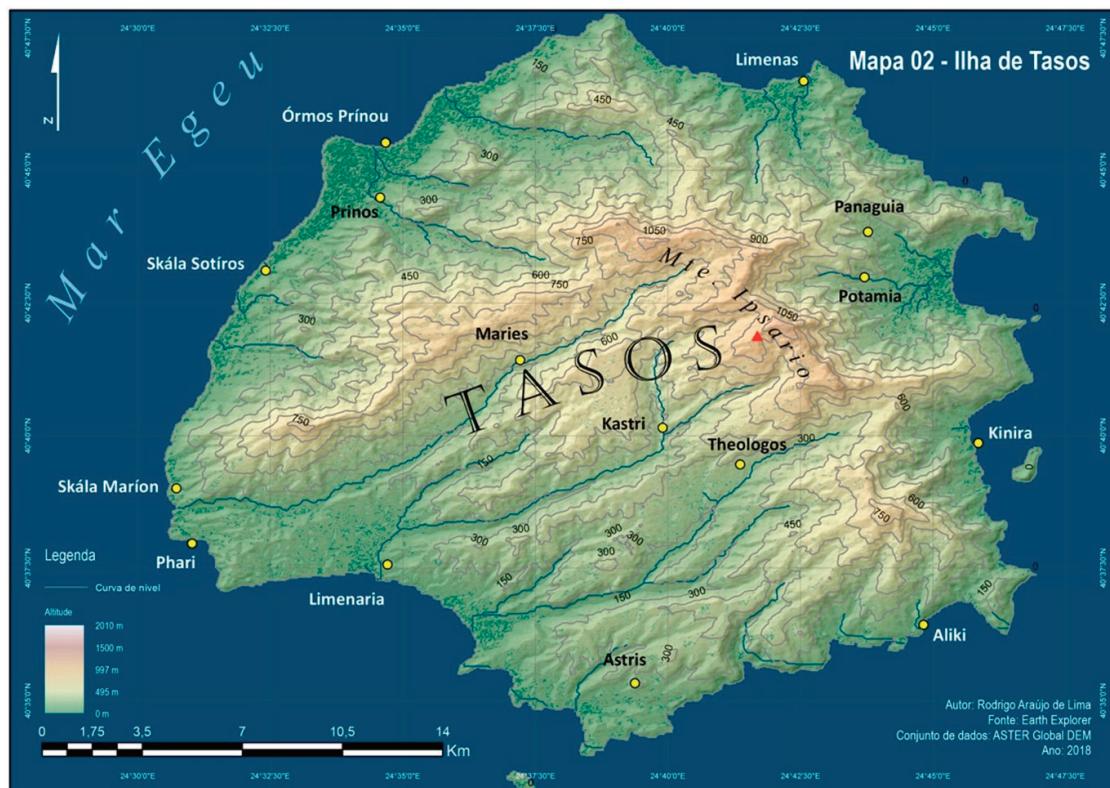
Figura 3 - Mapa do Norte do Egeu com as ilhas de Tasos, Samotrácia e Lemos em destaque



Fonte: Rodrigo Lima (2018).

Em se tratando de controle de suas fundações regionais, sejam elas no continente ou em pequenas ilhas no entorno, a proximidade de Tasos com o continente trácio e a estreita relação com a sua *peraia* são bastante estratégicas (GRANDJEAN; SALVIAT, 2000). A ilha encontra-se numa posição privilegiada no Norte do Egeu (Figura 4), situada entre rotas marítimas muito utilizadas na Antiguidade, tanto de Leste a Oeste como de Norte a Sul do Mediterrâneo (GRANDJEAN; SALVIAT, 2000, p. 16).

Da mesma forma, poderia a ilha de Thasopoula também ser uma extensão da *khóra* de Tasos? Sua função era apenas um centro comercial? Ou uma fortificação que serviu de centro de comunicação entre navios? Qual seria o impacto das relações humanas na ilha se pensarmos nas ligações insulares no Norte do Egeu? Estas são algumas das reflexões que serão apresentadas com base nos vestígios materiais e na sua relevância contextual.

Figura 4 - Mapa de Tasos, Norte do Egeu

Fonte: Rodrigo Lima (2018).

Ilha de Thasopoula: dados levantados

A ilha de Thasopoula, segundo os dados publicados no *Bulletin de Correspondance Hellenique* (BCH, 2009), possui vestígios de ocupação de permanências e abandonos. De acordo com a documentação das primeiras explorações francesas na região, que remonta a 1911, sabemos que o arqueólogo Adolphe Joseph Reinach já havia mencionado, numa nota, a ilha de Thasopoula. Ele a descreveu brevemente, citando alguns aspectos da vegetação e restos materiais que ali existiam, como destroços de casas e também de uma torre circular (KOZELJ; WURCH-KOZELJ, 2009, p. 543, n. 2).

A ilha de Thasopoula não é habitada atualmente, mas lá ainda existe a ocorrência de atividade pastoril, com destaque para a transumância de cabras, além da pesca e recolha de mexilhões e ouriços perto da costa, o que reforça a utilização da terra como extensão da *khóra* de Tasos no passado e na atualidade (KOZELJ; WURCH-KOZELJ, 2009, p. 559, nota 21).

A temporada de limpeza e levantamento de dados arqueológicos feitos pelos pesquisadores da EFA, em 2009, trouxe alguns marcadores cronológicos importantes, os quais corroboram algumas das menções de Reinach. Os dados apontam que há três

merlões antropomórficos que podem ter sido de uma construção defensiva arcaica,⁴ além de vários blocos revestidos que também confirmam a existência de uma torre circular. Na área limpa, foi recolhida uma grande quantidade de materiais, o que nos permite pensar nas diferentes fases de ocupação da ilha (KOZELJ; WURCH-KOZELJ, 2009, p. 543).

Outros elementos, como restos de construção, muros baixos, áreas com concentração de cerâmica, setores de mineração de mármore, entre outros, também foram identificados e confirmam a presença de atividades humanas intensas em diferentes camadas cronológicas na ilha, especialmente nos seguintes períodos: arcaico, clássico, helenístico, romano e bizantino (KOZELJ; WURCH-KOZELJ, 2009, p. 544-557).

Os dados da atividade de limpeza e as observações efetuadas durante a exploração da ilha permitiram, em primeiro lugar, precisar a localização da torre circular no topo da colina, construída no período arcaico. A sua construção original foi confirmada graças aos blocos e merlões encontrados no local. As reconstruções gráficas da torre permitiram compreender uma lógica geográfica nos movimentos dos navios, que apontaram coordenadas a Leste da Samotrácia e a Oeste de Oasyme, e a Norte da costa da Trácia até Maronea, a Sul da costa de Tasos, do cabo Phanari ao cabo Akrotiri. Além disso, a estrutura desempenhava também funções de prevenção/vigilância e de comunicação com outras torres da região, formando um sistema defensivo (KOZELJ; WURCH-KOZELJ, 2009, p. 558).

A referida torre esteve em utilização durante muito tempo, a julgar pela presença de fragmentos de cerâmica datados dos séculos V e IV a.C. e pelos diferentes tipos de telhas cuja presença sugere modificações arquitetônicas ao longo dos anos, com aparentes diferentes reconstruções na cobertura (KOZELJ; WURCH-KOZELJ, 2009, p. 558).

Algumas questões importantes podem ser levantadas a partir dos dados obtidos, como, por exemplo, na prática, qual seria a real função dos merlões e da torre circular? Os fragmentos de cerâmica fazem parte de ocupações sazonais ou permanentes em um espaço de tempo específico? A transumância é uma prática presente na vida dos habitantes de ilhas pequenas, mas para este contexto, qual o peso de ser uma extensão da *khóra* de Tasos nas atividades pastoreias em Thasopoula? Com o avanço das pesquisas e estudos mais aprofundados, será possível conjecturar com mais profundidade as relações

⁴ O termo merlão tem origem no francês *merlon*, sendo adaptada do italiano *merlone*, possivelmente uma forma abreviada de *mergola*, conectada ao latim *mergae* (garfo de feno), ou derivada de *moerulus*, um diminutivo de *murus* ou *moerus*. Em arquitetura militar, é a parte saliente do parapeito de uma fortificação, entre duas seteiras ou ameias. Refere-se a cada um dos intervalos dentados das ameias de uma fortaleza (BUCHER, 1996).

entre a materialidade encontrada e o entendimento das práticas e vivências nas ilhotas do Mediterrâneo.

As pequenas ilhas e as suas conexões: insularidade e não isolamento

Acreditamos que um estudo aprofundado dos materiais arqueológicos encontrados na torre nos permitirá compreender a continuidade, a ruptura, as relações econômicas e estratégicas, bem como a intensidade das ligações e da presença humana em Thasopoula. A partir do levantamento arqueológico realizado em 2009 pelos arqueólogos e arquitetos da EFA, Tony Kozelj e Manoela Kozelj, foi possível observar um horizonte importante na interação de ilhas menores que, com um aprofundamento adequado, possibilitará uma melhor compreensão das relações insulares, dos graus de contato entre ilhas e continente, e entre a ilha de Tasos e Thasopoula. Para esta última, será possível sair da invisibilidade provocada pelas grandes ilhas, além de provocar reflexões sobre a insularidade e o seu não isolamento.

Os dados apresentados ajudam-nos a pensar caminhos metodológicos e teóricos relacionados com a interação ambiental e cultural de comunidades que viveram em pequenas ilhas dominadas por grandes ilhas no passado. A Arqueologia, a partir das novas abordagens teóricas e metodológicas para o Mediterrâneo, está a trazer à luz uma dinâmica muito mais complexa para as ilhas, a do não isolamento e da limitação geográfica dos conjuntos insulares. É possível propor uma forma alternativa de explorar uma série de definições, conceitos, significados e, por vezes, a polissemia de mundos insulares em uma perspectiva local, recorrendo sobretudo a dados arqueológicos, que obviamente necessitam de aprofundamento, bem como informações provenientes de fontes literárias gregas da Antiguidade.

Convém recordar que, segundo Christy Constantakopoulou (2017, p. 2), o conceito de insularidade tem dois aspectos principais: por um lado, pode ser entendido como uma expressão de conectividade e, por outro, como uma indicação de isolamento. Em outras palavras, as ilhas eram entendidas como mundos distintos e fechados, locais ideais para o extraordinário e o bizarro, mas ao mesmo tempo eram percebidas como partes de uma realidade complexa de interação no Mar Egeu. Ambos os aspectos da insularidade e da vida insular foram importantes e estão adequadamente atestados. Para Constantakopoulou (2017), as imagens mutáveis da insularidade e da história do mundo Egeu e das suas ilhas trouxeram a ênfase na integração em vez do isolamento. Broodbank (2002), por sua vez, defende que a insularidade nos faz repensar e remodelar o processo consciente de identidades e mundos criados no Mediterrâneo.

Se enxergarmos as pequenas ilhas como extensões da *khóra* das grandes ilhas e/ou continentes em termos territoriais, tendemos a pensar que os aspectos culturais e sociais sofrem transformações que acompanham os movimentos desta relação. A ilhota de Thasopoula, de acordo com a cultura material, teve um longo período de ocupação, que pode ter sido permanente ou não. A dinâmica de pessoas e coisas que traçaram alguns perfis importantes de conexão deixaram rastros de um legado de não isolamento ou, mais precisamente, de um não abandono. Kouromenos e Gordon (2020), em suas análises, atestam que as mudanças que se manifestaram nas comunidades insulares com a interação local, regional e global, podem ter sido mais amplas.

No caso do Norte do Egeu, Constantakopoulou (2017, p. 177) chama a atenção para as pequenas ilhas e para a relação entre elas e as grandes ilhas em vários aspectos, como dominação, interação e hierarquia de territórios dentro do Egeu – em forma de minirredes de comunicação. Nesse sentido, podemos mencionar a elevação topográfica e a visibilidade da torre em Thasopoula, permitindo o controle das ilhas pequenas e das regiões fronteiriças.

Considerações finais

Os debates atuais sobre o conceito de insularidade têm fornecido subsídios para compreendermos ainda mais a região do Egeu. Assim, neste contexto, o entendimento dos objetivos estratégicos das grandes ilhas e do seu interesse em controlar pequenas ilhas em diferentes períodos sofre cada vez mais uma revisão conceitual e historiográfica. A hipótese de que Thasopoula seja um *khóra* de Tasos talvez seja verdadeira, pois há evidências de uso da terra para produção até os dias atuais. Contudo, argumentar a favor desta hipótese não foi o objetivo principal deste artigo, pois vimos que em Thasopoula, a presença da torre de controle trouxe elementos que permitem inferir sobre a conectividade e intensa atividade num nível de interação não apenas local, mas, regional. O fato de Thasopoula ser uma ilhota de controle estratégico pode trazer luz a algumas considerações relativas às zonas delimitadas pelos domínios de grandes ilhas, uma espécie de *koiné* regional de controle de áreas estratégicas entre ilhas.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio Institucional, Bolsa Produtividade PQ2, número de processo: 302696/2022-9.

Referências

- BARNETT, C.; UGARKOVIĆ, M. Globalization processes and insularity on the Dalmatian islands in the Late Iron Age. In: KOUREMENOS, A.; GORDON, J. M. (ed.). *Mediterranean archaeologies of insularity in an Age of Globalization*. Oxford: Oxbow Books, 2020, p. 89-122.
- BON, A. Les ruines antiques dans l'île de Thasos et en particulier les tours helléniques. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, v. 54, p. 147-194, 1930.
- BRANCO, J. F. Antropologia e a insularidade madeirense: alguns parâmetros. In: FRANCO, J. E.; TRINDADE, C. (coord.). *Que saber(es) para o século XXI? História, cultura e ciência na Madeira*. Lisboa: Esfera do Caos, 2014, p. 95-107.
- BROODBANK, C. *An island archaeology of the early Cyclades*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BUCHER, W. *Dictionary of building preservation*. Hoboken: Wiley-Interscience, 1996.
- CHERRY, J. F. Mediterranean Island prehistory: what's different and what's new. In: FITZPATRICK, S. M. (ed.). *Voyages of discovery: the archaeology of islands*. New York; London: Praeger, 2004, p. 233-248.
- CONSTANTAKOPOULOU, C. *The dance of the islands: insularity, networks, the Athenian Empire, and the Aegean world*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- CONSTANTAKOPOULOU, C. *Aegean interactions: Delos and its networks in the third century*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ERIKSEN, T. H. In which sense do cultural islands exist? *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, v. 1, n. 1b, p. 133-147, 1993.
- GORDON, J. M.; CARAHER, W. R. From the Land of the Paphian Aphrodite to the busy Christian countryside: globalization, empire, and insularity in Early and Late Roman Cyprus. In: KOUREMENOS, A.; GORDON, J. M. (ed.). *Mediterranean archaeologies of insularity in an Age of Globalization*. Oxford: Oxbow books, 2020, p. 237-274.
- GRANDJEAN, Y.; SALVIAT, F. *Guide de Thasos*. Athènes: École Française d'Athènes, 2000. v. 3.
- HALL, J. M. Ethnic identity in Greek antiquity. *Cambridge Archaeological Journal*, v. 8, n. 2, p. 265-283, 1998.
- HODOS, T. (ed.). *Material culture and social identities in Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HORA, J. F. da. The apotropaic and prophylactic in the Artemision of Thassos: a contextual interpretation of the black-figure pottery from the Archaic period. *Archai*, v. 32, 2022.

- HORDEN, P.; PURCELL, N. *The corrupted sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Blackwell, 2000.
- KNAPP, A. B. Insularity and island identity in the prehistoric Mediterranean. In: ANTONIADOU, S.; PACE, K. (ed.). *Mediterranean crossroads*. Athens: The Pierides Foundation, 2007, p. 37-62.
- KOLODNY, E. Un îlot en Egée: Donoussa. *Méditerranée*, n. 2, p. 19-25, 1973.
- KOUREMENOS, A.; DIERKSMEIER, L. Teaching insularity: archaeological and historical perspectives. *Shima*, v. 14, n. 1, p. 284-297, 2020.
- KOUREMENOS, A.; GORDON, J. M. (ed.). *Mediterranean archaeologies of insularity in an Age of Globalization*. Oxford: Oxbow Books, 2020.
- KOZELJ, T.; WURCH-KOZELJ, M. Thasopoula. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, v. 133, n. 2, p. 543-559, 2009.
- MORRIS, I. Mediterraneanization. In: MALKIN, I. (ed.). *Mediterranean paradigms and Classical Antiquity*. New York: Routledge, 2005, p. 30-55.
- TIVERIOS, M. A. Greek colonisation of the Northern Aegean. In: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.). *Greek colonisation: an account of Greek colonies and other settlements overseas*. Leiden: Brill, 2008, p. 1-154. v. 2.

Ecos da antiga Bizâncio: formação ou fundação de uma *pólis* no Bósforo?*

Echoes of ancient Byzantium: formation or foundation of a polis in the Bosphorus?

João Carlos Furlani**

Resumo: Antes de se ser remodelada e transformada em Constantinopla, a capital do Império Romano, Bizâncio era uma típica *pólis* litorânea que, mediante o comércio portuário, tornou-se economicamente próspera. Isso fez dela uma cidade vibrante, independente e multicultural. A localização favorável, os recursos abundantes e a expansão territorial fizeram de Bizâncio o ponto de cruzamento entre continentes, onde ocorriam intensas trocas comerciais, culturais e políticas. É pensando nessa Bizâncio que temos como objetivo, neste artigo, apresentar e discutir questões relativas à criação desta cidade portuária, sobretudo no que concerne à relação entre gregos e trácios na ocupação e desenvolvimento do sítio. Perseguiremos o intrigante questionamento da fundação ou formação de Bizâncio no Bósforo. Com isso, demonstraremos que sua memória se formou como um espaço multicultural e de reconstrução da identidade citadina. Para isso, reunimos diversos relatos de autores antigos, além de vestígios provindos da cultura material. Acreditamos que por sua localização fronteiriça, a imagem de Bizâncio oscilava entre dois polos e para assumir o controle do Bósforo e obter o apoio das demais *poleis*, os bizantinos precisaram solidificar sua identidade grega e atuar como uma espécie de benfeitora da *oikumene*. Mas, ao mesmo tempo, também precisaram lidar diplomaticamente com os grupos ditos bárbaros, isto é, os não-gregos.

Abstract: Before being remodeled and transformed into Constantinople, the capital of the Roman Empire, Byzantium was a typical coastal *polis* that, through port trade, became economically prosperous. This made it a vibrant, independent, and multicultural city. The favorable location, abundant resources, and territorial expansion made Byzantium a crossroads between continents, where intense commercial, cultural, and political exchanges took place. It is in thinking about this Byzantium that we aim, in this article, to present and discuss issues related to the creation of this port city, especially concerning the relationship between Greeks and Thracians in the occupation and development of the site. We will pursue the intriguing question of the foundation or formation of Byzantium in the Bosphorus. In doing so, we will demonstrate that its memory formed as a multicultural space and a reconstruction of urban identity. For this, we have gathered various accounts from ancient authors, as well as traces from material culture. We believe that due to its border location, the image of Byzantium oscillated between two poles, and to take control of the Bosphorus and gain the support of other *poleis*, the Byzantines needed to solidify their Greek identity and act as a benefactor of the *oikumene*. But at the same time, they also needed to diplomatically deal with the so-called barbarian groups, that is, the non-Greeks.

Palavras-chave:
Mediterrâneo.
Bósforo.
Bizâncio.
Fundação.
Multiculturalidade.

Keywords:
Mediterranean.
Bosphorus.
Byzantium.
Foundation.
Multiculturalism.

Recebido em: 22/08/2023
Aprovado em: 05/10/2023

* O presente artigo foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) mediante a concessão de bolsa de pós-doutorado (Edital Profix 15/2022).

** Realiza estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutor e mestre pela mesma instituição. Licenciado e bacharel em História pela Ufes. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

Introdução

Em seus primórdios, Bizâncio foi uma cidade grega que ocupava apenas uma parte do que viria a ser Constantinopla e Istambul.¹ Sua importância política, social e cultural é, sem dúvida, reconhecida pela historiografia. Apesar disso, ao buscarmos o verbete “Bizâncio” nos catálogos das bibliotecas, nos depararemos com uma quantidade esmagadora de títulos compostos por “Império Bizantino”, “Sociedade Bizantina” ou “Civilização Bizantina”, o que não é problema algum, exceto pelo fato de que tais obras praticamente ignoram a criação de Bizâncio e seus primeiros séculos de história como pólis. Curioso e reflexivo é o fato de que boa parte das obras sobre Constantinopla são iniciadas com eventos do século VI d.C. E isso não é mera coincidência, é exatamente neste século que Justiniano assume o manto imperial, mais precisamente em 527. Ao que tudo indica, a opção por essa data é uma convenção historiográfica, assim como incontáveis outras que ora percebemos ora não.

Antes de ser remodelada e transformada em Constantinopla, a capital do Império Romano, Bizâncio era uma típica pólis litorânea que, por meio de seu porto, alcançou prosperidade econômica. Esse crescimento a tornou uma cidade vibrante, independente e multicultural, conforme evidenciado por registros históricos e achados arqueológicos. Sua localização estratégica, recursos abundantes e expansão territorial transformaram Bizâncio em um ponto crucial de interseção entre continentes, onde se desenrolavam intensas trocas comerciais, culturais e diplomáticas.

Neste artigo, temos como objetivo apresentar e discutir questões relativas à fundação desta cidade portuária, sobretudo no que concerne à relação entre gregos e trácios na ocupação e desenvolvimento do sítio, bem como a visão dos autores antigos a respeito dessa questão. Procuramos também demonstrar que sua privilegiada localização a tornou um espaço multicultural e de constantes disputas, mas que esses espaços não seriam capitalizados sem um controle eficiente da própria cidade. Para isso, reunimos diversos relatos de autores antigos e tardios, tais como Heródoto, Políbio, Estrabão, Tácito, Dionísio de Bizâncio, Procópio de Cesareia, Diodoro Sículo, Herodiano e Hesíquio de Mileto, além de vestígios provindos da cultura material que, embora escassos, são reveladores. Acreditamos que por sua localização fronteiriça, a imagem de Bizâncio oscilava entre dois polos e para assumir o controle do Bósforo e obter o apoio das demais póleis, os bizantinos precisaram solidificar sua identidade grega e atuar como uma

¹ Cumpre notar que Constantinopla passou a se chamar Istambul oficialmente apenas em 1930 e, mesmo não sendo a capital imperial que já foi, permanece como a maior e mais importante cidade da Turquia.

espécie de benfeitora da oikumene. Mas, ao mesmo tempo, também precisaram lidar diplomaticamente com distintos grupos étnicos, os quais eram referidos pelos autores greco-romanos como bárbaros, belicosos, hostis e violentos.

A formação/fundação da *pólis* bizantina

A história de Bizâncio, incluindo a sua formação, é encontrada em uma série de fontes textuais da Antiguidade. Não obstante, a maioria dessas exposições é concisa e pouco elucidativa. Por essa razão, um número considerável de obras precisou ser reunido em nosso *corpus* documental. Além de referências a eventos históricos específicos, também buscamos nessas fontes questões relativas à topografia do Bósforo e à relação deste com a *pólis* bizantina.

Por um lado, sabemos que muitas das referidas obras encontram nos mitos e tradições épicas justificativas para suas explicações. Esses mitos, raros em outras fontes antigas, têm suas raízes principalmente em escritores locais, hoje perdidos, ou no conhecimento pessoal dos autores ou na tradição oral. Por outro, tais informações oferecem uma perspicácia valiosa para a compreensão de como as comunidades ao longo do Bósforo moldaram suas identidades e narrativas heroicas dentro de um contexto específico. De uma forma ou de outra, torna-se evidente que a região circundante ao Bósforo era composta por comunidades, entrepostos e aldeias de pescadores unidas por histórias mitológicas e tradições locais compartilhadas (BELFIORE, 2009, p. 68-75).

Banhada em três lados pelo Corno de Ouro, pelo Mármaro e pelo Bósforo, Bizâncio era vulnerável a ataques apenas ao longo do seu estreito istmo ocidental, que se abre para a Trácia oriental. Esse promontório triangular, que domina a foz do Bósforo, permitiu a Bizâncio, e não à sua cidade-irmã, Calcedônia, dominar o estreito e lucrar com as embarcações que transitavam pelo Mar Negro (RUSSEL, 2017, p. 5). Ao menos, assim pensavam os escritores antigos, os quais influenciaram fortemente a visão dos modernos.

Políbio (*Hist.*, IV, 38), em sua famosa digressão sobre a situação de Bizâncio, afirma que a cidade possuía a posição mais segura e mais benéfica de qualquer lugar do mundo conhecido. Ao controlar a entrada no estreito do Bósforo, nenhum comerciante poderia entrar ou sair sem o consentimento dos bizantinos. Por conseguinte, a *pólis* controlaria o comércio de escravos, peles, grãos, gado e peixe salgado entre as regiões da Grécia e do Ponto, na medida em que esse domínio seria justamente o responsável por afastar os trácios e bitíniros que ocupavam a área em torno do estreito. Nas palavras do autor:

A localização de Bizâncio é, no que diz respeito ao mar, mais favorável à segurança e à prosperidade do que qualquer outra cidade do mundo que conhecemos, mas no que diz respeito à terra é a mais desvantajosa em ambos os aspectos. Pois, no que diz respeito ao mar, bloqueia completamente a foz do Ponto, de tal maneira que ninguém pode entrar ou sair sem o consentimento dos bizantinos. Para que tenham total controle sobre o abastecimento de todos os muitos produtos fornecidos pelo Ponto que os homens em geral necessitam para a sua vida quotidiana (*Polib.*, *Hist.*, IV, 38, 1-4).

Por esta razão, segundo Políbio, os bizantinos poderiam ser chamados de *koinoi euergetai panton*, algo como os “benfeiteiros comuns de todos” ou “benfeiteiros universais” e também esperar apoio ou assistência dos gregos quando ameaçados pelos bárbaros. Cumpre ressaltar que o termo *euergetes* utilizado pelo autor era costumeiramente empregado para indivíduos ricos e generosos e monarcas helenísticos, especialmente os Atálidas. Por outro lado, a adição de *koinos*, que elevou a denominação do nível de uma relação recíproca entre um rei e uma *pólis* grega individual para um epíteto de significado universal, foi sem precedentes e logo seria adotada pelos romanos (GABRIELSEN, 2007, p. 287-289). Com essa descrição, Políbio dá a entender que o serviço dos bizantinos em manter o estreito livre para o trânsito das *póleis* constituía uma proteção contra as predações dos bárbaros locais. Por essa razão, seriam os benfeiteiros... do mundo grego.

As fontes posteriores a Políbio, em sua maioria, concordam com a descrição do autor, afirmando que a cidade era privilegiada do ponto de vista comercial devido, sobretudo, à sua localização, situada na única via de acesso ao Mar Negro, como outrora mencionamos. De fato, a posição geográfica bizantina permitia o controle das rotas que ligavam a Ásia Menor ao Ocidente, assim como a passagem do Mediterrâneo, do Egeu e do Mármaro ao Mar Negro. Essa íntima ligação com o mar pode ser constatada também por meio de um dos mais populares itens de comércio bizantino, o peixe salgado, motivo que contribuía para a constante movimentação no porto da cidade (Plin., *Nat. Hist.*, IX, 15; Str., *Geo.*, VII, 6, 2).² No entanto, ainda é o autor grego que nos fornece uma descrição mais detalhada dos itens que passavam pelos portos de Bizâncio:

Quanto às necessidades básicas da vida, é um fato incontestável que as maiores e melhores quantidades de gado, bem como a multidão de seres humanos traficados como mão de obra escrava, nos alcançam dos lugares ao redor do Ponto, enquanto desses mesmos lugares recebemos abundantemente mel, cera e peixe salgado. Dos produtos excedentes de nossos próprios lugares, eles recebem azeite de oliva e todo tipo de vinho. Quanto ao grão, há uma troca; às vezes eles enviam oportunamente (ou confortavelmente) suprimentos para nós, em outros momentos recebem suprimentos de nós (*Polib.*, *Hist.*, IV, 38, 4-5).

² Plínio (*Nat. His.*, IX, 1), em seu trabalho, relata a abundância de peixes nas águas que banhavam Bizâncio, especialmente do tipo *pelamis*.

Além do sucesso comercial, as vantagens geográficas de Bizâncio também foram relacionadas com os mitos de fundação da cidade. Dentre as digressões de Heródoto (*Hist.*, IV), Estrabão (*Geo.*, VII, 6, 2), Tácito (*An.*, XII), Procópio de Cesareia (*De aed.*, I, 2), Diodoro Sículo (*Bibl.*, IV, 49) e Herodiano (*Hist. Rom.*, III, 1, 5-6), a versão mais difundida para a criação da cidade sugere que ela tenha sido originalmente uma colônia de Mégara, fundada em 658 a.C., dezessete anos após a criação de Calcedônia, na margem oposta do Bósforo (Tac., *An.*, XII; Her., *Hist.*, IV). No entanto, há relatos de que Bizâncio seria uma colônia milésia, coríntia ou dória (Dion. Byz., *Anap.*, 24; Vel. Pat., *Hist. Rom.*, II, 15; Amm., *Res ges.*, XXI, 8). Não obstante, também existem aplicações do topônimo *Lygos* para a cidade, o que corresponderia a um assentamento trácio anterior, como mencionado por Plínio, o Velho, em sua *Naturalis Historiae* (IV, 11).

A maioria dos relatos da fundação de Bizâncio, sem dúvida, a relaciona com a personagem Bizas. Esse último, por sua vez, protagonizaria versões distintas da origem da *pólis*. A pluralidade de tais relatos aparece com mais detalhes na *Patria Constantinopolitana*, obra de Hesíquio de Mileto, no século VI d.C. Dentre as lendas coletadas, a preferida do autor diz que a cidade recebeu o nome de Io, filha do rei argivo, que foi estuprada por Ínaco e depois transformada em vaca (bovino, em grego *Boūç*). Zeus havia se apaixonado por Io e, num ataque de ciúmes, Hera enviou um moscardo para levar Io de um lugar para outro em tormento até que ela chegou à Trácia, dando à luz Ceróessa, para quem o Corno de Ouro havia sido nomeado como *Ceras* (Dion. Byz., *Anap.*, 24). Ceróessa, por sua vez, teria se relacionado com Posídon, dando à luz a Bizas, o fundador de Bizâncio (Non., *Dion.*, XXXII, 70; Proc., *De aed.*, I, 5, 1). Importa destacar que o Bósforo ($\beta\;oūç - \pi\;ópoç$), em grego, significa “Passagem do boi” (gado, bovino ou vaca). O termo poderia ser aplicado descritivamente a qualquer estreito que os gados pudessem atravessar a nado, entretanto, a etimologia do Bósforo trácio foi associada precisamente a Io, em sua forma de vaca (LIDDELL; SCOTT, 1996, p. 288-289).

Em outra versão do mito, dessa vez sem o protagonismo de seres divinos, Bizas de Mégara teria perguntado ao oráculo de Apolo, em Delfos, onde deveria fundar uma nova *apoikia* e, como resposta, teria sido orientado a navegar para o nordeste do Mar Egeu e instalá-la à frente da “terra dos cegos” (Strab., *Geo.*, VII, 6; Tac., *An.*, XII, 63). Com um grupo de colonos megarianos, Bizas teria encontrado o local onde o Corno de Ouro se une ao Bósforo e deságua no Mar de Mármore (Propôntida), diante de Calcedônia, cuja área correspondia aproximadamente à do atual Palácio de Topkapi, em Istambul (Figura 1).

Figura 1 - Bizâncio e Calcedônia separadas pelo estreito do Bósforo



Fonte: The Ancient World Mapping Center (2016); Russell (2017, p. 113).

Não obstante as tradições acima, distintos relatos circularam na Antiguidade, como aqueles que afiançavam que a cidade foi fundada pelos argivos, os quais teriam consultado um oráculo antes de chegar ao Corno de Ouro; ou que Bizas seria filho de uma ninfa local, Semestre (Hesych., Patr., 5). Por fim, podemos mencionar a narrativa presente na *Bibliotheca historica* (IV, 49, 1), de Diodoro Sículo, na qual afirma-se que Bizas foi um rei trácio que, à época dos Argonautas, fundou Bizâncio.

A história do oráculo de Delfos, descrita por Estrabão e Tácito, na qual os megarianos deveriam procurar a terra dos cegos para saber onde instalar uma *apoikia* provavelmente encontra eco nas palavras de Heródoto, que, no século V. a.C., fazia alusão a uma “cegueira” dos fundadores de Calcedônia. Nas palavras deste último, assim que o general arquemênida Megabazo,³ em expansão no Mediterrâneo, chegou a Bizâncio, ele teria dito:

³ Megabazo ou Megabizo, filho de Datuvalhya, foi um importante líder persa que ajudou a derrubar o usurpador Esmérdis, no século VI a.C., durante o chamado “Império Aquemênida”. Ele atuou como comandante das forças de Dario I no Helesponto, por essa razão teria chegado a Bizâncio (Her., *Hist.*, IV).

Uma simples frase de Megabazo tornou-lhe o nome imortal entre os habitantes do Helesponto. Encontrando-se, certa vez, em Bizâncio, soube que os Calcedônios tinham construído sua cidade dezessete anos antes de os bizantinos haverem fundado a deles. Disse-lhes, então, que deviam ser cegos, pois de outro modo não teriam escolhido para a cidade um local tão desagradável, quando se apresentava um outro mais belo (Her., *Hist.*, IV, 144).

Além da cegueira do *oikistes* (fundador de uma colônia) de Calcedônia, tanto o excerto acima quanto boa parte dos mitos originários acenam para a posição geográfica privilegiada de Bizâncio desde a sua fundação. De Heródoto a Hesíquio de Mileto, a orientação do oráculo alude aos colonos que fundaram Calcedônia num local de terras e recursos inferiores se comparados ao lado bizantino do Bósforo.

A multiplicidade de origens para a cidade de Bizâncio não é algo incomum para as cidades do Mundo Antigo. Entretanto, isso não quer dizer que não existam motivos por trás desse confronto de narrativas. Paulopoulou (1994, p. 126-127) observa que todas as diferentes tradições podem ter servido a propósitos distintos: Bizas como um rei trácio legitimaria a reivindicação da cidade à terra sobre seus habitantes locais, enquanto a história de Bizas, filho de uma ninfa local, Semestre, enfatizaria sua conexão epicórica com a área. Da mesma forma, o semideus Bizas fundamentaria a história da cidade no passado mítico e heroico dos gregos. Por fim, a fundação por Mégara, Corinto ou outra *pólis* traçaria, ao olhar grego, um caráter civilizado em comparação a um possível passado trácio, portanto bárbaro (Dion. *Byz.*, *Anap.*, 45).

Ao retomar a discussão sobre as origens de Bizâncio, Russell (2017, p. 235) chama atenção para o próprio nome “Bizas”. Isto pois, há grandes chances de o substantivo próprio em questão ter origem trácia, uma vez que é formado a partir da adição de um sufixo ao Buζ – radical que forma a raiz comum de uma série de nomes tráctios ou ilírios.⁴ Para o autor, é possível que o nome da cidade fizesse alusão a um assentamento pré-existente, e Bizas, como grego, fosse uma invenção posterior para dar à cidade uma história de fundação. Em outras palavras, o nome do fundador teria se derivado da própria cidade e não vice-versa, como ressaltado tradicionalmente na historiografia (RAYMOND, 1964, p. 10; GEORGACAS, 1947, p. 347-367). Tal constatação, de certo modo, se aproxima do relato de Plínio, o Velho (*Nat. Hist.*, IV, 11), que afirma que Bizâncio teria se desenvolvido a partir de um assentamento trácio chamado *Lygos*.

Apesar das especulações supracitadas, é incomum encontrarmos em Bizâncio diversos membros de uma mesma família com nomes de origem trácia. Essa constatação assume grande importância, pois indica que a presença dos tráctios era limitada ou que a

⁴Como, por exemplo, Beuzas, Busa, Busia, Busio, Busidius, Buzetius, entre outros.

perpetuação onomástica de tais grupos ao longo de gerações era rara, como podemos constatar pelo baixo número de inscrições tráctias em Bizâncio (*IByz.*, 188; 340). Em um levantamento realizado por Louisa Loukopoulos (1989a, p. 80), foi constatado que apenas 4,4% dos nomes bizantinos catalogados eram de origem trácia. Esse número é, inclusive, inferior à proporção em outras cidades gregas do Mármore. Para a autora, isso se explica pelo rigor dos bizantinos na concessão da cidadania. Russell (2017, p. 203) não discorda dos dados da autora, mas recorda da escassez de fontes de natureza material e adverte que as poucas evidências epigráficas encontradas, assim como o uso de estelas funerárias, eram restritas a uma aristocracia local explicitamente grega. Como a maioria das estelas descobertas são oriundas de escavações feitas no sítio da antiga necrópole bizantina, próximo ao centro da *pólis*, a probabilidade de chegarmos a outros resultados é reduzida. Talvez, sugere o autor, o quadro fosse alterado se soubéssemos mais sobre a onomástica na *khóra* de Bizâncio, onde outras etnias poderiam ter vivido. Além disso, tal como ocorreu no Império Romano, é plausível assumir que os trácios adotassem nomes gregos, sobretudo no caso de matrimônio entre os diferentes grupos, deixando a questão ainda mais em aberto.

Devemos recordar que a presença dos trácios na documentação textual antiga é carregada de estigmas e características negativas, sustentada por operação relacional, na qual o “nós” eram os gregos e os “outros” eram os demais povos fora da *oikumene*, ou seja, a porção habitada e civilizada do mundo conhecido. Essa *oikumene*, no entanto, compreendia quase que exclusivamente as *póleis* e as regiões próximas que estavam sob a influência grega. Essa concepção era, muitas vezes, associada à ideia de cultura e civilização superior em contraste com regiões entendidas como selvagens e não civilizadas. Em outros termos, aqueles que não compartilhavam da cultura grega e de suas instituições eram rotulados de *βάρβαρος*, ou seja, bárbaros. Mesmo inicialmente baseada em diferenças linguísticas, a ideia de barbárie, ao longo do tempo, assumiu uma conotação mais ampla de inferioridade cultural, a qual será adotada pelos romanos (BEARD, 2015). Essa visão contribuiu para uma definição de identidade entre gregos, que é responsável por alimentar uma percepção de superioridade cultural destes em relação aos demais.

Embora Dionísio (*Anap.*, 84) esteja preocupado com as questões topográficas de Bizâncio, ao se referir aos trácios, suas definições são carregadas de estigmas identitários, articulados para acentuar o contraste entre Bizâncio e os povos não-gregos, com os quais os bizantinos corriam o perigo de serem associados, o que incluiu os hábitos enxergados como pertencentes às culturas bárbaras. E esse receio não era apenas um devaneio, pois os costumes da “primeira cidade” grega eram questionados quando comparados a Atenas, por exemplo. Teopompo, falando do controle de Calcedônia por Bizâncio, afirmou que

os bizantinos passavam todo o seu tempo na ágora e na taverna e acusou a constituição democrática bizantina de contribuir para um modo de vida licencioso. Menandro, por sua vez, compôs um epígrafe destacando os maus hábitos e a normalidade da embriaguez em Bizâncio (Athen., *Deipnosoph.*, 12, 526e; 10, 442d). Devido à proximidade bizantina com o mundo bárbaro, Estratônico, por sua vez, referiu-se à cidade como a “axila da Grécia”, o que indicaria uma aproximação tanto física quanto cultural (Athen., *Deipnosoph.*, 8, 351c).

O próprio Mar Negro era visto como etnicamente diferente do restante da Grécia. Era um lugar incivilizado, povoado por perigosos nômades citas e tribos trácias e uma ameaça para a *oikumene*. Ser encarada como a porta de entrada para o mundo grego significava, portanto, também ser a última antes desse mundo belicoso e hostil que existia para além do Bósforo (RUSSELL, 2017, p. 12-13). É justamente com essa pressão que Bizâncio teve que lidar ao longo dos seus primeiros séculos de existência. Ao se associarem a um passado dórico, desenvolverem e consolidarem um mito da origem citadina baseado em um fundador de Mégara, os bizantinos posicionaram-se em favor de suas raízes gregas e ao lado do mundo helênico. Não à toa, a posição (geográfica e política) de Bizâncio era do interesse de centenas de *póleis*, direta ou indiretamente.

Infelizmente, não temos fontes materiais suficientes a respeito da fundação de Bizâncio, pois o seu sítio está sob a atual Istambul, o que dificulta a realização de escavações arqueológicas. Apesar disso, ainda podemos seguir algumas evidências que iluminam essa questão, como o fato de apenas na numismática provincial romana encontrarmos menções a Bizas como o fundador grego da cidade. Abaixo podemos observar uma moeda cunhada no referido período que pode nos ajudar (Figura 2).

No anverso do exemplar acima, lemos a inscrição “ΒΥΖΑΣ”, indicando a figura do lendário fundador da cidade, que aparece de capacete e barbado, voltado para a direita. Já no reverso, é representada a proa de uma galera e uma personagem, de pé, com um cetro numa mão e a outra estendida.⁵ Também encontramos a inscrição “ΕΠ ΑΙ ΠΟΝΤΙΚΟΥ” e o monograma “HP” acima e abaixo, que indica que a cunhagem foi feita sob a supervisão ou a pedido de Pôntico.⁶ Por fim, temos a presença da indumentária

⁵ Galera (derivado do grego medieval “γολέα”) era um tipo de embarcação amplamente utilizado por diversos povos, a partir do final do segundo milênio a.C., permanecendo em uso, sob distintas variantes, até o início do século XIX. Sua mais notória característica reside no fato de ser um tipo de navio que é impulsionado sobretudo pelo uso de remos (MORRISON; COATES; RANKOV, 2000, p. 25-49). Apesar disso, praticamente todos os tipos de galeras possuíam velas, permitindo a utilização destas em ventos favoráveis. Todavia, o esforço físico da tripulação sempre era o principal método de propulsão da embarcação, o que possibilitava a navegação em diferentes condições climáticas (cf. PRYOR, 1992; MORRISON; GARDINER, 1995).

⁶ O significado do aludido monograma é variável, mas entre as possibilidades de leitura para tal, encontra-se a interpretação de que são números que indicam a edição de várias lotes (DE LUCA, 2017, p. 108-109). Além disso, há a possibilidade de ele indicar uma marca do local responsável pela cunhagem, no caso, a cidade de Herákleo. (APERGHIS, 2015, p. 20). A abreviação “HP” também pode representar “HPΑΚΛΕΙΟΝ” (*Herakleion*), referindo-se a Herákleo ou a um

militar, recorrente nas moedas desse período, assemelhando-se à cunhagem romana, mas com elementos tradicionais gregos.

Figura 2 - Moeda bizantina, AE24, 8,25 g, c. séc. II



Anverso: Inscrição "BYZAΣ", Bizas de capacete e barbado, voltado para a direita. Reverso: Inscrição "ΕΠ ΑΙ ΠΟΝΤΙΚΟΥ", monograma "HP" acima e abaixo, proa de uma galera e uma personagem, de pé, com um cetro numa mão e a outra estendida. Ateliê monetário: Trácia. Fonte: BMC 57; Schöner-Geiss, Byzantion 2059-2067 (V19 / R30); SNG Cop 508.

A figura de uma embarcação não é desprovida de significado. Sabemos que, no final do século III a.C., a rede de influência e as possessões no exterior propiciaram aos bizantinos uma zona de controle que se estendia ao longo do Bósforo até o Golfo de Ástaco (atual Golfo de İzmit), Mísia e a costa sul do Mar de Mármaras. O desenvolvimento de um sistema monetário eficiente estava intimamente ligado à expansão territorial e comercial de Bizâncio e ao controle do Mar de Mármaras (RUSSEL, 2017, p. 104). Voltaremos a isso mais à frente, pois o que importa saber, neste momento, é que a cunhagem de moedas do período provincial romano demonstrava uma intenção de solidificar um dos mitos de fundação da cidade bizantina. Não à toa, moedas representando Bizas e, ao que parece, sua mãe Ceróessa (*Κερόεσσα*), circularam neste período, como podemos ver nos catálogos numismáticos de Bizâncio.⁷

Ainda no século III d.C., a face de Bizas estampava as moedas bizantinas, como podemos ver na moeda abaixo, cunhada durante o governo de Septímio Severo (Figura 3).

templo dedicado a Hércules. Por fim, na numismática bizantina, a abreviação "HP" é comumente associada à palavra "ΣΤΡΑΤΗΓΟΥ" (*stratēgou*), que significa "do estratego", um alto oficial militar e administrativo nas províncias. Portanto, a presença do monograma em uma moeda indicaria que ela foi cunhada sob a autoridade ou durante o mandato de um estratego. Para mais informações, consultar Grierson (1999).

⁷ Para mais moedas bizantinas desse período, consultar o catálogo numismático de Schöner-Geiss (1972).

Figura 3 - Moeda bizantina, 202-205 d.C.



Anverso: Inscrição "BYZAΣ", Bizas de capacete e barbado, voltado para a direita. Reverso: Inscrição "EP M AY ANTWN BYZANTIWN", águia em pé de frente sobre uma base, cabeça voltada para a esquerda, asas abertas. Ateliê monetário: Trácia. Fonte: Schönert-Geiss 2073-2074 var.

O exemplar acima não estava em boas condições, então tivemos que melhorar sua resolução por meio de um *software* de edição, tornando-o mais aparente, mas sem modificar qualquer detalhe. Dito isso, observamos em tal artefato a inscrição "BYZAΣ", com o lendário fundador Bizas de capacete e barbado, voltado para a direita, em seu anverso. Já no reverso, temos uma águia em pé, observada de frente, apoiada sobre uma base, com cabeça voltada para a esquerda e asas abertas, além da inscrição "EP M AY ANTWN BYZANTIWN", que pode ser traduzida como "EPI M(arcou) AY(riou) ANTWN BYZANTIWN", indicando que a moeda foi cunhada sob a magistratura de Marco Áurios Antonino, em Bizâncio.

É impossível não notar que as moedas desse período se assemelhavam cada vez mais à cunhagem romana. No entanto, a conservação da figura de Bizas é significativa, pois demonstra a permanência de uma identidade bizantina e uma solidificação de Bizas como o seu *oikistes*, mesmo a cidade estando sob a condição de província romana e tendo passado por uma reconstrução, no século II d.C., após Severo destruir parte da *pólis* em represália ao apoio dos bizantinos a Níger, quando este guerreava contra o imperador (Cas. Dio, *Hist. Rom.*, LXXIII, 13, 3-5; Herod., *Hist. Rom.*, II, 7, 3).

Voltando à relação entre a cultura material e a fundação de Bizâncio, as poucas escavações arqueológicas no sítio bizantino não conseguiram provar a existência de um assentamento grego anterior. Apesar disso, uma pequena quantidade de achados, constituídos de fragmentos de vasos coríntios, foi encontrada, sendo estes datados do final do século VII a.C. Para Akurgal (1978, p. 38) e Loukopoulos (1989b, p. 52-53), estes

vestígios comprovariam um assentamento grego. No entanto, Russell (2017, p. 236) não é tão otimista. Para o autor, essas escassas evidências, no máximo, mostram que existia algum assentamento no local antes do século VII a.C. e que havia certo grau de influência grega na localidade, talvez pela presença de comerciantes e viajantes – o que é bem plausível.

Em vez de imaginar que a cidade foi fundada do zero, num único momento, Russell (2017, p. 236-237) sugere que vários povos gregos, indivíduos e pequenos grupos que não estavam sob o ordenamento de qualquer *pólis* (em sua maioria megarianos) tenham sido atraídos para o futuro sítio bizantino. Para o autor, esses indivíduos conviveram sob a espécie de um acordo que previa possibilidades de comércio com os trácios locais, o que paulatinamente fez com que surgisse uma espécie de entreposto comercial, expandido ao longo do tempo pela fixação de viajantes e mercadores gregos que circulavam por lá. Se Russell estiver correto, isso explicaria a presença de tradições dóricas, megarianas, argivas, coríntias e de outras *póleis* na trajetória e no sítio bizantinos. Outrossim, esta visão também leva em conta o papel dos trácios locais no desenvolvimento da cidade e na multiplicidade sociocultural de Bizâncio.

Embora possa ter ocorrido uma formação mista, e não propriamente uma fundação, não há dúvida que as tradições bizantinas exprimem uma identidade majoritariamente dórica, como pode ser observado em suas relações comerciais e no próprio dialeto utilizado na cidade (*Ibyz.*, 3). Precisamente por isso, os habitantes de Bizâncio começaram a dialogar com as outras cidades dóricas do Mar Negro, de modo a compartilhar sua cultura e cristalizar uma identidade em comum. Com o tempo, esse intercâmbio levou à difusão de cultos, festivais, instituições e histórias sobre a descendência comum de Mégara (RUSSELL, 2017, p. 237).

É amplamente difundido que ocorreu, no século VII a.C., uma colonização empreendida por Mégara e Mileto no Mar Negro e na Propôntida, o que levou à fundação de diversas *apoikiae*. Dentre o grupo de colônias megarianas costuma-se incluir Calcedônia, Ástaco, Selímbria, Mesembria, Heracleia Pôntica, Calátis, Quersoneso Táurica e Bizâncio. Tais cidades seriam interligadas por padrões onomásticos, calendários, rituais, instituições políticas e, é claro, pela escrita. Pensando por esse lado, o dialeto encontrado nas inscrições bizantinas vai ao encontro da hipótese de uma fundação megariana, uma vez que a Bizâncio arcaica usava um alfabeto muito próximo ou idêntico ao de Mégara, como revela a recente descoberta de uma estátua bizantina em Olímpia (Figura 4).

Figura 4 - Base de uma estátua bizantina, Olímpia, séc. VI a.C.



Fonte: Hallof, Herrmann e Prignitic (2012, p. 33).

Em 2003, durante trabalhos de escavação ao sul da esquina sudoeste do Templo de Zeus no sítio de Olímpia, foram descobertos vestígios de uma estátua, da qual apenas a base, o pé direito frontal e o calcanhar esquerdo foram preservados, como visto na figura acima. Segundo os arqueólogos, o monumento deve ter sido enterrado durante a construção da Muralha dos Hérulos ou removido para a construção do Templo de Zeus (HALLOF, HERRMANN; PRIGNITIC, 2012, p. 216). Na base, há duas inscrições que começam na borda frontal e seguem ao longo da borda lateral direita:

Πελανίδας ἐποίεσ' Αἰγίνᾳ
Βυζάντιοι μ' ἀνέθεκαν {γ'} ἀφοθίνιον τᾶλαῖας

As inscrições são claramente distintas em termos de formas de letras, dialeto e conteúdo, mas podem ser traduzidas como “Pelânidas a criou em Egina” e “Os bizantinos me consagraram como o melhor dos despojos de guerra”. Tal como sugerem Hallof, Herrmann e Prignitic (2012, p. 217), a estátua era uma oferta votiva dos bizantinos feita a partir dos despojos de guerra, com a assinatura de um tal Pelanidas de Egina. Mais significativo que os resquícios da estátua são as inscrições de sua base, uma vez que são os mais antigos indícios de escrita bizantina que, ao lado de alguns exemplares de moedas de prata, cunhadas por volta de 411 a.C., demonstram traços dóricos em sua composição.

Mesmo não tendo acesso a essas descobertas arqueológicas, Kirchhoff (1973, p. 113) afirmava que Bizâncio deve ter usado o alfabeto de sua *metropolis*, Mégara, que pode ser distinguido pela forma especial de sua letra β.

Fundada ou não por Mégara, Bizâncio participou de uma rede colonial, na qual enfatizava-se uma herança cultural megariana, ao passo que se distinguiam das cidades milésias-jônicas que as rodeavam (ROBU, 2012, p. 191). O calendário de Bizâncio, como observa Russell (2017, p. 186-187), também é significativo, sobretudo pelas informações que fornece sobre essa rede colonial. Ao comparar, por exemplo, os meses das cidades dóricas-megarianas no Mar Negro com os de Bizâncio, há um notável grau de semelhança entre elas (*IByz.*, 33). Essa evidência é, inclusive, entendida por alguns autores como suficiente para classificar Bizâncio como uma colônia de Mégara, tal como podemos observar nos trabalhos de Hanell (1934, p. 192) e de Trümpy (1997, p. 151). Russell (2017, p. 187), por sua vez, acredita que a correlação entre os alfabetos das cidades do Mar Negro realmente comprova a existência de um meio cultural comum ao qual essas cidades pertenciam e de um patrimônio partilhado que remonta a Mégara. Todavia, para o autor, isso não quer dizer que todas essas cidades tenham sido necessariamente fundadas por esta mesma *pólis*.

Claramente, estamos diante de um impasse. Se aceitarmos que Bizâncio desenvolveu-se organicamente a partir de uma vila ou posto comercial, sem os vínculos tradicionais com uma *metropolis*, precisamos nos perguntar em que ponto de sua trajetória os bizantinos passaram a se enxergarem como uma *pólis*. A essa questão, Russell (2017, p. 239) responde que o processo de assimilação com a identidade grega teve início a partir do momento em que os bizantinos passaram a refletir a respeito de suas crenças, origens, calendário festivo e instituições políticas e a investir nas histórias e tradições sobre as origens de sua cidade. Em certa medida, concordamos com o autor. Entretanto, sua resposta sobre a datação desse processo é insatisfatória, pois não temos como localizar com precisão tais eventos. Teriam ocorrido no século II d.C., quando as moedas bizantinas começam a estampar a face de Bizas? No século I a.C., quando há a primeira menção literária ao lendário fundador? Ou no século III a.C., quando Bizâncio assume o controle do Bósforo e passa a ter mais contato com as demais *póleis*? Além do mais, deveríamos desconsiderar o mencionado relato de Heródoto, do século V a.C., no qual afirma que os bizantinos fundaram sua cidade logo após os calcedônios?

Apesar de estarmos alinhados com boa parte das análises de Russell, não acreditamos que suas considerações respondam à interrogação inicial (em que ponto de sua trajetória os bizantinos passaram a se enxergarem como uma *pólis*?). Até porque o autor parece não levar em conta o testemunho de Heródoto em sua conclusão. Entretanto, não há dados suficientes para chegarmos a uma conclusão satisfatória

sobre a fundação de Bizâncio. Ao explorarmos a origem da cidade, somos confrontados com um conjunto de dados fragmentados e intrincados, tornando a busca por uma conclusão minimamente satisfatória uma tarefa desafiadora.

Por um lado, temos à disposição vestígios arqueológicos gregos datados do século VII a.C. e relatos literários greco-romanos que atribuem a fundação da cidade a este mesmo século. Dentre esses relatos, o de Heródoto (*Hist.*, IV, 144) é particularmente notável, pois, no século V a.C., o autor já faz menção à fundação de Bizâncio no lado oposto do Bósforo, defronte a Calcedônia. A presença do dialeto e cultura dórica em Bizâncio destaca-se como um fator distintivo, como pode ser percebido nos textos e inscrições bizantinas. Além do mais, Bizâncio mostrou fazer parte de uma rede de interação dinâmica entre diversas comunidades dóricas da região.

Por outro lado, os vestígios arqueológicos do século VII a.C. são muito escassos e de origem coríntia. Ademais, a ausência de vestígios gregos anteriores a esse período é emblemática. A análise onomástica também lança luz sobre a questão étnica, uma vez que sugere uma coabitAÇÃO trácia em Bizâncio. A referência histórica de Heródoto, embora valiosa, adiciona camadas de complexidade à narrativa, pois os dezessete anos de diferença entre a fundação de Calcedônia mencionados pelo autor não encontram respaldo arqueológico ou literário, exceto pela repetição de seus dados por fontes tardias. Por último, e talvez menos importante, é o fato de Bizâncio ter sido alvo de piadas na Antiguidade, sendo ora considerada a "primeira" e a ora "última" cidade grega devido à proximidade cultural e territorial com os ditos bárbaros.

Sobre a última colocação mencionada, podemos antecipar que a dualidade na imagem da cidade pode ser interpretada como uma consequência da sua posição estratégica e da complexa interação entre diferentes influências culturais e étnicas ao longo do tempo. Ao passo que piadas e insultos não eram incomuns entre as *póleis*, como exaustivamente explorado na relação entre Atenas e Esparta. Todavia, em última análise, a questão da fundação de Bizâncio permanece envolta em dúvidas e a escassez de dados nos impede de chegarmos a uma conclusão satisfatória. Mas, ainda assim, podemos conjecturar algumas hipóteses.

Considerações finais

Bizâncio parece ter emergido de uma trama intricada de influências gregas e tráctias, levando-nos a contemplar a possibilidade de uma formação orgânica em um assentamento pré-existente, onde diversas comunidades coexistiam, moldando uma identidade grega e bizantina ao longo dos séculos. Essa identidade poderia ter se manifestado como

dórica, descendente de Mégara, devido à quantidade superior de indivíduos dóricos que compunham o sítio. As relações com as comunidades vizinhas, também dóricas, podem ter facilitado a solidificação e a coesão interna e externa de uma identidade grega, colônia de Mégara. Tal como sugerido por Robu (2012, p. 191; 2014, p. 410), a existência de uma *ethnos mégarien* possivelmente formou-se como um esforço para instilar um senso de solidariedade entre gregos diante das ameaças bárbaras, isto é, dos não gregos.

Gostaríamos de sugerir uma possibilidade ainda não levantada que não descarta as duas alternativas historiográficas sobre a formação/fundação de Bizâncio. Como sabemos, uma onda de colonização ao longo do Mar Negro e no Mar de Mármaras foi protagonizada por Mélito e Mégara no século VII a.C. Nada impede que grupos dóricos tenham, de fato, partido de Mégara a fim de encontrar novas terras e um local propício para a criação de uma colônia. Em sua empreitada, tendo consultado ou não um oráculo, chegaram a um local geograficamente atrativo e lá decidiram se instalar. Neste mesmo local, poderiam ter se deparado com trácios locais que já ocupavam algum tipo de assentamento, embora bem diferente de uma cidade grega. Por meio de algum tipo de acordo social e comercial, os distintos grupos étnicos teriam coabitado o mesmo sítio. Ao passo que os gregos teriam aproveitado o assentamento pré-existente dos trácios, estes últimos teriam influenciado os gregos, como é possível notar pela raiz linguística do próprio nome de Bizâncio. Com o tempo, a vila ou entreposto foi transformado numa típica *pólis* e os trácios locais absorvidos na sociedade greco-bizantina. Talvez o passado trácio do sítio não tenha sido um problema até Bizâncio passar a ser reconhecida como uma cidade digna de nota e estrategicamente importante no Bósforo. Por esse motivo, a solidificação de um passado grego e a criação de um mito fundador seriam ferramentas úteis para a perpetuação da imagem de “primeira cidade” ou “benfeitora comum de todos”, tal como exprime Políbio.

Nossa inferência parte precisamente das mesmas fontes utilizadas pelos autores mencionados ao longo deste artigo. No entanto, algo que precisa ser levado em consideração e que ainda não parece ter sido discutido pela historiografia refere-se à já aludida descoberta dos fragmentos e da base de uma estátua bizantina em Olímpia. Se os arqueólogos responsáveis por sua descoberta e análise estiverem certos, sua datação corresponde ao século VI a.C. Isso quer dizer que temos as primeiras evidências de um grupo de indivíduos sendo chamados de “bizantinos” nesta data. Se as evidências, com uma extensa margem de erro, pertencerem ao século IV a.C., como informam Hallof, Herrmann e Prignitic (2012, p. 33), elas serão posteriores à menção de Heródoto a respeito da cidade de Bizâncio. De uma forma ou de outra, sabemos que, pelo menos, desde o século V a.C., a cidade bizantina já existia e já era reverenciada por seus atributos

topográficos em comparação aos de Calcedônia. Ademais, nenhuma menção negativa à cidade foi feita nas *Histórias*, de Heródoto, assim como nenhuma alusão a uma possível origem trácia. Isso indicaria que o antigo assentamento havia sido reconhecido como uma *pólis* já nesse período. E quanto a Bizas?

Infelizmente, não temos muitas informações antigas a respeito da figura de Bizas, sendo estas restritas a fontes tardias. Mas isso não quer dizer que nenhum indivíduo Bizas tivesse existido e tido alguma importância na formação ou fundação da cidade. Como mencionado acima, o século VI a.C. ou V a.C. já conhecia os bizantinos e ainda há a possibilidade de o nome da *pólis* ter alguma relação com algum indivíduo de mesmo nome, mas que ganhou uma nova roupagem para agraciar a cidade com um típico mito grego de fundação. Mesmo que Bizas tenha sido completamente inventado para dar um tom heroico à narrativa da fundação da cidade, esta não seria a primeira *pólis* ou *urbs* a fazer isso. Que diremos da fundação de Roma por Rômulo? Inclusive, discussão similar e muito mais acalorada ocorreu a respeito da fundação da cidade latina, na qual assistimos a defensores da fundação e da formação se digladiarem por décadas. Assim, parafraseando Maria Isabel Fleming (2011, p. 87), e adaptando suas palavras do caso romano para o bizantino, podemos assumir que o nascimento de Bizâncio resulta de uma fundação que pressupõe uma formação já em curso, a qual se traduziu em um evento, datável no tempo (século VII a.C.) e localizado no espaço (às margens do Bósforo opostas a Calcedônia, no Corno de Ouro), que se inscreveu no fenômeno de longa duração que é a emergência da cidade antiga. Ou seja, além de a fundação não excluir a formação, esta foi até mesmo necessária para que a primeira fosse possível.

Referências

Documentação textual

- AMMIANUS MARCELLINUS. *History*: Books 14-19. Translated by J. C. Rolfe. Cambridge: Harvard University Press, 1950. v. 1.
- ATHENAEUS. *The learned banqueters*: Books 10.420e-11. Edited and translated by S. Douglas Olson. Cambridge: Harvard University Press, 2009. v. 5.
- ATHENAEUS. *The learned banqueters*: Books 8-10.420e. Edited and translated by S. Douglas Olson. Cambridge: Harvard University Press, 2008. v. 4.
- DIO CASSIUS. *Roman History*. Translated by Earnest Cary. Cambridge: Harvard University Press, 2006. v. 6.

- DIO CASSIUS. *Roman History*. Translated by Ernest Cary. Cambridge: Harvard University Press, 2006. v. 9.
- DIODORO SÍCULO. *Biblioteca histórica*: Libros XV-XVII. Traducción y notas de Juan José Torres Esbarranch y Juan Manuel Guzmán Hermida. Madrid: Gredos, 2012.
- DIONYSIUS BYZANTIUS. *Anaplus Bospori/De Bospori navigatione*. Edited by Rudolf Güngerich. Berlin: Weidmann, 1927.
- ESTRABÓN. *Geografía*: Libros V-VII. Traducción de José Vela Tejada y Jesús Gracia Artal. Madrid: Gredos, 2001. v. 3.
- HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurelio*. Traducción, introducción y notas de Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.
- HERÓDOTO. *História*. Tradução de J. Brito Broca. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1964.
- HESYCHIUS ILLUSTRIUS. Πάτρια Κωνστινουπόλεως. In: *SCRIPTORES ORIGINUM CONSTANTINOPOLITANARUM*. Recensuit Theodorus Preger. Leipzig: B. G. Teubner, 1989, p. 135-150. f. 1.
- NONNOS. *Dionysiaca*: Books XVI-XXXV. With an English translation by W. H. D. Rouse, mythological introduction and notes by H. J. Rose, and notes on text criticism by L. R. Lind. Cambridge: Harvard University Press, 1940. v. 2.
- PLINY. *Natural History*. Edited by E. H. Warmington, with an English translation by H. Rackham. Cambridge; London: Harvard University Press; William Heinemann, 1967.
- POLYBIUS. *The Histories*: Books 3-4. Translated by W. R. Paton. Revised by F. W. Walbank and Christian Habicht. Cambridge: Harvard University Press, 2010. v. II.
- POLYBIUS. *The Histories*: Books 9-15. Translated by W. R. Paton. Revised by F. W. Walbank and Christian Habicht. Cambridge: Harvard University Press, 2011. v. IV.
- PROCOPIUS. *On buildings*. Translated by H. B. Dewing and G. Downey. Cambridge: Harvard University Press, 1940. v. 2.
- TACITUS. *Annals*: Books IV-VI, XI-XII. Translated by J. Jackson. Cambridge: Harvard University Press, 1937.
- VELEIO PATÉRCULO. *Historia Romana*. Introducción, traducción y notas de María Asunción Sánchez Manzano. Madrid: Gredos, 2001.

Documentação arqueológica

- HALLOF, K.; HERRMANN, K.; PRIGNITZ, S. Alte und neue Inschriften aus Olympia I. *Chiron*, v. 42, p. 213-238, 2012.

Documentação epigráfica

ŁAJTAR, A. (ed.). *Die Inschriften von Byzantion: Die Inschriften*. Bonn: Rudolf Habelt, 2000.
t. 1.

Documentação numismática

GRIERSON, P. *Byzantine coinage*. Washington: Dumbarton Oaks, 1999.
SCHÖNERT-GEISS, E. *Die Münzpragung von Byzantion: Autonome Zeit*. Berlin: Akademie, 1970. t. 1.
SCHÖNERT-GEISS, E. *Die Münzpragung von Byzantion: Kaiserzeit*. Berlin: Akademie, 1972.
t. 2.
SYLLOGE NUMMORUM GRAECORUM. *The William Stancomb collection of coins of the Black Sea region*. Oxford: Oxford University Press, 2000. v. XI.

Obras de apoio

AKURGAL, E. *Ancient civilizations and ruins of Turkey: from Prehistoric times until the end of the Roman Empire*. Istanbul: Haşet Kitabevi, 1978.
APERGHIS, M. *Interpretation of monograms and symbols on 'Alexanders'*. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/29881898/Interpretation_of_monograms_and_symbols_on_Alexanders>. Acesso em: 10 abr. 2019.
BEARD, M. *SPQR: a history of Ancient Rome*. New York: Liveright, 2015.
BELFIORE, S. *Il periplo del Ponto Eusino di Arriano e altri testi sul Mar Nero e il Bosforo: spazio geografico, mito e dominio ai confini dell'Impero Romano*. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti, 2009.
DE LUCA, F. Alphabetical numbering and numerical progressions on drachms and Massalia's small bronze coins. *Revue numismatique OMNI*, n. 11, p. 74-111, 2017.
FLEMING, M. I. D. Roma: da federação de vilas no Lácio ao nascimento da cidade. In: ALDROVANDI, C. E. V.; KORMIKIARI, M. C. N.; HIRATA, E. F. V. (org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 71-88.
GABRIELSEN, V. Trade and tribute: Byzantium and the Black Sea straits. In: GABRIELSEN V., LUND, J. (ed.). *The Black Sea in Antiquity: regional and interregional economic exchanges*. Aarhus: Aarhus University Press 2007, p. 287-324.
GEORGACAS, D. J. The names of Constantinople. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 78, p. 347-367, 1947.

- HANELL, K. *Megarische Studien*. Lund: Lindstedt, 1934.
- KIRCHHOFF, A. *Studien zur Geschichte des griechischen Alphabets*. Hildesheim: G. Olms, 1973.
- LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *A Greek-English lexicon*. Revised and augmented by H. S. Jones with the assistance of R. McKenzie. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- LOUKOPOULOU, L. D. Colons et indigènes dans la Thrace Propontique. *Klio*, v. 71, p. 78-83, 1989a.
- LOUKOPOULOU, L. D. *Contribution à l'histoire de la Thrace Propontique durant la période archaïque*. Athens: Chez l'Auteur, 1989b.
- MORRISON, J. S., COATES, J. F.; RANKOV, B. *The Athenian trireme: the history and reconstruction of an ancient Greek warship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- MORRISON, J. S.; GARDINER, R (ed.). *The age of the galley: Mediterranean oared vessels since pre-classical times*. London: Conway Maritime Press, 1995.
- PAULOPOULOU, A. Myth and cult of founder-heroes in the Greek colonies of Thrace. In: AVRAMEA, A. et al. (ed.). *Thrace: General Secretariat of the Region of East Macedonia-Thrace*. Athens: Idea Advertising-Marketing, 1994, p. 115-134.
- PRYOR, J. H. *Geography, technology and war: studies in the maritime history of the Mediterranean, 649-1571*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- RAYMOND, J. *Constantinople Byzantine*. Paris: Institut Français d'Études Byzantines, 1964.
- ROBU, A. Les établissements mégariens de la Propontide et du Pont-Euxin: réseaux, solidarités et liens institutionnels. *Pallas*, v. 89, p. 181-195, 2012.
- ROBU, A. *Mégare et les établissements mégariens de Sicile, de Propontide, et du Pont-Euxin: Histoire et institutions*. Bern: Peter Lang, 2014.
- RUSSELL, T. J. *Byzantium and the Bosphorus: a historical study, from the seventh century BC until the foundation of Constantinople*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- TRÜMPY, C. *Untersuchungen Zu Den Altgriechischen Monatsnamen Und Monatsfolgen*. Heidelberg: Universitätsverlag C. Winter, 1997.

Uma *pólis* periférica do mundo grego? Pharos, a *apoikia* de Paros no litoral da Croácia*

*A peripheral polis in the Greek World? Pharos, the 'apoikia' of
Paros on the coast of Croatia*

Lilian de Angelo Laky**

Resumo: Neste artigo, apresentarei a materialidade da área urbana e do território de Pharos, uma fundação da *pólis* de Paros, ilha do Mar Egeu, que ocorreu no início do século IV a.C. na ilha de Hvar, localizada na Dalmácia Central, uma das regiões do litoral da Croácia. A historiografia sobre a colonização grega considera a Dalmácia (e as *póleis* nessa área) como uma zona periférica da expansão dos gregos, principalmente por ter ocorrido numa fase considerada de declínio desse fenômeno (final do período clássico e período helenístico). Contudo, as evidências materiais e literárias sobre Pharos mostram uma cidade grega típica do ponto de vista de sua organização física e política, muito conectada com sua metrópole, ainda que situada distante dos principais centros gregos do Mediterrâneo (Mar Egeu, Mar Jônico e Mar Tirreno).

Abstract: In this article, I will present the materiality of the urban area and territory of Pharos, the foundation of the Aegean polis of Paros, which took place at the beginning of the 4th century BC on the island of Hvar, located in Central Dalmatia, one of Croatia's coastal regions. Historiography on Greek colonisation considers Dalmatia (and the polis in that area) to be a peripheral zone of Greek expansion, mainly because it occurred during a phase considered to be the decline of this phenomenon (Classical and Hellenistic periods). However, the material and literary evidence on Pharos shows a typical Greek city from the point of view of its physical and political organisation, very connected with its metropolis and other regions, even though it was located far from the main Greek centers in the Mediterranean (Aegean Sea, Ionian Sea and Tyrrhenian Sea).

Palavras-chave:
Pharos.
Dalmácia Central.
Pólis.
Mar Adriático.
Periferia.

Keywords:
Pharos.
Central Dalmatia.
Polis.
Adriatic Sea.
Periphery.

Recebido em: 10/09/2023
Aprovado em: 20/10/2023

* Este artigo traz parte da pesquisa realizada no projeto de pós-doutorado *A expansão grega no Mar Adriático: insularidade, mobilidade e contato cultural na Dalmácia Central nos períodos clássico e helenístico* (Fapesp processo 2018/16654-3) desenvolvido no Leir-MA/USP sob a supervisão do Prof. Dr. Norberto L. Guarinello (2018-2022) e posteriormente do Prof. Dr. Julio Cesar Magalhães de Oliveira (2022-2023).

** Doutora em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo e pós-doutora em História Antiga pelo Departamento de História da mesma instituição. Pesquisadora colaboradora do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca/MAE).

Introdução

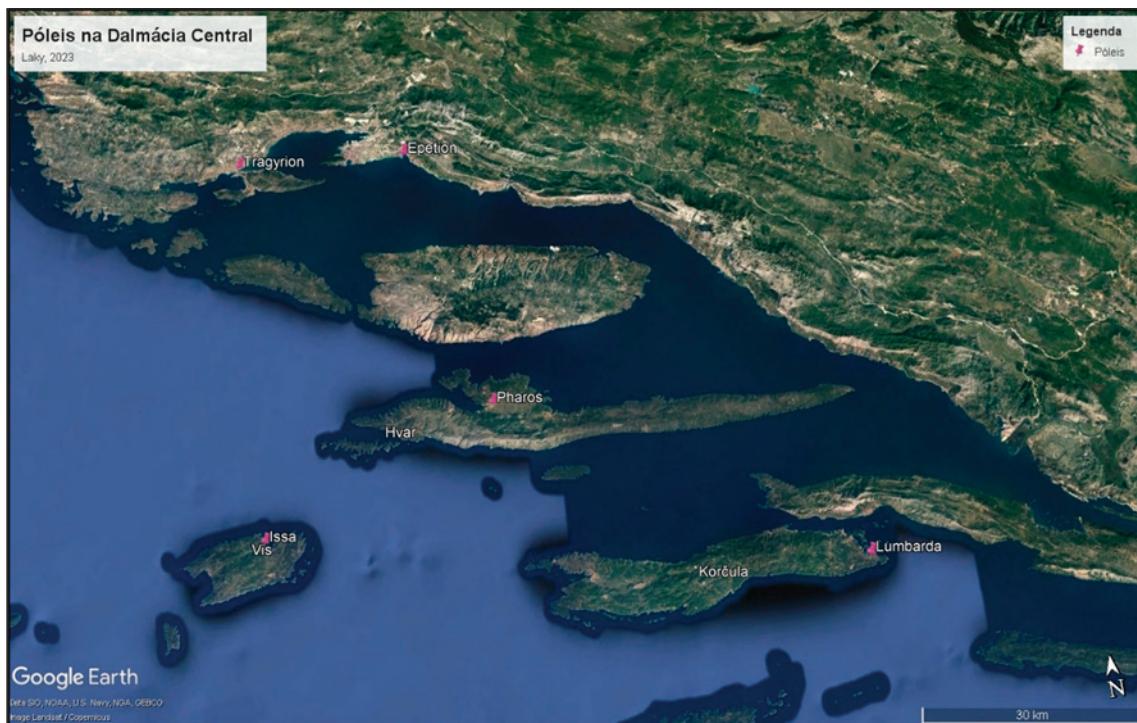
Pharos localiza-se na ilha de Hvar, uma das maiores ilhas no litoral da Dalmácia Central, uma das regiões costeiras da Croácia (Figuras 1, 2 e 3). Trata-se de uma das cinco cidades gregas conhecidas arqueologicamente e textualmente nessa região, cujo potencial de pesquisa, nas áreas de História e Arqueologia do Mediterrâneo antigo, ainda não é conhecido no Brasil. A Dalmácia Central foi a segunda área grega na costa leste do Mar Adriático,¹ consolidando-se como tal na época helenística (Figura 2). A área grega mais antiga neste lado da costa adriática está mais a Sul, na costa da Albânia, onde já no início do período arcaico, no século VII a.C., foram estabelecidas as apoikiae de Epidamnos e Apolônia, as duas maiores cidades gregas em área adriática, fundadas pelos corcireus (gregos da ilha de Corcira, no Mar Jônio) com o apoio de sua metrópole, Corinto (Figura 1) (CABANES, 2008, p. 166). Ainda que a área grega na costa da Albânia seja a mais antiga, aquela na costa da Croácia é maior em relação ao número de *póleis*.

Figura 1 - Póleis no Mar Adriático



Fonte: Adaptado do Google Earth.

¹ Uma introdução completa sobre a expansão dos gregos no Mar Adriático e na Dalmácia Central pode ser vista em Laky (2019).

Figura 2 - Póleis na Dalmácia Central

Fonte: Adaptado do Google Earth.

Na Dalmácia Central, a presença grega efetivou-se com a fundação, no período arcaico, de Melaina Corcyra na ilha de Korčula, que é conhecida apenas das fontes textuais. A expansão grega na área consolidou-se somente entre o século IV a.C., com a fundação de Pharos e Issa,² localizada na ilha de Vis, e o período helenístico, quando a *pólis* de Issa estabeleceu suas *apoikiai* no continente – Tragyrion e Epetion – e em uma ilha – a *pólis* de nome desconhecido na cidade atual de Lumbarda, na ilha de Korčula.

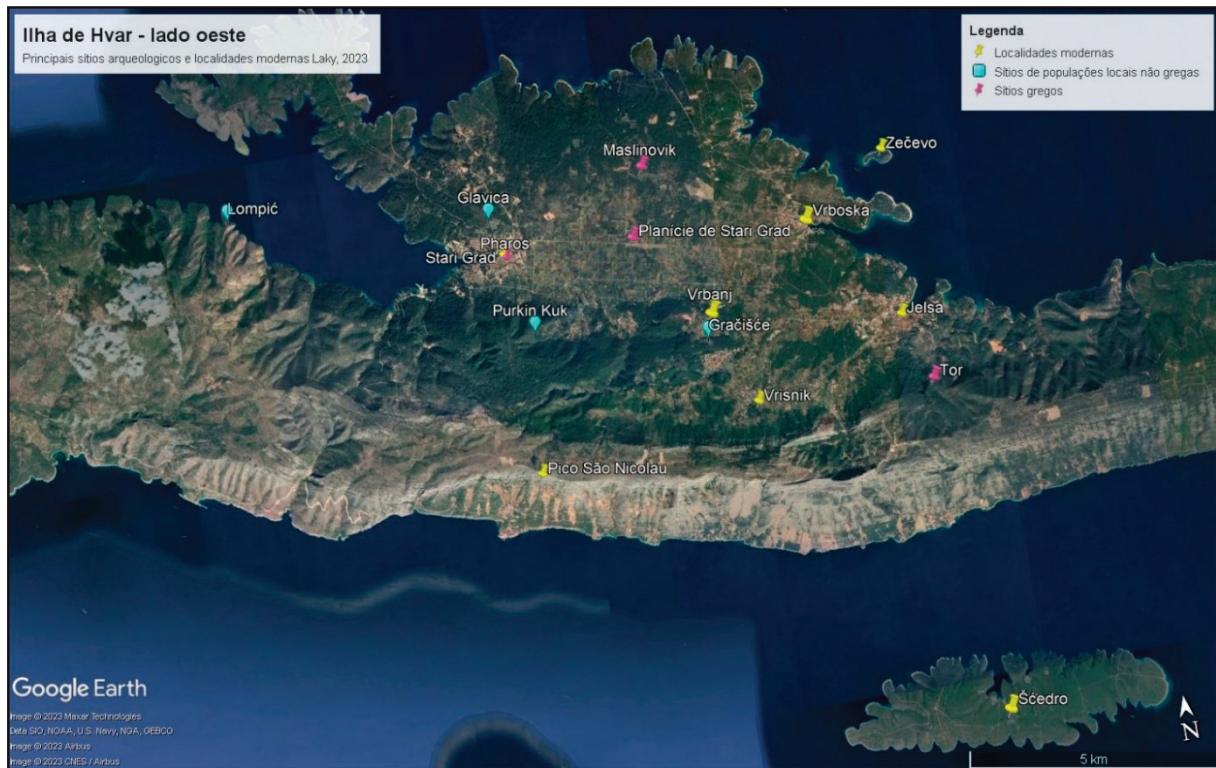
Apesar de estar situada numa região central do Mar Mediterrâneo, entre os mares Egeu, Jônico e Tirreno, “[...] tem sido repetidamente observado que a Dalmácia foi uma área secundária na colonização grega” (KIRIGIN, 1990, p. 291). Ainda que as pesquisas arqueológicas na região tenham avançado muito nos últimos anos, revelando novas dinâmicas da colonização grega nessa região, na maior parte das publicações sobre o tema, “[...] a região não figura em mapas gerais, que pontuam os sítios gregos no Mediterrâneo, mas é abordada, muito eventualmente, em publicações que objetivam apresentar regiões mais periféricas do mundo grego, como o sul da Espanha e da França” (LAKY, 2019, p. 130). Além disso, a pouca projeção da Dalmácia, na bibliografia geral sobre a expansão/a colonização grega, deve-se “[...] à escassez de evidências arqueológicas sobre assentamentos gregos e a presença grega em contraste com a

² Além de Melaina Corcyra, as *póleis* de Heraclea e Anchiale também não foram ainda localizadas.

Sicília e a Itália do Sul, por exemplo" (LAKY, 2019, p. 130). Deve-se, também, ao período da expansão grega na Dalmácia Central – os períodos clássico e helenístico costumam ser subestimados pela historiografia por serem considerados de declínio desse fenômeno (HANSEN; NIELSEN, 2004, p. 152).

Mesmo os especialistas dessa região tendem a considerá-la uma região periférica da expansão grega "[...] principalmente por ter sido uma área que ofereceu poucas vantagens agrárias aos gregos – havia poucas terras férteis (em contraste com certas áreas da costa oeste adriática) para a instalação de *apoikiai*" (KIRIGIN, 1990, p. 291). De fato, Pharos e a Dalmácia Central estão fora das áreas do mundo grego onde se concentraram as *póleis* – Mar Egeu, Mar Jônico, Mar Tirreno –, mas, apesar de ser uma área e uma *pólis* deslocada destes centros gregos, até que ponto a noção de periferia se aplica a Pharos? Há elementos na história e arqueologia de Pharos que a definem como uma cidade grega periférica além de sua localização?

Pharos foi fundada por *ápoikoi* da ilha de Paros, no Mar Egeu, em 385/384 a.C., com o auxílio de Dionísio I, tirano de Siracusa (Diodoro, *Bibliotheca historica*, 15, 13-14) (WILKES; FISCHER-HANSEN, 2004, p. 333). Trata-se de data tradicionalmente aceita a partir de informações históricas também de Éforo (*Histories*, FGrH70 F89), Pseudo Skymnos (*Periodus Nicomedis*, 426-428), Estrabão (*Geographia*, 7, 5, 5), Apolônio de Rodes (*Geographia*, III; IV, 1215), e epigráficas (SEG, 23, 489^a, 11-16, 29-30, SEG, 43, 349). A *pólis* foi estabelecida na costa sul da baía de Stari Grad, na região noroeste da ilha de Hvar (299,66 km²), localizada no centro da costa oriental do Mar Adriático, no grupo das ilhas da Dalmácia Central (KIRIGIN, 2006, p. 5). A ilha de Hvar é a mais longa da Dalmácia Central e é cercada a sul pela ilha de Šćedro, a leste pelas ilhas Pakleni (Škoji) e a noroeste pela ilha de Zečevo (Figura 3) (KIRIGIN, 2006, p. 5). Sua geografia e geologia dificultaram a criação de rotas terrestres para conectar todas as áreas da ilha, o que levou ao isolamento das populações ao longo do tempo (evidenciado na língua falada e nas características antropológicas) (KIRIGIN, 2006, p. 5). Os lados leste e oeste de Stari Grad são inacessíveis por terra, o que tornou Pharos mais acessível por mar. O ponto mais alto é o pico de São Nicolau (628 m), localizado no maciço montanhoso no sudoeste da ilha, a sul de Jelsa (KIRIGIN, 2006, p. 5). No lado centro-norte está a maior e mais fértil planície de todas as ilhas adriáticas, onde se situou a área agrícola de Pharos (KIRIGIN, 2006, p. 5).

Figura 3 - Ilha de Hvar (lado oeste)

Fonte: Adaptado do Google Earth.

Pharos foi uma das três *apoikiae* de Paros no Mediterrâneo (além de Parion na Mysia e Thasos, na Trácia fundadas no período arcaico) e a última estabelecida pela *pólis* egeia. Paros foi uma das *póleis* mais importantes na área do Egeu e uma das mais prósperas devido, entre outros fatores, às suas importantes jazidas de um dos mármores mais apreciados pela qualidade em toda a Antiguidade, o mármore pário. Mas no século IV a.C., a *pólis* de Paros enfrentou crises econômicas e políticas relacionadas às dívidas com Atenas como membro da Liga de Delos (COPPOLA, 2018, p. 370-371). A crise econômica e política deve ter motivado o empreendimento colonial de Paros, que experimentou uma crescente prosperidade no segundo quartel do século IV a.C., como testemunha a nova atividade edilícia na *pólis* nessa época (COPPOLA, 2018, p. 371). Os pesquisadores se perguntam se a colonização na Dalmácia teria contribuído para essa prosperidade no período (COPPOLA, 2018, p. 371).

A primeira menção a Pharos na modernidade foi do monge dominicano da cidade de Hvar, Vinko Pribović, em um discurso de 1525, que, em contato com os textos dos autores antigos, localizou a cidade grega na área da cidade de Hvar (KIRIGIN, 2006, p. 48). Apesar dos muros de Pharos já terem sido descritos por Antun Karameo, no início do século XVIII, foi apenas no século XIX que Pharos foi localizada em Stari Grad por Šime Ljubić, no primeiro estudo já escrito dedicado à cidade grega (KIRIGIN, 2006, p. 48).

Ainda no século XIX, e baseado no trabalho de Ljubić, Sir Richard Burton escreveu uma descrição da cidade, desenhou os blocos do muro de Pharos e escreveu que o Instituto Arqueológico de Roma publicou um estudo sobre Pharos entre 1840 e 1848. No final do século XIX, o antiquário e advogado Gian Antonio Botteri de Stari Grad foi o primeiro a localizar o centro de Pharos no local da Igreja de São Nicolau (KIRIGIN, 2006, p. 48).

Várias plantas da cidade de Pharos foram propostas por estudiosos até as primeiras escavações arqueológicas ocorrerem apenas na década de 1980 (KIRIGIN, 2006, p. 48-49). A planta de Pharos mais atual é a proposta por Popović e Devlahović (2018) (Figura 7). Os estudos arqueológicos sobre o centro urbano de Pharos e seu território progrediram com as escavações e surveys do *Hvar Project – Archaeology of a Mediterranean Landscape*, a partir de 1987. O projeto, que inicialmente era voltado à ilha de Hvar, ampliou-se para outras ilhas da região e passou a se chamar *Adriatic Island Project (AIP)*, continuando com surveys e escavações na área urbana e no território de Pharos nos anos de 1992, 1993 e 1996. Na área urbana de Pharos, em Stari Grad, essas escavações ajudaram a confirmar o tamanho da cidade grega (10 ha) e a datação da fundação da cidade, no início do século IV a.C., bem como um setor “industrial” (de produção de cerâmica) no sudeste da área da cidade grega.

Já com relação ao território de Pharos, na planície de Stari Grad, os primeiros relatos antigos da área aparecem no quarto volume da publicação *Estátuas de Hvar*, de 1331, no qual são mencionados os limites da planície, estradas antigas que a cortam, muros antigos e *mounds* (KIRIGIN, 2006, p. 72). Vinko Pribojevic, em 1525, descreveu muitas ruínas antigas, poços antigos, restos de fazendas antigas e joias encontradas entre videiras e jardins na planície de Stari Grad (KIRIGIN, 2006, p. 72). Ljubic foi o primeiro a propor que a área se tratava do *ager colonicus* da Pharia romana (KIRIGIN, 2006, p. 72). Bradford (1957), Chevalier (1957), Suic (1960) e Dubokovic (1960) sugeriram que a divisão de terras, ainda usada na área, era baseada naquela de época romana (KIRIGIN, 2006, p. 72-73). O primeiro a propor que se tratava da divisão de terras de época grega foi M. Zaninovic (1983a; 1983b), o que se confirmou em surveys de 1982 a 1985, dirigidos por B. Slapsak, B. Djuric e B. Kirigin, que conseguiram estabelecer o tamanho dos lotes em 1 x 5 *stadia* (o tamanho padrão de lotes de época grega) (KIRIGIN, 2006, p. 74). Surveys empreendidos em 1995 e 1997, baseados em novas tecnologias, conseguiram precisar ainda mais o tamanho dos lotes e estabelecer o *omphalos*, o ponto central de onde parte a divisão de terras na *khóra* de Pharos (KIRIGIN, 2006, p. 76-80).

O conhecimento sobre a configuração urbana de Pharos vem se renovando desde 2021, com as novas pesquisas do projeto croata internacional *AdriaCos – Transforming*

the Adriatic Cosmos,³ coordenado pela arqueóloga croata Marina Ugarković, do Instituto de Arqueologia, em Zagreb, do qual faço parte da equipe de pesquisadores. As pesquisas deste projeto, até o momento, têm trazido novas informações sobre a localização da necrópole e de novos trechos da cinta murária.

A área urbana

O núcleo urbano de Pharos (a *ásty*) encontra-se embaixo do centro da cidade atual de Stari Grad, cujas construções românicas e góticas são patrimônio mundial tombado pela UNESCO. Por essa razão, a pesquisa arqueológica opera de forma limitada em escavações em áreas sem construções ou sobre as ruelas da cidade atual (Figura 4). Mas, mesmo assim, ao longo dos quarenta anos de pesquisa, foi possível conhecer elementos importantes da área urbana de Pharos, como os trechos de muros, restos de casas e restos de fornos para produção cerâmica, que ajudaram a definir a área e a organização física da cidade grega.

Figura 4 - Escavações arqueológicas em uma rua de Stari Grad

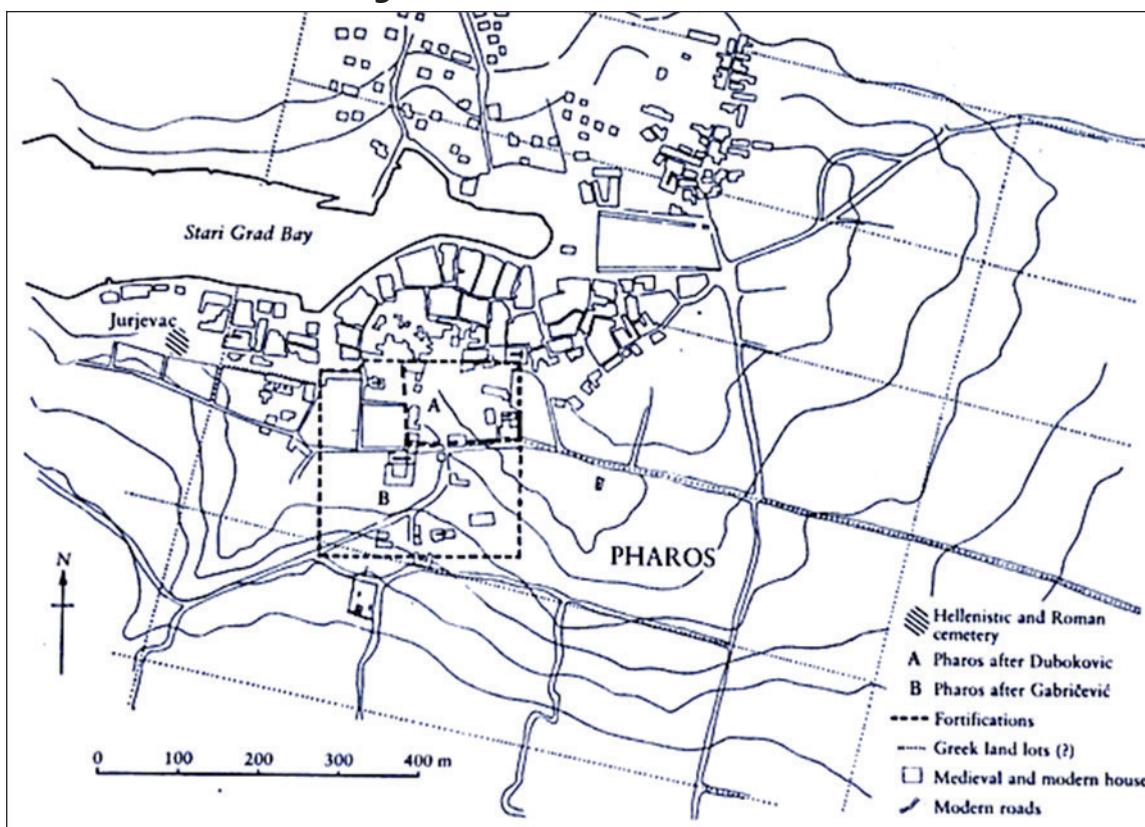


Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

³ Disponível em: <<http://adriacos.iarh.hr/index.php/en/>>.

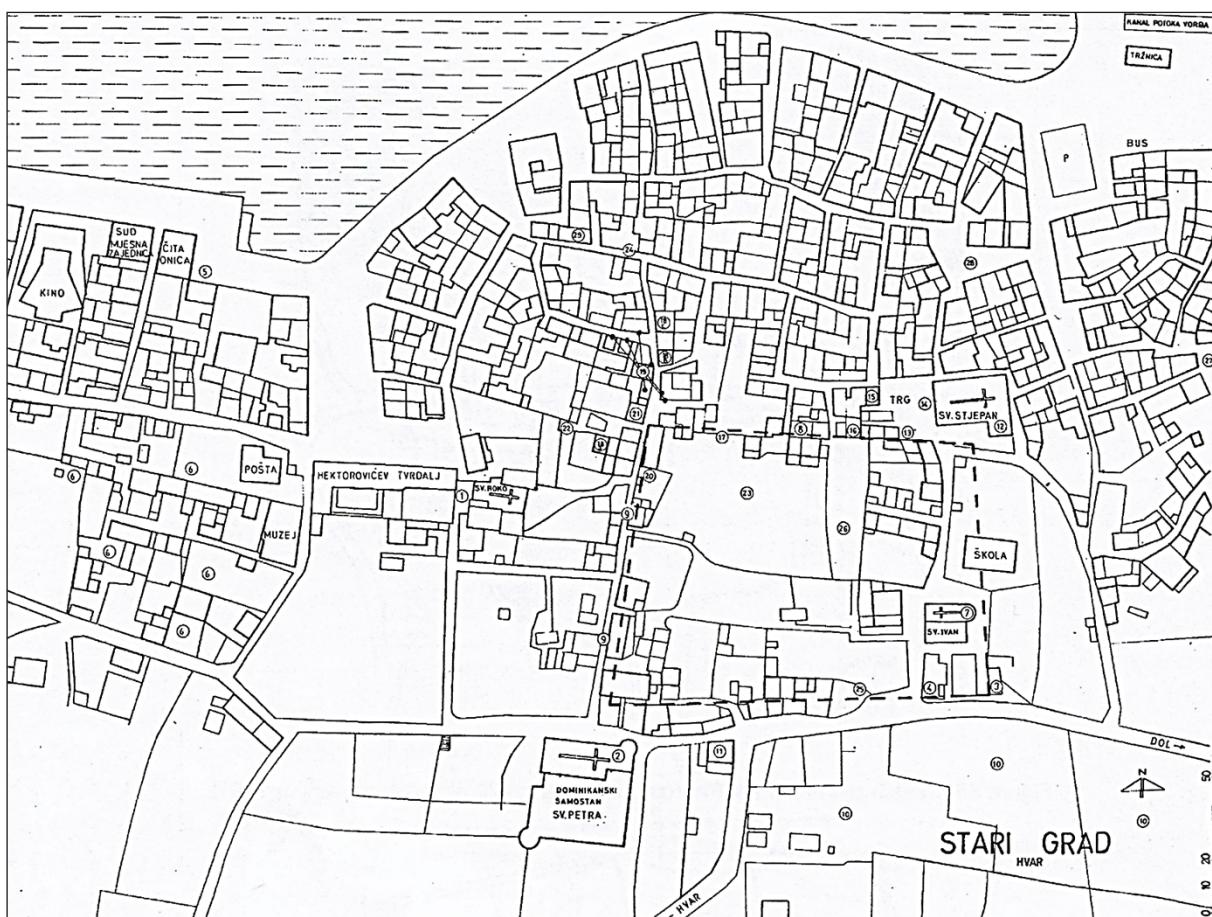
A localização de trechos dos muros ajudou os pesquisadores a definir a localização e a extensão da cidade grega. Até as pesquisas do *Adriatic Island Project*, os únicos remanescentes dos muros de época grega encontrados pertencem ao setor sul (3 e 4) da cidade antiga (Figuras 5, 6 e 7). Na área da Igreja de São João, o que corresponde ao setor sudeste dos muros, foi encontrado o canto de um trecho do muro da fortificação de aproximadamente 9 m de comprimento (Norte-Sul) e 13 m de comprimento (Leste-Oeste) (Figura 5 e 7). Este trecho do muro, não escavado até as suas fundações, tem 3 m de largura (1 m a mais do que o muro no trecho norte e muito similar em tamanho aos demais trechos do muro no setor sul) (KIRIGIN, 2006, p. 58). Na parte exterior do lado norte deste muro, foi encontrado os restos de uma torre com 1 m de largura, como a torre no setor sul no mosteiro dominicano (KIRIGIN, 2006, p. 58). Estas evidências levaram Kirigin (2006, p. 58) a propor que esta teria sido a área dos portões leste da cidade grega. As fundações mais baixas da torre do mosteiro dominicano, construídas com grandes blocos de pedra que indicam típica construção grega, podem ter sido os restos de uma torre isolada ou parte dos muros da cidade (KIRIGIN, 2006, p. 50). Desta área, é possível avistar toda a baía e a planície de Stari Grad (onde se situa a torre grega antiga em Maslinovik), indicando uma posição importante para a construção de uma torre defensiva (KIRIGIN, 2006, p. 50).

Figura 5 – Planimetria de Pharos



Fonte: Kirigin (1990, p. 298, fig. 4).

Figura 6 - Planimetria de Pharos a partir de Kirigin

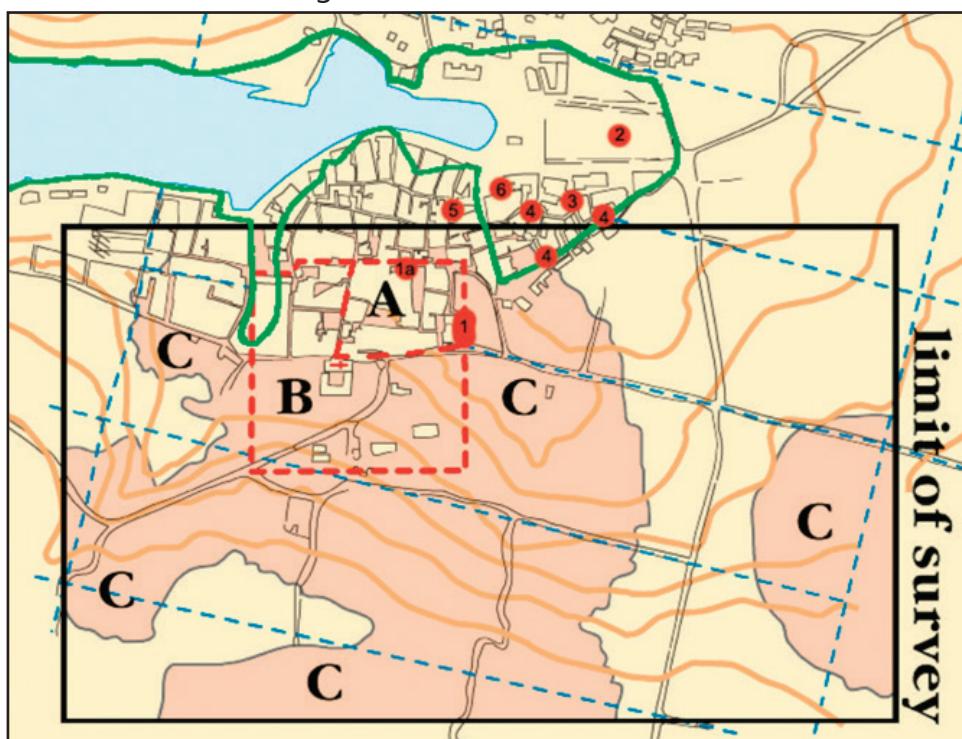


Fonte: Kirigin (2006, p. 52, fig. 40).

Mais recentemente, a datação de todos os remanescentes de muros, descritos acima, foi revisada com base em novas escavações. De acordo com Kirigin (2006, p. 57-58), os muros do dito setor norte de Pharos foram construídos na Antiguidade Tardia, no século III d.C. com blocos gregos (Figura 7). Kirigin, Popović e Devlahović (2018, p. 392) demonstraram, muito recentemente, que os trechos de muros no dito setor sudeste de Pharos, na área escavada da *Remete House*, datam dos séculos III-II a.C. (Figura 7). Diante disso, segundo os dois estudiosos, não há evidências para a reconstrução do perímetro urbano de Pharos no século IV a.C., como se sustentou anteriormente (POPOVIĆ; DEVLAHOVIĆ, 2018, p. 392). Os trechos dos muros do setor oeste, que não tinham sido localizados, foram encontrados pelos trabalhos arqueológicos mais recentes do *AdriaCos Project*.⁴

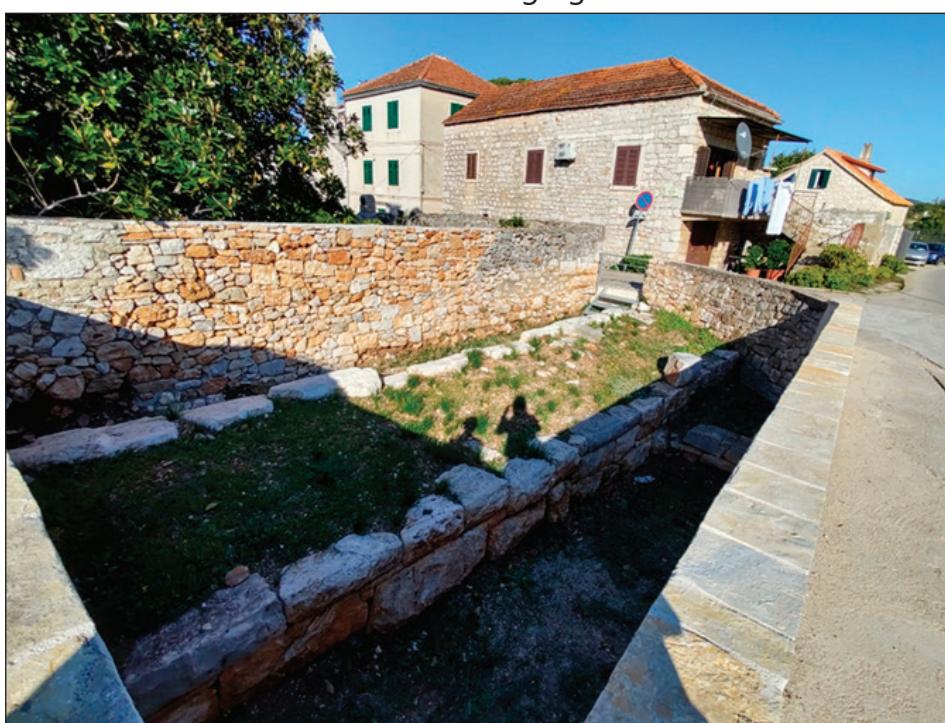
⁴ Disponível em: <<https://www.croatiaweek.com/ancient-greek-city-wall-discovered-under-stari-grad-on-hvar-island/>>.

Figura 7 - Área da cidade de Stari Grad com indicações da área da *pôlis* de Pharos com a antiga linha da costa (em verde)



A = área fortificada de Pharos (Dubokovic 1960); B = área fortificada de Pharos (Gabricevic 1973); C = distribuição de cerâmica grega baseada no AIP survey em 1992 e 1993; 1. Área das escavações na Remete House e Garden; 1a. Área das escavações do AIP; 2. Vorba; 3. Otocac; 4. Siberija; 5. Skor; 6. Ploca. A indicação da antiga linha da costa é baseada em Barbir (2014, p. 45) e Gams (1992, p. 67, fig. 25). Fonte: Kirigin e Barbaric (2019, p. 220, fig. 2).

Figura 8 - Trecho do muro sul da cidade grega de Pharos na rua Vukovarska



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

De acordo com Kirigin (2006, p. 60), baseado nas escavações de Dubokovic-Nadalini, restos de arquitetura residencial grega foram localizadas fora dos muros da cidade, no setor sul, na Igreja de São Nicolau, no mosteiro dominicano, e no setor noroeste de Stari Grad (na área da rua Sridnja) (Figura 6). Aqui foram descritas as informações fornecidas no estudo de Kirigin, que não precisa exatamente a quantidade de casas achadas em cada uma dessas posições, apenas descreve seus achados de uma forma geral. As partes escavadas das casas, em Pharos, mostraram que a face exterior foi feita com blocos grandes, enquanto a parte exterior foi construída com blocos alongados retangulares dispostos em filas regulares com cal e telhas finas quebradas. Os muros destas antigas residências possuem 50 a 58 cm de largura. Em uma delas foi encontrado o pavimento plano em pedra de variadas dimensões (KIRIGIN, 2006, p. 51-60). Sobre a cobertura dessas residências, restos de telhas (algumas decoradas com palmetas datadas do século IV-III a.C.) indicam que possuíam telhados planos ou curvos (Figura 9) (KIRIGIN, 2006, p. 61). Na rua Vukovarska, n. 2, no setor sul de Pharos, em proximidade à Igreja de São Nicolau, foram encontrados importantes achados (um *louterion* e pesos de tear) nos restos de uma antiga residência grega, nessa área (Figura 10). Restos de casas de época grega, na rua Sridnja, mostraram traços de ruas gregas e pátios. Na cave da casa Plančić, foram encontrados restos de residências abaixo do muro romano tardio (KIRIGIN, 2006, p. 60-61).

Figura 9 - Telha decorada com palmeta, Museu da Cidade de Stari Grad



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Figura 10 - *Louterion*, Museu da Cidade de Stari Grad



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A concentração de achados cerâmicos (ânforas, telhas, potes grosseiros de cozimento, além de moldes de figuras de cerâmicas) indicam uma “zona industrial” no dito setor sudeste de Pharos (KIRIGIN, 2006, p. 54). Mais recentemente, as escavações na *Remete House*, nessa área, encontraram restos de um forno para a produção de cerâmica, que foi datado entre a segunda metade do século IV ao início do século III a.C. (POPOVIĆ; DEVLAHOVIĆ, 2018, p. 385).

Elemento crucial da sobrevivência de uma *pólis* insular, não se sabe a exata posição do porto de Pharos, mas é provável que se localizava na área entre Tvrđalj (Osekaj) e Škor, na área da rua Sridnja, a parte da cidade onde foram encontrados os restos mais a norte da cidade grega de Pharos (Figura 7) (KIRIGIN, 2006, p. 61). Trata-se da área de um platô, cuja área leste deve ter sido o porto no inverno de Pharos, como foi do período medieval até o século XVIII, o porto e a área de construção de embarcações de Stari Grad, como indica o toponímio Škor (KIRIGIN, 2006, p. 61).

No século III a.C., durante o governo ilírio, há uma informação em Políbio (*Histories*, 3, 19, 12), segundo a qual Pharos foi destruída (talvez simbolicamente) pelos romanos após uma provocação de Demétrio de Pharos (KIRIGIN, 2013, p. 5238-5239). Há uma informação epigráfica (SEG, 41, 545), que diz que os romanos, posteriormente, permitiram a reconstrução da cidade (KIRIGIN, 2013, p. 5238-5239). Nessa época, Pharos tinha o *status* de aliada de Roma, funcionando, sob a sua proteção, ainda como uma cidade grega, como indica o *psephisma* de Pharos (KIRIGIN, 2006, p. 152-154). Dados arqueológicos, epigráficos e numismáticos indicam que Pharos existiu como cidade nos séculos II e I a.C. (KIRIGIN, 1999, p. 155; 164). Mas não há evidências arqueológicas sobre a época que Pharos deixou de ser uma cidade grega livre, perdendo suas instituições (KIRIGIN, 2006, p. 155). Achados cerâmicos e numismáticos indicam que algum assentamento existiu em Pharos durante o período pré-Augusto (KIRIGIN, 2006, p. 156). A construção de um muro e a presença de cerâmica romana do final do século I a.C., associada a esta estrutura, indicam que houve uma reorganização da parte norte de Pharos no período de Augusto (KIRIGIN, 2006, p. 156). O que não se sabe ainda é se este muro foi ou não construído sobre as ruínas de uma cidade grega que já não existia. No caso de Pharos, não há evidências arqueológicas suficientes que atestem a continuidade da cidade grega de Pharos com a cidade de época romana (KIRIGIN, 2006, p. 156).

O território

Ainda que tenham pertencido, na maior parte dos casos, às imediações da área urbana de uma cidade grega, as necrópoles, pode-se dizer, faziam parte do território, pois eram posicionadas, necessariamente, fora da cinta murária, portanto, da área urbana. No caso de Pharos foram encontradas sepulturas esparsas em determinadas localidades de Stari Grad. Sepulturas gregas helenísticas foram descobertas nos sítios em Taveinac, Kupinovik, Knežine, Čolovića, Garmice e Kučišće, mas não há nenhuma documentação válida sobre as circunstâncias dos achados delas. Essas sepulturas eram suficientemente distantes do centro da cidade, sendo mais provável que pertencessem a propriedades agrícolas nas proximidades de Pharos (KIRIGIN, 2006, p. 139). Nestas localizações, foram recuperadas algumas estelas funerárias com o nome inscrito do morto – *Selino Ipokleo* (de Kučišće) e *Komon Philoxenido* (de Kupinovik) (KIRIGIN, 2006, p. 139). Da área que corresponde à cidade de Pharos, foi encontrada a estela com o nome de *Aristophanes Aristophanous Syrakosios* (KIRIGIN, 2006, p. 139). Na área de Jurjevac, no setor leste de Stari Grad, foram encontradas cinco sepulturas de época grega (1,5 m de comprimento), indicando um cemitério na área (Figura 5) (KIRIGIN, 2006, p. 139). Apenas em 2021 as

escavações do *AdriaCos* localizaram novas sepulturas que devem sinalizar a localização de uma necrópole no setor sul de Pharos.⁵

O território (a *khóra*) de Pharos é o mais conhecido dentre as cidades gregas da Dalmácia Central e uma das únicas (se não a única), cujas divisões dos lotes de terras se conservaram desde a época dos gregos e permanece ainda em uso.

A planície de Stari Grad (onde se situou a *khóra* de Pharos) tem c. 5,5 km de comprimento e aproximadamente 2 km de largura, abrangendo uma área de 1.350 ha (Figura 3). No lado sul, é cercada pelo cume alto do maciço de Hvar, do qual a água drenada em riachos alimenta a planície nas proximidades dos vilarejos de Dol e Vrbanj (KIRIGIN, 2006, p. 70). A planície é delimitada, no lado norte, por colinas baixas, onde atualmente não existem grandes assentamentos além de Vrboska e o porto de Vrbanj (KIRIGIN, 2006, p. 70). No lado oeste, a planície termina na baía de Stari Grad. O lado leste é delimitado pela baía longa e estreita de Vrboska e a colina de Tatinja glavica, que, junto com Humic e a colina de Gracišće acima de Vrbanj, se separa da planície de Jelsa a leste (KIRIGIN, 2006: p. 70).

O sistema de divisão de terras se estende no lado oeste, desde a área de Jurjevac, a leste na altura de Vrboska (KIRIGIN, 2006, p. 70). Os estudos têm mostrado que a *khóra* de Pharos continha aproximadamente 73 lotes de terra (*per striga*), medindo 1 x 5 *stadia* (que equivale a 180 *plethora* ou 16.4 ha), uma quantidade de 12.000.000 m² de terra arável (KIRIGIN, 2006, p. 92). Traços de uma divisão de terras regular e separada em um ângulo em relação à grade principal foram notados ao redor de Stari Grad e na área de limite entre a planície de Stari Grad e o vale de Jelsa (KIRIGIN, 2006, p. 76). O ponto de partida (*omphalos*) da divisão de terras na planície de Stari Grad pelos gregos situa-se na parte central da planície, na intersecção do eixo 3 (vertical) e eixo 6 (horizontal) (Figuras 11, 12 e 13) (KIRIGIN, 2006, p. 80). Traços da antiga divisão de terras estão preservadas em apenas dois pontos (Figura 12): na (a) área diretamente adjacente ao sítio da cidade grega, a leste e ao sul dela, onde a terra deve ter servido a propósitos além da agricultura durante a Antiguidade e pode ter sido inteiramente restruturada, em unidades modulares, pela divisão de terras regular da planície de Stari Grad, e (b) nas áreas marginais a norte da baía de Stari Grad, nas encostas da fortaleza colinar de Glavica, no vale a leste de Glavica, e mais a norte na direção do vilarejo de Rudine, depois da área da divisão regular de terras da planície de Stari Grad (KIRIGIN, 2006, p. 85). O eixo dessa divisão de terras é alinhado à linha que conecta a pequena fortaleza colinar de Glavica e o *tumulus* em Purkin Kuk, obras das populações locais não gregas (KIRIGIN, 2006, p. 85).

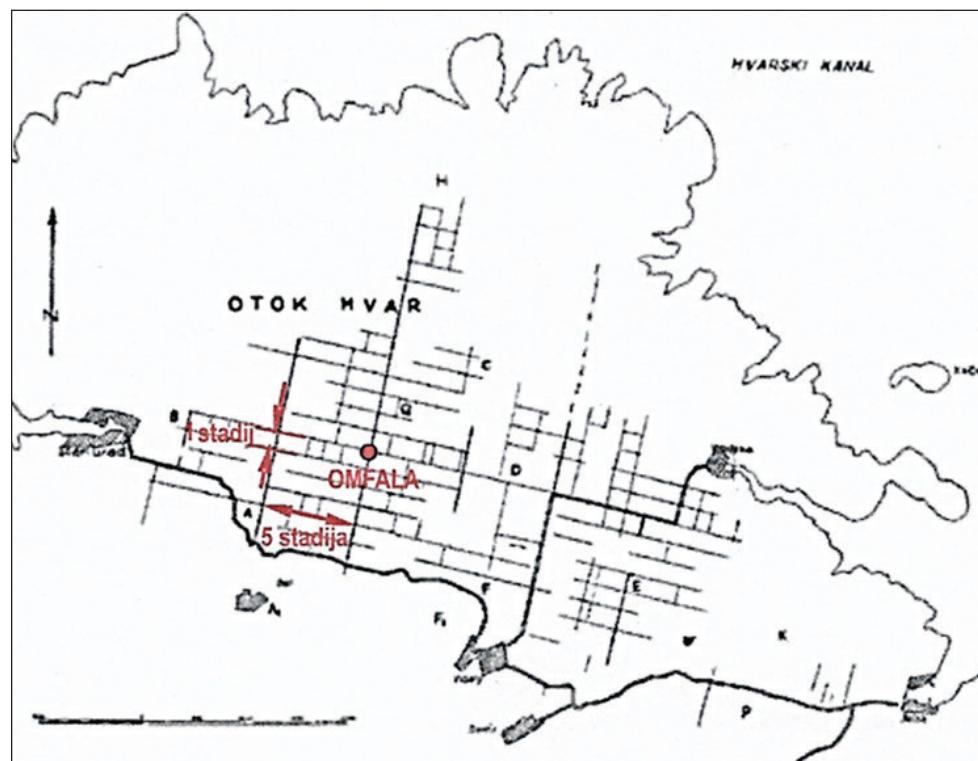
⁵ Vide o *link* indicado na nota 3.

Figura 11 - Planície de Stari Grad e sítios de populações locais não gregas



Fonte: Adaptado do Google Earth.

Figura 12 - Primeiro mapa arqueológico da planície de Stari Grad publicado por Dubokovic-Nadalini, em 1969, com marcações dos estudos mais recentes sobre a *khóra* de Pharos



As letras indicam sítios romanos. Fonte: Solaric e Solaric (2009, p. 74, fig. 12).

Figura 13 - Planície de Stari Grad vista de Glavica



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Os estudos sobre a divisão de terras na planície de Stari Grad foram realizados até o ângulo sudeste na fronteira com a planície de Jelsa, onde pesquisas a respeito não foram realizadas (KIRIGIN, 2006, p. 86). As pesquisas baseadas nos *surveys* concluíram que os lotes, nesta área de limite com Jelsa, eram menores (1×1 *stadia*) do que aqueles na planície de Stari Grad (KIRIGIN, 2006, p. 86). A geometria desse sistema de divisão de terras, lançada pelos gregos, foi mantida por meio de um uso contínuo da planície como um recurso agrícola até os dias atuais (KIRIGIN, 2006, p. 85).

Além dos traços da divisão dos lotes – dos escassos restos de fazendas –, as únicas construções gregas conhecidas de forma significativa na *khóra* de Pharos são as torres de observação nas localidades de Maslinovik e Tor. A torre de Maslinovik (distante 3,5 km de Pharos), apesar de estar posicionada em uma colina mais baixa (67,53 m), tem a visão de toda a planície de Stari Grad, das torres da Igreja de Santo Estevão e do mosteiro dominicano, em Stari Grad, e da torre de Tor e da planície de Jelsa (KIRIGIN, 2006, p. 88). A torre, também quadrada, mede 7,4 m x 7,5 m (quase as mesmas dimensões da torre em Tor), a espessura do muro é de 1 a 1,1 m e o interior mede 5,45 x 5,5 m (Figura 14) (KIRIGIN, 2006, p. 88). Todos os blocos têm a *anathyrosis* característica, que é um traço das fortificações gregas de períodos mais tardios (KIRIGIN, 2006, p. 89). Foi difícil estabelecer a altura da torre, mas 10 m seriam suficientes para ver Pharos e Tor, além da área colinar da ilha de Brač (KIRIGIN, 2006, p. 90). O material arqueológico

encontrado nos estratos da torre (vasos de vários tipos) datou a torre, em Maslinovik, entre os séculos IV e III a.C. (KIRIGIN, 2006, p. 88).

Figura 14 - Torre grega em Maslinovik



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A torre de Tor (a 10 km de distância de Pharos) localiza-se a 235 m acima do nível do mar, em uma colina muito inacessível (KIRIGIN, 2006, p. 87). A torre tem vista para a planície de Jelsa e Stari Grad, o canal de Hvar, a ilha de Brač e o continente até Živogošće (Figura 15) (KIRIGIN, 2006, p. 87). A torre mede 7,41 m (lado Norte), 6,13 m (lado Oeste), 7,33 (lado Sul) e 6,20 m (lado Leste) e com a sua reconstrução, em 1974, mede 6 m, mas não se trata de sua altura original (KIRIGIN, 2006, p. 87). Os achados arqueológicos, associados à torre, de um amplo alcance cronológico, indicam que esta esteve ativa até o século III a.C. (KIRIGIN, 2006, p. 87-88). Abaixo da torre existe um assentamento que não foi ainda investigado (KIRIGIN, 2006, p. 87). A torre em Tor já foi interpretada como ilíria, mas, atualmente, prevalece a interpretação de que se trata de uma construção grega (KIRIGIN, 2006, p. 87). A construção também já foi interpretada como relacionada ao assentamento localizada nas encostas da colina, mas a descoberta da torre em Maslinovik reforçou a tese de que se tratava de uma estrutura para o sistema defensivo da *khóra* de Pharos (KIRIGIN, 2006, p. 87).

Figura 15 - Vista da torre em Tor, a cidade de Jelsa e o canal de Hvar



Fonte: Jelsa Heritage[©], 2023.⁶

De acordo com a interpretação mais recente, ambas as torres, que serviram como sistema defensivo da *khóra* de Pharos, comunicavam-se por meio de sinais de fogo e fumaça (um local para colocar fogo e restos de carvão foi descoberto na torre em Tor) em caso de ameaças (KIRIGIN, 2006, p. 91). Estudos de GIS e de fotografias aéreas digitais mostram que é possível percorrer a distância entre Tor e Pharos em uma caminhada de 4 horas (KIRIGIN, 2006, p. 91).

A planície de Stari Grad, durante a Antiguidade Clássica, foi ocupada por propriedades agrícolas. Durante os surveys de 1987 do *Hvar Project*, na parte central da planície foram identificados quatro sítios: três vilas romanas (P1 Orisac, P2 Carevac e P3 Jeze) e uma pequena propriedade rural (20-30 m de diâmetro) do período grego helenístico (P4) (KIRIGIN, 2006, p. 76). Em contraste com a cidade de Pharos, onde material grego predomina na superfície do terreno em comparação com o material romano, são os achados romanos que predominam na planície (KIRIGIN, 2006, p. 93). É provável que assentamentos rurais romanos e *villae rusticae* tenham coberto os sítios gregos (KIRIGIN, 2006, p. 93).

Poucos achados gregos foram encontrados na planície, como algumas das sepulturas gregas já descritas aqui. Dois tesouros monetários foram também encontrados

⁶ Disponível em: <<http://www.jelsa-heritage.com/en/cultural-heritage/tor>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

no setor leste: em Skudljivac, do século IV a.C., e de Vrbanj, do século II a.C., mas não há informações sobre os locais exatos de seus achados (KIRIGIN, 2006, p. 93). Também sem informações sobre o local do achado é o *hóros* com a inscrição ΟΡΟΣ ΜΑΘΙΟΣ ΠΙΘΕΟ (OROS MATHIOS PITHEOU) encontrado nas imediações de Stari Grad, no século XIX (KIRIGIN, 2006, p. 74). Trata-se de uma pedra que indica a fronteira de uma propriedade de terras na *khóra* de Pharos a partir da indicação do nome do proprietário (KIRIGIN, 2006, p. 74). Esse *hóros* levou os especialistas a pensarem que os lotes de terra, na época grega, não foram cercados por muros de pedras lavradas, como são hoje, mas por *hóroi* como este (KIRIGIN, 2006, p. 74).

Território e populações locais não gregas

Ao fundarem cidades no litoral da Dalmácia Central, os gregos se defrontaram com as populações locais que habitavam esta região dos Balcãs – trata-se dos libúrnios, que habitavam mais ao norte da Dalmácia (na área de Zadar), mas se expandiram por toda esta região, e as várias populações chamadas pelas fontes gregas de ilírios.⁷ Por toda a região abundam assentamentos dessas populações, basicamente tipos de fortificações construídas no alto de colinas (na língua local *gradine*), e monumentos funerários (tipo *mounds*) de várias dimensões (na língua local, *gomile*). Em algumas ilhas da Dalmácia, como em Korčula, por exemplo, os pesquisadores conseguiram determinar os ilírios como população responsável pela construção dessas estruturas, já na ilha de Hvar permanecem muitas dúvidas sobre a cronologia e a autoria desses sítios.

Sabe-se, pelas fontes literárias e epigráficas, que os gregos de Paros enfrentaram dificuldades em relação às populações locais ao se assentarem na ilha de Hvar na fase inicial de Pharos. Diodoro informa que, no momento de sua instalação na ilha, os ilírios foram hostis aos pários. De acordo com o relato histórico, “[...] no ano seguinte à fundação de Pharos, Dionísio I renovou seu apoio aos pários, enviando seu *eparchos* para ajudá-los durante um ataque por parte dos ilírios instalados na ilha” (Diod., *Bibl.*, 15, 14, 1-2; CASTIGLIONE, 2018, p. 350).⁸

⁷ O ‘rótulo’ ilírio foi usado em diferentes contextos e, provavelmente, desenvolveu-se como uma generalização etnográfica de estrangeiros (no caso os gregos e mais tarde os romanos) em relação às línguas indígenas similares ou línguas mutuamente compreensíveis entre essas populações (DZINO, 2014, p. 61).

⁸ Segundo Diodoro (*Bibl.*, 15, 14, 1-2): “Os parienses, que haviam estabelecido Pharos, permitiram que os habitantes bárbaros anteriores permanecessem intocados em um lugar excessivamente bem fortificado, enquanto eles mesmos fundaram uma cidade à beira-mar e construíram um muro em torno dela. Mais tarde, porém, os antigos habitantes bárbaros da ilha se revoltaram com a presença dos gregos e chamaram os ilírios do continente oposto. Estes, ao número de mais de dez mil, atravessaram para Pharos em muitos pequenos barcos, causaram estragos e mataram muitos dos gregos. Mas o governador de Lissus nomeado por Dionísio navegou com um bom número de triremes

De fato, no complexo arqueológico na Igreja de São João e na *Remete House*, as escavações encontraram restos da ocupação de um assentamento da população local (restos de estruturas e cerâmicas) com indício de destruição (queima) e de reocupação (JELIĆIĆ-RADONIĆ; KATIĆ, 2015, p. 169), o que levou à interpretação de expulsão, retorno e novamente expulsão dessa população (JELIĆIĆ-RADONIĆ; KATIĆ, 2015, p. 170). Testemunho também da relação hostil entre os gregos de Pharos e as populações locais é a inscrição encontrada na área de Stari Grad, que menciona a dedicação de despojos de armas dos *iadasinoi* e seus aliados feita pelos pharios (GAFFNEY *et al.*, 1997, p. 236-237).

Por toda a ilha de Hvar, e em certas áreas da planície de Stari Grad (área da *khóra* de Pharos), existem remanescentes de uso e ocupação do território por populações não gregas. Os principais sítios não gregos são Glavica, logo a norte da *ásty* de Pharos, o mais próximo à *pólis*, Lompic, na entrada da baía de Stari Grad, Gračišće, nas bordas da planície de Stari Grad, e Purkin Kuk, o mais alto e com a melhor visão da *pólis* e de seu território, e em Tor, na localidade da torre grega (Figura 11). Trata-se, na maior parte, de fortalezas colinares, cuja cronologia não foi bem determinada devido à insuficiência de escavações arqueológicas. A maior parte desses sítios foi apenas prospectada superficialmente. A ausência de datações precisas dificulta saber quais destes assentamentos podem ter sido habitados contemporaneamente aos gregos, pois, como informa Diodoro, ao menos até certo período, os gregos permitiram que a população local continuasse na ilha, em um local excessivamente bem fortificado.

Considerações finais

A fundação de Pharos, no início do século IV a.C., foi resultado de séculos de contato dos gregos com a região mais a norte do Mar Jônico, a área adriática. Desde ao menos a época arcaica, gregos e populações locais das costas leste e oeste do Mar Adriático mantiveram contato pelo comércio na região, como indicam achados, principalmente, cerâmicos em sítios de populações locais em ambas as costas. Do contato cultural após o estabelecimento das cidades gregas na Dalmácia Central, há evidências da interação cultural, em vários níveis, entre gregos e não gregos apenas na *pólis* de Issa. Em Pharos, os pesquisadores não encontraram evidências de qualquer tipo de interação entre os phários e as populações locais (resultado da hostilidade histórica do início da fundação de Pharos?).⁹ Mesmo no século II a.C., quando pode ter ocorrido um período de governo

contra os barcos mais leves dos ilírios, afundando alguns e capturando outros, e matou mais de cinco mil dos bárbaros, enquanto levava cerca de dois mil em cativeiro".

⁹ Para mais informações sobre essa questão, cf. Barnett e Ugarković (2020, p. 97-98).

dos reinos ilírios em Pharos, não há registros, na cultura material da cidade, de algum traço cultural da população local. Nesse caso, diante do estado atual das pesquisas, é possível pensar que a comunidade política de Pharos procurou manter e afirmar sua identidade grega, ao longo de sua história, num contexto local grego (Dalmácia Central), mas numa área maior não grega (Ilíria).

A conexão de Pharos com o mundo grego mais amplo (neste caso, com Paros) manteve-se durante a época helenística, sendo testemunhado pelo famoso *psephisma* de Pharos, decreto da *pólis* de datação controversa (entre os séculos III-II a.C.).¹⁰ Trata-se de uma inscrição que fala de uma decisão pública da assembleia sobre a reconstrução física e política de Pharos e da ajuda recebida de sua metrópole, Paros, após algum dos eventos políticos que trouxeram instabilidade às cidades gregas da região e ao reino ilírio durante a expansão do poder romano na região (KIRIGIN, 2006, p. 154-155).

Ainda que possa não ter sido uma *pólis* conectada com outras regiões do mundo grego em épocas clássica e helenística,¹¹ como foi Issa por meio de seu amplo comércio de cerâmica e vinho,¹² o estudo da materialidade do espaço urbano e do território de Pharos mostra que esta foi uma típica cidade nas margens do mundo grego. Situada numa pequena área no Mar Adriático, fora dos principais centros do Mar Mediterrâneo, Pharos não era periférica se olharmos para sua necessidade de pertença ao que era grego vista na sua organização política, forma urbana e laços de identidade representados, neste caso, pela sua metrópole egeia e que demonstram a sua conexão com o mundo grego mais amplo.

Agradecimentos

À Fapesp, que financiou meu estágio no Instituto de Arqueologia em Zagreb e minha pesquisa em Pharos e na Dalmácia Central, e à Dra. Marina Ugarković pela oportunidade em participar como colaboradora em seu projeto *AdriaCos* e nas escavações em Pharos, em 2021.

¹⁰ O *psephisma* de Pharos foi descoberto em dois fragmentos, no século XIX, e desde lá foram propostas muitas datações e traduções de seu texto. Foi datado por L. Robert em 240 a.C. e, posteriormente, em 168 a.C. quando Pharos entrou em conflito com Roma por causa de Genthius (KIRIGIN, 2006, p. 152). L. Braccesi datou o *psephisma* entre 215-205 a.C., momento da Primeira Guerra Macedônica, e P. Derow em c.219 a.C. após a primeira guerra ilíria (KIRIGIN, 2006, p. 152). Uma tradução da inscrição, em língua inglesa, pode ser vista em Kirigin (2006, p. 154-155).

¹¹ Cerâmica produzida por Pharos foi encontrada no interior do sul da Dalmácia, em Ošanjići (Bósnia-Herzegovina) e em Kopila, na ilha de Korčula, ambos sítios de populações locais (BARNETT; UGARKOVIĆ, 2020, p. 98). Moedas de Pharos foram encontradas em Vis e em Ošanjići e em Palagruža, santuário grego dedicado a Diomedes localizado numa ilha no meio do Mar Adriático (BARNETT; UGARKOVIĆ, 2020, p. 98). Moedas de Pharos também foram recuperadas fora de seu contexto regional, no Danúbio (Batajnica) e na Romênia (KIRIGIN, 2006, p. 108).

¹² Evidências arqueológicas sugerem que ânforas com vinho foram exportadas de Issa para outros sítios insulares e para o interior na Dalmácia Central, na Libúrnia, na Ístria, na Adria e talvez para sítios na costa oeste do Mar Adriático e até Alexandria (BARNETT; UGARKOVIĆ, 2020, p. 104).

Referências

Documentação textual

- APOLLONIUS RHODIUS. *Argonautica*. Edited and translated by William H. Race. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History*. Translated by C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1935.
- EPHORUS OF CYME. Fragments. In: PARMEGGIANI, G. *Ephorus of Cyme and Greek historiography*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- ESTRABÓN. *Geografía*: Libros III-IV. Traducciones, introducciones y notas de M. José Meana y Félix Piñero. Madrid: Gredos, 1998. v. 2.
- POLYBIUS. *The Histories*. Translated by W. R. Paton. Chicago: University of Chicago, 2012.
- PSEUDO-SCYMNOS. Circuit de la Terre. In: MARCOTTE, D. (ed.). *Les géographes grecs: Introduction générale*; Pseudo-Scymnos. Texte établi et traduit par Didier Marcotte. Paris: Les Belles Lettres, 2000.

Documentação epigráfica

- PLEKET, H.W.; STROUD, R. S. (ed.). *Supplementum Epigraphicum Graecum*. Leiden: Brill, 1991, v. XLI.
- PLEKET, H.W.; STROUD, R. S. (ed.). *Supplementum Epigraphicum Graecum*. Leiden: Brill, 1993, v. XLIII.
- Vv.Aa. (ed.). *Supplementum Epigraphicum Graecum*: Volumes I to XXV. Leiden: Brill, 1923-1971 8 v.

Obras de apoio

- BARBIR, J. Urbanistički razvoj Staroga grada. *Pri-lozi povijesti otoka Hvara*, v. 7, p. 41-58, 2014.
- BARNETT, C.; UGARKOVIĆ, M. Globalization processes and insularity on the Dalmatian islands in the Late Iron Age. In: KOUREMENOS, A.; GORDON, J. M. (ed.). *Mediterranean Archaeologies of insularity in an Age of Globalization*. Oxford: Oxbow Books, 2020, p. 89-120.
- BRADFORD, J. S. P. *Ancient landscapes*: studies in field Archaeology. London: G. Bell and Sons, Ltd., 1957

- CABANES, P. Greek colonization in the Adriatic. In: TSETSKHLADZE, G. R. (ed.) *Greek colonisation: an account of Greek colonies and other settlements overseas*. Leiden; Boston: Brill, 2008, p. 155-185. v. 2.
- CASTIGLIONE, M. P. Les grecs en Adriatique. *Cadernos do Leeparq*, v. 15, n. 29, p. 320-358, 2018.
- CHEVALLIER, R. La centuriazione romana dell' Istria e della Dalmazia. *Bulletino di Geodesia e Scienze Affini*, v. 16, n. 2, p. 167-177, 1957.
- COPPOLA, A. From Paros to Pharos. In: KATSONOPOULOU, D. (ed.) *Paros and its colonies*. Paros IV. Athens: The Institute for Archaeology of Paros and the Cyclades, 2018, p. 369-376.
- DUBOKOVIĆ NADALINI, N. Prilozi "Popisu spomenika otoka Hvara". *Bilten Historijskog arhiva komune hvarske*, v. 2, p. 3-12, 1960.
- DZINO, D. 'Illyrians' in ancient ethnographic discourse. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, v. 40, n. 2, p. 46-65, 2014.
- GAFFNEY, V. et al. *The Adriatic islands project: contact, commerce and colonialism 6.000 BC - AD 600. The Archaeological Heritage of Hvar, Croatia*. Oxford: BAR International Series, 1997. v. 1.
- GAMS, I. Sistemi prilagodvite dinarskega krasa na kmetijsko rabo tla. *Geografski zbornik*, v. 31, p. 55-77, 1992.
- HANSEN, M. H.; NIELSEN, T. H. *An inventory of Archaic and Classical Polis*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- JELIČIĆ-RADONIĆ, J.; KATIĆ, M. *Faros: osnivanje antičkog grada*. Split: Knjizevni krug, 2015. v. 1.
- KIRIGIN, B. Pharos, Adriatic Island. In: BAGNALL, R. S. et al. *The Encyclopedia of Ancient History*. Blackwell Publishing, 2013, p. 5238-5239.
- KIRIGIN, B. *Pharos. The Parian settlement in Dalmatia*. Oxford: Archaeopress, 2006.
- KIRIGIN, B. The Greeks in central Dalmatia. In: BRACCESI, L.; GRACIOTTI, S (ed.). *La Dalmazia e l' altra sponda: Problemi di archeologhia adriatica*. Firenze: Leo S. Olschki, 1999, p. 145-164.
- KIRIGIN, B. The Greeks in Central Dalmatia: some new evidence. In: DESCOEUDRES, J.-P. (ed.). *Greek colonists and native populations*. Oxford: Humanities Research Centre; Clarendon Press, 1990, p. 291-319.
- KIRIGIN, B.; BARBARIĆ, V. The beginning of Pharos – the present archaeological evidence. *Godišnjak / Jahrbuch*, v. 48, p. 219-230, 2019.
- LAKY, L.A. A expansão grega no Mar Adriático e na Dalmácia Central nos períodos arcaico, clássico e helenístico. *Hélade*, v. 5, p. 123-143, 2019.

- POPOVIĆ, S.; DEVLAHOVIĆ, A. New answers to old problems: revitalizing questions about the location of Pharos and its city walls. In: KATSONOPOULOU, D. (ed.). *Paros and its colonies*. Paros IV. Athens: The Institute for Archaeology of Paros and the Cyclades, 2018, p. 377-396.
- SOLARIĆ, M.; SOLARIĆ, N. Laying out land parcels and the oldest boundary stone in Croatia from the 4th century BC. *Kartografija i Geoinformacije* 12, p. 58-77, 2009.
- SUĆIĆ, M. Pravni položaj grčkih gradova u Manijskom zalivu za rimske vladavine. *Diadora*, v. 1, p. 165-168, 1960.
- WILKES, J.; FISCHER-HANSEN, T. The Adriatic. In: HANSEN, M. H.; NIELSEN, T. H. (ed.). *An inventory of Archaic and Classical Polis*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 321-337.
- ZANINOVICIĆ, M. Grčka podjela zemljišta u polju antičkog Pharosa. *Prilozi povijesti otoka Hvara*, v. 7, p. 4-10, 1983a.
- ZANINOVICIĆ, M. Greek land division at Pharos. *Archaeologia jugoslavica*, v. 20-21, p. 91-94, 1983b.

Alexandria ptolomaica na perspectiva de uma História Global*

Ptolemaic Alexandria according to the perspective of Global History

Joana Campos Clímaco**

Resumo: Alexandria foi fundada no litoral mediterrâneo egípcio pelo rei Alexandre III da Macedônia no início da sua campanha contra o Império Persa-Aquemênida (332/331 AEC). Nas décadas seguintes, a cidade litorânea substituiu Mênfis como a sede do poder monárquico no Egito. Seu desenvolvimento reconfigurou a dinâmica urbana e política no antigo território nilótico e formalizou a presença grega no Delta, nesse momento por meio de sua inserção também no comando egípcio. Em diálogo com as recentes perspectivas da História Global, a expectativa do presente artigo é repensar a história de Alexandria discutindo de que forma a fundação e história inicial da cidade a tornaram um local propício à mobilidade e entrelaçamentos.

Abstract: Alexandria was founded on the Egyptian Mediterranean coast by King Alexander III of Macedon at the start of his campaign against the Achaemenid-Persian Empire (332/331 BCE). In the following decades, the seaside city replaced Memphis as the seat of monarchical power in Egypt. Its development reconfigured the urban and political dynamics in the former Nilotica territory and formalized the Greek presence in the Delta, at that time through its insertion also in the Egyptian command. In dialogue with the recent perspectives of Global History, the expectation of this article is to rethink the history of Alexandria by discussing how the foundation and initial history of the city made it a place conducive to mobility and interlinking.

Palavras-chave:
Alexandria.
Ptolomeus.
Helenismo.
Egito.
História Global.

Keywords:
Alexandria.
Ptolemies.
Hellenism.
Egypt.
Global History.

Recebido em: 17/09/2023
Aprovado em: 21/10/2023

* O artigo aqui apresentado foi produzido durante o pós-doutorado realizado na University of British Columbia (UBC, Vancouver). O projeto de pesquisa intitulado "Alexandria e a pluralidade religiosa no Egito greco-romano" foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas segundo o Programa de Apoio a Pós-Doutores (Prodoc/Fapeam), edital n. 003/2022.

** Professora Adjunta de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado pela mesma instituição e bacharelado e licenciatura em História pela Universidade de Brasília (UnB). É pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos do Império Romano (Leir).

Introdução

Alexandria foi fundada no litoral mediterrâneo do Egito pelo rei Alexandre III da Macedônia no início da sua campanha contra o Império Persa-Aquemênida (332/331 AEC). A cidade, seguindo o seu nome, foi erguida em uma estreita faixa de terra entre o mar e um grande lago, o Mareótis, que se comunicava com o Nilo por canais. Seu desenvolvimento, na segunda metade do século IV AEC, reconfigurou a dinâmica urbana e política no antigo território nilótico e formalizou a presença grega no Delta, nesse momento, por meio de sua inserção também no comando egípcio. No contexto da edificação de Alexandria, o núcleo de poder persa estava situado em Mênfis, a primeira capital do Reino Antigo, recinto do deus criador Ptah e centro de coração dos antigos faraós.¹ Mesmo competindo com Tebas como sede da realeza em períodos posteriores, a cidade mantivera sua proeminência ceremonial, administrativa e militar em meio às diversas mudanças de capital no período faraônico. Após a derrota persa, o domínio macedônio se acomoda no território, inicialmente por meio da organização satrápica aquemênida centralizada na antiga cidade, até que foi substituída por Alexandria, nas décadas seguintes, ao se tornar o novo centro de comando e sede da recente corte greco-macedônica.²

A circulação de povos helênicos no solo egípcio, sobretudo no Delta, já era crescente no primeiro milênio AEC, e se intensificou com a presença da colônia comercial jônica de Náucratis, no século VII AEC, cuja construção colaborara também para a obtenção de mercenários gregos na luta egípcia contra a Assíria. Náucratis estava a uma considerável distância do mar e se utilizava de portos fluviais. Entretanto, um núcleo urbano de dimensões maiores na costa mediterrânea era evitado pelos antigos faraós, daí seu caráter inovador para o território (VAN DE MIEROOP, 2021, p. 304).³ Ademais, com o desenvolvimento de Alexandria, o poder passa a ser exercido por uma elite dirigente greco-macedônica. Pela primeira vez, gregos governavam não-gregos e fizeram do Egito o seu centro de comando (THOMPSON, 2008, p. 11; VLASSOPOULOS, 2013, p. 278).

¹ Fundada por volta de 3000 AEC, Mênfis foi a capital do Reino Antigo e serviu como residência real entre 2890 e 2173, desde o contexto da unificação entre o Alto e Baixo Egito. Estava localizada em um ponto nodal a quarenta quilômetros do vértice do Delta, próximo ao afluente de Pelúcio e no final da rota de caravanas que vinham do Faium, a Leste, e do Siwa, a Oeste. O nome *Mnnfr* (em grego Mênfis), significava “a cidade piramidal de Pepi I”, portanto, sua identidade como cidade mortuária era fundamental, além de sua importância administrativa (THOMPSON, 1988, p. 1).

² Conforme assinala McKechnie e Cromwell (2018), na introdução da obra *Ptolemy I and the transformation of Egypt*, 404–282 BCE, há um enorme vazio historiográfico a respeito do período persa no Egito (525-323 AEC).

³ Localizada próximo a um afluente que se comunicava com o Mediterrâneo na região canópica do Delta do Nilo, perto da vila de Saís (a capital de duas dinastias entre os séculos VII e VI AEC), a colônia foi autorizada pelo faraó Psammético I e tornou as trocas mediterrânicas mais acessíveis aos egípcios. Heródoto (*Historiae*, II, 179) faz menções ao local como o único porto aberto do Egito, mesmo não sendo no litoral. O faraó Amásis lhe concedeu autonomia comercial e religiosa, momento em que se firmou ainda mais como empório comercial (LEFÈVRE, 2013, p. 113; GRIMAL, 2012, p. 375; GUARINELLO, 2013, p. 69; HUSSON; VALBELLE, 1992, p. 223).

A morte de Alexandre III, em 323 AEC, se desdobrou em inúmeras controvérsias quanto aos rumos do amplo domínio conquistado. Em longo prazo, as turbulências resultaram na construção das “monarquias helenísticas”, reinos formados a partir da divisão provisória do território entre os principais generais (*diadochoi*) do rei macedônio. Nesse ensejo, Ptolomeu, filho de Lagos, um dos companheiros de maior confiança do finado rei, herdou o comando do Egito e depois se transformaria em rei (*circa* 306-305 AEC) e Alexandria se tornaria sede de sua corte. A dinastia ptolomaica governou pelos três séculos seguintes até a derrota do território nilótico para Roma, no conturbado reino de Cleópatra VII (última rainha da linhagem).

O período iniciado entre a morte de Alexandre (323 AEC) e a derrota de Marco Antônio e Cleópatra na Batalha de Ácio, em 31 AEC, foi nomeado pela historiografia de “período helenístico” a partir da publicação do historiador alemão Johann Gustav Droysen, *Geschichte des Hellenismus* (entre 1836 e 1843). A periodização se caracterizaria pela sobreposição de reinos greco-macedônios em regiões orientais, resultando na difusão da língua e cultura gregas por essas terras. A perspectiva de Droysen foi importante por apontar certa coerência interna no período, que não deveria ser reduzido a uma fase de decadência do mundo grego clássico, como estudos anteriores avaliavam. As pesquisas acadêmicas sobre Alexandria foram consagradas nessa mesma conjuntura, em meio aos estudos clássicos e separados do campo da Egiptologia. Por isso, tendiam a situar a cidade como um apêndice do mundo grego no litoral egípcio. Compreendia-se que sua vivência política e cultural fora construída de modo a separá-la das antigas tradições egípcias.

Pela perspectiva acima, a metrópole é explicada como protótipo do helenismo levado ao Egito e que colaborara para sua “helenização”, possibilitada pelas conquistas de Alexandre, conforme antigas terras persas foram tomadas pelas tropas macedônicas. O helenismo foi estabelecido como um termo que representaria a “consagração” da cultura grega em territórios não-gregos, por meio de um processo de aculturação. Portanto, o período helenístico era entendido, sobretudo, como a expressão da superioridade helênica transferida para o Oriente, cuja “força” mantivera os reinos helenísticos coesos (VLASSOPOULOS, 2013, p. 278; MOYER, 2011, p. 13).

Na segunda metade do século XX, na esteira da crítica pós-colonial ao teor helenocêntrico dos estudos sobre a Antiguidade, as perspectivas sobre a era helenística também começaram a ser revistas. Novas orientações buscavam enfatizar as resistências nativas aos processos de helenização e analisar a resiliência das antigas tradições (MOMIGLIANO, 1991). Com o objetivo de evidenciar a contínua força e diversidade das culturas orientais, tais propostas interpretativas salientavam certa polarização e pouca interação dos povos em contato, no caso do Egito, entre os nativos egípcios e gregos

(VLASSOPOULOS, 2013, p. 278-279). Nessa concepção, construiu-se uma imagem dual do Egito greco-romano e de Alexandria, ressaltando que as duas culturas predominantes que ali coabitavam continuaram a se desenvolver com poucas trocas.⁴

Essas visões começaram a ser contestadas nos últimos vinte anos, conforme o foco se desloca para os intercâmbios culturais, hibridismos, sincretismos e entrelaçamentos ocorridos no Mundo Antigo, em especial na periodização helenístico-romana, quando o multiculturalismo se torna ainda mais notável na documentação. Recentemente, a perspectiva da História Global despontou como extremamente profícua para auxiliar esse debate, conforme as histórias compartimentadas e nacionais começaram a se revelar insuficientes para abarcar a riqueza dos contatos na Antiguidade. Nessa crítica ao “internalismo metodológico” e ao “eurocentrismo morfológico” (MORALES; GEBARA, 2020) dos estudos tradicionais, cresce a demanda por perspectivas mais amplas e diversificadas (MOYER, 2011; CONRAD, 2019; VLASSOPOULOS, 2013).

De forma semelhante, o impacto das perspectivas helenocêntricas na história de Alexandria tendeu a obscurecer seus vínculos com todo o Egito (DUNAND, 2007, p. 253) e também a desconsiderar a importância do Império Persa como a base para os reinos helenísticos que se configuraram a partir do desmembramento do reino de Alexandre. Dentro do mesmo teor crítico, Pierre Briant (2011, p. 1) defende a urgência da história helenística ser recolocada no contexto mais amplo da história do Oriente Próximo no primeiro milênio, com a leitura de que o Império Universal dos Aquemênidas foi a síntese de impérios mesopotâmicos e orientais anteriores (LIVERANI, 2016, p. 747-748). Portanto, o mundo helenístico surgiria da sobreposição de impérios e processos de integração anteriores focados no Oriente, ainda que as elites governantes buscassem reforçar e forjar a superioridade da cultura helênica (GUARINELLO, 2013, p. 139). Grandes cidades surgiram e se engrandeceram nessa rede interligada, onde o que acontecia em um lugar impactava em outros (FRANKOPAN, 2019, p. 37).

Em diálogo com tais vertentes, a expectativa do presente artigo é repensar a história de Alexandria com o amparo das ferramentas da História Global, discutindo de que forma a fundação e história inicial da cidade a tornaram um local propício

⁴ Sebastian Conrad (2019, p. 74) faz uma crítica pertinente a esse tipo de orientação pós-colonialista orientada para o mundo moderno, mas que é também adequada para discutir a interação entre egípcios e gregos no período helenístico. Tais vertentes são importantes para contestar o helenocentrismo de tradições acadêmicas anteriores e trazem novos dados que valorizam resistências das culturas nativas anteriores, mas podem também recair em extremos, com focos nacionalistas e nativistas, visando a reabilitar experiências indígenas esquecidas. Embora tenham a sua importância, correm o risco de produzir imagens idealizadas e essencialistas de eras que anteciparam períodos de conquista, além de imporem lógicas binárias, usando como enquadramento explicativo a oposição entre colonizadores e colonizados. A ênfase na autonomia de cada povo, pode, portanto, obscurecer interações e ofuscar assimetrias de poder.

à mobilidade e entrelaçamentos. Com o enfoque principalmente no seu universo político e religioso, a intenção é compreender como tradições religiosas e literárias que lá se configuraram ganham mais sentido nesse universo de trânsito, comunicações e empréstimos entre diferentes mundos.

O Império Persa e a conquista macedônica

Antes de focar em Alexandria, é necessário recuar brevemente às porções terrestres incorporadas pelas conquistas macedônicas, pois o próprio Egito estava sob domínio persa, a partir da aquisição por Cambises, em 525 AEC, que o tornou uma satrapia diretamente governada pelo Império. Em 404 AEC, o herdeiro de uma antiga dinastia líbia chamado Amirteus (XXVIII dinastia) consegue libertar o Egito e inicia-se uma fase duradoura de independência, apesar das diversas tentativas persas de reconquista. Em 343 AEC, o local foi invadido e incorporado novamente, no reino de Nectanebo II (361/60-343 AEC), considerado o último rei egípcio nativo. No contexto da dinastia saíta, a presença grega no território já aumentara consideravelmente, e na primeira fase de dominação, os abundantes recursos econômicos e militares aquemênidas começaram a projetar o Egito em um “império mundial”, de forma diferente ao anterior domínio assírio (HOLBL, 2001, p. 3-4). O Império Persa se difundiu a partir da abertura às culturas dos conquistados e, então, se tornaria um império multilíngue e multicultural. Sua estrutura se ergueu mais pelo acúmulo, aprendizado e tolerância diante da diversidade dos vencidos do que por sua eliminação (LIVERANI, 2016, p. 757).⁵ Logo, ainda que Felipe II e Alexandre III tenham ganhado notoriedade como os vencedores dos persas, parte das suas estruturas políticas foi aproveitada e suas premissas de poder, incorporadas.

A própria ideia de conquista de um amplo território diversificado em regiões antes inalcançadas pelos gregos certamente fora uma motivação para Alexandre e só teria se tornado possível pela extensa rede comercial e de estradas iniciadas pelos persas. Conforme assinala Dorothy Thompson (2008, p. 8), sob os Aquemênidas, a comunicação por meio do Nilo havia se intensificado através de investimentos em um sistema postal (admirado por Heródoto), além do desenvolvimento das estradas reais, cuja infraestrutura iniciada anteriormente pelos assírios e babilônios foi adaptada (LIVERANI, 2016, p. 752).

⁵ O importante assíriólogo italiano Mario Liverani (2016, p. 748) sintetiza essa realidade interconectada estabelecida no período persa-aquemênida: “O império Persa unifica regiões que nos séculos (e nos milênios) precedentes tinham constituído diferentes polos de desenvolvimento socioeconômico e de agregação política, ligadas entre si por relações comerciais, diplomáticas e militares, mas tão distintas que poderíamos acompanhar separadamente a história de cada uma delas – o que, a partir da segunda metade do século VI, não se torna mais possível”.

Tal império se ergueu, portanto, no espírito de abertura aos conquistados, estruturação que permitiu a monumentalização de cidades como Alexandria, com produtos vindos de todos os lados e junto a eles, diferentes informações, culturas e religiões.

Gregos se referiam aos persas com misto de admiração e terror e Alexandre III certamente fora impactado por esses escritos na preparação de sua campanha antipersa. Baseara-se também em conhecimentos herdados dos estudos com Aristóteles e na corte de seu pai, que buscavam na literatura grega as referências necessárias para os macedônios adentrarem o mundo helênico antes dominado pelas *póleis* (FRANKOPAN, 2019, p. 25-26; THOMAS, 2021, p. 7). Alexandre se apropriara de conhecimentos literários prévios sobre as terras que pretendia invadir, e como ele, seu pai anteriormente fora motivado para a campanha na Ásia, que era interpretada como uma continuidade das missões históricas e lendárias contra persas. Autores do século IV representavam os persas como bárbaros, fracos e corruptos e, portanto, clamavam por ações militares contra eles. Isócrates era um dos entusiastas antipersas e firme defensor do pan-helenismo encabeçado pela Macedônia. Logo, Alexandre foi acompanhado em sua campanha por eruditos, filósofos e “exploradores” cujos conhecimentos seriam aproveitados ao longo do avanço militar, associando saber à consolidação do poder (MOYER, 2011, p. 9-10).

Todos os pontos da antiga estrada real persa que ligavam territórios europeus e asiáticos foram tomados pelo exército de Alexandre e a iniciativa de fundar novas cidades em pontos estratégicos visava, em última instância, a proteger as áreas recém conquistadas. Provavelmente advém daí sua postura de demonstrar tolerância com as culturas e elites locais e de se colocar mais como herdeiro dos reinos antigos do que como invasor, ainda que posteriormente seus generais enfatizassem, sobretudo, seus vínculos com o mundo grego (FRANKOPAN, 2019, p. 29).

Os novos reis helenísticos conquistam sua legitimidade como monarcas dos territórios conquistados, mas também como sucessores dos persas, do rei Alexandre III e da realeza macedônia (ANDRÉ, 2018, p. 151; BRIANT, 2011, p. 114). Como condensar em um único cargo autoridades tão discrepantes e plurais? A monarquia ptolomaica recém-instalada no Egito procuraria acenar para essa diversidade, da mesma forma que Alexandria, a sede da corte, desenvolveria instituições que buscavam harmonizar distintas tradições de poder e de saber de modo a legitimá-la.

Alexandre, Mênfis e a fundação de Alexandria

A tradição literária sobre a passagem de Alexandre pelo Egito cobre três momentos principais: a reverência aos deuses locais em Mênfis, a fundação de Alexandria e a

consulta ao oráculo de Amon na Líbia. Arriano (*Anabasis Alexandri*, III, 1, 3) menciona que, ao passar pela antiga capital faraônica, Alexandre oferecera sacrifícios ao touro Ápis e a outros deuses. Ademais, o *Romance de Alexandre* (I, 34, 1) relata que ele foi também coroado faraó. Apesar das controvérsias acerca das informações providas pelo *Romance*, diversas inscrições em templos corroboram seu reconhecimento como rei pelos egípcios. Alan Lloyd (2011, p. 88-89) observa que a existência dessas evidências é crucial não tanto por demonstrar os investimentos nos templos durante o seu curto governo, pois a citação de seu nome não significa que ele fora o iniciador formal de tais obras e nem delas estivesse ciente. É fundamental, contudo, por apontar que ao menos um setor da elite sacerdotal reconhecia a realeza de Alexandre, o que não encontra paralelos para o Segundo Período Persa (LLOYD, 2011, p. 88-89). Ademais, aludem à sua autoridade pautada em traços dos faraós de tempos recentes, cujas atividades de restauração em templos eram referenciadas, por serem atividades habituais esperadas de reis egípcios. Tais inscrições assinalam ainda a percepção do poder do rei associada à defesa de estrangeiros, um aspecto central do poder faraônico, ao invés de o abordarem como um rei estrangeiro no Egito. Além disso, oferecer sacrifícios era uma prerrogativa do faraó e Alexandre provavelmente sabia que para ascender à realeza era primordial se inserir como intermediário dos deuses (HOLBL, 2001, p. 9).

É plausível afirmar, portanto, que tais ações orientadas para o sagrado visavam também a um projeto político mais amplo. Além dos sacrifícios, Arriano (*Anab. Alex.*, III, 1) narra que o macedônio organizara competições literárias e atléticas no local, nas quais artistas de renome de toda a Hélade foram participar. Provavelmente fizera isso pela falta de tempo de preparar uma cerimônia de coroação com a pompa necessária (HOLBL, 2001, p. 10). Além disso, o ato poderia ensejar uma sinalização destinada aos gregos sobre a conquista do Egito. Logo, as festividades em estilo helênico visariam a um equilíbrio orientado para a população grega, almejando contrabalancear a reverência prestada aos deuses egípcios.

Após a temporada em Mênfis, o rei seguiu para o litoral, onde fundaria Alexandria. O episódio é narrado com engrandecimentos lendários e algumas variações pelos biógrafos de Alexandre. Sobre tal momento, Arriano (*Anab. Alex.*, III, 1, 4, 2) relata:

Quando ele alcançou Canopo, e navegou em volta do lago Mareótis, desembarcou exatamente onde agora fica a cidade de Alexandria, nomeada segundo Alexandre. Ele teve certeza de que a disposição era admirável para fundar uma cidade e que tal cidade seria destinada a ser próspera. Ele ficou, então, tomado de ansiedade para começar o trabalho, e *ele mesmo marcou o plano geral da cidade, onde deveria ficar a ágora, quantos templos deveriam ser construídos, em honra a quais deuses, alguns gregos e Ísis, a egípcia* (grifo nosso).

Como na passagem citada de Arriano, as demais narrativas sobre a fundação de Alexandria enfocam, sobretudo, o seu planejamento por meio do plano hipodâmico, a sofisticação expressa mediante a construção de grandes edifícios e a riqueza e prosperidade do terreno. Contudo, cabe observar (no trecho destacado em itálico) a ênfase atribuída ao fundador, visando também à preservação de antigas heranças culturais nativas, projetando e destinando espaços a templos de deidades de origens díspares, o que sugere certa dualidade na ânsia pela manutenção das crenças helênicas e egípcias. Portanto, há aqui um realce explícito na ideia de acolhimento e diversidade associada à nova metrópole greco-egípcio-mediterrânea, ainda que estabelecida pela tradição retrospectivamente. O comentário sugere também o entendimento de que até a vivência religiosa de Alexandria seria planejada e orquestrada inicialmente para harmonizar diferentes deuses.

Podemos entrever, na narrativa, uma relação na reverência praticada por Alexandre em Mênfis e a expectativa de planejar Alexandria focando no cotidiano divino, talvez visando a promover um elo entre as duas cidades? Entendendo que, para ter condições de competir com Mênfis, a nova cidade deveria se destacar por meio do aparato religioso. Ou talvez, que a religiosidade de Alexandria deveria funcionar de forma complementar à de Mênfis? Alexandria foi construída *ex nihilo*, desenvolvida por iniciativas reais e atendendo a ambições grandiosas, por isso era importante estabelecer um eixo de comunicação com antigos centros urbanos de prestígio, mirando em um projeto para seu cotidiano divino (DUNAND, 2007, p. 253).⁶ Nesse ensejo, além de ter Atenas como modelo, é extremamente plausível que Mênfis, ao mesmo tempo, deveria servir de referência para a criação do ambiente religioso de Alexandria.

Na própria postura atribuída a Alexandre por Arriano no contexto da fundação de Alexandria, fica evidenciada a reverência pelas antigas tradições egípcias na organização da cidade, ainda que motivadas por projeções políticas maiores. No relato de Plutarco sobressai a inspiração helênica para a construção da cidade após um sonho visionário do rei com Homero lhe indicar o local, contudo, logo se confirma a composição multicultural de Alexandria no episódio dos pássaros. Vejamos:

Alexandre levantou-se sem demora e encaminhou-se para Faro, que nessa altura era ainda uma ilha situada um pouco acima da boca Canópica do Nilo, mas que hoje em dia está ligada ao continente por um paredão. Quando viu o lugar e as vantagens incríveis que possuía (trata-se de uma tira larga de terra, semelhante a

⁶ Kostas Vlassopoulos (2013, p. 294-295) igualmente enfatiza a especificidade de Alexandria no Egito e Antioquia na Síria, as mais importantes fundações do Mediterrâneo Oriental no período helenístico, por terem surgido do “zero”, daí precisarem de ondas significativas de migrantes da Macedônia e da Grécia. Se a fundação de cidades dinásticas já era uma tradição do Oriente Próximo, o que era novidade das fundações helenísticas era a aplicação do modelo grego de *apoikia* em circunstâncias diferentes de sua base original.

um istmo, que separa do mar uma grande lagoa, rematada por um porto amplo), declarou que Homero, além de outras qualidades admiráveis, era também um arquiteto de excelência; decidiu, portanto, que o traçado da cidade tivesse em consideração a topografia do lugar. Como não tinham giz, pegaram em farinha e, com ela, traçaram no solo negro um espaço circular, de cuja base interior partiam traços radiais que dividiam o arco em espaços regulares, formando o desenho de uma clâmide. O rei ficou satisfeito com o traçado; foi então que de repente um bando *imenso de aves, de todas as espécies e tamanhos, surgiu do rio e do lago e se abateu sobre o lugar, como nuvens, sem deixar rastro de farinha; de tal modo que até Alexandre ficou perturbado com a profecia. Foi então que os adivinhos lhe aconselharam ânimo, porque a cidade por ele fundada havia de ter enormes recursos e de ser capaz de proporcionar condições de vida à gente vinda de toda a parte*. Alexandre ordenou aos encarregados que arrancassem com a obra, enquanto ele se dirigia ao templo de Ámon (Plutarco, *Vita Alexandri*, XXVI, 6-10, grifo nosso).

É plausível que o relato de Plutarco se deixara influenciar pelo desenvolvimento da Alexandria romana do tempo em que escrevera. Podemos observar como a própria leitura crítica da tradição textual colabora para problematizar o quadro predominantemente helênico da cidade tão enfatizado pela literatura e historiografia tradicional, pautado pela inspiração políade de suas instituições. A presença do arquiteto grego Dinócrates de Rodes, além do traçado hipodâmico e do plano urbano centrado na ágora e nos palácios, e, por fim, a burocracia ordenada em torno da língua grega, durante muito tempo foram argumentos usados para enfatizar o isolamento de Alexandria em relação ao Egito. Tal cenário tem mudado nos últimos trinta anos, conforme as descobertas da Arqueologia Subaquática evidenciam a presença egípcia na cidade em diversos níveis (DUNAND, 2007, p. 253). Embora a ênfase na separação do Egito ainda esteja presente até mesmo entre egíptólogos (VAN DE MIEROOP, 2021, p. 304).

Após fundar e projetar Alexandria, Alexandre seguiria viagem rumo à Líbia para consultar o oráculo de Amon. O oráculo de Zeus-Amon, em Siwa, era uma ramificação do templo principal de Amon, em Tebas, cujo sincretismo com Zeus já havia se popularizado no séc. V AEC por diversos lugares da Hélade e mesmo na Macedônia. Talvez o rei almejasse visitar o deus na sua morada original. Ademais, o oráculo de Zeus-Amon era destinado exclusivamente a reis, o que sustentava a visão de Alexandre com relação à própria natureza divina, que harmonizava perfeitamente com a concepção egípcia do rei como filho de um deus (HOLBL, 2001, p. 10-11). Segundo Plutarco (*Vit. Alex.*, XXVII, 5-11), o oráculo tinha confirmado seu governo sobre toda a humanidade. Além disso, uma confusão no entendimento da língua fizera o profeta do oráculo se dirigir a Alexandre como filho de deus, o que foi convenientemente aceito por ele como confirmação de sua divindade. Como o Amon da Líbia era associado a Zeus, em relação ao Amon tebano, Pierre Briant (2011, p. 96) defende que a ação do rei seria direcionada, sobretudo, ao

público helênico mais amplo. Porém, sua tentativa de divinização como filho de Amon pode ter sido mal interpretada por gregos, pois a veneração de um monarca era entendida como mais natural entre os egípcios. De qualquer forma, o fato de ter buscado uma divindade que tinha adquirido características supremas (no Reino Novo) para autorizá-lo como governante de todas as terras enseja que a visita ao oráculo de Zeus-Amon teria pretensões políticas mais amplas. Tal medida pode também ter auxiliado seus sucessores a serem aceitos como faraós (DAVID, 2011, p. 416).

Ptolomeu I Sóter, o Egito e o Mediterrâneo

Após a morte de Alexandre, em 323 AEC, as décadas seguintes foram marcadas por conflitos entre o exército macedônio e os diádocos a respeito dos rumos do amplo território conquistado. O maior dilema era se deveria predominar a unidade ou divisão e quem deveria ser o sucessor. Um consenso inicial foi alcançado no acordo de Triparadiso, na Babilônia, de que o trono deveria ser corregido pelo meio irmão de Alexandre III, Filipe III Arridaio e pelo filho ainda não nascido gerado com a princesa báctria Roxana, Alexandre IV, com Pérdicas servindo de regente a ambos. Nessa ocasião, também o reino foi inicialmente dividido em satrapias, a serem governadas por sátrapas, que deveriam atuar como representantes dos futuros reis. Nesta divisão inicial, Ptolomeu recebeu o Egito, a Líbia e parte da Arábia, com Cleômenes como seu representante.

Arridaio foi morto, em 317 AEC, a mando de Olímpia, mãe de Alexandre III, e o poder real de fato era exercido por Pérdicas, regente de Roxana e de seu filho, até que ambos foram mortos por Cassandro, em 311 AEC, o que representou o fim oficial da linhagem argeada (PAUSÂNIA, *Graeciae descriptio*, I, 25, 6; DIODORO DE SICÍLIA, *Bibliotheca Historica*, I, 19, 105). O vácuo de poder abriu o caminho para os diádocos se proclamarem reis, o que ocorreu a partir de 306 AEC.

Ptolomeu, portanto, atuou como sátrapa baseado na antiga cidade egípcia de Mênfis entre 323 e 306/305 AEC. O título aparece a ele associado pela primeira vez no 14º ano de seu comando, em um contrato de casamento na língua grega (THOMPSON, 2008, p. 7). Filipe Arridaio (323-317) aparece em alguns hieróglifos como faraó (LLOYD, 2011, p. 89-90) e Alexandre IV é reconhecido como rei na *Estela do Sátrapa*, cujo texto da inscrição é dedicado a Ptolomeu pelo sacerdócio da cidade de Buto, no Delta, em 311 AEC.

Trata-se do principal documento em hieróglifo referente ao seu governo como sátrapa. Embora tenha sido redigido antes da formalização de sua realeza, demonstra já nessa fase o desenvolvimento de um projeto monárquico na sua aproximação com os templos. Ademais, Ptolomeu é descrito com os atributos típicos de um faraó, sobretudo,

a proteção contra inimigos estrangeiros e o cuidado com os deuses (OCKINGA, 2008, p. 168). A realeza de “fachada” de Alexandre – II do Egito e IV da Macedônia – é reconhecida, mas o texto gera um entendimento ambíguo de que a figura monárquica estaria sendo exercida em território nilótico pelo sátrapa.

Ptolomeu é descrito como uma espécie de vice-rei presente em solo egípcio e são exaltadas suas qualidades na liderança, e atributos como guerreiro e vencedor, noção semelhante ao que se esperava da realeza entre gregos e macedônios. Principalmente no período tardio, cenário de afirmação imperial do reino, o posto faraônico começou a adquirir conotações guerreiras. A *Estela* celebra o controle de Ptolomeu na Síria e na Palestina e também uma doação real aos deuses nativos de Pe e Dep no recinto sagrado de Buto, no Delta. Segue a primeira parte do texto:

Ano de reinado 7, primeiro mês da estação da Inundação, sob a Majestade de Hórus: “O jovem, de grande força”; As Duas Damas: “O amado dos deuses, a quem foi dado o ofício de seu pai”; o Hórus de Ouro: “O governante de toda a terra”; o *Rei do Alto e Baixo Egito, Senhor das Duas Terras, Haaibre-Setepenamon, o Filho de Re, Alexandre (II)*, vivendo para sempre, amado dos deuses de Pe e Dep. *Ele é rei nas Duas Terras e nos países estrangeiros. Sua Majestade está no meio dos asiáticos, enquanto um grande Príncipe está no Egito, cujo nome é Ptolomeu.*

É um homem jovem, forte nos dois braços, eficaz nos planos, com exércitos poderosos, coração forte, pés firmes, que ataca os poderosos sem virar as costas, que golpeia o rosto de seus oponentes quando eles lutam, com mão precisa, aquele que agarra o arco para si mesmo sem disparar, que luta com sua espada no meio da batalha, sem que ninguém possa ficar por perto, um campeão cujos braços não são repelidos, sem reversão do que sai de sua boca, não há outro igual nas Duas Terras ou nos países estrangeiros.

Como ele, trouxe de volta as imagens sagradas dos deuses que foram encontrados na Ásia, e juntamente com todos os implementos rituais e todos os rolos sagrados dos templos do Alto e Baixo Egito, os restaurou em seus devidos lugares. *Ao estabelecer sua residência, chamada Fortaleza do Rei do Alto e Baixo Egito Merikaamon-Setepenre, o Filho de Re, Alexandre, cujo antigo nome era Rakotis, na costa do grande mar verde dos gregos, ele reuniu muitos Gregos com / seus cavalos e muitos navios com suas tropas.* Ele então foi com seus exércitos para a terra dos sírios, com o resultado que eles lutaram com ele e ele entrou entre eles com o coração forte como um raptor em busca de pequenos pássaros, agarrando-os em um único instante. Para o Egito, ele trouxe seus príncipes, seus cavalos, seus navios e todas as suas maravilhas (*Estela do Sátrapa*, 1-5, grifo nosso).

A ambiguidade da *Estela* poderia ser proposital, visando a preparar o terreno para a liderança de Ptolomeu e confirma a construção de uma relação de reciprocidade com o sacerdócio, que atribuía ao “príncipe” qualidades reais, antes de sua consagração. O reconhecimento de sua atuação militar na memória institucional egípcia seria primordial para moldar a forma com que Ptolomeu se apresentaria a este público (MCKECHNIE, 2018, p. 4; RITNER, 2003, p. 392). Ao mesmo tempo, a ênfase em sua autoridade guerreira

o aproxima da liderança em estilo faraônico, que era responsável pela manutenção da paz e ordem, mantendo os estrangeiros afastados do Baixo e Alto Egito.

A *Estela* é uma fonte fundamental pois ilustra, além disso, a conjuntura da transferência da estrutura administrativa e real de Mênfis para Alexandria. Apesar da nebulosidade em torno da questão, Dorothy Thompson (2008, p. 11) e Gunther Holbl (2001, p. 33) defendem que a fonte corrobora a data limite para a mudança de cidade na conclusão da campanha síria, em 311 AEC, o que demonstra a crescente importância da cidade, cujo antigo nome era Racótis, na costa do grande mar verde dos gregos, que contava com uma fortaleza e residência para o monarca.⁷

A despeito da polêmica em torno da exatidão da data, inegavelmente a *Estela* sugere o começo de um reposicionamento e/ou uma divisão de poderes entre Mênfis e Alexandria, com algumas instituições administrativas migrando para a cidade litorânea, ainda que com certo “aval” do antigo centro. Alexandria já contaria com uma residência real, ainda que o rei oficial não residisse lá, era representado pelo “príncipe” Ptolomeu. A natureza da residência era militar, pois o local é chamado de fortaleza, além da ênfase na presença significativa de gregos no exército, o que aponta para a construção da cidade como uma base de poder litorânea, visando à costura da política internacional egípcia com diversas regiões mediterrânicas (HOLBL, 2001, p. 25-26; DUNAND, 2007, p. 11). É possível afirmar com mais segurança que a transferência estaria concluída quando Ptolomeu se tornou rei (306/305 AEC). Apesar da mudança, conforme já mencionado, diferentemente dos predecessores persas, Ptolomeu era um faraó residente no Egito e logo demonstrou interesse em aprender com a cultura local e com a autoridade baseada nos templos, como a *Estela* informa.

Ptolomeu I Sóter foi rei entre 306/304 e 283/282 AEC, contudo, havia governado por quase duas décadas anteriormente como sátrapa, conforme já observado.⁸ De certa forma, seu governo de quase meio século estabeleceu as bases para a dinastia dos Ptolomeus que governaria o Egito por quase trezentos anos. Grande parte da vida do primeiro rei da linhagem foi dedicada ao engrandecimento de Alexandria, onde se fixara a nova corte. A

⁷ Racótis é convencionalmente entendido pela historiografia como o nome da antiga ocupação egípcia no terreno antes da construção de Alexandria e que posteriormente se tornou o bairro que continuou abrigando a população nativa da cidade. Contudo, pouco se conhece sobre esse povoamento, o que leva o historiador francês Michel Cheaveau (2000, p. 57) a polemizar a questão. Ele defende que a nomenclatura é fruto da confusão de tradução dos autores clássicos e que historiadores contemporâneos continuaram perpetuando, pois *Ra-qed* era o nome dado a Alexandria pelos egípcios, que significa “terreno de construção”, o que poderia até indicar certa ironia na referência dos nativos ao novo projeto. Contudo, o autor não nega que haveria egípcios nessa localização, que foram convocados, sobretudo, para a construção dos edifícios públicos e privados da cidade (DUNAND, 2007, 253-254).

⁸ Tornou-se Ptolomeu I Sóter (“o Salvador”), título recebido provavelmente em Rodes, importante parceira comercial do Egito, como agradecimento após o apoio na manutenção de sua independência contra a invasão por Demétrio Poliorcetes, filho de Antígonos I da Macedônia (ELLIS, 1994, p. 46).

despeito de se estruturar como sede da realeza macedônica, sua consolidação na metrópole mediterrânea se estabeleceria também a partir dos aprendizados da temporada de Sóter, em Mênfis, onde teve contato com diversos preceitos faraônicos que seriam afirmados na sucessão. O monarca compreendera que a manutenção das práticas religiosas atreladas ao poder colaboraria para a sua legitimidade no território, conforme conhecera noções faraônicas de comando na aproximação com às elites dos templos. O sumo-sacerdote de Mênfis, que realizava a coroação real, tinha o maior cargo na hierarquia religiosa de todo o território (DAVID, 2011, p. 423; SALES, 2005, p. 85). Ademais, as ações de Alexandre III mencionadas acima possivelmente estabeleceram o precedente para Ptolomeu I, no sentido de enfatizar a continuidade de práticas faraônicas, com o rei sendo coroado em Mênfis e se associando aos antigos deuses enquanto projetava instituições de inspiração helênica para Alexandria (DAVID, 2011, p. 415).

Dessa forma, Ptolomeu I herdara de Alexandre III não somente o talento militar, como também o interesse por vasculhar as tradições de conhecimento dos lugares conquistados, o que fizera com o apoio de conselheiros. Ele mesmo registrara as campanhas de Alexandre III, atuando como “historiador” talvez na fase final de sua vida, em Alexandria. A obra não sobreviveu, mas fora a principal fonte de Arriano. Embora haja diversos debates sobre a natureza do texto original, há um consenso de que pretendia responder às narrativas exageradamente eloquentes e fantasiosas a respeito do rei, com pretensões de objetividade e focando, sobretudo, nos aspectos militares de sua vida (ELLIS, 1994, p. 15; GREEN, 2014, p. 24; THOMPSON, 2008, p. 11). Valorizar a memória do rei macedônio era mais uma maneira de Ptolomeu se vincular ao seu legado e condensar seus feitos, como instrumento de informação da monarquia.

Além do cuidado de registrar suas memórias, Ptolomeu procurou reunir eruditos ao seu redor em busca de refinar seu conhecimento sobre o passado egípcio. Dentre eles, alguns escreveram histórias e foram visitar Tebas, como foi o caso de Hecateu de Abdera, a quem encomendara um relato, em grego, sobre o Egito, ainda antes de se tornar rei (por volta de 317 AEC) e que foi depois a principal fonte de Diodoro Sículo (SALES, 2005, p. 94; FRASER, 1972, p. 311). O próprio Diodoro (*Bibl.*, I, 46, 7-8) elucida o interesse letrado pelo Egito, por parte de Ptolomeu e seus próximos.

A presença de conselheiros reais permanece como um traço da realeza ptolomaica inicial, além de também orientar o cotidiano religioso de Alexandria, reconhecendo sua pluralidade e de que forma a monarquia nela atuaria. Tácito (*Historiae*, 4, 84) e Plutarco (*De Iside et Osiride*, 361-362, 28) fazem menção ao grego Timóteo, do clã dos Eumólpidas de Elêusis e ao sacerdote Maneton, da cidade de Sebenito, proveniente do clero de Heliópolis, no contexto da elaboração do culto sincrético de Serápis. Os relatos sobre

sua origem são posteriores e controversos em seus detalhes. Não obstante, diversos elementos apontam para sua ambientação já no governo de Ptolomeu I, além do cenário corresponder às expectativas do rei em “traduzir” e adaptar para Alexandria experiências religiosas adquiridas em Mênfis, como proposto acima (CLIMACO, 2020).

Serápis foi o deus híbrido que se tornou patrono de Alexandria e da dinastia. Seu nome era uma contração do deus Osíris-Ápis de Mênfis, uma divindade monárquica, associada às origens divinas do cargo e responsável pela vitalidade do faraó. No Período Tardio, momento que correspondeu também ao início de ondas migratórias gregas para o Delta egípcio, se fortaleceu uma forma tardia da adoração a Osíris associada com o touro Ápis, específico de Mênfis, que se materializara no engrandecimento do complexo do *Serapeum*, residência e local de sepultamento do touro.⁹ Em vida, o faraó entronizado era a encarnação de Hórus, filho de Osíris, que passara a governar no lugar de seu pai após a morte pelo irmão Seth. Portanto, no culto de Osíris-Ápis, o processo de sincretismo se iniciaria efetivamente por ocasião da morte de Ápis, quando era estabelecido o vínculo com Osíris, o governante do domínio dos mortos, responsável pela regeneração do cargo e representante do faraó defunto.

O *Serapeum* de Alexandria, seu templo central, foi construído no bairro egípcio de Racótis (local ao qual a *Estela do Sátrapa* também faz referência) com o possível intuito de associar os recém-chegados à cultura autóctone. Sua ordenação seguiu o modelo do de Mênfis, com nilômetro e galerias subterrâneas, o que é importante para corroborar o debate acerca de sua proveniência associada e derivativa do Osíris-Ápis de Mênfis e combater a perspectiva que entende Serápis como uma “invenção” de Ptolomeu I (PFEIFFER, 2008, p. 393). O complexo de Alexandria foi concluído com o rei Ptolomeu III Evergeta, quando uma biblioteca auxiliar foi incorporada. Outras evidências sugerem, contudo, que anteriormente já existia um santuário no local, conforme observa-se no seguinte trecho de Tácito (*Hist.*, IV, 84, 15):

Um templo, apropriado para o tamanho da cidade foi construído no quarteirão chamado Racótis, *onde antes havia um santuário dedicado a Serápis e Ísis*. Essa é a versão mais conhecida sobre a origem e chegada do deus. Mas eu estou ciente que alguns dizem que o mesmo deus foi trazido da Selêucia na Síria no reino de Ptolomeu III, outros dizem que o mesmo Ptolomeu introduziu o deus, *mas que o lugar de que ele veio era Mênfis, que havia sido uma famosa cidade e o símbolo do antigo Egito* (grifo nosso).

⁹ O templo foi construído na XXVI dinastia e engrandecido, principalmente, na XXX, quando várias construções foram adicionadas ao complexo, como o santuário à Ísis, associada à vaca sagrada e deificada após dar à luz ao touro Ápis. Havia também galerias de enterramento de vacas, falcões e babuínos sagrados. No tempo de Amásis, foram erguidos o *Bubasteion* e *Anubetion*, os templos dedicados à Bastet e Anúbis, respectivamente (BOMMAS, 2012, p. 423; HOLBL, 2001, p. 99).

A contínua adoração no mesmo ambiente, institucionalizada ainda mais por Ptolomeu III, evidencia que a conexão com Mênfis seria reafirmada na sucessão ptolomaica e não seria uma preocupação exclusiva do primeiro Ptolomeu. Em suma, a ligação com Mênfis seria um projeto de longa duração na busca por uma política religiosa para Alexandria que se comunicasse com egípcios e gregos. No sítio do *Serapeum* de Alexandria, foi encontrada uma estátua de basalto do touro Ápis, proveniente do tempo do imperador Adriano, o que evidencia também a continuidade do culto autóctone em paralelo à adoração a Serápis, que atravessaria o período ptolomaico e sobreviveria no contexto do Alto Império romano (SALES, 2005, p. 111).

É plausível que Ptolomeu tenha percebido a popularidade de Osíris-Ápis entre os “helenomenitas”,¹⁰ e em uma forma de adaptar seu culto para Alexandria, pois entendia-se que o mundo divino reproduzia o princípio dinástico da hereditariedade, o que seria conveniente para os novos governantes apropriarem. Em Mênfis, Ptolomeu poderia ter compreendido a força “fundante” dessa história como fonte de poder dos antigos faraós, que seria apropriado transferir para sua própria monarquia. Essa derivação visaria a absorver a autoridade divina do centro menfita ao vincular o templo novo com o antigo? Nesse ensejo, o “coração” religioso de Alexandria estabeleceria uma ponte com Mênfis, de forma a buscar a promoção divina da nova dinastia ali instalada. A imagem de Serápis poderia ter surgido posteriormente, como fruto do ímpeto de traduzir noções relacionadas ao submundo e renascimento de forma comprehensível e aceitável para os gregos, o que resultaria na criação de sua imagem humana e familiar com os deuses helênicos (BOWMAN, 1986, p. 174; STAMBAUGH, 1972, p. 13).

Ptolomeu II Filadelfo e a tradição literária alexandrina

A intenção até aqui foi demonstrar o contexto emaranhado da edificação de Alexandria, ressaltando que um dos principais anseios dos primeiros governantes teria sido o de estabelecer vínculos com as tradições ancestrais nativas, a despeito da orientação litorânea da cidade ter sido idealizada buscando intensificar contatos com o Mediterrâneo. Esse exercício interpretativo visa a problematizar a corrente historiográfica que concebe a cidade como um núcleo essencialmente grego e apartado do Egito.¹¹

¹⁰ O termo se refere à população de gregos de Mênfis, que era significativa desde o tempo de Amásis (séc. VI AEC), que havia atraído mercenários para o Delta, sobretudo cários e jônios. Eles tinham os próprios bairros na cidade, embora muitos tenham se casado com nativos (THOMPSON, 2008, p. 14).

¹¹ Para citar um exemplo relativamente recente, o capítulo de Henri Riad (1993, p. 30), “Egyptian influence on daily life in Ancient Alexandria”, na obra *Alexandria and Alexandrinism*, reconhece que a maioria da população no contexto de fundação era composta de nativos, mas considera que os primeiros três ptolomeus desenvolveram uma política

Conforme já mencionado, nas perspectivas acadêmicas tradicionais, Alexandria foi percebida como uma *pólis*, um corpo estranho e isolado no Egito que fazia uma ponte direta com o mundo helênico. Ademais, a predominância da língua grega nas elites letradas e de gregos e macedônios nos grupos de poder, além da presença de instituições políades (ex: ginásio, ágora, tribos e demos) e da ordenação hipodâmica das ruas tornaram a cidade objeto de estudos, especialmente dos classicistas, o que tendeu a reforçar ainda mais o isolamento do Egito.

A fronteira disciplinar também foi corroborada por sua nomenclatura na literatura clássica, de *Alexandria ad Aegyptum* ("Alexandria ao lado do Egito"), o que tendia a reforçar a ideia de não pertencimento ao Egito. Contudo, a questão foi muitas vezes tratada de forma literal e carente de perspectiva crítica, que desconsidera o nome, sobretudo, como uma representação da cidade pela tradição literária estrangeira, que buscava forjar uma identidade grega para a metrópole, nem sempre considerando suas subjetividades identitárias internas. Se a ênfase na separação do Egito sugere sua realidade atípica no território nilótico, evidencia também, no contexto antigo, um estranhamento com relação ao seu estatuto dentro do Egito e de que forma essa inserção estaria sendo apreendida pelos diferentes grupos da cidade. Por esse motivo, um dos objetivos aqui é analisar as tramas que a construção de Alexandria ensejou no Egito de forma mais ampla, além das relações que se estabeleceram com os entornos.

A perspectiva de Peter Fraser (1972), célebre estudioso da Alexandria ptolomaica, em *Ptolemaic Alexandria*, tornou-se dominante no realce de sua "grecidade" e separação do Egito. Seu ponto de vista foi também influente no entendimento do governo ptolomaico inicial como a fase áurea da dinastia em sua helenização, que fora, contudo, corrompida mais adiante conforme avançava a "egipcianização" da monarquia que desencadearia a decadência da própria metrópole. Portanto, se em um primeiro momento Alexandria seria estudada como o exemplo mais emblemático da cultura grega que se alastrava para o Oriente e alcança o Egito, sua degradação acompanharia o aumento da miscigenação e perda da "pureza cultural" das primeiras gerações de gregos na cidade (MOYER, 2011, p. 23-25).

Do lado da Egiptologia, tal "helenidade" atribuída à cidade no período greco-romano também foi motivo de sua rejeição como objeto de investigação pela área, pois a compreensão geral era a de que a progressiva presença estrangeira resultaria no afastamento das tradições nativas milenares. O desinteresse foi agravado ainda mais

fortemente helênica e macedônica, tratando os nativos como uma "raça conquistada", que colaborara para a cidade somente por meio de influências, embora fossem desprovidos da agência sobre a organização embrionária da cidade.

pela sua conjuntura arqueológica lacunar, o que tem se alterado nas últimas décadas (EMPEREUR, 1998; GODDIO; BERNAND, 2004).

Além de Alexandria, o estudo do período “greco-romano” no Egito, como o próprio nome já aponta, foi alvo primordial dos classicistas, guiados pelas descobertas documentais em língua grega. A situação tem se alterado também como resultado do aprimoramento do conhecimento acadêmico do demótico (MOYER, 2011, p. 29). A esse quadro acadêmico se soma o contexto de crítica e revisão das posturas teórico-metodológicas que se desenvolveram pautadas na percepção da centralidade da cultura greco-romana como modelo do imperialismo europeu (GUARINELLO, 2013; VERHOOGT, 2019, p. 5).

O quadro acadêmico mais diversificado, crítico e multidisciplinar da atualidade, além de um aumento significativo de estudos com abordagem nas especificidades das temporalidades pós-faraônicas, e que privilegiam os entrelaçamentos culturais, colaboram também para um olhar mais crítico sobre as fontes clássicas em grego e latim. No caso de Alexandria, podemos observar que diversas evidências advindas da própria literatura corroboram a perspectiva de que a formação inicial da cidade atendia a projeções e expectativas entrelaçadas. As elites de poder buscavam referências plurais para governar e, dentre elas, as experiências egípcias de comando revelaram-se apropriadas como modelo. Se a monarquia ptolomaica foi inicialmente entendida como uma corte estrangeira grega instalada no Egito, estudos atuais têm explicitado que os novos mestres tentaram, desde cedo, se integrar ao sistema egípcio de comando, combinando práticas políticas e religiosas faraônicas com diversas outras referências de poder. Estas, aos poucos, foram se imbricando e ganhando contornos globais (DUNAND, 2007, p. 253).

A obra inovadora de Ian Moyer (2011, p. 29-32), *Egypt and the limits of Hellenism*, demonstra como pesquisadores envolvidos ao mesmo tempo com evidências gregas e egípcias, e mais abertos a parcerias multidisciplinares e colaborativas, evidenciaram que as “franjas de cooperação” entre egípcios e gregos era mais ativa do que inicialmente se supunha. Tais estudos apontam também para uma interdependência maior de egípcios na corte ptolomaica, antes negligenciadas ou vistas como inexistentes.

Uma das intenções aqui é enfatizar que não se pode reduzir a ordenação política, cultural e religiosa de Alexandria a uma única matriz cultural. Sua configuração monárquica e portuária a contrastava com outros núcleos urbanos até então conhecidos, tanto do Egito quanto da Hélade. Os diversos portos da cidade a tornaram um centro de confluência para viajantes e comerciantes, resultando em certa propensão à diversidade e multiculturalismo desde a formação inicial. Ademais, a elite greco-macedônia se transformou na protagonista das relações sociais e dos trâmites administrativos, enquanto os egípcios residentes passam a ser por elas governados.

Constrói-se cotidianamente um cenário notadamente multilíngue e de profunda diversidade cultural, que desponta em permanente diálogo com as antigas e vigorosas tradições nativas. Logo, seus aspectos multiculturais começaram a se configurar cedo e eram acumulativos (e não excludentes). Além disso, foram orientados para encobrir e amenizar tensões que surgiriam como resultado da pluralidade.

Portanto, o crescimento de Alexandria e sua transformação em capital ptolomaica altera o centro de gravidade do território nilótico, intensificando as correntes migratórias gregas para a região e envolvendo o Egito ainda mais nos fluxos mediterrânicos (GUARINELLO, 2013, p. 122; LLOYD, 2011, p. 91). Os entraves com os sucessores continuaram durante todo o reino de Ptolomeu I Sóter, tempo em que é confirmada além de sua autoridade sobre o Egito, também o controle sobre a Líbia, Síria, Fenícia, Chipre, Líbia, além de algumas cidades e ilhas gregas. Logo, como Alexandre III, Ptolomeu I procurava se direcionar a súditos heterogêneos e com expectativas divergentes com relação à realeza. Nessa ocasião, Alexandria se torna a corte não somente do Egito, mas também dos demais estados ptolomaicos. Essa “zona tampão” mediterrânea em torno do Egito visaria, sobretudo, à sua proteção (HOLBL, 2001, p. 16). Portanto, as instituições e tradições culturais e religiosas da metrópole se desenvolveram nesse emaranhado de demandas políticas variadas e de competições entre os diádocos, que continuam também com seus descendentes, conforme as monarquias helenísticas se estabelecem.

Os embates entre os reis repercutiram igualmente na motivação dos novos líderes para preservar heranças literárias e religiosas dos lugares em que se estabelecem. Nesse sentido, as cortes disputavam por riquezas e conhecimentos como forma de ostentar suas vitórias. Ao mesmo tempo, competiam pela afirmação da superioridade cultural helênica, edificada e elevada de forma a valorizar, sistematizar e transformar inúmeras referências do passado greco-macedônio. Ou seja, o ambiente erudito de Alexandria se estruturou a partir de contínuas disputas por memória, conforme a cidade construía sua própria cultura diversificada.

Tais traços configuram o ambiente cultural e político do período ptolomaico inicial, oscilando entre a valorização da erudição grega, das antigas crenças e da autoridade dos sacerdócios, enquanto uma nova dinastia busca suas referências para afirmar sua autoridade e angariar consenso entre grupos diversos. Dessa forma, Alexandria se engrandece como um portal onde a antiga tradição letrada grega seria fixada e perpetuada, traço que se fortalece ainda mais no governo de Ptolomeu II Filadelfo (282-246 AEC), em paralelo ao resgate do passado egípcio, que é também adaptado e apropriado para a língua grega. A despeito da disparidade de regiões governadas, a

base principal do poder Ptolomaico se centralizou no Egito e, por isso, pretendeu se apropriar de sua longa tradição monárquica na mudança da corte para Alexandria.

O sacerdote Maneton de Heliópolis, citado acima, atuara como conselheiro de Ptolomeu I e foi responsável pela produção da *Aegyptiaca*. Trata-se de uma síntese da realeza faraônica sistematizada em trinta dinastias e produzida na língua grega. A intenção da obra talvez visasse a tornar a longa duração da história institucional egípcia comprehensível para o público helênico e para a corte, a fim de que funcionasse como seu próprio instrumento de informação. Fora encomendada no tempo de Ptolomeu II, ainda que Maneton estivesse na corte desde o tempo de seu pai, o que insinua sua duradoura influência como conselheiro. E mais: sua redação se materializou no contexto de disputa de Filadelfo com Antíoco I Sóter pelo domínio do Mediterrâneo Oriental, logo, ilumina os mecanismos propagandístico-ideológicos implementados pelos Ptolomeus ao tentarem estabelecer uma mediação entre o Egito e o mundo do helenismo (MOYER, 2011, p. 85).

Como sacerdote, Maneton conhecia a escrita hieroglífica e tivera acesso a listas reais e arquivos dos templos. Em contraste com Hecateu anteriormente, que desconhecia a língua. Nesse momento, era um egípcio que instruía os gregos na história de sua terra, permitindo que o passado faraônico fosse apropriado pela dinastia reinante, com o entendimento de que para preservar a tradição remota era primordial se inserir nesse projeto bilíngue (HOLBL, 2001, p. 27; SALES, 2005, p. 80-92). Sua obra está, portanto, em sintonia com a historiografia política dos Ptolomeus, que começara com Ptolomeu I registrando as histórias de Alexandre III (SALES, 2005, p. 94-96).

Infelizmente, o original de Maneton se perdeu, tendo sido preservado por meio de citações de autores do período romano (como Flávio Josefo e Eusébio de Cesareia), além de manuscritos medievais, o que evidencia seu valor na Antiguidade (SALES, 2005, p. 73-75). Contudo, o ímpeto para a produção da obra propõe que a elite greco-macedônia entendera a importância de conhecer o passado político egípcio, visando a estabelecer uma continuidade “genealógica-cultural” com a tradição faraônica, por serem estrangeiros no comando. Tal ponte poderia servir para que os Ptolomeus se inserissem na nova dinastia em meio aos antigos reis, para se colocarem como seus sucessores e continuadores. Portanto, organizar a história egípcia tendo a realeza como eixo ordenador seria proposital, visando a demarcar o sucesso duradouro da instituição monárquica como algo herdado, além de reforçar o valor da consanguinidade e ascendência. Dessa forma, Filadelfo conseguiria assegurar o elo entre passado e presente, de forma semelhante a Alexandre III e Ptolomeu I (SALES, 2005, p. 85-90). Ademais, a produção da memória monárquica egípcia produzida por um sacerdote egípcio na conjuntura interna da corte

seria uma forma de controlar o conhecimento sagrado em benefício da monarquia recém-instalada e visando à sua inserção em meio à tal tradição, além da própria legitimização.

Por um lado, a tradição monárquica egípcia era essencialmente ancorada no seu universo religioso, por isso buscava manter sua presença simbólica em Alexandria. Isso foi feito visando à confirmação do poder monárquico sobre o território egípcio mais amplo, daí a criação de Serápis e do *Serapeum* e a aproximação com o sacerdócio de Mênfis, como já visto. Por outro, os primeiros Ptolomeus sabiam do orgulho grego por sua tradição literária e que a *paideia* era um aspecto fundamental da identidade helênica. Surge daí a motivação para tornar a cidade um centro de erudição, rememorando-se a tradição literária helênica remota como símbolo das conquistas dinásticas e da hegemonia greco-macedônia no Mediterrâneo Oriental. Nessa perspectiva, a criação do Museu e da Biblioteca teria sido idealizada ainda no tempo de Ptolomeu I, no ambiente de competição com os outros diádocos. O enfraquecimento de Atenas pode ter também suscitado uma demanda por novos centros de erudição.¹²

Foi com Ptolomeu II Filadelfo que essa atmosfera de erudição se desenvolveria, de modo a tornar Alexandria o polo aglutinador de diferentes saberes por meio de instituições vinculadas à corte (HOLBL, 2001, p. 26). Mediante o patrocínio monárquico, foram atraídos estudiosos de diversas partes do mundo grego, que se atrelavam pelo domínio da *paideia* (FRASER, 1972, p. 306-310). Tal elite letrada torna-se fortemente vinculada à realeza, ao mesmo tempo que começa a estruturar na cidade um saber compartilhado, com base na valorização da memória literária grega. Susan Stephens (2003, p. 251-254) destaca a importância da Biblioteca para reforçar a noção de coletividade grega em Alexandria. Pela aquisição, cópias e edições de textos consagrados (sobretudo Homero e as tragédias) e da tradução para o grego da literatura de outros povos, a cidade serviu de eixo para reunir a cultura literária de diversas partes do mundo. Não-gregos tiveram a oportunidade inédita de “globalizar” seu saber por meio da tradução de seus clássicos (MOMIGLIANO, 1991, p. 14). Lionel Casson (2002, p. 43-47) questiona a motivação dos reis em fundarem

¹² Pascal Ballet (1999, p. 145) questiona a fama de Alexandria como a “Nova Atenas”, argumentando que o saber criado na metrópole era mais voltado para a descontração do que para temas filosóficos e “elevados” e, nesse sentido, a nova cidade nunca substituiu a capital “intelectual” do mundo grego com relação ao saber nutrido de projetos filosóficos. O autor considera que o saber acumulado em Alexandria não suscitava reflexões originais sobre o homem e o cosmos, pois preservava principalmente os conhecimentos antigos. Os gêneros popularizados em Alexandria, como a mímica e as novelas, embora inspirados nas antigas tragédias e comédias gregas, eram mais voltados para a descontração, do que para temas filosóficos (BALLET, 1999, p. 173). Alan Samuel (1983, p. 67-74) enfatiza o conservadorismo dos gregos nessas instituições, justificando que seus membros aceitavam pouca literatura de outros povos em seu cânone e que mesmo entre os escritos gregos o interesse maior era por autores “consagrados”, como Homero. Realça ainda que, mesmo quando algum escrito egípcio alcançava as bibliotecas, seu conteúdo era helenizado e esvaziado de sua base egípcia. É notável como tais acadêmicos adotam como padrão a literatura grega clássica e entendem que pouco havia a acrescentar conforme “outros povos” adentram sua esfera.

as duas instituições em Alexandria, uma cidade nova sem qualquer tradição literária, que era uma espécie de “deserto cultural”. Ele argumenta que as conquistas de Alexandre mudaram o Mundo Antigo, na medida em que as pessoas passaram a estar inseridas dentro de realidades mais amplas conforme as populações se diversificavam. Por tudo isso, os reis entenderam que era necessário oferecer incentivos para atrair eruditos de destaque para a cidade, considerando que o Egito já tinha uma longa tradição textual controlada, sobretudo, pelos templos. Era necessário contrabalancear isso valorizando a cultura literária grega em torno da realeza.

Segundo a tradição literária, foi influenciado por Demétrio de Falero, conselheiro ateniense fixado na corte por Ptolomeu I, que Filadelfo buscou dar continuidade a alguns padrões estabelecidos pelo pai, no sentido de acenar para públicos distintos, mas com traços comuns e que poderiam se comunicar.¹³ Flávio Josefo, historiador da Judeia que escreveu sob o Império Romano, situa Demétrio na corte de Filadelfo, provavelmente de maneira anacrônica. Josefo o ilustra como o principal entusiasta por angariar escritos de outras tradições, conjuntura que motivou a tradução da *Torá* para a língua grega, a *Septuaginta* ou *Bíblia dos Setenta*. A história ganhou conotação lendária na *Carta de Aristeas*, provavelmente composta no séc. II AEC e que foi a base do relato de Flávio Josefo no livro XII das *Antiguidades Judaicas*. Há referências pontuais ao evento também na obra de Filo de Alexandria (*De Vita Mosis*, II, 41). Segundo Josefo (*Antiquitates Judaicae*, XII, 2, 1):

Alexandre reinou doze anos, e depois dele Ptolomeu Sóter quarenta e um; então Filadelfo assumiu o poder real no Egito e o manteve por trinta e nove anos; e ele teve a lei traduzida e libertou da escravidão em torno de cento e vinte e quatro mil nativos de Jerusalém que eram escravos no Egito pelo seguinte motivo. Demétrio de Falero, encarregado da biblioteca do rei, estava ansioso para coletar, se pudesse, todos os livros do mundo habitado e, se ouvisse falar ou visse algum livro digno de estudo, ele o compraria; e assim ele se esforçou para atender aos desejos do rei, pois era muito dedicado à arte de colecionar livros (grifo nosso).

O grandioso feito é atribuído exclusivamente à iniciativa monárquica. Contudo, não é improvável que a *Septuaginta* tenha sido produzida como demanda da própria comunidade judaica de Alexandria, que começava a perder o conhecimento do hebraico e há indícios que apontam sua produção posterior. Portanto, a elaboração ambientada no reinado de Ptolomeu II pode ser uma “retroprojeção” anacrônica de Josefo (MOMIGLIANO,

¹³ Demétrio de Falero, retórico, filósofo peripatético e influente na política de Atenas fora aluno de Teofrasto, o sucessor de Aristóteles, que já conhecera o Egito e mantinha uma boa relação com os Ptolomeus. Falero tinha sido exilado de Atenas por ordem de Demétrio Poliorcetes (307 AEC), até que foi convidado para ser conselheiro real de Ptolomeu I na corte Alexandrina (297 AEC) (HOLBL, 2001, p. 26).

1991, p. 74). De todo modo, o autor delineia o cenário multicultural configurado na cidade, e as tensões entre culturas que podem ter se acumulado na corte de Filadelfo. Assim, diferentes comunidades poderiam buscar a “helenização” de seus saberes particulares visando a suas próprias necessidades (Jos., *Ant. Jud.*, XII, 12-25).

A dinastia ptolomaica procuraria se distinguir não somente como vencedora nas batalhas, mas também se empenhou em transformar Alexandria em uma espécie de “vitrine” ao congregar, recuperar e ordenar a tradição literária ateniense, reunindo gregos influentes em torno da monarquia, para contrabalancear o saber cunhado em Atenas, além de incorporar a medicina e cultura egípcia antigas (HOLBL, 2001, p. 25). Visando a refletir o poder dos Ptolomeus, o projeto tinha ambições imperiais, pois visava a reunir saberes estrangeiros com o objetivo de traduzi-los para o grego e, dessa forma, tornar Alexandria um portal literário mediterrâneo, por meio do intercâmbio de saber entre os seus pensadores itinerantes. Se inicialmente o domínio da paideia servia como fator de integração entre gregos diversificados reunidos em território estrangeiro, o saber global criado passa a alcançar regiões mais amplas (WATTS, 2006, p. 147-152).

Os estudiosos do Museu eram nomeados de forma vitalícia e gozavam de uma série de privilégios. Casson (2002, p. 49-56) sugere que foi provavelmente para eles que inicialmente a Biblioteca teria sido iniciada, visando a adquirir livros como ferramentas de pesquisa. Um diretor nomeado pela corte chefiava a Biblioteca. O primeiro foi Zenódoto, que organizou um sistema de armazenamento (por autor, gênero, assunto e ordem alfabética). Com o crescimento da Biblioteca, foi necessário desenvolver um sistema de busca. Nesse contexto, Calímaco de Cirene, que se juntou ao círculo de intelectuais de Ptolomeu II e desenvolveu o *Pinakes*, uma espécie de catálogo que listava os rolos armazenados (em torno de 400 mil), que infelizmente não sobreviveu, mas foi citada por diversos autores. As primeiras fases foram mais dedicadas à literatura, mas diretores posteriores, como Eratóstenes, buscaram conhecimentos mais específicos, como a geometria, a astronomia e a geografia.

Os diretores eram também estudiosos e poetas, como o próprio Calímaco e Teócrito. Logo, a tradição poética alexandrina foi também impulsionada no tempo de Sóter e Filadelfo por meio do patrocínio real e celebrava a monarquia e temas caros aos reis, como a memória de personagens, heróis e deuses gregos consagrados no passado que seriam, nesse momento, rememorados e vinculados aos novos governantes. Os escritos visavam exaltar a tradição mitológica grega em um novo contexto, inserindo a monarquia na genealogia heroica e divina, de modo a legitimá-la para além do Egito e fortalecer o vínculo com a Hélade. A produção poderia ter sido uma demanda dos gregos da cidade em busca de um eixo de identificação com a monarquia. Teócrito,

por exemplo, no *Encômio a Ptolomeu Filadelfo* (79-95), celebra o rei associando-o ao passado mítico grego, mas “atualizando-o” para o contexto egípcio, como vemos no trecho a seguir:

Incontáveis terras e incontáveis raças de homens cultivam suas colheitas com a ajuda da chuva de Zeus, mas nenhuma terra é tão produtiva quanto o humilde Egito, quando a inundação do Nilo encharca e rompe o solo; nem nenhuma terra tem tantas cidades cheias de pessoas habilidosas em ofícios [...] Ele pega fatias da Fenícia, da Arábia, da Síria, da Líbia e dos etíopes de pele escura; todos os panfílios e os guerreiros da Cilícia ele comanda, e os lírios e os cários, que se deleitam na guerra, e as ilhas das Cíclades, pois seus são os melhores navios que navegam no oceano. Todo o mar e a terra e os rios turbulentos estão sujeitos a Ptolomeu, e ao redor dele se reúnem um grande número de cavaleiros e um grande número de soldados portando escudos, carregados com bronze brilhante.

Considerações finais

O início do comando ptolomaico no Egito evidencia a intenção da monarquia de promover sua autoridade por meio do reconhecimento das antigas tradições de poder faraônicas, macedônicas, gregas e persas, cujos fundamentos seria conveniente incorporar. A dinastia e a nova cidade se constroem em um ambiente de intensas competições e disputas por memória. Portanto, a demonstração de apreço por referências antigas engrandeceria Alexandria como uma espécie de “guardiã” de escritos e tradições do passado, o que a transformaria em uma cidade global e multicultural. Tal padrão poderia servir para dar coesão a uma população diversificada, mas que se abre ao novo e às transformações, engrandecida mediante investimentos monárquicos que buscavam unificar conhecimentos plurais e adaptá-los em prol dos seus interesses. Dessa forma, a “tradução” de antigos saberes e vivências visava afirmar a autoridade dos novos reis, demonstrando que Alexandria prezava por suas tradições díspares, o que a elevaria em relação a outras cidades eminentes, com base em modelos urbanos anteriores, sobretudo Mênfis e Atenas.

Com exceção da tradição poética helenística, grande parte dos relatos sobre Alexandria que cobrem o período analisado advêm da era romana, ainda que sejam baseados em fontes anteriores, contemporâneas aos Ptolomeus, mas hoje perdidas. O fato de recuperarem tais posturas multiculturais ao descreverem os reinados dos primeiros reis macedônicos no Egito denotaria as tensões étnicas que se avivaram na cidade sob domínio romano e também a longa duração de seu projeto multicultural. Nesse ensejo, os escritos constroem um retrato de Alexandria que harmonizaria gregos, egípcios e judeus sob amparo monárquico, apontando que as tensões deveriam ser amenizadas, considerando a trajetória plural da cidade associada às suas origens. Ou

seja, recuar aos seus primórdios visaria a mascarar controvérsias e acomodar novas formas de convivência. Alexandria como a segunda maior cidade do Império Romano poderia servir de modelo, como “idealização”, tendo como pano de fundo a própria cidade de Roma e suas polêmicas. Em um mundo integrado e de intensas comunicações, crenças e saberes antigos eram rememorados, descartados, enfatizados e acomodados no passado helenístico.

Referências

Documentação textual

- ARRIAN. *Anabasis of Alexander*. Translated by P. A. Brunt. Cambridge: Harvard University Press, 1976-1983. 2 v.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History*: Books 1-2.34. Translated by C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1933. v. 1.
- HERÓDOTO. *História*. Tradução de J. Brito Broca. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1964.
- JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*: Books 1-3. Translated by H. St. J. Thackeray. Cambridge: Harvard University Press, 1930. v. 1.
- PAUSANIAS. *Description of Greece*: Books 1-2 (Attica and Corinth). Translated by W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1918. v. 1.
- PHILO. *On Abraham*. *On Joseph*. *On Moses*. Translated by F. H. Colson. Loeb Classical Library 289. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935.
- PLUTARCH. *Moralia*. Translated by Frank Cole Babbitt. Cambridge: Harvard University Press, 1927- 2004. 16 v.
- PLUTARCH. *Lives*: Demosthenes and Cicero. Alexander and Caesar. Translated by Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1919. v. 7.
- PLUTARCO. *De Ísis e Osíris*. Tradução, introdução e notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo, 2022.
- TACITUS. *Histories*: Books 4-5; *Annals*: Books 1-3. Translated by Clifford H. Moore and John Jackson. Cambridge: Harvard University Press, 1931.
- THE GREEK ALEXANDER ROMANCE. Edited and translated by Richard Stoneman. New York: Penguin, 1991.

Documentação epigráfica

- ESTELA DO SÁTRAPA. Museu do Cairo, Egito, 1,85 m., 311 AEC.,

Obras de apoio

- ANDRÉ, A. *A fabricação da 'basileia' helenística: um estudo sobre o governo de Antígoно Monoftalmo e Demétrio Poliorcetes (321-301 a.c.)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- BALLET, P. *La vie quotidienne à Alexandrie*. Paris: Hachette Littérature, 1999.
- BOMMAS, M. Isis, Osiris, and Serapis. In: RIGGS, C (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 578-599.
- BOWMAN, A. *Egypt after the Pharaohs*. 332 B.C.-A.D.642. California: University of California Press, 1986.
- BRIANT, P. *Alexandre, o Grande*. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- CASSON, L. *Bibliotecas no Mundo Antigo*. São Paulo: Vestígio, 2018.
- CHAUVEAU, M. *Egypt in the Age of Cleopatra*. New York: Cornell University Press, 2000.
- CLIMACO, J. C. O estabelecimento do culto híbrido ao deus Serápis na Alexandria Ptolomaica: conjuntura, motivações e debates. *Diálogos Mediterrânicos*, n. 18, p. 4-23, 2020.
- CONRAD, S. *O que é a História Global*. Lisboa: Edições 70, 2019.
- DAVID, R. *Religião e magia no Antigo Egito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- DUNAND, F. The Religious System at Alexandria. In: OGDEN, D (ed.). *A Companion to Greek Religion*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 253-263.
- DUNAND, F.; ZIVIE-COCHE, C. *Gods and men in Egypt: 3000 BCE to 395 CE*. New York: Cornell University Press, 2004.
- ELLIS, W. *Ptolemy of Egypt*. Routledge: London and New York, 1994.
- EMPEREUR, J.-Y. *Alexandria rediscovered*. London: Harcover, 1998.
- FRANKOPAN, P. *O Coração do mundo: uma nova história universal a partir da Rota da Seda*. São Paulo: Planeta, 2019.
- FRASER, P. *Ptolemaic Alexandria*. Oxford: Clarendon Press, 1972. 3 v.
- GODDIO, F.; BERNAND, A. *Sunken Egypt: Alexandria*. London: Periplus, 2004.
- GREEN, P. *Alexandre, o Grande e o período helenístico*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2014.
- GRIMAL, N. *História do Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HOLBL, G. *A History of the Ptolemaic Empire*. Routledge: London and New York, 2001.
- HUSSON, G.; VALBELLE D. *L'Etat et les institutions en Egypte: des premiers pharaons aux empereurs romains*. Paris: Armand Colin, 1992.
- LEFÈVRE, F. *História do mundo grego antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

- LIVERANI, M. *O Antigo Oriente*: história, sociedade e economia. São Paulo: Edusp, 2016.
- LLOYD, A. B. From Satrapy to Hellenistic Kingdom: the case of Egypt. In: A. ERSKINE, A.; LLEWELLYN-JONES, L (ed.). *Creating a Hellenistic World*. Swansea: Classical Press of Wales, 2011, p. 83-105.
- MCKECHNIE, P. CROMWELL, J. A. (ed.). *Ptolemy I and the transformation of Egypt, 404-282 BCE*. Leiden: Brill, 2018.
- MCKING, B. Egypt's specificity and impact on Hellenistic History. In: VANDORPE, K. (ed.). *A companion to Greco-Roman and Late Antique Egypt*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019, p. 565-572.
- MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- MORALES, F. A.; SILVA, U. G. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.
- MOYER, I. *Egypt and the limits of Hellenism*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- OCKINGA, B. G. The Satrap stele of Ptolemy: a reassessment. In: MCKENCHNIE, P.; GUILLAUME, P. (ed.). *Ptolemy II Philadelphus and his World*. Leiden: Brill, 2008, p. 166-198.
- PEREIRA, R. G. G. *Helenização e egipcianização*: re-construção de identidades no Egito helenístico. Saarbrucken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- PFEIFFER, S. The God Serapis, his cult and the beginnings of the ruler cult in Ptolemaic Egypt. In: MCKENCHNIE, P.; GUILLAUME, P. (ed.). *Ptolemy II Philadelphus and his World*. Leiden: Brill, 2008, p. 287-408.
- RIAD, H. Egyptian influence on daily life in Ancient Alexandria. In: HAMMA, K. (ed.). *Alexandria and Alexandrianism*. Malibu: The Paul Getty Museum, 1993, p. 29-39.
- RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- RITNER, R. K. The Satrap Stela. In: SIMPSON, W. K.; RITNER, R. K.; TOBIN, V. A. (ed.). *Literature of Ancient Egypt*: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies, and poetry, 392-397. New Haven: Yale University Press, 2003, p. 392-397.
- SALES, J. C. *Ideologia e propaganda real no Egito Ptolomaico* (305-30 a.C.). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- STAMBAUGH, J. *Sarapis under the early Ptolemies*. Leiden: Brill, 1972.
- STEPHENS, S. *Seeing double*: intercultural poetics in Ptolemaic Alexandria. Berkeley; London: University of California Press, 2003.
- THOMAS, C. G. *Alexander the Great in his world*. Oxford: Blackwell Publishing, 2013.

- THOMPSON, D. J. *Memphis under the Ptolemies*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- THOMPSON, D. J. Ptolemy I in Egypt: continuity and change. In: MCKENCHNIE, P.; GUILLAUME, P. (ed.). *Ptolemy II Philadelphus and his World*. Leiden: Brill, 2008, p. 287-408.
- VAN DE MIEROOP, M. *A History of Ancient Egypt*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2021.
- VERHOOGT, A. Unique sources in an unusual setting. In: VANDORPE, K. (ed.). *A companion to Greco-Roman and Late Antique Egypt*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019, p. 3-13.
- VLASSOPOULOS, K. *Greeks and barbarians*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2013.
- WATTS, E. *City and school in Late Antique Athens and Alexandria*. Berkeley: University of California Press, 2006.

O passado e o presente de Cádiz e da Turdetânia na *Geografia* de Estrabão: reflexões sobre processos de integração

The past and present of Cadiz and Turdetania in Strabo's 'Geography': reflections on integration processes

Bruno dos Santos Silva*

Resumo: O processo de integração no Mediterrâneo Antigo representa um fenômeno complexo e multifacetado, cujos contornos são revelados tanto por fontes arqueológicas quanto materiais. O presente artigo tem como objetivo refletir justamente sobre esse processo a partir de uma análise da obra *Geografia*, de Estrabão (séc. I a.C.), descrevendo o espaço da Turdetânia e a cidade de Cádiz. Com uma leitura detalhada do livro III desta obra, pretende-se oferecer uma visão alternativa ao papel da cidade gaditana, aos olhos de Estrabão e de outras fontes escritas contemporâneas, nas transformações observadas no espaço da Turdetânia. Defende-se que, em vez de ser um paradigma para o estudo da romanização, como defendem alguns autores, tanto Cádiz quanto a Turdetânia podem ser lidas como modelos de um mundo em integração muito antes da chegada dos romanos, sendo tal cidade um agente central desse processo.

Abstract: The process of integration in the Ancient Mediterranean represents a complex and multifaceted phenomenon, the contours of which are revealed by both archaeological and material sources. This article aims to reflect precisely on this process through an analysis of the work *Geography* by Strabo (1st century BC), describing Turdetania's space and the city of Cadiz. With a detailed reading of book III of this work, it is intended to offer an alternative view of the role of the city of Cadiz, for Strabo and other contemporary written sources, in the transformations observed in the space of Turdetania. It is argued that, instead of being a paradigm for the study of Romanization, as some authors defend, both Cadiz and Turdetania can be understood as models of a world in integration long before the arrival of the Romans, with this city being a central agent of this process.

Palavras-chave:

Estrabão.
Cádiz.
Turdetânia.
Romanização.
Integração.

Keywords:

Strabo.
Cadiz.
Turdetania.
Romanization.
Integration.

Recebido em: 17/09/2023
Aprovado em: 30/10/2023

* Possui pós-doutorado pelo Programa de História Social da Universidade de São Paulo (USP). É doutor e mestre pela mesma instituição e bacharel e licenciado em História pela USP. Desenvolveu pesquisa sobre os processos de integração na Turdetânia (Andaluzia, Espanha), nos séculos V-I a.C., com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Introdução

Nas fontes escritas da Antiguidade, o sudoeste da Península Ibérica foi identificado por diversos nomes e lá foi localizada uma miríade de povos. Dentre esses nomes e povos um se destaca e chama a atenção de muitos historiadores preocupados com aquele espaço: a Turdetânia.¹ A terra dos turdetanos não tinha fronteiras muito bem definidas, mas era aproximadamente o equivalente à Andaluzia Ocidental, região administrativa do Estado moderno espanhol. A população local, ao longo do primeiro milênio a.C., era composta tanto de povos plenamente estabelecidos² há milhares de anos quanto de grupos humanos que passaram a frequentar esse espaço cada vez mais no decorrer desse período.³ Historiadores e arqueólogos têm estudado as consequências dessas presenças ao longo do tempo e muito se focou na presença dos romanos ao final desse mesmo milênio, com discussões importantes acerca da romanização da população da Turdetânia.

Uma das principais fontes para se estudar esse fenômeno é a *Geografia* de Estrabão, um tratado geográfico escrito ao final do século I a.C., em grego, por um membro da aristocracia do antigo reino do Ponto, ao sul do Mar Negro. Os dezessete livros que compõem a obra pretendem descrever todos os espaços do mundo conhecido à época de sua produção, sendo o livro III aquele destinado à descrição da Península Ibérica. Para muitos historiadores, a Turdetânia que Estrabão apresenta nessa obra é o paradigma ideal para se analisar o processo chamado de romanização.⁴ Entretanto, uma análise mais detalhada da obra pode apresentar cenários interpretativos diferentes e revelar um espaço com realidades sociais mais complexas. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é propor uma reinterpretação da descrição do sudoeste da Península Ibérica na obra *Geografia*, de Estrabão, tendo como chave de leitura o papel da cidade de Cádiz nas transformações apresentadas por essa fonte antiga.⁵ Cádiz é essencial para este artigo uma vez que é a cidade que tem mais visibilidade ao longo do livro III devido à importância desse centro urbano. Espera-se que uma abordagem dessa natureza possa

¹ Para uma discussão mais detalhada sobre os diferentes nomes desse espaço, conferir Silva (2019), capítulos 1 e 2.

² Para mais detalhes sobre este tema, conferir Escacena e Beltrán (2007).

³ Para mais detalhes sobre este tema, conferir Celestino e López-Ruiz (2016).

⁴ Em 2018, foi publicado o livro *Roman Turdetania: Romanization, Identity and Socio-Cultural Interaction in the South of the Iberian Peninsula between the 4th and 1st centuries BCE*, organizado pelo pesquisador Gonzalo Cruz Andreotti, cujos capítulos abordam essa temática.

⁵ Neste artigo, opta-se pelo uso do topônimo moderno Cádiz, para evitar quaisquer confusões na análise. A cidade originalmente chamava-se *Gadir* que, em fenício, significava “fortaleza”, ou “área murada”. As fontes em grego utilizam largamente o nome *Gadeira*. Os escritos em latim apresentam a denominação *Gades*. Atualmente, encontramos duas grafias reconhecidas para o português: Cádiz ou Cádis, ambas derivando do árabe *Qādis*.

contribuir com os estudos das transformações ocorridas nas terras circundantes do Mar Mediterrâneo no final do primeiro milênio a.C.

Turdetânia e Cádiz ao final do primeiro milênio a.C.

Nos momentos finais do primeiro milênio antes de nossa era, um projeto de descrição do “mundo conhecido” (a *oikoumene* grega) era arquitetado por um estudioso nascido ao sul do Mar Negro. Estrabão e sua *Geografia* seguiam uma longa tradição de composição de grandes narrativas (históricas, geográficas, mitológicas, etnográficas⁶ sobre partes do mundo – para os mais audaciosos, sobre o mundo inteiro –, produzidas em língua grega (e posteriormente em latim) desde o final do Período do Bronze e o início do Período do Ferro. Para Estrabão, seu trabalho pertencia aos da linhagem de escritores como Homero e Políbio e seria útil, principalmente, para estadistas (πολιτικός) e homens educados em geral.

Dentro desta lógica, a imagem que Estrabão pinta da cidade de Cádiz ao final do primeiro milênio a.C. era: famosa pela produção de produtos derivados da pesca, pela confecção de navios, e pelo templo de Melqart, entidade semita frequentemente associada a Héracles;⁷ Cádiz era, ainda, costumeiramente utilizada pelas fontes escritas como referência do Extremo Ocidente.⁸ Contudo, ele também ressalta um aspecto importante, que é a estreita relação dos seus habitantes com Roma: a amizade entre essas cidades é colocada como um dos motivos da prosperidade da ilha (Estrabão, *Geographia*, III, 1, 8).

Uma singularidade da apresentação dessa cidade na *Geografia*, de Estrabão, é o fato de ela aparecer tanto na descrição da Turdetânia (capítulos 1 e 2 do livro III, que trata da Península Ibérica) quanto na parte dedicada às ilhas (capítulo 5 do mesmo livro). Voltaremos a esse tópico mais adiante, porém, tenhamos em mente o seguinte: nos dois primeiros capítulos, Cádiz é sempre descrita em relação direta com o interior da região – é, por exemplo, considerada pelo geógrafo uma das cidades mais importantes da Turdetânia, juntamente com Córdoba (Estr., *Geo*, III, 2, 1). Já no capítulo 5, a história da cidade é mais bem detalhada, assim como são destacadas algumas de suas especificidades e qualidades. Cádiz é, sem dúvida, a cidade mais bem descrita no livro dedicado à Península Ibérica, e a importância dos romanos nas transformações pelas quais ela passa na época de Estrabão é bastante ressaltada pelo autor. Como veremos mais adiante, neste artigo, não é comum encontrar fontes que conectem Cádiz

⁶ Sobre esse tema, ver Clarke (1999), Dueck (2002) e Promtera (2007).

⁷ Sobre a relação entre Héracles e Melqart, cf. capítulo 9 de Malkin (2011), capítulo 7 de Mierse (2012) e, principalmente, Mierse (2004).

⁸ Cidades eram localizadas a partir da sua distância para Cádiz ou do tempo de viagem entre elas.

e Roma. A primeira aparece citada em vários contextos por fontes distintas, mas apenas em algumas delas o contato com a segunda é enfatizado.

Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*, 3, 3), é uma destas exceções. Ao descrever a província da Bética – “a mais rica em cultivo e fertilidade de todas as províncias” –, ele apresenta a divisão administrativa romana, que consiste em quatro jurisdições ou conventos: Cádiz, Córdoba, Ástigis e Híspalis. Vejamos:

À jurisdição de Cádiz pertencem Regina, com cidadãos romanos, Laepia Regia com cidadãos latinos, Carisa de sobrenome Aurelia, Urgia de sobrenome Castrum Julium, e Caesaris Salutariensis; as cidades tributárias de Besaro, Belippo, Barbesula, Blacipo, Baesippo, Callet, Cappacum, Oleastro, Iptuci, Ibrona, Lascuta, Saguntia, Saudo, Usaepo (Plin., *Nat. Hist.*, III, 1).

Aqui, vemos Cádiz imersa no sistema administrativo que os romanos vinham implementando na região desde, pelo menos, o século II a.C. Escrevendo no século I d.C., pouco mais de 70 anos depois de Estrabão,⁹ Plínio apresenta a cidade dos gaditanos como a capital da jurisdição/convento que comporta as cidades atlânticas da Bética. Ademais, define-a como uma das cidades mais importantes da província mais rica do Império.

A marcante presença romana nos trabalhos de Estrabão e Plínio não é, obviamente, coincidência. Trata-se de duas obras grandiosas (em fôlego e importância): a primeira, uma grande descrição do mundo conhecido até aquele momento, e a segunda, uma narrativa que sintetiza o conhecimento humano. Ambos os trabalhos são influenciados por uma visão ecumênica do poder romano que pode ser identificada em outros autores contemporâneos – e mesmo anteriores. Essa característica é fundamental para a compreensão da relação que propomos, uma vez que, pelo menos desde Políbio, no século II a.C., o poder romano era tido como (ou, ao menos, estava em vias de tornar-se) hegemônico e viabilizador do conhecimento pleno da *oikoumene*.¹⁰ Assim sendo, uma análise cuidadosa das obras que nascem à luz desse processo é essencial para se pensar a relação entre Cádiz e o poder romano.

Cádiz é, ao menos para Estrabão e Plínio, uma cidade que não pode ser estudada isoladamente, pois, em última instância, apresenta forte relação com Roma, mas também porque exibe papel estratégico no espaço da Turdetânia (ou da Bética, em Plínio). Além disso, essa cidade tem uma ancestralidade exótica digna de ser notada – fundada por habitantes da cidade fenícia de Tiro, é bastante identificada como morada mitológica

⁹ Sobre a data de produção da *Geografia*, de Estrabão, assim como de seu nascimento e morte, ver síntese nossa em Silva (2013, p. 46-76). Para debates mais específicos, Jones (1960), introdução da tradução da *Loeb Classical Library*; Lasserre e Aujac (1969), introdução à tradução da *Les Belles Lettres*; Pothecary (1999; 2002); e Dueck (2002).

¹⁰ Ver Cruz Andreotti (2015, p. 280-285) e Clarke (1999, p. 117-120).

de Gerião – e fora quartel general dos cartagineses sob comando da família Barca, momentos antes da Segunda Guerra Púnica. Essas são apenas algumas características atribuídas à cidade por diferentes fontes escritas que antecedem Estrabão.¹¹ Portanto, uma investigação mais detalhada do lugar que Cádiz ocupa na descrição que Estrabão faz da Turdetânia pode ajudar a compreender não só as dinâmicas locais dessa parte da península, mas também a articulação dessas localidades com fenômenos mais globais.

A Turdetânia em Estrabão

Junto com o destino feliz de seu país, as qualidades de gentileza (*τὸ ἥμερον*) e civilidade (*τὸ πολιτικὸν*) chegaram aos Turdetanos; e também para os povos celtas, por serem vizinhos dos turdetanos, como Políbio disse, ou então por causa de seu parentesco; mas menos os povos celtas, porque na maior parte vivem em meras aldeias (*τὰ πολλὰ γὰρ κωμηδὸν ζῶσιν*). Os turdetanos, no entanto, e particularmente aqueles que vivem perto do Baetis, mudaram completamente para o modo de vida romano (*τὸν Ῥωμαίων μεταβέβληνται*), nem mesmo se lembrando mais de sua própria língua. E a maioria deles tornou-se latinos e receberam romanos como colonos, de modo que não estão longe de serem todos romanos (*ῶστε μικρὸν ἀπέχουσι τοῦ πάντες εἶναι Ῥωμαῖοι*). E as atuais cidades estabelecidas em conjunto, Pax Augusta na região celta, Augusta Emerita no país dos turdulianos, Cesar-Augusta perto de Celtiberia e alguns outros assentamentos, manifestam a mudança nos modos de vida civil acima mencionados. Além disso, todos os ibéricos que pertencem a esta classe são chamados de 'Togati'. E entre estes estão os celtiberos, que já foram considerados os mais brutos de todos (Estr., *Geo.*, III, 2, 15).

Estrabão buscava atualizar os dados fornecidos por Políbio. Essa afirmação fica evidente no excerto anterior, que encerra a descrição da Turdetânia na *Geografia*, de Estrabão. A Turdetânia polibiana é marcada por uma população que adota um estilo de vida adequado aos seus olhos: as expressões utilizadas – *τὸ ἥμερον* e *τὸ πολιτικὸν* – remetem a uma vida ordeira, domesticada, segundo as regras da *pólis*.¹² Essa análise é corroborada pela característica que é apresentada para aqueles que ainda não vivem aquela vida: *γὰρ κωμηδὸν ζῶσιν*, isto é, que vivem em vilas. Políbio enxergava e descrevia

¹¹ Para a análise de outras fontes que mencionam e/ou descrevem a Turdetânia e Cádiz, conferir o capítulo 2 de Silva (2019).

¹² Para L. A. Thompson (1979), em *Strabo on Civilization*, há uma graduação nos níveis de desenvolvimento de um povo aos olhos de Estrabão, que consiste em um "processo gradual de melhoria nas maneiras e modo de vida" (*τῶν ἥθῶν καὶ τῶν βίων*) e "organização sociopolítica" (*βίων καὶ πολιτειῶν*) dividido em três etapas: rústico, semirrústico e urbano. "Os atributos de uma sociedade civilizada assim consistem em certo padrão de cultura material e moral e cultivo social (*τὸ ἥμερον*) combinado com traços sociais particulares que surgem somente do processo de viver em conjunto em cidades (*τὸ πολιτικῶν*)" (THOMPSON, 1979, p. 221). Para o autor, na *Geografia*, *τὸ ἥμερον* seria o estágio imediatamente anterior ao *τὸ πολιτικῶν*, a primeira caracterizada pela organização da natureza e cultivo, a segunda por articular esse estágio à vida na *polis*.

a Turdetânia como um espaço que abraçara um estilo de vida reconhecido por ele como bom, adequado a seres humanos e presente em seu referencial de mundo.

Em seguida, temos a atualização das informações, promovida por Estrabão: os turdetanos tornaram-se romanos – τὸν Ῥωμαίων μεταβέβληνται. O autor continua sua descrição apresentando alguns dos elementos dessa transformação: esse povo, no tempo de Estrabão, fala a língua dos romanos, e esqueceu a sua completamente; ganhou os direitos das comunidades latinas e recebeu colonos romanos, fatos que, aos olhos de Estrabão, o tornaram quase romano por completo – ὥστε μικρὸν ἀπέχουσι τοῦ πάντες εἶναι Ῥωμαῖοι. Por fim, o geógrafo apresenta o motor dessas transformações: as cidades fundadas pelos romanos. Para esses e outros dados, Estrabão (*Geo.*, I, 2, 1) não sente necessidade de informar sua fonte, pois, em sua opinião, as conquistas de romanos e partas forneciam novas notícias para serem incorporadas ao conhecimento disponível.¹³

Esse mesmo movimento de incremento do relato de Políbio pode ser visto em Estrabão (*Geo.*, III, 1, 6), num trecho em que inicia sua descrição da Turdetânia.¹⁴ De fato, vemos Estrabão fazer o mesmo com Posidônio (séc. II a.C.) e Artemidoro (séc. I a.C.) em outras partes da *Geografia*, particularmente no terceiro livro, que descreve a Ibéria – e, consequentemente, onde encontra-se a descrição da Turdetânia. Essa constatação de uma das estratégias de escrita de Estrabão é extremamente importante: o geógrafo insere-se, continuamente, em uma linhagem de autores que descreve o mundo ao seu tempo.

A *Geografia* de Estrabão é composta, no total, por dezessete livros que pretendem analisar todo o mundo habitado. Os dois primeiros livros trazem discussões teóricas e de método sobre geografia, e os outros quinze livros apresentam relatos, descrições e reflexões preciosas, incluindo aspectos físicos, econômicos e humanos de várias partes do globo.¹⁵ As menções a Cádiz e à Turdetânia estão quase todas concentradas no livro III, que é organizado em cinco capítulos – se levarmos em consideração a divisão tradicional livro/capítulo/parágrafo.¹⁶ Entretanto, Estrabão divide a península em quatro espaços

¹³ No original: "Atualmente, as conquistas dos romanos e dos partas acrescentaram muito ao nosso conhecimento, que (como foi bem observado por Eratóstenes) foi consideravelmente aumentado pela expedição de Alexandre" (*Geo.*, I, 2, 1).

¹⁴ No original: "Eles chamam o local de Baetica por causa do rio, e também Turdetânia por causa de seus habitantes; no entanto, eles chamam os habitantes de turdetanos e turdulianos, alguns acreditando que são a mesma pessoa, outros que são diferentes. *Entre os últimos está Políbio, pois ele afirma que os turdulianos são vizinhos dos turdetanos no norte; mas no momento, não há distinção a ser vista entre eles*" (*Estr.*, *Geo.*, III, 1, 6, grifo nosso). Sobre a questão do "presente" em Estrabão, ver Clavel-Leveque (1974).

¹⁵ O livro III apresenta a Ibéria; o livro IV, a Gália e a Bretanha; Itália e Sicília nos V e VI; o livro VII, as regiões ao norte e ao sul do rio Danúbio, como Espiro, Macedônia, Trácia e Ilíria; Peloponeso, sul, centro e ilhas da Grécia nos VIII, IX e X; o livro XI traz do começo da descrição da Ásia, áreas ao norte dos montes Tauro, assim como a Partia, a Média e a Armênia; península da Ásia Menor nos livros XII, XIII e XIV; o livro XV, a Índia e Pérsia; áreas entre a Pérsia, o Mediterrâneo e o mar Vermelho no XVI; por fim, Egito e Líbia no XVII.

¹⁶ Há duas propostas de organização interna dos livros: a mais antiga sendo a da versão parisiense feita em 1620 por

distintos: Turdetânia; Lusitânia; Costa Mediterrânea e seu interior; e as Ilhas. Praticamente temos um capítulo para cada região, com exceção da Turdetânia, que é descrita em dois capítulos. Formalmente, Cádiz está descrita no capítulo 5, junto com as ilhas. Todavia, ocupa posição central na descrição da Turdetânia nos capítulos 1 e 2. Esse aspecto é importante para a análise que propomos aqui.

O capítulo 1 é dividido em nove parágrafos, sendo que os três primeiros são destinados a apresentar o livro III de forma mais generalizada, com uma descrição geral dos limites da Península Ibérica, tal qual a formação de um quadro universal para ela. Estrabão afirma que se trata da região mais a oeste da *oikoumene*, e que possui basicamente um norte frio e inóspito, montanhoso e com solo pobre; e um sul bastante fértil (Estr., *Geo.*, III, 1, 3).

O restante do capítulo é dedicado a descrever, em detalhes, a Turdetânia. Começando pela caracterização do litoral, o autor apresenta os limites desse espaço como sendo a Oeste o Cabo Sagrado e, a Leste, os Pilares de Hércules – sendo a cidade de Calpe, a “antiga e importante estação naval dos Íberos” (Estr., *Geo.*, III, 1, 7), a última antes da Oretânia – que separa a Turdetânia do litoral mediterrâneo. A Turdetânia é abastecida pelos dois maiores rios da península, segundo Estrabão: o Anas (Guadiana) e o Baetis (Guadalquivir). A importância deste último faz com que alguns chamem a região de Bética, enquanto outros preferem Turdetânia por conta do povo que a habita, que Estrabão classifica como o mais sábio da Ibéria, pois possuía um alfabeto próprio com o qual suas histórias antigas, seus poemas e suas leis eram registrados (Estr., *Geo.*, III, 1, 6).

A descrição começa pela apresentação de algumas histórias que Artemidoro coletara quando esteve no Cabo Sagrado, prontamente refutadas a partir de contrapontos apresentados por Posidônio – também uma testemunha ocular, pois passara trinta dias em Cádiz (Estr., *Geo.*, III, 1, 5). Estrabão, em seguida, apresenta os rios que formam e abastecem a região, detalhando os seus cursos. Ele também afirma que, entre o rio Tagus (Tejo) e o Anas (a fronteira setentrional da Turdetânia), é possível encontrar alguns lusitanos e celtas que os romanos assentaram próximos à margem do primeiro rio, estando, portanto, fora da Turdetânia.

Nas partes III, 1, 7; III, 1, 8 e III, 1, 9, o litoral entre o Cabo e os Pilares de Hércules é descrito. A costa é uma região rica na produção de peixe salgado, e em entrepostos comerciais, como Menlaria e Belon. Há, ainda, a cidade de Cádiz, cidade extremamente

Causabon, que não separa o texto em seções, mas sim a numeração de suas páginas é utilizada para localizar determinado trecho – normalmente indica-se com uma letra C maiúscula acompanhada do número da página se pretendemos citar um trecho desta versão. A divisão em capítulos e seções originou-se em 1763, na edição de Bréquigny. Ela tem sido a mais utilizada nos últimos anos por conta da sua praticidade, uma vez que cada citação vem acompanhada de três números em sequência, representando, respectivamente, o livro, o capítulo e a seção.

rica, mas que fica em uma ilha afastada do continente (Estr., *Geo.*, III, 1, 8) – e, como vimos anteriormente, as ilhas são descritas com mais detalhes no capítulo cinco. Ao finalizar o primeiro capítulo, Estrabão (*Geo.*, III, 1, 9) apresenta o restante do litoral, na direção Sul (Pilares)/Noroeste (Cabo Sagrado), destacando o porto e o templo de Menesteus, os estuários de Asta e Nabrisa – duas cidades importantes do litoral –, além da cidade de Ebura e o santuário de Fósforo-Artêmis. Surge, assim, um quadro que aponta para o comércio como principal meio de produção de riqueza na região costeira.

O capítulo 2 também é dedicado à Turdetânia, entretanto, a narrativa agora se desloca para o interior. Estrabão começa apresentando as fronteiras internas da Turdetânia, que são a Oeste e a Norte o rio Anas; a Leste a Carpetânia e a Oretânia; e ao Sul sua própria costa. O começo do capítulo retoma uma descrição mais geral desta *χώρας*,¹⁷ onde ele afirma existir mais de duzentas cidades (Estr., *Geo.*, III, 2, 1). As maiores estão, segundo o autor, localizadas nas margens dos rios, nos estuários ou próximas ao mar. As mais importantes, entretanto, são Córdoba – fundada, segundo o geógrafo, por Marco Cláudio Marcelo (século II a.C.) – e Cádiz. Aqui, esta última é considerada importante por conta do comércio que realiza e, também, pelo contato com os romanos; em capítulos posteriores esses atributos são pormenorizados. Cádiz, portanto, é apresentada como uma das duas cidades mais importantes desse espaço.

Há, ainda, a menção à cidade de Hispalis, importante colônia romana e centro comercial de toda Turdetânia – atual Sevilha. Estrabão nomeia uma série de outras *póleis* que são importantes devido à sua proximidade com o rio Baetis – central para a organização espacial que ele constrói. Diferentemente do litoral, acontecimentos relacionados a Roma aparecem para historicizar o interior, pois a maioria das cidades que Estrabão lista foram palco das derrotas de Pompeu na guerra contra César (Estr., *Geo.*, III, 2, 2). É importante ressaltar, nessa altura da análise, que, enquanto a narrativa litorânea é toda contrastada com fontes de períodos anteriores, o interior está quase sempre associado a Roma, e os dados são os mais recentes que Estrabão julgou obter. Há ainda todo um trecho dedicado aos rios Anas e Baetis, sendo que este último exerce importante papel de navegação e contato na região. Além de torná-la “a mais fértil do mundo” (Estr., *Geo.*, III, 1, 6), o Baetis é um facilitador natural que conecta o litoral (especialista em navegação, comércio e produção de derivados de peixes) ao interior (rico em minérios) (Estr., *Geo.*, III, 2, 3).

Podemos dizer que, para Estrabão, os motivos que fazem da Turdetânia um espaço tão rico são: sua fácil locomoção e a possibilidade de obtenção de produtos na terra e no mar e/ou de retirá-los das montanhas para exportá-los facilmente. Já no final do relato

¹⁷ Para uma discussão detalhada sobre a tradução de *χώρας* como “espaço”, ver Silva (2022).

sobre a região, ele afirma que fora essa riqueza que atraíra primeiro os fenícios para lá, frisando que eles ainda habitavam a região em seus dias (Estr., *Geo.*, III, 2, 13). Segundo o geógrafo, essa riqueza também já chamara a atenção de Homero, que ouvira, dos fenícios, relatos de um povo riquíssimo chamado Tartessos ocupando a região (Estr., *Geo.*, III, 2, 13). Homero também era a fonte de Estrabão para saber que Héracles lá estivera, e uma série de coincidências entre os relatos de Odisseu e nomes da região o levavam a acreditar que este último também a visitara (Estr., *Geo.*, III, 2, 13). Para Estrabão (*Geo.*, III, 2, 14), os fenícios eram bons informantes, pois haviam se instalado na região muito antes de os gregos saberem de sua existência, e de lá só saíram depois que os romanos destruíram sua hegemonia na região, quando da guerra contra os Bárcidas – estes atraídos à Turdetânia em busca de metais preciosos. Podemos, então, perceber que esses dois importantes parágrafos (Estr., *Geo.*, III, 2, 13; III, 2, 14) formam o bloco que apresenta o passado greco-fenício – especialmente do litoral –, cantado por Homero e pelos poetas que o seguiram, fontes respeitadas e defendidas por Estrabão.

Em termos gerais, podemos dizer que há uma separação metodológica entre litoral e interior da Turdetânia, mas também uma especialização de cada uma das partes desse espaço: a primeira voltada ao mar e a segunda à produção da terra (agricultura e metais preciosos).¹⁸ Dessa forma, Estrabão (*Geo.*, III, 2) constrói a descrição de tal maneira que aquilo que a torna única e diferente do resto da Ibéria é, primeiro, a existência dessas duas formas de riqueza combinadas e, segundo, a existência de muitos rios navegáveis e baías que facilitam o comércio e o contato com o interior.

A análise dos dois capítulos nos mostra que os romanos estão ligeiramente mais presentes na descrição do interior do que na do litoral e, temporalmente, dominam o presente da análise.¹⁹ Além disso, Estrabão faz questão de frisar que um grupo, em particular, adotara o modo de vida dos romanos: os que viviam às margens do Baetis (οἱ μέντοι Τουρδητανοὶ καὶ μάλιστα οἱ περὶ τὸν Βαῖτιν τελέως εἰς τὸν Ἐρμαίων μεταβέβληνται), que, dentro da narrativa, têm função principal de mediar a relação entre o litoral e as montanhas produtoras de metais preciosos. Entretanto, a presença de fenícios e gregos

¹⁸ No original: “Da Turdetânia são exportadas grandes quantidades de grãos e vinho, além de azeite, não só em grandes quantidades, mas também da melhor qualidade. Além disso, cera, mel e piche são exportados de lá, e grandes quantidades de carmesim e ocre vermelho que não são inferiores à sinópia. E eles constroem seus navios lá com madeira nativa; e eles têm pedreiras de sal em seu país, e não poucos riachos de água salgada; e não sem importância, também, é a indústria de salga de peixe que é praticada, não apenas neste condado, mas também no resto da costa fora dos Pilares; e o produto não é inferior ao do Ponto” (Estr., *Geo.*, III, 2, 6). E: “Embora o referido país tenha sido dotado de tantas coisas boas, ainda assim pode-se saudar e admirar, não menos, mas acima de tudo, sua riqueza natural em metais.” (Estr., *Geo.*, III, 2, 8).

¹⁹ Sobre a questão temporal na obra de Estrabão, cf. Clavel-Leveque (1974) para um estudo do contraste das expressões πρότερον (outrora) e νῦν (hoje em dia), e Pothecary (1997) para um estudo pormenorizado sobre a expressão καθ ημάς (“em nosso tempo”).

também é marcante em ambas as partes desse espaço, tanto fundando cidades no litoral, quanto mediante histórias sobre grandes figuras mitológicas que o visitaram.

Assim como Cádiz, outras ocupações litorâneas são de origem fenícia (Estr., *Geo.*, III, 2, 13) – povo este que Estrabão também considera civilizado.²⁰ Tendo isso em mente, podemos inferir que, não obstante a ação efetiva de Roma nas transformações recentes do interior, o processo que levou esta região a tornar-se civilizada ($\tau\circ\pi\circ\lambda\circ\tau\circ\kappa\circ\kappa\circ\nu$) e gentil ($\tau\circ\eta\circ\mu\circ\rho\circ\nu$), no litoral ou no interior, não é fruto exclusivo dos esforços italiotas.

Nesse quadro geral da Turdetânia apresentado por Estrabão, em que litoral e interior estão integrados, Cádiz – juntamente com outras cidades, todas elas localizadas próximas a vias aquáticas (rio e mar) –, apresenta um papel de articuladora das duas partes do espaço. Mas, se esse é o papel desempenhado pela cidade portuária fenícia quando o geógrafo descreve a paisagem da Turdetânia, será possível encontrarmos uma explicação do autor para esse protagonismo (que, lembramos, é dividido com outras cidades)?

Cádiz em Estrabão

Com relação especificamente a Cádiz, o geógrafo deixa claro que esta cidade deve ser propriamente descrita nos capítulos posteriores, no entanto, nos capítulos 1 e 2 ela nos é apresentada da seguinte forma:

Em seguida aparece Cádiz ($\Gamma\circ\delta\circ\epsilon\circ\rho\circ\alpha$), uma ilha separada da Turdetânia por um estreito, e distante de Calpe aproximadamente setecentos e cinquenta estádios (embora alguns digam ser oitocentos). Essa ilha não apresenta diferença nenhuma com relação às demais, exceto que, por conta da ousadia de seus habitantes como marinheiros, e em razão de sua amizade com os romanos, ela avançou tanto em todos os tipos de prosperidade que, embora situada no extremo da Terra, é a mais famosa das ilhas (Estr., *Geo.*, III, 1, 8).

Essas são características que Estrabão atribui a Cádiz e que reaparecem quando ele descreve a cidade no capítulo 5. Ainda assim, é importante ressaltar que ela é colocada em uma perspectiva global e é reconhecida como uma das mais importantes, devido à sua dedicação aos assuntos náuticos e ao seu contato com Roma. Em todos os trechos da descrição da Turdetânia em que a cidade é mencionada, Cádiz nunca é apartada da análise deste espaço, estando completamente inserida nos assuntos relativos a ele.

²⁰ Nos termos colocados por Thompson (1979), os fenícios podem ser classificados como civilizados da última etapa da linha evolutiva ($\tau\circ\pi\circ\lambda\circ\tau\circ\kappa\circ\kappa\circ\nu$), pois vivem em cidades, mas também são notórios produtores de conhecimento, por exemplo sobre geometria, que desenvolveram por conta do comércio (Estr., *Geo.*, III, 1, 3).

No capítulo 5, as ilhas próximas à Península Ibérica são apresentadas e descritas. Todavia, dos onze parágrafos que o compõem, oito descrevem Cádiz. Temos, então, que essa parte da obra de Estrabão (Estr., *Geo.*, III, 1, 8) é dedicada quase exclusivamente à “mais famosa das ilhas” (όνομαστοτάτη τῶν ἀπασῶν ἔστιν). Vejamos, pois, como ele é estruturado.

Os dois primeiros parágrafos descrevem as ilhas Pitiusas e as Giminésias – que formam o que conhecemos hoje por Ilhas Baleares. Em seguida, do terceiro ao décimo parágrafo, Estrabão descreve Cádiz. Em linhas gerais, observamos que o autor divide a análise em três momentos: i) o presente de Cádiz e a forte presença de Roma na descrição (Estr., *Geo.*, III, 5, 3); ii) a história da fundação da cidade e sua relação com a lenda de Héracles (Estr., *Geo.*, III, 5, 6); e iii) comentários sobre duas grandes curiosidades da ilha: os poços que funcionam ao contrário das marés e uma árvore cuja raiz fornece um líquido vermelho e o tronco, um branco (Estr., *Geo.*, III, 5, 10).

O presente de Estrabão é aquele em que Roma desempenha um papel essencial. Uma das fontes explicitadas pelo autor para apresentar dados demográficos da cidade – Cádiz perderia em número de habitantes somente para Roma, e teria entre os seus cidadãos aproximadamente 500 cavaleiros/equestris gaditanos – é um censo do qual ele recebeu relatos (Estr., *Geo.*, III, 5, 3). Ademais, segundo Estrabão (Estr., *Geo.*, III, 5, 3), quando não estão no mar, alguns gaditanos “passam um tempo em Roma”.

Os gaditanos da época da composição da *Geografia* viviam em uma cidade formada por dois centros urbanos, um antigo de fundação tária e um novo fundado por L. Cornélio Balbo²¹ – também responsável por construir um porto localizado no continente, em frente à ilha.²² Porém, apesar de a cidade ser nova e bastante populosa, Estrabão (Estr., *Geo.*, III, 5, 3) chama a atenção, mais de uma vez, para o fato de os gaditanos viverem grande parte do tempo no mar. Essa especificidade dos gaditanos nos leva à caracterização mais interessante feita pelo autor:

Aqui vivem os homens que equipam os melhores e maiores navios mercantes, tanto para o Nosso Mar como para o mar externo, embora, em primeiro lugar, não seja uma ilha grande. Eles vivem e, em segundo lugar, não ocupam muito do continente oposto à ilha e, em terceiro lugar, não estão bem nas posses de outras ilhas (Estr., *Geo.*, III, 5, 3).

²¹ As informações fornecidas por Estrabão sobre Balbo são muito restritas. Além de ser evergeta, é dito que ele ganhara um triunfo. Contudo, sabemos algumas outras informações sobre Balbo por conta de um famoso discurso proferido por Cícero, em 56 a.C., em sua defesa – o gaditano havia sido acusado de usurpar a cidadania romana. Mais adiante, apresentaremos uma breve análise e algumas impressões desse discurso e de outros aspectos relacionados a L. Cornélio Balbo.

²² Possivelmente, o *Portus Gaditanus*, hoje conhecido como Puerto Real.

Aqui, lê-se Cádiz como um grande centro de produção e transporte em larga escala e de grandes distâncias. Para Estrabão, os gaditanos de seu tempo são reconhecidos pelo desinteresse pela terra (uma vez que conseguem viver em uma pequena ilha sem se interessarem pelo controle da porção continental próxima) e, especialmente, pela dedicação aos mares, tanto produzindo navios que fazem o percurso entre o Mediterrâneo e o Atlântico, quanto navegando-os.

O segundo momento da descrição é marcado pela análise que Estrabão faz das histórias associadas à fundação de Cádiz. A escolha do vocábulo “análise” é proposital, pois não se trata de uma narrativa ou mera reprodução de uma lenda. O autor da *Geografia* confronta uma série de fontes que narram a fundação da cidade e analisa a validade e a relevância de informações trazidas por diferentes autores – tanto da fundação em si quanto de histórias relacionadas.

O primeiro interesse de Estrabão é com relação à famosa confusão que autores antigos faziam com os nomes da região. Ao mencionar Ferécides de Leros (século V a.C.), Estrabão afirma que este teria identificado, em Cádiz, a morada de Gerião e seus rebanhos, associando esta cidade à Eriteia. Ele, porém, compara essa afirmação às de outros autores que identificam uma ilha próxima a Cádiz com as terras em que Héracles roubou o rebanho do gigante, pois, segundo ele, tratava-se de uma região voltada ao pastoreio e conhecida pelo queijo produzido.

Na sequência, Estrabão abre espaço para a lenda de fundação contada pelos próprios gaditanos. Três expedições teriam saído de Tiro, no Levante, em busca dos Pilares de Héracles (*Ηρακλέους στήλας*) para fundar uma colônia (*ἀποικίαν*). Estrabão escreve que as duas primeiras tentativas fracassaram após os sacrifícios oferecidos não terem se mostrado favoráveis. Somente a terceira expedição se mostrou viável e os homens que a conduziram fundaram o templo de Héracles na parte leste e a cidade a oeste da ilha (Estr., *Geo.*, III, 5, 5). Estrabão faz aqui o detalhamento de um daqueles predicados mais comumente atribuídos ao Extremo Ocidente, que é a frequente presença fenícia no território. O que torna este comentário ainda mais relevante é sua fonte: o povo gaditano. Estrabão lhes dá ouvidos – sem mencionar, entretanto, como os relatos chegaram até ele –, para esse e outros assuntos relevantes.

A partir desses relatos locais, Estrabão promove um debate sobre os Pilares de Héracles. Ele afirma que, para alguns, eles se encontram em Calpe, para outros, em Cádiz, e há ainda aqueles que acreditam estar ainda mais distante do que Cádiz. O debate que tal questão suscita é mais interessante pelas fontes que Estrabão traz para seus leitores do que pelos argumentos e conclusões em si, em razão da interlocução estabelecida com seus antecessores. Segundo Estrabão: Artemidoro (séc. II a.C.) e outros autores defendem

que os Pilares se encontram em ilhas no Atlântico, como a ilha de Hera; Dicearco (séc. IV a.C.), Eratóstenes (séc. III a.C.), Políbio, e a maioria dos gregos identificam as cercanias do estreito como o local dos Pilares; há aqueles que acreditam que Píndaro (séc. V a.C.) teria chamado de “portais de Cádiz” duas ilhas que seriam identificadas como os Pilares; Iberos e Líbios acreditam que os verdadeiros Pilares se encontram dentro do Templo de Héracles, e possuem duas grandes inscrições de bronze em que constam os custos de produção do templo; Posidônio (séc. II a.C.) acredita nesta última versão, apesar de achar que as histórias sobre as expedições são mentirosas. Essa parte do capítulo demonstra que o espaço que aqui nos interessa era objeto de debate não só de Estrabão, mas também de grande parte da intelectualidade imediatamente anterior a ele.

O parágrafo III, 5, 6 é uma continuação dessa questão, com Estrabão deslocando o debate para o que caracterizaria um monumento. Há ainda uma tentativa de Estrabão de discutir os possíveis significados de Pilares. Ao final, ele retoma a expressão de Píndaro sobre os “portais de Cádiz” para dizer que ela não se sustenta, uma vez que a ilha não se encontra em uma posição geográfica que denota o fim de um caminho, “ao contrário, está localizada no centro de uma longa costa que forma uma baía” (Estr., *Geo.*, III, 5, 6).

O terceiro e último aspecto destacado por Estrabão diz respeito a uma peculiaridade do templo de Héracles que chama a atenção não apenas desse geógrafo, mas também de muitos outros filósofos: os poços que funcionavam inversamente às marés. Segundo Estrabão, fazendo referência a Políbio, havia, no templo, alguns poços que enchiam quando a maré baixava e esvaziavam na maré alta. Políbio, Artemidoro, Silano e Posidônio tiveram suas análises do caso apresentadas por Estrabão, que tende a aderir às propostas do último. Nela, Posidônio, que passara trinta dias no templo de Héracles, em Cádiz, parte das explicações apresentadas pela população da cidade para elucidar o mistério. Os comentários que Posidônio tece acerca desse tema são, segundo Estrabão, uma mescla do conhecimento popular e das ideias de Seleuco de Selêucia (séc. II a.C.), que estudara o comportamento dos astros e sua influência nos movimentos das marés. Sobre esse assunto, o geógrafo de Amásia tende a aceitar as explicações de seu interlocutor, apesar de criticar alguns aspectos metodológicos de sua pesquisa.²³

Em suma, quando Estrabão trava esse longo debate com seus antecessores, ele, ao mesmo tempo, se coloca como fruto de uma tradição – à qual ele faz questão de aludir constantemente – e filho de seu tempo. Sua tradição é a de uma escrita em língua grega que seleciona aspectos míticos que buscam explicar determinadas características do mundo

²³ Estrabão critica Posidônio, entre outros motivos, por ele ser seletivo em relação às informações fornecidas pelos gaditanos, isto é, por aceitar como certas algumas, mas rejeitar outras que para Estrabão eram importantes.

e os mescla com conhecimentos práticos e os coloca para serem testados no crivo de uma lógica determinada pelo momento da escrita da obra. Essa tradição está intimamente ligada à vida em cidade que molda a lógica da escrita estraboniana – mas que também molda e moldava a de outros escritores de língua grega. Já a especificidade da *Geografia* se encontra na maciça presença de Roma no presente da análise. Em seu tempo, Políbio (*Historiae*, 1, 2; 1, 3) viu Roma unificar os dois polos do planeta e permitir uma melhor compreensão do quadro geral.²⁴ O presente de Estrabão fez emergir um olhar ainda mais apurado para todos os cantos do mundo conhecido, que, no caso da Turdetânia, destacava não só a existência de inúmeras cidades, mas também o seu funcionamento interno, e a sua articulação com um dos centros de atração desse processo de integração à vida mediterrânea.

Diferentes temporalidades de Cádiz e da Turdetânia

A narrativa mitológica apresenta uma função de referência temporal na descrição da Turdetânia de Estrabão. Ela não é tratada como uma fonte de informação de segunda ordem, “desatualizada” ou errada, mas constitui um momento no passado que ajuda a explicar o presente. Ela compõe a identidade que a Turdetânia assume aos olhos de Estrabão: a presença longeva de Héracles justifica e localiza o processo de integração desse extremo do mundo à vida mediterrânea das cidades.

Périplos e estudiosos alexandrinos são confrontados entre si e com os dados do presente da *Geografia* com o objetivo de construir um conhecimento novo que permita a audiência de Estrabão compreender os fenômenos do presente. Esses dados contemporâneos são majoritariamente romanos, mas não só. Quando Estrabão fala em “como dizem os gaditanos”, pode-se pensar em informações orais que circulam pelo Mediterrâneo, e com as quais este autor pode ter contato, sem nunca ter visitado a cidade. Se Políbio apresentava a Turdetânia como um espaço repleto de cidades, e Posidônio lembrava Estrabão (*Geo.*, III, 2, 9) das riquezas minerais que atraíam povos das mais distintas localidades para o extremo da *oikoumene*, é com este último que vemos Cádiz adotar um papel central na paisagem que se delineia. Observemos o seguinte

²⁴ No original: “Os romanos, todavia, sujeitaram ao seu domínio não algumas partes do mundo, mas aproximadamente todo ele, e possuem um império não apenas incomensuravelmente maior que qualquer outro anterior, mas sem possibilidade de comparação também no futuro. Ao longo dessa obra serão perceptíveis com maior clareza as várias etapas da consolidação desse poderio; perceber-se-ão também as muitas e importantes vantagens proporcionadas aos estudiosos pelo tratamento pragmático da história. [...] Até essa época os eventos mundiais tinham sido por assim dizer dispersos, pois não eram interligados por uma unidade de iniciativa, resultados ou de localização; desde essa época, porém, a história passou a ser um todo orgânico, e os eventos na Itália e na Líbia interligaram-se com os da Hélade e da Ásia, todos convergindo para um único fim” (Polib., *Hist.*, 1, 2; 1, 3).

parágrafo em sua quase totalidade, pois ele sintetiza algumas das colocações anteriores sobre a Turdetânia e sua relação com Cádiz:

Os antigos parecem ter chamado o rio Baetis de "Tartessus"; e ter chamado Cádiz e as ilhas adjacentes de "Eríta"; e esta deve ser a razão pela qual Estesícoro assim falou sobre o vaqueiro Geryon, ou seja, que ele nasceu "em frente à famosa Eríta, ao lado das ilimitadas fontes de prata do rio Tartessus, em uma caverna de um penhasco". Como o rio tinha duas fozes, uma cidade foi fundada no território intermediário em tempos antigos, diz-se, – uma cidade que se chamava "Tartessus", por conta do nome do rio; e o país, que agora é ocupado por Turdulianos, foi chamado de "Tartessis". Além disso, Eratóstenes diz que o país adjacente a Calpe é chamado de "Tartessis" e que Eríta é chamada de "Ilha Abençoada". Eratóstenes é contestado por Artemidoro, que diz que esta é outra afirmação falsa de Eratóstenes, como sua afirmação de que a distância de Cádiz ao Cabo Sagrado é de cinco dias de navegação (embora não seja mais de mil e setecentos estádios), e sua declaração de que as marés terminam no Cabo Sagrado (embora as marés ocorram em todo o circuito do mundo habitado), e sua declaração de que as partes do norte da Península Ibérica proporcionam uma passagem mais fácil para Céltica do que se você navegar até lá pelo oceano; e, de fato, todas as outras declarações que ele fez confiando em Píteas, devido às falsas pretensões deste último (Estr., *Geo.*, III, 2, 11).

O passado da Turdetânia apresentado na *Geografia* é intimamente ligado ao rio Guadalquivir (Baetis) e à exploração da prata. As referências que o geógrafo usa para a construção do passado dessa paisagem são compostas de relatos mitológicos/poéticos (Estesícoro, séc. VI a.C., neste parágrafo, assim como outros aparecem em outras seções), relatos oriundos de pérriplos (novamente na figura de Píteas, citado por Eratóstenes) e informações obtidas com os estudiosos alexandrinos. Cádiz exerce uma dupla função: é a referência do Extremo Oeste para cálculo de distâncias e também é indicada como o ponto de contato mais remoto com a região, pois os "antigos" conheciam o rio, o povo que habitava seus arredores e a cidade fenícia (ainda que o nome fosse dado a partir de pressupostos gregos). Isto é, rica em prata, a Turdetânia é construída como um espaço abundante em minerais que chamara a atenção de gregos e fenícios.²⁵

No presente da *Geografia*, como apresentamos antes, a produção é mais diversificada, e as cidades romanas dominam a descrição da paisagem turdetana. A riqueza da região ocorre pela associação entre qualidade da produção e vias de escoamento e comércio. No trecho que acabamos de analisar, o rio Baetis é citado, e nas análises que fizemos sobre Cádiz ele também aparece como importante conector do litoral com

²⁵ Ao analisar a obra como um todo, Catherine Clarke (1999, p. 301) aponta: "O passado é crucial, mas apenas na medida em que criou o mundo atual. Estrabão estava interessado em períodos do passado que transformaram espaços em lugares e lhes conferiram sua identidade atual." e acrescenta: "A história de cada lugar individual, que define sua identidade presente, chega até o próprio tempo de Estrabão e à relação do lugar com Roma" (CLARKE, 1999, p. 331).

o interior. Na *Geografia*, a fácil interação entre dois tipos de navegação, a fluvial e a marítima, faz da Turdetânia uma região desejada desde tempos remotos. Mas o presente vê o transporte terrestre, construído pelos romanos, ganhar um papel de relevância.

Antigamente, a estrada deve ter passado pelo centro desta planície e por Egelasta, uma estrada áspera e longa, mas *nos dias atuais* eles a fizeram seguir em direção às regiões costeiras, apenas tocando o campo *Spartarius*, mas levando ao mesmo lugar que a estrada anterior, ou seja, para as regiões ao redor de Castalo e Obulco; e através dessas cidades a estrada segue para Córdoba e Cádiz, o maior dos locais de comércio (Estr., *Geo.*, III, 4, 9, grifo nosso).

Da mesma forma que Cádiz era um dos elos de uma rede marítima que se juntava a uma rede fluvial, ela permanece sendo um elo da rede de transportes terrestres que os romanos levaram para a região. A importância do comércio para a formação do espaço turdetano pode ser vista também em outras fontes contemporâneas de Estrabão, como, por exemplo, Diodoro Sículo (séc. I a.C.).

Em sua *Biblioteca Histórica*, particularmente nos capítulos 35 e 36, Diodoro descreve os povos da Península Ibérica e, como uma de suas principais características, discorre sobre os trabalhos deles com prata e suas técnicas de exploração deste e de outros metais. Essa peculiaridade da região, segundo o autor, estimulou fenícios e romanos – em tempos distintos – a buscarem contato com os ibéricos:

Os nativos ignoravam o uso da prata, e os fenícios, enquanto realizavam seus empreendimentos comerciais e ficavam sabendo do que havia acontecido, compravam a prata em troca de outras mercadorias de pouco ou nenhum valor. [...] E o resultado foi que os fenícios, como no curso de muitos anos prosperaram muito, graças a esse tipo de comércio, enviaram muitas colônias, algumas para a Sicília e suas ilhas vizinhas, e outras para a Líbia, Sardenha e Ibéria (Diodoro, *Bibliotheca Historica*, 5, 35).

A base deste contato com os povos do interior em busca de metais era Cádiz, a mais importante fundação fenícia segundo o relato de Diodoro (*Bibl.*, 5, 20):

Os fenícios, que desde os tempos antigos faziam viagens continuamente para fins de comércio, plantaram muitas colônias em toda a Líbia e não poucas também nas partes ocidentais da Europa. E como seus empreendimentos correram de acordo com suas expectativas, eles acumularam grande riqueza e tentaram viajar além dos Pilares de Héracles para o mar que os homens chamam de oceano. E, primeiramente, sobre o próprio Estreito junto aos Pilares fundaram uma cidade nas costas da Europa, e como a terra formava uma península chamaram a cidade de Gadeira; na cidade eles construíram muitas obras apropriadas à natureza da região, e entre elas um templo caro de Héracles, e eles instituíram sacrifícios magníficos que foram conduzidos à maneira dos fenícios. E aconteceu que este santuário foi mantido com uma honra além do comum, tanto na época de sua construção quanto em dias comparativamente recentes, até mesmo em nossa própria época. Também muitos romanos, homens ilustres que realizaram

grandes feitos, ofereceram votos a este deus, e esses votos eles cumpriram após a conclusão de seus sucessos.

Muitas características da descrição que Estrabão faz podem ser encontradas aqui. O passado fenício de Cádiz, os Pilares de Hércules como referência para a fundação da cidade, o importante templo de Héracles e a forte relação com os romanos estão entre eles. Diodoro, no entanto, é mais pragmático com relação aos motivos da instalação fenícia, associando-a ao comércio e aos metais. Aquilo que parece inovador na análise da *Biblioteca Histórica* é uma aparente articulação entre o templo de Héracles e os negócios conduzidos a partir de Cádiz. Esse templo, como centro articulador das relações comerciais de uma região, é tema bastante comum na historiografia sobre a Antiguidade,²⁶ e demonstra que há uma relação de continuidade entre um passado fenício mais longínquo e um presente romano em que este povo tem uma função passiva e contemplativa da grandiosidade e importância de outrora.

Passado e presente da Turdetânia e de Cádiz se articulam de diversas maneiras e cumprem papéis distintos. O passado é estruturante na medida em que ele não é esquecido ou ignorado por Estrabão. As presenças fenícias e as referências mitológicas gregas são apresentadas com o objetivo de demonstrar o papel basilar que desempenharam esses povos na formação do presente descrito pelo geógrafo grego. Já no presente, em que romanos tomam a dianteira na construção de cidades e estradas que modificam a paisagem interiorana, Cádiz assume o papel de articuladora entre esse passado diversificado e o presente utilitarista da dominação romana. É por conta da tradição comercial e religiosa de Cádiz que a cidade assume papel central no sistema administrativo em gestação nos tempos de Estrabão.

A questão das diferentes temporalidades que aqui se analisa pode ser também discutida pela perspectiva de sua articulação com a intenção de Estrabão na composição de sua *Geografia*. Essa abordagem da obra é mais comumente encontrada em pesquisadores que estudam os 17 livros como um todo – diferentemente do que fazemos aqui, analisando apenas o livro III. Tomemos como exemplo Claude Nicolet (1991) e Catherine Clarke (1999).

Começando pelo historiador francês, ele atribui à *Geografia*, de Estrabão, e às demais fontes dos séculos I a.C. e I d.C. a função de propagandistas das conquistas do governo de Augusto. Ele ressalta a estreita relação entre conquista territorial e expansão do conhecimento do mundo, particularmente para gregos e romanos. Na sua visão, os périplos e as informações de terras distantes fornecidas por navegantes geram um tipo de conhecimento que dá lugar a grandes tratados científicos no período helenístico,

²⁶ Para o templo de Cádiz, cf. Mierse (2004; 2012).

alimentados de informações pelas expedições militares a partir de Alexandre. Nessa lógica, Roma e sua expansão a partir do século II a.C. é determinante para tal processo. Nicolet (1991, p. 30-31) identifica em Políbio as primeiras grandes manifestações de expressão do poder de Roma. Não se trata de dizer que Roma tenha dominado o mundo todo, mas era a única potência capaz de fazê-lo no momento.

Diante desse pano de fundo, o discurso de criação do espaço da Turdetânia na *Geografia* funcionaria como um instrumento importantíssimo para as pretensões do imperador de Roma. Quando discute o público de Estrabão e seus objetivos com a obra, Nicolet (1991, p. 73) aponta que “esta geografia é estritamente política e essencialmente destinada aos governantes, a fim de permitir-lhes um bom governo” – em uma leitura quase literal da escrita de Estrabão. O autor sugere que as frequentes constatações de Estrabão acerca do bom governo romano explicariam seu domínio do mundo, deixando bem clara a existência de uma simbiose entre conhecimento e poder, pois a obra de Estrabão “não é especialmente prática nem mesmo teórica; não é pública nem privada; mas sim todas essas juntas, pois conhecimento é necessário para se agir e, sem dúvida, entender deve preceder o dominar” (NICOLET, 1991, p. 73). Nesses termos, a obra de Estrabão seria fruto e propagadora de um projeto, de uma ideologia de dominação do mundo, sistematizada nas *Res Gestae*, simbolizada em diferentes níveis e por diferentes meios desde então. Estrabão está, para Nicolet, preso no presente de sua obra e tudo converge para os interesses desse período.

Katherine Clarke (1999, p. 204), por outro lado, argumenta que a *Geografia* não era um manual prático que poderia mostrar as distâncias do mundo para os romanos, mas sim um documento que se propunha a representar as transformações do mundo até aquele momento a fim de alertar os romanos sobre seus inimigos. Clarke (1999) parte da afirmação de que Estrabão estava preocupado com as transformações do mundo desde o passado até o presente, numa perspectiva de convergência do primeiro para o segundo. Assim sendo, ela observa duas dimensões temporais na *Geografia*: um tempo literário de uma tradição de escrever sobre as transformações do mundo, que começa com Homero e vai até ele; e o tempo das cidades e das não-cidades, em que o importante é, para as primeiras, as grandes crises que as transformaram naquilo que eram no tempo de Estrabão – os verdadeiros locais da civilização e da política –, e para as últimas, as mudanças nos costumes.

Apesar de o passado ser diretamente influenciado pelo presente – e um presente dominado pelo Império Romano –, cada região do mundo que Estrabão descrevia apresentava relação com um momento específico da história da humanidade que este autor achasse relevante, como, por exemplo, a Guerra de Troia, o retorno dos Heráclidas, ou ainda a Batalha de Áccio. Ou seja, para Clarke (1999, p. 299-304), o que importava

para a história de cada região não era o contínuo dos acontecimentos, mas as grandes rupturas, pois essas narrativas começavam a partir do momento em que os espaços sofriam alterações significativas.

Katherine Clarke termina sua argumentação afirmando que, em termos temporais, o mundo em que *Geografia*, de Estrabão, está circunscrita era romano. Apesar disso, ele não podia ser retratado a não ser mediante os recursos e conceitos que provinham da tradição historiográfica e geográfica helenística. O referencial de Estrabão era a tradição herodoteana de estudar a história humana mais abrangente possível quando procurava retratar novos mundos incorporados após o processo de conquista que vivenciava (CLARKE, 1999, p. 332-334). Isso significa que, segundo a autora, o passado em Estrabão era pensado a partir dos pressupostos da tradição na qual ele se reconhecia – ainda que o presente fosse dominado pelas questões envolvendo a expansão do poderio de Roma. Assim, o mundo que ele descrevia era um mundo em transição, do modelo grego para o romano, mas ainda sem o predomínio de nenhuma das partes. Nesse sentido, Clarke remove da *Geografia* a reputação de propagandista augustana e eleva-a à categoria de importante fonte para entender essa transição.

Conclusão

Ambas as propostas de Nicolet (1991) e Clarke (1999) para analisar a inserção da *Geografia* no mundo mediterrâneo no final do primeiro milênio a.C. podem contribuir para a conclusão do raciocínio deste artigo. Assim como tais propostas não são excludentes, mas sim complementares, o que se propõe aqui é um movimento parecido. Ademais, se utilizadas para tentar entender a articulação entre Cádiz e a Turdetânia, em Estrabão, essas perspectivas podem ser úteis para melhor explicar a relação entre as ações do tempo no local e no global, com vistas a situar temporalmente aquilo que tradicionalmente é chamado de romanização.

O primeiro aspecto que identificamos desse espaço é a intensa presença romana no interior da Turdetânia e a importância da rede de comunicação existente entre litoral e interior. Nesse sentido, a insistência de Nicolet com a característica propagandista de Estrabão pode ser interessante, mas somente à medida que consideramos que o tempo presente da *Geografia* é mais importante que todo o resto. Ou ainda, que Estrabão optou por ressaltar essas características com a esperança de ser lido por seus pares, em Roma. Nessa perspectiva teleológica, o passado apresentado pelo geógrafo está a serviço do presente e tudo é apresentado com vistas a convergir e explicar a atuação e o poder de

Roma. É essa a chave de leitura daqueles que advogam por uma Turdetânia como um “novo paradigma para a romanização” (CRUZ ANDREOTTI, 2018, p. 186).

Mais próxima à imagem do espaço turdetano e da atuação de Cádiz que observamos na análise realizada neste artigo está a leitura proposta por Katherine Clarke. O presente romano se encontra na Turdetânia e em Cádiz, na medida em que observamos esse espaço integrado interna e externamente, e a cidade imersa em um circuito em processo de internacionalização. Internamente, a Turdetânia pode ser vista como um espaço integrado cujas zonas litorânea e interiorana possuem ótimos meios de mobilidade, favorecida pela navegabilidade dos rios, mas também pela riqueza do solo e pela vida náutica produtiva. Externamente, o espaço descrito por Estrabão está integrado à rede de contatos estabelecida por Roma, que se faz presente por meio de suas colônias, mas também por estimular a multiplicidade das vias de contato – sejam elas marítimas ou terrestres. Cádiz surge aqui como protagonista desse contato externo e como agente da integração interna.

Os “recursos e conceitos que provinham da tradição historiográfica e geográfica helenística”, proposto por Clarke, aparecem quando nos perguntamos sobre a origem dessa integração apresentada. Estrabão não coloca Roma como a responsável por esse processo, nem mesmo pela integração externa. Afinal, não foram os romanos os responsáveis por estabelecer as primeiras cidades próximas às melhores baías, às desembocaduras dos rios, ou ainda ao longo das margens dos rios. Eles estimularam essa rede, mas não a criaram. Aos olhos de Estrabão, a integração interna já pode ser percebida com os povos que estavam ali quando da chegada de gregos, mas, especialmente, quando da chegada dos fenícios. Estes foram os responsáveis tanto pela construção de colônias, tais como Cádiz, como também o foram pelo fornecimento das informações mais antigas que Estrabão conhecia, que passaram por Homero e chegaram até ele. Nós conseguimos identificar, em nossa análise, que os relatos mais antigos que possuímos eram relativos às zonas litorâneas, e eram apresentadas sob o manto das lendas. Essas informações eram tão importantes que continuaram aparecendo em todos os relatos até participarem da formulação de Estrabão. Elas são colocadas lado a lado com outras fontes de informação, e confrontadas sem nenhum tipo de hierarquização entre si. O que se percebe é que, conforme novas informações sobre o interior da região são trazidas para os interessados, elas precisam ser entrelaçadas para apresentar não dois mundos completamente diferentes e estranhos entre si, mas sim duas realidades. Estas não se excluem (aproximavam-se havia já algum tempo); aliás, por volta do século I a.C., podiam ser apresentadas como integradas aos olhos de um habitante do outro lado do mundo.

A maneira pela qual os próprios romanos, em latim, descreveram tal território era, aqui sim, a visão de um espaço plenamente romanizado. Tito Lívio e, posteriormente,

Plínio, o Velho, descrevem um espaço já inteiramente incorporado ao poderio romano e isso acaba gerando duas visões distintas, embora complementares, sobre a Turdetânia. No relato do historiador responsável pela *História de Roma* encontramo-la imersa na descrição das batalhas que marcaram a Segunda Guerra Púnica. Entre os exércitos de Cipião e Asdrúbal encontramos a terra dos tartessos (Tito Lívio, *Ab urbe condita*, XXIII, 26), dos turdetanos (Tit., *Ab. Urb.*, XVIII, 15; XXXIV.19) e dos túrdulos (Tit., *Ab. Urb.*, XXXIV, 17), sem nenhum tipo de diferenciação entre esses povos, todos sendo utilizados igualmente para descrever o sudoeste peninsular. Já Cádiz apresenta certo protagonismo nos acontecimentos narrados por Tito Lívio, tendo recebido Aníbal em seu templo dedicado a Héracles-Melqart, que fizera oferenda aos deuses em busca de sucesso em sua marcha até a Península Itálica (Tit., *Ab. Urb.*, XXI, 21). Cádiz também é representada como base militar de Asdrúbal, em um momento dos conflitos em que o exército cartaginês se reorganizava, no sul da Ibéria (Tit., *Ab. Urb.*, XXVI, 20).

García Fernández (2003, p. 92) interpreta essas imprecisões de Tito Lívio como fruto de um desprezo pela região que já nos tempos da *História de Roma* era amplamente conhecida e já não mais interessaria à elite imperial ter novos dados sobre esse espaço. Além disso, o desprezo e o uso de algumas adjetivações para esses povos (belicosos, desordeiros, indisciplinados) seria adequado ao discurso de exaltação dos feitos romanos, uma vez que a Turdetânia fora um espaço de atuação daqueles que seriam os grandes adversários de Roma na disputa pela hegemonia do Mediterrâneo Ocidental, os cartagineses.

Plínio, como dissemos no começo do artigo, coloca Cádiz no centro administrativo da Bética. Portanto, ele já não mais descreve um espaço, mas sim uma região, uma província com características meramente administrativas e que visam a organizar o processo de ocupação e de obtenção de riquezas daquele espaço. No livro III da *História Natural*, encontramos uma extensa e detalhada lista de cidades, de medidas e de ordenações espaciais que caracterizam a Bética plíniana. Os povos que habitam a província são localizados próximos às cidades que se proliferam pelo território, perto do mar ou dos rios. Cádiz é a capital da jurisdição que compreende o vale baixo do Guadalquivir e toda a zona litorânea entre o Estreito de Gibraltar e o Rio Guadiana; sobre ela, não há muito o que se possa dizer, ou que seja preciso dizer, tendo em vista todo o conhecimento produzido a seu respeito até aquele momento.²⁷

Todo o conhecimento intelectual sobre a Turdetânia produzido até então podia ser apresentado por Plínio em poucas linhas e ignorado por Tito Lívio. Aos romanos já

²⁷ Vide citação anterior de Plínio (*Nat. Hist.*, VI, 36).

não mais interessava entender a origem daquele espaço e sua inserção em uma ou mais redes mediterrânicas. O Império Romano era a nova rede e agora interessava como aquela pequena parte do mundo se conectava a ela. Em um movimento de centralização daquele espaço ao redor de Cádiz, Plínio apresenta o ápice desse processo, que começa por volta do século V a.C., e se materializa com a cidade tornando-se capital de uma jurisdição provincial.

Assim, é possível analisar que Cádiz, aos olhos de Estrabão, tem uma atuação local que afeta e é afetada por movimentos globais. A cidade apresentada na *Geografia* – entendida como uma obra de transição de visões de mundo – é influente por conta de seu passado estruturante e por suas relações comerciais e políticas do presente. O processo de expansão do poder romano não se consolida na Turdetânia de maneira aleatória, ou mesmo nos moldes estabelecidos pelos italiotas. A história da consolidação do domínio romano que é descrita por Estrabão só faz sentido se pensada a partir de referenciais antigos e de conhecimento acumulado por várias gerações, sejam intelectuais que abastecem a *Geografia* de informações, seja a história da integração entre litoral e interior da Turdetânia, que tem em Cádiz um dos seus principais agentes.

Olhar apenas para o presente de Estrabão é enxergar as transformações do espaço turdetano e da cidade de Cádiz como novidades trazidas apenas por Roma e, portanto, todos esses processos parecem fruto exclusivo de uma romanização. No entanto, se considerarmos outras camadas históricas (bastante presentes na *Geografia*) – e destacadas em nossa leitura – os efeitos da presença romana se diluem em um contínuo de transformações que vêm integrando a Turdetânia aos modos de vida mediterrânicos desde a presença de gregos e fenícios. Nesse caso, Cádiz comporta-se como o vetor dessas transformações aos olhos das fontes escritas. Então, o que antes parecia limitar-se apenas à romanização revela-se, na verdade, um processo mais amplo de integração.

Referências

Documentação textual

- DIODORO SICULUS. *Library of History*. Translated by C. H. Oldfather. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- LIVY. *History of Rome*: Books 1-2. Translated by B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1919. v. 1.
- PLINY, THE ELDER. *Natural History*. Translated by H. Rackham and W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

POLÍBIO. *Histórias*. Tradução de Mario da Gama Cury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

STRABO. *The Geography*. Translated by Horace Leonard Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1960.

Obras de apoio

CELESTINO, S. P.; LÓPEZ-CRUZ, C. *Tartessos and the Phoenicians in Iberia*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CLARKE, K. *Between Geography and History: Hellenistic constructions of the Roman world*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CLAVEL-LEVEQUE, M. Les gaules et les gaulois: pour une analyse du fonctionnement de la géographie de Strabon. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, v. 1, p. 75-93, 1974.

CRUZ ANDREOTTI, G. (ed.). *Roman Turdetania*. Leiden: Brill, 2018.

CRUZ ANDREOTTI, G. Rome and Iberia: The making of a cultural geography. In.: BIANCHETTI, S.; CATAUDELLA, M.; GEHRKE, H. J. (ed.). *Brill's companion to ancient geography: the inhabited world in Greek and Roman tradition*. Boston: Brill, 2015, p. 274-297.

DUECK, D. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DUECK, D. *Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome*. London: Routledge, 2002.

ESCACENA, J. L.; BELTRÁN, J. Territorio y ecosistema: la paleo desembocadura del Guadalquivir. In: GONZÁLES, M.; PIÑERO, M. A. (ed.). *Arqueología del Bajo Guadalquivir: Prehistoria y Antigüedad de Las Cabezas de San Juan*. Sevilla: Ayuntamiento de Las Cabezas de San Juan, 2007, p. 45-53.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. *El poblamiento turdetano en el Bajo Guadalquivir*. Tesis (Doctoramento em Arqueología) – Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla, Sevilla, 2003.

LASSERRE, F.; AUJAC, G. *Introduction de la Geographie de Strabon*. Paris: Les Belles Lettres, 1969.

MALKIN, I. *A small Greek world*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MIERSE, W. E. *Temples and sanctuaries from the early Iron Age Levant: Recovery after collapse*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2012.

MIERSE, W. E. The architecture of the lost Temple of Hercules Gaditanus and its Levantine associations. *American Journal of Archaeology*, v. 108, n. 4, p. 545-575, 2004.

NICOLET, C. *Space, geography, and politics in the Early Roman Empire*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.

- POTHECARY, S. Strabo the Geographer: his name and its meaning. *Mnemosyne*, v. 52, n. 6, p. 691-704, 1999.
- POTHECARY, S. Strabo, the Tiberian author: past, present and silence in Strabo's Geography. *Mnemosyne*, v. 55, n. 4, p. 387-438, 2002.
- POTHECARY, S. The expression "our times" in Strabo's Geography. *Classical Philology*, v. 92, v. 3, p. 235-246, 1997.
- PRONTERA, F. Strabone e la tradizione della Geografia Ellenistica. In.: ANDREOTTI, G.; LE ROUX, P.; MONET, P. (ed.). *La invención de una geografía de la Península Ibérica: la época imperial*. Madrid: CEDMA, 2007. v. 2.
- SILVA, B. S. *Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: os processos de integração na Turdetânia ao final do primeiro milênio A.C.* Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- SILVA, B. S. Um espaço em foco: debate acerca dos estudos sobre a urbanização da Turdetânia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 38, p. 44-60, 2022.
- SILVA, B. S. *Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre a Geografia e o Império Romano*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- THOMPSON, L. A. Strabo on civilization. *Platon*, n. 31, 213-229, 1979.

Sociabilidades construídas: o uso social da arquitetura em *Bracara Augusta*

*Constructed sociabilities: the social use of architecture in
'Bracara Augusta'*

Diego Machado*
Fernanda Magalhães**

Resumo: Os conhecimentos sobre *Bracara Augusta* foram possibilitados, em grande medida, pelo desenvolvimento de atividades arqueológicas sistemáticas nas últimas décadas. Com efeito, a valorização dos dados arqueológicos provenientes de escavações realizadas em cidades provinciais permitiu a ampliação dos estudos sobre o mundo romano para além dos limites espaciais que a documentação textual proporciona. Nesse sentido, tentaremos analisar as formas como os habitantes mais proeminentes da cidade atuaram por meio da materialidade construída e consumida por esses grupos, como um indicativo do modo que as elites buscaram afirmar e manter os seus status perante seus pares e os demais habitantes do *conuentus bracaraugustanus*.

Abstract: The knowledge about *Bracara Augusta* has been made possible, to a large extent, by the development of systematic archaeological activities in recent decades. Indeed, the valorisation of archaeological data from excavations carried out in provincial cities has allowed the widening of studies on the Roman world beyond the spatial limits that textual documentation provides. In this sense, we will seek to analyse the ways in which the most prominent habitants of the city acted through the materiality constructed and consumed by these groups, as an indication of the way that the elites sought to assert and maintain their statuses before their peers and the other inhabitants of the *conuentus bracaraugustanus*.

Palavras-chave:

Urbanismo.
Arquitetura.
Sociedade.
Performance.
Bracara Augusta.

Keywords:

Urbanism.
Architecture.
Society.
Performance.
Bracara Augusta.

Recebido em: 05/09/2023
Aprovado em: 30/10/2023

* Doutorando em Arqueologia na Universidade do Minho (Uminho) com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia/FCT (2020.06565.BD). Investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território/Lab2PT.

** Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho (Uminho). Doutora em Arqueologia pela Uminho. Investigadora do Laboratório de Paisagens, Património e Território/Lab2PT.

Introdução

Asociedade romana antiga constituía-se por um corpo cívico altamente hierarquizado, cujo lugar e papel de cada indivíduo, seja cidadão ou estrangeiro, homem ou mulher, era determinado e reforçado diariamente mediante rituais, cerimônias, discursos, entre outras imagens que evocavam a ordem social e delimitavam a ação de cada pessoa ou grupo (TAMBIAH, 1985; BELTRÃO, 2013a).

A expansão imperial romana pelos vastos territórios que conquistou determinou o contacto direto dos povos latinos com um alargado contingente populacional, étnico, religioso, político, cultural e social distribuídos pelas mais variadas regiões da Europa, norte da África e oeste da Ásia. Nesses lugares, para além de fundar centenas de novos centros urbanos, Roma implantou um sistema administrativo que, embora tentasse não colidir demasiado com as sociedades locais, deu corpo a novas realidades sociais e culturais (MENDES; BUSTAMANTE; DAVIDSON, 2005).

De modo a melhor compreender o fenómeno imperial e, em particular, as relações políticas e culturais entre Roma e as cidades provinciais, os investigadores têm lançado mão aos contributos de diferentes áreas do conhecimento, como a História Antiga ou a Arqueologia Clássica, fruto do desenvolvimento teórico, metodológico e epistemológico que as ciências sofreram na segunda metade do século XX e que resultou num diálogo paulatinamente maior entre as disciplinas (MARTINS; SILVA, 2019).

Com a discussão acima em mente, pretendemos analisar, neste artigo, o modo como os *ordines* mais proeminentes de *Bracara Augusta* afirmavam a sua posição social por meio do desenvolvimento de um conteúdo performativo que se iniciava no âmbito doméstico e se estendia pela esfera pública nos mais diversos espaços arquitetónicos que definiam a vida urbana dessa cidade.

Bracara Augusta: urbanismo e sociedade

A construção do conhecimento sobre a cidade romana de *Bracara Augusta* deve-se, maioritariamente, ao desenvolvimento de trabalhos arqueológicos sistemáticos em Braga, Portugal, desde a década de 1970. Os dados provenientes da documentação escrita que nos chegou, além de bastante lacunar, pouco referem sobre o noroeste ibérico, resumindo-se a algumas passagens de caráter etnográfico, em Estrabão (*Geographia*, III, 3) e Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*, III-IV), sobre as guerras cantábricas, em Floro (*Epitome rerum Romanarum*, II, XXXIII, 46-60), e ainda notas cartográficas acerca das cidades da região, em Ptolomeu (*Geographia*, II, VI).

Tendo por base os níveis mais antigos detetados nas escavações na cidade, bem como a sucessão de eventos na vida de Augusto, apontamos a fundação de *Bracara Augusta* para os anos 16-14 a.C., data que encontra suporte tanto nas materialidades presentes nos primeiros enchimentos escavados, como na segunda deslocação do imperador a *Tarraco*, a capital da província (MARTINS *et al.*, 2017).

Figura 1 - Mapa com a localização de *Bracara Augusta* com a divisão administrativa da Hispânia



Fonte: Martins *et al.* (2012, p. 34).

Nas primeiras décadas da cidade, sensivelmente até os inícios do governo de Tibério, não dispomos de muitos dados acerca da atividade construtiva, fenómeno que certamente está associado ao caráter provisório que grande parte dos edifícios teria nessa fase, quando os trabalhos de implantação de estruturas e infraestruturas urbanas ainda se encontravam em planeamento.

Desse momento, foram identificados alguns silhares, grandes blocos graníticos retangulares, implantados em locais onde, nas décadas subsequentes, viriam a ser os vértices que limitavam os quarteirões. Portanto, estamos perante a materialização de um projeto urbanístico que estabelece *limites e rigores* desde os primeiros anos de vida da cidade, o que sugere a ação de um *finitor* na fundação de *Bracara Augusta*, que teria qualificado o *pomerium*, delimitando-o do *ager*, e reunido aquela *ciuitas* no interior da *urbs* (BELTRÃO, 2013b; MARTINS *et al.*, 2017).

Igualmente significativo desse período é um pedestal identificado em Semelhe, a cerca de 3 km do *forum* da cidade. Trata-se do embasamento de uma grande estátua honorífica, que não chegou aos dias de hoje, em granito, com 1,18m de altura, sobre a qual existiria uma representação de *Augustus*, como aparece indicado na inscrição gravada no monumento, designadamente “ao imperador César Augusto, filho do divino, pontífice máximo, detentor do poder tribúnico pela 21^a vez, os bracaraugustanos consagraram esse monumento no dia do nascimento de Paulo Fábio Máximo, legado proprietário”.¹ O conteúdo da inscrição revela-nos, ainda, que a estátua foi dedicada aquando da propriedade de *Paulus Fabius Maximus*, entre os anos 3-2 antes da nossa era.

Contudo, o que sobressai é a precoce constituição de um corpo cívico que se autorreconhece como “bracaraugustanos”. Dado o curtíssimo período entre a fundação da cidade (16-14 a.C.) e a dedicação da estátua (3-2 a.C.), não se trata de descendentes dos primeiros *coloni* de *Bracara Augusta*, mas membros da primeira geração que se deslocou para o novo centro urbano e não mantiveram os seus gentilícios de nascimento, como é comum vermos em inscrições realizadas por pessoas que deixaram as suas cidades natais e foram ter a outro lugar, como é o caso de um *Celico Fronto*, natural de Arcóbriga, que mandou esculpir imagens e gravar inscrições, no período augustano, num local de culto indígena dedicado à deusa Nábia situado nas imediações de *Bracara Augusta* (ELENA; MAR; MARTINS, 2008).²

A composição social do corpo cívico bracaraugustano, patente no *corpus* epigráfico que nos chegou, especialmente proveniente do mundo funerário, documenta a diversidade populacional que a cidade esteve sujeita desde o início. Com efeito, vemos um centro urbano que contou, muito precocemente, com a instalação de elites indígenas provenientes dos povoados da região, cujos indivíduos, embora tenham logo adotado as práticas romanas como inumar os corpos e gravar *stelae*, mantiveram alguns símbolos

¹ *Hispania Epigraphica*, n. 20263: Imp(eratori) Caesari diui f(ilio) Aug(usto) / pont(ifici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) XXI / sacrum / Bracaraugustani / Paulli Fabi(i) Maximi leg(at)i pro pr(aetoris) / natali dedicata est.

² *CIL* II, 2419; AE 1986, 386; *Hispania Epigraphica*, n. 8247: [Ce]licus Fronto / Arcobrigensis / Ambimogidus / fecit // Tongoe/nabiagoi // Celicus fecit / Front(o).

que possibilitaram a afirmação de sua origem, como a inscrição da letra “C” invertida, para representar *castellum*, ou a inclusão de elementos decorativos como círculos, trançados e motivos lunares, bem como estrangeiros, a exemplo do já referido Celico Fronto, arcobrigense, mas também Marco António Augustano,³ natural de *Pax Iulia*, ou Emília Lougo,⁴ de Clúnia (PEREIRA MENAUT, 1983; TRANOV; LE ROUX, 1989-90; MARTINS *et al.*, 2012; 2020).

Não obstante, destacamos ainda a interação da população bracaraugustana com comunidades externas a partir de dois fenómenos distintos. Em primeiro lugar, a presença, ainda em época Júlio-Claudiana, de agentes comerciais romanos, de alguma forma institucionalizados, que dedicaram, na época do imperador Cláudio, uma inscrição honorífica a *C. Caetronius Miccio*,⁵ um senador que exerceu alguns cargos na Península Ibérica, como legado imperial nas *Hispaniae* e procônsul da Bética, assim como foi um dos três responsáveis, entre 42-44, por cobrar compulsoriamente o tributo devido ao erário romano (ALFÖLDY, 1966; REDENTOR, 2017).

Por outro lado, evidenciamos os mecanismos de integração intraprovincial, ou seja, a forma como a estrutura administrativa romana foi implantada, aquando da reorganização das províncias hispânicas, por Augusto. Nesse sentido, salientamos o magnífico conjunto epigráfico proveniente do *forum* de *Tarraco*, a capital da província, composto por bases de estátuas, as quais não se preservaram, mas em cujas inscrições estão patentes a origo dos sacerdotes que foram eleitos e assumiram o flaminato provincial (*flamen Hispaniae Citeriores*). A compilação desse material permite que se evidencie a atuação dos diversos *conuentus* da Hispânia Tarraconense, embora com diferentes pesos, na designação de vinte sacerdotes provenientes do *Tarraconensis*, vinte e um do *Carthaginiensis*, doze do *Caesaraugustanus*, quatro do *Cluniensis*, cinco do *Asturum*, dois do *Lucensis* e seis do *Bracaraugustanus* (FISHWICK, 2002).

Apesar das incertezas sobre as características urbanísticas da cidade em suas primeiras décadas, as dinâmicas construtivas que sucederam aos ritos fundacionais e demarcação física do desenho urbano, ao longo do primeiro século da nossa era, encontram-se melhor conhecidas. Datam desse período a implantação de infraestruturas

³ CIL II, 2425; *Hispania Epigraphica*, n. 8253: M(arcus) Antonius M(arci) f(ilius) / Gal(eria) Augustanus / Pace miles leg(ionis) / VII Gem(inae) Fel(icis) / I(centuria) Mamili / Lucani an(norum) / XLV aer(orum) XIIIX / h(ic) s(itus) e(st) / Sempronius / Graecinus / heres f(aciendum) c(urauit).

⁴ AE 1973, 298; *Hispania Epigraphica*, n. 6523: Aemilia Lougo C(ai) f(ilia) Cluniensis / an(norum) X h(ic) s(ita) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) l(evis).

⁵ CIL II, 2423; AE 1967, 222; *Hispania Epigraphica*, n. 8251: C(aio) Ca{et}ronio C(ai) [f(ilio)] / Cam(ilia) Miccioni tri(buno) / pl(ebis) pr(aetori) legato Aug(usti) [Hispaniae] / c[ite]rioris leg(ato) Aug(usti) legi[o]/ni[s] II A[ugu]st(ae) proco(n)[s(uli)] / pr(ovin)ci(ae) B[ae]tiae / p[raef]ecto aerar(ii) mil[i]/t[aris] prae]fecto reliquo/rum exigendorum popul[i] / Romani / cives Romani qui nego/tiantur Bracaraugust[ae].

urbanas, como o pavimento de eixos viários, constituído por lajes de granito polido, e as cloacas, dispostas sob as ruas principais, pelas quais eram drenadas as águas sujas e pluviais (LEMOS; LEITE, 2000; FONTES *et al.*, 2020).

Até ao momento, apenas um edifício relacionado com essa fase foi identificado arqueologicamente, conhecido por edifício pré-termal por ter sido arrasado, nos inícios do século II, para a construção de um amplo espaço balnear. Corresponde a uma invulgar estrutura, cuja restituição planimétrica é deveras prejudicada pelas alterações que sofreu em época Nerva-Antonina, quando grande parte de seus muros foi arrasada, enquanto outras partes foram reaproveitadas. Entretanto, foi realizada, por Manuela Martins (2005), a análise dos dados estratigráficos e construtivos de toda a zona arqueológica, o que a permitiu propor uma interpretação para o edifício, por paralelo com as plantas dos *horrea* de Óstia, devendo-se tratar de um grande armazém.

Tendo-se em consideração os dados que possuímos para a cidade no século I, em que se afigura, em termos construtivos, um conjunto de estruturas urbanas ligadas às redes de saneamento e à estruturação dos eixos viários, sem nos descorarmos do *forum*, cuja construção, certamente, teria sido finalizada ao longo dessa centúria, parece-nos bastante oportuna a implantação de um armazém, especialmente dada a localização deste, junto à praça foral.

O primeiro século de vida da cidade, em termos construtivos, parece ter sido um período bastante dinâmico, no qual uma população, que desde o começo reconhecia-se enquanto habitante daquele lugar, empenhou-se em materializar as estruturas necessárias para a plena ocupação de um centro urbano, cuja matriz romana, a nível urbanístico e arquitetónico, é bastante evidente.

Uma vez que as bases estavam implantadas, vemos uma *Bracara Augusta*, em finais da época Flaviana, em plena ocupação do parque habitacional da cidade, de onde sobressaem grandes e luxuosas *domus* com pavimentos e paredes revestidos a mosaicos e pinturas, estruturadas a partir de amplos átrios ou peristilos, cujos *ambulacra* permitiam o acesso a diversos compartimentos, como *triclinia*, *oeci*, *cubicula*, *tablina* (MAGALHÃES, 2010).

Nos inícios do século II, foi também implantado um conjunto de arquiteturas públicas associadas às práticas de ócio e espetáculo. O edifício pré-termal, que teria funções de armazém, foi desmantelado para a construção de umas termas públicas e um teatro, bem como um anfiteatro, que ainda não foi identificado arqueologicamente, mas que estaria localizado fora da área planificada da cidade augustana, na periferia imediata (MORAIS, 2001).

A cidade de *Bracara Augusta*, ao longo dos dois primeiros séculos, foi palco de um processo construtivo que pode ser enquadrado em duas grandes fases. Durante o primeiro

século, o “recém-nascido” centro urbano conheceu a implantação das infraestruturas hidráulicas e de saneamento, assim como as estruturas viárias que compunham a malha urbana bracaraugustana. Uma vez que as bases estavam construídas, entre a época Flaviana e Nerva-Antonina, vemos um grande investimento em edifícios públicos e domésticos. A *forma urbis* de *Bracara Augusta*, no século II, apresentava um conjunto arquitetónico que evidencia a escolha pela emulação de uma linguagem itálica, patente na reprodução de espaços e elementos decorativos (MAGALHÃES, 2019).

Arquitetura doméstica romana

Os estudos sobre a arquitetura doméstica romana, desde os finais do século XIX, tomaram como ponto de partida o tratado *De Architectura*, de Vitrúvio (cf. OKSANISH, 2019). O texto apresenta um vasto material, dividido em dez livros dedicados a Augusto, que abordam o desenho e a construção de edifícios, bem como a maquinaria e o planeamento de obras, e, ainda, a formação e o papel do arquiteto (*architectus*) na Roma de seu tempo.

As leituras realizadas da obra vitruviana, no que toca à arquitetura doméstica, buscaram definir o modelo original da casa romana, aquele conjunto específico de espaços, ordenados de tal forma, dispostos e dimensionados num determinado modo, que condensa, em si, o que era identitariamente puro nas casas encontradas pelas cidades do Império, em especial Pompeia, e não tivesse sido *impregnado* pelas influências gregas, helenísticas, orientais ou outras quaisquer (NISSEN, 1877; OVERBECK, 1884; MAU, 1908).

Essa “casa romana” seria composta a partir da disposição longitudinal de três espaços, *vestibulum* – *atrium* – *tablinum*, os quais possibilitariam as práticas diárias associadas ao patronato entre o *paterfamilias* e os seus *clientes*, genericamente representadas pelo *dominus* entronado no seu *solum*, no *tablinum*, exposto às multidões que passariam na rua, dada a ausência de obstrução visual proporcionada pela amplitude do *atrium* e do *vestibulum*, e observariam os seus clientes a serem recebidos por ele (WALLACE-HADRILL, 1989).

Estaria, portanto, radicado na ampliação da potência performativa da prática do patronato aquilo que de “romano” existe nessas habitações, ou seja, em lançar mão a todos os recursos disponíveis, o que inclui a capacidade financeira, para criar os espaços necessários às ações diárias do *paterfamilias*, seja as *salutationes* de seus *clientes*, seja a receção de *conuiuas* em banquetes. Nesse sentido, muito mais do que avaliar as *domus* a partir da presença ou ausência de determinados espaços, definidos pela sua eventual origem etrusca, grega ou oriental, como o *atrium* ou *peristylum*, *exedra*, *triclinium* ou

oecus, é necessário analisá-las a partir de sua adequação ao estatuto social e obrigações de seu *dominus*, ou, nas palavras de Vitrúvio (*De architectura*, VI, V, 2):

Aqueles, no entanto, que têm de instalar lojas que são o deleite do país, devem ter bancas e lojas nos seus vestíbulos, debaixo das suas casas devem ter abóbadas (*cryptae*), celeiros (*horrea*), armazéns (*apothecae*), e outros apartamentos, adequados mais para preservar esses produtos do que para exibir uma aparência magnífica. As casas dos banqueiros e dos recetores das receitas podem ser mais cómodas e elegantes, e bem seguras dos ataques dos ladrões. Para os advogados, e homens de literatura, as casas deveriam ser ainda mais bonitas e mais espaçosas, para permitir o acolhimento de pessoas em consultas. Mas para os nobres, que em honras, e cumprindo os deveres da magistratura, devem ter muitas relações com os cidadãos, devem ser providenciados vestíbulos principescos, átrios elevados, e peristilos espaçosos, bosques, e extensos passeios, terminados num estilo magnífico. Para além destas, devem ser providenciadas bibliotecas, pinacotecas e basílicas, de forma semelhante às que são feitas para uso público; pois nas casas dos nobres, os assuntos do público, e a decisão e julgamento de causas privadas são frequentemente determinados.⁶

A casa, portanto, devia possuir os espaços adequados para que as atividades empreendidas pelo *paterfamilias* fossem realizadas.

Aquilo que define a “romanidade” de uma “casa romana”, e a torna facilmente reconhecível como tal, é, portanto, o exaustivo recurso a soluções arquitetónicas e decorativas com o objetivo de produzir espaços, áreas e perspetivas que enaltecessem o edifício e, por conseguinte, o seu *dominus*. Para tal, recorre-se à aplicação de um conjunto de normativas, como a *dispositio*, *ordenatio*, *eurhythmia* e *symmetria*, que produzem uma imagem harmoniosa e ampliada dos volumes internos da habitação e, por outro lado, revestem-se as superfícies verticais, como muros, paredes e colunas, com pinturas polícromas, as horizontais, designadamente os pavimentos dos compartimentos e corredores, com mosaicos, ora geométricos, ora figurativos, e embelezam-se os espaços abertos, especialmente o jardim do peristilo, com estátuas e fontes, tornando o luxo e a sumptuosidade marcas definitivas e impressivas da casa (WALLACE-HADRILL, 2015). Ou seja, exatamente como indicou Vitrúvio (*De arch.*, VI, V, 2), “*vestibula regalia alta, atria et peristyla amplissima, siluae ambulationesque laxiores ad decorum maiestatis perfectae*”.

Por fim, vamos retornar à questão identitária. Se, num passado distante, as habitações romanas tinham como elemento definidor o espaço aberto, que veio a se tornar o *atrium*, e,

⁶ No original: “*Qui autem fructibus rusticis seruiunt, in eorum uestibulis stabula, tabernae, in aedibus cryptae, horrea, apothecae ceteraque, quae ad fructus seruandos magis quam ad elegantiae decorum possunt esse, ita sunt facienda. item feneratoribus et publicanis commodiora et speciosiora et ab insidiis tuta, forensibus autem et disertis elegantiora et spatiisiora ad conuentus excipiundos, nobilibus uero, qui honores magistratusque gerundo praestare debent officia ciuibus, faciunda sunt uestibula regalia alta, atria et peristyla amplissima, siluae ambulationesque laxiores ad decorum maiestatis perfectae; praeterea bybliothecas, pinacothecas, basilicas non dissimili modo quam publicorum operum magnificentia habeant comparatas, quod in domibus eorum saepius et publica consilia et priuata iudicia arbitriaque conficiuntur*”.

por meio dele, as transformações arquitetónicas e sociais da casa foram estruturadas, entre os *pagi* da Idade do Ferro (GROS, 2006) e a casa palatina da monarquia (CARANDINI; CARAFA, 1995), o contacto com outros povos, especialmente ao longo do período republicano, modificou radicalmente essa definição. A expansão romana, a partir do século IV a.C., que resultou na gradativa ampliação de sua área de influência direta, primeiro sobre a Península Itálica, sobre as cidades do *Samnium* e da Magna Grécia, e depois com a conquista de Cartago e da Hélade, ao fim das Guerras Púnicas e Macedônicas, respetivamente, seguindo-se grande parte do mundo helenístico, levou a um trânsito muito mais dinâmico de objetos, ideias, pessoas, práticas e hábitos por todo o Mediterrâneo, o que alterou, expressivamente, a sociedade romana e a sua arquitetura, tanto pública, bem patente nas *coloniae* fundadas na Itália, como privada, com a incorporação de elementos como o *peristylium* e o *oecus* cíziceno (ZANKER, 1999; SEWELL, 2010).

As crescentes incorporações ao “catálogo” disponível para os proprietários itálicos, seja a nível de formas ou soluções arquitetónicas, seja de materiais para o revestimento dos espaços e decorações, não significou a perda de uma identidade romana supostamente pura, mas um fenómeno próprio daquilo que significava ser romano, que na arquitetura doméstica fomentou a inclusão de elementos quaisquer, sejam eles próprios de tradições itálicas ou gregas (“*italico more ... Graecorum consuetudinibus*”) (Vitr., *De arch.*, VI), contanto que contribuíssem para ampliar a beleza e o luxo da habitação (WALLACE-HADRILL, 2015).

As identidades, longe de serem mônadas sem janelas, encontram-se constantemente em transformação, num incessante conflito entre a tradição e a sua modificação, mas nunca estáticas, ou como Varrão pontuou (*De lingua Latina*, 9, 17), “*consuetudo est in motu*”.

A *domus* das Carvalheiras

As *domus* identificadas no âmbito da Arqueologia bracarense encontram-se, maioritariamente, restritas a parcelas de suas plantas, fruto das próprias vicissitudes da prática científica em meio urbano. Até ao momento, como resultado de um processo urbanístico e construtivo bastante singular, a chamada *domus* das Carvalheiras é a única habitação romana inteiramente escavada, facto que nos permite restituir a sua planimetria e volumetria e melhor conhecer as suas características e fases de remodelação (MAGALHÃES, 2010).

O espaço disponível para a construção das casas era limitado pela forma e dimensão dos lotes da cidade. Em *Bracara Augusta*, a materialização do plano urbano produziu quarteirões quadrados, com 1 *actus* de área, ou 120 *pedes* de lado (c. 35,52m),

cercado por vias pedonais porticadas, com 12 *pedes* de largura (MARTINS *et al.*, 2017), os quais comportavam dois lotes retangulares iguais destinados à construção de unidades habitacionais (MAGALHÃES, 2019).

Com o intuito de utilizar o máximo de espaço possível, o proprietário da *domus* das Carvalheiras adquiriu os dois lotes daquele quarteirão, resultando numa habitação construída nos finais do século I que ocupava a totalidade da *insula* e se estruturava em duas plataformas, devido ao desnível do terreno, articuladas por umas escadas internas. Na porção sul, os compartimentos eram dispostos ao redor de um *atrium*, possivelmente toscano, que recolhia as águas da chuva por um *impluuium* sem, contudo, armazená-la, uma vez que foi identificada uma canalização que a drenaria. O acesso a esse espaço aberto era realizado por uma *fauces* que nascia na via porticada paralela ao *decumanus* que encerrava a casa a sul, e dele abriam-se um conjunto de compartimentos com diferentes tamanhos e dimensões, dos quais destacamos aquele situado no eixo longitudinal, alinhado ao corredor da entrada, cuja localização e amplitude da abertura da porta permitem a sua interpretação como um *tablinum*, podendo se tratar de um setor com as mesmas funções, como a receção de *clientes* (MAGALHÃES, 2019).

Na plataforma a norte, a organização e distribuição dos compartimentos era realizada por meio de um peristilo que apresentava quatro colunas em cada lado e um tanque central, menor que a área aberta. Desconhecem-se os demais elementos decorativos que certamente ornavam o interior do espaço colunado, o qual deveria contemplar, igualmente, elementos vegetais. De fato, os conhecimentos sobre as características do peristilo são severamente restringidos devido à implantação, em meados do século II, de um equipamento balnear que implicou a demolição de algumas estruturas murárias pré-existentes (RIBEIRO; MAGALHÃES; MARTINS, 2015).

Os compartimentos que se dispunham ao redor do peristilo contemplavam algumas áreas amplas o suficiente para sustentar a sua interpretação como salas de receção de *conuiuas*, durante os banquetes, o que não impede um uso diverso das mesmas, especialmente durante o período diurno, como a formação ou recreação das crianças (CRIBIORE, 2015). Desse conjunto de espaços, merece especial atenção aquele localizado a este da área colunada, globalmente interpretado como um *triclinium* devido às suas dimensões, com cerca de 51,60 m², que possuía duas salas de apoio, nos limites norte e sul do compartimento, perfazendo uma área que ocupava todo aquele setor do *ambulacrum* do peristilo (MAGALHÃES, 2010).

Outro elemento que merece destaque na organização dos espaços dispostos ao redor do peristilo é a relação que as portas estabeleciam com o vão entre as colunas da área aberta. De facto, tanto a grande entrada do *triclinium*, em cuja parte superior

tinha um lintel em granito decorado com motivos geométricos, como as das salas a sul do pátio colunado, localizadas de modo que as pessoas que estivessem no interior dos compartimentos pudessem contemplar o peristilo. Não obstante, devido à diferença entre os tamanhos das entradas dessas salas, parece-nos ainda que a implantação desses espaços objetivou também o favorecimento da visibilidade do interior do *triclinium* pelas pessoas situadas nos demais compartimentos, facto que pode reforçar a importância da sala triclinar, onde estariam localizados o *dominus* e os elementos principais durante um banquete, atividade que, na *domus* das Carvalheiras, poderia suportar cerca de cem pessoas, sendo essa uma importante característica dos espaços destinados aos leitos para os jantares ao longo de toda a história romana (BEK, 1983).

Figura 2 - Proposta de reconstituição 3D da *domus* de átrio e peristilo das Carvalheiras



Fonte: Autoria própria.

A *domus* do Ex Albergue Distrital

Embora a *domus* das Carvalheiras tenha sido a única casa romana integralmente escavada em Braga, até ao momento, há outros exemplares que, mau grado apenas possuirmos partes de suas plantas, é possível restituir algumas de suas características arquitetónicas e construtivas (MAGALHÃES, 2010).

Esse é o caso da chamada *domus* do Ex Albergue Distrital, uma habitação construída em época Flaviana que ocupava integralmente um quarteirão cujo limite oeste confronta diretamente com o *cardo maximus* de *Bracara Augusta*, ladeando assim uma importante via da cidade que partia do *forum* e seguia a norte, terminando no

arranque da via XIX, *ad Asturicam Augustam*. A localização privilegiada dessa casa, junto ao centro administrativo da cidade, certamente influenciou a composição das fachadas, que se encontravam intensamente ocupadas com lojas, possuindo duas delas um balcão comprido, eventualmente revestido com placas de mármore, uma vez que esses elementos foram identificados no local durante as escavações, que pode, portanto, corresponder a *cauponae*,⁷ os espaços destinados ao comércio de bebidas e alimentos quentes, com paralelos muito bem documentados em Pompeia (MAGALHÃES, 2019).

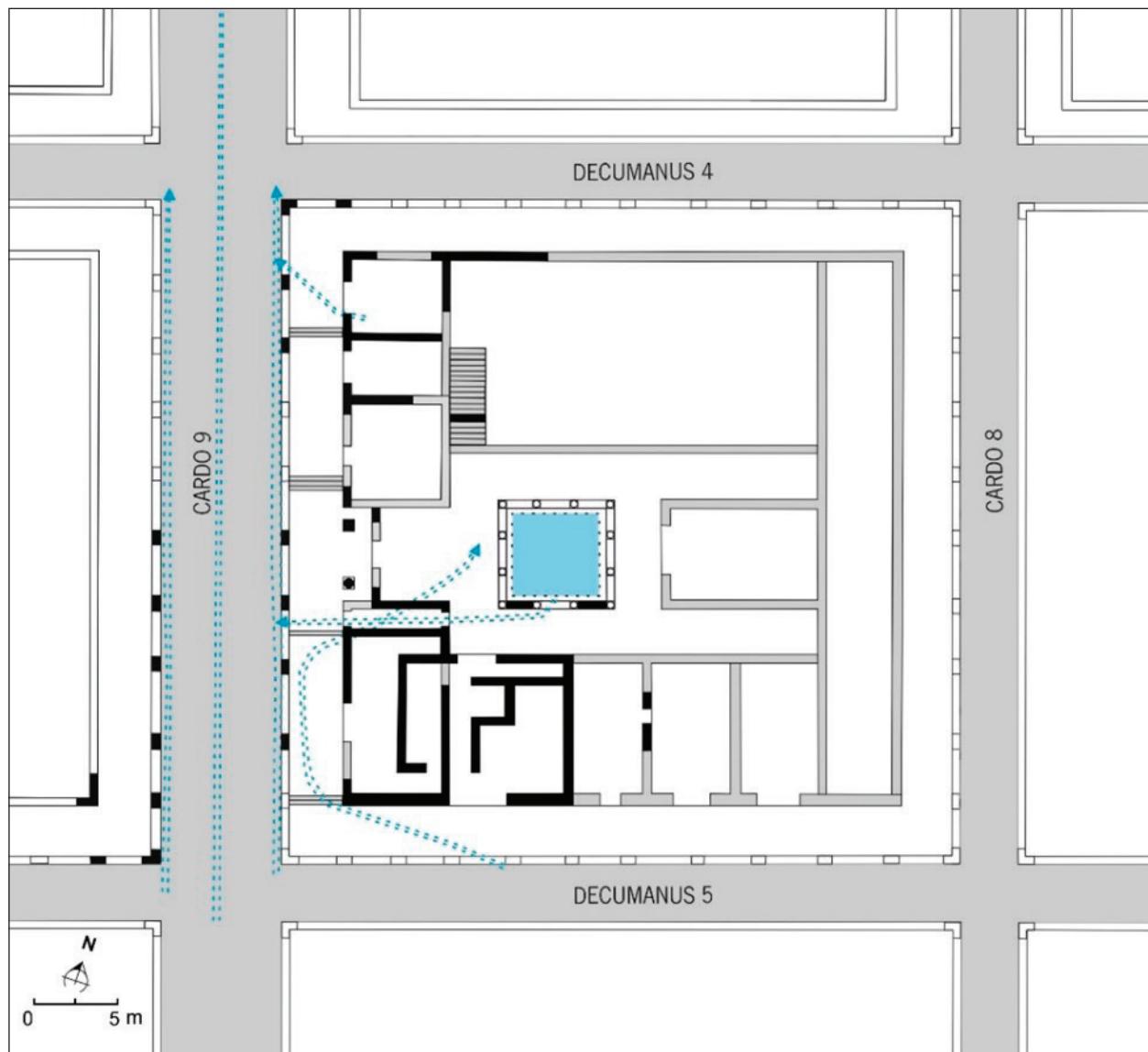
No que toca à área doméstica, infelizmente só foi escavado o quadrante sudoeste da habitação, o que impossibilita que se contemple a totalidade da planta, bem como que se perceba, em profundidade, a articulação dessa área com os demais espaços da casa, exercício indispensável para a compreensão das atividades que poderiam ter sido realizadas pelos seus habitantes. Entretanto, sabe-se que os compartimentos da *domus* estavam organizados em redor de uma área aberta com quatro colunas de cada lado a suster as coberturas, um *peristylum*, portanto, cujo *ambulacrum* sul encontrava-se completamente sacrificado pelas paredes que encerravam as *tabernae*, de modo que as salas destinadas ao uso da família e seus visitantes estavam dispostas no setor este e norte da área aberta (TORRES, 2014). Apesar de não possuirmos dados fiáveis sobre as formas, dimensões e natureza dos compartimentos domésticos, sabendo-se, contudo, que estariam distribuídos em dois pisos, uma vez que se identificou umas escadas a norte do peristilo (MAGALHÃES, 2019).

Apesar dos inconvenientes, ainda que os mesmos sejam próprios da atividade arqueológica em meio urbano, a área intervencionada permitiu o registo da entrada da casa, certamente a principal, na eventualidade de possuir outra(s), uma vez que estava voltada para o *cardo maximus*. A parede onde a *ianua* foi rasgada encontrava-se recuada, relativamente ao eixo da fachada oeste, tendo esse alinhamento sido marcado, nesse setor, por duas colunas, cujo intervalo entre elas era ligeiramente mais amplo do que a porta. Perfeitamente centrado com a entrada estava disposto o intercolúnio dos fustes do meio do peristilo, o que permite supor a existência de um compartimento a este do *ambulacrum* que igualmente aproveitasse esse eixo formado pelo vão das colunas da entrada – porta – peristilo. Da mesma forma como não é possível, no momento, confirmar essa sala,

⁷ Esses espaços comerciais, devido a sua proximidade com o *forum* e direta articulação com o *cardo maximus*, deviam ter como público as pessoas que trabalhavam no centro administrativo ou aquelas que a ele se dirigiam, vindas de diferentes partes do *conuentus*, e que ali podiam ter uma refeição. Uma possibilidade de se compreender melhor esse espaço seria a análise das formas dos recipientes cerâmicos que foram identificados no local, de modo a refletir sobre a prática de venda à *cotyla*, estudo que ainda não foi realizado, mas que poderia vir a complementar os dados sobre as atividades comerciais de *Bracara Augusta* e, em particular, no que se refere às *tabernae* da Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital, conjugar com as análises já realizadas sobre os contentores anfóricos lá exumados.

uma vez que aquele espaço se encontra sob o edifício vizinho à zona arqueológica do Ex Albergue Distrital, ainda não intervencionado, também não a conseguimos enquadrar, a nível funcional, social ou simbólico, nem a sua relação com os compartimentos a norte do peristilo, exceto no que toca ao aproveitamento do referido alinhamento.

Figura 3 - Planta da *domus* do Ex Albergue Distrital



Fonte: Autoria própria.

A disposição axial de compartimentos e a área aberta com as entradas das *domus* vai de encontro com a proposta de implantação das habitações romanas, cujas arquiteturas buscam fornecer os espaços necessários para a realização das atividades daqueles que nela habitam ou frequentam. Em outras palavras, da mesma forma que os quartos (*cubicula*) servem para dormir e a cozinha (*culina*) para preparar os alimentos, o

alinhamento de elementos abertos, que possibilitam a contemplação por meio destes, deve ser entendido como um recurso para promover a contemplação do interior por aqueles que estão na parte externa da casa.

Nesse sentido, a entrada da *domus* do Ex Albergue Distrital foi construída de tal modo que não apenas possibilita o caráter performativo da receção de pessoas, certamente *clientes* durante as *salutationes*, mas recorre a todos os meios possíveis para que isso seja ampliado o tanto quanto possível. Para tal, foram utilizadas duas soluções: 1) a entrada da casa ficava voltada para uma das ruas principais da cidade, onde o trânsito de pessoas seria maior, especialmente pela proximidade com o *forum* e; 2) o significativo destaque que se dá à porta ao serem implantadas duas robustas colunas, com cerca de 3 m de altura, encimadas por um capitel toscano, as quais, embora sem dados, podemos acreditar terem sido revestidas com pinturas.

A primeira solução não é incomum, tendo sido identificada em outras cidades do Império, como parece ter ocorrido na zona habitacional de *Tongobriga* (MAGALHÃES, 2022). Contudo, a segunda não é tão frequente. Com efeito, ao observamos os vestígios arqueológicos das cidades vesuvianas, cuja preservação é excepcional, vemos uma grande variedade de elementos decorativos que vão dar destaque às entradas e, por conseguinte, à própria casa. A documentação arqueográfica pompeiana revela a implantação de colunas associadas às ombreiras das portas, de modo que esses elementos decorativos parecem substituir aos estruturais, a exemplo das casas de *Julia Felix*, do Touro de Bronze ou de Pansa.

Aludimos, contudo, a um exemplar que parece reproduzir o fenômeno que temos documentado na *domus* do Ex Albergue Distrital. Trata-se da grande *Palestra*, implantada na *insula* oriental II, de Herculano, que apresenta, tanto na entrada principal para o conjunto balnear, como para a galeria que o sobrepõe, duas potentes colunas alinhadas à fachada do quarteirão, e a porta de acesso ao edifício foi implantada com um recuo.

Infelizmente, Vitrúvio não se deteve a meditar sobre as relações visuais e comunicativas das portas das habitações com os elementos arquitetónicos e urbanísticos que se desdobravam nas ruas da cidade em que estavam instaladas, mas apenas na disposição, dimensão e forma dos espaços internos às casas. Acreditamos que o arquiteto romano não se tenha debruçado sobre esse aspeto por conta da inexistência de um plano urbano para as cidades itálicas ou gregas, de onde saíram os seus modelos, que contemple a utilização de vias porticadas na estruturação dos eixos pedonais, assim como pela diversidade dos centros urbanos, nos quais os planos urbanísticos que recorrem à ortogonalidade das artérias ou homogeneidade dos quarteirões não são exclusivos, como a própria capital do Império demonstra, ao se tratar de uma cidade cuja *forma* é confusa,

enrolada, com ruas heterogéneas, irregulares, por vezes estreitas demais, mesmo quando passa por reformas urbanísticas pontuais em alguns *uici*, não revelando uma intenção, nem mesmo imperial, de promover a regularização dos eixos viários, como era realizado nas *coloniae* (WALLACE-HADRILL, 2003).

Ora, a possibilidade de contemplação do interior da habitação romana e, em particular, da atuação do seu *dominus* em suas ações, é uma ferramenta central da atuação performativa daqueles em casa que ocorriam *publica consilia et priuata iudicia arbitriaque* (Vit., *De arch.*, VI, V, 2), entre diversas outras atividades. Ou seja, se as *domus* de altos magistrados e demais personagens influentes nas dinâmicas políticas, religiosas, económicas e administrativas do Império eram um palco onde se desenrolavam as tramas da vida pública e privada, a sua arquitetura é reveladora e promotora dessa fluidez entre o âmbito interno, espaço privilegiado do doméstico, e o externo, local por excelência das tomadas de decisões daquilo que concerne à coisa pública.

Nesse sentido, vemos na escolha pelo recuo da porta e a utilização de duas colunas no alinhamento da fachada do quarteirão uma solução arquitetónica que, como pode ser observado em Herculano e projetado para *Bracara Augusta*, atraía a atenção de quem passava pelas ruas e estabelecia um diálogo, quase convidativo, do espaço externo com o interno, e, possivelmente, apresentava ainda um caráter recíproco, em especial no que toca à casa, que ampliava, ainda que simbolicamente, a esfera de atuação de seu *dominus* para a esfera pública, urbana. Essa comunicação dentro-fora na *domus* bracaragustana é reforçada com a reprodução de elementos arquitetónicos dispostos axialmente, formando uma sequência de colunas externas – porta – colunata do peristilo (entrada do compartimento que eventualmente existiria), exatamente como acontece na *Palestra* da cidade vesuviana, na qual desde a entrada vê-se tanto o pórtico como as colunas do jardim no interior.

Os *ordines* no espaço público: atuação e performance

A ação performativa dos *ordines* mais proeminentes nos espaços domésticos, ainda que com vistas à apreciação, direta ou indiretamente, do coletivo de habitantes das cidades romanas, já foi abordada. De fato, a disposição interna dos compartimentos das casas e, em especial, as suas entradas, dialogam de maneira bastante eficiente tanto entre si, como com o espaço aberto, seja ele um peristilo, átrio ou pátio, e com a área externa da habitação, favorecendo assim um público constituído, em alguns momentos, pelo restrito conjunto de *conuiuas* que acediam aos banquetes promovidos pelos *patresfamilias*, como por eventuais transeuntes nas ruas.

As referidas estratégias, contudo, também foram aplicadas, quando possível, às atividades que decorreriam no espaço público. A análise desse fenômeno a partir da vasta e diversificada documentação disponível para a cidade de Roma torna possível vislumbrarmos um conjunto de eventos que ocorreriam na capital do Império nos quais determinados membros da sociedade romana podiam ser vistos e reconhecidos pelo público. Alguns desses momentos tinham lugar pelas ruas da cidade em ocasiões bastante singulares e não muito frequentes, mas que possibilitavam um reconhecimento sem igual, como os triunfos, os grandes espetáculos em que soldados armados cruzavam o *pomerium* armados e apresentavam os espólios, humanos, animais e materiais, que arrebataram numa vitória bélica, ao fim do qual um sacrifício era realizado a Júpiter Capitolino pelo general que a liderou (BEARD, 2007). Outros estariam relacionados com momentos mais introspetivos, mas que, igualmente, potencializavam um singelo espetáculo acerca do papel e do lugar de determinadas pessoas e suas famílias, como bem demonstram Favro e Johanson (2010) acerca das *pompa funebris* e suas alterações entre a República e o Império, nas quais paralelamente ao cortejo e velório do familiar falecido, os funerais foram, também, um momento de estabelecer um diálogo entre os membros da *gens*, estivessem vivos ou mortos, e os espaços da cidade, em especial a *domus* de onde o corpo saiu, alguns monumentos, edifícios e estátuas dispostos na área do *forum*, determinados templos, afirmando e reiterando o lugar social daquelas pessoas que velam o defunto, de seus antepassados e de seus descendentes, membros daquela família.

Há, ainda, um outro conjunto de eventos que se diferenciam dos anteriores, entre outros aspectos, pela regularidade com que aconteciam, bem como pela forma *pro populo* sem a intenção, ao menos declarada, de dar destaque a determinados indivíduos. Com efeito, ao observarmos os rituais e as festividades patentes nos calendários romanos, identificamos diversos momentos em que as pessoas se reuniam em locais públicos, seja no *forum*, em templos ou áreas sagradas, como bosques, rios e fontes, com o intuito de participar do acontecimento.

A documentação que nos chegou sobre os calendários romanos, além de bastante reduzida, encontra-se, sobretudo, reunida em Roma e na Itália, sendo menos frequentes os exemplares provinciais. Os calendários eram instrumentos eficazes no ordenamento do ritmo da vida da sociedade e de inscrição oficial dos dias e dos festejos importantes para aquele grupo, o que os torna objetos de disputas entre diferentes agentes e variáveis, em sua forma e conteúdo, ao longo do tempo e nos diferentes locais que compunham a geografia imperial (MENDES; BORGES, 2008; RÜPKE, 2011).

Apesar do caráter público e livre da primazia de qualquer indivíduo, seja a nível pessoal ou representante de um grupo, os rituais funcionavam como um importante

mecanismo de organização social, ou, em outras palavras, de ordenação do corpo social por meio do estabelecimento do lugar de cada indivíduo e da marcação das fronteiras de sua ação. Como bem demonstrou Claudia Beltrão (2011) ao analisar o *epulum Iouis*, um banquete ritual (*lectisternium*) em que as divindades, assim como os humanos, eram comensais, que acontecia duas vezes ao ano, nos dias 13 de setembro e novembro, desde pelo menos o século IV a.C., em meio à temporada de celebrações dos *ludi Romani* e *Plebeii*. A investigadora salienta que, para além de reforçar os laços dos humanos com as divindades, especialmente Júpiter, os rituais atuavam como importantes instrumentos de organização da sociedade ao estabelecer o lugar de cada um de seus membros e o seu papel na ordem social, seja em relação aos seus participantes oficiais, designadamente senadores, sacerdotes e magistrados, que atuavam como representantes oficiais do povo junto às divindades no ritual, seja o público que assistia, e não banqueteava.

Apesar de conhecermos diversas oportunidades para os *ordines* romanos mais proeminentes de performarem publicamente a sua posição social, significativamente menos sabemos sobre essas atividades em contexto provincial. Mau grado a maior parte da documentação nesses contextos seja arqueológica, as nossas possibilidades de restituição de tais eventos seriam, sobretudo, aquelas advindas da análise de arquiteturas e espaços urbanos. Se, por um lado, podemos excluir, sumariamente, os triunfos, cujas honrarias estavam reservadas, no período imperial, ao próprio imperador (ou a quem ele designasse), pouco podemos saber sobre a forma como as *pompaes funebris* aconteciam, os rituais públicos ou as demais comemorações previstas nos calendários, sabendo que, certamente, não eram da mesma maneira como em Roma, seja pelas diferenças, ora ligeiras, ora significativas, na composição social dos corpos cívicos das cidades, seja pelas distintas *formae urbis*, especialmente no que toca às divindades cultuadas e às paisagens religiosas, cuja ação humana reiterada produziria potentes significados.⁸

Os cortejos fúnebres em *Bracara Augusta*, eventualmente, podiam ter como ponto de partida a *domus* da família enlutada, afinal a reprodução de espaços à moda itálica permitiria que essa atividade fosse realizada de forma semelhante, bem como podiam se locomover em direção ao *forum*, por circuitos que jamais conhecemos, e dele para a parte externa da cidade, onde estavam dispostas, a margear as vias que ligavam a cidade ao território, amplas áreas de necrópole. Não temos como saber se tais eventos ocorreriam, nem mesmo se o fariam dessa maneira, mas não é descabido

⁸ Sobre o conceito de paisagem religiosa, cf. Scheid e Polignac (2010). Sobre a aplicação do conceito, Jhan Daetwyler (2017) elabora uma excelente análise da construção da paisagem e da memória do monte Aventino, em Roma, no qual demonstra como a regularidade e reiteração de determinados cultos e práticas no lugar produziram uma imagem particular na identidade daquele lugar.

imaginar que algo era realizado no espaço público aquando da morte de alguém com condições financeiras, e cuja família tinha o interesse em fazer. Os dados arqueológicos provenientes das intervenções realizadas na necrópole da via XVII, *ad Asturicam*, a mais extensa já escavada em Braga, permitem a restituição de uma topografia funerária às portas da cidade deveras impressionante, composta por centenas de sepulturas, com diferentes tipologias, dimensões e *spolia*, que incluíam mausoléus e estelas funerárias dispostas nas imediações da estrada (BRAGA, 2018). Uma vez que as condições para a realização de uma *pompa* parecem estar colocadas, ao menos no momento final do cortejo, é possível que o circuito inclua lugares associados à família do defunto e monumentos importantes para a vida cívica da cidade.

O baixíssimo número de calendários identificados na maioria das províncias, no geral, e nas ocidentais, em particular, dificulta o conhecimento dos eventos que animavam as cidades do Império,⁹ sendo bastante imprudente assumir que todas as festividades anuais celebradas em Roma seriam igualmente realizadas nas províncias, ou ainda que todas as divindades cultuadas nas cidades teriam uma *feria* a elas dedicada, isso não acontecia na capital do Império, e tampouco se faria presente em outros centros urbanos.

Para além das festividades associadas a festivais religiosos, aludimos, ainda, a um outro tipo de celebração generalizada na Itália e nas demais províncias, sobretudo no período imperial. Trata-se da comemoração do *dies natalis* de determinadas figuras importantes na história romana, em especial do imperador no momento e de alguns membros da *domus Augusta*. Os aniversários dos imperadores eram celebrados com bastante vivacidade, e os sacrifícios em sua homenagem podiam ser incluídos em práticas anuais por séculos após a sua morte, quando divinizados, como demonstra as *Feriale Duranum*,¹⁰ dos inícios do século III, na qual é referida a imolação de um touro a *diuus Augustus* (MAZZARINO, 2008).

Mesmo fora da Itália, é igualmente notável a profusão de comemorações que foram estabelecidas em homenagens ao aniversário de Augusto, e a longevidade delas. As já referidas *Feriale Duranum*, do século III, documentam tanto a permanência dos rituais para o *dies natalis* do imperador mais de duzentos anos após a sua morte, como a realização dessa prática em locais bastante distantes do centro do Império, tendo sido esse papiro encontrado na cidade de *Dura-Europos*, na província da *Syria*. Outro interessante aspeto acerca desse dia no mundo romano é a instituição de eventos e atividades no dia 23 de setembro sem a referência ao *dies natalis Augusti*, tendo

⁹ Para as Hispâncias, indicamos os fragmentos dos *Fasti Astigitani*, que apenas conservam seis dias do mês de março, entre 14 e 19, e revela a realização de festivais, como as *Equirria*, *Liberalia* e *Quinquatrus* (14, 17 e 19, respectivamente), assim como o estabelecimento de *dies fastus* (16) e *dies comitiales* (18), e ainda uma referência aos *eidus* (GARCÍA-DILS DE LA VEGA; ORDÓÑEZ AGULLA, 2015).

¹⁰ CPL, 324.

permanecido como uma data importante na vida das pessoas *quase* independentemente do aniversário do imperador. Um bom exemplo dessa prática é o testamento de *Gaius Cornelius Egrilianus*,¹¹ fixado num arco em *Theueste*, localizado na província da *Numidia*, onde são estabelecidos, às expensas do falecido, um conjunto de jogos ginásiais a serem realizados nas termas públicas da cidade em determinados dias (*dies test gymnas Cornelii Egriliani ... gymnasia populo publice in thermis*), expostos num longo calendário que recobre todo o ano e, embora com diferentes quantidades de atividades em cada mês, não deixam de acontecer no aniversário de Augusto.

Mas e quanto a *Bracara Augusta*? Não foi identificado, até ao momento, nenhum calendário nessa cidade, bem como nenhuma referência direta a alguma festividade pública que tenha tomado as ruas do centro urbano. Contudo, temos documentada a relação entre os bracaraugustanos e *Paullus Fabius Maximus*, enquanto *legatus* na Hispânia Tarragonensis, uma personagem cuja biografia vale a pena ser avaliada. P. Fábio Máximo foi cônsul em 11 a.C., depois de ter sido *quaestor* entre 22-19 a.C. quando acompanhava Augusto pelas províncias orientais. Logo após o consulado, foi destacado como procônsul da província da *Asia*, cuja cronologia não é consensual, tendo o seu início acontecido no ano imediatamente após, em 10 a.C., ou cinco anos depois, em 6 a.C., para então ter assumido o cargo de *legatus pro praetore* de Augusto na *Hispania Citerior* (THOMASSON, 1984).

Essa prática de comemorar o *dies natalis* foi levada a *Bracara Augusta*, como bem documenta o já referido pedestal de Semelhe,¹² que refere uma estátua de Augusto que teria sido consagrada no aniversário de Paulo Fábio Máximo, então *legatus* na *Citerior*. Embora o adequado seria a dedicação ter sido realizada em meio a eventuais comemorações ao aniversário de Augusto (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 2015), fica patente a introdução desse hábito na cidade, ao passo que, certamente, deve-se a essa personagem algum contributo para a estruturação do culto imperial no noroeste ibérico, tendo aparecido ainda em duas inscrições eventualmente dedicadas a *Romae et Augusto*, provenientes de *Lucus Augusti*,¹³ concomitantemente a duas inscrições encontradas nas proximidades de *Bracara Augusta* consagradas ao *Genio Caesaris*¹⁴ e *Genio Augusti*.¹⁵

Portanto, embora não tenhamos nenhuma referência direta a homenagens realizadas a Augusto no dia de seus anos, é bastante possível que os habitantes de

¹¹ *CIL*, VIII, 1859.

¹² *Hispania Epigraphica*, n. 20263: Imp(eratori) Caesari diui f(ilio) Aug(usto) / pont(ifici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) XXI / sacrum / Bracaraugustani / Paulli Fabi(i) Maximi leg(ati) pro pr(aetoris) / natali dedicata est.

¹³ *Hispania Epigraphica*, n. 19084: [Romae et Augusto] / Cae[sari] / Paullus F[abius] / Maxum[us!] / legat(us) Caesaris. *Hispania Epigraphica*, n. 8391: [Romae et Augusto] / Ca[esari] / Paullus Fabius / Maxumus(!) / legat(us) Caesaris.

¹⁴ *Hispania Epigraphica*, n. 23012: Genio / [C]aesaris / - - - - -.

¹⁵ *Hispania Epigraphica*, n. 11837: Genio / Augusti.

Bracara Augusta tenham tido esse hábito, dada a biografia de *Paullus Fabius Maximus* e sua forte influência na cidade, a precoce implantação de um culto ao *Genius Caesaris e Augusti*, bem como a prática de comemorar publicamente aniversários, realizado por um grupo que se intitula *bracaraugustanus*.

As práticas de comemoração pública de aniversários, patentes na calendarização das atividades oficiais programadas anualmente, sofre de grandes entraves à sua documentação. Como vimos, tanto nas primeiras homenagens realizadas por magistrados e sacerdotes em Roma, ainda nas primeiras décadas do governo de Augusto, como nas *Feriale Duranum*, do século III, implementadas pelos soldados da *XX Cohors Palmyrenorum*,¹⁶ os promotores consagravam ao *princeps*, em vida ou não, atos que não deixam vestígios arqueológicos, como *epulae*, *uenationes*, *ludi* e *imolationes*, assim como a prática de realizar calendários sobre um suporte duradouro, como o mármore, que conhece um grande desenvolvimento entre os séculos I a.C. e I d.C., e dá lugar a novos materiais, como os papiros e pinturas parietais (RÜPKE, 2011), cuja preservação é significativamente mais deficiente, especialmente em cidades que tiveram uma ocupação continuada, como Braga.

Considerações finais

A construção histórica da sociedade romana, ao longo do período republicano e no Principado, produziu um corpo social bastante heterogéneo e hierarquizado, no qual os grupos mais destacados política, religiosa e socialmente criavam mecanismos, cada vez mais eficazes, de afirmar as suas distinções e representá-las publicamente, recriando continuamente as fronteiras do grupo ao qual pertenciam e marcando a separação com os demais indivíduos, externos ao grupo. Essas formas sociais e políticas de Roma, com a expansão do *Imperium* sobre um número cada vez maior de regiões e povos, exigiu a constituição de um modo específico de se relacionar com as províncias, levando à adaptação dos instrumentos administrativos com vista à integração jurídica e económica das populações do Império.

Vemos na análise dos vestígios provenientes das cidades provinciais, portanto, um campo de estudo privilegiado para a compreensão da forma como a capital se relacionou com as regiões conquistadas, ou ainda, como as elites locais se apropriaram das lógicas e práticas de apresentação e representação romanas com o intuito de se autoafirmar

¹⁶ Recentemente, Simon James (2019) publicou um importante contributo sobre a presença romana na província da *Syria* a partir dos dados arqueológicos provenientes da base militar de Dura-Europos, no qual o autor busca reunir as publicações das primeiras intervenções realizadas na cidade síria, no período do entre guerras, dirigidas por Franz Cumont (1922-1923) e Mikhail Rostovtzeff (1928-1937), e ainda os dados do projeto franco-sírio em que James esteve à frente e que permitiu dar continuidade às escavações naquele centro urbano (2005-2010).

como grupo destacado e ampliar as suas redes de contato e atuação, eventualmente chegando a Roma, mediante o estabelecimento de relações de patronato, clientela, hospitalidade ou amizade, cuja ação a nível político e social possibilitam a integração do Império e o atendimento dos interesses de indivíduos de *ordines* distintos (BRAUND, 1989; WALLACE-HADRILL, 1989).

Os dados disponíveis sobre o corpo cívico de *Bracara Augusta*, embora bastante lacunar e restrito, quase exclusivamente, aos vestígios arqueológicos, documentam um conjunto de mecanismos adotados pelas elites locais com a finalidade de afirmar o seu estatuto e estabelecer as fronteiras entre os seus pares e os demais. Essas estratégias destacam-se pela diversidade de ações e permanente reafirmação do lugar que ocupam na sociedade, que incluem a adoção de hábitos de consumo forâneos, como o uso de louça e a ingestão de alimentos mediterrânicos, bem como práticas culturais romanas, a exemplo das *salutationes*.

Por sua vez, a partir dos vestígios arquitetónicos conseguimos vislumbrar a ampliação desse mesmo fenómeno para além do âmbito doméstico, patente no uso de materiais de construção, soluções construtivas, elementos decorativos, entre outras ferramentas, que compõem o espaço em que as pessoas vivem e cuja apropriação, por parte de determinados indivíduos, tanto refletiam como reforçavam a hierarquização da sociedade. Trata-se da capacidade dos grupos mais elevados, seja por sua atuação política, religiosa, económica, militar, ou qualquer outra, de moldar o espaço público, teoricamente neutro e de todos, com o intuito de ele próprio servir como impulsionador de diferenciações sociais, conferindo, permanentemente, um capital simbólico cada vez maior a esses indivíduos (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, não bastava ser senador ou cônsul, em Roma, ou então decurião ou duúnviro, numa cidade provincial, era preciso que isso fosse perceptível mesmo fora do *forum* ou de qualquer outro lugar onde a funções associadas a esses cargos eram realizadas, e, portanto, a casa precisava dizê-lo, a roupa devia enunciá-lo, o lugar que ocupa nos edifícios de espetáculo ou em rituais e procissões pelas ruas do centro urbano ou em frente a um templo tinha a obrigação de explicitá-lo.

Referências

Documentação textual

- CLAUDII PTOLEMAEI. *Geographia*. Traduit par Karl Müller. Paris: Firmin-Didot, 1901.
- FLORUS. *Epitome of Roman History*. Translated by E. S. Forster. Cambridge: Harvard University Press, 1929.

- PLINY. *Natural History*: Books 3-7. Translated by H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1942. v. II.
- STRABO. *Geography*: Books 3-5. Translated by H. Leonard Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1923. v. II.
- VARRO. *De lingua latina*. Translated by Wolfgang de Melo. Cambridge: Oxford University Press, 2019.
- VITRUVIUS. *On architecture*: VI-X. Translated by Frank Granger. Cambridge: Harvard University Press, 1934.
- WALKER, S. G. (ed.). *Corpus Poetarum Latinorum*. Londini: Knight & Co, 1839.

Documentação textual

- HÜBNER, E. W. E. (ed.). *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: G. Reimerum, 1869 v. II.
- Mommsen. T. (ed.). *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptiones Africæ Latinae*. Collegit G. Wilmanns. Berolini: G. Reimerum, 1881 v. VIII.
- HISPANIA EPIGRAPHICA. Universid de Alcalá. Disponível em: <<https://eda-bea.es/>>.
- GORDON, A. E; GORDON, J. S. (ed.). *Album of dated Latin inscriptions*. Berkeley: University of California Press. 1958-1966.

Obras de apoio

- ALFÖLDY, G. Um “cursos” senatorial de *Bracara Augusta*. *Revista de Guimarães*, n. 76, p. 363-372, 1966.
- BEARD, M. *The Roman triumph*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- BELTRÃO, C. *Epulum louis*: o espetáculo da ordem sagrada na Roma Republicana. *Mneme*, v. 12, n. 30, p. 137-156, 2011.
- BELTRÃO, C. Religião, gênero e sociedade: ordem romana, ordem sagrada. *Maracanan*, v. 9, n. 9, p. 117-134, 2013a.
- BELTRÃO, C. *Terminatio e limitatio*: inauguração, fundação e cena ritual na República romana. *História: Questões & Debates*, n. 59, p. 173-191, 2013b.
- BEK, L. Cuestiones conviviales. The idea of the triclinium and the staging of convivial ceremony from Rome to Byzantium. *Analecta Romana*, n. 12, p. 81-107, 1983.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

- BRAGA, C. *Morte, memória e identidade: uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta*. Tese (Doutoramento em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2018.
- BRAUND, D. Function and dysfunction: personal patronage in Roman imperialism. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 137-152.
- CARANDINI, A.; CARAFA, P. *Palatium e Sacra Via I: Prima delle mura, l'età delle mura e l'età case arcaiche*. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 1995.
- CRIBIORE, R. Multifunctionality of spaces in a Late Roman house in Egypt. In: TUORI, K.; NISSIN, L. (ed.). *Public and private in the Roman house and society*. Rhode Island: JRA, 2015, p. 149-159.
- DAETWYLER, J. *A memória do Aventino: a integração de cultos estrangeiros e a transformação da paisagem religiosa romana no século III AEC*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- ELENA, A.; MAR, R.; MARTINS, M. *A fonte do ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 4*. Braga: UAUM; Narq, 2008.
- FAVRO, D.; JOHANSON, C. Death in motion. Funeral processions in the Roman Forum. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 69, p. 12-37, 2010.
- FISHWICK, D. *The imperial cult in the Latin West: Studies in the ruler cult of the Western provinces of the Roman Empire*. Provincial Cult. The Provincial Priesthood. Leiden: Brill, 2002, p. 2. 3 v.
- FONTES, L. et all. *Salvamento de Bracara Augusta. Projeto de remodelação e ampliação de edifício na Rua do Alcaide, nº 18-20, Braga. Relatório final*. Trabalhos Arqueológicos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Memórias 97. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2020.
- GARCÍA-DILS DE LA VEGA, S.; ORDÓÑEZ AGULLA, S. *Fasti Astigitani. Fragmento de calendario epigráfico de colonia Augusta Firma (Écija – Sevilla)*. *Pallas*, n. 99, p. 311-328, 2015.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. El culto a Augusto Vivo y la *devotio* popular: el origen del culto imperial. *Onoba*, n. 3, p. 15-24, 2015.
- GROS, P. *L'architecture romaine: du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut Empire. Maisons, palais, villas et tombeaux*. Paris: A&J Picard, 2006.
- JAMES, S. *The Roman military base at Dura-Europos, Syria: an archaeological visualization*. New York: Oxford University Press, 2019.

- LEMOS; F.; LEITE, J. Trabalhos arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas. *Forum*, v. 27, p. 15-38, 2000.
- MAGALHÃES, F. *Arquitetura doméstica de Bracara Augusta*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2010.
- MAGALHÃES, F. *A domus romana no NO peninsular*. Arquitetura, construção e sociabilidades. Tese (Doutoramento em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2019.
- MAGALHÃES, F. The Roman houses of Tongobriga: architecture and cultural change. *Arqueología de la Arquitectura*, v. 19, e125, 2022.
- MARTINS, M. *As termas romanas do Alto da Cidade*. Um exemplo de arquitectura pública de *Bracara Augusta*. Bracara. Augusta. Escavações Arqueológicas 1. Braga: UAUM; Narq, 2005.
- MARTINS, M. *et al.* Constructing identities within the periphery of the Roman Empire: north-west Hispania, In CURCĂ, R.; RUBEL, A.; SYMONDS, R.; VOß, H. (ed.). *Rome and Barbaricum: contributions to the archaeology and history of interaction in European protohistory*. Gloucester: Archaeopress, 2020, p. 135-154.
- MARTINS, M. *et al.* Topografia e urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*. In: DOPICO CAÍNZOS, D.; VILLANUEVA ACUÑA, M. (ed.). *In Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat*: a cidade romana no noroeste: novas perspectivas. Lugo: Servizo de Publicacións de la Deputación de Lugo, 2017, p. 203-225.
- MARTINS, M. *et al.* Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer. In RIBEIRO, M.; MELO, A. (coord.). *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29-68.
- MARTINS, M.; SILVA, G. Cidade antiga e sociedade: narrativas e diálogos interdisciplinares. In: FERREIRA, A.; MARQUES, A. (org.). *Atas do II Congresso Histórico Internacional: as cidades na história*. Sociedade. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2019, p. 76-108.
- MAU, A. *Pompeji in Leben und Kunst*. Leipzig: Verlag Von Wilhelm Engelmann, 1908.
- MAZZARINO, S. *L'Impero Romano*. Roma: Laterza, 2008. v. 1.
- MENDES, N.; BORGES, A. Os calendários romanos como expressão de etnicidade. *História: Questões & Debates*, n. 48-49, p. 77-99, 2008.
- MENDES, N.; BUSTAMANTE, R.; DAVIDSON, J. Experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, v. 9, p. 17-41, 2005.
- MORAIS, R. Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*. *Forum*, n. 30, p. 55-76, 2001.

- NISSEN, H. *Pompejanische Studien zur Städtekunde des Altertums*. Leipzeig: Breitkopf Und Härtel, 1877.
- OKSANISH, J. *Vitruvian man: Rome under construction*. New York: Oxford University Press, 2019.
- OVERBECK, J. *Pompeji in seinen Gebäuden, Alterthümern und Kunstwerken*. Leipzig: Verlag Von Wilhelm Engelmann, 1884.
- PEREIRA MENAUT, G. Los castella y las comunidades de Gallaecia. In: SEMINARIO DE ARQUEOLOGIA DEL NOROESTE, II, 1983, Madrid. *Anais...* Madrid, CSIC, 1983, p. 169-192.
- REDENTOR, A. *A cultura epigráfica no conventus Bracaravstanvs (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. v. 1.
- RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; MARTINS, M. Meios, técnicas, e custos de construção em *Bracara Augusta* no século II. O balneário das Carvalheiras. *Férvedes*, n. 8, p. 331-339, 2015.
- RÜPKE, J. *The Roman calendar from Numa to Constantine: time, history and the fasti*. Oxford: Blackwell Publishing, 2011.
- SCHEID, J.; POLIGNAC, F. Qu'est-ce qu'un paysage religieux? Représentations cultuelles de l'espace dans les sociétés anciennes. *Revue de l'Histoire des Religions*, v. 227, n. 4, p. 427-434, 2010.
- SEWELL, J. *The formation of Roman urbanism, 338-200 B.C.: between contemporary foreign influence and Roman tradition*. Rhode Island: JRA, 2010.
- TAMBIAH, S. *Culture, thought and social action: an anthropological perspective*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1985.
- THOMASSON, B. *Laterculi Praesidum*. Göteborg: Radii Gothoburgi, 1984. v. 1
- TORRES, A. *Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex Albergo Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica de Bracara Augusta*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2014.
- TRANOY, A.; LE ROUX, P. As necrópoles romanas de *Bracara Augusta*. Les inscriptions funéraires. *Cadernos de Arqueologia*, n. 6-7, p. 183-230, 1989-1990.
- WALLACE-HADRILL, A. Patronage in Roman society: from Republic to Empire. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1989, p. 63-87.
- WALLACE-HADRILL, A. The streets of Rome as a representation of imperial power. In: DE BLOIS, L. et al. (ed.). *The representation and perception of Roman imperial power*. Amsterdam: J. C. Gieben, 2003, p. 189-206.

- WALLACE-HADRILL, A. What makes a Roman House a "Roman House"? In TUORI, K.; NISSIN, L. (ed.). *Public and private in the Roman house and society*. Rhode Island: JRA, 2015, p. 177-186.
- ZANKER, P. *Pompeii: public and private life*. London: Harvard University Press, 1999.

A paisagem mortuária romana e suas relações familiares sob a ótica de Sêneca (62 d.C.)

The Roman mortuary landscape and its family relationships from the perspective of Seneca (AD 62)

Luciane Munhoz de Omena*
Dyeenmes Procópio de Carvalho**

Resumo: A sociedade romana comungava práticas de sepultamentos que se destinavam ao respeito aos mortos e à perpetuação de seus nomes na paisagem sagrada das necrópoles. Construídas nas vias de acesso das cidades, podemos percorrer, ainda, hoje, inúmeros sítios arqueológicos que presenteariam os visitantes com estruturas monumentais de sepulturas, as quais relacionam-se aos diferentes interesses e práticas sociais. Com isso em mente, este artigo tem como objetivo compreender as práticas mortuárias e suas relações com a memória a partir da paisagem funerária e das relações familiares no *lógos* filosófico de Lúcio Aneu Sêneca. Em diálogo com os vestígios materiais, pretende-se investigar o impacto da morte na corte neroniana à época de 62 d.C. A partir daí, serão traçadas reflexões acerca dos comportamentos aristocráticos em relação à família e ao luto e, dessa forma, ao analisar a prática da *virtus*, compreender-se-á a criação de normas de condutas para a expressão pública da dor e a inserção de dimensões mais particulares e emocionais no modo como se lembravam dos mortos sob a perspectiva de Sêneca.

Abstract: The Roman society shared burial practices aimed at respecting the deceased and perpetuating their names in the sacred landscape of necropolises. Built along the city's access roads, today we can still explore numerous archaeological sites that gift visitors with monumental burial structures, which are related to various social interests and practices. This article aims to understand representations of death and its relations with the memory from mortuary landscape and its family relationships in the philosophical *logos* of Lucius Annaeus Seneca by examining the impact representations of death in the Neron court at the time of AD 62. From there, we will make some critical reflections on the aristocratic behaviours regarding to the family and the mourning, thus, by analysing the practice of *virtus*, we will understand the creation of behavioural rules to the public expression of pain and the insertion of more particular and emotional dimensions in the way they reminded of the dead from the perspective of Seneca.

Palavras-chave:
Paisagem mortuária.
Família.
Sêneca.
Roma.

Keywords:
Mortuary landscape.
Family.
Seneca.
Rome.

Recebido em: 17/09/2023
Aprovado em: 20/10/2023

* Professora Associada IV de História Antiga da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sob supervisão do Prof. Dr. Pedro P. A. Funari. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). Atualmente, executa o projeto intitulado "Morte e memória no Império Romano à época do Principado romano (27 a.C. a 192 d. C.)"

** Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) sob orientação da Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena. Mestre em História pela mesma instituição. Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Assim são os *monimenta*, memoriais, que estão nas tumbas, também ao longo da estrada, para que admoestem, lembrem, os passantes que também eles são mortais. Assim, outras coisas são escritas e feitas para preservar a memória, por isso, são chamados *monimenta*, monumentos, memoriais (Varrão, *De lingua Latina*, 51, 6, 49).¹

Varrão sugere que a morte devia ser lembrada. Tal ênfase indica que a sociedade romana comungava práticas de sepultamentos que se destinavam ao respeito aos mortos e à perpetuação de seus nomes na paisagem sagrada das necrópoles. Construídas nas vias de acesso das cidades, podemos percorrer, ainda, hoje, inúmeros sítios arqueológicos, como, por exemplo, em Roma, Óstia, Pompeia, entre tantos outros do Mediterrâneo romano, que presenteiam os visitantes com estruturas monumentais de sepulturas. Os museus europeus, estadunidenses e orientais expõem peças e fragmentos de testemunhos mortuários em suas instalações. Um exemplo a ser mencionado são os Museus do Capitolino, localizados em Roma, que congregam, em seus palácios, importantes vestígios, como urnas, sarcófagos, estelas e altares funerários. Muitos deles apresentam datações e origem, porém, em outros casos, veem-se fragmentos acondicionados nas paredes dos palácios. Transformaram-se em peças de decorações ou, na pior das hipóteses, fadados a espaços sem visibilidade e sem tratamento, tal como fazemos, muitas vezes, em nossas residências, ao guardarmos objetos que tiveram significados, contudo, passados os anos, se tornaram obsoletos, convertendo-se em objetos destinados à invisibilidade social.²

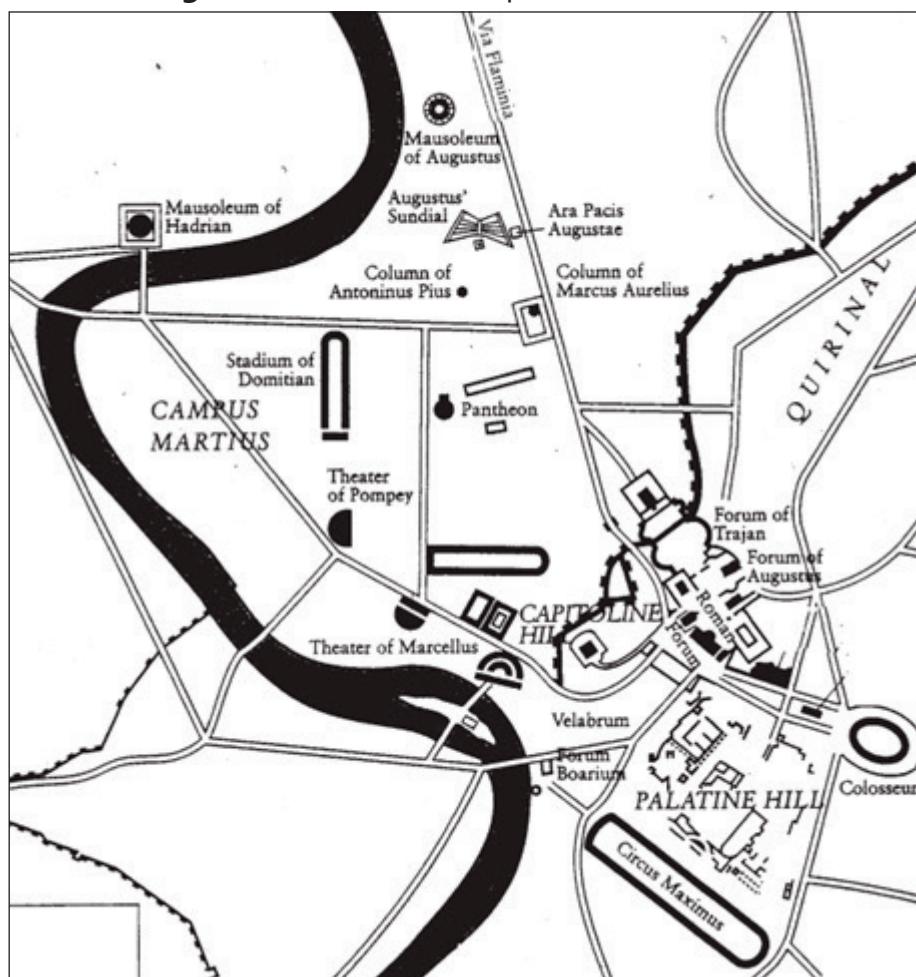
Apesar das dificuldades no tratamento e no armazenamento de vestígios, percebe-se que a morte e seus rituais se tornaram relevantes, ainda, hoje, e aos homens do passado. Segundo propomos, a permanência deles nos sítios arqueológicos e nos museus marcam não apenas a relevância do passado, ou seja, a consciência histórica, mas demonstram igualmente o medo e as incertezas da mortalidade. Varrão (116-27 a.C.) não é o único a admoestar os leitores ouvintes, a contemporaneidade também o faz (JENKINS, 2016, p. 251).

¹ No original: "Sic monimenta quae in sepulcris, et ideo secundum viam, quo praetereuntis admoneant et se fuisse et illos esse mortalis. Ab eo cetera quae scripta ac facta memoriae causa monimenta dicta".

² Sugere-se algumas leituras sobre a relevância histórica e arqueológica dos objetos, pois, como observam Hella Eckardt e Howard Williams (2003, p. 141), tais como as pessoas possuem uma história social, os objetos adquirem significados e evocam memórias por intermédio de suas vinculações com as pessoas, com as suas produções, com as trocas e os seus usos. Nesse sentido, entendemos que os artefatos se tornam centrais nas criações de identidades individuais e coletivas. Aliás, devemos fazer um adendo: nessa mesma linha, o *Museo dei Fori Imperiali*, em Roma, apresenta aos visitantes a relevância dos artefatos fragmentados. Em seu ambiente, deparamo-nos, por exemplo, com partes de estátuas, as quais possuem a mesma importância histórica, quando comparadas aos objetos mais completos. Nesta linha, indicamos os estudos de Appadurai (1986), Valerie M. Hope (2003; 2011) e Norberto Luiz Guarinello (2011). Para finalizar, recomendamos os estudos que problematizam as relações entre cadáveres, objetos e corpos. São eles: Williams (2004; 2016), Grahan (2011), Jenkins (2016), Omena (2021), entre outros mais.

Nós o fazemos com o nosso olhar treinado aos testemunhos materiais e textuais acerca das percepções sobre as paisagens mortuárias do Mediterrâneo romano. Para nós, pesquisadores, as paisagens relacionam-se aos diferentes interesses e práticas sociais, por isso, consideramos, de fato, os edifícios mortuários e os monumentos relacionáveis (TILLEY, 2008, p. 274). Observemos a Figura 1:

Figura 1 - Plano do Campo de Marte, Roma



Fonte: Adaptado com a permissão de N. Romage e A. Romage (2005, fig. 04 *apud* REHAK, 2006, p. 223).

Localizado na cidade de Roma, o Campo de Marte exibia uma paisagem, no mínimo, ilustre, pois, veem-se, ainda, nos dias de hoje, vestígios da Via Flaminia e do Rio Tibre, indicando uma posição privilegiada, uma vez que as vias terrestre e fluvial tornavam-se fontes de comunicação e de trocas de bens, fossem materiais, fossem simbólicas (Estrabão, *Geographia*, V, 8, 35).³ Na Figura 1 constata-se uma série de

³ Segundo L. Richardson (1992, p. 65), à época de Augusto, o Campo de Marte estaria dividido entre *Regio VII, Via Lata, Regio IX, Circus Flaminius*, entretanto, a linha de divisão parece incerta, mas faziam paralelo à linha da *Via Flaminia* e, possivelmente, ao longo dela. De acordo com o estudioso, a planície era baixa, já que a sua superfície estava apenas a 3-8

edificações, como os teatros de Pompeu e Marcelo, a *Ara Pacis Augustae*, o relógio solar de Augusto e vinte tumbas: dois sepulcros circulares, sepulcro na Porta Flamínia, sepulcro em formato de três braços, sepulcro piramidal, sepulcro da Via Tornacelli, sepulcro do Palácio Sciarra, sepulcro dos *Scipioni*, Sepulcro dos Cláudios, sepulcro da Via Júlio Romano, Meta e acrescentam-se registros dos sepulcros de L. Rupilio Magno, Trullo, M. Oppio, Sila, Júlia César, Caio Vibio Pansa Cetroniano, A. Irzio, Caio Publício Bíbolo e o Mausoléu de Augusto (PORCARI, 2015, p. 464).

A partir dessa paisagem, observa-se certo empreendimento e custeamento que se associavam aos grupos sociais aristocráticos. Tanto nos vestígios materiais quanto nos textuais, contemplam-se personagens, como Cneu Pompeu Magno, César Augusto, Lívia Drusila, entre tantos outros, os quais não somente ocuparam a paisagem com edifícios, mas, por meio deles, construíram e compartilharam elementos simbólicos associados a Roma e à sua fundação. Como sustentam Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari (2021, p. 59):

O Campo de Marte representava um espaço social em que se reuniam cidadãos para a eleição dos cônsules e censores, generais iniciavam suas procissões triunfais, a associação com a divindade Marte e, em termos simbólicos, este espaço teria sido o local de apoteose de Rômulo (cf. Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, I. IV/VII/VIII/IX/XV/XVI). Além disso, ocorriam procissões funerárias de ilustres cidadãos que, somente por concessão do Senado, poderiam seguir pelo Campo de Marte.

Tais insígnias de poder aparecem representadas na narrativa de Estrabão (63 a.C.-24 d.C.), quando ele descreve o Mausoléu de Augusto. De acordo com suas palavras:

E o mais digno de ser registrado é o chamado Mausoléu, um grande túmulo sobre uma base elevada de mármore branco às margens do rio, coberto até o cimo do monte com árvores perenes; então, há no alto uma estátua de bronze de César Augusto, sob o seu túmulo estão colocados o seu corpo, os dos seus parentes e amigos íntimos, e há um grande bosque sagrado atrás dele que tem passeios admiráveis; e no meio da planície, está o recinto de sua cremação, também de mármore branco, cercado por um acabamento com um círculo de ferro, e é coberto por dentro com uma plantação de álamos negros. E se alguém retornasse até o antigo fórum, veria nele pórticos expostos um atrás do outro e pórticos de basílicas e templos, veria também o Capitólio e as obras que há lá, as que há no Palatino e no passeio de Lívia, e facilmente poderia esquecer as do estrangeiro. Tal é, sem dúvida, Roma (Estr., *Geog.*, V, 8).⁴

m acima do Tíber e, apenas com elevações menores, constantemente causava inundações. Teriam sido imprescindíveis obras de canalização, as quais desviavam o curso das águas, como, por exemplo, a *Petronia Amnis*, em que as águas drenadas corriam para o sul e oeste da encosta oeste do Quirinal. Ademais, o Campo de Marte abrigou não somente construções públicas, mas também a paisagem teria sido ocupada por edifícios privados, uma vez que o catálogo regional lista 3.805 *insulae* e 120 *domus* em *Regio VII*, bem como 2.777 *insulae* e 140 *domus* em *Regio IX* (RICHARDSON, 1992, p. 67).

⁴ No original: “ἀλλήλοις, ὡς πάρεργον ἀν δόξαιεν ἀποφαίνειν τὴν ἄλλην πόλιν. διόπερ ἱεροπρεπέστατον

Como se observa, o geógrafo descreve, pormenorizadamente, a construção monumental do Mausoléu, com suas bases de mármore branco, o bosque sagrado, a estátua de bronze de Augusto, o recinto da pira funerária em mármore, a plantação de álamos negros e apresenta uma série de anéis concêntricos de concreto revestidos com blocos em travertino, tornando-o muito mais apoteótico com seus moradores notáveis: Marcos Cláudio Marcelo (42-23 a.C.), Marco Vipsânio Agripa (64 a.C.-12 a.C.), Nero Cláudio Druso (38 a.C.- 9 a.C.), Otávia Júlia Turino (69 a.C.-10 a.C.), Lúcio Vipsânio Agripa (conhecido por Lúcio César, após a adoção de Augusto) (17 a.C.-2 d.C.), Caio Vipsânio Agripa (Caio César, depois da adoção de Augusto) (20 a.C.- 4 d.C.), Otávio César Augusto (63 a.C.-14 d.C.), Germânico Júlio César (15 a.C.-19 d.C.), Druso Júlio César (13 a.C.-23 d.C.), Lívia Drusila (58 a.C.-29 d.C.), Nero Júlio César Germânico (6 d.C.-31 d.C.), Agripina Maior (14 d.C.-33 d.C.), Druso César (7 d.C.-33 d.C.), Tibério Cláudio Nero César (42 a.C.-37 d.C.), Antônia (36 a.C.-36 d.C.), Júlia Lívila (18 d.C.-d.C.), Tibério Cláudio César Augusto Germânico (10 a.C.-54 d.C.), Tibério Cláudio César Britânico (41 d.C.-55 d.C.), Popeia Sabina, esposa do imperador Nero Cláudio César Augusto Germânico (30 d.C.-60 d.C.) e Marco Coceio Nerva (30 d.C.-98 d.C.).⁵ A partir do Mausoléu, os visitantes contemplariam a sua própria monumentalidade, o antigo fórum, os pórticos das basílicas, os templos, o Capitólio e o Palatino, tal como se nota na narrativa de Estrabão (*Geog.*, V, 8, 50; 55).

Nessa etapa, é importante discutirmos, mesmo que brevemente, a paisagem institucional que confere elementos simbólicos e identitários. Para iniciarmos a reflexão, entendemos as instituições como agrupamentos sociais legitimados como famílias, com destaque às famílias imperiais, cerimônias, magistraturas, assembleias, entre outras formações. Como propõe Mary Douglas (2011, p. 37), a instituição é, em uma instância, uma convenção social, à medida que

uma convenção surge quando todos os lados têm interesse comum na existência de uma regra que assegure a coordenação, quando nenhum deles apresenta interesses conflitantes e quando nenhum deles se desviará, a menos que a desejada coordenação se tenha perdido.

νομίσαντες τούτον τὸν τόπον καὶ τὰ τῶν ἐπιφανεστάτων μνήματα ἐνταῦθα κατεσκεύασαν ἀνδρῶν καὶ γυναικῶν. ἀξιολογώτατον δὲ τὸ Μαυσώλειον καλούμενον, ἐπὶ κρηπῖδος ύψηλῆς λευκολίθου πρὸς τῷ ποταμῷ χώμα μέγα, ἄχρι κορυφῆς τοῖς ἀειθαλέσι τῶν δένδρων συνηρεφές; ἐπ' ὅκρω μὲν οὖν εἰκών ἐστι χαλκῆ τοῦ Σεβαστοῦ Καίσαρος, ὑπὸ δὲ τῷ χώματι θῆκαι εἰσιν αὐτοῦ καὶ τῶν συγγενῶν καὶ οἰκείων, ὅπισθεν δὲ μέγα ἄλσος περιπάτους θαυμαστοὺς ἔχον· ἐν μέσῳ δὲ τῷ πεδίῳ ὁ τῆς καύστρας αὐτοῦ περιβόλος καὶ ούτος λίθου λευκοῦ, κύκλῳ μὲν περικείμενον ἔχων σιδηροῦν περίφραγμα, ἐντὸς δ' αἰγείροις κατάφυτος. πάλιν δ' εἴ τις τὴν ἀγορὰν παρελθὼν τὴν ἀρχαίαν ἄλλην ἔξ ἄλλης ἔδοι παραβεβλημένην ταύτη καὶ βασιλικὰς στοάς καὶ ναούς, ἔδοι δὲ καὶ τὸ Καπιτώλιον καὶ τὰ ἐνταῦθα ἔργα καὶ τὰ ἐν τῷ Παλατίῳ καὶ τῷ τῆς Λιβίας περιπάτῳ, ῥαδίως ἐκλάθοιτ' ἀν τῶν ἔξωθεν. τοιαύτη μὲν ἡ Ἐρώμη" (*Est., Geog.*, 5, 8).

⁵ Para maiores informações sobre o Mausoléu de Augusto, sugerimos os seguintes autores: Guven (1998), Eder (2005), Jones (2008), Kallis (2011), Sáez (2016), Omena e Funari (2021), Omena (2020), entre outros mais.

As instituições organizam a sociedade em torno de suas demandas e interesses, transformam-nas em práticas institucionalizadas por intermédio da criação de regras e normas integradas à produção de analogias. Estas legitimam as instituições sociais e produzem interferências nos espaços e nos locais, alterando, de fato, o cotidiano. Se voltarmos a Estrabão, a comunidade se organiza e se integra ao Campo de Marte. Nas palavras do geógrafo:

De fato, Pompeu, o divino César, Augusto, os filhos deste, seus amigos, sua mulher e sua irmã, ultrapassaram os outros em completa diligência e muitas despesas com construções; e o Campo de Marte tem a maior delas, além de seu aspecto natural, acrescentando também o cuidado com a beleza. Por certo, é admirável a extensão da sua planície, juntamente com as corridas de carros e todo tipo de manobra com carros de corrida, tem uma área livre para que façam exercícios gímnicos com bola, argola e palestra com uma multidão enorme; também as obras colocadas em seu entorno, o solo coberto de grama durante o ano e coroado de colinas (Estr., *Geog.*, V, 8).⁶

Elabora-se um vínculo entre as construções públicas e os personagens da política romana: mulheres e homens produziram alterações nas paisagens da *urbs*, criando, com isso, laços sociais e identidades. Nesse sentido, a colocação de Mary Douglas (2011, p. 108) interessa-nos profundamente, pois, segundo a autora, "[...] estar ligado a um lugar significa, portanto, não só ter um ponto de origem, mas também possuir aquelas raízes sociais, aquelas realizações humanas que são distintivas para o tipo de pessoa que alguém é". No excerto de Estrabão, temos a presença das atividades físicas, das corridas de carros, das palestras e uma paisagem natural protuberante que transforma, em especial, o Campo de Marte em um espaço vívido e, ainda mais, simbólico, em termos institucionais. Compreende-se, portanto, que o Mausoléu de Augusto se integra à *Ara Pacis Augustae* e às *Res Gestae Divi Augusti*. Como propõe Paul Rehak (2006, p. XII), Augusto, aos setenta e seis anos, escreve a sua *uita* testamentária, lida em voz alta e fixada em vários locais, inclusive em seu monumento mortuário, rememora os seus feitos. Ao mencionar a *Ara Pacis*, afirma:

Quando voltei da Hispânia e da Gália, alcançado os sucessos nessas províncias sob o consulado de Tibério Nero e Públia Quintílio, o Senado votou em honra do meu retorno a consagração de um altar à Paz Augusta no campo de Marte, e ordenou que neste altar os magistrados, os sacerdotes e as Virgens Vestais fizessem um sacrifício anual (Augusto, *Res Gestae Divi Augusti*, XIII).⁷

⁶ No original: "καὶ γὰρ Πομπήιος καὶ ὁ θεὸς Καῖσαρ καὶ ὁ Σεβαστὸς καὶ οἱ τούτου παῖδες καὶ οἱ φίλοι καὶ γυνὴ καὶ ἀδελφὴ πᾶσαν ὑπερεβάλοντο σπουδὴν καὶ δαπάνην εἰς τὰς κατασκευάς· τούτων δὲ τὰ πλεῖστα ὁ Μάρτιος ἔχει κάμπος πρὸς τῇ φύσει προσλαβών καὶ τὸν ἐκ τῆς προνοίας κόσμον. καὶ γὰρ τὸ μέγεθος τοῦ πεδίου θαυμαστὸν ἄμα καὶ τὰς ἀρματοδρομίας καὶ τὴν ἄλλην ἵππασιν ἀκώλυτον παρέχον τῷ τοσούτῳ πλήθει τῶν σφαίρας καὶ κρίκων καὶ παλαίστρας γυμναζομένων· καὶ τὰ περικείμενα ἔργα καὶ τὸ ἔδαφος ποάζον δι' ἔτους καὶ τῶν λόφων στεφάναι τῶν" (Estr., *Geog.*, 5, 8).

⁷ No original: "Cum ex Hispania Galliaque, rebus in iis provincis prospere gestis, Romam redi Ti. Nerone et P. Quintilio

Augusto reforça o seu papel político e negocia a sua posição institucional. Construída entre os anos 13 e 9 a.C., a *Ara Pacis Augustae* continha elementos simbólicos associados à paz, à prosperidade, à família, às magistraturas e à fundação de Roma, entre outros elementos.⁸ Localizada entre o Mausoléu, as *Res Gestae Divi Augusti* – epítápio – e o relógio solar na forma de Obelisco (Figura 1), Augusto produz, em termos representativos, um discurso de consolidação de sua posição institucional em uma paisagem afiliada aos *mores maiorum*. O monumento mortuário e seus epítáfios, o altar da Paz e, ainda, os edifícios públicos, em seus entornos, produziram, de fato, memórias institucionais, as quais corroboraram os conflitos, as celebrações e as dimensões emocionais.

A espacialidade e suas celebrações traduzir-se-iam em formas de comunicação política e social. Adquirem uma linguagem imagética e dramática que, segundo propomos, reforçam os sentimentos de pertencimento e consentimento. Na escrita de Estrabão, detectam-se informações sobre a qualidade espacial, a diversidade de obras e, por consequência, aquela paisagem congregava funções e público variáveis. Como sustenta C. Tilley (2008, p. 272), a paisagem é fundamental para a existência humana, uma vez que fornece um meio e um resultado, individual e social de suas práticas culturais. A fisicalidade das paisagens orienta as pessoas e os lugares dentro delas, sendo um recurso físico e sensorial para as experiências sociais e simbólicas. Propomos que o espaço propicia um conjunto de experiências emocionais, pois, como acentua Yi-Fu Tuan (1983, p. 127):

[...] o espaço arquitetônico revela e instrui. De que maneira ele instrui? Na Idade Média, a grande catedral instrui em vários níveis. Há o apelo direto aos sentidos, ao sentimento e ao subconsciente. A centralidade da construção e a presença dominante são registradas. Eis o volume – o peso da pedra e da autoridade – e, no entanto, as torres se elevam.

O estudioso confere à espacialidade arquitetônica – externa e internamente – uma potência que se vincula às experiências emocionais. A grandiosidade da construção, o espaço gerenciado e os seus símbolos sociais e sagrados produzem acolhimento. Ao voltarmos a Estrabão, o geógrafo grego destaca, com enorme admiração, o conjunto espacial do Campo de Marte, pois, por intermédio de seus bosques e construções arquitetônicas, convidava as pessoas a oferecerem sacrifícios, exercitarem seus corpos, frequentarem espetáculos teatrais, corridas e combates gladioriais e, ainda, sepultarem seus mortos ilustres. O espaço arquitetônico público convida os viandantes a se

consilibus aram Pacis Augustae senatus pro reditu meo consacrandam censuit ad campum Martium, in qua magistratus et sacerdotes virginesque Vestales anniversarium sacrificium facere iussit" (Aug., *Res Gest. D. Aug.*, XIII).

⁸ Para maiores informações, consultar: Billows (1993), Strazzulla (2009), Lowrie (2009), Martins (2011) Ionescu (2014), Pérez (2014), entre outros autores.

integrarem, à medida que produzem identidades, o compartilhamento de símbolos e se inscrevem em uma memória social. Ao parafrasearmos Norberto Luiz Guarinello (2001), entendemos que a construção dos espaços arquitetônicos, tais como as celebrações festivas, as quais estão interconectadas, envolvem valores, visões de mundo, emoções, conflitos e processos de negociações.

Se referirmo-nos à arena romana, os conflitos entre grupos aristocráticos transformaram a morte e seus rituais de enterramentos em momentos propícios para os espaços de disputas. Embora tais práticas não possam ser reduzidas às disputas de poder, uma vez que congregam características sociais e sagradas,⁹ acentuamos, pelo menos, nesta discussão, a relevância da linguagem política para as práticas mortuárias. Augusto não se opôs somente aos grupos aristocráticos vinculados a Marco Antônio e Cleópatra, mas, ao construir o Mausoléu no Campo de Marte, preocupou-se também em propagar imagens de unidade entre as *gentes Claudia* e *Iulia*. Sabemos, pois, que os laços familiares na sociedade romana representavam, particularmente, laços institucionais. A prática política envolvia alianças entre as *gentes*, portanto, as uniões matrimoniais, a dissolução delas pelo divórcio, o nascimento de filhos legítimos e o respeito aos ancestrais posicionavam protagonistas, tais como Augusto e seus familiares, no centro das disputas aristocráticas da corte romana.¹⁰

Como resultante, entendemos que as práticas de sepultamentos se tornaram fontes de disputas e de conflitos entre famílias aristocráticas.¹¹ As construções dos edifícios e dos monumentos representavam uma verticalização da construção social de memória (CARROLL, 2011).

Augusto e os demais grupos de notáveis escolheram as imagens e as inscrições mortuárias como uma agenda mnemônica para gerações futuras, uma vez que pretendiam perpetuar suas respectivas reputações em vida e na morte. Havia uma urgência em indicar herdeiros, os quais assumiriam suas posições políticas dentro da família e das magistraturas.

⁹ É importante ressaltar que as construções tumulares, os epítáfios em estelas e em altares, e os relevos apresentam uma infinidade de temas que se associam à morte, à perda de entes queridos, às narrativas míticas, às práticas de ofícios, entre outros temas. Por exemplo, podem ser citadas as representações de meninos e meninas, pois, segundo Omena (2020, p. 148), aparecem homenageados em uma grande variedade de suportes como estelas, altares, retratos, sarcófagos, que registram o luto, o sentimento de perda, a individualidade e seus ambientes de entretenimento, nascimento, educação, entre outros mais. Para maiores informações sobre morte e infância, indicamos: Smith (2006), Huskinson (2006), Carroll (2012; 2018a; 2018b), Crawford *et al.* (2018), Omena e Funari (2021), entre outros.

¹⁰ Para maiores informações sobre as práticas matrimoniais, sugerimos os seguintes autores: Dixon (1992), Pryzwansky (2008), Chrystal (2017), Rawson (1966; 1974; 1987; 1999), entre outros mais.

¹¹ Mais uma vez, precisamos esclarecer que a prática de sepultamento em necrópoles de superfície envolveu também grupos sociais diversificados, tais como escravos, libertos e trabalhadores livres. A perpetuação de seus nomes no espaço mortuário não se reduz aos grupos sociais aristocráticos. Vêem-se, por exemplo, o monumento como a Tumba do Padeiro na *Via Ostiense*, em Roma. Há igualmente um número gigantesco de epítáfios e relevos, os quais enfatizam suas relações afetivas e ofícios, como, por exemplo, o comércio. Para maiores informações, indicamos: Joshel (2013), Carroll (2011), Strong (2016), Bodel (2017), entre outros.

Christopher Johanson (2011, p. 408-409), em *A Walk with the dead: a funerary cityscape of ancient Rome*, produz uma descrição e uma análise belíssimas dos cortejos fúnebres. Para o pesquisador, o panorama funerário oferecia uma miríade de oportunidades para exibir o capital simbólico familiar, político e pessoal.¹² O ritual funerário se inseria no coração político de Roma e a evidência das realizações familiares passadas – pois tinham a pretensão de ressaltar as realizações do morto e a influência comprovada da família. A família poderia usar a imagem funerária como um parâmetro interno que apresentasse objetivos claros para seus membros mais jovens alcançarem posições na política romana. Os mortos ofereciam *exempla* de sucessos passados e tornavam-se lembretes do seu próprio lugar dentro da estrutura de poder. Posto isto, as práticas mortuárias tornavam evidente as atitudes, aspirações de cidadãos e transformavam-se em modelos sociais que inseridos em um observatório público e sacralizado, tornavam evidentes suas posições e disputas políticas na corte romana.

Para tanto, torna-se imprescindível, a partir deste momento, compreendermos as relações familiares, com ênfase, nas dimensões emocionais e no exercício de poder sob o viés senequiano, para, deste modo, analisarmos os entrelaçamentos entre ética, família e morte. Direccionamo-nos, então, ao último tópico.

Morte e uirtus: as relações familiares em De beneficiis, de Sêneca (62 d.C.)

As disputas entre as famílias aristocráticas por espaços de poder no período da dinastia Júlio-Claudiana forjaram também a paisagem literária a partir da qual normas e valores éticos eram elementos importantes na busca pela legitimidade das classes governantes (HOPKINS, 1978, p. 113-114; 232). Valores como prestígio, honra e glória permeavam as estratégias políticas de diferentes grupos aristocráticos na consecução de seus interesses, sistematizados ou não, nas magistraturas civis e militares (LENDON, 1997, p. 30; GUARINELLO; JOLY, 2001, p. 4). É nesse contexto que as legislações augustanas sobre a família funcionam como uma das chaves explicativas das proposições éticas de Sêneca para as relações familiares em sua obra *De beneficiis* (GLOYN, 2017, p. 77).¹³ Ao propor um

¹² Em termos documentais, sugerimos a interessantíssima *Consolação a Lívia*, de autor anônimo. Nela, o anônimo não somente consola Lívia que lamenta, publicamente, a morte de seu filho Druso, mas apresenta em seus versos um ceremonial festivo, o qual celebra a relevância política e militar de Druso e posiciona Tibério, filho mais velho de Lívia, como sucessor do poder imperial. Para maiores informações, consultar: Butrica (1993); Brännstedt (2015); Borsato (2017), entre outros mais.

¹³ Para a autora Liz Gloyn (2017, p. 77-106), a *Lex Iulia de maritandis ordinibus* (19 a.C.) e a *Lex Papia Poppaea* (9 d.C.) baseiam os parâmetros que Sêneca utiliza nas suas obras *Sobre o Matrimônio* e *Sobre os benefícios*. Uma análise mais detalhada da relação entre a legislação de Augusto e a ética senequiana pode ser encontrada na obra de S. Treggiari (1991, p. 60-80).

código de comportamento matizado sobre a prática virtuosa na esfera familiar, o filósofo apresenta o estoicismo como capaz de unificar as relações sociais, em especial, entre os *nobiles* romanos (GUARINELLO, 1996, p. 54).

Dentre os recursos retóricos utilizados por Sêneca no tratamento das relações familiares, a metáfora pai-filho é frequente em sua obra *De beneficiis*. Para Roller (2001, p. 213), é possível perceber a recorrência desse recurso em fontes textuais e materiais no período entre a morte de César (43 a.C.) e o fim do governo de Nero (68 d.C.).¹⁴ Sua tese é de que a linguagem metafórica seria endereçada às classes governantes a partir de uma estrutura ética (ROLLER, 2001, p. 213-215). Portanto, Sêneca, ao usar metáforas, constrói um modelo de atuação política em âmbito aristocrático que pautaria a inserção no espaço público efetivo (PATERSON, 2007, p. 123).¹⁵ Nesse sentido, o filósofo lança mão da vinculação pai-filho como um espelho para o exercício da *virtus* entre as instituições do Principado romano que, a seu ver, matizavam-se mais pelas paixões como a ira (Sêneca, *De ira*, I, 8, 1-3), ingratidão (Sen., *De beneficiis*, VII, 27, 3) e orgulho (Sen. *De ben.*, II, 12, 1).¹⁶ O cordovense estabelece prudentes juízos nas relações familiares como um ideal do que poderia ser praticado entre os vários grupos aristocráticos em ampla competição.

O tratado *De beneficiis*, dentro do *corpus* senequiano, é o que contém com mais extensão a metáfora pai-filho. Por ser o último e mais extenso (sete livros) dos tratados de Sêneca, é fruto de sua maturidade intelectual, perceptível na maneira como ele aborda o sistema do patronato (LENTANO, 2014, p. 201). A conclusão da escrita desse tratado teria sido, provavelmente, no ano 62 d.C., o que coincide com a retirada de Sêneca da corte neroniana (GRIFFIN, 1976, p. 399). Por isso, a obra reflete as experiências de benesses e reveses do filósofo que se acercou do poder imperial (GONÇALVES, 1999, p. 50). Logo, o tratado, em termos gerais, constitui a projeção de Sêneca quanto à paisagem política do Principado a partir da troca de benefícios, na qual as relações familiares aparecem como fulcrais.

¹⁴ Segundo Roller (2001, p. 213-215), essas metáforas são atestadas em várias fontes documentais, desde textuais (*Suasoriae* de Sêneca, o Velho, as *Res Gestae*, entre outras), bem como em fontes materiais (como, por exemplo, uma moeda comemorando a participação de Bruto no assassinato de César). Para um estudo mais detalhado sobre essa moeda, recomendamos a obra de Michael Crawford (1974).

¹⁵ Para Paterson (2007, p. 123), o quadro das relações políticas é matizado sob a égide binômica, como, por exemplo, governante/governados. Contudo, a percepção do exercício do poder de governo como algo outorgado, compartilhado e que precisa, portanto, legitimar-se constantemente, parece se encaixar melhor ao tratado *De beneficiis*. Fábio Joly, Norberto Guarinello (2001, p. 5) e Greg Woolf (1998, p. 105) são alguns dos historiadores que refletem as várias relações de poder no contexto do Principado como formas de comunicação, descontínuas ou não, em constante adaptação.

¹⁶ "Espelho" no sentido que o próprio Sêneca usa no tratado *De clementia* (Proêmio, 1, 1), a saber, uma proposta de atuação política do que o bom exercício de virtudes, como a clemência, poderia vir a ser. Confira a tradução de Ingenborg Braren (1990, p. 39) para esse trecho do *De clementia*.

São, ao todo, oito ocorrências adensadas no final do livro III. A localização e densidade dessas ocorrências são significativas. O livro IV de *De beneficiis* é, com certa probabilidade, o mais consistente dentre os sete livros da obra (GRIFFIN; INWOOD, 2011, p. 8). O fato de a metáfora pai-filho estar alocada no final do Livro III pode indicar sua importância para a arquitetura da argumentação de Sêneca como um todo em *De beneficiis*. Assim, essa metáfora surge como um prelúdio e esteio da parte central do referido tratado.

Dessa forma, a análise de Liz Gloyn (2017, p. 11), para quem a metáfora pai-filho é apenas uma nova proposta de modelo de paternidade a partir da *oikeiosis*, não faz jus ao destaque dado pelo próprio Sêneca ao tópico. Além disso, o estudo de Gloyn (2017, p. 116-117) deixa escapar a necessária transposição do comportamento na *domus* para a esfera pública o que, a nosso ver, é o intuito por trás do uso da metáfora pai-filho.

Mireille Armisen-Marchetti, em sua obra *Sapientiae facies: étude sur les images de Sénèque*, é de grande auxílio na compreensão das metáforas senequianas. Para a autora, as metáforas servem para enfatizar o discurso em torno do que é ser virtuoso, o que ela chama de estética retórica (ARMISEN-MARCHETTI, 1989, p. 24). A opção por uma linguagem metafórica seria, então, uma maneira de transmitir valores morais e éticos inteligíveis para a aristocracia romana e, ao mesmo tempo, retomar o passado por meio de personagens e narrativas presente no imaginário romano. Armisen-Marchetti (1989, p. 27) pontuou que o próprio Sêneca (*De ben.*, V, 13, 3) insiste que pretende se comunicar com os leitores pretendidos por intermédio de similitudes.¹⁷ Nesse sentido, ao retomar narrativas do passado romano, os personagens evocados pelo filósofo parecem refletir o ambiente de tensões e atritos do seu próprio tempo. Logo, Sêneca projeta nessa metáfora pai-filho o que a aristocracia poderia vir a ser à luz do escopo que o estoicismo ofereceria para os *nobiles* romanos.

Por essa razão, Sêneca emprega dois *exempla* ligados à memória romana em que filhos, diante do grande risco de morte dos seus pais, agem virtuosamente para livrá-los. O primeiro é o de Públia Cornélio Cipião Africano (Sen., *De ben.*, III, 33, 1) e o segundo é o de Eneias (Sen., *De ben.*, III, 37, 1). Antes de analisar essas duas ocorrências, convém delimitar o contexto em que elas aparecem no livro III de *De beneficiis*.

¹⁷ No original: "Quaedam, etiam si uera non sunt, propter similitudinem eodem uocabulo comprehensa sunt [...] Beneficia ista non sunt, habent tamen beneficii speciem". Tradução: "Algumas coisas, mesmo não sendo verdadeiras, são compreendidas pela similitude do vocabulário [...] Benefícios não são, mas têm a aparência de benefício".

Metáfora pai-filho

A metáfora pai-filho, presente também no livro III de *De beneficiis*, apresenta uma forma de apresentação interessante. Sêneca lança uma *sententia*¹⁸ na parte inicial onde essa metáfora ocorre (Sen., *De ben.*, III, 29, 6). A partir daí, utiliza vários *exempla* (Aristóteles, Sócrates, Xenofonte e Platão – Sec., *De ben.*, III, 32, 3; Marcos Agripa – III, 32, 4; Augusto – Sec., *De ben.*, III, 36, 1), de novo enuncia uma *sententia* (Sen., *De ben.*, III, 36, 1) e encerra com mais um *exemplum* (Enéas – Sen., *De ben.*, III, 37, 1). A partir dessa estrutura, Sêneca, então, elabora dois argumentos principais para os quais ele apresenta os dois *exempla* mencionados acima. O primeiro é de que os benefícios concedidos aos pais também o são, em certa medida, concedidos aos filhos (Sen., *De ben.*, III, 29, 6): “Não conseguia [nada] se não fosse o benefício conferido anteriormente aos meus pais; mas não por isso, o que ele conseguiu é menor que aquele sem o qual eu não teria conseguido”.¹⁹

A maneira como o filósofo abre o uso dessa metáfora indica sua tônica de postar que a gratidão e a humildade são devidas diante do reconhecimento de que, sem os benefícios conferidos aos pais,²⁰ ninguém galga posições, adquire riquezas e prestígio. É muito provável que o filósofo esteja pensando em termos de relações políticas, pois os *exempla* que emprega para demonstrar seu primeiro argumento são extraídos da história política de Roma como Marcos Agripa (Sen., *De Ben.*, III, 32, 4),²¹ Otávio Augusto e Júlio César (Sen., *De Ben.*, III, 32, 5). À luz dessas e outras indicações do *De beneficiis*, parece razoável supor que Sêneca tem em vista a paisagem política de Roma no período final do governo de Nero.²²

Ademais, nota-se que tais *exempla* são vinculados à dinastia Júlio-Claudiana,²³ à qual Nero pertencia. Ao que parece, esse emprego dos *exempla* pode ser um indício

¹⁸ Uma *sententia* é, segundo Susanna Braund (2009, p. 22), uma sentença prosaica forte enfática, inserida ocasionalmente para transmitir um postulado forte que é, em seguida, desenvolvido em uma série de argumentos.

¹⁹ No original: “*Non potuisse quicquam consegui nisi parentum beneficium antecessit; sed non ideo, quidquid consecutus sum, minus est eo, sine quo consecutus non essem*”. Recomenda-se, para esse trecho, a tradução do latim para o italiano de M. Menghi (2019, p. 103).

²⁰ Entende-se que com “pais” Sêneca não se refira a um vínculo biológico no sentido da progenitura física, mas sim à paternidade em termos políticos, pois é dessa forma que ele enxerga a relação de Otávio Augusto com Júlio César em *De beneficiis* (III, 32, 5). Na interpretação de Griffin e Inwood (2011, p. 198), o ponto de Sêneca é afirmar que o pai biológico de Augusto, no caso, foi menos importante do que o seu pai adotivo, Júlio César.

²¹ Marcos Vispânia Agripa (consulado 28, 27 a.C.) foi o grande general e associado de Augusto, e por último seu genro (cf. *De beneficiis*, VI, 32, 2-4; GRIFFIN; INWOOD, 2011, p. 198).

²² Nota-se, por exemplo, a presença de referências aos triunfos (Sen., *De ben.*, I, 5, 6; II, 11, 1; V, 15, 5) vinculados a valores como honra, legitimidade, como também às instituições como o Senado (Sen., *De ben.*, V, 15, 5) e o exército (Sen., *De ben.*, I, 5, 6). Geoffrey Sumi (2008, p. 201) demonstra que, como uma cerimônia, o triunfo ocorria em Roma e servia como uma demonstração e comunicação pública de valores em um jogo de performance pública e adaptação de preceitos inseridos nas relações de poder em âmbito aristocrático.

²³ Uma importante análise das transformações e continuidades na história política romana a partir da *domus* com

de que o filósofo tenha em vista uma referência à família imperial. Embora, no período republicano, as famílias dos *nobiles* fossem parte da vida política romana, a partir de Augusto, a família imperial (*aula imperial*) assumiu um caráter público tanto no que tange ao papel das mulheres quanto aos homens como sucessores imperiais (JOLY; FAVERSANI, 2020, p. 80).²⁴ Tal caráter público também apontava para um papel político, à medida em que essa família imperial assumia uma posição de destaque entre as famílias aristocráticas (WINTERLING, 1999, p. 195).

Dentro do contexto político do Principado, portanto, resguardadas as variadas linhas de atuação política de Augusto a Nero, a família imperial era parte integrante das disputas e tensões institucionais que marcaram esse período.²⁵ Não sem razão, então, Sêneca insere *exempla* vinculados à dinastia Júlio-Claudiana para construir modelos de comportamento, como também para sugerir uma proposta de atuação dessa família imperial no que tange à prática dos benefícios. Em caráter hipotético apenas, pode-se conjecturar que há uma indicação mais específica ainda a Nero, pois no bojo do argumento há a construção da imagem de que a cada geração deve ser grata aos benefícios concedidos aos predecessores (Sen., *De ben.*, IV, 30, 3) e isso poderia incluir até mesmo o *princeps*.²⁶

Por fim, o último trecho no levantamento da metáfora pai-filho:

Eneas venceu²⁷ seu pai, ele mesmo tinha sido um fardo leve na infância, sem riscos; mas carregou seu pai, que era pesado em sua velhice através das linhas inimigas no meio das ruínas de uma cidade e de seus pátios; carregou o piedoso senil com seus objetos sagrados e deuses domésticos em seus braços através das chamas (que piedade²⁸ não pôde?) e o depositou seguro para estabelecer

identidade coletiva encontra-se no trabalho de Fabio Duarte Joly e Fábio Faversani (2020, p. 77-95).

²⁴ Um papel público das mulheres é a representação de Lívia em vários elementos da cultura material. Destaca-se, por exemplo, a Base de Sorrento (Inv. 3657. Sorrento, Museu Correale de Terranova) disponível e analisada por Claudia Cecamore (2004, p. 294) na qual, segundo essa autora, Lívia, esposa de Augusto, é representada ao lado de sacerdotisas vestais como símbolo de *pudicitia* (pudor). Tal representação visava à criação de uma imagem pública de Lívia a partir da qual valores do *mos maiorum* foram enfatizados.

²⁵ Os estudos de Saller (2002, p. 41-78) e Wallace-Hadrill (1993, p. 25-42) trouxeram reflexões importantes sobre o estatuto da *aula* imperial. Uma contribuição significativa dos dois autores foi chamar a atenção para a importância política da *aula* imperial a qual operava efetivamente por meio da distribuição de favores e interferia na relação entre o *princeps* e a aristocracia. Embora a *aula* não fosse institucionalizada, os membros da família imperial participavam do quadro de disputas políticas, fazendo valer seus interesses, acionando sua rede de conexões e clientes na consecução de seus interesses.

²⁶ Faversani (1998, p. 226) atribui à historiografia e não a Sêneca a existência de um “ideal senatorial” defendido pelo estoico, ou seja, a visão do estoico que o *princeps* era o primeiro, isto é, o melhor entre iguais. Para Faversani, Sêneca, em seus escritos, não esboça os contornos do chamado “ideal senatorial”, pelo contrário, avança no sentido de construir um ideal de Principado que o tornasse mais autocrático e centralizado (JOLY; FAVERSANI, 2020, p. 91).

²⁷ Prefere-se traduzir o verbo *uicit* (perfeito da terceira pessoa do singular) literalmente como “venceu”. Contudo, o uso desse verbo deve ser entendido como uma indicação de que Eneias superou o seu pai em termos de *pietas* quando concedeu a ele o benefício de ser livrado da morte.

²⁸ Tanto Griffin e Inwood (2011, p. 83) quanto Préchac (1972, p. 95-96) traduzem *pietas* como afeição filial. Contudo,

seu pai como um dos fundadores do império romano a ser honrado.²⁹ (Sen., *De Ben.*, III, 37, 1).³⁰

Sêneca novamente afirma que os filhos, além de concederem benefícios a seus pais, podem superá-los na prática da *virtus*. Esse, para ele, foi o caso de Eneias. Ao retomar essa narrativa, Sêneca usa a imagem de Eneias, como início da linhagem de Augusto, para formular uma afirmação de *pietas* em que a prática de benefícios (ou seja, do filho para o pai) perfaz uma das formas em que os pais e os deuses são honrados na *virtus* dos filhos.³¹

Uma questão pertinente sobre as metáforas de Sêneca em *De beneficiis* é a presença da morte como topos de vários dos seus exempla.³² A temática da morte em Sêneca é um assunto já bastante explorado. Alguns autores lidaram com o suicídio (TADIC-GILLOTEAUX, 1963, p. 541-551).³³ Existe uma abordagem da morte sob a égide da liberdade (VIANSINO, 1979, p. 168-196).³⁴ Outros estudaram esse tema a partir das cartas consolatórias, atentando para a filosofia como terapia para a dor (COSTA JÚNIOR, 2016, p. 1-13).³⁵ Porém, no tratado *De beneficiis* a morte surge como uma experiência muito próxima diante da qual a *virtus* deveria ser exercida. Esse parece ser o caso do Eneias evocado por Sêneca no trecho em

optou-se por manter a tradução de *pietas* como “piedade” no sentido de uma virtude, aqui nesse trecho, dos filhos honrarem os pais e aos deuses. Interessante que essa virtude foi vinculada a Otaviano durante sua trajetória política, em especial, quando vingou o assassinato de César (GALINSKY, 1996, p. 86-88). *Pietas* aqui entende-se, na esteira de John Scheid (2007, p. 177), como a correta relação com os deuses e com a família.

²⁹ John Cooper (1995, p. 271) apresenta uma tradução interessante para o inglês que merece ser comentada. Primeiro a tradução para o inglês: “Victory went to Aeneas over his father. In his infancy he himself had been light and easy to carry; his father was heavy with age. Yet he bore him through the ranks of the enemy, through the city as it fell in ruina round him, while the pious old man, clasping his household gods and objects of worship, made a double burden to weigh down his stride. Through the flames he bore him and – filial devotion can manage anything – bore him through to safety, establishing him up for veneration among the founders of the Roman empire”. Cooper usa a palavra “victory” como tradução de “uincit”. Além disso, ele traduz *pietas* como “filial devotion” porque comprehende que Sêneca está retomando uma versão dessa narrativa de Eneias em Virgílio (*Eneida*, II, 671-749).

³⁰ No original: “Uicit Aeneas patrem, ipse eius in infantia leue tutumque gestamen, grauem senio per media hostium agmina et per cadentis circa se urbis ruinas ferens, cum complexus sacra ac penates deos religiosus senex non simplici uidentem sarcina premeret; tulit illum per ignes et (quid non pietas potest?) pertulit colendumque inter conditores Romani inperii possuit”.

³¹ Esse *exemplum* de Eneias carregando seu pai nos braços não pertence apenas à tradição textual, mas aparece na iconografia do Fórum de Augusto, onde essa cena estava representada na estatuária desse edifício como forma de Augusto usar o repertório da história romana na qual a sua *gens*, vinda de Eneias, teria parte importante. Esses personagens de feitos exaltados nesse edifício e outros são denominados *summi uiri*. Assim, a estatuária intentava uma audiência desses espaços públicos que teria acesso a essa história que Josephine Shaya (2013, p. 92) chama de “história pública”. Na acepção de Shaya (2013, p. 83), os monumentos não apenas incorporam uma memória, mas a medianam na maneira como a alocam nos edifícios. Dessa forma, Augusto, nos espaços públicos vinculou-se à linha divina de Eneias de forma a construir uma memória política visando à afirmação da *auktoritas* de sua dinastia.

³² Para Lyz Gloyn (2017, p. 110), o *exemplum* era um recurso retórico didático que visava a modelar uma estética de comportamento guiado pela *virtus* a partir de modelos do passado empregados como forma de incentivo ao jovem a sobrepujar os seus predecessores e se unir a eles em um ranque de *exempla* para os jovens no futuro.

³³ Para um aprofundamento maior sobre o suicídio em Sêneca, consultar os trabalhos de Miriam T. Griffin (1976, p. 367-388) e James Ker (2009, p. 249-279).

³⁴ Esse subtópico é abordado por autores como Jean Brun (1966, p. 6) e Isabella Tardin Cardoso (1999, p. 229-256).

³⁵ Conferir também os trabalhos de A. F. P. Caroço (2011) e C. A. André (1995, p. 593-615).

questão. É a concretude e inevitabilidade da morte que impõem prudência e perspicácia nas ações daqueles que estão imbuídos do poder de governar.

Além disso, o emprego desse *exemplum* poderia ser uma asseveração do filósofo direcionada a Nero, pertencendo à linhagem de Eneias, deveria ser um bom governante ao receber e conferir benefícios de acordo com a *virtus* e com a *pietas*.³⁶ Assim, Sêneca estabelece uma estética política de atuação do *princeps* na qual o exercício do poder estabelece a concórdia necessária para o bem de Roma. Dito de outro modo, tal qual Eneias, sendo piedoso ao honrar os deuses e seu pai, se inscreve no rol daqueles que fundam Roma, o *princeps* alcança, na *pietas*, um bom governo para a *Res Publica*. Esse papel do *princeps* como aquele cujo governo confere coerência, recebendo dos deuses favores, não é exclusivo de *Sobre os benefícios*, mas se encontra até mesmo no tratado *Sobre a clemência* (FAVERSANI, 2007, p. 144).

Considerações finais

Apreciar as cidades a partir da complexa e rica imbricação entre a cultura material e a tradição literária é um convite para adentrar as representações de mundo a partir das quais cada sociedade forja seus valores, constrói sua identidade e adapta-se às demandas de suas instituições políticas.

A paisagem mortuária de Roma no período Júlio-Claudiano apresenta-se como *topos* utilizado em elaborações literárias nas quais as relações familiares aparecem como elemento articulador dos espaços públicos e as vinculações políticas da aristocracia romana. Assim, os edifícios mortuários e as narrativas literárias se engastam como formas de comunicação variadas e cambiantes cujos repertórios eram forjados e forjavam a memória romana sobre o seu passado e a projeção de um horizonte político para a posteridade. Não é sem razão que, ao se verificar os integrantes do Mausoléu Augustano, registra-se a presença de Popeia Sabina. Nero concede à sua consorte a celebração de sua memória, a *pietas* e, ainda, a incorpora no imponente mausoléu. Legitima e institucionaliza a sua união. Torna-a memorável, marcando, com isso, sua posição e disputa política na corte.

³⁶ É interessante verificar a forma como Virgílio elabora essa cena. Veja as palavras do poeta em Eneida II, 706-709: “*ergo age, care pater, cervici imponere nostrae; ipse subilo umeris, nec me labor iste gravabit. quo res cumque cadent, unum et commune periculum, una salus ambobus erit*”. Tradução: “Venha então, caro pai, suba no meu pescoço, sobre os meus ombros, eu te susterei, nem será tal tarefa pesada para mim. Contudo, as coisas podem cair, nós dois temos em comum um perigo, uma salvação”. Tanto o texto original quanto a tradução desse excerto foram extraídos da obra de H. Rushton Fairclough (1916, p. 340-343). Uma análise da divinização heroica da *domus Iulli* em termos apoteóticos da ancestralidade de Eneias encontra-se na tese de Doutamento de Thiago Eustáquio Araújo da Mota (2015).

Nessa complexa arquitutura social e política, *De beneficiis* é um importante registro histórico para a compreensão do quadro político do governo de Nero, em particular, com respeito às relações entre o *Princeps*, a corte e a aristocracia romana. Tensões e conflitos, possibilidades e formas de governo, afirmação e reelaboração dos valores éticos e morais têm, na paisagem mortuária romana, um vasto campo de estudo para o qual os vestígios materiais e a tradição literária precisam se entrecruzar a fim de que novas perspectivas e pesquisas sobre as cidades e o mundo romano se postem como eixo temático em constante reflexão historiográfica.

Referências

Documentação textual

- AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Translated by Frederick W. Shipley. London: Harvard University Press, 1960.
- CONSOLATIO AD LIVIAM. Traducción de Tomás González Rolán y Pilar Saquero. Madrid: Ediciones Clasicas, 1993.
- SENECA. *De Clementia*: edited with text, translation, and commentary. Translated by Susanna Braund. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SENECA. *Moral and Political Essays*: Cambridge texts in the history of political thought. Translated by M. Cooper. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SENECA. *Sui beneficii*. Traduzione a cura di Martino Menghi. Laterza: Laterza, 2019.
- SENECA. *The complete works of Lucius Annaeus Seneca*: On Benefits. Translated by Miriam T. Griffin, Brad D. Inwood. Chicago: The University of Chigaco Press, 2011.
- SÊNECA. *Tratado sobre a clemência*. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.
- SÉNÈQUE. *Des bienfaits*. Texte Établi et traduit par François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1972. t. 1.
- STRABO. *Geography*: Books VIII-X. Translated by Horace Leonard Jones. Cambridge: Harvard University Press. 546p, 1928.
- VARRO. *De lingua Latina*. Translated by Wolfgang de Melo. Cambridge: Oxford University Press, 2019.
- VIRGIL. *Eclogues. Georgics. Aeneid*: Books 1-6. Translated by H. Rushton Fairclough. Cambridge: Harvard University Press, 1916.

Obras de apoio

- ANDRÉ, C. A. Trilhos de evasão: estratégia retórica de Sêneca, nas consolações *ad Helviam* e *ad Polybium*. *HVMANITAS*, v. XLVII, p. 593-615, 1995.
- APPADURAI, A. *La vida social de las cosas*: perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo, 1986.
- ARIÈS, P. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora da UNESP, 2014.
- ARMISEN-MARCHETTI, M. *Sapientiae facies*: Étude sur les images de Sénèque. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- BILLOWS, R. The religious procession of the *Ara Pacis Augustae*: Augustus' *supplicatio* in 13 B.C. *Journal of Roman Archaeology*, v. 6., p. 80-92, 1993.
- BODEL, J. Death and social death in Ancient Rome. In: BODEL, J.; SCHEIDEL, W. (ed.) *On human bondage*: after slavery and social death. Malden: John Wiley & Sons, 2017, p. 81-108.
- BORSATO, D. *Il genere letterario della Consolatio nella letteratura latina in ambito pagano e cristiano, con un'analisi dell' Epistula ad Turasium*. Tesi Di Laurea (Filologia Moderna) – Scuola di Scienze Umane, Sociali e del Patrimonio Culturale, Università Degli Studi di Padova, Padova, 2017.
- BRÄNNSTEDT, L. Livia on the move. In: OSTENBERG, I.; MALMBERG, S.; BJØRNEBYE, J. (ed.). *The moving city*: processions, passages and promenades in Ancient Rome. London: Bloomsbury, 2015, p. 37-46.
- BRUN, J. *Les Stoïciens*. Paris: PUF, 1966.
- BUTRICA, J. L. An edition of the *Consolatio Ad Liviam* - Henk Schoonhoven: the Pseudo-Ovidian *Ad Liviam de Morte Drusi*. *The Classical Review*, v. 43, n. 2, p. 265-267, 1993.
- CAMPBELL, V. L. *The tombs of Pompeii*: organization, space, and society. New York: Routledge, 2015.
- CARDOSO, I. T. Aspectos da liberdade em 'As Troianas' de Sêneca. *Letras Clássicas*, n. 3, p. 229-256, 1999.
- CAROÇO, A. F. P. 'Omnia humana caduca sunt': a consolação a Márcia de Sêneca. Dissertação (Mestrado em Estudos Clássicos) – Departamento de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- CARROLL, M. Archaeological and epigraphic evidence for infancy in the Roman World. In: CRAWFORD, S.; HADLEY, D. M.; SHEPHERD, G. (ed.). *The Archaeology of childhood*. Oxford: Oxford University Press, 2018b, p. 1-24.
- CARROLL, M. *Infancy and earliest childhood in the Roman world*. London: Oxford University Press, 2018a, p. 82-117.

- CARROLL, M. No part in earthly things: the death, burial and commemoration of newborn children and infants in Roman Italy. In: HARLOW, M.; LOVÉN, L. L. (ed.). *Families in the Roman and Late Antique World*. London: Continuum International, 2012, p. 41- 63.
- CARROLL, M. The mourning was very good'. Liberation and Liberality in Roman Funerary Commemoration. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (ed.). *Memory and mourning: studies on Roman death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 126-149.
- CECAMORE, C. La base di Sorrento: le figure e lo spazio fra mito e storia. *Mitteilungen des Deutschen Archaeologischen Institut*, n. 111, p. 105-141, 2004.
- CHRYSTAL, P. *How to be a Roman: a day in the life of a Roman family*. Stroud: Amberley Publishing, 2017.
- COSTA JÚNIOR, C. L. J. da. *Sêneca na Córsega: alguns apontamentos acerca do exílio na Consolatio Ad Helviam*. In: Encontro Regional de História da UFPR, XV, Curitiba, 2016. Anais... Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.
- CRAWFORD, M. *Roman Republican Coinage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. 2 v.
- CRAWFORD, S. *et al.* The archaeology of childhood: the birth and development of a discipline. In: CRAWFORD, S. (ed.). *The Archaeology of childhood*. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 1-45.
- DIXON, S. *The Roman family*. London: The John Hopkins University Press, 1992.
- DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 2011.
- ECKARDT, H.; WILLIAMS, H. *Objects without a past?* The use of Roman objects in early Anglo-Saxon graves. In: WILLIAMS, H. (ed.). *Archaeologies of remembrance*. New York: Ka, 2003, p. 141-170.
- EDER, W. Augustus and the power of tradition. In: GALINSKY, K. (ed.) *The Cambridge companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 13-32.
- ELIAS, N. *A solidão dos moribundos*, seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FAVERSANI, F. Tácito, Sêneca e a historiografia. In: JOLY, F. D. (ed.). *História e retórica: ensaios sobre a historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 137-146.
- FAVERSANI, F. Concepção de Estado em Sêneca. *Boletim do CPA*, n. 5/6, p. 223-234, 1998.
- GALINSKY, K. *Augustan culture: an interpretative introduction*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- GLOYN, L. *The ethics of the family in Seneca*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

- GONÇALVES, A. T. M. Uma análise da obra 'De Clementia' de Sêneca: a noção de virtude. *Phoînix*, n. 5, p. 51-74, 1999.
- GRAHAN, E.-J. Memory and materiality: re-embodying the Roman funeral. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J (ed.). *Memory and mourning: studies on Roman death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 21-39.
- GRIFFIN, M. T. *Seneca: a philosopher in politics*. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- GUARINELLO, N. L. Arqueologia e cultura material: um pequeno ensaio. In: BRUNO, M. C. O.; CERQUEIRA, F. V.; FUNARI, P. P. A. (org.). *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo: estudos em homenagem a Haiganuch Sarian*. Campo Grande: Life, 2011, p. 161-168.
- GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (org.) *Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 969-975.
- GUARINELLO, N. L. Nero, o estoicismo e a historiografia romana. *Boletim do CPA*, n. 1, p. 53-61, 1996.
- GUARINELLO, N. L.; JOLY, G. Ética e ambiguidade no principado de Nero. In: BENOIT, H.; FUNARI, P. P. A. (org.). *Ética e política no Mundo Antigo*. São Paulo: Unicamp, 2001, p. 133-152.
- GUVEN, S. Displaying the 'Res Gestae' of Augustus: a monument of imperial image for all. *Journal of the Society of Architectural Historians*, v. 57, n. 1, p. 30-45, 1998.
- HOPE, V. M. Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier. In: WILLIANS, H. (ed.). *Archaeologies of remembrance*. New York: Kluwer Academic; Plenum Publishers, 2003, p. 113-140.
- HOPE, V. M. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (ed.). *Memory and mourning: studies on Roman death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 176-195.
- HOPKINS, K. *Conquistadores y esclavos*. Barcelona: Península, 1978.
- HUSKINSON. J. *Roman children's sarcophagi: their decoration and social significance*. Oxford: Clarendon Press Oxford, 2006.
- IONESCU, D.-T. The 'Ara Pacis Augustae': a symbol of the Augustan age in the Campus Martius in Rome. *Chaos e Kosmos*, v. XV, p. 1-26, 2014.
- JENKINS, T. *Keeping Their marbles*. Oxford: Oxford University Press, 2016
- JOHANSON, C. A Walk with the dead: a funerary cityscape of ancient Rome. In: RAWSON, B. A. (ed.). *Companion to families in the Greek and Roman worlds*. Oxford: Library of Congress, 2011, p. 408-430.

- JOLY, F. D.; FAVERSANI, F. Os Júlio-Cláudios. In: BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. (org.). *História de Roma Antiga: Império e romanidade hispânica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020, p. 77-95.
- JONES, S. L. *Ut architectura poesis*: Horace, odes 4, and the Mausoleum of Augustus. Austin: University of Texas at Austin, 2008.
- JOSHEL, S. R. Geographies of slave containment and movement. In: GEORGE, M. (ed.). *Roman slavery and Roman material culture*. Toronto: University of Toronto Press, 2013, p. 99-128.
- KALLIS, A. 'Framing' Romanità': the Celebrations for the Bimillenario Augusteo and the Augusteo - Ara Pacis Project. *Journal of Contemporary History*, v. 46, n. 4, p. 809-831, 2011.
- KER, J. *The deaths of Seneca*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- LENDON, J. E. *Empire of honour*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- LENTANO, M. De beneficiis. In: DAMSCHEN, G.; HEIL, A. (ed.). *Brill's Companion to Seneca: philosopher and dramatist*. Leiden: Brill, 2014, p. 201-206.
- LOWRIE, M. *Writing, performance, and authority in Augustan Rome*. Oxford University Press, 2009.
- MARTINS, P. *Imagem e poder*: considerações sobre a representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011.
- MOTA, T. E. A. *Deberi ad sidera tolli*: as promessas de divinização na *Eneida* e a ancestralidade heroica dos *Iulli*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- OMENA, L. M. de; FUNARI, P. P. A. Experiência social da morte em fragmento de sarcófago infantil: cortejo de cupidos dionisíacos em isola sacra - século II d.C. *Revista de Estudos de Cultura*, v. 7, n. 18, p. 77-92, 2021.
- OMENA, L. M. Dimensões espaciais entre morte, memória e experiências emocionais: um estudo de caso à luz do Mausoléu de Augusto. *História*, v. 39, p. 1-21, 2020.
- OMENA, L. M. Do cadáver aos rituais de sepultamento em *Isola Sacra*: dimensões simbólicas da morte (séculos II e III d.C.). In: SILVA, S. C.; ANTIQUEIRA, M. (org.). *Império Romano no Século III: crises, transformações e mutações*. São João de Meriti: Desalinho, p. 43-66, 2021.
- OMENA, L. M. Tecendo o fio entre memória e morte à luz do *tumulus* de Otávio Augusto. In: OMENA, L. M.; FUNARI, P. P. A. (org.). *Práticas funerárias no Mediterrâneo romano*. Jundiaí: Paco, 2016, p. 65-104.

- PATERSON, J. Friends in high places: the creation of the court of the Roman emperor. In: SPAWFORTH, A. J. S. (ed.). *The court and court society in ancient monarchies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PÉREZ, L. L. *Estudio histórico-artístico del "Ara Pacis Augustae"*. Trabajo fin de grado (Letras) – Facultad de Letras y de la Educación, Universidad de La Rioja, Logroño, 2014.
- PORCARI, B. Campo Marzio settentrionale. Un nuovo monumento funerario da via Tomacelli. In: FILIPPI, F. (cur.). *Campo Marzio: nuove ricerche. Atti del Seminario di Studi sul Campo Marzio*. Roma: Quasar di Severino Tognon, 2015, p. 453-472.
- PRYZWANSKY, M. M. *Feminine imperial ideals in the Caesars of Suetonius*. Dissertation (Doctor in Classical Studies) – Department of Classical Studies, the Graduate School of Duke University, Duke University, Durham, 2008.
- RAWSON, B. (ed.). *The family in Ancient Rome: new perspectives*. London: Cornell University Press, 1987.
- RAWSON, B. Family life among the lower classes at Rome in the first two centuries of the Empire. *Classical Philology*, v. 61, p. 71-83, 1966.
- RAWSON, B. Roman concubinage and other *de facto* marriages. *Transactions of the American Philological Association*, v. 104, p. 279-305, 1974.
- RAWSON, B. The iconography of Roman childhood. In: RAWSON, B.; WEAVER, P. (ed.). *The Roman in family: status, sentiment, space*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 205-232.
- REHAK, P. *Imperium and cosmos: Augustus and the northern Campus Martius*. London: The University of Wisconsin Press, 2006.
- RICHARDSON Jr., L. *New topographical dictionary of Ancient Rome*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- ROLLER, M. B. *Constructing autocracy: aristocrats and emperors in Julio-Claudian Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SÁEZ, E. R. *El Mausoleo de Augusto el ocaso del esplendor convertido en ruina*. Madrid: Historia del Arte, 2016.
- SALLER, R. P. *Patronage under early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SCHEID, J. Augustus and Roman religion. In: GALINSKY, K. (ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007a, p. 175-193.
- SHAYA, J. The public life of monuments: the 'summi viri' of the Forum of Augustus. *American Journal of Archaeology*, v. 117, n. 1, p. 83-110, 2013.
- SMITH, C. J. *The Roman clan: the gens from ancient ideology to modern anthropology*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2006.

- STRAZZULLA, M. J. War and peace: housing the Ara Pacis in the Eternal City. *American Journal of Archaeology*, v. 113, n. 2, p. 1-10, 2009.
- STRONG, A. K. *Prostitutes and matrons in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- SUMI, G. S. *Ceremony and power*: performing politics in Rome between Republic and Empire. Michigan: The University of Michigan Press, 2008.
- TADIC-GILLOTEAUX, N. Sénèque face au suicide. *L'Antiquité Classique*, n. 32, p. 541-551, 1963.
- TILLEY, C. Phenomenological Approaches to Landscape Archaeology. In: DAVID, B.; THOMAS, J. (ed.). *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008, p. 271-276.
- TREGGIARI, S. *Roman marriage*: 'Iusti Coniuges' fom the time of Cicero to the time of Ulpian. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- TUAN, Y.-F. *Espaço e lugar*: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VIANSINO, G. Studia Annaeana II. *Vichiana*, n. 8, p. 168-196, 1979.
- WALLACE-HADRILL, A. *Suetonius*. London: Gerald Duckworth, 1993.
- WILLIAMS, H. Death warmed up. The agency of bodies and bones in early Anglo-Saxon cremation rites. *Journal of Material Culture*, v. 9, n. 3, p. 263-291, 2004.
- WILLIAMS, H. Firing the imagination: cremation in the museum. In: WILLIAMS, H.; GILES, M. (ed.). *Archaeologists and the dead*: mortuary archaeology in contemporary society. Oxford: Oxford University Press, p. 293-329, 2016.
- WINTERLING, A. *Aula Caesaris*: Studien zur Institutionalisierung des römischen Kaeiserhofes in der Zeit von Augustus bis Commodus (31, Chr.-192 Chr). Munchen: Oldenbourg, 1999, p. 193-205.
- WOOLF, G. O poder e a difusão da escrita no Ocidente. In: BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. (org.). *Cultura escrita e poder no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998, p. 104-121.

Transformação urbana, episcopado e hagiografia em Arles (séc. IV-VI)

*Urban transformation, episcopacy, and hagiography in Arles
(4th-6th centuries)*

Paulo Duarte Silva*
João Victor Machado da Silva**

Resumo: Este artigo explora o amplo tema da relação entre transformação urbana e liderança episcopal nos séculos V e VI, com enfoque na cidade de Arles. Depois de apresentar uma visão geral da trajetória de Arles, naquilo que diz respeito à sua centralidade econômica, importância política e crescente liderança eclesiástica regional, recorremos à *Vita Caesarii Arelatensis* para analisar a relação entre referências espaciais e poder episcopal no caso de Cesário de Arles. Trata-se de uma hagiografia dedicada ao bispo e produzida em fins dos anos 540, que tem grande repercussão nos estudos históricos. Com base em uma comparação com as hagiografias de bispos precedentes, argumentamos que a maneira como a *Vita Caesarii* aborda o espaço e a memória indica uma mudança significativa na forma como o poder episcopal foi exercido entre a primeira década do século V e a metade do século VI, especialmente durante o bispado de Cesário (502-542).

Abstract: This article explores the broad theme of the relation between urban transformation and episcopal leadership in the fifth and sixth centuries, focusing on the city of Arles. After presenting an overview of Arles' trajectory, regarding its economic centrality, political importance, and growing ecclesiastical leadership in the region, we turn to the *Vita Caesarii Arelatensis* to analyze the relationship between spatial references and episcopal power in the case of Caesarius of Arles. It is a hagiography dedicated to the bishop and produced in the late 540s, which has great repercussions in historical studies. Based on a comparison with the hagiographies of preceding bishops, we argue that the way the *Vita Caesarii* approaches space and memory indicates a significant change in the way episcopal power was exercised between the first decade of the 5th century and the middle of the 6th century, especially during the bishopric of Caesarius (502-542).

Palavras-chave:

Arles.
Cesário de Arles.
Hagiografia.
Poder episcopal.

Keywords:

Arles.
Caesarius of Arles.
Hagiography.
Episcopal power.

Recebido em: 25/08/2023

Aprovado em: 13/2023

* Professor Adjunto de História Medieval da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da mesma instituição (PPGHC-UFRJ). Graduado em História pela UFRJ. Membro da coordenação do Programa de Estudos Medievais (PEM) da UFRJ.

** Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre, bacharel e licenciado em História pela mesma instituição. Pesquisador associado ao Programa de Estudos Medievais (PEM) da UFRJ

Introdução

Quando se observa o contexto do Ocidente imperial a partir do século IV E.C., quer se pense em termo de continuidades ou de rupturas (CARRIÉ, 2017; FRANCO JR., 2005, p. 233-42; SILVA, 2013, p. 73-91; WICKHAM, 2019), se nota ter sido este um período de profundas mudanças, inclusive no lugar das cidades. Considerando o período do “Baixo Império Romano”, Van Dam (2008, p. 349) observa que a “transformação da cidade clássica” é um dos grandes temas de crescente interesse historiográfico, e que ocorreu de maneira estreitamente correlacionada a outro processo que nos interessa neste artigo: a saber, a emergência dos bispos como autoridades públicas que, em larga medida, foram capazes de conservar sua importância mesmo após o ocaso do Império em sua parte ocidental.¹

De fato, trata-se de um contexto em que a paisagem urbana passou por transformações ocasionadas pelo avanço da cristianização da topografia e por questões seculares como a organização de defesas, mudanças das práticas de patronato e de evergetismo (LOSEBY, 1996, p. 45). Este último ponto remete à alteração da posição das cidades na organização do Império, marcada pela perda de autonomia e pela erosão dos quadros das elites leigas que tradicionalmente as sustentavam – cujas atribuições cívicas foram, de alguma forma, assumidas por bispos (ACERBI, MARCOS, TORRES, 2016; CAMERON, 1993, p. 62-63; LEPELLEY, 1998, p. 17-33). Segundo Van Dam (2008, p. 349), a transformação das cidades e o fortalecimento dos bispos foram processos complementares: de um lado, a crescente oneração das cidades afastava suas elites de carreiras tradicionais na administração imperial, de outro, o patrocínio imperial tornava a carreira eclesiástica mais e mais atrativa a essas elites.

De toda a constelação de cidades do mundo romano, neste artigo, atentamos para o caso de Arles, localizada na Gália meridional. Sua fundação remete ao século VI a.E.C., quando teria sido criado um entreposto comercial de colonos gregos que, séculos depois, se tornaria a Arles romana: precisamente, *Colonia Iulia Paterna Arelate Sextanorum*, alcunha conferida por Júlio César no século I A.E.C. (SAINT-SAËNS, 1979, p. 10; HEIJMANS, 2020, p. 41). Tratava-se de uma cidade de considerável importância na Antiguidade e no início da Idade Média, pois seu porto fluvial às portas do Mediterrâneo a tornava um local de conexão para transporte de mercadorias para o resto da Gália e de comunicação com outras regiões (DELAGE, 1971, p. 16; LOSEBY, 1996, p. 46): era, em suma, uma “encruzilhada entre o Oriente, o Mediterrâneo e a Gália do Norte”, nas

¹ Processo que, embora não linear e cumulativo, se deu de forma ampla (HUMPHRIES, 2008).

palavras de Heijmans (2020, p. 41). Seu caso, portanto, ilustra bem a relação entre transformação urbana e poder episcopal, cuja topografia, nas palavras de Loseby (1996, p. 57), refletiu à transição do Império Romano ocidental de uma posição de confiança para uma situação de crise.²

Com as questões acima em mente, propomos reflexões iniciais sobre a relação entre espaço, poder episcopal e memória a partir da *Vita Caesarii* (ca. 549),³ hagiografia dedicada a Cesário, cujo bispado (502-542) teve particular relevância na trajetória de Arles. Nesta análise, realizamos os seguintes questionamentos: que locais e monumentos são abordados na *VC*? Como são representados os diferentes espaços da cidade de Arles e de seus arredores? De que maneira a alusão a esses espaços dialoga com a trajetória de Cesário e com a tentativa de consolidação de seu legado por seus hagiógrafos? Ademais, levamos em consideração outros espaços mencionados na *VC* e sua eventual relação com a diocese.

Nesta investigação, nos beneficiamos do fato de que a trajetória de Arles até o período do bispado de Cesário é bem documentada tanto arqueológica quanto textualmente (LOSEBY, 1996, p. 45-46)⁴ e, sobretudo no que diz respeito ao estudo do gênero hagiográfico, nos oferece a possibilidade de cotejar a *VC* às *vitae* dos bispos Honorato (427-430) e Hilário de Arles (ca. 430-449), aspecto fundamental na argumentação desenvolvida.⁵

Isto posto, iniciamos nossas considerações com um sucinto histórico da cidade, enfocando os séculos IV ao VI. Na sequência, procedemos à análise da *VC*, argumentando que a maneira como a espacialidade foi apresentada no relato se distingue das hagiografias de bispos precedentes de Arles, e esta diferença expressava uma mudança na forma como a diocese arlesiana se posicionava no campo político-religioso e uma tentativa de consolidação do protagonismo assumido por ela nos anos anteriores, que, no contexto de sua produção, enfrentava desafios.

² Isso se expressaria, por exemplo, em um uso crescentemente pragmático do espaço, contrastando com padrões mais antigos de edifícios e monumentos públicos.

³ Dada a frequente alusão à documentação ao longo do artigo, optamos pelo uso de siglas para aludir às hagiografias estudadas: *VC* para *Vita Caesarii*, *VHo* para *Vita Honorati* e *VHi* para *Vita Hilarii*, tal como é costumeiramente referenciado na historiografia.

⁴ Guyon (2006, p. 90) sugere que Arles é mais bem documentada que a média e que provavelmente dispunha de mais monumentos cristãos que muitas outras cidades da Gália meridional, em virtude de seu maior poder econômico.

⁵ O limite de espaço de um artigo e nosso objetivo centrado no bispado de Cesário implicam uma comparação assimétrica, procedimento que exige cuidado (KOCKA, 1999, p. 49), mas que tem a vantagem de viabilizar o uso da comparação para melhor caracterizar um caso específico – o que remete à “função descritiva” da comparação (KOCKA, 2003, p. 40).

Arles entre os séculos IV e VI: trajetória político-eclesiástica (313-549)

"Pequena Roma da Gália" e proeminência no campo eclesiástico (313-475)

Arles se destacou como porta de entrada do Mediterrâneo para o interior da Gália, o que lhe conferia importância econômica no Império Romano (HEIJMANS, 2020, p. 41; SAINT-SAËNS, 1979, p. 10).⁶ A documentação literária de inícios do século IV sugere que a cidade se destacava das demais da região, sobretudo, por sua riqueza (HEIJMANS, 1999, p. 145), mas as evidências arqueológicas apresentam um cenário aparentemente menos opulento: isto leva Loseby (1996, p. 45-47) a sugerir que tais elogios fossem exagerados.⁷

Com apoio imperial em inícios do século IV, Arles despontava como a segunda cidade mais importante da Gália, atrás apenas de Trier, sede da Prefeitura do Pretório (HEIJMANS, 1999, p. 145). Além da citada importância econômica, assumiu maior centralidade na administração regional. Destaca-se, por volta de 313, a iniciativa de Constantino em instalar, na cidade, uma casa de cunhagem (HEIJMANS, 2020, p. 43; VILLEGRAS MARIN, 2017, p. 307), além de ter residido nela em mais de uma ocasião (HEIJMANS, 1999, p. 145). Seu amparo teria se expressado também no âmbito eclesiástico, pelo convite para que Marino, bispo da cidade (ca. 313-314), participasse de um concílio em Roma, em 313, e pela organização de um concílio "imperial" em Arles, em 314, ainda que a presença do próprio Constantino neste seja debatida (HEIJMANS, 2013, p. 34; 2020 p. 43; LOSEBY, 1996, 50). Vê-se, portanto, uma importante associação de Arles a Constantino.⁸

Mesmo obtendo ganhos consideráveis de influência no século IV, Arles permaneceu mais proeminente em aspectos econômicos do que em termos de status político, sendo uma entre várias cidades da província *Viennensis*. A mudança em sua condição veio apenas entre 395 e 407, quando passou a sediar tanto a Prefeitura do Pretório das Gálias

⁶ Heijmans (2013, p. 74-75) destaca o panegírico presente no decreto do imperador Honório, que estabeleceu em Arles o Conselho das Sete Províncias [das Gálias], ressaltando a fartura e variedade de seus produtos, oriundos de todo o mundo. Ademais, em fins do século IV, o poeta Ausônio também elogiou a fartura de suas mercadorias (LOSEBY, 1996, p. 47), alcunhando-a como "pequena Roma na Gália" (DELAGE, 1971, p. 17).

⁷ Há indícios de convulsões na segunda metade do século III, em um quadro sistemático de incêndios e destruição em ambas as margens do rio Ródano, sem sinais de iniciativas de reocupação ou reconstrução ao longo do século IV. Assim, seu espaço *extramuros* se manteria perpassado por ruínas, apesar da presumível recuperação ocasionada pelo patrocínio de Constantino (LOSEBY, 1996, p. 47; HEIJMANS, 2020, p. 43).

⁸ Loseby (1996, p. 50) observa que, a partir de 328, Arles recebeu o epíteto de *Constanti(n)a*, e que no século seguinte, em uma petição ao bispo de Roma em defesa da autoridade eclesiástica da diocese de Arles, dezenove bispos gálicos usaram a associação da cidade com Constantino como argumento.

quanto o Conselho das Sete Províncias das Gálias (DELAGE, 1971, p. 29; LOSEBY, 1996, p. 46, 52; HEIJMANS, 1999, p. 145).⁹

A despeito do ganho de poder político de Arles, as evidências arqueológicas não atestam um contexto de particular realização de grandes obras públicas.¹⁰ Pelo contrário, o período apresenta um cenário de reaproveitamento de estruturas monumentais antigas, como, por exemplo, o circo, para a instalação de residências privadas (LOSEBY, 1996, p. 52), que pode ter sido ocasionada pelo rápido aumento populacional após o translado da sede da Prefeitura (HEIJMANS, 2013, p. 74).¹¹ Heijmans (1999, p. 161) enfatiza que, embora particularmente visível em Arles, o processo de reaproveitamento de edifícios públicos seria mais amplo, caracterizado como uma “evolução em direção à cidade medieval”.

Em termos eclesiásticos, a cidade de Arles despontava como uma das maiores e mais antigas sedes do sudeste da Gália (DELAGE, 1971, p. 26-28), com os primeiros indícios da presença de cristãos na cidade em meados do século III – especificamente, uma epístola de Cipriano de Cartago ao bispo local, Marciano (m. 254-257) (HEIJMANS, 2020, p. 41). Embora incerta, outra referência à presença de cristãos no século III é a história de Trófimo, suposto primeiro bispo de Arles e um dos pioneiros missionários na região da Gália. Isso mostrou-se importante em séculos posteriores, pois sua lenda serviria de base para os reclames da diocese de Arles, no início do século V (MARCOS, 2013, p. 147).

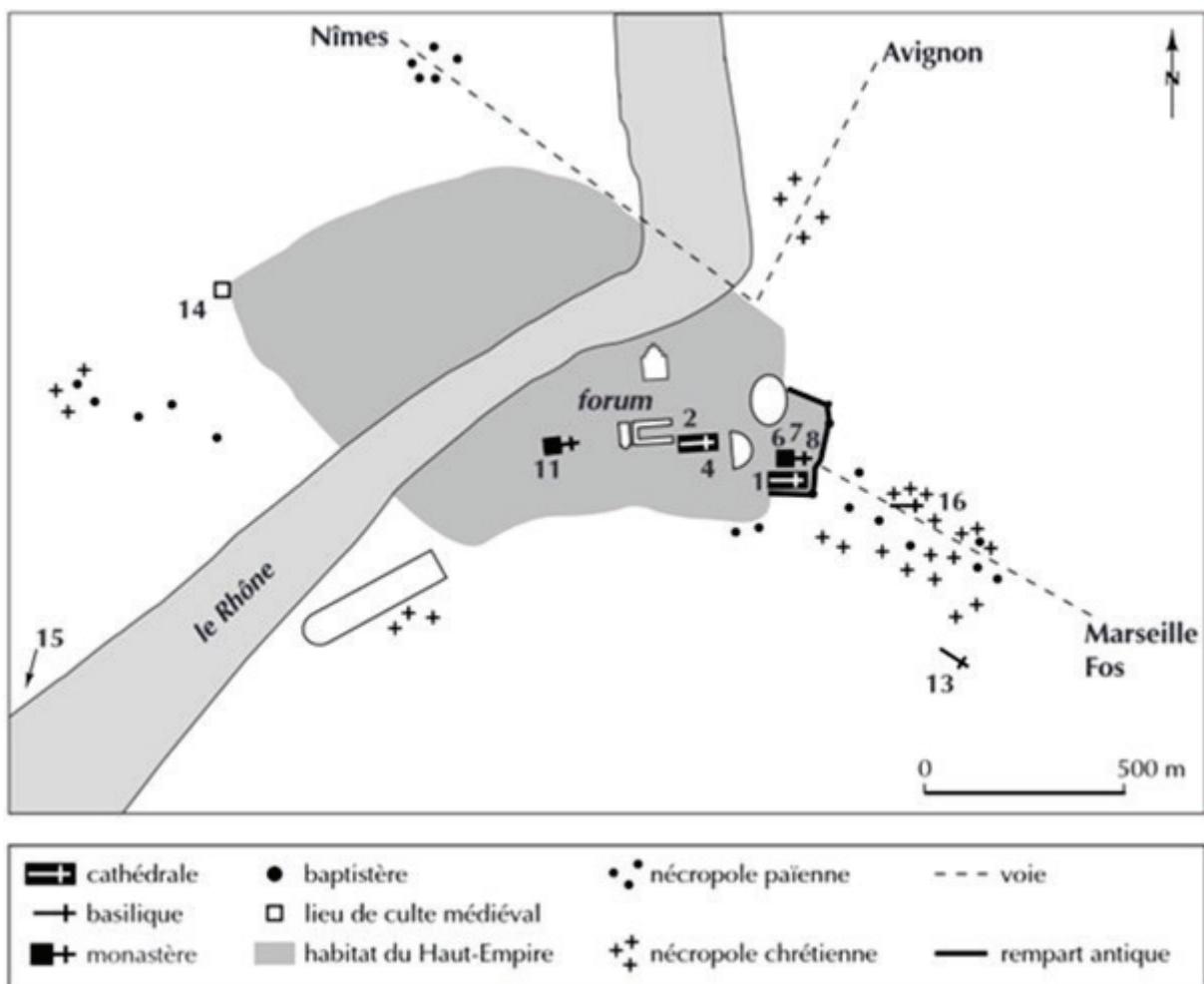
Embora seja difícil definir o tamanho e as características da comunidade de cristãos de Arles no período pré-Constantino, a difusão de sarcófagos de mármore desde inícios do século IV é vista por Heijmans (2020, p. 42) como indício de que havia cristãos entre as elites da cidade. Ainda que não observe uma profusão de grandes edifícios eclesiásticos no século IV, mesmo com o aparente suporte imperial, Loseby (1996, p. 60) sustenta que os cristãos tinham então assegurado ao menos um espaço privilegiado na cidade. Nesse sentido, destaca que as evidências mais seguras de cristianização se situam não no ambiente *intra muros*, mas sim nas periferias da cidade, em espaços associados ao mártir Genésio, como podemos ver na figura a seguir (LOSEBY, 1996, p. 58).

⁹ É possível que a transferência da Prefeitura do Pretório tenha sido motivada por questões de estratégia militar e de segurança, tendo em vista as incursões de grupos “bárbaros” (HEIJMANS, 2013, p. 74), dentre os quais Mar Marcos (2013, p. 146) destaca os vândalos.

¹⁰ Monumentos não-cristãos conhecidos da cidade incluem o fórum, as muralhas e um teatro construídos provavelmente no reinado de Augusto (século I a.C. ao século I E.C.), um anfiteatro de meados do século I, um circo construído no século II, e as supracitadas termas de Constantino, construídas em fins do século III ou no início do século IV (HEIJMANS, 2020, p. 41; 47).

¹¹ Isto não implica dizer que se tratasse de um cenário caótico, pois os monumentos públicos em questão continuavam funcionando e as moradias, dispostas de maneira ordenada e sem bloquear as entradas do circo, parecem ter contado com apoio oficial, e dialogavam com a já mencionada tendência do uso utilitário do espaço (LOSEBY, 1996, p. 54-57).

Figura 1 - Topografia das estruturas cristãs de Arles na Primeira Idade Média



1. Conjunto episcopal primitivo; 2. Conjunto episcopal do século V; 4. Residência episcopal; 6-8. Mosteiro feminino de São João, São Pedro e Santa Cruz; 11. Mosteiro masculino fundado por Aureliano; 13. São Genésio nos Alyscamps; 14. São Genésio de Arles; 15. Mosteiro insular suburbano; 16. Basílica de São Pedro e São Paulo. Fonte: Desenho de S. Roucole (GUYON, 2006, p. 107).

A localização do complexo episcopal de Arles divergia do padrão observado em outras cidades gálicas, onde os conjuntos de edifícios eclesiásticos costumavam se localizar em regiões marginais, distantes dos centros monumentais tradicionais. Para Guyon (2006, p. 92-5), sua particularidade se deveu à transferência de seu grupo episcopal durante o século V, provavelmente na segunda metade deste século. Por certo, cabe reiterar que, apesar da proeminência crescente do cristianismo e do direcionamento de recursos às obras cristãs, a evolução da paisagem urbana entre os séculos IV e VI ocorreu ao lado de estruturas e edifícios não-cristãos que ainda funcionavam (LOSEBY, 1996, p. 60-63).

Um elemento importante deste complexo era o palácio episcopal que, no início do século VI, provavelmente se encontrava próximo aos muros e ao lado da chamada Basílica de São Estêvão, da qual era separado por um átrio. Estes locais seriam então ladeados por três edifícios fundados por Cesário: um hospital, o Mosteiro de São João e

a Igreja de Santa Maria, destinados às monjas. Juntos, constituiriam o que Delage (1971, p. 24) chamou de “um verdadeiro bairro eclesiástico”.

Quanto à posição da cidade no cenário eclesiástico da Gália, tratava-se, como dito, de uma das maiores dioceses da região (DELAGE, 1971, p. 26-28). Contudo, em termos eclesiásticos, até fins do século IV, esteve sujeita à autoridade metropolitana de Vienne, capital da província de *Viennensis*. Esse arranjo se deveu ao contexto em que a Igreja passou a contar com patrocínio imperial, processo marcado pela sobreposição entre a organização administrativa da Igreja e a do Império, cujas capitais de províncias civis se tornavam sedes metropolitanas (LOSEBY, 1996, p. 45; VAN DAM, 2008, p. 350). Com a referida transferência da Prefeitura do Pretório, foi demandado um status eclesiástico correspondente, o que iniciou uma disputa entre as sedes de Arles e Vienne. Assim, na primeira metade do século V, os bispos de Arles buscaram constituir uma autoridade suprametropolitana (DELAGE, 1971, p. 28-29).¹²

Tais pretensões avançaram significativamente durante o bispado de Pátroclo (412-426), que buscou exercer influência além da província de *Viennensis*, com o apoio do imperador Constâncio (m. 421) e do bispo romano Zózimo (417-418) (HEIJMANS, 2001, p. 7; VILLEGAS MARIN, 2017, p. 308). Em 417, este lhe conferiu o direito de ordenar bispos nas províncias de *Viennensis* e *Narbonnensis I e II*, o de emitir cartas de recomendação necessárias aos clérigos que quisessem ir a Roma, a jurisdição sobre duas dioceses antes sujeitas a Marselha e o papel de mediador de litígios eclesiásticos em toda a Gália (DELAGE, 1971, p. 32; SAINT-SAËNS, 1979, p. 14).¹³

Ainda assim, Pátroclo enfrentou resistências em sua tentativa de impor sua autoridade na região. A principal expressão disso foi seu conflito com Próculo, bispo de Marselha, que se recusou a acatar as ordens arlesianas e romanas (MATHISEN, 1989, p. 27-43; NATAL; WOOD, 2016, p. 52-53). Ademais, dado que a posição de Pátroclo era amparada por Constâncio, a morte deste, em 421, representou um abalo severo, ainda que preservasse o apoio de Gala Placídia, viúva de Constâncio (MARCOS, 2013, p. 151). Em 422, sofreu outro revés, já que Bonifácio, o novo bispo romano, suspendeu o apoio à diocese arlesiana e desconsiderou os poderes que lhe tinham sido conferidos por seu antecessor, Zózimo. No ano seguinte, uma nova “usurpação”, com o apoio de tropas

¹² Uma primeira tentativa de solucionar a querela foi o Concílio de Turin (398), que propôs a divisão da província entre as duas dioceses – o que não resolveu o problema, mas marcou um primeiro passo na reivindicação do status metropolitano da sede arlesiana (DELAGE, 1971, p. 28-32).

¹³ Usando a supracitada lenda de São Trófimo como argumento em sua decisão (MARCOS, 2013, p. 146-147). Embora Delage (1971, p. 32) afirme que este arranjo tornava Pátroclo um vigário de Roma na Gália, Villegas Marin (2017, p. 309, 317) sustenta que se trata de uma visão teleológica e julga incorreto falar em vicariato no período anterior ao bispado de Cesário, no início do século seguinte.

amotinadas em Arles, fragilizou ainda mais a posição de Pátroclo, privado de seus contatos políticos (VILLEGAS MARIN, 2017, p. 315).¹⁴

Sua morte, em 426, marcou o início de uma nova etapa na trajetória da cidade, passando-se de uma autoridade amparada no apoio de agentes imperiais e da sede romana para uma baseada em uma rede regional de bispos organizada a partir do mosteiro de Lérins.¹⁵ A diocese de Arles foi durante muitos anos dominada por bispos oriundos de Lérins, como nos casos de Heládio (426), Honorato (426-430) e Hilário (430-449) (HEIJMANS; PIETRI, 2009, p. 39). Este último se destacou por sua atuação política agressiva, amparado na “facção lerinense”¹⁶ e em uma pretensa reforma disciplinar do clero (MATHISEN, 1989, p. 69-140; VILLEGAS MARIN, 2017, p. 316-317) para retomar a posição de Arles de autoridade suprametropolitana e impor bispos a diversas dioceses. Isso gerou resistências regionais e ocasionou um conflito com o bispo Leão de Roma, que lhe impôs sanções, tal como uma reprimenda do imperador Valentiniano III por meio do general Aécio (MATHISEN, 1989, p. 141-172; HEINZELMANN, 1992, p. 239-251). Após a morte de Hilário, a facção lerinense – e, consequentemente, Arles – perdeu gradualmente sua força no cenário político-eclesiástico do sul da Gália.¹⁷

Novos soberanos e novas articulações (475-549)

As incursões de grupos germânicos e o eventual colapso da administração romana na Gália repercutiram no contexto político e eclesiástico regional e na posição de Arles nele. No século V, Arles foi atacada muitas vezes, passando por quatro cercos

¹⁴ Com a derrota do motim, em 425, Pátroclo pôde reaver seus poderes com a prerrogativa de julgar bispos “pelagianistas” na Gália. Entretanto, é incerto se foi efetivamente capaz de exercê-los, já que foi assassinado no ano seguinte (MARCOS, 2013, p. 151).

¹⁵ Importante centro de formação intelectual e ascética localizado em um arquipélago próximo ao litoral mediterrâneo, Lérins foi a origem de diversos monges-bispos que dominaram o cenário político-eclesiástico do sul da Gália entre as décadas de 420 e 460 e manteve-se influente mesmo no século seguinte (GUYON, 2006, p. 102; HEIJMANS; PIETRI, 2009, p. 35-36; BAILEY, 2010, p. 109). Até inícios dos anos 460, ao menos doze monges tornaram-se bispos, tendo exercido um domínio prolongado sobre a diocese de Arles e outras do sudeste da Gália, além de algumas cidades mais ao norte. Uma vez ocupando o cargo de bispo, os lerinenses se destacaram na fundação de monastérios, o que constituiu uma tendência que se manteve mesmo após o enfraquecimento da facção monástica-episcopal. A produção literária de bispos egressos, tal como de seus abades, foi uma forma de publicidade de sua experiência insular que colaborou para a influência que o mosteiro teve nos séculos V e VI (GUYON, 2006, p. 103; HEIJMANS; PIETRI, 2009, p. 53).

¹⁶ Por meio de trocas epistolares e literárias, membros egressos de Lérins mantinham contato com o mosteiro e entre si, formando uma rede que favoreceu a projeção do mosteiro e de seu modo de vida, particularmente na primeira metade do século V, sob a liderança de Hilário (HEIJMANS; PIETRI, 2009, p. 40-41).

¹⁷ Por outro lado, as relações entre Arles e Roma se amainaram sob seu sucessor, Ravênia de Arles (VILLEGAS MARIN, 2017, p. 317). Esse processo de desarticulação foi favorecido pela fragmentação territorial gerada tanto pelo assentamento de grupos germânicos na região (SILVA, 2018a, p. 22) quanto por mudanças nas demandas das comunidades locais – estas buscariam líderes com maior capacidade de articulação política com os novos senhores dos territórios (HEIJMANS; PIETRI, 2009, p. 48).

até ser conquistada por Eurico, rei dos visigodos, em 475 (SAINT-SAËNS, 1979, p. 10). Com isso, sofreu um abalo significativo em sua posição política: a Prefeitura do Pretório, motivo de grande prestígio, foi então extinta, e a casa de cunhagem ali instalada, em 313, parece ter deixado de funcionar. Não obstante, a cidade serviu de residência aos soberanos, vide o fato de Eurico ter morrido ali no ano de 484 (HEIJMANS, 1999, p. 145; HEIJMANS, 2013, p. 76).

As pretensões de primazia de seus bispos foram afetadas pela conquista visigótica do sul da Gália, já que a área de jurisdição da diocese ficou dividida entre os territórios dos reinos burgúndio e visigodo (KLINGSHIRN, 1994a, p. 70-71; BRESSAN, 2010, p. 12), o que a impedia de exercer seus poderes metropolitanos e favorecia a diocese rival de Vienne. Este cenário se manteve do último quarto do século V aos anos 520, no bispado de Cesário de Arles (502-542), que teve relevância na transformação da cidade e para o qual nos voltamos agora.

Segundo Delage (1971, p. 18), no início do século VI, Arles já passara de seu esplendor, mas permanecia com relevância econômica, e não mudara muito em relação ao período imperial, posto que seu auge ocorreu tarde. Cesário, após um período como monge em Lérins, estabeleceu-se em Arles no final do século V e ascendeu rapidamente na hierarquia eclesiástica local, graças ao patrocínio de seu antecessor e parente Eônio de Arles (485-502), que o indicou como sucessor antes de morrer.¹⁸

Em sua primeira década como bispo, Cesário foi por três vezes acusado de traição: numa primeira vez foi acusado de conluio com os burgúndios e teria acabado exilado em Bordeaux (VC, I, 21-22); na segunda, foi acusado de tentar entregar a cidade aos sitiantes durante o cerco de 507-508, que teria resultado em sua prisão e em planos para afogá-lo no Rio Ródano (VC, I, 29-31); e, na terceira vez (512), teria comparecido a Ravena, diante do rei ostrogodo (VC, I, 36) (DELAGE, 1994, p. 32). É possível que estas acusações fossem motivadas pela oposição a Cesário na comunidade de Arles, dada sua ascensão ao episcopado por indicação de Eônio e o regime ascético imposto ao clero (HEIJMANS, 2001, p. 12; KLINGSHIRN, 1994a, p. 93-94).¹⁹

¹⁸ Embora a VC (I, 12-14) apresente a eleição episcopal de Cesário como uma sucessão tranquila, o intervalo de meses entre a morte de Eônio e a nomeação de Cesário como bispo sugere que tenha sido um processo disputado – uma suspeita que é reforçada pela presença do nome de um *Johannes* entre Eônio e Cesário no mais antigo dos *fasti* episcopais de Arles, datado de ca. 900 (HEIJMANS, 2001, p. 11; KLINGSHIRN, 1994a, p. 85-86). Silva (2018a, p. 22) ressalta também a acusação de traição dirigida contra Cesário pouco tempo depois do início de seu bispado, a qual sugere um cenário de tensões com o clero local.

¹⁹ Quanto ao pretenso exílio em Bordeaux, cabe observar a posição de Delaplace (2012, p. 315), que sugere a possibilidade de que se trate de uma ficção inventada por seus hagiógrafos de modo a maquiar um deslocamento cujo intuito seria articular junto ao monarca visigodo Alarico II a organização do Concílio de Agde e a promulgação do Breviário de Alarico. O exílio na Itália também é visto com suspeição por Février (1994, p. 60-61), que vê no episódio uma visita de Cesário ao novo soberano de Arles.

A possível tentativa de Cesário em projetar a diocese de Arles por uma aliança com a monarquia visigótica foi interrompida pela derrota dos visigodos na batalha de Vouillé, em 507. Tropas de francos e burgúndios avançaram sobre a Gália meridional, sitiando a cidade no inverno de 507-508, liberada somente após intervenção de tropas ostrogodas, cujo monarca, Teodorico, alegava ter laços familiares com o herdeiro de Alarico II, falecido na batalha de Vouillé (KLINGSHIRN, 1994a, p. 106-110; BRESSAN, 2010, p. 33). Isso deu início ao período de dominação ostrogoda sobre Arles, correspondente à fase mais agressiva do bispado de Cesário, em um contexto central para a afirmação da diocese como um centro de poder regional.

O ponto inicial da virada da trajetória eclesiástica de Arles ocorreu na última acusação conhecida contra Cesário, que o levou à Itália. Cesário teria feito uso dos recursos da Igreja de Arles, ao vender propriedades eclesiásticas para financiar, dentre outros, a construção de um mosteiro feminino dedicado a São João.²⁰ Segundo Guyon (2006, p. 103), a fundação de tais mosteiros no contexto da Gália meridional impactava significativamente a topografia urbana, até mais do que a fundação de catedrais. Assim, Cesário agia no sentido de deixar sua marca visível em Arles. A passagem pela Itália, embora apresentada na VC como um exílio, representou um grande ganho de poder político por Cesário, que teria obtido o apoio do monarca Teodorico e do bispo Símaco de Roma, que reafirmou as prerrogativas especiais do bispo de Arles em relação ao resto das igrejas gálicas.²¹

No período de dominação ostrogoda sobre Arles, Cesário foi beneficiado também pela reconfiguração territorial da Gália causada pelos avanços militares ostrogodos. Quando, em 523, estes conquistaram as terras entre os rios Durance e Isère, o bispo de Arles pôde exercer influência em dioceses da província de *Viennensis*, que antes estavam fora de seu alcance, o que o levou a organizar, entre 524 e 529, uma série de concílios na região (HEIJMANS, 2001, p. 19-20; SILVA, 2018a, p. 24).²²

²⁰ Provável motivo pelo qual foi acusado e convocado a comparecer em Ravena, posto que a legislação ostrogoda proibia tais alienações (HEIJMANS, 2001, p. 18). Há que se considerar a provável insatisfação do clero local com a “dilapidação” do patrimônio eclesiástico, mobilizado inclusive para resgate de escravos. A ida a Roma, portanto, também pode estar relacionada à resolução deste embaraço.

²¹ Embora a relação de cooperação entre os bispos de Arles e de Roma tivesse precedentes no século V, Villegas Marin (2017, p. 316) defende que o “vicariato apostólico” dos bispos de Arles remete mais propriamente ao período de atuação de Cesário – posição similar à de Loseby (1996, p. 65), que destaca que a formalização do cargo de vigário de Roma como um privilégio *ex officio* foi feita no bispado de Cesário, em articulação com Símaco.

²² Apesar da importância de sua investida conciliar como forma de promover medidas conciliares e do apoio recebido da diocese romana, nota-se então uma gradual diminuição do apoio às pretensões do bispo de Arles, provavelmente motivada pela crescente interferência romana em assuntos eclesiásticos, possível fonte de tensão com os demais bispos da região (SILVA, 2018a, p. 24).

Dito isso, a última década do bispado de Cesário foi marcada por uma considerável perda de influência. Além da redução de sua base de apoio nas etapas finais de sua investida conciliar (SILVA, 2018b, p. 27, 31-32), pode-se destacar a instabilidade no reino ostrogodo após a morte do rei Teodorico (526), que levou à cessão dos territórios ao norte do Durance aos burgúndios, em 532 (KLINGSHIRN, 1994a, p. 244-245), e a eleição de bispos romanos que, sucessivamente, se afastaram da política de favorecimento de Arles. Por fim, a anexação da Gália meridional pelos francos, em 536, inseriu a cidade em um reino cujos soberanos eram mais propensos a interferir em assuntos eclesiásticos, e cujos centro de gravidade estava ao norte da Gália, onde Cesário tinha pouca influência (KLINGSHIRN, 1994a, p. 256-260).

A redução do apoio dos bispos de Roma refletia em parte uma mudança de prioridades da sede romana, que passou a se concentrar mais sobre assuntos eclesiásticos no Oriente e, em parte a mudança na posição política do próprio Cesário em sua região (SILVA, 2018a, p. 25).²³

Ao cabo, a relação de Arles com Roma foi um fator central na constituição da autoridade supra-metropolitana de sua diocese.²⁴ Pátricio e Hilário de Arles, por disporem de outras fontes de apoio político – respectivamente, Constâncio e a facção de Lérins –, foram capazes de agir com maior autonomia em relação à autoridade do bispo romano. Cesário, por sua vez, mostrou-se mais dependente do apoio romano para avançar suas pretensões regionais, mas teve a vantagem de ter obtido a formalização de sua condição de vigário de Roma, o que garantiu à diocese de Arles um ganho de influência que seria legado aos seus sucessores (DELAGE, 1971, p. 33; LOSEBY, 1996, p. 64-65).

Face à fragilização de sua posição no cenário eclesiástico da Gália, Cesário e seus aliados se articularam para assegurar a preservação da reputação do bispo de Arles, de suas medidas conciliares e pastorais e, sobretudo, da principal instituição fundada por ele: o mosteiro feminino de São João. Na sequência, investigamos a principal peça desse esforço de preservação do legado de Cesário – a *Vita Caesarii Arelatensis* – e examinamos a maneira como diferentes espaços foram associados à trajetória do bispo neste relato.

²³ Uma expressão da perda de apoio de Cesário junto à diocese romana foi a reversão, por Agapito de Roma, de uma condenação ao bispo Contumelioso de Riez anteriormente aprovada por seu predecessor João II de Roma. Contumelioso, ex-aliado de Cesário, teria sido afastado de seu cargo após ser acusado de desrespeitar disposições disciplinares (provavelmente relativas ao celibato), mas seu apelo por uma revisão de seu julgamento foi respondido favoravelmente por Agapito de Roma, que acabou por desautorizar Cesário (SILVA, 2018a, p. 25).

²⁴ Essa foi esboçada inicialmente no bispado de Pátricio, e abalada em 422, quando Bonifácio de Roma desconsiderou as prerrogativas especiais do bispo de Arles (VILLEGAS MARIN, 2017, p. 315). Novamente, em 445, o conflito entre Hilário de Arles e Leão de Roma tensionou o próprio status metropolitano da diocese arlesiana (HEINZELMANN, 1992, p. 239-251), retomado no bispado de Cesário, que, em 514, foi feito vigário de Roma pelo bispo Símaco (SILVA, 2018a, p. 23).

Espaço, memória e poder episcopal na *Vita Caesarii Arelatensis*

A *Vita Caesarii Arelatensis*, hagiografia de Cesário de Arles, foi escrita cerca de sete anos depois de sua morte, alegadamente a pedido de sua irmã, a abadessa Cesária, por cinco membros de seu círculo próximo de colaboradores: os bispos Cipriano de Toulon, Firmino de Uzés e Vivêncio (de sede desconhecida), o presbítero Messiano e o diácono Estéfano, os dois últimos identificados como clérigos que acompanharam Cesário desde a juventude (VC, I, 1). É seguro dizer que a promoção do monastério feminino de São João foi um dos principais intuitos da redação da *Vita*, propósito enunciado quando se diz que a obra permaneceria, em lugar de Cesário, em prol do monastério (VC, I, 1). Ademais, é plausível falar em outros objetivos, como a edificação das audiências, celebração do legado de Cesário, promoção de suas ideias de reforma, defesa de sua reputação e destaque da associação dos próprios hagiógrafos com a figura do “santo” (KLINGSHIRN, 1994b, p. 1, 4-5).

Quanto às *Vitae Honorati* e *Hilarii*, pontos de comparação para melhor discernir as especificidades da VC, a primeira teria sido redigida pelo próprio Hilário no aniversário da morte de Honorato, após tê-lo sucedido como bispo de Arles (VHo, 1). Ela visa a exaltar o mosteiro de Lérins (VHo, 15-22) e a associação entre o hagiógrafo e o hagiografado (VHo, 3, 23-24, 31, 36, 39). A segunda, por sua vez, é atribuída a Honorato de Marselha, um dos bispos sufragâneos de Hilário, e visava não apenas a exaltar a instituição lerinense (VHi, 7, 12), mas também defender a imagem de Hilário em relação ao supracitado conflito que teve com Leão de Roma (VHi, 21-22, 28).

Em termos de estrutura, a VC se divide em dois livros, sendo o primeiro redigido pelos três bispos supracitados e composto como uma narrativa de vida linear, e o segundo apresentado como uma compilação de testemunhos sobre os milagres e a vida cotidiana de Cesário. Trata-se de um texto dotado de um caráter panegírico e edificante: por isso, para analisá-lo é fundamental entender a diferença entre os contextos do hagiografado e de produção da hagiografia, sendo este último aquele que efetivamente se analisa (VELÁZQUEZ, 2005, p. 8-9; KREINER, 2014; OLIVEIRA, 2019, p. 58). Dito isto, a VC destaca-se pelo curto intervalo entre a morte do bispo e sua redação, pelo fato de seus redatores terem podido contar com relatos de “primeira mão”, e pela possibilidade de confrontá-la com outras evidências: se trata, portanto, de um documento relevante para o estudo da trajetória de Cesário (KLINGSHIRN, 1994b, p. 5-6; DELAPLACE, 2012, p. 311).

Isto posto, nosso intento aqui não é proceder a um exercício de reconstrução biográfica, trabalho já realizado (cf. DELAGE, 1971; HEIJMANS, 2001; KLINGSHIRN, 1994b; DELAPLACE, 2012), mas examinar a maneira como a VC, como documento-monumento

(LE GOFF, 1996, p. 535-549), associou a trajetória de Cesário a diferentes espaços – consolidando, assim, novos monumentos.

Atentando às perguntas elencadas no início deste artigo, iniciemos nossa análise discriminando os locais abordados na VC. Ao todo, dos 113 capítulos que constituem seus dois livros, 71 contêm algum tipo de alusão a locais, tanto internos quanto externos à cidade, o que corresponde a 63,82% do total da obra. A importância conferida às demarcações espaciais nesta hagiografia é reforçada quando a comparamos com VHo e VHi, que, mesmo considerada sua menor dimensão, respectivamente com 39 e 33 capítulos, apresentam uma menor proporção de menções a locais (48,72% na VHo e 48,48% na VHi).

Quanto aos arredores de Arles, a VC menciona um monastério localizado em uma ilha suburbana (VC, I, 12-13), onde Cesário teria sido abade nos anos prévios à sua ascensão ao episcopado. Os outros lugares dos arredores são os túmulos nos quais Cesário teria se escondido ao saber de sua iminente consagração bispal (*inter quasdam sepulturas*, VC, I, 14) e um *ager suburbanus* do mosteiro de São João, em que teria realizado um milagre (VC, I, 48). Observa-se um maior volume de menções a tais espaços suburbanos na VC em relação às VHo (nenhuma menção) e VHi (29), embora feitas em termos mais genéricos do que na VHi, que menciona especificamente a basílica suburbana de São Genésio, onde teriam sido realizados os serviços funerários de Hilário.

A omissão de menção direta a essa basílica na VC pode ter relação com a valorização de outro espaço funerário fundado durante seu bispado: a Basílica de Santa Maria, apresentada como lugar estreitamente associado ao Mosteiro de São João e concebida como local de sepultamento para suas monjas (VC, I, 57). A associação da figura do hagiografado a este edifício é destacada em dois momentos da VC: primeiro, quando é dito que Cesária, a Velha, teria sido enterrada ao lado da sepultura destinada ao bispo (VC, I, 58), e depois, na narrativa do funeral de Cesário (VC, II, 50).

Por sua vez, a Basílica de São Estêvão, a principal da cidade, é mencionada em diversos momentos, que incluem relatos da atuação de Cesário neste espaço, seu uso como ponto de referência espacial, e de forma mais geral como cenário da narrativa hagiográfica. As primeiras duas menções (VC, I, 15; I, 19) referem-se à ação pastoral, sendo dito que ele determinou que o clero cantaria todos os dias, na basílica, os ofícios de Terças, Sextas e Nonas, e que instigava os leigos a cantar também.²⁵

A menção à basílica aparece nos trechos que destacam Cesário como fundador, como o que aborda a criação de uma casa de enfermos próxima à basílica, onde poderiam

²⁵ No caso dos cantos, de modo que não tivessem tempo para fofocas. Destaca-se ainda sua decisão por trancar as portas da igreja em uma ocasião (VC, I, 27) e sua atuação como pregador na igreja (VC, I, 54) (que não necessariamente se limitam à basílica de São Estêvão, mas podem lhe ser associadas por tratar-se da principal basílica da cidade).

ouvir os cânticos que ali eram entoados (VC, I, 20), e o que trata da fundação do mosteiro de São João, construído “ao lado da igreja” (VC, I, 35). Estas passagens, portanto, associam o processo de significativa expansão edilícia cristã de Arles ao bispado de Cesário.

Quanto à inserção do espaço da basílica na narrativa em si, ela aparece em diversos momentos: ao abrigar cativos de guerra após o cerco de Arles;²⁶ como local de recepção do bispo em seu retorno da Itália, sendo palco de um milagre de cura nessa ocasião (VC, I, 43);²⁷ e para onde Cesário retornaria após sua última conversa com as monjas do monastério de São João, pouco antes de sua morte (VC, II, 47).

O menor destaque dado ao espaço da basílica na *VHo* e *VHi*²⁸ pode refletir a menor preocupação de seus hagiógrafos com demarcações espaciais em geral. Contudo, no caso das menções na *VC*, também é possível interpretá-las como um empenho em criar uma associação estreita entre Cesário e esse espaço central do grupo episcopal. Ademais, um ponto de comparação interessante é que, das três, a *VC* é a única hagiografia que não apresenta a basílica principal como espaço de condução do funeral do bispo, privilegiando em lugar disso a supracitada basílica de Santa Maria, diretamente associada com o monastério de São João, que, como veremos a seguir, desfruta de considerável destaque no relato.

Quanto às alusões à cidade de Arles, em geral, as menções na *VC* remetem a um espaço desde os primórdios dos anos 500, associado ao bispo.²⁹ Em contraste, a *VHo* limita-se ao relato da morte de Honorato, afirmando que este deixou, na cidade, os monges que lhe faziam companhia, e que estariam na raiz de um grupo monástico que não se dispersaria – e que incluiria o próprio Hilário (*VHo*, 33). A *VHi* (10), por sua vez, apenas narra a chegada alegre da comunidade à cidade de Arles, trazendo consigo Hilário, que consegue “capturá-lo” em meio à sua fuga.

²⁶ Momento em que seus ornamentos teriam sido arrancados para obtenção de recursos para a libertação deles (*VC*, I, 32) – o que é apontado pelos hagiógrafos como digno de elogio, e não de reprimenda (*VC*, I, 33).

²⁷ Sendo envolvida ainda outros três milagres de cura (*VC*, II, 14; II, 16; II, 29).

²⁸ A *VHo* menciona o espaço da igreja relacionado à narrativa da morte e do funeral de Honorato, sendo a igreja apontada como o local onde proferiu seu último sermão, que o teria exaurido e colaborado para sua morte (*VHo*, 29) e onde os fiéis teriam se reunido para seu funeral (*VHo*, 34-35). Quanto à *VHi*, esta faz duas menções ao espaço da igreja em questão, sendo uma delas um relato de exorcismo (*VHi*, 17) e outra a narrativa do funeral de Hilário, no qual seu corpo teria sido velado na Basílica de São Estêvão (*VHi*, 28).

²⁹ Assim, o primeiro livro da *VC* reconta o deslocamento de Cesário de Lérins para Arles, apresentada como local com médicos (*VC*, I, 7), e destaca a isenção que teria obtido para a igreja de Arles junto ao rei visigodo, então soberano (*VC*, I, 20); narra a chegada “apoteótica” de Cesário após seu exílio em Bordeaux, que teria até mesmo acabado miraculosamente com uma seca (*VC*, I, 26); ressalta a iniciativa de Cesário em estabelecer um mosteiro feminino na cidade, cujo primeiro edifício, ainda em construção, foi destruído durante o cerco de 508 (*VC*, I, 28): sobre o cerco à cidade, sustenta a ideia de que a presença de Cesário foi o que preservou a cidade de ser pilhada (*VC*, I, 34). Narra ainda outra chegada “triunfante” de Cesário de um pretenso exílio (*VC*, I, 43) e a cidade como local hospitalero durante seu bispado, estando a residência episcopal sempre pronta a receber visitantes (*VC*, I, 62).

Vê-se que a menção à cidade de Arles aparece com maior frequência e ênfase na *VC*, e de forma mais variada. Na *VHo*, o hagiógrafo limita-se a apontar o grupo monástico que Honorato teria proporcionado à cidade, e a *VHi* destaca o retorno jubilante a Arles da comunidade após a “captura” de Hilário. Por sua vez, a *VC*, além de incluir relatos de “retorno triunfal”, tal como na *VHi* (*VC*, I, 26, *VC*, I, 43), caracteriza também a cidade como um local com médicos (*VC*, I, 7) e notabilizado pela recepção de hóspedes (*VC*, I, 62), enfatiza o legado tributário deixado por Cesário (*VC*, I, 20) associa seu projeto de fundação de um mosteiro feminino diretamente à cidade (*VC*, I, 28) e apresenta o cerco de 508 (*VC*, I, 28; 34).

A residência episcopal (*domus ecclesiae*) se faz presente em ambos os livros da *VC*. No primeiro livro, ela é mencionada em meio à narrativa do cerco de 508, com o suposto aprisionamento de Cesário no palácio após ser retirado à força de sua residência (*VC*, I, 29), que teria sido ocupada por soldados visigóticos durante sua captura (*VC*, I, 30). Nessa ocasião, os hagiógrafos atribuem aos aposentos de Cesário um caráter sagrado, dizendo que um dos soldados visigóticos, ao tentar deitar-se na cama episcopal, foi morto por Deus (*VC*, I, 30). A residência episcopal também faz parte do cenário do imediato pós-cerco, quando a cidade estaria cheia de cativos de guerra abrigados nas igrejas e na *domus ecclesiae* (*VC*, I, 32).³⁰ Há ainda menção à residência de Cesário como um espaço de hospitalidade, recepção de clérigos e visitantes em geral, à exceção de mulheres, cuja presença na casa seria vetada (*VC*, I, 62). Já o segundo livro alude à residência de Cesário por seis vezes, apresentando-a como cenário de diversos milagres.³¹

Em contraste, a *VHo* não traz menções à residência episcopal, e a *VHi*, a apenas uma.³² O maior enfoque dado ao espaço na *VC* pode ser reflexo de uma tentativa de valorização das medidas disciplinares presumidamente conduzidas em seu bispado, que teriam feito da residência um espaço de caráter parcialmente monástico (KLINGSHIRN, 1994a, p. 91-92).

Outra particularidade da *VC* é a alusão a espaços não-eclesiásticos, não mencionados nas *VHo* e *VHi*. O relato inclui os muros da cidade (*VC*, I, 29; 31), citados no episódio do

³⁰ A ênfase na ideia de que todos esses edifícios eclesiásticos teriam ficado lotados expressa o peso que os hagiógrafos buscaram atribuir à libertação e proteção de cativos na trajetória de Cesário e reforça a importância dos edifícios cristãos na cidade. Por sua vez, a questão da libertação de cativos é novamente associada à residência de Cesário mais adiante, no livro I, quando é dito que Cesário doou uma veste pascal que buscou em sua cela para que ela fosse usada para a remissão de cativos (*VC*, I, 44).

³¹ Se inicia por um elogio à sua rotina de orações na qual, segundo o hagiógrafo, o bispo parecia até mesmo falar com Deus (*VC*, II, 6). Narra, em seguida, uma oração que fez com que, após esgotados todos os suprimentos da igreja arlesiana, os reis burgúndios enviassem navios cheios de grãos (*VC*, II, 8); a cura milagrosa de uma mulher por meio de peças de roupa de Cesário (*VC*, II, 13); o exorcismo de uma menina (*VC*, II, 29); a cura milagrosa de um franco (*VC*, II, 42); e um milagre observado enquanto o corpo de Cesário estava na cela, quando uma lâmpada derrubada por uma escrava não teria quebrado ou apagado (*VC*, II, 44).

³² Quando se fala de um clérigo que ocupava a cela ao lado da de Hilário e que se machucou gravemente em um acidente (*VHi*, 20).

cerco em 507-508; um palácio civil onde Cesário teria sido preso por suspeição de traição à cidade sitiada (VC, I, 30-31); e o fórum, um local tradicional das cidades tardo-antigas e que parecia então ativamente utilizado. Segundo a VC, no fórum teria sido reunida toda a comunidade arlesiana para ouvir a denúncia da suposta tentativa de traição judaica durante o cerco de 508 (VC, I, 31). Este mesmo espaço teria sido mobilizado na construção de sua santidade, já que é indicado como cenário de um dos relatos de milagre, em que o bispo teria exorcizado um homem enquanto caminhava pelo fórum (VC, II, 30).

Como dito, a promoção dos interesses do Monastério de São João é uma das principais motivações para a redação da VC. Assim, é curioso que este não seja o local de Arles mais mencionado no relato.³³ Isso corrobora a advertência de Klingshirn (1994b, p. 4-5), que destaca que os hagiógrafos possuíam objetivos e públicos mais amplos do que o mosteiro feminino; ademais, consideramos que os espaços mobilizados em sua narrativa dialogam com a maneira como o relato buscou representar a autoridade episcopal de Cesário.

No início da hagiografia, é enfatizada a ação de Cesário como fundador do monastério (VC, I, 1). Este projeto de fundação de uma instituição monástica feminina é destacado em outros trechos da VC, ladeado pelo desenrolar de seu próprio bispado.³⁴ Cabe destacar a forma como os hagiógrafos descrevem as propriedades fundiárias pertencentes ao mosteiro, como cenário de um milagre de expulsão de javalis selvagens (VC, I, 48), e local em cuja gestão Cesário se envolvia de algum modo.³⁵ A questão das propriedades é indiretamente abordada também no relato das últimas despedidas de Cesário, em que se destacam os arranjos feitos pelo bispo para garantir a perenidade da comunidade religiosa que fundou (VC, II, 47).³⁶ Assim, o papel de Cesário como seu protetor é apresentado nessa alusão a medidas concretas para o sustento material da

³³ Aparece em 11 de seus 113 capítulos, um número igual às menções à residência episcopal e inferior às alusões à Basílica de São Estêvão, catedral da cidade (13 capítulos).

³⁴ Primeiro, numa menção à vontade de Cesário em adornar a igreja arlesiana como um coro de virgens e à destruição do primeiro edifício destinado à comunidade durante o cerco de 507-508 (VC, I, 28), depois no relato da fundação propriamente dita, alguns anos após, de um novo edifício ao lado da basílica, onde seriam alocadas as virgens sob o comando de Cesária, irmã do bispo (VC, I, 35). Ainda em relação ao lugar de Cesário como fundador, destaca-se a construção da já mencionada Basílica de Santa Maria (VC, I, 57), estreitamente ligada ao monastério e concebida como local de enterro para as monjas e para o próprio Cesário (VC, I, 57-58; II, 48; 50).

³⁵ Como indicado no trecho em que teria recebido um mensageiro informando da situação de Libério, é dito que Cesário estaria então instalado numa propriedade do mosteiro, a fim de descansar e tratar de negócios (VC, II, 11), e isso apesar da alegação de que delegava a gestão das propriedades da igreja a clérigos menores (VC, I, 15), o que indica um possível envolvimento maior com as terras seu mosteiro.

³⁶ Esta iniciativa é destacada ainda em seu testamento (Cesário de Arles, *Testamentum*, 9), que cita nominalmente as propriedades cujos rendimentos eram plena ou parcialmente destinados ao sustento do monastério de São João, o que inclui petições a bispos de Roma pela aprovação de alienações de propriedades em prol do monastério (Ces., *Epistolae*, 7a, 2; 7b, 2; 18, 1-3) e pela confirmação de que a instituição seria imune a apropriações de futuros bispos de Arles (Ep., 18, 2).

comunidade, e em um dos relatos de milagres (VC, II, 26), segundo o qual teria apagado um incêndio que estava prestes a consumir o edifício.

A atuação de Cesário como fundador de um mosteiro, como egresso de Lérins e abade nos arredores de Arles antes de sua consagração deve nos levar a refletir sobre as menções ao mosteiro lerinense na *VC* (I, 5, 7, 11 - 2,65% do conteúdo), comparativamente menos relevantes do que na *VHo* (15-17; 19-20; 22; 28; 36 - 20,51%) e na *VHi* (3; 7; 12; 9,09%). Observando-se a discrepância no espaço conferido a Lérins no conteúdo das *vitae*, pode-se inferir que este é um indicativo da mudança na forma como esses bispos buscaram exercer sua autoridade. Enquanto para Honorato e Hilário (e seus respectivos hagiógrafos) a facção lerinense ocupava um lugar mais central para o avanço de suas pretensões, no contexto de Cesário essa associação a Lérins perde espaço para outras alianças, notavelmente com Roma, e para uma preocupação mais ampla em destacar a amplitude da influência que exerceu durante seu bispado além de sua própria diocese.

Há ainda espaços mencionados nas hagiografias isolada ou genericamente, aqui agrupados como “outros locais”. Trata-se de uma categoria pouco presente na hagiografia de Honorato (2 capítulos; 5,13%), mais visível na de Cesário (13 capítulos; 11,5%), e que predomina na *Vita Hilarii* (9 capítulos; 27,27%).

Na *VC*, os locais mencionados são, em sua maioria, espaços associados à igreja sob os cuidados de Cesário e residências de particulares.³⁷ Por sua vez, *VHo* menciona apenas um local genérico, que seria o túmulo de Honorato (*VHo*, 35-36). Já a *VHi* abunda em menções isoladas ou genéricas a lugares: tal como no caso da *VC*, em sua maioria vinculados a espaços cristãos.³⁸ O fato desta categoria ocupar uma parcela proporcionalmente maior da *VHi* do que da *VC* nos parece um indício de uma maior preocupação dos autores desta última em demarcar os espaços inseridos na narrativa, posto que a maior parte destas referências, embora isoladas, é apresentada de forma mais específica, especialmente situada no espaço arlesiano: o hospital encontra-se ao

³⁷ Assim, destaca-se a casa para enfermos fundada nas imediações da basílica (*VC*, I, 20); o Rio Ródano (onde os visigodos pretendiam afogar Cesário) (*VC*, I, 29- 30); outras igrejas na cidade, usadas para abrigar cativos (*VC*, I, 32); uma “basílica dos apóstolos” (*VC*, II, 24); a casa de um notável chamado Partônio, onde trabalharia um escravo curado milagrosamente por Cesário (*VC*, I, 49). São mencionados ainda “monastérios e igrejas”, locais cuidados por Cesário (*VC*, I, 62); a casa de um diácono chamado Pedro, cuja filha teria sido curada milagrosamente (*VC*, II, 2); um batistério (*VC*, II, 17); a casa de um homem chamado Vincêntio, que Cesário teria miraculosamente salvado de um incêndio (*VC*, II, 28); e fontes batismais abençoadas por Cesário durante uma procissão (*VC*, II, 35).

³⁸ A comunidade monástica introduzida por Hilário na cidade (*VHi*, 7; 10), onde ele teria passado seus últimos momentos (*VHi*, 27); um local desconhecido chamado *Castellum Alamanicum*, em cujas imediações Hilário teria recebido um sinal divino de confirmação de sua eleição episcopal (*VHi*, 9); mosteiros e templos indeterminados fundados por Hilário (*VHi*, 11); uma basílica cuja construção é mencionada em um relato de milagre (*VHi*, 20); uma “Basílica Constantia”, onde Hilário teria humilhado publicamente o prefeito (*VHi*, 13); uma salina em que Hilário teria trabalhado (*VHi*, 15); e uma alusão um tanto deslocada, ao final da *vita*, a um local chamado *Campus Lapideus*, onde Hilário teria convertido todos os pastores (*VHi*, 32) – única possível referência, embora incerta, a uma atuação de Hilário junto à sua rede paroquial.

lado da igreja, as casas de particulares são associadas a nomes (VC, I, 49; II, 2; 28), e as fontes batismais são apresentadas no âmbito de uma procissão específica (VC, II, 35). Isto reforça a supracitada hipótese de uma tentativa dos hagiógrafos em associar mais diretamente a imagem de Cesário a diferentes espaços da cidade.

Outro dado relevante que difere a VC das demais é a menção direta, em mais de uma ocasião, a propriedades da Igreja de Arles. Na VHo e na VHi não há alusão a propriedades fundiárias (*agri*), havendo apenas menção à riqueza material da Igreja de forma geral³⁹ ou aos ornamentos vendidos para angariar recursos para a libertação de cativos (VHi, 11) – sendo este último ponto presente também na *Vita Caesarii* (I, 32).

Como citado, a VC sugere que o bispo deixou a administração das terras eclesiásticas a gestores e diáconos, de modo a dedicar-se completamente “à palavra de Deus, à meditação e à pregação constante” (VC, I, 15).⁴⁰ Apesar disso, em três momentos da *vita*, Cesário é representado atuando em *agri* da igreja arlesiana: embora o relato contido no primeiro livro sobre um milagre de Cesário num *ager* do monastério de São João não especifique se o bispo estava presente no local ou se os suplicantes se deslocaram até ele (VC, I, 48), os dois relatos contidos no livro II sugerem sua presença física nesses espaços.⁴¹

A atuação do bispo em sua rede paroquial é outro ponto que distingue a VC das precedentes. Na VHo não há menção alguma a paróquias, enquanto na VHi há um único trecho que alude a uma possível paróquia onde Hilário teria atuado, convertendo os pastores nas imediações do *Campus Lapideus* (VHi, 32). Já na VC, há diversas menções à atuação de Cesário em sua rede paroquial, com todas elas envolvendo de alguma forma narrativas de milagres.⁴² Sustentamos que esta atenção à atuação de Cesário junto a suas paróquias dialoga diretamente com a maneira como este foi retratado, buscando promover sua autoridade por meio de medidas disciplinares e pastorais que davam

³⁹ Que teria diminuído no bispado de Honorato (VHo, 28).

⁴⁰ No original: “et totum se verbo dei et lectioni, inquietis etiam praedicationibus mancipavit”.

⁴¹ Em um caso, é pouco claro se estaria apenas de passagem ou se estava instalado em uma propriedade da igreja arlesiana quando foi chamado a viajar para outra *ecclesia* (VC, II, 22). No outro, no entanto, como já mencionado, é dito que Cesário se instalou numa propriedade do monastério de São João, onde buscava colocar ordem em determinados assuntos e tratar de negócios (VC, II, 11).

⁴² No primeiro livro, há apenas uma menção a uma paróquia em que se encontrava a *villa* de Launico, onde Cesário teria se hospedado e onde posteriormente teria ocorrido a punição milagrosa de um médico que teria deitado com uma prostituta na cama onde o bispo dormira (VC, I, 50). As demais menções se encontram no segundo livro. A paróquia de *Arneginis* é mencionada no episódio da cura do notável Libério, que teria sido gravemente ferido (VC, II, 10-11). Um milagre de cura é relatado na paróquia de Luco (VC, II, 18-19), com indicação de que o episódio se deu em um momento no qual Cesário estava percorrendo diferentes paróquias (*per parrochias ambulabant*) (VC, II, 19). A parte isto, a *vita* narra a pregação de Cesário em paróquias, um exorcismo em uma paróquia não-nomeada (VC, II, 20), outro na paróquia *Citaristana* (VC, II, 21), e mais um na paróquia de *Succentriones*, este último por meio de um cajado esquecido por Cesário (VC, II, 22).

destaque à rede paroquial, projeto expresso em seus sermões (*Ces.*, *Serm.*, 1, 2) e em sua atuação conciliar (SILVA, 2018b).

Por fim, destacamos os trechos relativos a viagens e outras cidades, presente em todas as três hagiografias, mas, mais destacada nas de Cesário (22 capítulos, 19,47%) e Honorato (8 capítulos, 20,51%) do que na de Hilário (3 capítulos, 9,09%). A *VHi* dá pouca ênfase a deslocamentos e viagens de Hilário e sua ligação com outras cidades. As únicas outras cidades mencionadas são a não-nomeada cidade natal de Hilário (*VHi*, 3) e a de Roma, onde Hilário teria ido pessoalmente e enviado emissários na tentativa de contornar seu conflito com Leão de Roma (*VHi*, 21-22). Já a *VHo* é repleta de relatos de deslocamentos e viagens, mas nenhum deles refere-se ao período em que Honorato foi bispo de Arles.⁴³ Trata-se de deslocamentos correlatos à construção da figura de asceta, tal como a de Hilário. Este “carisma monástico” seria o elemento ressaltado pelo hagiógrafo, e não sua associação com outras cidades e regiões.

Nisto, a hagiografia de Cesário mostra-se bem diferente das de seus antecessores. Destarte, na *VC* (I, 3) é mencionada a cidade natal de Cesário (*Cabillonum*, atual Chalon-sur-Saône), o que destoa da opção dos autores da *VHo* e da *VHi* em omitir as origens dos hagiografados. Seguem-se deslocamentos de *Cabillonum* para Lérins (*VC*, I, 5), de Lérins para Arles (*VC*, I, 7), e desta para Bordeaux, no episódio do primeiro exílio de Cesário (*VC*, I, 21). Outras cidades abordadas na narrativa, pela ordem, são Marseille, para onde a irmã de Cesário teria sido enviada antes da construção do mosteiro de São João (*VC*, I, 35), e onde ele teria posteriormente realizado um milagre de cura (*VC*, II, 25), e Rávena, onde supostamente teria sido levado para responder a acusações, notabilizando-se por milagres, atos de caridade e de libertação de escravos (*VC*, I, 36-7; 39-41). Ademais, se cita Orange, que supostamente tinha tido toda sua população escravizada (*VC*, I, 38); Roma, onde teria chegado sua reputação como homem santo (*VC*, I, 38), motivando sua visita à cidade e seu acolhimento pelo bispo romano e por senadores (*VC*, I, 42); e Valence, onde teria sido realizado um concílio contestando a ortodoxia de Cesário (*VC*, I, 60).⁴⁴

A citada questão da libertação de prisioneiros de guerra também se vincula aos deslocamentos de Cesário e permite inferências sobre a relação entre a trajetória

⁴³ São mencionadas a cidade natal também não-identificada (*VHo*, 9), que Honorato e seu irmão teriam decidido abandonar (*VHo*, 11-12); a cidade de Marselha, onde teriam se instalado, mas subsequentemente fugido a fim de não ser recrutados pelo bispo local (*VHo*, 13); a região grega da Acaia e a cidade de Mothona (*VHo*, 14); o retorno ao Ocidente passando pela Toscana (na Itália) e regressando à Gália, à ilha de Lérins (*VHo*, 15); e, por fim, a ida de volta à terra natal para converter Hilário e o retorno para Lérins após o sucesso da empreitada (*VHi*, 23-24).

⁴⁴ Também é mencionado o *castrum de Ugernum* (Beaucaire), onde os visigodos supostamente pretendiam prender Cesário (*VC*, I, 29). Outras regiões são abordadas de maneira menos específica, havendo duas alusões a passagens pela região de Alpilles, ambos relatos de milagre (*VC*, I, 47; II, 27) e uma menção genérica a um homem vindo do norte da Gália (*ex Galliis*) (*VC*, II, 23).

episcopal de Cesário e a maneira como seus deslocamentos são abordados na hagiografia. Primeiro, sobre o relato de sua passagem pela Península Itálica, é dito que ele buscou libertar cativos oriundos de cidades situadas ao norte do rio Durance – ou seja, cujas dioceses se encontravam além de seu efetivo alcance antes de 523 –, com destaque para a cidade de Orange (VC, I, 38). Depois, logo após seu retorno da Itália, é dito que Cesário teria viajado a Carcassone (*Carcasona*) para libertar outros cativos, e que teria enviado abades, diáconos e clérigos para fazer o mesmo em outros lugares (VC, I, 44). Estas passagens expressam o interesse dos hagiógrafos de Cesário em demarcar a amplitude de sua influência, tanto no âmbito de sua própria província eclesiástica – destacando seu patrocínio sobre as dioceses sufragantes ao norte, disputadas com Vienne –, quanto em caráter supra-provincial, já que Carcassone fazia parte da província *Narbonensis I* (KLINGSHIRN, 1985, p. 194), uma das que teriam sido colocadas sob a jurisdição do bispo de Arles, na condição de vigário de Roma.⁴⁵

Assim, a frequente menção aos deslocamentos de Cesário dialoga com a construção de sua autoridade episcopal. Dessa forma, se cria uma alternativa às acusações de traição que marcaram o início de seu bispado, se ressalta o acréscimo de autoridade resultante de sua viagem à Itália, se dá destaque à libertação de prisioneiros, oriundos de dioceses sobre as quais Cesário lutava para fazer valer sua autoridade em outra província (*Narbonensis I*) e se destaca a importância das coleções de sermões de Cesário, uma forma de estender sua influência até mesmo em regiões nas quais ele próprio não circulava.

Em suma, nesta análise, constatamos uma estreita correlação entre as alusões a espaços na VC e a tentativa de consolidação da influência exercida em seu bispado. A maior incidência de menções aos arredores de Arles reflete a tendência mais geral do relato em investir em demarcações espaciais de modo a associar a imagem de Cesário a espaços da cidade e fora dela, tal como ocorre com as alusões à Basílica de São Estêvão, à cidade de Arles e a seus espaços não-eclesiásticos.⁴⁶ À parte isto, as diversas referências às instituições fundadas por Cesário, o Mosteiro de São João e sua Basílica de Santa Maria, expressam a já esperada preocupação com a promoção dos interesses do mosteiro feminino, mas o fato de este último ser tão mencionado quanto a residência episcopal é indicativo de seu perfil de autoridade episcopal – neste caso, a incorporação de preceitos monásticos em seu palácio.

⁴⁵ Indiretamente, esta imagem de uma influência alargada aparece também no destaque à difusão de suas coleções de sermões para outras regiões (*in Frantia, in Gallias, atque in Italia, in Hispania, diversisque provinciis constitutis transmisit per sacerdotes*) (VC, I, 55).

⁴⁶ Pela via inversa, a menor incidência de trechos na categoria “outros locais” e a maior especificidade dos lugares aludidos, em comparação com a VHi, indica essa mesma tendência.

As menções à propriedades da igreja de Arles, ausente nas demais *vitae* analisadas, também reforçam a defesa dos interesses do monastério. Por sua vez, as escassas menções ao Mosteiro de Lérins apontam para uma mudança significativa na forma como foi representada sua autoridade, em contraste com os antecessores Honorato e Hilário: trata-se de um afastamento em relação ao modelo da “facção lerinense” e um estreitamento de laços com Roma e com monarquias, notadamente a ostrogoda. Outra indicação do interesse em destacar as características do bispo é a atenção dada às suas visitas a paróquias, que dialoga com parte de suas ações pastorais. Por fim, o que mais claramente demonstra o empenho em retratar o protagonismo assumido por Arles no bispado de Cesário são as menções a viagens e a outras cidades, que traça relações entre o hagiografado e outras dioceses, incluindo o destaque para seu patrocínio sobre dioceses ao norte do Durance e outras além de sua própria província.

Ao cabo, a maior ênfase na associação do bispo a espaços de Arles na *VC* tem a ver com uma tentativa de relacionar o bispo diretamente a esses espaços, constituindo-os como monumentos de sua memória, tendo em vista que ele deixava um legado sob forma de monastério, mas em alguma medida também na própria comunidade monástica organizada em sua residência episcopal, além de outros edifícios mencionados. Associar a imagem de Cesário à residência episcopal seria uma forma de reforçar sua associação com o espaço, o que poderia perenizar sua influência e seu modelo de monge-bispo, mesmo depois da morte. Os relatos dos seus antecessores não têm o mesmo enfoque espacial por não haver a mesma preocupação com a manutenção de uma instituição que continuasse liderada por membros de sua família, além de não apresentar a mesma preocupação em mapear zonas de influência político-eclesiástica que teriam conquistado recentemente – como ocorrido no bispado de Cesário –, optando, em lugar disso, por enfatizar o carisma ascético do grupo lerinense. Isso nos leva a constatar que, por mais que sejam ressaltados paralelos com as hagiografias de seus antecessores (KLINGSHIRN, 1994a, p. 20; 1994b, p. 5-6), a *VC*, naquilo que se refere à caracterização da autoridade do bispo em relação à cidade, diverge dos modelos que a antecederam.

Conclusão

No âmbito dos estudos tardo-antigos, acompanhando a renovação das análises demográficas e culturais, bem como das interpretações arqueológicas e demográficas, se destaca um revigorado interesse historiográfico acerca das cidades e de suas mudanças entre os séculos III e VII. Nisto, reconhece-se nos espaços urbanos um foco privilegiado

para pensar as transformações que transcorreram neste contexto de passagem, sem marco definido, entre “Antiguidade” e “Idade Média”.

Neste artigo, apresentamos uma leitura inicial da relação entre as transformações sofridas pelas cidades no período a partir do século IV e o processo de fortalecimento do poder episcopal, elencando a cidade de Arles como estudo de caso. Sobre sua trajetória, destacamos sua centralidade econômica, seu consequente ganho de poder político ao longo do século IV, as investidas de seus bispos no sentido de reivindicar uma autoridade supra-metropolitana na região e a sua projeção no bispado de Cesário de Arles. Neste caso, nos debruçamos sobre sua hagiografia para investigar a maneira como nela são explorados os diferentes espaços da cidade de Arles e de outras regiões, atentos às possíveis relações entre essas alusões e a consolidação de seu poder episcopal, tal como à comparação entre a *vita* e relatos de bispos precedentes.

Os resultados obtidos permitem sustentar o argumento de que, além de promover os interesses da instituição monástica fundada por Cesário, a VC visava a mapear a amplitude de suas zonas de influência como bispo metropolitano e vigário de Roma, além de delinear uma série de associações entre sua imagem e diferentes espaços da cidade e de seus entornos, com vistas à exaltação de seus projetos de reforma e de seu modelo de autoridade episcopal.

Assim, ressaltamos a constatação de que a VC tem a particularidade de mencionar a atuação do bispo em propriedades fundiárias da sé de Arles, ainda que isto contrariasse o ideal de bispo que delega assuntos mundanos a outros gestores. Ao cabo, julgamos que a reduzida atenção dada à associação com o Mosteiro de Lérins, em contraste com outras características do bispo – como sua atuação pastoral junto a paróquias e suas viagens e relações diplomáticas –, expressa um afastamento em relação ao modelo de autoridade do “monge-bispo lerinense” para um poder atrelado, por um lado, às relações diplomáticas com Roma e com monarquias, e, por outro, ao fomento da memória do bispo em monumentos atrelados à cidade.

Referências

Documentação textual

CAESARIUS OF ARLES. Letters. In: CAESARIUS OF ARLES. *Life, testament, letters*. Edited by William Klingshirn. Liverpool: Liverpool University, 1994, p. 77-139.

CAESARIUS OF ARLES. *Sermons*. Edited by Mary M. Mueller. Washington: Catholic University of America, 1964.

- CAESARIUS OF ARLES. Testament. In: CAESARIUS OF ARLES. *Life, testament, letters*. Edited by William Klingshirn. Liverpool: Liverpool University, 1994, p. 71-76.
- CYPRIAN OF TOULON *et al.* Vita Caesarii. In: CAESARIUS OF ARLES. *The life, testament and letters of Caesarius of Arles*. Edited by William Klingshirn. Liverpool: Liverpool University, 1994, p. 9-65.
- CYPRIANUS TOLONENSIS. Vita Sancti Caesarii ab eius familiaribus scripta. In: SANCTI CAESARII EPISCOPI ARELATENSIS OPERA OMNIA: opera varia. Édité par Germain Morin. Paris: Maresioli, 1942, p. 291-345.
- HILAIRE D'ARLES. Sermo Sancti Hilarii de Vita Sancti Honorati. In: VIE DE SAINT HONORAT. Édité par Marie-Denise Valentin. Paris: Du Cerf, 1977, p. 68-179.
- HONORE DE MARSEILLE. Vita Sancti Hilarii Episcopi Arelatensis. In: LA VIE D'HILAIRE D'ARLES. Édité par Paul-André Jacob. Paris: Du Cerf, 1995, p. 88-167.

Obras de apoio

- ACERBI, S.; MARCOS, M.; TORRES, J. (ed.). *El obispo en la Antigüedad Tardía: homenaje a Ramón Teja*. Madrid: Trotta, 2016.
- BAILEY, L. *Christianity's quiet success: the Eusebius Gallicanus sermon collection and the power of the Church in late antique Gaul*. Notre Dame: University of Notre Dame, 2010.
- BRESSAN, N. *Identità cristiana, antigiudaismo e presenza ebraica nei sermoni di Cesario di Arles*. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) – Università di Padova/Ca' Foscari de Venezia, Pádua, 2010.
- CAMERON, A. *The Mediterranean World in Late Antiquity*. London: Routledge, 1993.
- CARRIÉ, J. M. The historical path of "Late Antiquity": from transformation to rupture. In: TESTA, R. L. (ed.). *Late Antiquity in contemporary debate*. Cambridge: Cambridge Scholars, 2017, p. 174-214.
- DELAGE, M.-J. Cité et diocèse d'Arles. In: CESAIRO D'ARLES. *Sermons au peuple: sermons 1-20*. Paris: Du Cerf, 1971, p. 13-36. t. 1.
- DELAGE, M.-J. Un évêque au temps des invasions. In: BERTRAND, D. *et al.* *Césaire d'Arles et la christianisation de la Provence: actes des Journées Césaire*. Paris: Du Cerf, 1994, p. 21-44.
- DELAPLACE, C. Pour une relecture de la *Vita Caesarii*: le rôle politique de l'évêque d'Arles face aux représentants des royaumes burgonde, wisigothique et ostrogothique. *Annales du Midi*, v. 124, n. 279, p. 309-324, 2012.

- FÉVRIER, P.-A. Césaire et la Gaule Méridionale au VIe siècle. In: BERTRAND, D. et al. *Césaire d'Arles et la Christianisation de la Provence*: actes des Journées Césaire. Paris: Du Cerf, 1994, p. 45-73.
- FRANCO JR., H. Antiguidade Tardia ou Primeira Idade Média? In: ANDRADE FILHO, R. de O. (org.). *Relações de poder, educação e cultura na Antiguidade e Idade Média*. Santana do Parnaíba: Solis, 2005, p. 233-242.
- GUYON, J. Émergence et affirmation d'une topographie chrétienne dans les villes de la Gaule méridionale. *Gallia*, v. 63, n. 1, p. 85-110, 2006.
- HEIJMANS, M. Arles, été 314, profil d'une cité épiscopale. In: *Concile d'Arles*: première assemblée des évêques de l'Église naissante d'Occident. Arles: Académie d'Arles, 2020, p. 41-50. v. 2.
- HEIJMANS, M. Arles, résidence impériale sous Constantin. In: GUYON, J.; HEIJMANS, M. (org.). *L'Antiquité Tardive en Provence (IVe-VIe siècle)*: naissance d'une chrétienté. Arles: Aux Sources Chrétiennes de la Provence, 2013, p. 34.
- HEIJMANS, M. Césaire d'Arles, un évêque et sa ville. *Revue d'Histoire de l'Eglise de France*, v. 87, n. 1, p. 5-25, 2001.
- HEIJMANS, M. La topographie de la ville d'Arles durant l'Antiquité Tardive. *Journal of Roman Archaeology*, v. 12, p. 142-167, 1999.
- HEIJMANS, M. Les suffragants de Césaire d'Arles (502-542): un jeu de chaises épiscopales. *Provence Historique*, v. 61, n. 243-244, 2011.
- HEIJMANS, M. Une aubaine ambiguë pour Arles, qui devient capitale des Gaules. In: GUYON, J.; HEIJMANS, M. (éd.). *L'Antiquité Tardive en Provence (IVe-VIe siècle)*: naissance d'une chrétienté. Arles: Aux Sources Chrétiennes de la Provence, 2013, p. 74-76.
- HEIJMANS, M.; PIETRI, L. Le lobby lérinien : le rayonnement du monastère insulaire du Ve siècle au début du VIe siècle. In: CODOU, Y; LAUWERS, M. (éd.). *Lérins, une île sainte de l'Antiquité au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 2009, p. 35-61.
- HEINZELMANN, M. The 'affair' of Hilary of Arles (445) and Gallo-Roman identity in the fifth century. In: DRINKWATER, J.; ELTON, H. (ed.). *Fifth-century Gaul*: a crisis of identity? Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 239-251.
- HUMPHRIES, M. The West (1): Italy, Gaul, and Spain. In: HARVEY, S., HUNTER, D. (ed.). *The Oxford Handbook of Early Christian Studies*. Oxford: Oxford University, 2008, p. 283-302.
- KLINGSHIRN, W. E. *Caesarius of Arles*: the making of a Christian community in Late Antique Gaul. Cambridge: Cambridge University Press, 1994a.

- KLINGSHIRN, W. E. Charity and power: Caesarius of Arles and the ransoming of captives in sub-Roman Gaul. *Journal of Roman Studies*, v. 75, p. 183-203, 1985.
- KLINGSHIRN, W. E. The life of Caesarius: introduction. In: CAESARIUS OF ARLES. *Life, testament, letters*. Liverpool: Liverpool University, 1994b, p. 1-8.
- KOCKA, J. Comparison and beyond. *History and theory*, v. 42, p. 39-44, 2003.
- KOCKA, J. Asymmetrical historical comparison: the case of the German Sonderweg. *History and Theory*, v. 38, n. 1, p. 40-50, 1999.
- KREINER, J. *The social life of hagiography in the Merovingian Kingdom*. New York: Cambridge University Press, 2014.
- GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- LEPELLEY, C. Le patronat épiscopal aux IVe et Ve siècles: continuités et ruptures avec le patronat classique. In: REBILLARD, É.; SOTINEL, C. (éd.). *L'Évêque dans la cité du IVe au Ve siècle: image et autorité*. Roma: École Française de Rome, 1998, p. 17-33.
- LOSEBY, S. T. Arles in Late Antiquity: Gallula Roma Areias and Urbs Genesii. In: CHRISTIE, N; LOSEBY, S. T. (ed.). *Towns in transition: urban evolution in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Aldershot: Scolar, 1996, p. 45-70.
- MARCOS, M. Papal authority, local autonomy and imperial control: pope Zozimus and the Western Churches (a. 417-18). In: FEAR, A.; FERNÁNDEZ UBIÑA, J.; MARCOS, M. *The role of the bishop in Late Antiquity: conflict and compromise*. London: Bloomsbury, 2013, p. 145-166.
- MATHISEN, R. W. *Ecclesiastical factionalism and religious controversy in fifth century Gaul*. Washington: Catholic University of America, 1989.
- NATAL, D., WOOD, J. Playing with fire: conflicting bishops in late Roman Spain and Gaul. In: COOPER, K.; LEYSER, C. (ed.). *Making Early Medieval societies: conflict and belonging in the Latin West: 300-1200*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 33-57.
- OLIVEIRA, C. M. de. *O discurso eclesiástico sobre a conversão e o paganismo na tradição hagiográfica hiberno-latina: um estudo comparado da Collectanea e da Vita Columbae (século VII)*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SAINT-SAËNS, A. *Césaire d'Arles et les Juifs: contribution à l'Histoire des rapports Judéo-chrétiens au VIème siècle*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Estrasburgo, Estrasburgo, 1979.
- SILVA, P. D. Episcopado ocidental e a sede romana na Primeira Idade Média: o caso de Arles (417-513). *Brathair*, v. 18, n. 2, p. 19-30, 2018a.

- SILVA, P. D. O debate historiográfico sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média: considerações sobre as noções de Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média. *Signum*, v. 14, n. 1, p. 73-91, 2013.
- SILVA, P. D. Secundum statuta canonum: poder e memória nos concílios do sul da Gália (524-529). *OPSI*, v. 18, n. 1, p. 21-43, 2018b.
- VAN DAM, R. Bishops and society. In: CASIDAY, A.; NORRIS, F. W. (ed.). *The Cambridge History of Christianity: Constantine to c. 600*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 343-366.
- VELÁZQUEZ, I. *Hagiografía y culto a los santos em la Hispania visigoda: aproximación a suas manifestaciones literárias*. Merida: Museo Nacional de Arte Romano, 2005.
- VILLEGRAS MARÍN, R. La primacía de Arlés en las iglesias galas durante el episcopado de Patroclo (411/413-426). In: GHILARDI, M.; PILARA, G. (cur.). *Incontro di Studiosi dell'Antichità Cristiana*, 43., 2015, Roma. *Atas...* Roma: Institutum Patristicum Augustinianum, 2017, p. 307-317.
- WICKHAM, C. *O legado de Roma: iluminando a Idade das Trevas, 400-1000*. Campinas: Unicamp, IOESP, 2019.

Tema livre

Open subject

Sobre a materialidade textual, a transmissão e a atribuição de um fragmento do *Alcibiades* de Ésquines Socrático

*On the textual materiality, transmission and attribution of a
fragment from the Aeschines Socraticus' 'Alcibiades'*

Carlos Carvalhar*

Resumo: Este artigo pretende demonstrar como se correlacionam indicações diversas na atribuição de um fragmento a um autor e obra, partindo de um exemplo presente no *Alcibiades* de Ésquines de Esfeto, o Socrático. Para isso cobriremos o testemunho presente em Élio Aristides, no qual as anotações paratextuais em seus manuscritos indicam que se trata de uma citação, bem como há um escólio que identifica a obra e o autor da citação, sendo corroborado por uma frase isolada utilizada por Prisciano e pela indicação de Herodiano e Querobosco, além de fragmentos do papiro de Oxirrinco que apresentam uma indiscutível semelhança textual. Ademais, será apresentada a descrição do contexto de transmissão dos manuscritos de Élio e suas edições críticas, além das edições modernas e contemporâneas que recolheram os fragmentos de Ésquines, bem como serão discutidos alguns aspectos editoriais dessas fontes textuais.

Abstract: The aim of this paper is to demonstrate how diverse indications can be correlated in the attribution of a fragment to an author and work, using as example the *Alcibiades* of Aeschines of Sphetus, the Socratic. For this purpose the testimony present in Aelius Aristides will be addressed, where the paratextual annotations in his manuscripts indicate that it is a quotation, as well as there is a scholium that identifies the work and the author of this quotation, being it corroborated by an isolated phrase cited by Priscian and by the indication of Herodian and Choiroboskos, in addition to fragments of the Oxyrhynchus Papyri that present an indisputable textual similarity. Furthermore, a description of the transmission context of the Aristides' manuscripts and their critical editions will be presented, as well as the modern and contemporary editions that collected the fragments of Aeschines, and the editorial aspects of these textual sources will be discussed.

Palavras-chave:

Filologia.
Fragmento.
Papiro.
Manuscrito.
Ésquines de Esfeto.

Keywords:

Philology.
Fragment.
Papyrus.
Manuscript.
Aeschines of Sphetus.

Recebido em: 10/08/2023
Aprovado em: 05/10/2023

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo e em Letras Clássicas pela UFBA.

Introdução

Esquines de Esfeto fez parte do círculo socrático, porém é ainda um autor pouco conhecido e discutido, em parte por conta do estado de suas obras, as quais foram transmitidas basicamente de forma indireta, muitas vezes por meio de citações ou paráfrases em textos de épocas tardias e até mesmo em latim. Neste artigo, cobriremos apenas um fragmento específico (conhecido como *SSR*, VI.A.50)¹ e trataremos de sua atribuição de autoria, sem discutir o conteúdo do texto, ou seja, o foco será apenas nos aspectos filológicos e na própria materialidade textual, isto é, apresentaremos observações sobre manuscritos, escólio e papiros, bem como edições contemporâneas que apresentam esse fragmento.

Primeiramente, é preciso nos atentarmos que há uma divisão na filologia entre fragmento e testemunho (WEST, 2002, p. 123-124). Fragmento em sentido estrito é apenas um texto escrito em algum suporte corrompido, como um óstraco ou um pedaço de papiro, enquanto testemunho é tudo aquilo que terceiros falam de alguém, podendo ser uma paráfrase anedótica ou uma citação. No entanto, é comum se referir a esse conjunto de informações textuais como fragmentos, em sentido geral, sem fazer essa distinção. Por exemplo, o que temos no *Contra Platão* de Élio Aristides é um testemunho, enquanto que o *P.Oxy. XIII 1608* é propriamente um fragmento, entretanto, o uso comum da língua se refere aos dois como fragmentos.

O problema então é relativo ao grau de certeza que podemos obter da fonte textual. Uma citação feita por um autor antigo pode mudar uma palavra ou outra ou até mesmo distorcer levemente o conteúdo, sendo o ideal, por isso, ter várias outras fontes que corroborem a mesma passagem, ou haver ao menos uma fonte com o texto integral, como um papiro ou manuscrito completo. Logo, é justamente esse ponto que iremos explorar aqui, ao tratarmos como o fragmento mais extenso de Ésquines é corroborado por fontes diversas, aumentando, assim, a veracidade filológica da atribuição, não só ao nosso autor como à sua obra específica.

Além disso, em termos gerais, a autoria de Ésquines foi questionada até mesmo por seus contemporâneos, pois ele foi acusado de plágio e de ter se apropriado de um conjunto de diálogos escritos pelo próprio Sócrates (Diógenes Laércio, *Vidas e doutrinas*,

¹ Sigo aqui a forma mais difundida de referenciar o fragmento de Ésquines, devido à popularidade da edição do *Socratis et Socraticorum reliquiae* (*SSR*) de Gabriele Giannantoni, mas trata-se do mesmo fragmento apresentado por Dittmar (1976 [1912]) como #8, e mais recentemente como #76 em Pentassuglio (2017), #1221 em Mârsico (2014) e #9 em Carvalhar (2023). Como o fragmento é grande demais para apresentar neste artigo, sugiro ao leitor interessado buscar as edições citadas, sendo que em Carvalhar (2023, p. 38-46) há a indicação da paginação delas, bem como a tradução em português e a apresentação do texto original em grego.

II, 7, 60-61). Contudo, mesmo tendo sua reputação atacada, sua obra foi copiada, de papiro a papiro (e quiçá pergaminho), ao longo da Antiguidade. No entanto, é impossível datar quando exatamente ela foi perdida, sendo apenas possível identificar a possibilidade de que seu *Alcibiades* ainda existisse até o século IX de Querobosco e que talvez tenha resistido até por volta do século XIII ou XV, devido ao fato de o escoliasta conseguir identificá-lo (o que, na verdade, não é um indício forte, pois ele poderia apenas reproduzir uma anotação mais antiga presente em outro manuscrito mais antigo). Ou seja, como tantas outras obras antigas, a transmissão do *Alcibiades* de Ésquines se perdeu em algum momento ao longo da passagem da Antiguidade para o período medieval.

As edições de Élio Aristides e seus manuscritos

A fonte principal desse fragmento é a citação que Élio Aristides fez em seu já referido discurso *Contra Platão: em defesa dos quatro*.² Élio foi um autor da Segunda Sofística, século II, que escreveu contra o julgamento negativo que Platão (*Górgias*, 503c-d) fez em relação a quatro generais: Péricles, Címon, Milcíades e Temístocles. Essas quatro lideranças, pelo ponto de vista platônico, tornaram os cidadãos piores do que eles eram antes, enquanto Élio escreveu seu livro a favor dos quatro, usando Ésquines para demonstrar que haveria algo de bom em Temístocles e que ele não deveria ter sido rechaçado como Platão o fez.

A última edição crítica da obra completa de Élio Aristides foi publicada em 1976 por Friedrich Lenz e Charles Behr,³ sendo que foram utilizados 73 manuscritos principais, 161 suplementares e dois papéis,⁴ apresentando um amplo aparato crítico que destaca as variações textuais encontradas nessas diversas fontes. Apesar disso, os manuscritos de Élio tem uma tradição complexa e que não foi bem estudada até o momento (LENZ;

² O título original é Πρὸς Πλάτωνα ὑπὲρ τῶν τεττάρων, mas esse discurso também é conhecido como *Pro quattuor uriris*, ou *Oratio XLVI* (segundo edições mais antigas, como em DINDORF, 1829a, p. 156 *et seq.*), ou mesmo como o terceiro dos *Discursos platônicos*, termo preferido em edições mais novas, como a da Loeb Classical Library (TRAPP, 2021, p. 1 *et seq.*) ou da Gredos (GASCÓ; VERGER, 1987, p. 257). O fragmento de Ésquines se encontra entre os parágrafos 348 e 349, os quais também são referenciados pela paginação de edições mais antigas, como Jebb (1730, p. 221-223) ou Dindorf (1829a, p. 292-294).

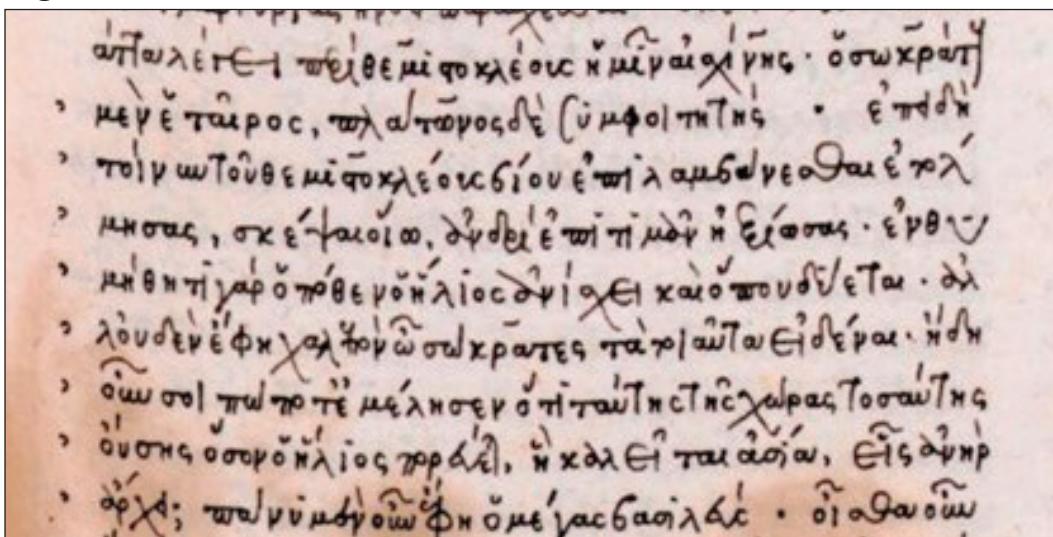
³ Behr é propriamente o autor dessa edição, porém ele finalizou o trabalho de anos de Lenz, que morreu em 1969, (LENZ; BEHR, 1976, p. v).

⁴ Essa abundância de manuscritos é consequência direta da popularidade que Élio teve ao longo do período bizantino, tendo sido um autor que, posteriormente, influenciou os italianos que estavam redescobrindo as obras gregas durante o início do Renascimento, devido à emigração de acadêmicos bizantinos, os quais atuavam em missões diplomáticas para solicitar ajuda contra o avanço otomano (lembrando que a queda de Constantinopla, em 1453, foi o marco do fim do Império Bizantino e que já em 1204 ela tinha sido saqueada e muitos danos foram causados às bibliotecas, o que causou problemas na transmissão textual), de acordo com Lenz e Behr (1976, p. xcvi) e Reynolds e Wilson (1991, p. 72; 146-154).

BEHR, 1976, p. lxxiv), além do que nem todas essas fontes possuem esse trecho que nos é importante, onde ocorre a citação de Ésquines aqui discutida.

A *editio princeps* (BONINO, 1517),⁵ isto é, a primeira edição reproduzida em gráfica, se baseou no manuscrito *Laurentianus Abbatiae* 9, que pertenceu a um dos alunos de Manuel Crisoloras,⁶ este último tendo sido um personagem muito importante na difusão da língua grega no mundo ocidental, uma vez que ela não era mais bem compreendida por conta do predomínio do latim e o poder da Igreja Romana.⁷ Essa primeira edição impressa foi realizada em 1517 na oficina gráfica de Filippo Giunti, membro da família de gráficos que ficou conhecida como Giunta em Florença, e editada por Eufrosino Bonino,⁸ um médico e filólogo (LENZ; BEHR, 1976, p. cvii), que também utilizou o manuscrito *Laurentianus Pluteus* 60.24 (Figura 1), uma vez que aquele primeiro era incompleto e não continha, por exemplo, a parte que apresenta o nosso fragmento em questão.

Figura 1 - Recorte do fólio 116r do manuscrito *Laurentianus Pluteus* 60.24



Fonte: Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença.

⁵ As informações foram coletadas em Lenz e Behr (1976, p. xcvi).

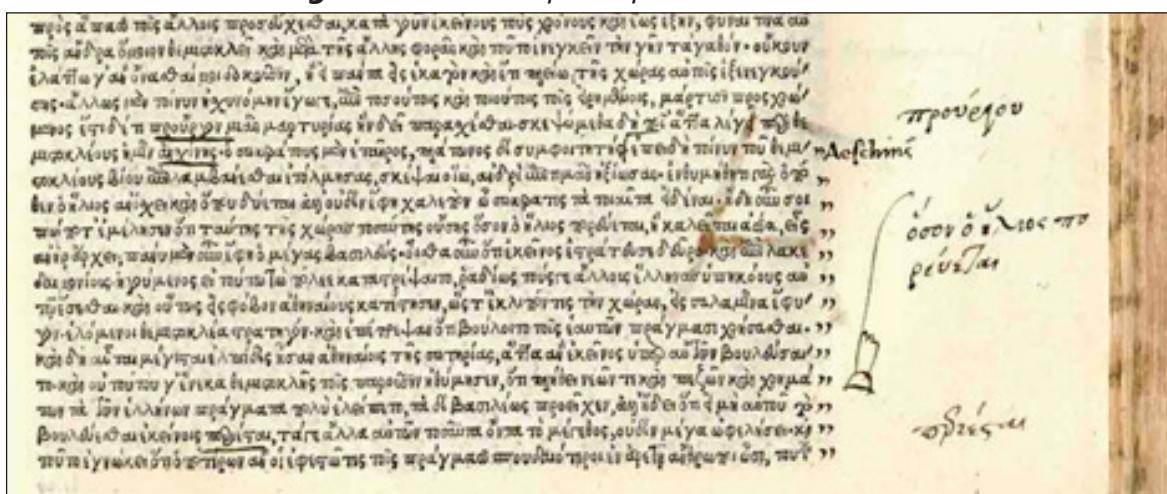
⁶ Crisoloras foi um dos principais eruditos bizantinos que emigraram para a Itália no século XV, tendo sido convidado para Florença por um dos maiores nomes do humanismo renascentista, o literato Coluccio Salutati (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 134-135; 147).

⁷ O conhecimento da língua grega, no período logo anterior ao Renascimento, era muito restrito no mundo ocidental, um fato que dificultava até mesmo as impressões nessa língua, uma vez que os diacríticos e ligaduras, que eram comuns nos manuscritos bizantinos, tornavam difícil a criação de tipos e, com isso, encareciam o processo de reproduzibilidade gráfica, sendo que a falta de demanda por textos gregos tornava esse tipo de edição financeiramente desvantajosa para os primeiros gráficos (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 154-158).

⁸ A partir de Lenz e Behr (1976, p. ci) e baseado no prefácio do próprio Bonino, o qual elogia Filippo, dizendo que ele "cuidou de forjar os volumes de muitos autores latinos e gregos na mais bela tipografia feita até hoje, e agora ele colocou em suas mãos as obras do grego Aristides [Philippus ... multa & latinorum, & graecorum auctorum uolumina cudere hactenus pulcherrimis curauit typis, nuncque graeci Aristidis operibus ... imposuit manum]" (BONINO, 1517, p. i, trad. minha). Note que "Aeschines" está impresso na lateral do texto citado, uma alusão aos escólios medievais que era uma prática comum nas edições daquele tempo (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 157).

Esses dois manuscritos se encontram hoje na Biblioteca Medicea Laurenziana de Florença, sendo que, no *Laur. Plut. 60.24*, podemos ver a indicação de citação com uma corruptela do sinal gráfico da diplé (»),⁹ um símbolo paratextual posicionado na margem esquerda e que é comum aos manuscritos que contêm esse fragmento de Ésquines, bem como existem sinais de pontuação, por exemplo, vírgula, ponto vírgula (que corresponde ao “?” em grego) e ponto final. O trabalho de Bonino foi intitulado *Orationes Aristidis* e a Figura 2 mostra um detalhe da página onde há o início da citação do fragmento aqui tratado, repare, então, que o editor manteve o resquício da διπλή à margem, enquanto o texto apresenta bem menos ligaduras, além de conter sinais de pontuação.

Figura 2 - A *editio princeps* de Bonino, 1517



Fonte: Bonino (1517).

Élio também teve sua obra publicada por editores bem conhecidos ao longo do século XVI, como Aldo Manúcio,¹⁰ em 1508, e Henricus Stephanus,¹¹ em 1593, porém são edições que apresentam problemas filológicos na colação dos textos (em relação aos padrões atuais). As edições posteriores mais conceituadas são a de Jebb e a de Dindorf, as quais foram publicadas entre os séculos XVIII e XIX. O primeiro, Samuel Jebb (1730, p. 221-

⁹ É da διπλή (diplé) que se originou, progressivamente, as nossas aspas. Seu uso era distinto originalmente, por exemplo, nas primeiras edições alexandrinas, possuindo significados próprios de acordo com o autor editado, mas foi se consolidando o papel de indicar citações e o sinal gráfico foi evoluindo ao formato atual das aspas (as quais diferem de acordo com a língua) (FINNEGAN, 2013).

¹⁰ Aldo Manúcio, italiano fundador da Imprensa Aldina em Veneza, foi um dos maiores impressores gráficos do Renascimento, destacando-se por ter sido o maior responsável pela publicação de textos em grego. Contudo, ele imprimiu apenas alguns discursos isolados de Élio e por isso a edição de Bonino é considerada a *editio princeps*, já que é a completa (LENZ; BEHR, 1976, p. xcix; REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 155-156).

¹¹ Henricus Stephanus, também conhecido como Henri Estienne, foi um famoso editor e impressor francês, do qual até hoje utilizamos sua paginação para referenciar as passagens de Platão (LENZ; BEHR, 1976, p. cvi).

223),¹² foi um outro médico filólogo, como Bonino, que publicou, entre 1722 e 1730, uma edição em dois volumes na qual se apropriava do trabalho dos editores prévios, porém introduzindo novos códices encontrados e uma tradução em latim, bem como um aparato crítico, construindo assim uma edição mais completa que as anteriores, tendo sido um trabalho tão importante que até hoje vemos citações de Élio Aristides sendo referenciadas por essa paginação, apesar de ela já apresentar o texto dividido em parágrafos numerados à margem (o que se tornou o padrão em relação às citações atuais). O trabalho de Jebb só foi superado em 1829 pelo alemão Wilhelm Dindorf (1829a),¹³ o qual não apenas editou o texto, baseando-se na edição de Jebb, como também os escólios em outro volume (os quais também foram editados por Wilhelm Frommel, em 1826).¹⁴ A edição de Dindorf foi apresentada em três volumes e pretendeu melhorar o texto de Jebb por meio da colação dos manuscritos florentinos mais antigos, tornando-se muito importante a ponto de ainda encontrarmos citações de Élio utilizando sua paginação. Após esse trabalho, a edição crítica de 1976, de Behr e Lenz, comentada logo no início da seção, se consagrou como a mais atual e completa hoje em dia, mesmo sem ter incluído os escólios.¹⁵ Por fim, a mais recente edição do *Contra Platão* está na edição da Loeb Classical Library, lançada em 2021, tendo uma tradução em inglês e o texto grego estabelecido (sem aparato crítico) por Michael Trapp (2021).

Pequeno histórico sobre as edições modernas e contemporâneas de Ésquines

O fragmento que tratamos aqui se encontra citado em Élio Aristides e, por isso, vimos, brevemente, como foi que ocorreu a transmissão de sua obra. Contudo, Ésquines teve edições próprias, sendo que a primeira coletânea moderna que reuniu alguns fragmentos e os atribuiu a ele foi publicada apenas no século XVIII, por Johannes Clericus, em 1711.¹⁶ Também conhecido como Jean Le Clerc, ele foi um teólogo e pastor protestante de Genebra, na Suíça, sendo que se mudou para Amsterdã, cidade na qual publicou o *Æschinis Socratici Dialogi Tres*. A tradução do título, *Três diálogos socráticos de Ésquines*, já indica uma concepção que não é correta, pois àquela época acreditava-se que os diálogos *Axíoco*, *Da Virtude* e *Eríxias* seriam da autoria de Ésquines, enquanto

¹² Comentários a partir de Lenz e Behr (1976, p. cvii-cviii).

¹³ Comentário a partir de Lenz e Behr (1976, p. cx-cxii).

¹⁴ Escólios coletados em Dindorf (1829b) e Frommel (1826).

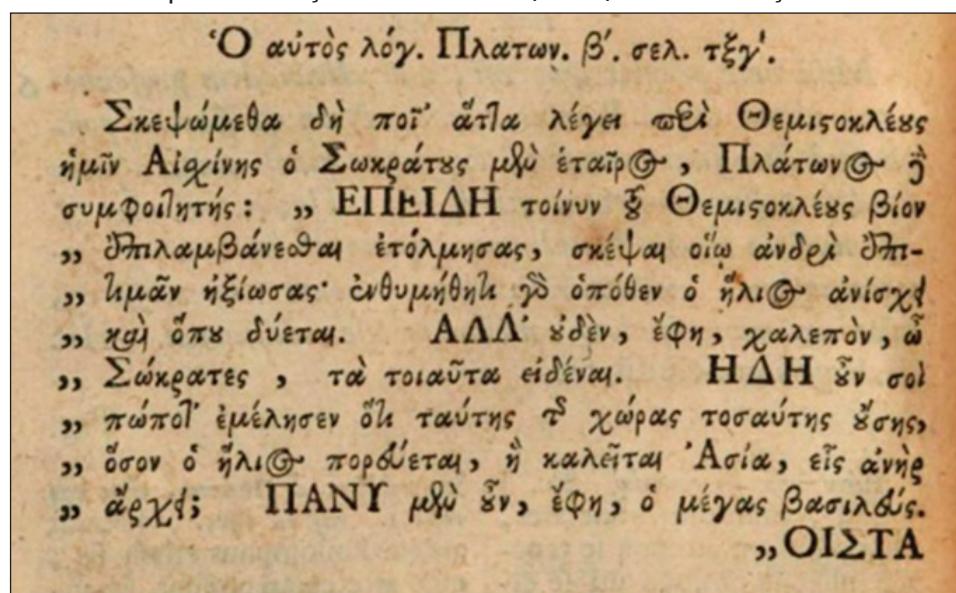
¹⁵ Como aponta Dickey (2006, p. 69-70), os escólios presentes nos manuscritos de Élio Aristides precisam de uma nova edição, pois Dindorf apenas reimprime o trabalho de Reiske, o qual não é confiável, enquanto o de Frommel possui muitos erros.

¹⁶ Sigo a indexação feita por Giannantoni (1990a, p. 585).

hoje sabemos que são diálogos espúrios atribuídos a Platão, de autoria desconhecida, mas ainda assim inclusos no *Corpus Platonicum*. Essa confusão surge porque esses três diálogos eram listados na *Suda* como sendo de Ésquines,¹⁷ o qual realmente tem um diálogo intitulado *Axíoco*, porém distinto do pseudo-platônico.

Além desses três diálogos, essa edição apresenta uma pequena coletânea de testemunhos sobre a biografia de Ésquines e uma seção chamada *Testimonia Veterum* (*Testemunhos dos antigos*), onde o nosso fragmento em questão é citado (CLERICUS, 1711, p. 16-23), aparecendo com uma tradução em latim (a língua franca daquele momento histórico), havendo um reduzido número de comentários críticos e copiando a identificação antiga da *diplé* („), que é verificada nos manuscritos de Élio Aristides, mas já como aspas modernas dentro das margens. Contudo, não há nenhuma contextualização do fragmento, nem é especificado que seria do *Alcibiades*, tampouco esses testemunhos aparecem em quantidade relevante. Também é possível verificar que esse livro não apresenta o texto grego normalizado com o nosso padrão atual, ou seja, é possível identificar as ligaduras de letras minúsculas típicas de manuscritos medievais, porém agora escritas não mais com a mão, mas impressas com os tipos gráficos, um fato corriqueiro nas edições modernas. Como, por exemplo, na primeira linha, onde o “ερ” de “περὶ” aparece como εε̄, ou então em “έταιρος”, na segunda linha, que aparece com o “ος” em ligadura: εταῑρο̄, além de muitas outras, como podemos ver na Figura 3.

Figura 3 - Destaque da edição de Clericus (1711) com a citação de Élio Aristides



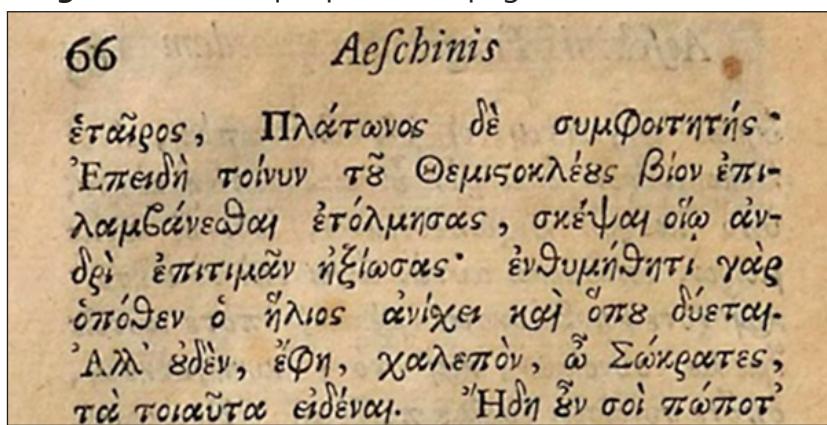
Fonte: Clericus (1711).

¹⁷ Em Giannantoni esse fragmento sobre Ésquines foi catalogado como *SSR*, VI.A.25. A *Suda* foi um misto de dicionário e enciclopédia, feito de maneira colaborativa no século X (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 66).

A segunda edição com uma coletânea de fragmentos de Ésquines apareceu apenas sete anos depois, publicada por Petrus Horreus, em 1718, intitulada também *Æschinīs Socratīcī Dialogī Tres*, porém com uma indicação no subtítulo (*De novo recensuit*) de que ele tinha feito uma revisão. No entanto, Horreus mantém a concepção de Clericus, acreditando que Ésquines seria o autor dos três diálogos pseudo-platônicos e conserva a mesma estrutura, pois é também uma edição bilíngue com o texto grego à esquerda e o latino à direita, contendo comentários na parte inferior. Da mesma forma que em Clericus, essa edição mantém as indicações de citação e abreviações similarmente aos códices manuscritos. O nosso fragmento aparece ao final (HORREUS, 1718, p. 174-179), agrupado com outros numa seção genericamente intitulada *Æschinīs Socratīcī Fragmenta Qœdam* (*Alguns fragmentos de Ésquines Socrático*), apresentando ainda menos comentários críticos do que na edição de Clericus e sem apresentar ligação alguma com o *Alcibiādes*.

Em 1753, foi publicada a terceira coletânea de fragmentos,¹⁸ dessa vez por Johann Friedrich Fischer, um filósofo e filólogo alemão. Novamente, vemos o mesmo título, *Aeschinīs Socratīcī Dialogī Tres*, indicando que a presunção de que Ésquines seria o autor dos três diálogos comentados acima se mantinha. O fragmento aqui discutido aparece ao final (FISCHER, 1753, p. 65-69), em uma seção intitulada *Αἰσχίνου τοῦ σωκρατικοῦ λείψανα τίνα* (*Alguns fragmentos de Ésquines Socrático*), apenas com o texto grego, sem tradução e com um número bem reduzido de comentários, além de não haver nenhuma correlação com o *Alcibiādes*. A única diferença é que Fischer se distancia do modelo de Clericus e Horreus, pois não apresenta mais a indicação visual de citação, nem tantas ligaduras, contudo ainda utilizando a “8” (das letras “o” e “u”) que hoje em dia foi abolida (Figura 4).

Figura 4 - Destaque para uma página de Fischer (1753)



Fonte: Fischer (1753).

¹⁸ Giannantoni (1990a, p. 585) data a edição de Fischer como tendo sido publicada em 1786, porém no *Google Books* é possível verificar uma de 1753 e no *HathiTrust* outra de 1766, além de que Dittmar (1976, p. x) enumera três edições entre 1753 e 1786, e ainda uma quarta em 1788.

Além dessas edições,¹⁹ Karl Friedrich Hermann (1850), um classicista alemão do século XIX, publicou, em 1850, *De Aeschinis Socratici Reliquiis: Disputation*. Neste “estudo preparatório” (GIANNANTONI, 1990a, p. 585) de apenas trinta páginas, Hermann fez um breve comentário sobre a vida e obra de Ésquines, tendo reconhecido a lista de diálogos feita por Diógenes Laércio, enquanto atribuía incerteza àquela atribuição presente exclusivamente na Suda (HERMANN, 1850, p. 8). Em Hermann, portanto, há um avanço frente aos editores anteriores, pois ele chega a coletar alguns fragmentos e atribuí-los a diálogos como *Milcíades*, *Aspásia* e *Cálias*. O fragmento *SSR*, VI.A.50 que tratamos aqui, encontra-se apresentado e já identificado corretamente como pertencente ao *Alcibíades*, tendo Hermann (1850, p. 21-23) indicado, inclusive, a correlação com Prisciano e o escólio em Élio Aristides.

Somente em 1911, contudo, quando Heinrich Krauss (1911) editou o *Aeschinis Socratici reliquiae*, apareceu a primeira edição que coletou os fragmentos de Ésquines com rigor científico (GIANNANTONI, 1990a, p. 585), ao questionar a atribuição de autoria daqueles três diálogos pseudo-platônicos e apresentar esses fragmentos (com uma divisão entre *testimonia* e *vestigia*) de Ésquines em três grupos,²⁰ isto é, separando os que podiam ser atribuídos a um diálogo, os que eram de atribuição incerta e os de autoria duvidosa (CEPKO; KALAŠ; SUVÁK, 2021, p. 27; DITTMAR, 1976, p. x). O trabalho de Krauss é baseado no de Hermann, mas muito mais próximo do padrão atual de edições, pois indexa os diálogos e recolhe os fragmentos, apresentando o texto original em conjunto com um aparato crítico e seguido de comentário filológico. No entanto, o diálogo *Alcibíades*, nessa edição (KRAUSS, 1911, p. 32-39), é apresentado apenas pelo escólio encontrado em Aristides, seis fragmentos considerados como *testimonia* e mais dois como *vestigia*. O fragmento que tratamos nesse artigo é logo o primeiro exposto por Krauss (1911, p. 32-36), sendo comentado com muita rapidez, mas destacando como Sócrates refutou o jovem Alcibíades de forma violenta e isso não está presente no diálogo homônimo de Platão (KRAUSS, 1911, p. 62).

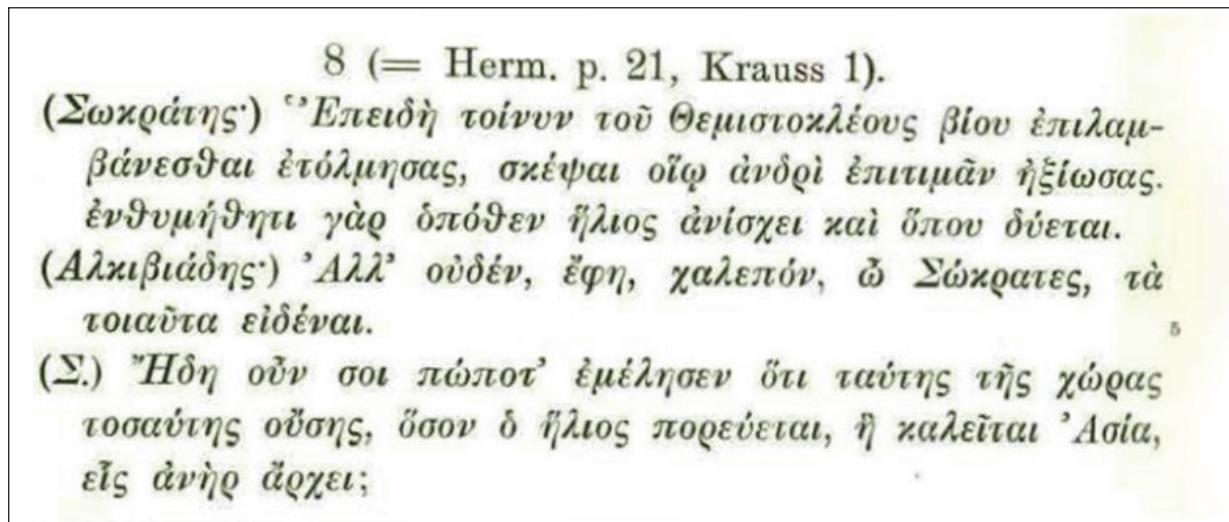
O cenário de estudos sobre Ésquines só deu um salto com a publicação, em 1912, de Heinrich Dittmar, pois o *Aischines von Sphettos: Studien zur Literaturgeschichte der Sokratiker* revisava as edições anteriores e apresentava os fragmentos coletados separados por diálogos e com uma tentativa de exibir a ordem interna dos fragmentos em relação ao diálogo, havendo ainda discussões sobre os outros diálogos socráticos

¹⁹ Baseio-me nas informações presentes em Cepko, Kalaš e Suvák (2021, p. 26-27) e Giannantoni (1990a, p. 585). Giannantoni ainda elenca que Demetrio Livaditi tinha feito uma tradução em 1879, porém considerada muito defeituosa.

²⁰ Os três grupos: “Certorum dialogorum reliquiae” (KRAUSS, 1911, p. 32-57), “Incertorum dialogorum reliquiae” (KRAUSS, 1911, p. 57-60) e “Dubia vestigia” (KRAUSS, 1911, p. 61).

de Ésquines, como *Aspásia*, *Axíoco*, *Milcíades*, *Cálias* e *Telauges*, porém sem apresentar tradução (há apenas frases isoladas traduzidas em meio a sua argumentação teórica). Como é um trabalho já do século XX, a edição de Dittmar se aproxima muito do padrão utilizado atualmente, sendo que, especificamente em relação ao fragmento aqui discutido (enumerado como #8 em seu livro), cabe destacar que ele equipara sua numeração com a de Hermann e Krauss, disponibiliza um aparato crítico, bem como apresenta a citação de Élio Aristides separando, nitidamente e pela primeira vez, as falas dos personagens Alcibíades e Sócrates (Figura 5), o que já tinha sido apontado por Krauss (1911, p. 62). Dittmar (1976, p. 97-159), em um longo comentário sobre o diálogo, ainda discorre sobre a comparação entre o conhecimento e o acaso a respeito do que se passou com Temístocles e que aparece no fragmento aqui tratado, contrastando o caráter de Alcibíades frente ao perfil que está em outros socráticos, como Xenofonte, mas trabalhando principalmente com o *Alcibíades I* de Platão.

Figura 5 - Edição de Dittmar apresentando o início do fragmento encontrado em Élio Aristides, 1912



Fonte: Dittmar (1976).

Quase um século depois, Gabriele Giannantoni realiza, em 1990, outra coleta de fragmentos de Ésquines em seu projeto maior chamado *Socratis et Socraticorum reliquiae* (SSR), dividido em quatro volumes, o qual inclui vários autores do círculo socrático e não apenas o nosso autor. Ésquines aparece no segundo volume (GIANNANTONI, 1990b, p. 593-629), junto a outros socráticos de sua geração, como Fédon, Aristipo e Antístenes, mas também no quarto volume onde há uma nota crítica sobre sua obra (GIANNANTONI, 1990a, p. 585-596). Giannantoni teve a seu favor a obra dos outros três (Hermann, Krauss e Dittmar), baseando-se, nesta parte de Ésquines, sobretudo em Dittmar, mas

seguindo seus próprios objetivos. O *SSR* exibe uma separação dos fragmentos relativos à biografia de Ésquines, apresentando, então, séries divididas por cada diálogo e, por fim, um saldo restante com fragmentos incertos. Esse editor também apresenta anotações filológicas, bem como indica outros autores (que muitas vezes foram recapitulados a partir das edições anteriores) com passagens similares a cada fragmento (*loci similes*). Seu ordenamento, de maneira geral, segue a sugestão de Dittmar, indicando nos comentários críticos a correspondência (ou a ausência dela, com "deest") com a numeração presente tanto em Krauss quanto em Dittmar. O grande diferencial dessa coletânea é que ela ainda é recente e foi feita após a publicação dos papiros de Oxirrinco por Bernard Grenfell e Arthur Hunt (1919), sendo a primeira, portanto, a incluir fragmentos em sentido estrito. Dada a sua extensão e completude (lembrando que cobriu vários socráticos em quatro volumes), bem como a boa execução, o *SSR* ganhou grande notoriedade e até hoje vigora como a principal obra de referência, sendo que os comentadores costumam indicar os fragmentos de Ésquines de acordo com a divisão de Giannantoni. O fragmento analisado neste artigo, por exemplo, é denominado *SSR*, VI.A.50, pois segue a divisão apresentada no índice da referida edição. O nosso fragmento é exposto por Giannantoni (1990b, p. 607-608) como texto corrido, não tendo seguido a sugestão de separar as falas dos personagens como feito por Dittmar, uma vez que é um discurso reportado (narração).

Duas décadas depois, Claudia Mársico, docente de Filosofia na Universidade de Buenos Aires, publicou *Socráticos: testimonios y fragmentos* em dois volumes entre 2013 e 2014. O segundo tem, junto a Ésquines, a tradução em espanhol de todos os fragmentos coletados por Giannantoni de Antístenes, Fédon e Simão. Esta edição apresenta uma introdução geral, destacando uma seção específica para Ésquines (MÁRSICO, 2014, p. 100-128), reorganizando posteriormente os fragmentos que apareciam em Giannantoni apenas como *De Aeschinis vita et scriptis* (*Vida e escritos de Ésquines*) em subseções de dados biográficos, anedotários, relativos à filiação e às obras e posições teóricas, bem como os indexa de acordo com os diálogos e, por fim, agrupa os fragmentos incertos. Mársico segue uma numeração própria, porém indica a de Giannantoni e Dittmar. No entanto, esta não é uma edição crítica, nem uma nova coleta de fragmentos, pois há apenas a tradução do *SSR*. Nossa fragmento em questão, na sua edição, é o #1221, o qual foi traduzido como discurso indireto apresentando uma boa quantidade de notas que contextualizam a passagem (MÁRSICO, 2014, p. 386-389).

Em 2017, surge uma novidade: *Eschine di Sfetto: Tutte le testimonianze*, um trabalho de Francesca Pentassuglio, docente de Filosofia na Universidade de Roma La Sapienza. O diferencial desta edição é que a autora não só traduziu para o italiano, como recolheu novos fragmentos encontrados e fez uma introdução que discute vários tópicos acerca

da biografia de Ésquines, bem como sobre seus diálogos e os temas filosóficos que ele abordou. Sua obra é, portanto, mais completa que a de Giannantoni no que se refere o Ésquines, bem como bem mais atual do que a última edição específica de Ésquines, que era a de Dittmar, quase cem anos antes. Pentassuglio também segue uma ordenação e numeração própria, mas seu trabalho descende de Giannantoni e este de Dittmar e Krauss. O fragmento tratado nesse artigo é o #76 em sua edição, havendo uma seção posterior com comentários específicos sobre ele (PENTASSUGLIO, 2017, p. 259-262; 411-416). Sua tradução opta por seguir a citação de Élio como um texto corrido em discurso indireto, na mesma linha que Giannantoni e Mársico.²¹

Alguns anos depois, Jaroslav Cepko, Andrej Kalaš e Vladislav Suvák (2021) apresentaram uma compilação de fragmentos, seguindo a última edição de Pentassuglio, ou seja, traduzindo para o eslovaco todos os fragmentos que constam na última edição crítica, porém ordenando de acordo com a apresentação existente em Giannantoni, ou seja, indexando apenas no final os novos fragmentos. Além disso, essa edição inclui uma introdução e comentários críticos específicos para cada fragmento, sendo que o fragmento que trabalhamos aqui é apresentado com o texto grego, seguido da tradução corrida em discurso indireto (ou seja, não seguiu a divisão de falas sugerida por Dittmar), bem como de comentários que contextualizam o aspecto histórico e contrapõem a interpretação de Dittmar em relação ao *Alcibiádes* (CEPKO; KALAŠ; SUVÁK, 2021, p. 112-120).

Por fim, Carvalhar (2023) realizou uma tradução para o português brasileiro dos fragmentos de *Alcibiádes*, porém não há inovação filológica, pois não é uma edição crítica, tendo apenas recolhido os fragmentos de acordo com a última edição de Pentassuglio, com a única diferença que incluiu o papiro *Erlangen 4* (P.Erl.4) como o fragmento #20 (considerado espúrio). Em relação ao fragmento aqui discutido, Carvalhar (2023, p. 43-45) apresenta uma tradução com a divisão proposta por Dittmar, separando os interlocutores do diálogo.

Os fragmentos em papiro

Alguns fragmentos em papiro permitem identificar a circulação dos diálogos de Ésquines após a sua morte, sendo ainda uma conjectura possível pensar que da Antiguidade Tardia ao Alto Medievo eles ainda circulariam entre os estudiosos como *volumina* de papiro ou até mesmo em códices de pergaminho (ou pelo menos em recortes, como partes de florilégios e escólios), pois os autores antigos, mas já tardios,

²¹ A edição de Pentassuglio foi resenhada por Dorandi (2019) e Mársico (2014).

sabiam o referenciar. No entanto, alguns séculos depois, a coletânea de fragmentos feita por Clericus indica que, na virada do século XVII para o XVIII, esse material já tinha desaparecido e era preciso se contentar com o discurso encontrado apenas em outros autores, ou seja, só restavam os testemunhos indiretos, como aqueles obtidos na obra de Máximo de Tiro, Plutarco ou Élio Aristides, por exemplo.

Só reencontraremos um fragmento, em sentido estrito (isto é, um material textual próprio e que não é um testemunho citado por outro autor), de Ésquines, em 1919, com a expedição arqueológica organizada pelos papirologistas ingleses Bernard Grenfell e Arthur Hunt. São esses dois os responsáveis pela publicação dos papiros de Oxirrinco encontrados no Egito, lançados em uma coleção de vários volumes intitulada *The Oxyrhynchus Papyri* (Figura 6), sendo que a escrita presente no papiro é a uncial e ele é datado no século II (GRENfell; HUNT, 1919, p. 90).²²

Figura 6 - Fragmentos 1 e 2 de *Alcibiades*, de Ésquines

1608. <i>AESCHINES SOCRATICUS, ALCIBIADES</i>		91
Fr. 1.		Fr. 2.
· [.] περι τους		[.] v[.]
σεαυτου γον[εας γεγε?		[.] τηριους [.]
νησθαι. οιος περ [ο Θε	20	[ο]υδετερους δει[.]
μιστοκλης λεγεται [πε		α· ουτε γαρ τους [.]
5 ρι τους εαυτου γο[νεας :		[ουδ]οτιουν δε[.]
ευφημει εφη ω Σ[ωκρα		τησθαι ηπε[.]
τες: π[ο]τερον δε δοκει [[.] ωστε α[.]
σοι το[ις] ανθρωποις αν[αγ	25	[.] των δικ[.] δι
καιο[ν] ειναι αμοι[σους		απραξιασθα[ι ε
ρ		παινειν· ουτ[ε
10 ποτε[ρο]ν η μουσικο[υς γι		νεσ[θα]ι· και ποτερο[ν α
νεσ[θα]ι· και ποτερο[ν α		φ[πποντος] η ιππικο[υς : α
ναγ[καιο]ν μοι δοκει [ναγ[καιο]ν μοι δοκει [
αμοι[σους] προτερον κ[αι	30	απεγν[ωσαν αν
15 αφιπ[ποντος :] ουκο[υν . . .		θρωπων με[.]
[.] οχ[. . . .]ην λ[. . . .		[. . . .]τω . [.]
[.]παι[.	Fr. 3.	
	32]υτα[

Fonte: *The Oxyrhynchus Papyri*.

²² Note que esse papiro também é conhecido como *Brit.Libr. Inv. 2469* e *PLit.Lond. 148*, pois sua posse atual é do Museu Britânico localizado em Londres, de acordo com o Centre de Documentation de Papyrologie Littéraire (CeDoPal) e a British Library.

O importante, para o nosso objetivo aqui, é que o *P.Oxy. XIII 1608* apresenta fragmentos de um texto com o qual podemos comparar com a citação de Ésquines presente em Élio Aristides²³ e verificar que, mesmo não sendo exatamente iguais, são suficientemente similares para não deixar dúvidas de que se trata de fragmentos do *Alcibíades* de Ésquines.²⁴ Um exemplo desse paralelo é o conteúdo textual que se encontra na primeira coluna do fragmento 5 do *P.Oxy. XIII 1608* (a imagem do papiro como um todo está na Figura 7, enquanto o detalhe do frag. 5 está na Figura 8), sendo que o texto estabelecido pode ser conferido não só na edição de Grenfell e Hunt, que já é centenária, como também está presente no *Corpus dei papiri filosofici greci e latini* que é uma importante publicação de 1989 que coleta diversos fragmentos papirológicos (GRENfell; HUNT, 1919; ROSSETTI, 1989).

Figura 7 - Imagem completa do *P.Oxy. XIII 1608*



Fonte: The British Library.

²³ O *P.Oxy. XIII 1608* também possui paralelos com outro fragmento (SSR, VI.A.49) de Ésquines, também oriundo do *Contra Platão*, mas alguns parágrafos depois (§575). Grenfell e Hunt (1919, p. 88-94) já tinham observado a semelhança e apontado a correlação com o *Alcibíades* de Ésquines.

²⁴ Uma leitura interessante que contextualiza os fragmentos de papirus encontrados em Oxirrinco com um círculo escolar formado por membros de uma elite grega no Egito encontra-se em Bagnall (2011, p. 270-277). Também é possível observar a crítica textual e os comentários a respeito das obras sendo feitos nesses papirus, como apontando em Turner (2016, p. 104-105), pois alguns outros fragmentos dos papirus de Oxirrinco apresentam os mais antigos ὑπομνήματα que nos restaram (TURNER, 2016, p. 113).

Figura 8 - Detalhe da coluna 1 do fragmento 5 do *P.Oxy.* XIII 1608



Fonte: The British Library.

Tanto o papiro quanto a citação em Élio possuem a frase "já que você teve o atrevimento de atacar a biografia de Temístocles", a qual em Élio Aristides aparece como "ἐπειδὴ τοίνυν τοῦ Θεμιστοκλέους βίου ἐπιλαμβάνεσθαι ἐτόλμησας",²⁵ enquanto que no papiro temos um texto incompleto: "ΠΕΙΔΗΤΟΥ[...]ΟΥΣΒΙΟΥΕΠΙ[...]ΑΙΕΤΟΛΜΗ" (lembmando que ele não apresenta acentuação nem separação de palavras)²⁶, mas podendo ser normalizado como "πειδὴ τοῦ [...] ους βίου ἐπι[...]αι ἐτόλμη"), sendo, então, facilmente reconstituído pela identificação do conteúdo lacunar com a citação presente em Élio: "ἐπειδὴ τοῦ Θεμιστοκλέους βίου ἐπιλαμβάνεσθαι ἐτόλμησας".²⁷ Podemos ainda perceber que em algum momento na transmissão de manuscritos, o "τοίνυν" foi acrescentado ao texto original por algum copista,²⁸ um fato que, contudo, não causou impacto no sentido original. Além disso, há outra semelhança entre o texto desse mesmo fragmento de papiro

²⁵ Segundo o texto estabelecido em Trapp (2021, p. 284) e a tradução em Carvalhar (2023, p. 43).

²⁶ Neste fragmento de papiro não há acentuação, mas eles poderiam apresentar diacríticos ou mesmo notações marginais indicando a dessemelhança na grafia (BAGNALL, 2011, p. 268; CAVALLO, 1995, p. 35; IRIGOIN, 2001, p. 36).

²⁷ Texto reconstituído conforme o estabelecido em Rossetti (1989, p. 125). Observe que o que está entre "()" indica a inclusão de texto proveniente da citação de Élio, pois os semi-parênteses indicam que o texto é proveniente de uma outra fonte e não de conjectura, ver West (2002, p. 105).

²⁸ Veja também Pentassuglio (2017, p. 412).

com outra citação encontrada em Élio, coletado e identificado por Giannantoni como *SSR*, VI.A.49, reforçando ainda mais essa correlação entre as duas fontes textuais.²⁹

Observa-se que o fragmento 5 do *P.Oxy.* XIII 1608 possui uma marcação paratextual que indica a mudança de turno dos personagens (ou seja, a passagem da fala de Sócrates para Alcibiades) por meio do símbolo gráfico conhecido como *parágraphos*, o qual é indicado por um traço ("_"), no canto inferior e à esquerda, do texto que começa na linha 5 (GRENFELL; HUNT, 1919, p. 90; ROSSETTI, 1989, p. 121; WEST, 2002, p. 67).³⁰ O fato de esse pedaço de papiro possuir um texto correspondente à passagem citada por Élio nos leva a saber que o papiro em questão contém um texto de Ésquines, possibilitando assim, identificar que os outros pedaços do papiro possuem novos fragmentos do diálogo *Alcibiades*, pois não estão na citação de Élio e nem eram conhecidos até 1919. Essa identificação é reforçada ainda mais, pois três outros pedaços do *P.Oxy.* XIII 1608 (os fragmentos 6 e as duas colunas encontradas no fragmento 7) correspondem também a essa citação de Élio Aristides, permitindo reconstruir o texto e apresentando apenas pequenas diferenças, da mesma forma que foi feito com o fragmento 5 analisado acima.³¹

O conteúdo textual desses fragmentos pode ser, portanto, atribuído seguramente ao texto de Ésquines, uma vez que os pedaços do *P.Oxy.* XIII 1608 compartilham o mesmo substrato físico, algo que é possível de ser observado pela qualidade do papiro e pela sua trama, bem como pela forma da letra manuscrita (escrita *uncial*), que indica ser a mão do mesmo copista. Em outras palavras, mesmo que em pedaços, o *P.Oxy.* XIII 1608 apresenta, em alguns de seus fragmentos, uma semelhança textual com a citação de Ésquines encontrada em Élio, a qual permite, pela própria identidade do papiro em relação a sua materialidade textual, estender a atribuição de autoria de Ésquines a esses dois novos conteúdos presentes no papiro (os fragmentos 1 e 4), os quais são hoje referenciados como *SSR*, VI.A.48, pois Giannantoni os apresentou juntos em sua edição crítica que coletou fragmentos de Ésquines.

A identificação de autor e obra

Quanto ao nosso fragmento aqui analisado, Élio Aristides apenas nos informa que a citação que faz é de Ésquines – o que fica muito evidente textualmente, pois ele diz

²⁹ Como apresentando por Carvalhar (2023) em relação ao fragmento #8b.

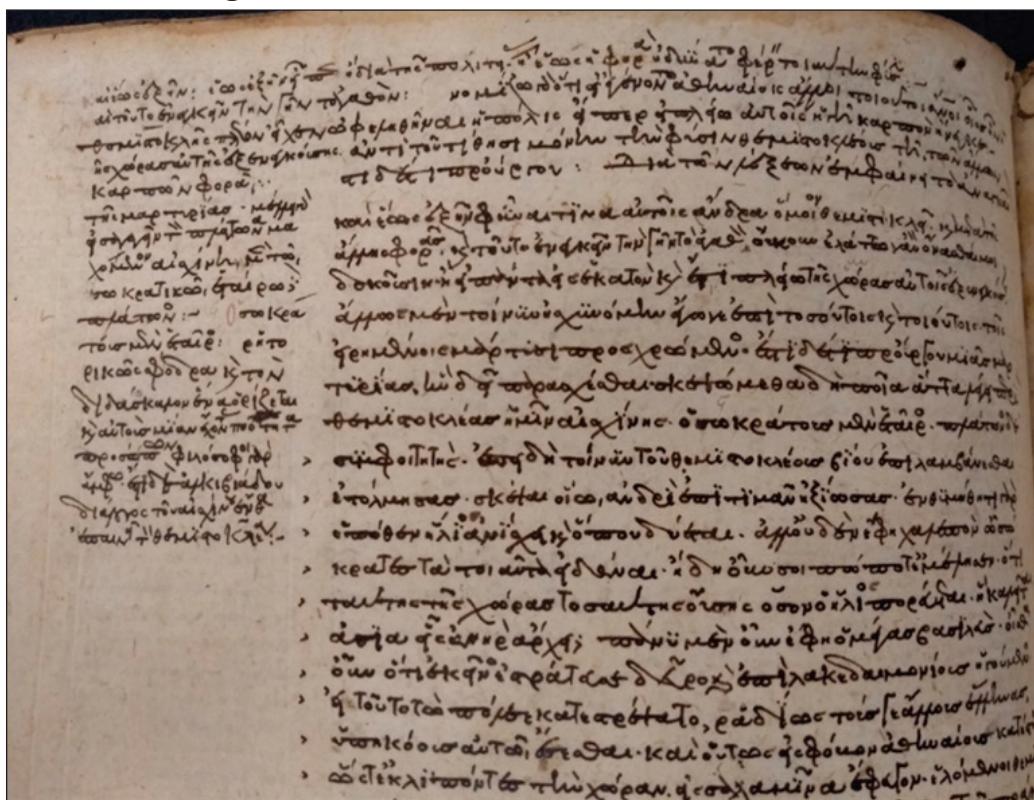
³⁰ Sobre o παράγραφος e a διπλῆ, conferir Bagnall (2011, p. 261), Irigoin (2001, p. 38), Turner (2016, p. 17), Thompson (1893, p. 73) e Cavallo (1995, p. 29). Tal indício paratextual reforça a percepção, comentada previamente, de Krauss e Dittmar, sendo que ambos foram anteriores à publicação do papiro de Oxirrinco.

³¹ O texto e a imagem desses fragmentos do papiro são apresentados no *Apêndice II*, figuras 6 e 7 em Carvalhar (2023), sendo que Pentassuglio (2017, p. 412 e 414) discute as diferenças textuais encontradas.

"Vamos considerar, agora, o que Ésquines [...] nos diz" –,³² além do que seus manuscritos usam a *diplé* para acusar que aquele trecho é uma citação de um autor distinto. Contudo, não há nenhum identificativo de qual obra ele copiara o texto,³³ entretanto, sabemos, por outras fontes, que se trata do diálogo *Alcibiades*.

Uma dessas fontes é um escólio³⁴ presente tanto no manuscrito *Auct. T. 1. 12* da Bodleian Library (Figura 9) quanto no *Cod.graec. 123* da Bayerische Staatsbibliothek,³⁵ pois o escribente indica a autoria e a obra dessa citação que Élio está fazendo, após copiar o *lémma* (λῆμμα) com parte do texto de Élio na margem esquerda do manuscrito.³⁶ Essa anotação atesta a vinculação entre o autor Ésquines e a obra *Alcibiades* dizendo: "trata-se do diálogo *Alcibiades* de Ésquines [ἔστι δὲ Ἀλκιβιάδου διάλογος τοῦ Αἰσχίνου]".³⁷

Figura 9 - Escólio no manuscrito *Auct. T. 1. 12*



Fonte: Fotografia fornecida pela Bodleian Library de Oxford.

³² Tradução de Carvalhar (2023, p. 43).

³³ Élio Aristides em *Contra Platão: Em defesa dos quatro* §§575-577 se refere a *Alcibiades*, mas como personagem histórico e não faz menção direta ao *Alcibiades*, como título de diálogo.

³⁴ Escólio publicado em Dindorf (1829b, p. 663 (§221, 18)); Frommel (1826, p. 255 (§363)).

³⁵ Conclusão feita a partir do que foi apontado por Lenz e Behr (1976, p. cix).

³⁶ Os λήμματα são palavras copiadas de um ponto específico do texto principal para o qual o copista (ou escribente) está pretendendo inserir seu comentário (ύπόμνημα) à margem do manuscrito, ou seja, são citações do texto que servem como cabeçalhos para o comentário, tendo sido empregados do período alexandrino até o bizantino, ver Irigoin (2001, p. 33), Turner (2016, p. 114) e West (2002, p. 11).

³⁷ Tradução encontrada em Carvalhar (2023), fragmento 4, com texto estabelecido em Frommel (1826, p. 255).

Além disso, uma frase presente nessa citação de Élio encontra-se também no gramático Prisciano,³⁸ o qual identifica autor e obra e, com isso, nos ajuda a fortalecer a atribuição de autoria. A indicação é clara, pois esse autor informa: “Ésquines, no *Alcibiades*, [escreve] sobre Temístocles: ‘os atenienses nutriam grandes esperanças de se salvarem com qualquer que fosse a decisão que ele tomasse em defesa da cidade [Αἰσχίνης ἐν τῷ Ἀλκιβιάδῃ ὑπὲρ Θεμιστοκλέους: αὗται μέγισται ἐλπίδες ἡσαν Ἀθηναίοις περὶ τῆς σωτηρίας ἄσσα ἀν ἐκεῖνος περὶ αὐτῶν βουλεύσαιτο]’”,³⁹ sendo que no fragmento aqui tratado temos o mesmo texto, porém com uma pequena variação, pois Prisciano utiliza a forma jônica⁴⁰ “ἄσσα” e Aristides a ática “ἄττα”, além de que ele acrescenta um “περὶ” relacionado a “ἐλπίς” que usualmente, como em Élio, requer apenas a regência do genitivo e descarta a preposição. Contudo, essas pequenas variações textuais são normais na transmissão manuscrita ao longo dos séculos e não anulam o paralelo textual.

Outro ponto é que o texto *Sobre as flexões*, atribuído ao gramático Élio Herodiano (século II),⁴¹ apresenta uma citação de Ésquines, a qual possui um paralelo textual com o trecho “essas duas cidades [τούτω τῷ πόλες]”,⁴² que aparece no nosso fragmento aqui tratado. Lembrando que o grego antigo flexiona em número não só entre plural e singular, mas também no dual. Nos diz Herodiano: “raramente também no dual, mas encontram-se contraídos os dois ‘εε’ no ditongo ‘ει’, similarmente a [...] ‘πόλες’ e ‘πόλει’, como aparece no Ésquines Socrático: ‘τούτω τῷ πόλει’ (ao falar sobre os atenienses e os lacedemônios)”.⁴³ Similarmente, o gramático bizantino do século IX, George Querobosco,⁴⁴

³⁸ Trata-se do fragmento presente em *Institutiones Grammaticae* XVII, 159 (também referenciado pelo título do capítulo, como *De constructione* VII, 187) de Prisciano Cesariense, editado em Baratin (2010, p. 251). A semelhança dessa linha de texto entre Aristides e Prisciano já tinha sido notada desde Clericus (1711, p. 19), porém foi com Hermann (1850, p. 21) que a atribuição ao *Alcibiades* fora feita, sendo reafirmada por Kraus (1911, p. 34) e Dittmar (1976, p. 269).

³⁹ Tradução encontrada em Carvalhar (2023, fragmento 5). Texto grego estabelecido por Pentassuglio (2017, p. 262).

⁴⁰ No helenismo tardio é possível identificar que era feita a reconstrução de formas dialetais mais arcaicas, isto é, pseudo-jônicas. Logo, pode ser esse tipo de pensamento que tenha orientado o copista da versão que Prisciano utilizou, ou o próprio gramático alterou o texto para servir aos seus intentos (WEST, 2002, p. 20-21). No entanto, textos do período clássico com palavras que não pertencem ao dialeto ático levam a suspeitas de autenticidade (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 47).

⁴¹ Não o confundir com o historiador romano Herodiano. O título Περὶ παθῶν costuma ser apresentado sem a tradução (πάθος pode significar alteração gramatical, flexão) e esse texto se encontra fragmentário, sendo uma coleção de diversas fontes (o trecho citado é encontrado por Querobosco). O texto grego foi editado por Lentz (1868, p. 322), porém a edição desse livro é conhecida por apresentar erros. Comentário a partir de Dickey (2006, p. 75-77), Dittmar (1976, p. 269) e Pentassuglio (2017, p. 413).

⁴² Linha 14 em Carvalhar (2023, p. 42).

⁴³ Tradução minha. Texto original: “σπανίως δὲ καὶ ἐν τοῖς δυϊκοῖς, ἀλλ’ εὐρίσκεται τὰ δύο <εε> εἰς τὴν <ει> διφθογγον κιρνάμενα οἶον [...] πόλες πόλει, ὡς παρ’ Αἰσχίνη τῷ Σωκρατικῷ <τούτω τῷ πόλει> (λέγει δὲ περὶ Ἀθηνῶν καὶ Λακεδαίμονίων)” (apud LENTZ, 1868, p. 322).

⁴⁴ Conforme comentário em Dickey (2006, p. 80), Dittmar (1976, p. 269), Pentassuglio (2017, p. 413) e Reynolds e Wilson (1991, p. 54). Texto grego de Querobosco editado por Hilgard (1889, p. 136): “τὰ γὰρ δύο <εε> εἰς τὴν <ει> διφθογγον ἔγενοντο· ἔχομεν γὰρ παρὰ τῷ Αἰσχίνῃ τῷ Σωκρατικῷ πόλει διὰ τῆς <ει> διφθόγγου, ἐνθα περὶ Ἀθηνῶν καὶ Λακεδαίμονος διαλέγεται”. A citação reaparece na página 177 com pequena variação. Tradução minha: “o duplo ‘εε’ se transformou no ditongo ‘ει’, pois no Ésquines Socrático aparece ‘πόλει’ com o ditongo ‘ει’, ali onde ele fala sobre os

nos relata em dois momentos distintos do *Prolegômenos de Teodósio de Alexandria*, que o duplo 'εε' se transformou no ditongo 'ει' e alude a Ésquines com "τὼ πόλει". Observe ainda que o texto estabelecido mais atual utiliza "πόλεε" e não "πόλει" como cita Herodiano e Querobosco, porém, como observado anteriormente, essas pequenas variações textuais são comuns ao longo do processo de transmissão de cópias manuscritas e são fruto das decisões dos editores em relação a *emendatio*, ou seja, ao ajuste do texto a partir de variações encontradas nas fontes (WEST, 2002, p. 112).

Ainda existe outro paralelo textual com esse nosso fragmento analisado: Máximo de Tiro, em *Dissertações filosóficas* (VI, 6; SSR, VI.A.42), não explicita Ésquines, mas utiliza uma paráfrase com o texto "οἴκοι μενόντων" que também é utilizado na citação presente de Élio Aristides, com a mesma estrutura de comparar o sucesso de um exilado (Alcibiades em Máximo e Temístocles em Élio) com os cidadãos que permaneceram em suas casas (TRAPP, 1994, p. 52). Tal estrutura poderia indicar um maneirismo de Ésquines sendo replicado por Máximo de Tiro, mas cabe destacar que, por não ser uma referência explícita, esse paralelo é apenas uma hipótese.

Considerações finais

Em conclusão, o fragmento de Ésquines, coletado por Giannantoni, como *SSR*, VI.A.50, além de ser o mais extenso, possui, como vimos, muitas correlações com fontes textuais diversas que nos permitem atribuir com certeza a sua autoria e corresponder o fragmento a um diálogo específico, o *Alcibiades*. Esses indícios aparecem desde a indicação de citação presente em vários manuscritos de Élio Aristides, tanto pela anotação paratextual quanto pelo escólio, bem como pelas semelhanças textuais com fragmentos do papiro de Oxirrinco, e a correspondência a passagens citadas por Prisciano, Herodiano e Querobosco, além de apresentar alguma semelhança temática com Máximo de Tiro.

Todos esses fatos em conjunto nos dão certeza da atribuição e nos permitem acompanhar um exemplo do complexo processo de transmissão textual da Antiguidade até nossos dias, passando por várias revoluções na escrita, de papiros a códices manuscritos, das primeiras impressões florentinas às primeiras edições críticas do período moderno e, por fim, às publicações contemporâneas. Além disso, a exposição das fontes textuais nos permite visualizar a evolução do próprio processo editorial e de como o trabalho de

atenienses e os lacedemônios". A edição de Hilgard é anterior a Dittmar, porém este último condensou as informações de Querobosco (ou seja, não o citou) e acredito que tenha errado na compreensão, pois escreveu como se Querobosco tivesse citado Ésquines utilizando 'πόλη', o que não encontrei. Pentassuglio faz uma citação indireta de Dittmar, e notei que a publicação de 1965 é apenas uma reimpressão da edição de Hilgard (mantendo πόλει, ao contrário de Dittmar e Pentassuglio).

diversos editores vai se somando a um constructo filológico mais firme e que nos permite obter um alto grau de verificabilidade em relação à autenticidade.

Afinal, muitas vezes o trabalho filológico apresenta conjecturas difíceis de serem provadas, porém o percurso que passamos ao longo desse artigo nos permitiu verificar um exemplo de como uma série de referências pode ser conectada para comprovar a atribuição de autoria e obra. Portanto, esse fragmento de Ésquines nos permitiu explorar diversos materiais e fazer comparações frutíferas, sendo um bom caso de estudo sobre a relação de autoria e fragmento.

Também foi possível perceber que há variações textuais, como mudanças na morfologia, aspectos dialetais ou mesmo omissões de palavras, o que nos lembra a necessidade de pontuar que as citações dos antigos não eram *ipsis litteris* como fazemos atualmente com as nossas convenções contemporâneas. Uma vez que as principais divergências textuais devem ser indicadas pelos filólogos em suas edições críticas, precisamos estar atentos aos aparatos que eles disponibilizam e avaliar o julgamento feito quanto à veracidade de suas convicções.

Por fim, espero que este artigo, focado em um exemplo de Ésquines, tenha permitido ao leitor acompanhar uma breve viagem ao longo dos séculos em relação à reprodução textual e à perda de informações sobre os livros da Antiguidade, como também o resgate deles e os percalços filológicos obtidos por sua recomposição. Acredito que tenha conseguido exemplificar esse processo de atribuição de autoria e de como as hipóteses e conjecturas vão se solidificando ao serem encontrados paralelos com outras fontes, um processo que muitas vezes é omitido na leitura dentro da Filosofia, mas *vendido* como certeza pelo trabalho da Filologia (lembrando que as edições críticas costumam ser livros muito caros). A opção que fundamenta esse artigo é a democratização do saber, o qual não deveria se encontrar encerrado no hermetismo filológico. Assim, suponho que o leitor possa ter obtido uma compreensão maior sobre esse constructo que se soma ao longo de vários séculos e, com isso, possa ter obtido uma visão mais crítica a respeito do processo de atribuição de autoria e obra, exemplificado aqui com um fragmento do *Alcibiades* de Ésquines.

Referências

Documentação textual

BARATIN, M. (ed.). *Priscien: Grammaire, Livre XVII, Syntaxe 1. Texte latin, traduction introduite et annotée par le Groupe Ars Grammatica*. Paris: Vrin, 2010.

- BONINO, E. (ed.). *Orationes Aristidis*. Firenze: Philippo de Giuntis, 1517.
- CEPKO, J.; KALAŠ, A.; SUVÁK, V. (ed.). *Aeschinis Socratici Fragmenta*. Bratislava: Univerzita Komenského, 2021.
- CLERICUS, J. (ed.). *Æschinis Socratici Dialogi Tres*: Græce et Latine, ad quos accessit quarti Latinum Fragmentum. Amsterdam: Petrus de Coup, 1711.
- DINDORF, W. (ed.). *Aristides*. Leipzig: Libraria Weidmannia, 1829a. v. 2
- DINDORF, W. (ed.). *Aristides*: Ex Recensione. Leipzig: Libraria Weidmannia, 1829b. v. 3
- DIÓGENES LAÉRCIO. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FISCHER, J. (ed.). *Aeschinis Socratici Dialogi Tres*: In usum scholarum de novo editit. Leipzig: Crulliana, 1753.
- FROMMEL, W. (ed.). *Scholia in Aelii Aristidis sophistae Orationes Panathenaicam et Platonicas*. Frankfurt: Broenneri, 1826.
- GASCÓ, F.; VERGER, A. (ed.). *Elio Aristides*: Discursos I. Madrid: Gredos, 1987.
- GIANNANTONI, G. (ed.). *Socratis et Socraticorum reliquiae*. Napoli: Bibliopolis, 1990a. v. 4
- GIANNANTONI, G. (ed.). *Socratis et Socraticorum reliquiae*. Napoli: Bibliopolis, 1990b. v. 2
- GRENFELL, B.; HUNT, A. (ed.). *The Oxyrhynchus Papyri*: Part XIII. London: Egypt Exploration Fund, 1919.
- HERMANN, K. (ed.). *Disputatio de Aschinis Socratici reliquiis*. Göttingen: Officina Academica Dieterichiana, 1850.
- HILGARD, A. (ed.). *Grammatici Graeci*. Leipzig: Teubner, 1889. v. 4.
- HORREUS, P. (ed.). *Æschinis Socratici Dialogi Tres*. De novo recensuit, vertit, et animadversionibus suis auxit Petrus Horreus. Leeuwarden: Franciscus Halma, 1718.
- JEBB, S. (ed.). *Aelii Aristidis Opera omnia*. Oxford: Theatro Sheldoniano, 1730. v. 2.
- KRAUSS, H. (ed.). *Aeschinis Socratici Reliquiae edidit et commentario instruxit Heinrich Krauss*. Leipzig: Teubner, 1911.
- LENTZ, A. (ed.). *Herodiani Technici Reliquiae*. Leipzig: Teubneri, 1868. v. 2
- LENZ, F.; BEHR, C. (ed.). *Aelii Aristidis opera quae exstant omnia*: Orationes I - XVI. Leiden: Brill, 1976. v. 1.
- MÁRSICO, C. (ed.). *Socráticos*: testimonios y fragmentos: Antístenes, Fedón, Esquines y Simón. Buenos Aires: Losada, 2014. v. 2
- PENTASSUGLIO, F (ed.). *Eschine di Sfetto*: Tutte le testimonianze. Turnhout: Brepols, 2017.
- PLATÃO. *Górgias*. Tradução de Manuel Pulquério. Lisboa: Edições 70, 1992.
- ROSSETTI, L. (ed.). *Corpus dei papiri filosofici greci e latini Testi e lessico nei papiri di cultura greca e latina*. Parte I: Autori noti. 1. I filosofi. II (Demetrius Phalereus - Musonius Rufus). Firenze: Leo S. Olschki, 1989. v. 1

TRAPP, M. (ed.). *Maximus Tyrius: Dissertationes*. Stuttgart: Teubner, 1994.

TRAPP, M. (ed.). *Orations*. Cambridge: Harvard University Press, 2021. v. 2.

Obras de apoio

BAGNALL, R. *The Oxford Handbook of Papyrology*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CARVALHAR, C. *Tradução contextualizada dos fragmentos do diálogo Alcibíades de Ésquines de Esfeto, o Socrático*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Clássicas) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

CAVALLO, G. *Libros, editores y público en el Mundo Antiguo*: guía histórica y crítica. Madrid: Alianza, 1995.

DICKEY, E. *Ancient Greek scholarship*: a guide to finding, reading, and understanding scholia, commentaries, lexica, and grammatical treatises, from their beginnings to the Byzantine period. New York; Oxford: Oxford University Press, 2006.

DITTMAR, H. *Aischines von Sphettos*: Studien zur Literaturgeschichte der Sokratiker. New York: Arno Press, 1976.

DORANDI, T. Review. *Elenchos*, v. 40, n. 1, p. 223-234, 2019.

FINNEGAN, R. Quotation marks: present, past, and future. In: FINNEGAN, R. *Why do we quote? The culture and history of quotation*. Cambridge: Open Book, 2013, p. 79-111.

IRIGOIN, J. *Le Livre grec des origines à la Renaissance*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2001.

MÁRSICO, C. Francesca Pentassuglio, Eschine di Sfetto. Tutte le testimonianze. *Philosophie antique. Problèmes, Renaissances, Usages*, n. 19, p. 183-186, 2019.

REYNOLDS, L.; WILSON, N. *Scribes and scholars*: a guide to the transmission of Greek and Latin literature. Oxford: Clarendon Press, 1991.

THOMPSON, E. *Handbook of Greek and Latin paleography*. London: Trübner, 1893.

TURNER, E. *Greek Papyri*: an introduction. Princeton: Princeton University Press, 2016.

WEST, M. *Crítica textual e técnica editorial aplicável a textos gregos e latinos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

Fronteiras do cristianismo em Alexandria: considerações a partir do episódio da querela da Páscoa, final do século II d.C.

The boundaries of Christianity in Alexandria: considerations from the episode of the Easter controversy, late 2nd century AD

Pedro Luís de Toledo Piza*

Resumo: O final do século II d.C. assistiu a um dos primeiros debates entre bispos cristãos de diferentes partes do Mediterrâneo acerca de um mesmo tema. Ainda que se restringindo a uma discussão por cartas, a querela acerca da datação da Páscoa cristã em contraposição à festa judaica costuma ser apontada como um exemplo da diversidade e do confronto entre grupos sociais que, em tese, partilhavam de uma mesma tendência cristã. Pouco notada, no entanto, é a escassez de informações acerca da participação dos cristãos de Alexandria nesse debate. O presente artigo sugere que tal escassez não é casual, mas sim reveladora de como as relações sociais internas aos grupos cristãos de Alexandria se davam de forma diversa em comparação com centros urbanos de outras regiões do Império Romano no mesmo período. Para isso, utilizaremos como principal fonte a *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia.

Abstract: The last decades of the second century C.E. were the stage for one of the first debates about a sole theme between Christian bishops from different parts of the Mediterranean. Even if restrict to letters, the Paschal quarrel is usually pointed as an example of diversity and confrontation between social groups which, theoretically, shared one same Christian stream. Less noted, however, is the scarcity of information about the participation of Alexandrian Christians in this debate. This article suggests that such a scarcity is not casual, but revelatory of how the internal social relations of Alexandrian Christian groups differed from those in other urban centres of the Roman Empire in the same period. For this, we will use as the main source the *Ecclesiastical History* by Eusebius of Caesarea.

Palavras-chave:
Fronteiras sociais.
Alexandria.
Cristianismo antigo.

Keywords:
Social boundaries.
Alexandria.
Early Christianity.

Recebido em: 19/08/2023
Aprovado em: 15/10/2023

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. Mestre pela mesma instituição. Bacharel em História pela USP. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos do Império Romano e do Mediterrâneo Antigo (Leir-MA/USP).

Introdução

Pode-se dizer que fronteiras constituem um tema eminentemente na documentação cristã dos primeiros três séculos depois de Cristo, ainda que não de forma explicitamente verbalizada. Havia preocupação, por exemplo, da parte de Paulo, em distinguir, em uma série de instâncias, os grupos constituídos a partir de sua atividade do restante do ambiente urbano no qual se encontravam inseridos.¹ Isso ocorre, por exemplo, quando ele defende que os cristãos constituíssem para si tribunais próprios para a resolução de questões menores do cotidiano.² Desse modo, os “santos” não teriam de recorrer aos tribunais dos descrentes.³ De modo semelhante, diversos autores do século II refinariam os elementos de distinção identitária que os tornavam (e os grupos que diziam representar) diferentes do restante não apenas da *pólis*,⁴ mas também de outros cristãos. Assim procedem escritores como Irineu, Justino e Valentino. No caso dos dois primeiros, é a “ortodoxia” o principal elemento que os diferencia hierarquicamente daqueles que classificam como “heterodoxos” ou “hereges”.⁵ Já Valentino e outros escritores cristãos de sua época lançam mão da obtenção e guarda de um conhecimento oculto e superior para se colocarem em outro nível cósmico em relação aos demais.⁶ Existe a possibilidade de que esse conhecimento (*γνώσις*, em grego) tivesse algum efeito na constituição de fronteiras de identidade entre diversos grupos cristãos (LIEU, 2004, p. 98-146), mas, no presente artigo, optaremos por explorar a ideia de fronteira por um outro prisma, a saber, como fator de diferenciação social dentro de um mesmo grupo ou comunidade.

Talvez devido à importância dada pelos autores cristãos antigos ao estabelecimento de fronteiras que lhes definiam e aos seus correligionários como grupo, os estudos de identidade em torno do cristianismo antigo lograram grande êxito entre o fim do século XX e o começo do XXI. Estudos como Judith Lieu (2004) e Mônica Selvatici (2010),

¹ Acerca desse tema, a obra clássica segue sendo a de Meeks (2011).

² Cf. 1 Coríntios (6,1-5). Como anota Murphy-O’Connor (2011, p. 463), “injustos” não se refere aqui a juízes corruptos, mas sim a não-crentes em geral.

³ Paulo dirige-se aos seus destinatários como “santos” (*ἅγιοι*) em Romanos (1, 2), 1 Coríntios (1, 2), 2 Coríntios (1, 4) e Filipenses (1,14). Para um estudo de seu uso por parte do apóstolo (bem diferente do mesmo a partir da Idade Média), ver Destro e Pesce (2010, p. 70-81).

⁴ Todas as datas deste artigo são d.C., exceto quando mencionado o contrário.

⁵ Cf. Irineu de Lyon (*Contra as Heresias* I, 2; III, 3, 1). Sabemos, por meio de Eusébio de Cesareia, ter Justino composto obras contra “heresias” (mais especificamente contra Marcião; cf. Eus., *Hist. Eccl.*, IV, 18, 9), mas elas se perderam. Em *Diálogo com Trifão* (35, 6), o mesmo Justino elenca seguidores de Valentino, Basílides e Saturnino como “ateus, ímpios, injustos e iníquos”, mas outras referências a eles (de modo particular Valentino, seu contemporâneo em Roma) não são encontradas em suas obras preservadas. Contra Marcião, no entanto, se refere em sua *1 Apologia* (26, 5-6).

⁶ É o que sugere o *Evangelho da Verdade* (18,10-14): “Por meio disso, o evangelho do que é procurado, o qual foi revelado aos que são perfeitos pelas misericórdias do Pai, o mistério escondido, Jesus, o Cristo, iluminou aqueles que estavam na escuridão através do esquecimento”. Attridge e MacRae (1985, p. 49) apontam que “perfeito” é um termo comum da literatura valentiniana para se referir a “seres humanos espirituais”.

por exemplo, têm contribuído muito para a melhor compreensão da multiplicidade de sentidos presente na construção pelos primeiros cristãos de sua própria identidade. No entanto, ao mesmo tempo que deve ser reconhecido todo valor científico de tal abordagem, uma nova perspectiva de análise se abre à pesquisa se transcendermos o estudo das fronteiras identitárias e nos acercarmos de outros elementos de coesão social existentes nas primeiras comunidades cristãs, assim como dos conflitos e ambivalências a eles inerentes. Nesse sentido, pode ser útil a bagagem conceitual levantada por Norberto Guarinello (2010) para analisar o ordenamento social no Império Romano em seu ensaio *Ordem, integração e fronteiras no Império Romano*. Nele, sem prescindir dos grandes avanços nos estudos de identidade, Guarinello procura, por seu lado, aplicar o conceito de “fronteira” para dinâmicas internas aos grupos sociais. Em outras palavras, fronteiras existiriam também nas divisões sociais de um grupo ou sociedade, com as diferenças entre indivíduos e grupos (majoritariamente concebidas de forma hierárquica), sendo estabelecidas ou construídas por meio de conflitos e negociações, assim como também por ordenamentos legais e costumes (GUARINELLO, 2010). Do mesmo modo, conviria identificar e compreender se e como esses processos sociais se dão entre os cristãos dos primeiros séculos.⁷

No presente artigo, busquei empregar o arcabouço conceitual de Guarinello para explorar os processos sociais envolvendo a organização dos primeiros grupos cristãos estabelecidos em um dos principais centros urbanos do Mediterrâneo antigo: Alexandria. Procurarei, sobretudo, esclarecer a sua possível relação com a intensa conectividade existente entre os cristãos do Egito e da Palestina, partindo de um estudo de caso, a saber, a querela em torno da celebração da Páscoa, a qual teve lugar nas últimas décadas do século II e envolveu em debate acalorado bispos de cidades romanas de um espaço que ia da Gália à Osroena.

Um debate entre bispos

A principal fonte para acessarmos o intenso debate em torno do dia da celebração da Páscoa cristã é a *História Eclesiástica*, de Eusébio de Cesareia, escrita entre o fim do século III e as primeiras décadas do século IV. Trata-se de uma fonte preciosa no que tange à conservação de documentos que, de outra forma, estariam perdidos para o pesquisador, mas que demanda cuidado sobre a narrativa, a qual se encontra,

⁷ Apesar de Guarinello (2010) esclarecer que o arcabouço teórico por ele apresentado tem a pretensão unicamente de analisar as dinâmicas sociais no e do Império Romano, creio que o simples fato de o cristianismo ser fundado e desenvolver-se nesse contexto valida o esforço do presente artigo em explorar sua adaptabilidade ao escopo em questão.

logicamente, em grande consonância com a agenda de seu autor, e não precisamente com uma descrição histórica no sentido moderno e científico.⁸ Mais especificamente, a narrativa sobre a contenda pode ser encontrada nos capítulos 23, 24 e 25 do extenso livro V da obra eusebiana (a qual é constituída por um total de dez livros). Ela se inicia logo após Eusébio fazer um breve levantamento dos bispos que apresenta como mais eminentes à época do governo do imperador Cômodo, tomando como ponto de referência o décimo ano de seu governo (o ano 193, na contagem moderna). Esse é um dado importante, uma vez que o historiador eclesiástico retrata toda a discussão como sendo uma querela entre bispos, sem a participação de qualquer membro de outro ofício ou ministério cristão. De fato, já é de conhecimento da historiografia que os bispos são personagens centrais da narrativa da *História Eclesiástica* (ADLER, 2008, p. 593-595; MOMIGLIANO, 1990, p. 195-203; WINKELMANN, 2003, p. 21). O primeiro dos objetivos que Eusébio impõe ao seu trabalho é narrar “a sucessão dos santos apóstolos”, o que, para ele, seguindo de perto Irineu de Lyon (*Adversus haereses*, III, 1-4), é indistinguível da linha sucessória dos bispos. O caráter fundamental de tal sucessão é expresso pelo autor sobretudo quando coloca os governos dos bispos de Roma e de Alexandria como marcadores temporais e narrativos em conjunto com a mais tradicional cronologia a partir dos governos dos imperadores.

Apesar de os bispos terem desde o início papel central garantido na narrativa da querela, as circunstâncias por trás de tal evento são colocadas de forma um tanto ou quanto obscura. Apesar de, posteriormente, ser destacada pelo texto a postura autoritária de Vítor, bispo de Roma, com relação aos que lhe eram divergentes, em nenhum momento é dito que teria sido ele o incitador do debate. Eusébio, de sua parte, apenas inicia sua narrativa dizendo que “nesta época (193), foi ventilada uma questão certamente não sem importância” (Eusébio, *História Eclesiástica*, V, 23, 1). Nem é de interesse do historiador apontar um bispo em específico como o responsável pela divisão; excetuando raras exceções (como no caso de Paulo de Samósata), os culpados pela divisão dos cristãos com frequência vêm de fora do grupo dos bispos na narrativa eusebiana: Simão Mago (Eus., *Hist. Eccl.*, II, 13), Carpócrates (Eus., *Hist. Eccl.*, IV, 7, 9), Marcião (Eus., *Hist. Eccl.*, IV, 11, 8-9), Montano (Eus., *Hist. Eccl.*, V, 16) e outros são estranhos à sucessão dos bispos.

Após o começo indeterminado da querela, ficamos sabendo, sempre por Eusébio, que toda questão gira em torno de uma possível homogeneização ritual referente à

⁸ Um caso exemplar nesse sentido é a forma como Eusébio lida com as cartas de Inácio de Antioquia: apesar de transcrever fielmente trechos da carta deste último aos romanos, ele evita realçar o tema maior do epistolário inaciano que é a defesa do episcopado frente aos ataques de seus adversários (BRENT, 2009; TREBILCO, 2004, p. 684-711), talvez porque os questionamentos feitos aos bispos defendidos não partissem de “hereges”, mas sim dos próprios fiéis. Acerca do uso de fontes por parte de Eusébio, cf. Carriker (2003, p. 38-74).

celebração da Páscoa. Basicamente, enquanto a maioria dos bispos presentes em Roma, na Gália, na Osroena, no Ponto e na Palestina seriam favoráveis ao estabelecimento de um cálculo que permitisse à Páscoa sempre ser festejada em um domingo (o dia de culto cristão por excelência),⁹ aqueles presentes na província da Ásia resistiam em abandonar o costume judaico de observância estrita do dia 14 do mês Nisan. A insatisfação dos últimos é expressa por uma carta circular de seu porta-voz, o bispo Polícrates de Éfeso, que realça a presença, conforme a tradição local, dos apóstolos João e Filipe na região,¹⁰ assim como de outras figuras largamente reconhecidas, como Policarpo de Esmirna e Melitão de Sardes. A resposta de Vítor de Roma é fulminante e, ao mesmo tempo, retratada por Eusébio como extremada e digna de uma exortação em tom de advertência de Irineu de Lyon: colocar os bispos da Ásia como excluídos da “comunhão” (ἡ κοινή) das igrejas cristãs.

No entanto, pode ser perguntado: que comunhão? Que igrejas? Não trataremos aqui das concepções teológicas envolvidas; elas eram múltiplas e variadas ao final do século II e certamente não eram exatamente as mesmas do próprio Eusébio. No sentido das relações sociais, a comunhão parece expressamente fundamentada na conectividade, tanto à distância quanto regionalmente. Se nos firmos pela narrativa de Eusébio (e, como se sabe, ele nem sempre é confiável), o debate ocorre por uma intensa troca de cartas, o que, no nível do Mediterrâneo, envolveria dispêndios materiais consideráveis. Também ocorrem reuniões de bispos nas províncias em que se encontram: tudo é narrado de modo que o cristianismo (aquele considerado ortodoxo pelo autor, é claro) da Palestina, da Ásia, da Gália etc. se mostre coeso na voz de seus respectivos líderes. Nesse sentido, a comunhão, tanto para os bispos envolvidos na questão quanto para Eusébio (embora talvez de forma mais marcante para os primeiros) parece estar baseada no reconhecimento mútuo da legitimidade de sua inserção e de suas comunidades em uma rede de conectividade transmediterrânea emoldurada por uma identidade comum. De modo similar ao que ocorria entre as colônias gregas, na visão de Irad Malkin (e apenas similar, devido à distância das experiências históricas e das dinâmicas sociais envolvidas), essa concepção de identidade em ascensão entre os bispos não estaria fundamentada no espaço ou na etnicidade, mas na própria conectividade entre os bispos e aqueles por eles representados.¹¹ Somente na condição de parte dessa rede e com um bispo como porta-voz, uma comunidade cristã poderia ser considerada como igreja em comunhão com as demais.

Mas, e quanto aos cristãos de Alexandria?

⁹ A respeito do domingo como dia de reunião no cristianismo antigo, cf. Alikin (2010, p. 40-49).

¹⁰ Sobre a celebração da Páscoa no 14 Nisan pelos cristãos da Ásia e os argumentos de origem apostólica da prática, cf. Rouwhorst (2004, p. 63-85) e Stewart-Sykes (1998).

¹¹ Cf. Malkin (2011, p. 3-64). A respeito das concepções de espaço (ou sua falta) na construção da identidade entre os cristãos antigos, cf. Lieu (2004, p. 211-238).

Fronteiras do cristianismo alexandrino

Como dito anteriormente, Alexandria é fundamental na *História Eclesiástica*. Os livros VI e VII têm quase que unicamente essa cidade como pano de fundo para a ação de personagens caros a Eusébio, sobretudo Orígenes e seu discípulo e bispo, Dionísio. São, no entanto, figuras ativas já no século III e não no período da querela em torno da Páscoa. Os únicos cristãos residentes em Alexandria à época do debate que são realçados são Panteno e Clemente. No entanto, o historiador narra uma origem muito mais antiga para o cristianismo alexandrino. No capítulo 16 do livro II, ninguém menos que o evangelista Marcos é apresentado como o missionário responsável pela difusão da fé não apenas em Alexandria, como também em todo o Egito. No capítulo 24 do mesmo livro, Marcos é sucedido, “no oitavo ano do reinado de Nero”, por um certo Aniano à frente da igreja presente na cidade. Esse evento dá início a uma sucessão episcopal que, como já visto, serve como um dos três marcadores cronológico-narrativos a guiar toda a obra, em conjunto com a sucessão dos imperadores e dos bispos de Roma.

O destaque dado por Eusébio a Alexandria carrega um caráter em parte pessoal. Como era discípulo de Pânfilo – sendo este último partidário de Orígenes –, sua proximidade com as tradições cristãs advindas dessa cidade explica parcialmente suas preferências por ela na construção da narrativa. Deve ser ponderado, entretanto, que, à época de Eusébio, a igreja de Alexandria de fato exercia uma influência preponderante sobre as comunidades cristãs não apenas no Egito, mas também na Palestina e em boa parte do Mediterrâneo Oriental, sobretudo como consequência direta da atividade de Orígenes e Dionísio. No Concílio de Niceia, de 325, ao qual o historiador compareceu, o destaque da igreja de Alexandria viria a ser oficializado, sendo ela posta hierarquicamente em uma posição de honra apenas atrás de Roma.¹² Não seria impreciso, portanto, considerar a centralidade do cristianismo alexandrino na narrativa da *História Eclesiástica* como um reflexo (consciente?) da posição destacada da igreja de Alexandria e de seu bispo à época da escrita da obra.

Mesmo que Eusébio se esforce por reservar aos bispos alexandrinos um lugar privilegiado em sua história, ainda assim nenhum deles é apresentado como tomando parte no debate em torno da data da Páscoa. Os nomes realçados são outros, alguns já citados anteriormente: Polícrates de Éfeso, Vítor de Roma, Irineu de Lyon, Narciso de Jerusalém, entre outros. Isso não significa que Alexandria esteja completamente fora do debate para Eusébio. Pelo contrário, como se estivesse incomodado com o silêncio do

¹² Acerca do Concílio de Niceia e dos embates políticos eclesiásticos envolvidos, cf. Hanson, (2005, p. 152-178).

bispo alexandrino à época (o qual afirma ser Demétrio no capítulo 22, o mesmo que irá entrar em atrito com Orígenes em VI, 8, 4-5), o autor conclui o relato com a transcrição do fragmento de uma carta circular da parte dos bispos da Palestina:

Procurem enviar, em todas as direções na região próxima de vocês, cópias de nossas cartas, de modo que não estejamos ligados [μὴ ἔνοχοι ὥμεν] àqueles que facilmente fazem desandar suas próprias almas. Fazemos saber a vocês que em Alexandria também celebram [a Páscoa] no mesmo dia, da mesma maneira que nós. Pois cartas foram enviadas por nós a eles e deles para nós [παρὸ ἡμῶν γὰρ τὰ γράμματα κομίζεται αὐτοῖς καὶ ἡμῖν παρὸ αὐτῶν], a fim de ser harmonioso e comum entre nós observar o dia sagrado (Eus., *Hist. Eccl.*, V, 25).

Antes de tudo, é necessário afirmar que, ainda que Eusébio apresente uma narrativa consideravelmente enviesada e destinada a reafirmar seus próprios pontos de vista, as transcrições que faz de fragmentos e por vezes de documentos inteiros são consideravelmente confiáveis.¹³ Isso pode ser atestado pela comparação entre os fragmentos de *Contra as Heresias*, de Irineu de Lyon, que são citados por ele e os originais conservados por tradição manuscrita independente. Do mesmo modo, a carta de Inácio de Antioquia a cristãos de Roma e o relato *Martírio de Policarpo de Esmirna* sobrevivem em manuscritos e são transcritos por Eusébio de modo fiel.

Se o historiador é confiável na transmissão de fragmentos das cartas sobre a questão da Páscoa, encontramo-nos diante de um fato incontornável: Demétrio não fala pelos cristãos alexandrinos, mas os bispos da Palestina o fazem. A legitimidade da informação é fundamentada pelos autores na conectividade existente entre os fiéis de ambas as regiões: cartas costumam ser trocadas aparentemente com frequência, a ponto de os bispos palestinos se afirmarem bem-informados de quais são as práticas rituais cristãs alexandrinas (obviamente, as mesmas que as dele). Consequentemente, os cristãos alexandrinos parecem não ter espaço no debate. Por que o bispo de uma igreja tão importante quanto Alexandria não participa da querela? A hipótese que apresento aqui é de que as fronteiras sociais internas às comunidades cristãs de Alexandria diferiam daquelas existentes nas igrejas envolvidas na querela da Páscoa, e que esse fato foi usado pelos bispos da Palestina para, ao mesmo tempo, excluir os alexandrinos do debate e subordinar o posicionamento deles ao seu próprio, lançando mão da intensa conectividade entre as duas regiões para sustentar sua tática.

¹³ Alguns documentos (como a carta acerca das perseguições na Gália no século II) e fragmentos de obras (como *Memórias*, de Hegésipo, e *Exegese dos Oráculos do Senhor*, de Papias de Hierápolis) sobrevivem unicamente devido à transcrição por Eusébio no texto da *História Eclesiástica*.

De fato, a própria historicidade do episcopado de Demétrio à época da querela é questionável. Certo é que houve um bispo de Alexandria de nome Demétrio, mas sua atividade só é documentada de forma mais sólida à época de Orígenes, já nas primeiras décadas do século III. Somente Eusébio serve de base para um episcopado de Demétrio ainda no século II, mas seu testemunho é ele mesmo questionável, como o é também toda sua lista de sucessão de bispos em Alexandria nos dois primeiros séculos. Diferentemente da sucessão episcopal em Roma, que é verificável em outra (parca) documentação (p. ex., Irineu, *Adversus Haereses*, III, 3, 3), a lista de bispos alexandrinos eusebiana parece estar inteiramente fundamentada na listagem feita por Júlio Africano em sua *Cronografia* (embora o historiador nunca o diga explicitamente), ele mesmo um autor do século III, já sob influência da atividade de Orígenes e Dionísio.¹⁴

Os questionamentos sobre o retrato costurado por Eusébio dos primeiros dois séculos do cristianismo em Alexandria não são novidade na literatura acadêmica. Já no começo do século XX, Walter Bauer fazia uma leitura altamente crítica de sua narrativa. Apontando que, desconsiderando a lista de bispos retirada de Júlio Africano, o que resta na documentação é um grande silêncio acerca da presença de um cristianismo “ortodoxo” em Alexandria no período de que tratamos, Bauer lança sua tese de que tal silêncio se deveria ao fato de o primeiro cristianismo a alcançar o Egito ser essencialmente gnóstico, isto é, uma variante denunciada por autores como Irineu e Hipólito de Roma como herética. Sua teoria faz parte de um argumento mais geral em defesa da precedência cronológica de cristianismos considerados heterodoxos pela Igreja posterior em relação à ortodoxia nascente (BAUER, 2009, p. 73-88).

A tese de Bauer conta já com quase cem anos de sua publicação e, pelo menos desde o fim do século XX, já foi alvo de diversas críticas. A principal delas vem da constatação de alguns estudiosos (PEARSON, 2004, p. 14; CHOAT *et all*, 2014, p. 190) de que uma leitura atenta da documentação cristã do século II apontaria não para uma origem “gnóstica” do cristianismo alexandrino, mas sim de um caráter pesadamente judaico vinculado aos grupos cristãos da Palestina. Esses primeiros cristãos teriam legado documentos muito citados por Clemente e Orígenes, como *O Evangelho segundo os Hebreus* e, com menos certeza, a *Carta de Barnabé*. Nesse sentido, o silêncio reportado por Bauer poderia ser explicado duplamente: 1) Os primeiros cristãos, aparentemente quase todos judeus,¹⁵ estariam tão integrados às sinagogas locais (tanto por sua

¹⁴ O próprio Eusébio se refere a uma comunicação entre Júlio Africano e Orígenes em sua *História Eclesiástica* (VI, 31), a qual versaria acerca da possibilidade da história de Susana, presente no livro bíblico de *Daniel*, ser uma falsificação (CARRIKER, 2003, p. 219-220).

¹⁵ Menção honrosa deve ser feita a um possível grupo de cristãos que teriam legado a Clemente e Orígenes o *Evangelho segundo os Egípcios* (não confundir com o *Evangelho segundo os Egípcios* encontrado em Nag Hammadi), oriundo

própria iniciativa quanto por sua aceitação pelos demais judeus), que não legariam qualquer indício de fronteira identitária com o judaísmo que justificasse sua menção por escritores cristãos posteriores (Eusébio em particular), interessados em realçar tal distinção; 2) Emaranhados como estavam com as comunidades judaicas locais, teriam tido o mesmo fim delas com as consequências desastrosas das revoltas judaicas na Cirenaica, em Alexandria e no Egito, entre 115 e 117, após as quais os dados relativos ao judaísmo local têm um severo declínio (HARKER, 2012, p. 284).¹⁶

A tese de Bauer, no entanto, ainda conta com certa utilidade, na medida em que desafia as informações fornecidas por Eusébio. Um de seus desenvolvimentos é a teoria expressa, dentre outros, por Helmut Koester (2005, p. 248), na qual Alexandria parece contar, nos séculos I e II, com um cristianismo fundamentado em escolas. O que reforça e torna verossímil essa tese são, sobretudo, dois pontos: 1) Pensar um cristianismo alexandrino fundado em escolas constitui um meio termo entre o pensamento de Bauer e o de seus críticos, uma vez que as próprias sinagogas que os primeiros cristãos locais frequentavam (e, talvez em alguns casos, estivessem à frente) podem perfeitamente ser encaradas como ambientes de estudo em torno das Escrituras judaicas e da figura do rabi; 2) Pesa também em favor da tese o fato de a maior parte da documentação cristã comprovadamente alexandrina contemporânea ou anterior à querela da Páscoa girar em torno de mestres (διδάσκαλοι),¹⁷ e não de bispos e presbíteros, como em outras regiões.¹⁸ Basílides, Valentino, Panteno e Clemente eram todos eles mestres cristãos que instituíram suas próprias escolas em Alexandria, como tantos outros filósofos presentes na metrópole egípcia.

Os personagens citados atestam a variedade das escolas cristãs existentes em Alexandria, no século II, e esse ponto se encontra em perfeita consonância com o

aparentemente de um grupo de egípcios nativos não incluídos entre os cidadãos gregos na escala social alexandrina (e, portanto, não contando com uma série de privilégios conferidos a estes), mas que claramente sabiam escrever e se comunicar em grego. No entanto, os poucos fragmentos (sobreviventes por citações sobretudo de Clemente de Alexandria) que nos restam dessa obra – quase toda perdida – apontam para um grupo severamente ascético (talvez já prenunciando o ascetismo egípcio de séculos posteriores), o qual não conseguia se reproduzir naturalmente e que, aparentemente, não manteve uma dinâmica de proselitismo suficiente para alcançar o fim do século II. (cf. Clemente de Alexandria, *Stromateis*, III, 63; III, 93).

¹⁶ Há que se notar, porém, que esse desaparecimento não foi completo. Orígenes mesmo serve de prova, devido à quantidade de vezes, ainda em seu período em Alexandria, em que se refere a um mestre cristão a quem chama simplesmente de "O Hebreu", o qual estaria entre as principais influências sobre sua técnica exegética das Escrituras judaicas e cristãs (cf. HEINE, 2010, p. 56-57).

¹⁷ Aqui excluo documentos que, apesar de ser considerados como de origem alexandrina por muitos estudiosos, ainda assim não demonstram vínculo explícito ou minimamente concreto com Alexandria. Dentre esses documentos se encontram a *Carta de Barnabé* e *2 Clemente*, usados por Koester (2005, p. 239), por exemplo, em sua narrativa acerca do cristianismo alexandrino.

¹⁸ A única exceção à regra que encontrei, por enquanto, foi Roma, onde a documentação variada trata de bispos e presbíteros, mas também de profetas (*Pastor de Hermas*) e também de escolas de ensino filosófico cristão, como no caso do já citado Justino e de seu discípulo, Taciano.

quadro geral da sociedade alexandrina dos primeiros séculos, repleta de escolas das mais diversas orientações filosóficas (HEINE, 2010, p. 6-25). Essas escolas normalmente funcionavam de forma relativamente informal, embora isso não significasse exatamente uma ausência de currículo. O ambiente geralmente era a própria casa do mestre (HEINE, 2010, p. 49-50), embora haja indícios de que a própria escola de Clemente (e talvez a de Panteno, se ambas não fossem a mesma) contasse com um *scriptorium*,¹⁹ o que sugeriria uma estrutura maior. De qualquer modo, o próprio ambiente social alexandrino oferecia incentivos à aquisição de conhecimento (nesse caso, ἐπιστήμη) e informação. Os filósofos e membros de instituições mantidas pelo imperador, como no caso do museu e sua biblioteca, recebiam uma série de subvenções estatais, dentre elas a isenção de taxas, o que os colocava, na escala social alexandrina, nos estratos mais privilegiados (HEINE, 2010, p. 13-20). Mesmo aqueles que não fossem membros de tais instituições, caso conseguissem reunir um grupo de discípulos oriundos de famílias abastadas, conseguiram encontrar um relativo sucesso financeiro.

Com o pouco que temos documentado, sabemos que Basílides constituiu uma escola para transmitir sua versão da cosmologia cristã, na qual o Cristo seria o enviado de uma deidade superior, absolutamente transcendente e contrário à materialidade, o que parece ser uma clara influência platônica.²⁰ Por mais que tivesse estabelecido uma escola em Alexandria, visando à instrução daqueles que reconhecia como eleitos por Deus (como se dava esse processo de reconhecimento, não se sabe), Basílides não parece ter sido alguém que estivesse sempre fixo em uma mesma localidade. Se tomarmos as escassas notícias que temos de sua parte, estivera na Síria antes de estabelecer sua escola em Alexandria, e lá talvez tenha tido contato com os ensinamentos de Saturnino, outro mestre cristão que desenvolvera seu próprio sistema teológico, cosmológico e mitológico. A escola de Basílides pode perfeitamente ser classificada como o que Christian Jacob (2003, p. 21) considera uma “comunidade textual”, uma vez que sua

¹⁹ Existe um longo debate acerca do relato de Eusébio de que existiria em Alexandria uma *Didaskalía*, uma escola oficial patrocinada pelo bispo local e que teria tido por mestres, em sequência e sucessão, Panteno, Clemente e Orígenes. Embora a aceitação inteira ou parcial da veracidade do relato de Eusébio para o caso do século II já tenha sido predominante entre os estudiosos (OSBORN, 2005, p. 19-23), a tendência mais recente (HEINE, 2010, p. 49) é de colocá-la em xeque por três motivos fundamentais: 1) Embora Clemente indique ter sido discípulo de Panteno (Clem., *Strom.*, I, 11, 2), ele nunca diz ter sido seu sucessor na direção de uma mesma escola e tal sucessão não era uma necessidade (um discípulo poderia simplesmente abrir sua própria escola ao invés de suceder a seu mestre); 2) Mesmo que mencione bispos e presbíteros em sua obra (cf., p. ex., Clem., *Pedagogo*, III, 12), ele nunca dá qualquer indício de estar encarregado por algum bispo de comandar a escola à qual estaria à frente; 3) Embora demonstre conhecer conceitos de Clemente e mesmo nomear algumas obras suas do mesmo modo que ele, Orígenes nunca sequer menciona seu nome no que temos de sua obra, muito menos o indica como seu mestre ou antecessor à frente de sua escola em Alexandria; “O Hebreu”, mencionado anteriormente, aparenta ter tido um peso muito mais direto sobre a sua formação (Orig., *Tratado sobre os Princípios*, I, 3, 4; IV, 3, 14).

²⁰ Para um levantamento crítico e bem fundamentado das doutrinas de Basílides, cf. Pearson (2008).

prática de ensino estava fundamentada na aquisição de uma reta leitura das Escrituras Sagradas judaicas e, talvez, cristãs, se aquele que era conhecido por Orígenes (*Homilias sobre o Evangelho de Lucas*, 1, 2) como *Evangelho segundo Basílides* puder ser considerada uma combinação de vários evangelhos (ao invés de um novo, como afirma Orígenes), como era o caso do *Diatessaron* de Taciano, o Assírio. O caráter “textual” da escola de Basílides também é expresso pelos vários volumes de *Comentários* às escrituras que compôs e que, infelizmente, sobrevivem apenas em alguns parcós fragmentos.

Valentino segue também por uma via similar. No entanto, a descoberta do *Evangelho da Verdade* e do *Discurso verdadeiro* (obras talvez do próprio mestre) em Nag Hammadi, em 1945, nos apresenta uma das mais profundas e originais teologias dos primeiros séculos do cristianismo, com uma conjugação de especulação teológica com exegese bíblica e considerações éticas inspiradas em autores não-cristãos.²¹ Valentino, do que nos é informado por autores eclesiásticos entre os séculos II e IV,²² primeiro teria aberto uma escola própria em Alexandria (talvez após ter travado conhecimento das doutrinas de Basílides, ou mesmo talvez tendo sido seu discípulo) e, após certo tempo, teria se mudado para Roma, onde também viria a abrir uma escola. Semelhante ao caso de Basílides, suas escolas eram voltadas para o ensinamento de um conhecimento especial e elevado acerca das realidades celestiais e da reta leitura das Escrituras Sagradas judaicas e cristãs, e o público-alvo seriam aqueles e aquelas identificados pelo mestre como “espirituais” (πνευματικοί). Esses últimos constituiriam um grupo distinto, por predestinação, dos “psíquicos” (ψυχικοί), isto é, os demais cristãos não frequentadores de sua escola, mas que também poderiam contar com uma salvação no pós-morte, ainda que não do mesmo nível dos “espirituais”. O objetivo da escola era fazer com que esses predestinados alcançassem um conhecimento perfeito do Pai revelado por Cristo.

Já Clemente, de sua parte, reúne, em sua obra geral, coletâneas de pensamentos e tradições oriundos de diversos líderes e autores cristãos e não-cristãos, visando a aplicações éticas práticas para o cotidiano do fiel.²³ No entanto, em sua própria obra (a mais vasta a que se tem acesso quando se fala em mestres cristãos alexandrinos, ou residentes em Alexandria, no século II), Clemente deixa entrever que sua escola

²¹ Acerca da escola de Valentino, cf. Dunderberg (2008). Para as influências clássicas e neotestamentárias por trás da obra valentiniana, ver Tite (2009).

²² Irineu de Lyon (*Adv. Haer.*, III, 4, 3) aponta o deslocamento de Valentino para Roma no período em que Higino seria o bispo local (ou um dos bispos locais), mas não indica sua procedência. Uma origem no Delta do Nilo e uma atividade em Alexandria prévia à partida para Roma são atribuídas ao mestre por Epifânio de Salamina em *Panarion* (31, 2), mas em uma obra já tardia, do fim do século IV. Nota-se, contudo, a conexão considerável entre o pensamento de Valentino e o que se encontra nas obras de Clemente de Alexandria (HEINE, 2010, p. 53-54).

²³ Para uma apresentação sintética da obra e do pensamento de Clemente de Alexandria, cf. Moreschini (2008, p. 108-137).

possuía um programa muito delineado de formação. Se, por um lado (e diversamente de Basílides e Valentino), abria as portas da sua escola para oferecer formação básica cristã, a qual se encontra refletida em sua obra *Pedagogo*, por outro também oferecia um ensino especial para os que fossem capazes de receber o “conhecimento” (*γνῶσις*) e se tornar um “conhecedor” (*γνωστικός*), o qual se destacaria não apenas por seu vasto conhecimento não apenas das Escrituras Sagradas como também do patrimônio cultural e filosófico helênico, como também por sua postura moral irrepreensível, adquirida de tal conhecimento. Essa formação especial encontra-se na obra *Stromateis* (“Miscelâneas” ou “Tapeçarias”), na qual alguns autores veem um programa de formação de novos mestres cristãos, ou pelo menos de pessoas perfeitamente aptas a exercer liderança entre os seguidores de Cristo (OSBORN, 2005, p. 14-15).

Ainda que considerando a variedade dos mestres referidos, nota-se neles um traço comum: todos fundamentam sua doutrina e, consequentemente, a autoridade de suas obras na posse de um “conhecimento” (*γνῶσις*) que não é alcançável a qualquer um. Esse conhecimento parece ser o fundamento de uma fronteira social interna às comunidades cristãs de Alexandria, dividindo os cristãos locais entre aqueles que o possuíam e os que não o possuíam. A variedade existente entre os conhecimentos específicos não importa tanto para a presente análise quanto o seu uso retórico para legitimar uma diferenciação social de ordem hierárquica entre mestres e discípulos. Em tese, essa poderia ser uma fronteira maleável e sujeita a alterações: bastaria ao discípulo acessar e tomar posse do “conhecimento” para se equivaler ao mestre (como se nota nos casos em que ocorre uma sucessão na escola, como Isidoro que sucede o pai Basílides, e, como é possível, Clemente que sucede Panteno). No entanto, seu caráter oculto, realçado com frequência especialmente na documentação de origem gnóstica, indica que o mestre poderia utilizar sua retenção e revelação aos poucos – e para poucos – como ferramenta de controle social. Embora seja de um período um pouco posterior ao trabalhado aqui analisado, Orígenes, mestre cristão na Alexandria do começo do século III, é o personagem que talvez melhor expresse do que se trata essa fronteira. Em uma obra de peso intitulada *Tratado sobre os Princípios*, escrita ainda em sua permanência em Alexandria, antes de mudar-se para Cesareia, o mestre dedica uma famosa parte ao método alegórico (também chamado por ele de “espiritual”) para ler sobretudo os trechos mais difíceis (ou, poderíamos dizer, mais escandalosos) das Escrituras Sagradas. Para justificar seu método, não facilmente aceito por muitos cristãos e bispos em particular, o mestre critica os que se prendem apenas à leitura literal do texto sacro:

Certamente os mais simples daqueles que se orgulham de serem parte da Igreja são da opinião de que não há outro deus superior ao Criador, e assim eles mantêm uma opinião sã e correta; e, no entanto, eles aceitam visões a respeito

dele que não teriam a respeito dos homens mais injustos e cruéis (Orígenes, *De Principiis*, IV, 2, 1).

Por que esses cristãos detinham leituras tão errôneas a respeito da divindade, mesmo sendo parte da Igreja? A resposta de Orígenes vem de uma interpretação que ele mesmo faz do trecho do *Evangelho segundo Mateus* (23, 2) em que Jesus defende a obediência aos escribas e aos fariseus por “estarem sentados na cadeira de Moisés”. De tal modo, o mestre alexandrino defende que Cristo estava conferindo uma posição especial para aqueles que, seja entre os judeus ou entre os cristãos, detinham o que ele chama de “chave do conhecimento” (Orig., *Per. Arch.*, IV, 2, 3), responsável por conceder direito e autoridade para versar acerca das Escrituras Sagradas e, a partir delas, das realidades celestiais e divinas. Se algum bispo não a detivesse, deveria ele mesmo recorrer a quem a portasse para adquirir o conhecimento que ainda não possuía.

Choque de fronteiras

Por mais que os mestres cristãos de Alexandria resguardassem para si a posse da γνώσις e com isso reunissem discípulos em torno de si, isso não parece ter sido o suficiente para garantir-lhes voz própria no debate da Páscoa. Certamente, não lhes faltava inserção na rede de conectividade realçada no início do artigo: se não possuímos cartas escritas de sua parte, sabemos de sua mobilidade. Vimos que é possível que Basílides tenha estado em diálogo com outro mestre gnóstico, Saturnino, na Síria (PEARSON, 2008, p. 3), e também que, após consolidar sua escola em Alexandria, Valentino teria partido para Roma em busca do sucesso também na capital do Império (Irin., *Adv. Haer.*, III, 4, 3). Panteno, mestre de Clemente, poderia ter alcançado a Índia, se nos fíarmos ao relato de Eusébio (*Hist. Eccl.*, V, 10, 2). O próprio Clemente havia percorrido um longo caminho até se estabelecer na metrópole do Egito e ainda haveria de rumar justamente para a Palestina e a Capadócia (Eus., *Hist. Eccl.*, V, 11). Não é improvável, portanto, que mantivessem contato com cristãos da Palestina, conforme afirmavam os bispos dessa região, mesmo que as tais cartas referidas não sejam acessíveis à pesquisa.

A fronteira fundamentada na γνώσις que diferia os mestres socialmente de seus discípulos, no entanto, não fazia deles bispos de suas comunidades; e tudo indica que não procuravam sê-lo. Se aceitarmos a informação de Tertuliano (*Adversus valentinianos*, 4, 1-2), Valentino tentará assumir o episcopado, mas não em Alexandria, onde teria mais chances de consolidar-se como tal, e, sim, em Roma, onde não reunia as mesmas condições para tanto. Ocorre, porém, que o debate acerca da Páscoa parece ter sido de fato (e não

apenas na narrativa de Eusébio) monopolizado por bispos, líderes de comunidades nas quais a organização das fronteiras sociais garantia-lhes a prerrogativa de inserção na rede de conectividade comum como representantes e pastores de suas comunidades. Excluindo qualquer outra forma de representação na querela, os bispos, ainda que em conflito, paradoxalmente reforçavam a autoridade e a posição de seus adversários frente às suas próprias comunidades. Em outras palavras, em debate de bispos, meros mestres de escola não deveriam tomar parte, a menos que representados pelos bispos com os quais estavam mais conectados e dos quais eram, portanto, mais próximos.

Tudo indica ser esse o caso entre os bispos da Palestina e os mestres cristãos de Alexandria, fundamentado em uma conectividade estrutural entre as duas regiões. Desse modo, os bispos reforçavam o que Foucault (1971, p. 41-42) chama de uma “sociedade do discurso”, isto é, um conjunto de pessoas (bispos) que se apropriam, como grupo, de uma forma de discurso e/ou comunicação (troca de cartas enquanto representantes de suas igrejas). A “sociedade do discurso” no presente caso – a qual podemos dar o nome técnico de *communio*, uma vez que o conceito também é usado por bispos latinos como Cipriano de Cartago, sobretudo em sua *Epístola 55* –, desse modo, vai se constituindo ela mesma em uma fronteira social no interior das comunidades cristãs, uma vez que servia não apenas à manutenção da conectividade entre essas comunidades, mas também à distinção social daqueles que detinham o acesso a ela. Esse acesso se faria tanto mais importante na medida em que vai sendo usada não apenas para normatizar ritos litúrgicos, mas também para traçar estratégias comuns frente a dissensões internas e perseguições externas e mesmo (talvez, sobretudo) para circular recursos regional e extraregionalmente, conforme demonstrou Marie-Françoise Baslez (2016) em estudo relativamente recente.

Ora, a existência da *communio*, tanto como rede de conectividade intensa quanto como fronteira social ela mesma, não anulava a preponderância dos mestres alexandrinos frente a seus discípulos. Se assim o fosse, o sucesso do mais prolífico de seus mestres, Orígenes, em período posterior à querela pascal, não poderia ser explicado. Afinal, esses mestres continuavam na posse do “conhecimento” que garantia suas prerrogativas hierárquicas. Paradoxalmente, contudo, a mesma fronteira que os realçava frente aos demais em sua localidade era motivo para a exclusão ou subordinação de sua fala em uma querela extra local como a da Páscoa.

Conclusão

Retornando aos pressupostos apresentados por Guarinello (2010), não é de surpreender que, no contexto do Império Romano, a mesma conectividade que facilitava

a integração entre cristãos de diferentes regiões também fosse usada como premissa para a subordinação de uns a outros ao nível do Mediterrâneo, assim como para a expropriação do direito a fala dos subordinados com base na disparidade de organização das fronteiras sociais. Pode-se dizer, de certa forma, que algo muito semelhante ocorria na relação entre o imperador e as elites locais das províncias, a mesma ambiguidade da ação imperial que ao mesmo tempo realça e subordina, a seu favor, a atividade das lideranças tradicionais.

Tudo isso não quer dizer que os subordinados haveriam de permanecer na mesma posição perpetuamente. Se Demétrio não pode ser atestado como bispo de Alexandria em 193, certamente o pôde nas primeiras décadas do século III. Talvez houvesse enxergado, de alguma forma, o espaço de oportunidade que a ausência de um bispo alexandrino no debate da Páscoa lhe oferecia. Os cristãos de Alexandria necessitavam ter voz própria. Para tanto, a comunhão extralocal fundamentada na conectividade entre bispos fazia cada dia mais necessário que houvesse um bispo na metrópole egípcia. Significativamente, após Demétrio, os dois próximos bispos de Alexandria, Héraclas e Dionísio respectivamente, virão do ambiente escolar, mestres como eram da escola fundada por Orígenes e dele discípulos. Futuros estudos responderão se uma possível sobreposição de fronteiras entre bispos-mestres e fiéis-discípulos teria sido um dos fatores por trás da ascensão do cristianismo alexandrino que influenciou a formação do próprio Eusébio de Cesareia.

Referências

Documentação textual

- BÍBLIA. *Novo Testamento: Apóstolos. Epístolas. Apocalipse.* Traduzido do grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 2.
- CIPRIANO DE CARTAGO. *Obras completas II.* Tradução de Luciano Bastos. São Paulo: Paulus, 2020.
- CLEMENTE DE ALEXANDRIA. *Le pédagogue.* Traduit par Marguerite Harl. Paris: Éditions du Cerf, 1965.
- CLEMENTE DE ALEXANDRIA. *Les Stromates.* Traduit par Alan Le Boulluec. Paris: Éditions du Cerf, 1981.
- COPTIC GNOSTIC LIBRARY: a complete edition of the Nag Hammadi Codices. Edited by James Robinson. Leiden: Brill, 2000. v. 1.
- EUSEBIO DE CESAREIA. *Histoire Ecclésiastique II.* Traduit par Gustave Bardy. Paris: Éditions du Cerf, 1955.

- IRINEU DE LYON. *Contra as Heresias*. Tradução de Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995.
- JUSTINO DE ROMA. *I e II Apologias, Diálogo com Trifão*. São Paulo: Paulus, 1995.
- ORÍGENES. *Homélies sur S. Luc*. Paris: Éditions du Cerf, 2011.
- ORIGENES. *Tratado sobre os princípios*. São Paulo: Paulus, 2012.
- TERTULIANUS. *Against Valentinians*. New York: Cosimo Classics, 2007. 3 v.

Obras de apoio

- ADLER, W. Early Christian historians and historiography. In: HARVEY, S. A.; HUNTER, D. G. (ed.). *The Oxford Handbook of Early Christian Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- ALIKIN, V. A. *The Earliest History of Christian gathering*: origin, development and content of the Christian gathering in the first to third centuries. Leiden: Brill, 2010.
- ATTRIDGE, H. W.; MACRAE, G. W. The Gospel of Truth. In: ATTRIDGE, H. W. (ed.). *Nag Hammadi Codex I (The Jung Codex)*: notes. Leiden: Brill, 1985.
- BASLEZ, M.-F. *Les premiers bâtisseurs de l'Église*: correspondances épiscopales, Iie-IIIe siècles. Paris: Fayard, 2016.
- BAUER, W. *Orthodoxie et hérésie aux débuts du christianisme*. Paris: Éditions du Cerf, 2009.
- BRENT, A. *Ignatius of Antioch*: a martyr bishop and the origin of episcopacy. London; New York: T & T Clark, 2009.
- BURTCHAELL, J. T. *From synagogue to church*: public services and offices in the earliest Christian communities. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CARRIKER, A. J. *The library of Eusebius of Caesarea*. Leiden: Brill, 2003.
- CHOAT, M. et all. The world of the Nile. In: TABBERNEE, W. (ed.). *Early Christianity in contexts*: an exploration across cultures and continents. Grand Rapids: Baker Academic, 2014.
- DESTRO, A.; PESCE, M. *Formas culturais do cristianismo nascente*. Aparecida: Santuário, 2010.
- DUNDERBERG, I. The school of Valentinus. In: MARJANEN, A.; LUOMANEN, P. (ed.). *A Companion to second century Christian "heretics"*. Leiden: Brill, 2008.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, p. 113-127.
- HANSON, R. P. C. *The search for the Christian doctrine of God*: the Arian controversy, 318-381. Grand Rapids: Baker Academic, 2005.

- HARKER, A. The Jews in Roman Egypt. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 277-287.
- HEINE, R. E. *Origen: scholarship in the service of the Church*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- JACOB, C. Bibliothèque, livre, texte: formes de l'érudition rime. In: PERRONE, L. *Origeniana Octava: Origen and the Alexandrian tradition*. Peeters: Leuven, 2003.
- KOESTER, H. *Introdução ao Novo Testamento: história e literatura do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulus, 2005.
- LIEU, J. *Christian identity in the Jewish and Graeco-Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MALKIN, I. *A small Greek World: networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MCCREADY, W. O. *Ekklesia and voluntary associations*. In: KLOPPENBORG, J. S.; WILSON, S. G. (ed.). *Voluntary associations in the Graeco-Roman World*. London; New York: Routledge, 1996.
- MEEKS, W. A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. Santo André: Academia Cristã; Paulus, 2011.
- MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 1990.
- MORESCHINI, C. *História da filosofia patrística*. São Paulo: Loyola, 2008.
- MURPHY-O'CONNOR, J. Primeira Carta aos Coríntios. In: BROWN, R. E., FITZMYER, J. A.; MURPHY, R. E. (org.). *Novo comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos*. Santo André; São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2011.
- PEARSON, B. A. Basilides the Gnostic. In: MARJANEN, A.; LUOMANEN, P. (ed.). *A Companion to second century Christian "heretics"*. Leiden: Brill, 2008.
- PEARSON, B. A. *Gnosticism and Christianity in Roman and Coptic Egypt*. New York; London: T&T Clark, 2004.
- ROUWHORST, G. Liturgy in the authority of the Apostles. In: HILHORST, A. (ed.). *The Apostolic Age in patristic thought*. Leiden: Brill, 2004.
- SELVATICI, M. Judeus helenistas cristãos e judeus helenistas não cristãos: o problema étnico no livro de *Atos dos Apóstolos*. In: NOGUEIRA, P. A. de S.; FUNARI, P. P. A.; COLLINS, J. J. (ed.). *Identidades fluidas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume, 2010.
- STEWART-SYKES, A. *The lamb's high feast: Melito, Peri Pascha and the Quartodeciman paschal liturgy at Sardis*. Leiden: Brill, 1998.
- TITE, P. L. *Valentinian ethics and paraenetic discourse: determining the social function of moral exhortation in Valentinian Christianity*. Leiden: Brill, 2009.

TREBILCO, P. *The Early Christians in Ephesus from Paul to Ignatius*. Grand Rapids; Cambridge: William B. Eerdmans, 2004.

WINKELMANN, F. Historiography in the age of Constantine. In: MARASCO, G. (ed.). *Greek and Roman historiography in Late Antiquity: fourth to sixth century A.D.* Leiden: Brill, 2003.

Ritos funerários egípcios e as máscaras do Fayum: das profundezas da terra para a vida eterna

Egyptian funeral rites and the Fayum masks: from the depths of Earth to eternal life

Maura Regina Petruski*

Resumo: As tradições funerárias do antigo Egito são intrinsecamente ligadas à crença na vida após a morte e à preservação do corpo para a jornada para o além. Ao longo de milênios, os egípcios desenvolveram elaborados rituais funerários e práticas para honrar os falecidos e assegurar uma transição bem-sucedida para a vida após a morte. Um dos aspectos mais notáveis desses ritos é a arte funerária, que inclui as misteriosas e fascinantes máscaras do Fayum. Estas, descobertas na região do Fayum, revelam uma prática singular de preservação e devoção aos mortos, destacando-se como expressões artísticas e testemunhos culturais únicos que transcendem o tempo. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre esses retratos funerários egípcios e seu contexto de produção. Acreditamos que as máscaras de Fayum revelam as complexidades dos ritos funerários egípcios e representam um importante artefato no mundo do Além. Do ponto de vista dos falecidos, as peças eram pensadas e projetadas na perspectiva de um futuro, abrindo caminho de maneira mais rápida para a outra vida, como uma espécie de passaporte para identificar a alma do indivíduo no trajeto de sua última e mais importante viagem.

Abstract: The funerary traditions of ancient Egypt are intrinsically linked to the belief in an afterlife and the preservation of the body for the journey beyond. Over millennia, the Egyptians developed elaborate funeral rituals and practices to honor the deceased and ensure a successful transition to the afterlife. One of the most notable aspects of these rites is funerary art, which includes the mysterious and fascinating Fayum masks. Discovered in the Fayum region, these masks reveal a unique practice of preservation and devotion to the dead, standing out as artistic expressions and cultural testimonies that transcend time. This article aims to present an analysis of these Egyptian funerary portraits and their production context. We believe that the Fayum masks unveil the complexities of Egyptian funerary rites and represent a significant artifact in the realm of the afterlife. From the perspective of the deceased, these pieces were conceived and designed with an eye toward the future, facilitating a swift journey to the other life—akin to a passport identifying the soul of the individual on the path of their ultimate and most important voyage.

Palavras-chave:

Egito.
Ritos funerários.
Arte mortuária.
Máscaras do Fayum.

Keywords:

Egypt.
Funeral Rites.
Mortuary Art.
Fayum Masks.

Recebido em: 01/08/2023
Aprovado em: 02/10/2023

* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da mesma instituição. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná.

No território que abarcou o Egito antigo, desenvolveu-se uma sociedade que ao longo do tempo foi amplamente estudada, tornando-se campo de observação para diversas disciplinas científicas que buscaram, cada vez mais, conhecer o que aconteceu na terra das pirâmides, partindo de diferentes objetivos e interesses.

Dentre as distintas análises construídas, temos as que se desenvolveram seguindo o campo da ficção (OLIVEIRA 2014; SOUZA NETO, 2019), outras delas centraram-se na visão dos conquistadores, que interpretaram essa sociedade pautando-se por referenciais de seu local de origem (SILIOTTI 2007; EGGLERS 2016), como também encontramos as releituras de narrativas que por muito tempo foram tidas como definitivas, mas que puderam ser revistas a partir do descobrimento de novos vestígios arqueológicos (GRALHA, 2005; FUNARI, 2006).

Mesmo que possamos estar diante de uma grande quantidade de abordagens interpretativas que analisaram essa sociedade ao longo de sua existência, é possível afirmar que seu estudo não se esgotou, haja vista que continua sendo ponto de interesse de pesquisadores não somente brasileiros, mas de estudiosos de diversos países, fazendo com que a expressão “faraônica”, que é aplicada popularmente ao que se refere a coisas grandiosas lhe faça jus.

Embora as investigações tenham avançado e diversificado nos últimos anos, acredita-se que ainda temos muitos elementos que podem ser explorados, dentre eles estão os relacionados aos retratos funerários egípcios, pinturas feitas em finas lâminas de madeira produzidas para serem colocadas sob a face dos corpos mumificados. Um aspecto a salientar relacionado a esses objetos é sua singularidade, a qual está centrada em questões simbólicas específicas muitas vezes não conhecidas por observadores. Assim, por conta da representação que guardam, é que sentimos a necessidade de olhar com mais atenção para essas pinturas, apontando traços e marcas de um período específico da história do Egito antigo que possibilita ser recontado por intermédio dos retratos funerários ao longo dos quatrocentos anos de sua produção que se estenderam entre o século I a.C. e o IV d.C.

Todavia, dada a grande quantidade de imagens que foram produzidas e a impossibilidade de analisá-las em sua totalidade, para o presente estudo selecionou-se as que integram o catálogo de divulgação de uma exposição realizada no Museu Arqueológico Nacional de Madri, intitulada “Retratos de Fayum + Adrian Paci: sin futuro visible”,¹ aberta ao público no período de 1 de junho a 24 de julho de 2011.

Ao todo, foram onze as ilustrações utilizadas na confecção do catálogo para divulgar a exposição (dez femininas e uma masculina), entretanto, como forma de familiarização

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1TSNUofUp0ot>>.

com esse estilo artístico egípcio, serão apresentadas abaixo duas figuras que se inserem no modelo representativo ora analisado, sendo essa a maneira mais rápida encontrada de fazer com que o leitor entre em contato visual com exemplos dos objetos sobre os quais o presente artigo está tratando (Figuras 1).²

Figura 1 - Retrato de mulher, encáustica sob madeira



Fonte: Caravaca Guerrero (2021, p. 32).

As telas que compuseram a exposição mencionada não fazem parte do acervo do referido museu, pois foram obtidas sob a forma de empréstimo, sendo dez do The British Museum de Londres e uma do Museu de Arte de Barcelona.

No que diz respeito à prática de divulgação por intermédio de catálogos, destaca-se a relevância desse suporte como possibilitador de preservação de informações, visto que, mesmo após o encerramento do evento, não se transforma meramente num papel sem função, muito pelo contrário, pois permite que uma história possa ser revisitada e permaneça viva na memória daqueles que a sucederam.

² Para visualizar outros retratos, acessar: <<https://www.flickr.com/groups/1117481@N24/>>.

Quanto à datação das peças que fizeram parte da exposição de Paci, pode-se dizer que não foram confeccionadas num mesmo período, porém, o que elas têm em comum é o local de procedência, ou seja, o território egípcio do Fayum.

Como forma de esclarecimento, explicita-se que o foco de atenção direcionado a esses artefatos da cultura egípcia não foi algo que ocorreu entre pesquisadores e estudiosos numa temporalidade recente, embora esse modelo de pintura egípcia ganhasse proporções de amplitude mundial a partir do ano de 1880, quando o francês William Petrie divulgou que havia encontrado vários exemplares desses acessórios no interior de monumentos ao escavar a região do Fayum. Ademais, foi dessa localidade que saiu a maior fração dos objetos que abarcam o conjunto do que estudiosos das artes classificam como as pinturas de cavalete mais antigas da história (CARAVACA GUERRERO, 2001, p. 32).

Há que se mencionar, também, que as escavações realizadas em solo egípcio atestam que esses utensílios não estiveram presentes somente nos limites da área do Fayum, pois foram encontrados em outras partes do território, embora todos estivessem ligados ao ambiente funerário.

Atualmente, o acesso mais amplo à visualização das imagens dos retratos funerários egípcios ocorre por intermédio de suportes de mídia impressa e também virtual, mas principalmente via catálogos. Assim sendo, pode-se dizer que esses instrumentos de divulgação corroboram para que uma linguagem de comunicação alternativa seja gerada para o leitor, pois nem todas as pessoas têm a possibilidade de visitar os locais onde as peças originais estão salvaguardadas e, obviamente, essa forma de disseminação visual permite alcançar maior número de pessoas que possuem os mais variados interesses.

Dessa maneira, destacam-se a importância e o crescimento do potencial da tecnologia digital como contributo de uma modalidade de linha de acesso e difusão mais dinâmica de informação, gestando acessibilidades inseridas dentro de novos paradigmas que remodelaram a informação na contemporaneidade, o que, dentre outras coisas, libertou muitos estudiosos da necessidade de deslocamento em busca da coleta de materiais de estudo para sua pesquisa, visto que tornou possível que caminhos mais rápidos pudessem ser alcançados.

Foi por intermédio desse canal de disponibilização de informação que a presente análise foi desenvolvida, a qual se propôs a promover uma reflexão das imagens selecionadas para o catálogo da exposição – peças que primeiramente foram projetadas para permanecerem no cenário mortuário, mas que tiveram uma proposta de comunicação que contribuiu (e ainda contribui) sobremaneira para se entender como os egípcios construíram esse segmento de seu substrato cultural relacionado com a vida além-túmulo.

Em relação à perspectiva da imagem como categoria de análise, Paulo Henrique Pagliarelli dos Reis (2019, p. 27) menciona que “[...] apesar dos historiadores deixarem muitas vezes as fontes visuais à margem da própria História, elementos da vida e de processos sociais são evidenciados em diferentes campos do registro visual”. Dessa forma, conforme afirma Meneses (2012, p. 14), as fontes visuais carregam uma historicidade e suas pesquisas abrangem diversos aspectos. Ainda segundo Reis (2019, p. 28), recentemente, observamos estudos que visam a compreender a materialidade das representações visuais, pois a imagem não é algo isolado da sociedade, ela interage com os indivíduos e evidencia determinadas práticas em relação ao material. Tal como afirma Meneses (2012, p. 14), devemos “[...] incluir a materialidade das representações visuais no horizonte dessas preocupações e entender as imagens como coisas que participam das relações sociais e, mais que isso, como práticas materiais”. Dessa forma, a imagem não se resume meramente em “produzir História”, mas também em compreender a sua própria historicidade.

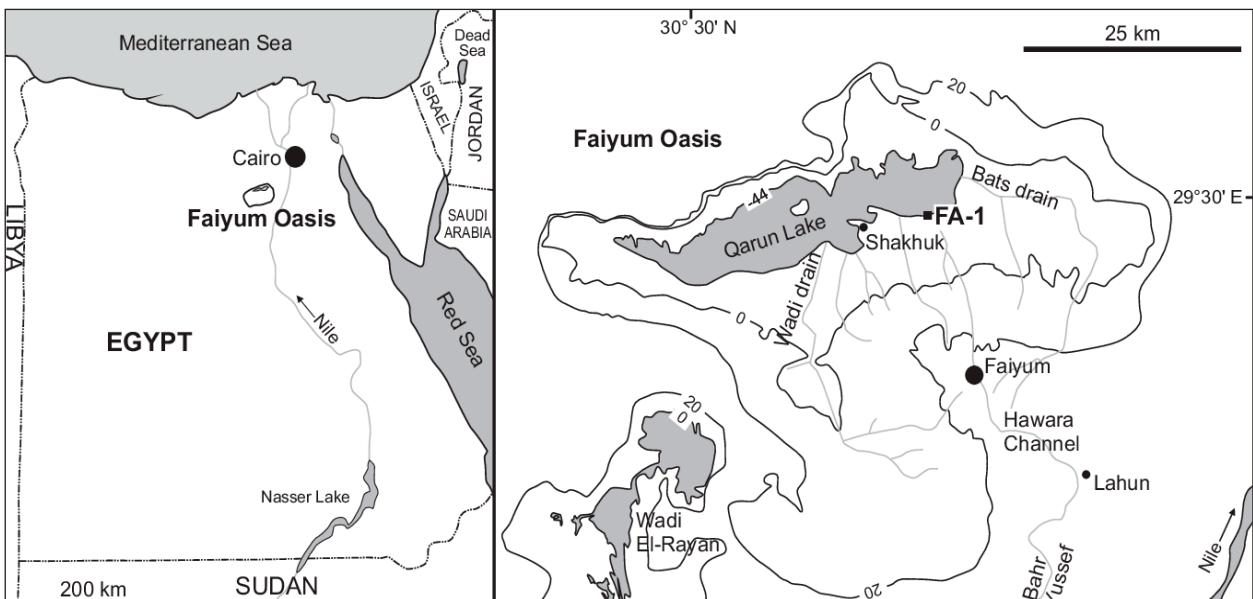
A partir da preocupação apontada acima, defende-se a ideia de que os retratos não devem ser vistos unicamente como artefatos aleatórios, nem somente como um segmento dentro do conjunto da produção artística egípcia, mas, sim, como materializações carregadas de intencionalidade que nem sempre são compreendidas quando deslocadas da conjuntura cultural para a qual foram produzidas.

Antes de adentrarmos na análise específica do objeto de estudo, no entanto, se contextualizará, mesmo que de forma simplificada, o local de procedência da grande maioria das peças que se enquadram no conjunto de obras que ficaram conhecidas historicamente como Retratos do Fayum. Acredita-se fazer necessário apresentar elementos da região do Fayum, uma vez que, como foi dito, esta é a área de maior concentração geográfica que deixou uma marca na história da sociedade egípcia ligada ao nascimento de uma crença que permitiu que a imagem de homens, mulheres e crianças, que viveram na terra dos faraós, se perpetuasse pela crença na vida após a morte.

Achadas no Fayum e ganhando o mundo

Geograficamente, o Fayum situa-se na parte do Médio Egito a uma distância de 100 km ao sudoeste da cidade do Cairo. A região está separada do Rio Nilo por uma faixa de 25 km de deserto e uma cadeia de colinas que chegam ao sul desde a planície de Gizé (Figura 2). Essas terras se estendem de forma aproximadamente triangular na depressão de uns 12.000 km², ocupando aproximadamente 1.700 km² do território egípcio na Antiguidade.

Figura 2 - Mapa com a localização do Fayum



Fonte: Szymanek (2017, p. 40).

A designação do nome “Fayum” vem da derivação da língua copta *Pa-youm*, que quer dizer “o mar” ou “o lago”, relacionando-o a uma área de depressão que, ao longo do tempo, foi alimentada por um afluente do Nilo chamado Bahr Yussuf, que desagua no Lago Birket Quarum (VASQUES, 2015, p. 26). Embora o Fayum tivesse sido indicado por muitos estudiosos, no passado, como integrante da lista dos oásis egípcios, não o foi, em função de que tinha sua alimentação fluida basicamente pelo rio Bahr Yussuf, contrariamente aos demais oásis egípcios, que se mantiveram a partir do aquífero da Núbia.

Quanto às condições climáticas da referida localidade, prevaleceram a tendência à seca e a pouca densidade de chuva, características fundamentais que contribuíram para a preservação dos retratos, livrando-os da destruição que, muitas vezes, o clima impõe a materiais frágeis e sensíveis como esses artefatos.

Os registros arqueológicos revelam que a ocupação do território remonta ao V milênio a.C., embora o impulso desenvolvimentista que lhe deu força e visibilidade ocorreu durante o Reino Médio, na vigência da XII dinastia (1991-1803 a.C.), chegando ao ponto de os soberanos mudarem a residência real de Tebas, criando uma capital próxima à atual Líxto (MOELLER, 2016, p. 249). María Teresa Soria-Trastoy (2020, p. 35) argumenta que essa alteração, ocorrida no âmbito administrativo e territorial, está intimamente ligada à administração da água do Nilo. Talvez seja uma tentativa de prevenir situações de escassez resultantes de inundações insuficientes devido a secas em períodos anteriores. Isso seria feito por meio da construção de uma represa no Bahr Yusuf para regular o fluxo de água na depressão. Após a construção de um sistema de canalização de água, a tecnologia

empregada contribuiu para operacionalizar a constância do fluxo, proporcionando a ampliação da área de cultivo e trazendo prosperidade para a região.

Apesar da intervenção dos faraós dessa dinastia, os quais também foram os responsáveis pela construção de pirâmides e templos mortuários como os localizados em Lahun, Hawara, Shedet, Biahmu e Dja, pode-se dizer que o avanço da área não foi um processo contínuo, pois, nas administrações dos governantes das dinastias seguintes, os investimentos diminuíram proporcionalmente, fazendo com que várias aldeias nele estabelecidas fossem parcial ou totalmente abandonadas, recuperando-se somente anos mais tarde, quando o local se tornou uma vez mais o epicentro de referência, sobretudo durante a administração dos Ptolomeus (305 a.C.-30 a.C.) e, depois, dos romanos (30 a.C.-395 d.C.).

Integrantes dos governos ptolomaico e romano implementaram novos contornos à localidade, não apenas no que se refere a questões políticas, mas, também, a aspectos sociais e culturais, visto que se aproximaram do padrão grego de sociedade. Os membros dos governos ptolomaico e romano introduziram modificações significativas na região, não apenas em termos políticos, mas também em aspectos sociais e culturais. Márcia Severina Vasques (2015, p. 24) ressalta que a presença grega, no Egito, antes da dinastia ptolomaica foi mais sistematicamente registrada no século VII a.C. Durante esse período, testemunhamos a fundação da colônia jônica de Náucratis, localizada no Delta, e a chegada de mercenários gregos para integrar o exército do faraó Psamético I (XXVI dinastia, 664-610 a.C.). Com o estabelecimento do domínio greco-macedônico, observou-se uma considerável migração de gregos para o Egito, provenientes de diversas regiões do mundo grego, abrangendo Grécia continental, Macedônia, Trácia, ilhas do Egeu e cidades gregas da Ásia Menor. A maioria desses migrantes era composta por soldados que recebiam terras, denominadas clerúquias, em troca de serviços militares. Esses indivíduos se concentravam predominantemente na nova capital, Alexandria, assim como nas outras duas cidades localizadas em território egípcio, Naucrátis e Ptolomais, e na região do Fayum.

Importa salientar que as relações entre egípcios e gregos eram bem mais antigas que aquelas mencionadas por Vasques, podendo remontar à Idade do Bronze. Entretanto, de fato, elas se intensificaram ao longo do tempo, ganhando força sobretudo na gestão dos Ptolomeus. Segundo José Sales (2008, p. 24), esse período se caracterizou como um momento paradoxal na história do Egito antigo, uma vez que foi por meio de uma dinastia estrangeira em termos de tradições, língua, religião e cultura o Egito experimentou notável prosperidade econômica, significativo poder político-militar e uma intensa atividade intelectual e artística, consolidando-se definitivamente no cenário e na cultura mediterrânicos.

Apesar do intercâmbio e mescla de padrões culturais supracitados, grande parte dos costumes, crenças e tradições egípcias não foi anulada, continuou prevalente, principalmente os elementos culturais ligados à perspectiva do culto aos mortos e ao processo de enterramento. O que ocorreu foi um caminho inverso, ou seja, muitos dos que foram para o Egito e se fixaram na região do Fayum adotaram padrões dos nativos, sobretudo no que se refere ao pós-morte, fato que pode ser observado na utilização dos retratos funerários encontrados em locais de enterramento tanto ocupados pelos gregos quanto romanos, sendo sobre esses artefatos que trataremos a seguir.

As máscaras funerárias também falam

A vivência individual da morte ao longo do tempo revela diferentes realidades sócio-históricas, as quais, observadas externamente, podem tanto fascinar quanto incomodar. No caso egípcio, os dois indicativos – fascinar e incomodar – estão juntos, exatamente devido à forma pela qual muitos indivíduos construíram seu imaginário para permanecerem na eternidade isolados em sepulturas subterrâneas, tendo seus corpos envoltos em faixas de linho e amiúde portando em cima da face sua imagem retratada sobre lâminas de madeira de finíssima proporção, as quais eram extraídas de duas espécies que compunham a vegetação da região do Fayum, a figueira e o cômoro.

O fino padrão de espessura para a produção das referidas máscaras e a utilização da matéria-prima oriunda dessas árvores prevaleceu praticamente em todos os exemplares encontrados nesse estilo de arte egípcia, os quais seguiram uma linha de classificação dimensional numa perspectiva métrica que se enquadrava entre 12 e 25 cm de largura, por aproximadamente 2 mm de espessura. As metragens distintas para feitio justificavam-se, provavelmente, devido à necessidade de compatibilidade com o formato do rosto da pessoa que a receberia. Cumpre ressaltar que o artefato deveria ficar o mais próximo possível do tamanho original, pois ele seria alocado sobre a face do morto, buscando-se uma perspectiva harmônica com o restante do corpo.

Como permaneceria acoplada sob a face do indivíduo, a fixação das máscaras ocorreria a partir de finas faixas de tecido presas cuidadosamente pelos cantos, podendo-se dizer que se aproximavam de uma espécie de moldura, embora respeitassem o tamanho natural do indivíduo. Alguns exemplares das telas fugiram do formato padrão quadrangular prevalente, recebendo um recorte mais oval na parte superior da madeira, onde ficaria o segmento do cabelo ou da testa. Todavia, é necessário salientar que, proporcionalmente, esse estilo de talhe foi numericamente inferior quando comparado às demais.

Independentemente do modelo do recorte escolhido para eternizar a imagem, as máscaras deveriam ser elaboradas com muito esmero devido ao elevado grau de importância que iriam adquirir no contexto final da vida dos indivíduos que fossem utilizá-las, acrescido ao fato de que estariam visíveis, sobressaindo-se do restante do corpo para que o seu usuário pudesse ser facilmente identificado. Era de praxe que toda a superfície da lâmina fosse pintada, mesmo a que iria permanecer coberta pelas faixas de fixação, perspectiva essa que não interferia na definição do rosto retratado, visto que ele ficaria posicionado num eixo de centralização.

Algo importante a se destacar a respeito das efígies retratadas é a relevância que a face humana ocupava no contexto social, não somente na sociedade egípcia, mas em todas as culturas, uma vez que é por meio dela que ocorre o reconhecimento dos indivíduos uns para com outros, concepção essa que não foi diferente entre os egípcios no tocante à morte. Os egípcios buscavam a identificação daqueles que estavam escondidos atrás das tiras de linho por intermédio do retrato, o qual serviria como garantidor do retorno da vida ao corpo.

Pautado nas evidências materiais, pode-se conjecturar que os primeiros exemplares começaram a ser confeccionados no período de maior migração no território egípcio, fase na qual os artesãos locais adaptaram novas técnicas de pintura, assemelhando-se aos traços e marcas greco-romanos.

A arte funerária egípcia tem chamado a atenção de arqueólogos, historiadores e de pessoas que atuam em outras áreas do conhecimento, posto que permitem desenvolver um diálogo que ultrapassa uma única área de estudo. Essa tipologia de produção artística, que tem como característica específica ser destinada à posteridade e ao repouso na escuridão dos túmulos, somente foi trazida à luz em 1615, pelas mãos do italiano Pietro della Valle, quando, numa das viagens de exploração arqueológica que organizou ao Egito, encontrou algumas peças em sítios do Fayum. A partir de então, um segmento singular de arte, as pinturas funerárias sobre múmias, foram reveladas ao mundo.

As máscaras do Fayum tiveram um destino contrário ao propósito do que se vê nas grandes produções egípcias, visto que não foram projetadas para serem visíveis ou apreciadas por observadores. Do ponto de vista dos falecidos, as peças eram pensadas e projetadas na perspectiva de um futuro, abrindo caminho de maneira mais rápida para a outra vida, como uma espécie de passaporte que serviria para identificar a alma do indivíduo no trajeto de sua última e mais importante viagem. Sua finalidade original foi interrompida, no entanto, a partir do momento em que começaram a ser encontradas abaixo da superfície, fazendo com que a invisibilidade cedesse lugar à visibilidade.

Atualmente, tais máscaras são delicadas e de alto valor patrimonial e, em sua grande maioria, fazem parte de acervos de museus dos vários continentes. Entretanto, é no Museu do Cairo que se concentra a maior quantidade de exemplares salvaguardados. A respeito dessas peças, Soria-Trastoy (2020, p. 35) afirma que muitas delas estão em excelente condição, mas outras, em menor número, deixam à mostra os danos sofridos, não apenas por meio das intempéries do tempo, mas, também, pela manipulação humana inadequada, em razão de que não foram encontradas por pessoas que provavelmente conheciam os cuidados necessários que os artefatos exigiam para não serem danificados, o que inclui colecionadores e antiquaristas.

Considerações finais

Para finalizar este artigo, podemos afirmar que as faces com dois mil anos de história promovem uma comunicação com um sistema de crenças dos egípcios, cujos traços foram construídos dentro da tradição ritualística religiosa funerária, tendo como função não permitir que o destino incerto na vida do Além se efetivasse, em razão de que a transição se daria com a intermediação desse item do equipamento funerário. Ademais, essas figuras se tornaram uma marca inconfundível na arte egípcia, evidenciando a grandeza dessa sociedade no que se refere à representação do mundo espiritual da vida após a morte.

Por meio dessas pequenas lâminas de madeira, nos é permitido visualizar que a magnitude da arte não está centrada somente no tamanho da produção e que, ao mesmo tempo, não está desconectada das relações culturais. Sendo assim, podemos concluir que os retratos funerários ocuparam uma função específica nessa sociedade, que eternizou um modelo artístico que, ainda hoje, nos possibilita conhecermos cada vez mais elementos que fizeram parte da vida dos antigos habitantes da terra das pirâmides.

Referências

Documentação textual

- EZQUERRA DEL BAYO, J. *Exposición de la miniatura-retrato en España*. Catálogo general ilustrado. Madrid: Sociedad Española de Amigos del Arte, 2016.
- AUBERT, M. F.; CORTOPASI, R. *Portraits funéraires de l'Égypte romaine*. Catalogue Musée du Louvre. Paris: Reunión de Musées Nationaux. 1998.

Obras de apoio

- CARAVACA GUERRERO, C. I. Problemática de estudio en el caso de los retratos de El-Fayum. *Antigüedad y cristianismo, Revista de estudios sobre Antigüedad Tardía*, n. 38, p. 17-32, 2021.
- EGGERS, N. de A. Descobrindo o Egito antigo na modernidade: a contribuição do antiquarista Giovani Belzoni (1816-1819). *Revista Heródoto*, v. 1, n. 1, p. 113-132, 2016.
- FUNARI, R. S. *Imagens do Egito antigo*. São Paulo: Annablume, 2006.
- GRALHA, J. C. A cultura material do cotidiano: espaço urbano e moradias no Egito faraônico. In: FUNARI, P. P. A.; FOGOLARI, E. P. (ed.) *Estudos de Arqueologia Histórica*. Erichin: Habitus, 2005, p. 115-132.
- MENESES, U. T. B. de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (ed.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262.
- MOELLER, N. *The Archaeology of urbanism in Ancient Egypt: from the Predynastic Period to the end of the Middle Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- OLIVEIRA, B. As apropriações culturais da rainha Cleópatra VII na contemporaneidade: um estudo a partir do filme *Cleópatra*, de 1963. *Cadernos de Clio*, n. 5, p. 113-132, 2014.
- REIS, P. H. P. dos. *Alcançando a imortalidade*: representações da apoteose de Héracles na cerâmica grega dos séculos VI e IV a.C. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Arqueologia) – Programa de Pós Graduação em Arqueologia, História e Sociedade, Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2019.
- SALES, J. C. *Poder e iconografia no antigo Egito*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- SILIOTTI, A. *Viajantes e exploradores*: a descoberta do Antigo Egito. Barcelona: Folio, 2007.
- SORIA-TRASTOY, M. T. Las estacas de madera de Haraga y la pesca en el-Fayum durante el Reino Médio. *Trabajos de Egiptología, Papers on Ancient Egypt*, n. 11, p. 331-365, 2020.
- SOUZA NETO, J. M. G. de. *Deuses do Egito* (2016): uma narrativa filmica da civilização branca. *Transversos: Revista de História*, n. 16, p. 20-32, 2019.
- SZYMANEK, M. Molluscs and ostracods of the Qarun Lake: preliminary report from FA-1 core in Faiyum Oasis, northern Egypt. *Studia Quaternaria*, v. 34, v. 1, p. 39-45, 2017.
- VASQUES, M. S. *Máscaras funerárias do Egito romano*: crenças funerárias, etnicidade e identidade cultural. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2015.

Resenhas

Reviews

O conhecimento geográfico das camadas sociais não letradas em Atenas e Roma (sécs. V a.C.-II d.C.)

The geographic knowledge of non-literate social strata in Athens and Rome (5th century BCE-2nd century CE)

DUECK, D. *Illiterate Geography in Classical Athens and Rome*. London: Routledge, 2021. 265p.

Guilherme de Aquino Silva*

Recebido em: 22/08/2023
Aprovado em: 12/10/2023

Por muito tempo, os historiadores privilegiaram as fontes textuais em detrimento de outros vestígios legados pelos antepassados, atitude essa que vem sendo rompida nas últimas décadas, sobretudo pela aproximação da História com a Arqueologia, que proporcionou a investigação de novos temas e a inclusão de fontes materiais às pesquisas. À vista disso, o livro *Illiterate Geography in Classical Athens and Rome*, de Daniela Dueck (2021),¹ preenche uma lacuna na historiografia acerca da geografia antiga, pois, além de elencar fontes de natureza não textual, volta o olhar para as camadas sociais iletradas, buscando identificar a maneira pela qual o conhecimento geográfico foi produzido e divulgado entre aqueles que não tiveram o privilégio de estudar.

As fontes textuais antigas que tratam de questões geográficas, decerto, são relevantes para entendermos o modo como os antigos representavam o seu espaço e o do “outro”. Contudo, há que se destacar que as informações transmitidas pelas fontes textuais são provenientes da elite letrada, ou seja, de uma pequena parcela da população, que ocupava cargos ligados à política, ao exército e à educação da época.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHis/Ufes), sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Mestre e graduado em História pela mesma instituição. Bolsista Capes e membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

¹ Professora do Departamento de História Geral da Universidade Bar-Ilan, em Israel. Além da obra que resenhamos, Daniela Dueck publicou outros textos acerca da Geografia antiga, alguns dos quais são indicados nas referências como sugestão de leitura.

Se nos restringirmos aos dados disponibilizados por essas fontes estaremos limitados pelos discursos elaborados pela elite e direcionados somente a esse segmento social ou apenas a pistas distorcidas de outros grupos que elas legaram a nós. No entanto, os tratados geográficos podem nos levar ao erro de acharmos que somente a elite detinha conhecimento a respeito do espaço. A obra alvo desta resenha demonstra que, pelo contrário, as informações de cunho geográfico se espalhavam no âmbito de camadas menos abastadas, que não tinham acesso às obras escritas, seja por não saberem ler, por não terem recursos suficientes para adquirir um exemplar ou, ainda, por não frequentarem as bibliotecas. Desse modo, entende-se que os não letrados também dispunham de certo conhecimento geográfico, sobretudo aqueles que necessitavam de aplicá-los no dia a dia, como os comerciantes que se aventuravam por lugares desconhecidos, os quais, inclusive, forneciam informações aos membros da elite.

Ao lado da tradição geográfica transmitida pelos tratados, havia uma geografia das camadas subalternas, que se disseminava por meios não literários e dizia respeito a assuntos como a topografia, a paisagem local, a localização de lugares, as distâncias, a forma do mundo conhecido, e as regiões e grupos étnicos que viviam nos lugares mais longínquos. Para analisar o conhecimento geográfico que circulava na sociedade grega e romana, Dueck se debruçou sobre um conjunto de discursos produzidos para serem verbalizados em público, e que foram preservados em manuscritos que chegaram à atualidade. Tais pronunciamentos, por terem sido proferidos em praça pública, atingiram indivíduos de diversas categorias sociais. Outro meio de propagação de informações geográficas nas camadas subalternas foram as performances públicas, como os triunfos, nos quais grupos étnicos derrotados por Roma eram expostos pelos generais romanos, proporcionando à população um contato direto com o inimigo vencido, de modo a contemplar sua fisionomia, seus objetos e vestimentas, por vezes até então desconhecidos na capital do Império. Por fim, a autora se vale de um conjunto de fontes iconográficas, como pinturas em vasos, monumentos triunfais, mosaicos, esculturas, relevos e moedas, todos disponíveis à população. Essas figuras representavam lugares e pessoas e eram formas de demonstrar ao público o que poderia ser visto nas diversas regiões do *orbis Terrarum*. Sendo assim, o conhecimento geográfico não era monopólio de apenas um grupo restrito da sociedade, mas difundido por meio de discursos não textuais, como os que acabamos de citar.

No que concerne à estrutura da obra resenhada, ela é dividida em sete capítulos. No primeiro deles, Dueck explica o objeto de sua pesquisa. A autora analisa a geografia produzida no interior dos estratos subalternos das sociedades grega e romana, que se diferenciava em determinados aspectos daquela praticada pelas elites. Enquanto os

membros das elites se preocupavam em explicar fenômenos astronômicos e matemáticos, o conhecimento geográfico dos subalternos se voltava a questões mais práticas, isto é, às ações cotidianas que deveriam ser executadas por comerciantes e militares. Como os iletrados não deixaram registros, Dueck elabora inferências a partir de um conjunto de fontes textuais (discursos orais transmitidos em textos), epigráficas e iconográficas. Dentre outros assuntos, a autora demonstra em que medida os processos de expansão grega e romana foram cruciais para a ampliação dos horizontes geográficos não apenas das elites, como também das camadas subalternas.

O segundo capítulo, denominado *Speeches*, é dedicado aos discursos proferidos à multidão em Atenas e Roma. Dueck parte do pressuposto de que as mais diversas camadas das sociedades ateniense e romana participariam como ouvintes dos discursos públicos pronunciados nas assembleias e nos tribunais. Essas declarações, que chegaram aos dias atuais sob a forma escrita, veicularam um fluxo de informações de cunho geográfico à população em geral. Dueck analisa os discursos atribuídos aos dez oradores áticos: Antifonte, Lísias, Andócides, Isócrates, Iseu, Licurgo, Hipérides, Ésquines, Demóstenes e Dinarco, além do que foi dito publicamente por Tucídides e Cícero. O intuito dessa pesquisa foi extrair das fontes as informações geográficas às quais supostamente a população geral teve acesso e apresentá-las ao leitor por meio de quadros e mapas, além de realizar uma minuciosa análise dos dados. Desse modo, a partir da leitura dos oradores áticos, Dueck conclui que o conhecimento geográfico que os ouvintes poderiam obter dizia respeito a topônimos, mas também continha informações descritivas, como a prática da navegação, a demarcação de fronteiras, os desastres naturais que afetaram determinada região, as relações políticas entre grupos étnicos, as características culturais das populações que viviam no Mediterrâneo e adjacências, entre outros tópicos. No caso dos oradores áticos, a maior parte dos dados se refere à Grécia continental e às ilhas do Egeu, apesar de o entorno também receber atenção em casos como o do discurso de Demóstenes, cujos topônimos citados abrangem uma área maior. Isso leva a crer que os atenienses que viveram entre os séculos V e IV a.C. sabiam muito mais sobre o Mediterrâneo Oriental do que a respeito das regiões ocidentais.

Com o propósito de averiguar os topônimos e demais informações geográficas transmitidas à população ateniense, os discursos registrados por Tucídides também são analisados por Dueck. Uma de suas conclusões é que os discursos abordam as seguintes extremidades: Sicília, a Oeste; Macedônia, Trácia e Cítia, a Norte; Índia, a Leste; e Náucratis, no Egito, a Sul. Dinarco é o único orador que cita a geografia da Índia em

seus discursos, o que demonstra o quanto as campanhas de Alexandre expandiram o conhecimento dos gregos a respeito das regiões do Oriente.

Ainda nesse capítulo, Dueck analisa os discursos políticos e legais de Cícero, que foram falados à população de Roma. Verificam-se muitas menções às regiões da Península Itálica e Sicília, e poucas referências ao Mediterrâneo Oriental, o que evidencia a transformação geopolítica pela qual o mundo mediterrâneo passou entre os séculos IV e I a.C., isto é, a hegemonia romana sobre aquele território. Os pontos extremos mencionados por Cícero lançam luz sobre o fenômeno da ampliação do conhecimento geográfico: Gades, a Oeste; o Lago Meótis, a Norte; a Índia, a Leste; e o Egito, a Sul. Não se pretende afirmar que o conhecimento era profundo, tampouco que as pessoas soubessem criar mapas mentais e compreender conteúdos geográficos mais elaborados, todavia lugares e grupos humanos são mencionados nos discursos e esses dados estavam à disposição das massas, o que permite concluir que os iletrados possuíam noções básicas de geografia.

No terceiro capítulo, cujo título é *Drama*, Daniela Dueck analisa o conteúdo das peças teatrais, que tinham como espectadores pessoas de diversos estratos sociais, incluindo crianças, mulheres, escravos e estrangeiros. O teatro, portanto, era um local propício à divulgação em massa de informações de cunho geográfico. No tocante à tragédia grega, a autora analisa as peças de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes. Segundo Dueck, Ésquilo era membro da elite ateniense e teria participado de batalhas contra os persas, o que lhe proporcionou o conhecimento de lugares distantes. Em suas peças, há detalhes acerca da geografia, como no caso de *Persas*, obra na qual o autor descreve o palácio do rei persa, em Susã. Ao todo, existem 162 topônimos nas peças de Ésquilo, a maioria referente às regiões do Egeu e da Ásia Menor, embora haja também menção a regiões distantes, como a Sicília e o lago Meótis. Outras peças analisadas por Dueck nesse capítulo foram aquelas escritas por Sófocles, autor proveniente da elite da cidade de Atenas e que, por isso, obteve uma boa educação e pôde conhecer muitos lugares. Foram catalogados 114 topônimos nas obras de Sófocles, cuja maioria remete ao Egeu, apesar de mencionar sítios da Península Itálica, Cítia, Líbia e Índia. Sófocles descreve paisagens e grupos humanos, indica distâncias, entre outras informações de cunho geográfico que estavam à disposição dos espectadores de suas peças. Nas tragédias de Eurípedes, Dueck catalogou 150 topônimos, e, assim como no caso dos demais autores, a Grécia e a Ásia Menor são seu foco. Os extremos citados são a Sicília, o lago Meótis, a Líbia e a Báctria. Além dos topônimos, o autor fornece alguns detalhes sobre a hidrografia, o clima, a riqueza mineral e a distância entre locais. Como destaca Dueck, é comum os autores mesclarem informações geográficas completamente mitológicas

com aquelas do mundo real. Diversas outras fontes atenienses são analisadas nesse capítulo. No entanto, destacamos os resultados obtidos pela análise das comédias de Aristófanes. Segundo a autora, os assuntos tratados nessas peças diziam respeito à vida cotidiana, de modo que eram mais populares do que os temas das tragédias, mais ligados à tradição da elite letrada. Assim como nas tragédias, nas comédias de Aristófanes, dos 128 topônimos citados, a maioria é relacionada à Grécia e ao Egeu, enquanto os pontos extremos mencionados são: Tartessos, na Península Ibérica; Líbia; Ecbátana; e lago Meótis. Além dos topônimos, há detalhes geográficos de lugares, pessoas, animais, plantas, bebidas e objetos.

Após analisar as peças teatrais gregas, Dueck se debruça sobre o teatro romano, com ênfase nas obras de Plauto, Terêncio e Sêneca. A autora conclui que o conhecimento geográfico expresso nas obras latinas abrange um espaço do *orbis* um pouco maior em relação às obras gregas. Apesar dessa diferença, o foco das informações geográficas continuaram sendo a Grécia continental e a região do Egeu, o que é explicado pelo fato de os latinos terem se baseado nos temas descritos na tragédia e comédia gregas. Por outro lado, houve uma mudança no conjunto de dados disponíveis a um autor romano se compararmos àquele que os atenienses detinham. Essa transformação ocorreu graças às conquistas romanas de regiões até então desconhecidas. Sendo assim, pode-se afirmar que, por meio das peças teatrais, a população em geral absorvia informações geográficas, como distâncias entre lugares; rotas comerciais; grupos humanos e seus costumes; além da fauna e flora de regiões distantes.

Como percebemos, os capítulos dois e três são voltados para as informações geográficas, como topônimos, etnônimos e descrições mais detalhadas, que eram transmitidas da elite para um público-alvo composto por indivíduos de diversas categorias sociais. No quarto capítulo, intitulado *Proverbs and idioms*, por sua vez, Dueck direciona as análises para os provérbios e as expressões idiomáticas, que se originavam e se popularizavam no âmbito dos estratos subalternos. Em grande parte, são fruto de impressões, às vezes estereotipadas, dos lugares pelos quais percorriam os soldados e os comerciantes. Dueck indica que não é possível saber o quanto as expressões circulavam nas sociedades antigas, estando ao seu alcance apenas a possibilidade de evidenciar quais dados geográficos estavam disponíveis à população. As fontes textuais mais utilizadas pela autora são as coleções gregas e latinas de provérbios e expressões idiomáticas, embora os dicionários e léxicos de grego e latim também tenham sido consultados. De maneira geral, dentre os assuntos constantes nessas frases estão a localização de lugares; as distâncias entre locais; as características do ambiente natural (fauna, flora e clima); os recursos naturais e os produtos comercializados; as especificidades culturais

dos grupos étnicos; além da história e da mitologia dos diferentes grupos humanos. Em meio a representações estereotipadas de tribos que habitavam regiões distantes, é possível constatar referências fidedignas, como topônimos e etnônimos.

O quinto capítulo, denominado *Spectacles and public shows*, versa sobre os espetáculos e apresentações públicas. Tanto em Atenas quanto em Roma, esses eventos ocorriam de forma costumeira, disponibilizando às massas não apenas entretenimento, como também informações de cunho geográfico. Dentre os tipos de eventos analisados, contam-se competições esportivas, procissões triunfais, apresentações de animais e encenação de batalhas. Os dados utilizados por Dueck para realizar suas análises foram obtidos por meio de fontes escritas, que foram registradas por aqueles que supostamente teriam presenciado os espetáculos. Entre os atenienses, destacam-se os festivais religiosos de âmbito local, como as Panateneias e as Dionisíacas; e, por outro lado, os Jogos Pan-Helênicos, de caráter mais abrangente. Todavia, ambos os tipos de eventos contavam com a presença de delegações de várias *poleis*, o que contribuía para o compartilhamento de informações sobre diversos lugares, bem como para o estabelecimento de um processo de afirmação identitária entre cidadãos que pertenciam a *poleis* distintas e que, por isso, se diferenciavam em alguns aspectos. Os romanos, por outro lado, tinham acesso à geografia por meio dos triunfos, que nada mais eram que cerimônias públicas nas quais o exército exibia inimigos derrotados e despojos de guerra. Portanto, é possível afirmar que a expansão romana contribuiu para a aquisição de dados acerca de territórios até então desconhecidos. Além dos triunfos, outros eventos, desta vez realizados no circo, transmitiam aos espectadores elementos de caráter geográfico. Dentre esses eventos estão as exibições de animais exóticos, como leões, ursos, elefantes e girafas; as lutas de gladiadores; e, por fim, as encenações de batalhas, que apresentavam ao público diversos grupos étnicos, com suas características físicas e culturais específicas.

No sexto capítulo do livro, intitulado *Visualizing geography*, Dueck analisa um conjunto de fontes iconográficas e epigráficas. Aqui, o objetivo é evidenciar o modo como informações geográficas foram disponibilizadas à população iletrada de Atenas e Roma mediante recursos visuais. Por isso, a autora recorre a elementos como a cartografia; as imagens de paisagens; as figuras de seres humanos, animais, plantas, acidentes geográficos e objetos; e, por fim, a personificação de certos lugares e acidentes geográficos. Conforme demonstra Dueck, as figuras com referências geográficas foram introduzidas em diferentes suportes. No contexto ateniense, elas foram gravadas sobre vasos, além de relevos e moedas. No caso romano, as imagens estão presentes em monumentos triunfais, retratos, moedas, mosaicos, mapas e

inscrições epigráficas. Importa ressaltar que atenienses e romanos, letrados ou não, tinham acesso, por meio da observação das representações iconográficas, a um vasto conjunto de dados acerca da *oikoumene*, tais como a natureza física; a fauna; a flora; bem como aos grupos humanos que habitavam regiões longínquas, os quais eram comumente apresentados sob uma ótica eivada de preconceitos e estereótipos. Todavia, isso não nos impede de enxergarmos nessas representações um esforço de propagação do conhecimento geográfico. No tocante à cartografia, verificam-se, em Roma, alguns desenhos que podem ser considerados como mapas rudimentares. É o caso do monumento *Forma Urbis Romae*, datado da transição do século II para o III. Trata-se de um bloco de mármore no qual se esculpia, a pedido de Septímio Severo, um mapa da cidade de Roma. Conforme assinala Dueck, o monumento visava à exaltação da grandiosidade da capital do Império, sem se pretender a uma exibição detalhada e precisa de referenciamento topográfico. Em resumo, Dueck demonstra, neste capítulo, a maneira pela qual diversas categorias sociais poderiam ter acesso ao conhecimento geográfico por meio de elementos iconográficos e epigráficos, não sendo necessário, para tanto, que tivessem vasto domínio do latim.

No sétimo e último capítulo da obra, cujo título é *The scope of an illiterate geography*, Dueck destaca a impossibilidade de sabermos o que os iletrados realmente absorviam do conhecimento geográfico ao qual tinham acesso. Nesse sentido, os dados analisados pela autora se encontram no nível mais próximo do que se consegue chegar no que tange ao conhecimento dos iletrados a respeito da esfera geográfica, tendo em vista que esses indivíduos não deixaram registros do que sabiam. Em outras palavras, temos um conjunto de fontes que nos revelam os temas aos quais o público em geral tinha acesso, mas não conseguimos avançar no que diz respeito à recepção e circulação de tais dados entre os iletrados. Entretanto, podemos afirmar que a geografia produzida e praticada pelos subalternos era simples, isto é, não continha abstrações teóricas elaboradas, além de ser proveniente sobretudo da prática cotidiana, visto que muitos indivíduos, como soldados e comerciantes, tinham contato com outros lugares durante suas viagens.

Concluímos esta resenha afirmando que a obra cumpre um importante papel de deslocar o foco dos textos produzidos pela elite letrada, exaustivamente explorados pela historiografia, propondo um olhar voltado para as massas. Dessa maneira, indicamos a leitura de *The geographic knowledge of non-literate social strata in Athens and Rome* àqueles que se interessam por compreender a relação dos gregos e romanos – letrados e iletrados – com questões geográficas.

Referências

- DUECK, D. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University, 2012.
- DUECK, D. *Illiterate Geography in Classical Athens and Rome*. London: Routledge, 2021.
- DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (ed.). *Strabo's cultural Geography: the making of a "Kolossourgia"*. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- DUECK, D. *Strabo of Amasya: a Greek man of letters in Augustan Rome*. London: Routledge, 2000.
- DUECK, D. (ed.) *The Routledge Companion to Strabo*. London: Routledge, 2017.

Uma perspectiva histórica da religião urbana

A historical perspective of urban religion

RÜPKE, J. *Religião urbana: uma abordagem histórica*.
Curitiba: Appris, 2022. 300 p.

Gabriela R. Marques de Oliveira*

Recebido em: 01/09/2023
Aprovado em: 10/10/2023

Jörg Rüpke é historiador da religião, tendo como foco o mundo mediterrâneo e a religião na Antiguidade, principalmente dos romanos. Em meados dos anos 1990, em uma obra sobre paz e guerra na Península Itálica,¹ o autor analisou rituais e crenças de generais, soldados e habitantes de Roma antes, durante e depois de uma campanha militar (RÜPKE, 1990). Entretanto, o que inicialmente era uma análise de rituais revelou uma descoberta ainda mais importante para Rüpke: a de que paz e guerra não eram conceitos temporais, mas espaciais. A exemplo disso, Roma havia sido construída como local de paz, de forma que a guerra acontecia sempre fora da cidade.

A partir da referida investigação, Rüpke se aprofundou cada vez mais nos estudos espaciais. Em uma de suas obras recentes, *Pantheon: a new history of Roman religion*, de 2018, o autor retomou a questão do espaço e inseriu a ideia de cidade em um formato amplo e comparativo. Além disso, Rüpke também é um dos pioneiros no uso da ideia de religião antiga vivida, que se refere à experiência prática e cotidiana da religião nas sociedades antigas. Em vez de se concentrar apenas em aspectos teóricos ou doutrinários, Rüpke destaca a importância de compreender como as pessoas comuns vivenciavam e praticavam a sua religião no contexto do seu cotidiano. Entre essas e outras contribuições, Rüpke ocupa um lugar de importância entre os pesquisadores que buscam novas formas de pensar o Mundo Antigo.

* Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

¹ A obra em questão intitula-se *Domi militiae: Die religiöse Konstruktion des Krieges in Rom* e foi publicada pela editora Steiner, em 1990.

Em Religião urbana: uma abordagem histórica, originalmente publicada em 2020 como *Urban religion: a historical approach to urban growth and religious change*, pela De Gruyter, e traduzida pela editora Appris, em 2022, Rüpke tenta mostrar uma história global abrangente, com perspectivas diferentes da história intrínseca da cidade e da religião, reiterando as conexões entre estas duas categorias no presente e no passado. A obra está inserida no florescente crescimento dos estudos urbanos, mas o autor deixa claro que “o que é tratado na discussão acadêmica como religião urbana não é nem uma sobrevivência pré-moderna, nem um acidente contemporâneo da modernidade globalizada”.² Sendo assim, Rüpke (2022, p. 16) destaca que o conceito de religião urbana abre um campo de pesquisas necessário, que é explorado no decorrer do livro.

Em sua introdução, Rüpke (2022, p. 17) afirma que o principal interesse de sua obra é a religião e a história da religião, uma vez que “[...] é a dimensão histórica das transformações religiosas, mais do que urbanas, que têm sido negligenciadas em considerações de seu emaranhamento mútuo”, em contraste com os estudos que usam a religião como um tipo de lente para examinar a globalização, o que limita a investigação histórica, e ao discurso sobre a “religião icônica”, que negligencia as propriedades espaciais da religião. Nesse sentido, o autor defende que a religião “[...] não é um dado adquirido, mas é, antes, interpretada como o objeto teórico que subjaz à pesquisa histórica empírica” (RÜPKE, 2022, p. 17). Dessa forma, a *religião urbana* seria um termo guarda-chuva

[...] que pode ser útil para conectar uma linha quase exclusivamente presentista de pesquisa com processos de muito mais longo prazo. Contudo, para ser usada como instrumento analítico de uma constelação contingente (religião que, por acaso, é religião urbana), e não como um conceito teorizado de religião (religião se vista como religião urbana), essa abordagem precisa ser complementada por uma reflexão mais fundamental sobre a religião como uma prática espacial. Somente sobre essa base ela pode ser utilizada na busca da perspectiva mais frutuosa a partir da qual se pode abordar a religião e a cidade (RÜPKE, 2022, p. 17).

O autor defende, portanto, uma nova visão dos estudos sobre a relação entre religião e cidade, que reconheça os processos divergentes e/ou contraditórios entre diferentes períodos históricos e espaços geográficos e que não apenas foque na diversidade e na legitimação de poder (RÜPKE, 2022, p. 18). Nesse sentido, a religião urbana seria um termo analítico que denota um processo, não uma mera descrição de um fenômeno.

Com seus interesses definidos, Rüpke (2022, p. 20) declara que o objetivo de sua obra [...] é demonstrar como as mudanças importantes na religião podem ser compreendidas

² Debate de lançamento do livro de Jörg Rüpke, “Religião Urbana”, realizado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), em janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=A0dw1IUoyZ0>>.

mais plenamente quando são vistas, transculturalmente, como resultado da formação recíproca do espaço urbano e das formas urbanas de vida, por um lado, e da religião, por outro". Tendo como base Roma, indo do período helenístico à Antiguidade Tardia, o autor parte da tese chave de que "[...] o espaço-cidade projetou as grandes mudanças que revolucionaram as religiões mediterrâneas e que esse processo é um modelo paradigmático contra o qual é proveitoso comparar outros processos de urbanização" (RÜPKE, 2022, p. 21).

Para desenvolver seus argumentos, Rüpke divide o livro em quatro eixos, que contam com dois ou três capítulos cada. O primeiro eixo, intitulado "Religião no espaço urbano: reflexões metodológicas", abrange os capítulos de um a três, os quais focam nas fundamentações teóricas e nos aparatos conceituais da obra. O primeiro capítulo "Olhando para a religião na cidade" oferece uma reflexão teórica sobre o conceito de religião, a partir dos questionamentos do autor. Nele, a noção de sacralização é acrescida ao conceito de fluidez da religião. O autor propõe o uso de sacralização "[...] para referir ações e processos que incluem elementos da situação – objetos, espaço, tempo – dentro do ato de comunicação e que lhes atribuam significado" (RÜPKE, 2022, p. 34). Dessa forma, a comunicação se tornaria mais relevante para os destinatários. Ainda no mesmo capítulo, Rüpke (2022, p. 39) apresenta a ideia de que "[...] a formação de grupos sociais, sob a forma de tradições religiosas que são organizadas e controladas por processos de canonização, é um fenômeno relacionado à urbanidade, aos estilos de vida urbano e às condições da cidade".

No segundo capítulo, intitulado "Antes da religião urbana: Fustel de Coulanges e narrativas de religião cívica", Rüpke (2022, p. 23) dialoga com Fustel de Coulanges, em especial com sua obra *La cité antique*, de 1864, e apresenta o que seria uma série de falhas no padrão comum de abrangência do controle político e identidade associado a práticas religiosas e identidade. Por meio de sua revisão e crítica à obra de Fustel de Coulanges, Rüpke propõe que o termo "religião urbanizada" deva ser utilizado não como teoria e explicação, mas como um programa de pesquisa e uma definição de objeto investigativo.

Já no terceiro capítulo e último do primeiro eixo, de título "Urbanização e urbanização da religião", Rüpke (2022, p. 67) desenvolve o conceito de religião urbana, introduzido no capítulo anterior, com vistas ao seu emprego na investigação histórica e apresenta a ideia de que o caráter espacial da religião precisa ser mais bem compreendido e teoricamente modelado, já que a religião urbana pode servir como uma lente para o emaranhado histórico das cidades. A religião, em sua perspectiva, deveria ser vista como "[...] um agente ativo, preparando e impulsionando processos de urbanização bem como um paciente passivo, reagindo e adaptando-se às condições urbanas e, assim, tornando-se parte e parcela da urbanidade" (RÜPKE, 2022, p. 83).

O segundo eixo do livro, intitulado “Pensando a religião no espaço urbano”, é composto pelos capítulos quatro e cinco. No primeiro deles, “Supondo a cidade: a piedade filosófica como religião urbanizada”, o autor analisa discursos literários produzidas em Roma, no século I a.C., com foco especial no discurso *Sobre a natureza dos deuses*, de Cícero. Rüpke (2022, p. 85) parte do pressuposto de que “[...] urbanidade e religião são produtos tanto do discurso como de outros tipos de interação social e de ambiente construídos”. Assim, analisa a obra de Cícero sob o prisma das mudanças do tecido social e espacial da cidade romana, concluindo que “[...] a reflexão racional sobre religião não é uma atividade separada e acima da religião, mas uma atividade intimamente entrelaçada com ela” (RÜPKE, 2022, p. 100).

Já no quinto capítulo da obra, intitulado “Compondo um lugar complexo: religião e desenvolvimento urbano”, Rüpke (2022, p. 24) levanta a hipótese de que “[...] as grandes sociedades urbanas precisam de práticas que moldem o urbano, relacionando pessoas e espaço, perturbando o espaço contínuo e apropriando-se seletivamente do espaço”. Para solidificar seu argumento, o autor se baseia nas obras de Vitrúvio e de Varrão. Partindo da *urbs* romana da República, Rüpke (2022, p. 104) objetiva demonstrar que “[...] a religião é um possível fornecedor do tipo de práticas que podem criar espaço e que, histórica e contingentemente, desempenhou esse papel como fornecedor de uma importante gama de práticas para criar espaço no mundo clássico mediterrâneo”.

O terceiro eixo da obra, “Moldando o espaço urbano”, tem como foco a materialidade da apropriação do espaço e suas consequências. No capítulo seis, de título “Materialidade da religião no espaço urbano: bairros de uma metrópole”, somos apresentados à materialidade, ou “tocabilidade”, da religião e sua importância nos contextos urbanos. Para desenvolver essa questão, Rüpke (2022, p. 118-122) focaliza nas práticas realizadas nas *vici* – pequenas subdivisões oficiais da cidade de Roma –, e nos cultos domésticos e, assim, sugere que a materialidade da comunicação religiosa deva ser interpretada a partir de quatro perspectivas: relevância, sacralização, sacralidade e tradicionalidade. Também defende que as práticas envolvidas na materialidade da religião no espaço urbano devam ser vistas a partir do prisma das aspirações, da imaginação e da apropriação (RÜPKE, 2022, p. 129-132). Ao final do capítulo, o autor questiona o valor da dicotomia comum de “espaço público e privado” (RÜPKE, 2022, p. 145).

Dando continuidade às reflexões anteriores, no capítulo sete, intitulado “Resiliência urbana e religião: conectando tempo e espaço”, Rüpke (2022, 145) parte das “[...] relações conceituais que um indivíduo pode ter com sua própria cidade em sua totalidade espacial”. Para compreender o caráter específico dessas relações, o autor evoca a noção de resiliência, destacando que uma das principais estratégias para a

promover, em Roma, era mediante o uso de calendários. Rüpke (2022, p. 178) demonstra alguns desses usos e reitera que “[...] o foco na resiliência também nos ajuda a identificar nuances nas práticas religiosas e na religião material, assim como mudanças ao longo do tempo. Essa perspectiva fornece um antídoto para a noção de calendários como expressões intemporais da religião e da “religião romana”, em particular”.

Por fim, em seu quarto e último eixo, denominado “Agrupamento e subjetivação na religião urbana”, Rüpke (2022, p. 26) privilegia “[...] as questões em torno das mudanças religiosas que ocorrem nas condições urbanas, descolando o foco para os agentes envolvidos”. Para tanto, no oitavo capítulo, “Os ‘eu’ urbanos: a individualização no espaço urbano”, o autor examina não só os conceitos do *eu*, mas, em especial, as práticas e experiências sociorreligiosas relacionadas a esses autoconceitos. Nessa empreitada, Rüpke emprega o uso do termo “individualização” para as construções históricas do *eu* também para conceitos análogos que lidam com processos urbanos. A esse respeito, declara que:

[...] foi a diversidade urbana e a densidade de interação, o crescimento de um mercado religioso e os conceitos e a semântica dos discursos urbanos e transurbanos que teriam desencadeado as institucionalizações homólogas, assim como as concorrentes, que tentaram regular as práticas religiosas, as identidades coletivas e os eus religiosos urbanos (RÜPKE, 2022, p. 205).

Tendo como base o mesmo argumento, no nono e último capítulo, “Urbanidade e múltiplas identidades religiosas”, Rüpke busca demonstrar o desenvolvimento de uma pluralidade de identidades religiosas que estaria relacionada à urbanidade. Para defender esse ponto de vista, parte da observação de autores antigos e outras vozes que “[...] refletem sobre o contexto urbano e o caráter das distinções religiosas” (RÜPKE, 2022, p. 207). Dito de outra forma, “[...] o último capítulo explora as mudanças no uso de identidades especificamente religiosas e as forças motrizes por trás dessas mudanças” (RÜPKE, 2022, p. 27). As principais forças motrizes por trás das transformações mencionadas, segundo o autor, seriam a migração entre cidades e a densidade.

Ao final de sua obra, Rüpke (2022, p. 236) reitera que a religião é melhor vista “[...] como um termo coletivo para práticas, ideias e instituições religiosas que servem ao propósito de comunicar com destinatários sobre-humanos, com humanos falecidos, com espíritos, ou com deuses”. Além disso, destaca que seu livro é um convite não apenas para se refletir sobre os argumentos apresentados sobre o Mediterrâneo no Mundo Antigo, mas também sobre outros períodos e espaços (RÜPKE, 2022, p. 239). Isso porque religião e religiosidades são partes da sociedade urbana, já que a religião é um reflexo da cidade e da urbanidade.

Religião urbana: uma abordagem histórica é, portanto, uma obra que busca olhar com novas perspectivas para as religiões e o ambiente urbano. Sua disponibilidade em língua portuguesa oferece, de tal modo, uma oportunidade valiosa para pesquisadores brasileiros e lusófonos refletirem sobre aspectos religiosos e cotidianos das cidades antigas no Mediterrâneo.

Referências

- RÜPKE, J. *Domi militiae*: Die religiöse Konstruktion des Krieges in Rom. Stuttgart: Steiner, 1990.
- RÜPKE, J. *Pantheon*: a new history of Roman religion. Princeton: Princeton University Press, 2018.
- RÜPKE, J. *Religião urbana*: uma abordagem histórica. Curitiba: Appris, 2022.
- RÜPKE, J. *Urban religion*: a historical approach to urban growth and religious change. Berlin: De Gruyter, 2020.